HISTORIA

DA

GUERRA CIVIL

E DO

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

EM

PORTUGAL

Comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834

POR

SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO

Bacharel formado em medicina pela universidade de Coimbra e socio correspondente do Instituto da referida cidade e benemerito do Gremio Litterario da cidade de Angra do Heroismo

---

SEGUNDA EPOCHA

GUERRA DA PENINSULA

TOMO II

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1871

HISTORIA DA GUERRA CIVIL

E DO

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

EM

PORTUGAL

HISTORIA

DA

GUERRA CIVIL

E DO

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

EM

PORTUGAL

Comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica deste reino desde 1777 até 1834

POR

SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO

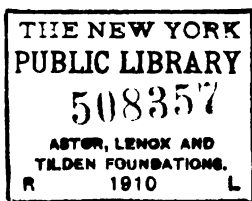
Bacharel formado em medicina pela universidade de Coimbra, socio correspondente do Instituto da referida cidade e benemerito do Gremio Litterario da cidade de Angra do Heroismo

Propter Sion non tacebo, et propter Jerusalem non quiescam.
Isaias, cap. 62.

SEGUNDA EPOCHA

GUERRA DA PENINSULA

TOMO II

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1871

PREVENÇÃO AO LEITOR

Tendo havido duvidas por parte da repartição do gabinete do ministerio da guerra sobre o fixar-se-me o praso de quatorze mezes, que lhe tinha proposto para a apresentação que lhe devia fazer do manuscripto de cada um dos volumes d'esta obra, depois de concluida a impressão dos tres que já estão publicados (cousa em que me parecia não poder haver duvida, tanto pelo acordo que de facto se tinha dado até então entre mim e o anterior pessoal do mesmo gabinete, sobre a promptificação do manuscripto dos referidos tres volumes, como por haver igualmente um outro escriptor a quem pelo referido ministerio se dá o praso de dois annos para o mesmo fim, tendo este alem d'isso a prestação mensal de 60$000 réis e eu a de 40$000 réis), foi todavia similhante negocio a consultar ao conselheiro procurador geral da corôa, o sr. ex-ministro d'estado João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, o qual, sem attenção alguma para com as disposições dos contratos que havia entre mim e o governo, tomou por expediente não resolver as duvidas que sobre elles havia, acrescentando-as ainda mais com o propor na conclusão final do seu parecer, *que se fizesse commigo um novo contrato.* Á vista pois d'isto o mesmo gabinete dirigiu-me um officio, pedindo-me as bases para esse novo contrato, pedido a que respondi que, attentos os incessantes embaraços que encontrava para o regular andamento e conclusão da minha commissão litteraria, embaraços que se não tinham dado com algum outro escriptor subsidiado pelo governo, hesitava em mandar taes bases, emquanto de novo se me não pedissem. Requisitaram-se-me por um segundo officio, de que resultou envia-las eu, fundando-as sómente nas disposições dos meus ditos contratos, um com a data de 31 de outubro de 1861 e outro com a data de 16 de setembro de 1870, os quaes en-

tendia não poderem ser derogados a bel-prazer do sr. conselheiro procurador geral da corôa, cujo parecer reputei em tal caso formulado, senão com vistas decididamente hostis a meu respeito, pelo menos não conformes ao que tenho por justo, a não ter havido n'isto superficialidade, facto que me parece contrastar singularmente com os creditos da integridade attribuida ao sr. Mártens Ferrão, reputado por muitos como estranho ao systematico espirito dos nefastos clubs e corrilhos das facções politicas do nosso tempo; pois a não se pertencer a elles, ninguem poderá conseguir dos governos e dos seus mais proximos delegados cousa alguma de importancia.

Seguiu-se a isto o passar eu depois pelo dissabor de se me remetterem as minhas ditas bases alteradas em todos os artigos, ou antes contrariadas por outras, destruidoras em tudo do que commigo se havia anteriormente estipulado. Tendo eu pois estas alterações como um arbitrario e flagrante quebrantamento dos referidos contratos, dos quaes vi não se fazer o mais pequeno caso, tratando-se sómente de se me cercearem as vantagens, que por elles se me tinham garantido, e de se me augmentarem por outro lado os encargos, a ponto de os não poder desempenhar, cousa que aliás me pareceu, não só repugnante, mas até indecorosa, tanto para a minha posição social, mediana como é, como para o meu caracter liso e verdadeiro, tendo eu rigorosamente cumprido com as obrigações da minha dita commissão, tomei a resolução de responder, em officio de 11 do mez de setembro proximo findo, que estava firmemente decidido a não subscrever a condições que tão desairosas para mim se me antolhavam, e portanto que fóra das que havia proposto só aceitaria as que para uma commissão igual á minha se contém no contrato feito com o sr. major José Maria Latino Coelho. E como o meu dito officio esteja até hoje sem decisão, póde bem ser que esta obra fique de novo interrompida, cousa de que a mim me não cabe a menor responsabilidade, se porventura alguma póde haver em similhante caso.

Lisboa, em 30 de novembro de 1871.

O AUCTOR.

CAPITULO I

No meio das difficuldades para centralisar a revolução da Hespanha, e das reciprocas rivalidades dos generaes hespanhoes (entre os quaes se contava o marquez de la Romana, depois que viera da Dinamarca), quatro grandes exercitos poz a mesma Hespanha em campo contra os francezes, circumstancia que obrigou Napoleão, depois da sua conferencia com o imperador Alexandre em Erfurth, a marchar para a peninsula com um poderoso exercito, á testa do qual os seus generaes derrotaram os hespanhoes em Espinosa, Gamonal e Tudela, entrando elle Napoleão em Madrid, depois de ter igualmente vencido a resistencia que achou na passagem de Somo-Sierra. Pondo-se em marcha contra o exercito inglez de sir John Moore, que de Portugal tinha entrado em Hespanha, foi até Astorga, d'onde repentinamente voltou para Valladolid, e depois para França, commettendo ao marechal Soult o cuidado de expulsar da peninsula os inglezes, os quaes foram effectivamente obrigados a embarcar-se na Corunha para o seu paiz, depois da batalha que n'aquella cidade tiveram de acceitar aos francezes, morrendo n'ella o proprio sir John Moore. Sobre os embaraços que os membros da regencia portugueza tinham para o cabal desempenho das suas funcções, contando-se entre taes embaraços a opposição, que lhes fazia o bispo do Porto, sobreveiu a noticia dos desastres do exercito inglez em Hespanha, noticia que então obrigou o governo britannico a querer tomar a seu soldo um exercito portuguez, destruida em parte a má opinião que em Inglaterra havia contra o caracter militar dos portuguezes, por effeito das informações dadas em contrario por sir Roberto Wilson, commandante da leal legião lusitana, que primitivamente se organisára na mesma Inglaterra, d'onde veiu para Portugal, prestando cá relevantes serviços. Emquanto pois os governadores do reino tratavam da melhor collocação das tropas portuguezas para defeza do paiz, não obstante o mau estado em que ainda se achavam e o pouco cuidado que tinham tido em as organisar melhor, o general inglez sir John Cradock dispoz-se, não só a saír de Portugal para Inglaterra, fazendo mão baixa nos navios portuguezes que ainda estavam no Tejo, mas tambem a destruir tudo quanto podesse ser vantajoso aos francezes.

Como já vimos no fim do capitulo III do precedente volume, o rei José, desenganado da derrota experimentada pelo general Dupont em Baylen, havia-se retirado de Madrid sobre o Ebro, segundo o parecer que prevalecêra no conselho militar, por elle mandado reunir para se resolver o partido que no meio de taes occorrencias devia ser adoptado. Por conseguinte, desde que o mesmo rei José effeituou tal retirada e

fixou na primeira quinzena de agosto de 1808 a sua residencia nos limites da provincia de Burgos, ou em Vittoria, onde inutilmente consumia o tempo em expedir phantasticos decretos e em traçar marchas e expedições que se não realisavam, a insurreição popular da Hespanha, marchando até ali anarchica e tumultuaria, acalmára-se até certo ponto, começando desde então por diante a sentir-se geralmente a necessidade de uma guerra regular e methodica entre a mesma Hespanha e a França, de que resultou não poder ser decidida a contenda entre uma e outra nação senão pela sorte das armas, e por conseguinte por meio de exercitos regulares. Foi tambem desde então por diante que começaram as grandes difficuldades da restauração da Hespanha, pela complicação d'esta nobre e grande empreza com o imperio das pequenas e ridiculas paixões de alguns individuos, que bastante prejudicaram com ellas a causa publica. As transacções e arranjos que tiveram logar durante o memoravel periodo, comprehendido entre a famosa batalha de Baylen e a da Corunha, acham-se tão consideravelmente embrulhados, que a narração dos acontecimentos que durante elle tiveram logar, não póde deixar de ser confusa, e effectivamente o é, como se póde ver na *Historia* do conde de Toreno. A formação da junta central em Madrid, os caprichos dos generaes hespanhoes, as suas interminaveis disputas, filhas de rivalidades reciprocas, as operações do exercito francez antes da chegada de Napoleão á Hespanha, e as do seu grande exercito, depois que ali chegou, e finalmente a campanha das tropas auxiliares inglezas do commando de sir John Moore, parece constituirem uma serie de acções distinctas, ligadas apenas pela grande catastrophe, experimentada pelas referidas tropas. Deixando pois o inextricavel dedalo das operações e movimentos parciaes das forças de cada uma das juntas e dos seus respectivos generaes, operações e movimentos constantemente desgraçados e sem resultado algum proficuo, buscaremos dar a possivel unidade ao que por si não tem verdadeiro nexo, nem ligação conhecida.

Não se póde negar que a divisão da Hespanha em muitas

provincias separadas e como independentes umas das outras, tinha ao principio poderosamente favorecido a insurreição popular contra os francezes, por isso que cada provincia, nada se lhe importando com a sorte das outras, nem mesmo com a da capital, sómente cuidava de si, preparando activa e energicamente os meios da sua resistencia individual; mas desde o momento em que uma guerra regular se tornou precisa para expellir os francezes da peninsula, communs inimigos para todas essas provincias, desde então, dizemos nós, esse principio de isolamento ou independencia reciproca, impedindo a communidade dos esforços que todas as ditas provincias deviam fazer, pela recusa que todas ellas mostraram em obedecer á junta suprema, tornou-se altamente nocivo a um systema regular de campanha, para que era necessario unirem-se todas, poisque separadas nada podiam fazer contra as aguerridas tropas da França. Isto tornou-se tanto mais necessario, quanto mais funesto se tornára tambem o mallogro da insurreição da Biscaya, que não sómente inutilisára os soccorros que para ella a Inglaterra fornecêra, mas até impossibilitára as futuras operações do exercito da Galliza, de que era general D. Joaquim Blake. Este exercito, depois da sua derrota em Rio-Secco a 14 de julho de 1808, ficára por algum tempo desorganisado; mas por fim conseguiu formar-se de novo em Manzanal e Astorga nos ultimos dias de agosto, dirigindo-se na força de 30:000 homens, asturianos e gallegos, para a vertente meridional da cadeia de montanhas, que das Asturias e Santander separa Leão e Burgos, não ousando passar ávante por falta de cavallaria. O general D. Gregorio de la Cuesta estava por então em Arevalo com 1:500 dragões. A junta de Castella e Leão, tendo-se refugiado em Ponteferrada, ordenou a Cuesta, que enviasse a sua cavallaria para o exercito de Blake; mas Cuesta, que era um velho teimoso, alem de ambicioso, como já notámos, achando-se desesperado pela sua derrota de Rio-Secco, d'onde resultára a sua viva indisposição com Blake, em logar de obedecer, retirou-se para Salamanca, reuniu a si 8:000 ou 10:000 paizanos, armou-os, e á testa d'elles annullou todos os actos da

junta, ameaçando puni-la severamente, por ter resistido á sua auctoridade, como capitão general das referidas provincias de Castella e Leão. Blake protegia a junta; mas emquanto disputava com o seu rival, 3:000 homens de cavallaria franceza desceram o Douro, espalharam-se pelas planicies do paiz, e levantaram impunemente em seu proveito as contribuições que quizeram, ou poderam, em presença dos exercitos d'aquelles dois generaes.

Independentemente d'este desprezo pessoal para com as ordens da junta de Castella, desprezo de que se poderá citar mais de um exemplo, um erro profundo e geral, proveniente da mesma origem, existia entre os hespanhoes. Cada provincia, em rasão da alta opinião que os seus habitantes formavam de si mesmos, julgava só por si poder conseguir a defeza do seu territorio, não reconhecendo, ou não querendo reconhecer pela sua parte, a necessidade de fornecer uma porção das suas forças para a defeza commum. Por este modo aquelles que tinham combatido com coragem, defendendo os seus proprios lares, foram surdos á voz que os chamava ás fronteiras do reino, para n'ellas combaterem em favor da patria commum, não vendo desgraçadamente a força do immenso poder que a invadia, nem comprehendendo não ser possivel ás diversas provincias achar garantia, a não ser na reunião de todas as tropas do reino em um só corpo. Este excesso de louca confiança propria comprometteu singularmente a causa hespanhola na epocha de que nos occupâmos. O certo é que depois da capitulação de Baylen não se tinham reunido em Madrid mais de 19:000 homens de infanteria, debaixo das ordens de muitos generaes; na linha do Ebro apenas havia então 6:000 homens, e os restos dos differentes exercitos hespanhoes (á excepção das forças da Catalunha, reputadas em 11:000 homens), estavam muitos dias de marcha distantes do inimigo, e até mesmo uns dos outros. Via-se mais que os chefes, em discordancia com as differentes juntas e desunidos igualmente entre si, ou se achavam inactivos, ou operavam desordenadamente. Póde portanto dizer-se, que a fraqueza dos exercitos hespanhoes (que eram aliás bastantes para a

defeza do paiz, se, unindo-se, fossem convenientemente disciplinados e commandados), provinha em grande parte da presumpçosa incapacidade dos seus generaes, e o resto da exclusiva vaidade, arrogancia e humor interesseiro das auctoridades locaes, entre as quaes se fizeram mais que todas notaveis as juntas da Galliza e de Sevilha. O tempo que ellas deviam gastar em concertar as suas proprias medidas, para que da batalha de Baylen tirassem a maxima vantagem, foi por ellas consumido em agenciar os meios de perpetuarem o seu poder, e o dinheiro e os recursos fornecidos pela Inglaterra e pela propria Hespanha foram por uma e outra das ditas juntas applicados sómente áquelle fim.

Alem do exposto predominava tambem por outra parte o interesse e a violencia, de que resultou esfriar consideravelmente o patriotismo no animo de muitos, a par dos esforços do povo, o qual, postoque animado fosse de muito e louvavel zêlo pela causa da patria, viu nullificarem-se esses seus esforços, ou servirem só de motivo para a sua propria destruição, victimado, como de facto foi, á pericia e furor do inimigo, corajoso e decidido. Era por todas estas causas que Napoleão dizia, em sentido opposto á vantajosa opinião que seu irmão José fazia do valor dos hespanhoes, *que toda a massa da força da Hespanha não era capaz de bater 25:000 francezes, postados convenientemente,* proposição que os factos anteriores e posteriores exuberantemente demonstraram verdadeira, não tanto por falta de valor, quanto pelos vicios da organisação dos exercitos hespanhoes por aquelle tempo. Entretanto deve-se aqui acrescentar, que os catalães, reforçados apenas por um fraco corpo de 4:000 homens, idos da Andaluzia, conseguiram, sem terem por si armazens, nem caixa militar, nem material de especie alguma, fazer levantar o cerco de Gerona, commandado pelo general Duhesme. E taes foram as vantagens que alcançaram do inimigo, que não seria difficil a um corpo auxiliar inglez, commandado por um general ousado e de talento, expellir os francezes de Barcelona e Monjuic, libertando completamente d'elles a Catalunha. Os aprovisionamentos podiam bem ter-lhe ido da Sicilia, onde por então

havia numerosas tropas inglezas. Uma outra circumstancia favoravel ao triumpho da causa hespanhola foi a volta para o seu paiz do general marquez de la Romana, que tanto a proposito appareceu para a defender. Este personagem illustre e de muita reputação entre os seus concidadãos, tendo por aquelle tempo a crença de ser um dos melhores generaes da Hespanha, havia com uma divisão saído da sua patria em março de 1807 e com ella dirigíra-se para a Toscana, onde se lhe reuniram as forças hespanholas que já lá se achavam, formando ao todo uma divisão de 14:905 homens. Napoleão, querendo sem duvida afastar para longe da mesma Hespanha um tão illustre nome e de tamanho prestigio como o do marquez de la Romana, e juntamente com elle a divisão do seu commando, toda ella composta de gente escolhida, mandou esta força para o norte da Europa, onde, juntando-se ao exercito francez, ficou debaixo do commando supremo do marechal Bernadotte, quando operava contra a Pomerania.

Effeituada a paz de Tilsitt, la Romana e a sua divisão foram mandados para as ilhas dinamarquezas de Seeland, Jutland e Fionie, ficando lá de quartel. Estava pois la Romana em Fionie, a pretexto de guardar o Baltico, mas na verdade para não saber o que se passava no seu paiz, quando Bernadotte lhe intimou da parte do mesmo Napoleão ordem de prestar juramento ao rei José, seu irmão, e de o fazer igualmente prestar ás tropas do seu commando, como praticou. Mas sendo pouco depois informado da revolução da Hespanha contra os francezes, por ella se declarou de prompto. Foi um padre catholico, chamado Roberto, e escocez de origem, quem disfarçadamente chegou a Fionie e o poz em communicação com o contra-almirante Roberto Keats, que commandava a segunda esquadra ingleza n'aquellas paragens. Resolvido pois la Romana a voltar para a sua patria, escreveu uma circular ás suas tropas, convidando-as a concentrarem-se todas immediatamente nas ilhas de Fionie e Langland, a fim de se disporem a embarcar. O segredo guardado sobre este movimento foi tal, que quasi todas as tropas chegaram no mesmo dia ao ponto de reunião, faltando sómente as estacionadas em

Seeland, que haviam sido desarmadas e presas no arsenal de Copenhague, e dois esquadrões de cavallaria, que tiveram a mesma sorte em Jutland. Depois de ter occupado a praça de Nyborg em Fionie e de haver concluido com o governador de Langland uma convenção, pela qual éste se obrigava ao fornecimento das provisões proprias da ilha, la Romana embarcou as suas tropas, em numero de quasi 10:000 homens, a bordo dos navios de cabotagem dinamarquezes, que então se achavam em Nyborg e Langland, e elle mesmo se lhes juntou com o seu estado maior em Gothembourg, deixando depois o commando d'ellas ao conde de San Roman, a fim de se dirigir a Londres, para se entender com os ministros inglezes, ácerca dos subsidios indispensaveis para as suas futuras operações. De lá voltou por fim para a Hespanha muito depois do desembarque das suas ditas tropas, effeituado em Santander no dia 9 de outubro de 1808, d'onde marcharam depois a encorporar-se ao exercito de general Blake.

Era aqui o logar proprio de pôr o leitor ao alcance de todas as intrigas que se passaram em Hespanha até ao momento da installação da junta central em Aranjuez no dia 25 de setembro do referido anno de 1808; mas sendo isto materia enfadonha e de pouco interesse historico, pelo menos com relação a Portugal, só diremos que por um decreto da referida junta todos os seus differentes exercitos se reduziram finalmente a quatro grandes corpos: 1.º *Exercito da esquerda*, que devia comprehender as tropas da Galliza, as de Leão, as das Asturias, a divisão de la Romana, e os homens que se podessem obter das montanhas de Santander e dos paizes que ellas atravessam: o commando d'este exercito, que podia elevar-se a 45:000 homens, foi dado ao general D. Joaquim Blake, que estendia a sua linha desde Burgos até Bilbau, dirigindo-se para Mondragon, nas vistas de fazer rosto aos francezes por traz de Vittoria, querendo-lhes disputar a capital da Biscaya, onde por fim conseguiu manter-se. 2.º *Exercito do centro*, composto das tropas da Catalunha e homens d'esta mesma provincia, denominados *somatenes*, das pequenas divisões que debaixo do commando do general D. José

Galluzo tinham ido de Portugal e de Mayorca, e das que tambem enviaram Granada, Aragão e Valencia, cujo numero uns elevavam a 20:000 homens, outros o limitavam sómente a 12:000, commandados, tanto pelo dito Galluzo, como em segundo logar pelo marquez de Belveder, occupando Burgos. 3.º *Exercito da direita,* que devia ser formado pelas quatro divisões da Andaluzia, das de Castella e Extremadura e das de Valencia e Murcia: este exercito, que podia subir a 30:000 homens, tinha por commandante o capitão general, D. Francisco Xavier Castanhos, que com elle devia postar-se desde Calahorra até Logronho, bordando o Ebro e estabelecendo o seu quartel general em Soria. 4.º *Exercito de Aragão,* composto das tropas d'este reino e das que durante o cêrco de Saragoça se lhe tinham reunido de Valencia e outros mais pontos: este exercito, que podia reputar-se em 18:000 homens, operava debaixo das ordens de D. José Palafox, que com elle occupava o paiz entre Saragoça e Sangueza, bordando o rio Aragão. Finalmente havia mais um pequeno exercito, donominado *exercito de reserva,* composto de uns 10:000 homens, que devia postar-se diante de Madrid, mas que nunca appareceu em linha. Por este modo os exercitos hespanhoes formavam uma especie de crescente de lua, cuja parte concava tinha na sua frente o exercito inimigo. A totalidade dos exercitos hespanhoes podia portanto subir a 105:000 homens, que deviam ser reforçados pelos 35:000 inglezes, commandados pelos generaes Baird e sir John Moore, este marchando das margens do Tejo para Valladolid e aquelle seguindo da Corunha para se ir unir a Moore, como já vimos no capitulo ultimo do anterior volume [1]. Intrincheirado nas suas posições por trás do Ebro se achava o exercito francez do commando do rei José, em numero superior a 100:000 homens [2], esperando ali, ao abrigo das fortalezas que occupava, que Napoleão lhe trouxesse os reforços que lhe per-

[1] As forças inglezas que tinham vindo para a peninsula são as que constam do documento n.º 54-A.

[2] Estas forças são as que constam do mappa, que constitue o documento n.º 54-B.

mittissem tentar uma energica e colossal offensiva. Em similhantes circumstancias suppoz o governo britannico que o seu exercito, do commando de Moore, seria de um grande auxilio aos patriotas hespanhoes, sem que estes jamais se lembrassem da possibilidade de uma derrota, e muito menos de duas e tres successivamente, como de facto lhes aconteceu. Pela sua parte o governo de Hespanha, não mostrando nem temor, nem actividade, nem até mesmo previdencia alguma, contentava-se só que o povo acreditasse nas falsidades que entre elle se espalhavam contrarias ao inimigo. O povo hespanhol igualmente presumpçoso, proverbial defeito do caracter nacional que lhe é inherente, parece que gostava de ser por similhante modo enganado. Todos os symptomas da guerra imminente haviam-se constituido em funestos presagios de perdição para a causa nacional; todos os exercitos estavam quasi nus, abusando-se estupidamente da paciencia do soldado, reduzido ás mais crueis privações. Nas altas classes via-se a desunião, a cupidez e a incapacidade, e nas classes inferiores o ardor do patriotismo, remittindo progressivamente. Os dominadores do paiz mostravam-se ávidos, orgulhosos, e sem juizo algum prudencial; alem d'isto o inimigo era poderoso e do seu poder provinham os seus defeitos, ao passo que o povo hespanhol se mostrava insubordinado, vendo-se sem armas e até mesmo sem pão os respectivos soldados. Finalmente tanto no seu todo, como nas suas partes o governo de Hespanha estava muito abaixo das importantes funcções que tinha a desempenhar, de modo que, cheio de vaidosa ostentação e cercado de graves embaraços, o seu systema não era, segundo a participação do agente inglez, mr. Stuart, *calculado nem para inspirar coragem, nem para augmentar o enthusiasmo.*

Emquanto isto se passava em Hespanha, Napoleão Bonaparte, dando de mão, segundo o seu costume, a todas as hesitações, de que era figadal inimigo, e buscando com avidez aproveitar o precioso tempo que então corria, deixou Erfurth a 14 de outubro, entrando em Saint-Cloud na manhã de 18. Certo da benevolencia do imperador Alexandre para comsigo, e reputando a Austria adstricta á conservação da paz, todo o

seu empenho foi acudir rapidamente á peninsula, operando n'ella uma campanha, por que a submettesse inteiramente ao seu dominio, expulsando d'ella para todo o sempre os inglezes. Ao seu exercito deu então uma nova fórma; ao que até ali tinha o titulo de *grande exercito,* chamou-lhe *exercito do Rheno,* confiando o commando d'elle ao marechal Davoust. O corpo de Soult foi dissolvido, recebendo este marechal ordem de se dirigir para Hespanha. Por um decreto imperial dos primeiros dias de setembro determinou-se que todas as tropas existentes em Hespanha fossem encorporadas no *grande exercito,* vindo da Allemanha. Estas forças reunidas deviam formar oito grandes divisões, que se chamaram *corpos do exercito,* dos quaes elle Napoleão tomaria em pessoa o commando em chefe. O 1.° corpo do *grande exercito,* que de Berlim tinha vindo para Bayona, continuou a ter por commandante o marechal Victor, duque de Belluno, com o titulo de *primeiro corpo do exercito da Hespanha.* O 2.° corpo, que até ali era commandado por Bessieres, foi destinado ao marechal Soult, duque de Dalmacia. O titulo de 3.° corpo foi dado ao do marechal Moncey, duque de Conegliano. O 4.° corpo era formado pela divisão do general Sebastiani, reunida aos polacos e allemães, tendo por commandante o marechal Lefebvre, duque de Dantzick. O 5.° corpo era o do marechal Mortier, duque de Treviso, o qual partiu de Erfurth para o Rheno e d'aqui para os Pyrenéos para fazer parte do exercito da Hespanha. O 6.° corpo, recentemente vindo da Allemanha, teve por commandante o marechal Ney, duque de Elchingen: para este corpo se creou, debaixo das ordens do general Dessoles, uma bella divisão, que o devia tornar mais numeroso do que os outros corpos. O 7.° corpo, que teve por commandante o general Gouvion Saint-Cyr, era formado pelas tropas do general Duhesme (encerradas em Barcelona pela columna de Reille, que estava diante de Figueras), e por duas divisões que do Piemonte tinham vindo para o Roussillon. O 8.° corpo, chamado tambem exercito de Portugal, era formado pelas tropas de Junot, que os inglezes tinham mandado desembarcar na Ro-

chella, depois de terem sido novamente armadas e providas de artilheria e cavallaria, continuando o mesmo Junot a ser o seu commandante. O marechal Bessieres foi posto á testa da cavallaria da reserva, composta de 14:000 dragões e 2:000 caçadores. Tudo isto formava uma força que contava para mais de 300:000 homens, entre as tropas existentes já em Hespanha e as veteranas, vindas da Allemanha e da Italia para os Pyrenéos até ao fim de agosto [1]. Constituiam estas ultimas tropas o 1.º, 4.º, 6.º e 7.º corpos, a guarda e os dragões, comprehendendo mais de 200:000 homens; e eram estas as que, reunidas ás do rei José, superiores a 100:000 homens, e postadas junto do Ebro, formavam o total das forças que Napoleão vinha commandar em pessoa, para expulsar os inglezes da peninsula e plantar de novo as invenciveis aguias da França nas fortalezas de Lisboa.

Organisado assim o exercito francez da Hespanha, Napoleão abriu em Paris as sessões do corpo legislativo no dia 25 de outubro, notando-se no seu discurso as seguintes expressões de orgulho: «É um particular beneficio da Providencia, que constantemente tem protegido as nossas armas, que as paixões tenham bastantemente cegado os conselhos inglezes, para que renunciem á protecção dos mares e apresentem finalmente um exercito no continente... Eu parto dentro em poucos dias para eu mesmo em pessoa me pôr á frente do meu exercito, e com a ajuda de Deus ir coroar em Madrid o rei de Hespanha e plantar as minhas aguias nas fortalezas de Lisboa». A esta linguagem correspondeu servilmente o senado com os seus humildes votos em favor da guerra *politica, justa* e *necessaria,* que assim se ia emprehender na peninsula. No dia 29 do referido mez de outubro deixou Napoleão a capital da França para se dirigir a Bayona, onde chegou a 3 de novembro; pela tarde de 4 atravessou a fronteira, indo ficar a Tolosa, e na noite de 5 chegou a Vittoria, onde se estabelecêra o quartel general do rei José, seu irmão. Por aquelle mesmo tempo as operações dos francezes achavam-se

[1] O mappa total d'estas forças póde ver-se no documento n.º 54-C.

já em começo contra os hespanhoes, os quaes desde a sua victoria de Baylen em nada mais pensavam do que em *envolver* o exercito francez, systema de operações absurdo, que paralysou os esforços da junta central, taes ou quaes como os tinha empregado. Os marechaes Ney e Moncey foram os encarregados de retomarem a linha do Ebro e Aragão, d'onde resultou marchar Ney no dia 25 de outubro para Logronho, onde entrou á bayoneta, levando adiante de si os castelhanos de Pignatelli, que se reuniram em Nalda, ao pé das montanhas que separam Logronho de Soria. Moncey pela sua parte mandou uma força contra Lerin, de cujo castello e villa se assenhoreou, aprisionando cousa de 1:000 hespanhoes, os quaes de prompto foram derrotados em toda a parte onde fizeram rosto aos francezes, a quem não podiam oppor séria resistencia, attenta a sua grande falta de disciplina, mal geral que se notava em todos os exercitos da Hespanha. Pela sua parte Blake tinha por aquelle tempo passado já as montanhas das Asturias em Espinosa, occupado Bilbau, e até mesmo marchado para Zornoza, sobre as alturas que fazem face a Durango, não tendo comsigo mais que 20:000 ou 22:000 homens, metade tropa de linha e metade paizanos e estudantes, por se lhe não ter ainda reunido a divisão de la Romana. Os hespanhoes achavam-se já adiante de Durango, occupando uma linha de alturas, cuja direita, menos fortemente apoiada, podia bem ser torneada. N'aquella posição os foi o marechal Lefebvre encontrar com uma força igual á hespanhola. No dia 31 de outubro ali foi esta atacada pela força franceza, dispersando-se os hespanhoes, perdendo 1:500 a 1:800 homens, entre mortos e feridos, tendo os francezes apenas 200 homens fóra de combate. Lefebvre, proseguindo com a sua victoria por diante, foi no dia 1.º de novembro entrar em Bilbau, onde os hespanhoes lhe não fizeram resistencia. D'ali mandou occupar Balmaseda pela divisão Villate, que pertencia ao corpo do marechal Victor, e em Bilbau se aquartelou elle mesmo com o seu proprio corpo. No dia 3 de novembro Blake tinha reunido as suas forças em Nava, duas leguas áquem de Balmaseda, onde pouco depois se lhe encorporaram tambem as forças de la

Romana, e outras que se elevavam de 9:000 a 10:000 homens, com o que o seu exercito consideravelmente melhorou.

Tal era a situação reciproca dos exercitos belligerantes no momento da chegada de Napoleão a Vittoria. Pela sua parte o imperador não approvou as operações de Lefebvre; mas, como isto não tinha já remedio, passou a ordenar em tal caso o que ao seu plano entendeu por mais conforme. Eram as suas vistas cortar com arrojo a linha hespanhola pelo centro, dividir por este modo em duas partes os seus exercitos, e apenas conseguisse isto, derrota-los depois completamente por ordem de detalhe, antes de se dirigir a Madrid. Mais para conter do que para repellir as forças do general Blake, Napoleão deitou contra elle os marechaes Victor e Lefebvre. Providenciadas por este modo as cousas sobre a direita, mandou para a sua esquerda o marechal Moncey, com ordem de se limitar sómente a cobrir o Ebro desde Logronho até Calahorra, enviando-lhe de reforço uma das divisões do sexto corpo (o do marechal Ney). Feito isto, elle mesmo se destinou a acommetter o centro da linha hespanhola com os corpos dos marechaes Soult e Ney (2.° e 6.°), com a guarda imperial e a maior parte dos dragões. Todas estas disposições se tomaram de 6 para 7 de novembro. Lefebvre teve ordem de continuar a perseguir Blake, e Victor a de marchar para Balmaseda por Ordunha e Amurrio: estes dois corpos reunidos faziam uma força de 50:000 homens. Conseguindo juntaremse em Balmaseda, Blake foi na tarde de 9 de novembro de Nava para Espinosa de los Monteros, onde se resolveu a receber o ataque dos francezes. Pela uma hora depois do meio dia de 10 de novembro viu-se chegar o corpo do marechal Victor, que em Nava se havia separado do corpo do marechal Lefebvre, tomando este a direcção de Villarcayo, emquanto que aquelle ia pelo rasto de Blake, e ambos elles nas vistas de o envolverem. Acommettidos os hespanhoes nas suas posições de Espinosa, tiveram ainda assim a coragem de as conservar por todo o dia 10 com bastante sacrificio, perdendo o seu exercito dois dos seus melhores chefes, o conde San Ro-

man e D. Francisco Riquelme, ambos elles mortalmente feridos. Faltos de viveres, a ponto dos seus mesmos chefes se verem obrigados a nutrirem-se de espigas de milho e de maus fructos, a miseria chegou ao maior auge possivel, pela má administração das finanças e cega confiança do general em chefe, que esperava que lhe fossem fornecidos pelos navios inglezes que velejavam na costa da Biscaya. Os feridos jaziam abandonados pelo campo, sem se lhes poder ministrar soccorro algum no meio dos seus soffrimentos, nada lhes podendo vir de Espinosa, cuja villa se achava deserta, pela fuga dos seus habitantes, amedrontados pelos successos da guerra.

Não admira pois que as deserções, que desde 31 de outubro se tinham já feito sentir no exercito hespanhol, começassem a apparecer em muito maior escala durante a obscuridade da noite de 10 para 11 de novembro. Na manhã d'este ultimo dia os francezes retomaram a offensiva. O ataque, que no dia 10 tinha sido feito contra a direita dos hespanhoes, foi na manhã de 11 dirigido contra a sua esquerda, por terem reconhecido os francezes que a altura pela mesma esquerda occupada era a chave da posição sustentada; contra ella dirigiram pois o seu ataque, que aliás durou pouco tempo, porque apenas os hespanhoes viram mortos e feridos alguns dos chefes que mais prezavam, viraram logo costas, abandonando o combate. Após este desastre Blake ordenou a retirada da sua direita e centro, designando para ponto de reunião das suas tropas a villa de Reinosa, onde se achava o parque geral da sua artilheria e o deposito dos aprovisionamentos, esperando refazer ali o seu exercito, o que aliás não pôde conseguir, porque a activa diligencia e perspicaz previsão dos generaes francezes não lhe deram treguas, nem repouso. A perda dos hespanhoes em Espinosa foi immensa, e a sua derrota quasi completa, victimas de uma terrivel confusão [1], fugindo em desordem em todas as direcções, accumulando-se uns sobre a ponte de Espinosa, buscando passar para alem

[1] Assim o confessa o proprio conde de Toreno na sua *Historia do levantamento, guerra e revolução da Hespanha*.

do Trueba, e outros mesmo deitando-se ás aguas d'este rio, para o atravessarem a vau. Póde portanto dizer-se que em logar de retirada, não se viu mais que uma precipitada e espantosa fuga, filha da derrota de 30:000 homens, inteiramente aterrados, empurrando-se uns aos outros em similhante fuga, buscando todos a salvação no delirio do seu terror. Se fosse n'uma planicie, a cavallaria franceza os teria a todos infallivelmente aprisionado ou acutilado. A perda dos hespanhoes em mortos e feridos Thiers a computou em 3:000 homens, dizendo que a dos francezes fôra, pouco mais ou menos, de 1:100. Tal foi o exito que teve em Espinosa o formimidavel exercito hespanhol das Asturias, de Leão e da Galliza, denominado da esquerda, destinado a cortar a linha de operações do exercito francez. Toda esta victoria foi ganha unicamente pelo corpo do marechal Victor, que se podia reputar em 25:000 homens, porque o do marechal Lefebvre tinha, como já dissemos, tomado o caminho de Villarcayo, onde chegou pela tarde do dia 11.

Napoleão soube pela manhã do dia 9, que bastava o apparecimento das suas tropas para que as hespanholas fugissem logo desordenadamente, e se até ali tomára algumas precauções nos seus movimentos, desde então entendeu que podia afoutamente deixar de as tomar. Com esta persuasão ordenou na referida manhã do dia 9 aos marechaes Soult e Bessieres, que se dirigissem a Burgos. O marechal Moncey foi mandado observar de Lodosa o exercito de Castanhos e o de Aragão, deixando em Logronho os generaes Lagrange e Colbert do 6.º corpo, cuja principal força se devia dirigir sobre Aranda do Douro. Soult e Bessieres com a sua cavallaria, acompanhando ambos a Napoleão á testa da guarda real e da reserva, seguiram portanto a estrada real de Madrid na direcção de Burgos, como se lhes ordenára, por ser da intenção do mesmo Napoleão passar de lá ás planicies da Castella Velha, que se propunha correr a galope e perseguir os fugitivos hespanhoes, sendo esta a causa por que levára comsigo tamanho numero de dragões. Pelas quatro horas da manhã do dia 10 o marechal Soult poz o seu corpo de exercito a cami-

nho de Monasterio para Burgos. As forças do exercito hespanhol do centro, que até ali occupavam aquella cidade, tinham saído d'ella para se dirigirem ao alto Ebro, com o fim de irem em Frias cobrir a direita do general Blake, em conformidade com as decisões do conselho de guerra, que os generaes hespanhoes tinham tido em Tudela: 6:000 homens d'este mesmo corpo hespanhol do centro tinham ficado em Aranda, estrada de Madrid. Os 12:000 homens que íam para Burgos, compunham-se, como todos os mais exercitos da Hespanha por aquelle tempo, de tropas de linha, voluntarios, paizanos e estudantes. Este exercito contava tambem nas suas fileiras alguns batalhões de guardas wallonas e hespanholas, que eram os melhores soldados da Hespanha. Acompanhava-o igualmente uma numerosa artilheria, bem arreada e servida de parelhas. Na ausencia do capitão general Galluzo, trazia por commandante o marquez de Belveder, mancebo sem experiencia, e que temerariamente avançára contra os francezes, arrastado pela mais louca presumpção.

Logoque as tropas do marechal Soult chegaram no dia 10 a Gamonal, que era o local onde os hespanhoes estavam postados, ordenou o general Lassalle o ataque como lhe pareceu conveniente. A resistencia foi curta, abandonando os hespanhoes o terreno dentro em pouco tempo, deixando em poder dos atacantes bandeiras e artilheria. A derrota foi por conseguinte completa, soffrendo os hespanhoes uma consideravel perda. Os francezes, entrando em Burgos, deram esta cidade ao saque, apprehendendo n'ella duas mil sacas de fina lã, pertencentes a ricos proprietarios de rebanhos. No mesmo dia chegou a Lerma o marquez de Belveder com um bom numero de soldados debandados. Perseguido pelos francezes, d'ali se dirigiu para Aranda do Douro, e como ainda lá se não julgasse seguro, foi depois para Segovia, onde a junta central o substituiu no commando por D. José Heredia. Soult, tendo mandado uma columna sobre Lerma, para perseguir os hespanhoes, e uma outra para Palencia e Valladolid, no mesmo dia 11 de novembro marchou elle para Reinosa, nas vistas de cortar a Blake a sua retirada. Este general ía acompanhado de

um grande comboio de doentes e feridos, e socegadamente seguia a sua marcha, quando lhe annunciaram a approximação dos francezes. A artilheria, precipitando a sua marcha, ainda se pôde salvar d'este ataque sobre Reynosa, mas dos feridos muitos caíram nas mãos dos francezes, sendo victimas do seu brutal furor, entre os quaes se contou o general Acevedo, a favor do qual nada poderam conseguir as affectuosas supplicas do seu ajudante de campo, D. Raphael del Riego, o mesmo que mais tarde se tornou tão celebre durante a revolução liberal de 1820, sendo victima do seu liberalismo nas mãos dos absolutistas. Durante a noite de 13 de novembro, Blake partiu de Reynosa para o valle de Cabuernigo, onde a miseria o perseguiu no mais alto grau. No auge da sua grande tristeza e desanimação recebeu a noticia de ter de entregar o commando ao marquez de la Romana, de quem recebeu ordem de retirar para Liebana de Leão, onde devia fazer alto e esperar por elle sobre a margem direita do Elza. Pela sua parte os marechaes francezes, levando Blake adiante de si, seguiram diversas direcções. Lefebvre com o seu 4.º corpo, depois de alguns dias de repouso, encaminhou-se para Carrion de los Condes, e de lá para Valladolid. O 1.º corpo, do commando do marechal Victor, reuniu-se a Napoleão em Burgos, onde elle estabeleceu o seu quartel general. Soult com o seu 2.º corpo dirigiu-se para Santander, onde deixou uma guarnição, indo de lá para as planicies de Campos, depois de ter batido e dispersado em caminho uma divisão de 4:000 homens, commandada por D. Nicolau de Llano Ponte.

Napoleão, impaciente de estabelecer o seu quartel general em Burgos e de fazer d'esta cidade a base das suas operações, tinha no dia 10 de novembro ido ficar a Cubo, entrando incognitamente em Burgos na noite de 11. Mandando queimar o estandarte, que tinha servido á proclamação da realeza de D. Fernando VII, recebeu depois o clero e as auctoridades com extrema severidade. Assumindo o caracter de um conquistador irritado, julgou-se, pelo direito da guerra, senhor de poder dispor de tudo a seu talante. No dia 12 decretou uma amnistia geral com as unicas excepções dos duques do

Infantado, de Hijar, de Medina Cœli, e de Ossuna, do marquez de Santa Cruz del Viso, dos condes de Fernan Nunes, e de Altamira, do principe de Castelfranco, de Pedro Cevallos, e do bispo de Santander, por se terem declarado inimigos da França e da Hespanha, e tornado a ambas as corôas traidores. Adiando por emquanto a questão de ir bater os inglezes, por ver a paralysação dos seus movimentos, resolveu-se ao ataque dos exercitos hespanhoes da direita, antes de se dirigir a Madrid, depois de ter feito percorrer as planicies da Castella por 8:000 homens da sua cavallaria, tanto para intimidar os habitantes, como para conter em respeito os mesmos inglezes. Os exercitos hespanhoes da direita, nem pela sua composição, nem pela sua força se achavam em estado de medir-se com as numerosas e aguerridas tropas francezas. O seu general em chefe, D. Francisco Xavier Castanhos (mais tarde duque de Baylen), accusado de lentidão e demasiada prudencia, deu logar a que a junta central mandasse para junto d'elle alguns homens, que o fizessem operar, excitando a sua actividade. A escolha recaíu em D. Francisco Palafox, irmão do famoso capitão general de Aragão e membro da mesma junta central; deram-lhe largos poderes e por companheiros o marquez de Coupigny, e o conde de Montijo. Palafox era estimavel pessoa, mas incapaz de tal missão. Coupigny era pela sua parte um estrangeiro, e alem d'isso mal visto de Castanhos desde a batalha de Baylen; finalmente Montijo tinha mais tendencias para semear a discordia do que para conciliar os espiritos. Aos 5 de novembro reuniu-se um conselho de generaes, em que, contra o parecer de Castanhos, se decidiu o ataque contra o inimigo, resolução que todavia se adiou por causa dos desastres de Blake, de que se teve noticia. Entre incertezas e debates se foi pois passando o tempo até 19 do dito mez de novembro, em que Castanhos suspeitou achar-se em critica posição, á vista dos movimentos que descobria nos exercitos francezes.

Effectivamente Napoleão ordenára ao marechal Ney, que tinha chegado a Aranda do Douro, que no citado dia 19 partisse d'ali para Santo Estevam e depois para Almazan, onde

espreitaria attento Soria e Calatayud, vigiando se Castanhos retrogradava da sua posição de Calahorra, ou se tomava a estrada que de Pamplona vem para Madrid, dirigindo-se para esta cidade, porque n'este caso devia passar em Soria e n'aquelle seguir para Calatayud. O marechal Lannes, duque de Montebello, restabelecido da sua quéda de um cavallo abaixo, que em Vittoria o tinha demorado até então, devia acommetter de flanco e frente os hespanhoes, quer n'uma ou n'outra de taes direcções, dirigindo-se para Tudela. Com estas vistas se pozeram pois debaixo do seu commando 30:000 homens de infanteria, 5:000 de cavallaria e 60 peças de artilheria. Todas estas forças se reuniram em Lodosa e suas vizinhanças desde 20 até 22. Em cumprimento das ordens recebidas, o marechal Ney tinha chegado a Soria no dia 21 com o seu corpo de 20:000 homens. Por este modo os francezes queriam não sómente impedir o exercito de Castanhos de se dirigir para Madrid, mas até toma-lo de flanco e envolve-lo. Pela sua parte Castanhos julgou prudente retrogradar, estabelecer uma linha desde Tarazona até Tudela, estendendo ao longo de Queilés as suas forças em numero de 40:000 homens, inclusos 3:700 de cavallaria, quando se lhe reunissem as tropas do exercito de Aragão, ao passo que a sua direita era apoiada no Ebro. No dia 22 Palafox chegou effectivamente com o exercito de Aragão. Havendo na tarde d'esse mesmo dia um conselho, n'elle opinaram os dois irmãos Palafox, que a todo o transe se defendesse Aragão. Castanhos queria pela sua parte apoiar-se nas provincias maritimas e meridionaes, por serem mais fecundas em recursos de toda a natureza. Debatiam-se estas opiniões quando se recebeu a noticia de que os francezes vinham pelo lado de Alfaro. Effectivamente Lannes marchava pela margem direita do Ebro direito a Calahorra, e percebendo ali que os hespanhoes se retiravam sobre Alfaro e Tudela, fôra na citada tarde de 22 a Alfaro. Na manhã de 23 o mesmo Lannes deu ordem para se marchar a Tudela, sendo n'esta mesma manhã que o exercito de Aragão começára pela sua parte a passar o Ebro para a sua margem direita na ponte de Tudela. Effeituada

que foi esta passagem, Castanhos lá os arranjou em batalha como pôde, aragonezes e andaluzes, postando-os nas alturas que estão adiante de Tudela, e que d'ali vão até ás vizinhanças de Cascante, todas ellas cobertas de vastos olivedos, occupando assim o seu exercito uma frente de quatro leguas. Chegados que foram os francezes, a acção começou pelo ataque contra os aragonezes, que se achavam postados nas alturas que precedem Tudela, e formavam a esquerda da sua respectiva linha. Os atacados defenderam-se bem, sustentando as suas posições até ás tres horas da tarde, em que o general Morlot, tendo repellido os mesmos aragonezes pelo lado direito, e avançando ao longo do rio até Tudela, obrigou os mais a retirarem-se. Desde então seguiu-se uma geral derrota, fugindo os hespanhoes no meio da maior desordem, deixando no campo muitos mortos e feridos, um numero de prisioneiros muito mais consideravel do que era costume, toda a sua artilheria, assim como um immenso parque de munições e carros de bagagem. A noite poz termo a esta memoravel batalha, retirando-se os aragonezes para Saragoça com D. José Palafox, e os andaluzes para Borja, e depois para Calatayud com o general Castanhos. Os francezes apprehenderam 40 peças de artilheria, fazendo 3:000 prisioneiros, alem de 2:000 mortos ou moribundos, que estendidos ficaram jazendo no campo da batalha.

As derrotas de Espinosa, Gamonal e Tudela, experimentadas pelos exercitos hespanhoes da esquerda, centro e direita da sua respectiva linha, fizeram mallograr as loucas esperanças de victoria, que todos elles tinham posto nas suas forças, guiados mais depressa pelos seus ardentes desejos de vencer do que por justos e plausiveis motivos que para isso tivessem. Não sabendo manobrar, e temendo até mesmo não poderem desenvolver as suas columnas em tempo competente de um modo adequado, estendiam-se em longas linhas sem profundidade nas planicies, onde a superioridade da tactica franceza e a da sua boa e numerosa cavallaria davam ao inimigo consideravel vantagem para de prompto as derrotarem. Similhante ordem de batalha para as tropas que tinham de

operar tirava ás dos hespanhoes os meios de reforçarem com rapidez os pontos atacados pelas columnas cerradas dos francezes, ou os de se concentrarem, para assim resistirem ás massas do inimigo. Quanto aos povos da Hespanha, tambem se não deve esquecer, que, a par do seu patriotismo, predominava n'elles ainda mais que tudo por aquelle tempo o seu espirito religioso, crentes em que Deus os auxiliaria, não tendo pratica alguma da disciplina, nem das leis da guerra, que era aquillo em que mais verdadeiramente se deviam fiar. Os que militavam abandonavam de prompto as suas fileiras, logoque começavam a experimentar revez. Tambem se não julgavam obrigados a guardarem a fé promettida aos seus inimigos, não tendo mais que um só interesse e um só desejo, tal como o de vingarem por todos os meios possiveis as desgraças que os francezes estavam occasionando ao seu paiz. Póde portanto dizer-se que, sendo o povo hespanhol um povo guerreiro, estava na verdade longe de se poder por então considerar como um povo militar, e falto como se achava d'esta qualidade, não podia deixar de ser vencido pelos seus inimigos.

Batido como portanto tinha sido na esquerda da linha hespanhola em Espinosa o exercito de Leão, da Galliza e das Asturias, commandado por Blake, o que em Gamonal tinha igualmente succedido ao exercito do centro, commandado pelo marquez de Belveder, e finalmente batidos como pelo mesmo modo foram em Tudela os exercitos da direita e de Aragão, commandados pelos generaes Castanhos e Palafox, Napoleão julgou desde então poder sem perigo algum marchar direito a Madrid, e com tanta mais rasão, com quanta mais via os inglezes não lhe contrariarem as marchas e operações, nem se interporem entre elle e as fronteiras da França. Um ligeiro obstaculo se oppunha todavia aos seus desejos sobre este ponto. A junta central, depois da derrota de Burgos, tinha providenciado para que se defendesse Madrid, e as passagens das serranias Guadarrama, Fonfria, Navacerrada e Somo-Sierra. Este ultimo ponto fôra o de que mais particularmente se tinha tratado, por ser o mais exposto, mandando-se para elle D, Bento San-Juan com os corpos que tinham

ficado em Madrid da primeira e terceira divisão da Andaluzia e alguns outros novos, a que tambem se tinham reunido os restos do exercito da Extremadura, fazendo ao todo uns 10:000 homens com algumas peças de artilheria: fraco obstaculo era seguramente este para demorar a marcha triumphal do imperador dos francezes no meio das suas successivas victorias de Espinosa, Gamonal e Tudela, manobrando á frente dos seus numerosos exercitos. Apesar das suas grandes vantagens, tomou ainda assim todas as precauções para se assegurar da passagem de Somo-Sierra. No dia 28 partiu de Aranda do Douro, estabelecendo no dia 29 o seu quartel general em Bocequillas. Depois de alguma resistencia, a referida passagem foi franqueada no dia 30, por meio de uma brilhante carga dos lanceiros polacos e caçadores da guarda, commandados por Montbrun. Desde então Napoleão pôde a seu salvo dirigir-se até Madrid, circumstancia que fez com que os membros da junta central resolvessem saír de Aranjuez, que até ali era o local da sua residencia, e fossem para Talavera de la Reina na noite de 1 para 2 de dezembro. Entretanto o povo de Madrid pedia armar-se, supplica que se lhe deferiu, começando-se tambem a tratar da defeza da cidade com o maior cuidado, o que todavia não passou de alguns fossos e cortaduras adiante das suas portas exteriores, construindo-se igualmente algumas baterias sem parapeitos, guarnecendo-se de peças de pequeno calibre; descalçaram-se tambem algumas ruas, seteiraram-se os muros que cercam Madrid, fazendo-se outras obras similhantes no meio de um extremo e universal enthusiasmo. Estabeleceu-se uma junta de defeza, correu-se ás linhas, e buscou-se embaraçar o passo a Napoleão, que na manhã de 2 do dito mez de dezembro, anniversario da sua coroação e da sua famosa victoria de Austerlitz, tinha chegado com o grosso do seu exercito ás portas da capital da Hespanha. Resistindo os seus habitantes á intimação de se renderem, o marechal Victor começou a construir baterias contra certos pontos, e mais particularmente contra o Retiro, que na manhã do dia 3 foi tomado pelos francezes da divisão Villatte, a qual,

atravessando o Prado, tomou as barricadas da entrada das ruas, e apossou-se do immenso palacio do duque de Medina Cœli, uma das chaves de Madrid.

Chegadas as cousas a este estado, não admira que a desordem subisse ao seu maior cumulo dentro da cidade. O marquez de Castelar, aproveitando-se d'esta circumstancia, pôde retirar-se durante a noite á frente das tropas de linha. Abandonado por este modo o povo de Madrid, teve de depor as armas e submetter-se á colera de Napoleão. Pelas seis horas da manhã do dia 4 foram encontrar-se com o imperador os hespanhoes, D. Fernando Lavera e o general Morla, commandante das forças de Madrid, offerecendo-lhe a posse da capital da Hespanha. Morla foi por este facto accusado de traidor, e o pareceu ser, pela fraqueza de acceitar depois o serviço dos francezes. Allucinado por tão brilhantes e rapidos successos, Napoleão julgou terminada a guerra e firmada definitivamente na cabeça de el-rei José, seu irmão, a corôa de Carlos V. A prova d'isto foi a resposta que deu ao corregedor de Madrid, quando lhe disse: «Os Bourbons não podem reinar em Hespanha... Os exercitos inglezes eu os expulsarei da peninsula. Saragoça, Valencia e Sevilha submetter-se-hão, ou pela persuasão, ou pela força dos meus exercitos: não ha obstaculo algum capaz de retardar a execução das minhas vontades!..» A entrada do imperador em Madrid foi precedida de uma capitulação, que elle generosamente lhe concedeu. A 6 desarmaram-se os habitantes, e pondo-se de parte a capitulação, que pelo artigo 6.º ordenava, *que as leis, os usos, e os tribunaes seriam conservados na sua actual constituição,* um decreto appareceu contra o conselho de Castella, em que dizia que havendo-se este corpo conduzido *com tanta fraqueza, como má fé, todos os seus membros eram destituidos como cobardes e indignos de serem magistrados de uma nação brava e generosa.* Alem d'isto ficavam tambem como prisioneiros na qualidade de refens. A este decreto seguiram-se outros, pelos quaes se aboliu a inquisição, o numero dos conventos se reduziu a um terço, os direitos senhoreaes e os privilegios igualmente se aboliram e se estabeleceram alfandegas nas

fronteiras da França. A par d'estes decretos, excellentes quanto á sua natureza, outros appareceram crueis e igualmente contrarios á já citada capitulação. D. Arias Mon, decano do conselho, e muitos outros magistrados foram presos e enviados para França. O principe de Castelfranco, o marquez de Santa Cruz del Viso, e o conde de Altamira ou de Transtamara, comprehendidos no decreto da proscripção de Burgos, tiveram a mesma sorte, commutando-se-lhes a pena de morte em prisão perpetua, infringindo-se com isto os artigos 1.º, 2.º e 3.º da já citada capitulação. Assim devia ser igualmente tratado o duque de Sotomayor, que por um favor especial escapou da mesma pena, o que não succedeu ao marquez de S. Simão, emigrado francez ao serviço da Hespanha, que foi julgado por uma commissão militar e por ella condemnado á morte, por ter defendido contra os seus compatriotas uma das portas de Madrid (a de Fuencarral). De tão terrivel sorte foi livre pelas instantes supplicas de sua desolada filha, que lhe pôde obter a commutação da pena de morte na de detenção em França.

Mas deixando de parte a conducta politica de Napoleão, para nos occuparmos só da militar, diremos que as disposições tomadas por elle n'este ramo, depois da sua entrada em Madrid, denotavam manifestamente um vasto plano de operações, destinadas a submetter inteiramente a peninsula. Essas disposições, tomadas com summa intelligencia e rapidez, indicavam bem que elle queria fazer invadir a Galliza, a Andaluzia e o reino de Valencia pelos seus logares-tenentes, e tomar elle mesmo a seu cargo dirigir as suas tropas contra Lisboa. Subiam ellas então á enorme somma de 330:000 homens, não comprehendidas as reservas [1]. Em execução dos seus planos, o 6.º corpo, a guarda, e a reserva foram no dia 20 de dezembro postos debaixo da sua immediata direcção. O 1.º corpo foi mandado estacionar em Toledo, devendo a

[1] 250:000 homens de infanteria, 50:000 de cavallaria e artilheria, manejando esta 400 bôcas de fogo, alem de 32:000 homens mais que estavam empregados em guarnições, ou occupados em proteger a retaguarda do exercito.

cavallaria ligeira d'este corpo limpar as estradas que se dirigem para a Andaluzia até ás fraldas da serra Morena. O 4.º corpo achava-se em Talavera, sobre a estrada da fronteira de Portugal. O 2.º corpo occupava a ribeira Carrion, prompto a avançar sobre a Galliza. As divisões que compunham o 8.º corpo tiveram ordem de se reunir ao 2.º, e Junot, que commandava aquelle, foi tomar o commando do 3.º corpo, substituindo o marechal Moncey, que fôra chamado a Madrid para serviço particular, talvez o da expedição contra Valencia. O 5.º corpo, tendo chegado a Vittoria, foi mandado reforçar o 3.º, que por então se achava empregado no cêrco de Saragoça. O 7.º corpo conservava-se sempre na Catalunha: o seu numero era de 35:000 homens com 5:000 cavallos. As forças do cêrco de Saragoça eram pouco mais ou menos iguaes. Restavam portanto mais 180:000 homens de infanteria e 40:000 de cavallaria para a realisação dos planos que Napoleão ideára. Contra um tão formidavel exercito a Hespanha nada absolutamente podia, despidos os exercitos hespanhoes como effectivamente se achavam de disciplina, de generaes, e até mesmo de coragem. Parecia portanto evidente que a escravidão da peninsula estava no decurso d'aquelle tempo por um fio a ser-lhe decididamente imposta, sendo portanto devida a outras causas, e não ao patriotismo, coragem e constancia dos hespanhoes a liberdade de Portugal e da Hespanha. Quanto ao estado em que as tropas d'esta nação se achavam, para poderem resistir com alguma vantagem ao inimigo, era o mais deploravel possivel. O duque do Infantado, tendo fugido de Madrid, quando Napoleão se approximava d'esta cidade, fôra refugiar-se entre alguns milheiros de soldados do exercito de Castanhos; mas não os commandava. Estes miseraveis, achando-se privados de tudo, tornaram-se sediciosos e sem coragem alguma. O exercito de Valencia não existia, porque o pertencente a esta provincia tinha-se encerrado em Saragoça, o que dera logar ás dissensões que appareceram entre a junta local e Palafox. Os desfiladeiros da Serra Morena achavam-se occupados por 5:000 recrutas indisciplinadas, reunidas precipitadamente pela junta

de Sevilha, depois da derrota do general San-Joan. Galluzo, que tinha emprehendido a defeza do Tejo com 6:000 soldados, mal armados e nada aguerridos, achava-se então em fugida, depois de ter sido atacado e desfeito em Almaraz por um destacamento do 4.º corpo. La Romana estava junto de Leão á testa de uns 18:000 ou 20:000 homens fugitivos, que havia reunido a si depois da derrota de Espinosa; mas d'estes sómente 5:000 tinham armas, sem nenhum d'elles ser capaz de disciplina, nem subordinação, porque apenas os reprehendiam da sua má conducta desertavam logo.

Sobre um tão triste e miseravel quadro acrescia não haver exercito algum na Galliza, ao passo que nas Asturias a corrupção do governo local, a sua falta de fé e a sua oppressão vexavam o povo, e reduziam o patriotismo a não ser mais que um nome vão [1]. A junta central, passando de Aranjuez para Talavera, atemorisada com a approximação dos francezes, estabelecêra-se depois em Badajoz, e por fim em Sevilha, onde a continuação da sua inactividade contrastava singularmente com o melindre da situação existente e o pomposo entono das suas folhas officiaes. As suas promessas eram geralmente falsas, a sua incapacidade evidente, e os seus esforços ridiculos ou nullos: eis-aqui pois o fructo que a Inglaterra tinha tirado dos consideraveis auxilios em munições e dinheiro que fornecêra á Hespanha [2], cujo vigor se via geralmente abatido, não se mostrando por então o seu enthusiasmo senão n'um pequeno numero de cidades. Por conseguinte Napoleão

[1] É o que diz Napier, fundado no relatorio da campanha de sir John Moore, nos papeis d'este general, e nas cartas de Stuart e de mr. Frere.

[2] Desde o começo da guerra a Gram-Bretanha tinha enviado aos exercitos hespanhoes, 2.000:000 de libras esterlinas, 150 peças de artilheria de campanha, 42:000 cartuchos para esta arma, 200:000 espingardas, 61:000 sabres, 79:000 piques, 23.000:000 de cartuchos embalados, 6.000:000 de balas de chumbo, 15:000 barris de polvora, 72:000 fardamentos, 310:000 pares de sapatos, 37:000 pares de botas, 40:000 tendas, 250:000 jardas de panno, 356:000 equipamentos de guerra, 118:000 jardas de panno branco, 50:000 capotes, 50:000 cantis, 54:000 bornaes, com uma variedade infinita de outros mais objectos. (*John Jones*, tomo 1.º, pag. 117 da traducção franceza.)

achava-se em Hespanha perfeitamente senhor das suas operações, e a peninsula seria inteiramente subjugada por elle, a ficar reduzida sómente á defeza dos seus naturaes. Collocados os francezes no centro do paiz, occupando Madrid e as praças fortes da Hespanha, com grandes linhas de communicações entre as suas differentes provincias e a França, nada se podia oppor á realisação das vistas e planos do mesmo Napoleão, com a unica excepção da heroica Saragoça e do fraco exercito inglez de sir John Moore. Com toda a rasão tinha pois o imperador para si que aquella cidade ou mais tarde ou mais cedo forçosamente havia de caír em seu poder, reduzido como este negocio se achava á ampulheta do tempo e ao emprego de mais ou menos balas de artilheria. Quanto ao exercito inglez, com toda a rasão suppunha achar-se já em retirada para Portugal, no que muito se enganava, porque o seu 4.º corpo de exercito, postado em Talavera, estava já mais perto de Lisboa que o exercito inglez collocado em Salamanca, podendo o francez por uma marcha precipitada chegar antes d'elle a esta capital, não se tendo por então feito em Portugal preparativo algum de defeza para embaraçar o passo a 60:000 francezes, com que o mesmo imperador o podia mandar occupar. A tudo isto acrescia mais, que os restos dos exercitos hespanhoes, surprehendidos e desanimados pelos seus desastres, haviam-se conspirado contra os seus proprios generaes, assassinando alguns d'elles, e os que tinham escapado de tão desastrada sorte achavam-se sem confiança nos seus amotinados soldados. Póde portanto dizer-se que a submissão da Hespanha ao jugo do imperador era, como já dissemos, cousa inevitavel, e atrás da da Hespanha a de Portugal, se os negocios do norte da Europa não tivessem vindo transtornar os bem ideados planos de Bonaparte, o primeiro dos quaes era aniquilar inteiramente o exercito inglez de sir John Moore.

Quanto á rendição, ou entrega da heroica Saragoça, de que acima fallámos, o juizo de Napoleão era certo, e postoque a sua resistencia aos francezes fosse uma das cousas mais memoraveis, não só da guerra da peninsula, mas até mesmo dos an-

naes dos assedios das praças de guerra, o seu exito foi para aquella cidade o mais desgraçado possivel. Palafox, recolhendo-se a ella, depois da funesta batalha de Tudela, deitou-se com todo o empenho á execução das differentes obras defensivas que lhe pareceram necessarias, e que feitas á pressa e executadas com mais zêlo que juizo, ajuntaram á força da praça mais apparencia que realidade de defeza. Entretanto Palafox pelos seus grandes esforços augmentou muito n'este segundo assedio, seguramente mais arriscado e difficil que o primeiro, a grande reputação que desde este tinha já adquirido. No segundo cêrco 36:000 homens se empregaram para conquistar a heroica Saragoça, e alem d'elles uma tal profusão de artilheria e munições, que o exito não podia ser duvidoso. Desde o dia que se seguiu ao desastre de Tudela, constantes escaramuças e incessantes tiroteios de postos avançados ali tiveram logar, até que os francezes se foram lá accumulando por meio de reforços sobre reforços. O assedio só verdadeiramente começou a 20 de dezembro de 1808, pelo assalto e tomada dos postos avançados do Torrero e Casa-Branca, e por uma tentativa que o inimigo fez para se alojar na margem esquerda do Ebro, d'onde depois de muitos dias de combate e de grande mortandade da parte dos hespanhoes, os francezes foram finalmente repellidos. Aos 10 de janeiro de 1809 começou um violento bombardeamento, havendo muitas occasiões de se terem lançado 3:000 bombas em vinte e quatro horas dentro da cidade! A 26 do dito mez 55 peças de grossa artilheria batiam as obras novamente construidas no seu recinto, de que resultou formarem promptamente uma brecha praticavel. Os francezes vigorosamente a acommetteram no seguinte dia, e postoque chegassem a monta-la, não se poderam n'ella sustentar. O fogo dos intrincheiramentos interiores era continuado e a cada instante os sitiados se lançavam a fazer sortidas em que combatiam corpo a corpo com as tropas francezas de maior nome, commandadas pelo bravo marechal Lannes, e os trabalhadores empregados nas differentes obras do sitio. Durante estes combates era notavel e frequente verem-se mulheres e padres desenvolverem nas pri-

meiras filas os maiores rasgos de valentia e coragem. Os sitiantes, perdendo a idéa de se baterem peito a peito com gente tão determinada, recorreram ao trabalho das minas, meio lento, mas certo, por meio do qual penetraram no dia 6 de fevereiro de 1809 na principal rua da cidade, chamada do Corso, onde os edificios são de maior solidez. O combate tornou-se então desesperado no mais alto grau; cada casa transformou-se de facto n'uma verdadeira cidadella, que necessario foi atacar separadamente. A ignorancia dos aragonezes era ali vencida pela habilidade dos seus antagonistas, mas não o seu valor e coragem, á vista dos maiores esforços que fizeram em sua defeza.

Entretanto os francezes sempre de um para outro dia íam fazendo algum progresso, sendo por fim auxiliados pelos estragos de uma molestia, muito mais terrivel para os defensores do que era o fogo do proprio cêrco. O mesmo Palafox foi por ella atacado, tornando-se a defeza extremamente desesperada, postoque não quebrantada a coragem dos defensores. Um padre, chamado Ric, foi quem pelo seu exemplo pessoal, e pelo grande enthusiasmo que inspirou aos mesmos defensores, fez progredir a resistencia com a maior bravura possivel. Tres mil cidadãos tinham já perecido debaixo das ruinas das suas proprias casas, quando Ric levou o marechal Lannes, pela firmeza da sua conducta, a prometter no dia 20 de fevereiro um bom tratamento áquelles dos saragoçanos que ainda sobreviviam. A guarnição, em numero de 15:000 homens, saíu então da cidade, depondo as armas, depois de um desesperado assedio de cincoenta e dois dias de brecha aberta, vinte e tres dos quaes foram da mais crua e desesperada guerra dentro das proprias casas. O interior da cidade offerecia o mais terrivel e deploravel espectaculo; quarteirões inteiros tinham sido demolidos pelas repetidas explosões, não apresentando mais que uma massa informe de ruinas, cobertas de membros mutilados, e de cadaveres humanos. As poucas casas que o bombardeamento e as minas tinham poupado achavam-se crivadas de balas e estilhaços de bombas, tendo o seu interior cortado por travezes e communicações

defensivas. As suas paredes encontravam-se seteiradas, e todas as suas portas e janellas barricadas, vendo-se tambem cortadas as ruas por um sem numero de outros que taes travezes. A immundicie, a corrupção e a miseria de que estava sendo victima uma multidão de mais de cem mil almas, n'uma cidade que ordinariamente não contava senão quarenta mil, e todas ellas atormentadas pelas inseparaveis fadigas de um tão longo e trabalhoso assedio, tinham produzido uma epidemia, ainda mais cruel que o ferro e o fogo da artilheria inimiga. No meio das ruinas e dos cadavares, de que as ruas estavam cheias, via-se por uma e outra parte um pequeno numero de habitantes pallidos, magros e abatidos, que pareciam demorarem-se pouco a seguirem para a outra vida os seus camaradas que tinham já perecido, quando por mais algum tempo se prolongasse o cêrco. Segundo a numeração feita no começo e no fim de tão extraordinario, quanto terrivel assedio, affirmou-se que nos já citados cincoenta e dois dias da sua duração morreram 54:000 individuos, dois terços dos quaes eram militares, sendo o terço restante habitantes, ou refugiados. Faça-se portanto a devida honra a tão immortal e glorioso assedio, no qual os francezes empregaram 40 officiaes engenheiros, 24 dos quaes foram feridos, e d'estes morreram 11, alem do seu commandante, o general la Coste. Desde o principio até ao fim da rendição da cidade foram empregados nada menos que os marechaes Moncey, Mortier, Ney e Lannes, sendo este ultimo quem d'ella se assenhoreou, depois de reduzida a um cemiterio. Entretanto não se enganou o imperador Napoleão, quando pensou que a entrega, ou a tomada de Saragoça era, como já acima se disse, apenas um negocio de tempo e de mais ou menos balas e bombas. Agora quanto ao exercito inglez de sir John Moore, que tanto cuidado lhe dera, passaremos a dizer o que com elle teve logar, e quaes as suas marchas e operações até ao seu definitivo embarque para Inglaterra.

Sir John Moore havia pela sua parte deixado Lisboa no dia 26 de outubro de 1808 para se dirigir a Hespanha, como já vimos no capitulo ultimo do anterior volume. No dia 8 de

novembro chegára elle á praça de Almeida, d'onde resolveu marchar para Salamanca, segundo o que tambem já se disse no referido capitulo. A divisão de sir David Baird chegára no dia 13 de outubro á Corunha, onde ao principio a má fé das respectivas auctoridades a não deixaram desembarcar, allegando não terem para esse fim recebido ordem da junta central, ordem que depois lhes foi, effeituando-se por fim o desembarque. Demorada como ali esteve por algum tempo, o general Moore a mandou posteriormente marchar de lá para Astorga. O mesmo Moore tinha pela sua parte passado no dia 11 de novembro a fronteira de Hespanha, dirigindo-se para a Cidade Rodrigo. Seguindo de lá para Salamanca, foi no dia 13 do referido mez que a testa das suas columnas entrára na referida cidade, onde só a 23 chegaram igualmente as tropas da sua retaguarda; não se lhe juntando tambem senão no dia 3 de dezembro (em que os francezes entravam em Madrid), a artilheria, cavallaria e infanteria, commandadas por sir John Hope, que seguindo por Badajoz a Mérida, Truxillo e Talavera de la Reyna, por bem pouco se não foi metter por entre os esquadrões de Lassalle, perigo de que se escapou por uma marcha habil, que pôde effeituar pelas montanhas. A estrada que seguíra de Talavera foi a que atravessa a serra de Guadarrama, dirigindo-se por Espinosa a Salamanca, perigos que bem se lhe podiam ter evitado por este caminho, se sir John Moore tivesse feito reconhecer com antecipação o que vae da praça de Almeida á Cidade Rodrigo. Era por aquelle mesmo tempo que o imperador Napoleão, depois de se ter acampado em Vittoria com o prodigioso reforço dos seus 200:000 soldados, todos elles aguerridos e experimentados nas suas precedentes campanhas do norte da Europa, marchava com elles e os 100:000 homens do rei José, seu irmão, contra os exercitos hespanhoes, de que resultou fugir o general Blake no dia 9 de novembro de Nava para Espinosa de los Monteros, ao ver-se perseguido por 50:000 francezes, e ser ali batido por elles no dia 11, o que no dia anterior igualmente succedêra em Gamonal ao exercito do centro, commandado pelo marquez de Belveder, e no dia 23 em Tudela

aos exercitos da direita e de Aragão, commandados pelos generaes Castanhos e Palafox. Por conseguinte no mesmo dia em que Moore passava a fronteira da Hespanha para ir soccorrer os hespanhoes era Blake completamente derrotado em Espinosa, e n'aquelle em que a sua vanguarda entrava em Salamanca entravam ali tambem os fugitivos do exercito de Blake, desorganisado em Reynosa, deixando assim o 1.°, 2.° e 4.° corpo do grande exercito francez inteiramente livres de obrarem como e onde muito bem lhes parecesse, não devendo tambem omittir-se que no mesmo dia em que a retaguarda dos inglezes entrava igualmente em Salamanca eram inteiramente batidos em Tudela os generaes Castanhos e Palafox com os seus respectivos exercitos.

Succedeu pois que na mesma occasião em que sir John Moore reunira em Salamanca o seu exercito, n'essa mesma recebeu elle a noticia da destruição dos exercitos hespanhoes, e do cêrco de Madrid, feito pelos francezes. Mr. Frere, ministro inglez junto da junta central, e o coronel Graham haviam-lhe participado estes successos, pondo-o na alternativa, ou de se retirar precipitadamente para Lisboa, podendo por então faze-lo ainda, ou de continuar a campanha com muito risco seu, forçado em caso de desastre a mudar a linha da sua retirada, sendo esta a resolução que tomou, por ter sido levado, apesar de similhantes successos, a acreditar ainda assim no grande enthusiasmo da nação hespanhola, e a pensar que o seu patriotismo a determinaria a disputar palmo a palmo com firmeza de vontade o seu paiz aos invasores; e postoque depois descobrisse as exagerações dos agentes militares que se lhe mandaram, assim como a incapacidade dos generaes e do governo hespanhol, esperava todavia que a coragem do povo supprisse aquella grande falta de habilidade. N'isto mesmo se enganou elle igualmente, espantando-se de que nenhuma sensação causasse no proprio povo a derrota do marquez de Belveder, que inteiramente abria as portas de Castella ás incursões dos francezes, e tão altamente compromettia a segurança dos inglezes. A sua admiração redobrou ainda mais de ponto, quando viu que as auctoridades se não tinham so-

bresaltado com tal successo, não tomando precaução alguma: que não tinham distribuido armas, postoque tivessem milhares d'ellas nos depositos das principaes cidades; e finalmente que não tinham excitado os habitantes por meio de proclamações e nem mesmo promovido o alistamento d'elles para a defeza do paiz. O proprio general Moore não soube do desastre do marquez de Belveder senão uma semana depois que elle tivera logar, e ainda assim por via das folhas officiaes! Sobre tantos e tão graves contratempos acresceu logo em seguida receber elle a noticia no dia 28 de novembro da perda da batalha de Tudela. Em consequencia d'isto ordenou a sir David Baird, cujo corpo não tinha ainda passado de Astorga, que retrogradasse para a Corunha e se embarcasse para Portugal, o que elle pela sua parte igualmente faria, logoque se lhe tivesse unido o general Hope. Similhante retirada fez murmurar bastante as tropas inglezas, que a não podiam approvar, não obstante as ponderosas rasões que para isso havia, não tendo ainda visto a cara ao inimigo. Com data de 2 de dezembro recebeu elle novos despachos de Madrid, conjurando-o, em nome da junta suprema, para que quanto antes apparecesse n'aquella capital, assegurando-o de que todos os seus habitantes se achavam dispostos a sepultarem-se debaixo das suas ruinas antes do que a entregarem-se ao inimigo: com não menos efficacia lhe asseguravam igualmente uma ampla abundancia de viveres para poder manter o seu exercito. Mas sir John Moore, que já estava desconfiado das exagerações dos hespanhoes, duvidára da realidade de tão seductoras promessas, tendo-as a todos os respeitos por enganadoras, particularmente depois que a 9 de dezembro vagamente lhe constou haver-se entregado Madrid. Esta nova era tão humilhante e desastrosa, que os mesmos hespanhoes a não acreditaram, julgando ao contrario que a cidade continuava a resistir, não se tendo perdido mais que o Retiro. O proprio sir John Moore, não obstante os seus anteriores desenganos, trepidou tambem sobre a veracidade de tal noticia, e animado por novas cartas de mr. Frère, decidiu-se a ir em auxilio dos madrilenses. Que-

rendo pois secunda-los, contramandou a ordem expedida para a retirada de sir David Baird, e tendo conseguido a juncção da artilheria, cavallaria e infanteria do commando de sir John Hope, resolveu pôr-se em marcha para Valladolid, no intento de ameaçar as communicações dos francezes da cidade de Madrid com a França, e fazer uma diversão em favor dos suppostos heroicos defensores da capital da Hespanha. A 13 de dezembro sir John Moore tinha portanto o seu quartel general em Alaejos, achando-se em Toro duas das suas brigadas com a cavallaria de lord Paget. Sir John Hope estava em Tordesillas, e a cavallaria do brigadeiro general sir Carlos Stewart em Rueda.

Na manhã de 14 recebeu do mesmo Stewart um despacho interceptado, dirigido pelo principe de Neufchatel (Berthier) ao marechal Soult, pelo qual foi instruido de que Madrid se entregára definitivamente aos francezes. O que n'este despacho se continha era bastante importante para lhe fazer desde logo mudar a direcção da sua marcha e o projecto que concebêra. O 4.º corpo do exercito, dizia o citado despacho, está em Talavera para se dirigir a Badajoz. Este movimento, acrescentava mais, deve obrigar os inglezes a retirarem-se para Portugal, se, contra a crença do imperador, elles o não tiverem já feito, pois para lhes impedir tal retirada á pressa reunirá 50:000 homens e á testa d'elles se propõe atravessar os nevados cumes da serrania Guadarrama para lhes manobrar na retaguarda, separando-os de Portugal e dos portos da Galliza. O 5.º corpo está em marcha para Saragoça e o 8.º para Burgos. Este mesmo despacho ordenava ao marechal Soult, que de Saldanha avançasse com 16:000 homens do 2.º corpo para bater os hespanhoes da Galliza, occupar Leão, Benavente e Zamora, devendo igualmente manter as planicies n'uma inteira submissão, para o que eram sufficientes duas divisões de infanteria e as brigadas de cavallaria de Franceschi e Debelle. É notavel que os inglezes não tivessem conhecimento da capitulação de Madrid senão por este documento, que só dez dias depois d'aquella transacção lhes caiu nas mãos! Á vista pois d'isto, sir John Moore julgou poder surprehender

e bater o 2.º corpo, do commando do marechal Soult, antes que por Napoleão podesse ser soccorrido. Com estas vistas dirigiu de Alaejos as suas marchas sobre a sua esquerda, indo-se reunir a 20 do dito mez de dezembro em Mayorca com sir David Baird, onde com 60 peças de artilheria juntou 29:000 bayonetas e sabres debaixo das suas ordens, incluindo os 15:000 homens que o mesmo Baird lhe levára, desembarcados na Corunha [1]. Tendo-se concertado com o marquez de la Romana, para com as suas tropas, na força de 18:000 homens, fazer um movimento sobre a direita do inimigo, e havendo atravessado a ribeira de Cea, acima de Saldanha, sir John Moore avançou a 23 com todas as suas forças. Já a cavallaria ingleza se tinha encontrado com a franceza, e o grosso do seu exercito marchava de Villada e Sahagun para Carrion, quando com certeza se recebeu a noticia de que Buonaparte mudára inteiramente a disposição das suas forças; que o corpo mandado para Talavera estava em marcha para Salamanca; que 50:000 homens, que elle commandava em pessoa, se dirigiam a 22 do Escurial para Benavente, e que o corpo do marechal Soult, depois de ter sido reforçado, se dirigia para Astorga, através de Leão, o que bem indicava uma operação combinada para tornear e cercar inteiramente o exercito inglez. Á vista pois de uma tão critica e ameaçadora posição para este exercito, sir John Moore, vendo-se cortado na sua retirada para Portugal, resolveu em tal caso dirigir-se para a Galliza. As suas divisões passaram o Elsa com muita ordem e regularidade, reunindo-se a 28 em Benavente. N'este mesmo dia Napoleão achava-se em Villalpando, tendo feito em sete dias 59 leguas de marcha por um tempo cruel e detestaveis caminhos: tal era a vontade que tinha de derrotar completamente os inglezes! De Tordesillas havia elle escripto ao marechal Soult no dia 26, dizendo-lhe: «Se os inglezes conservam ainda hoje a sua posição, estão seguramente perdi-

[1] Soult diz nas suas *Campanhas de Galliza e Portugal em 1809*, que sir John Moore reunira em Mayorca 37:000 homens. Mayorca está a 17 ½ leguas NO. de Valladolid. Deve tambem advertir-se que os inglezes, enumerando a força dos seus exercitos, só contam bayonetas e sabres.

dos; se pelo contrario vos atacam, retirae-vos para a distancia de um dia de marcha, porque quanto mais se obstinarem em avançar, tanto melhor será para vós».

Em vez porém de avançar sir John Moore retrogradára, dirigindo-se para Benavente, contente de haver obrigado Napoleão a saír para longe de Madrid. Foi já perto de Valderas que o mesmo Napoleão soube com a mais viva dor, que apesar da sua rapida marcha se achava ainda assim separado por doze horas dos inglezes. Se o imperador houvesse ladeado mais para a esquerda e marchado directamente sobre Benavente, teria assim prevenido sir John Moore, e ali o derrotaria completamente, e se isto não praticou, foi pela firme persuasão de que a retirada dos inglezes seria para Portugal, marcha em que a sua destruição era igualmente certa, quando porventura a effeituassem. Descansando um dia em Benavente, sir John Moore seguiu de lá para Astorga, onde chegou no dia 29, destacando no dia 31 as brigadas ligeiras do exercito sem artilheria sobre a estrada de Orense, d'onde deviam marchar para Vigo. Ao tempo de evacuar Benavente a cavallaria, ás ordens de lord Paget e do general Stewart, alcançou vantagem n'uma brilhante acção que teve com alguns esquadrões da guarda imperial, que tinham passado a vau o Elsa, depois da destruição da ponte. Então se soube pelos prisioneiros, que o quartel general do corpo do exercito, partido do Escurial, tinha na precedente tarde chegado a uma aldeia, desviada sómente 5 leguas do exercito inglez. Para prevenir o perigo de um encontro, sir John Moore decidiu-se a fazer marchas rapidas para ganhar Villa-Franca, que lhe ficava a umas 17 leguas de distancia. Estas marchas executaram-se debaixo de um tempestuoso tempo, e com tal precipitação que o mesmo sir John Moore se viu obrigado a abandonar os seus doentes e a destruir uma grande quantidade de bagagens e munições; mas a retaguarda do exercito chegou sem maior perigo a Villa-Franca no dia 3 de janeiro. Já antes do começo da retirada as marchas e faltas de viveres, irregularmente fornecidos, tinham destruido bastante a disciplina das tropas; os soldados que ficavam dispersos

á retaguarda eram numerosos, tornando-se Villa-Franca o theatro de numerosas scenas de pilhagem e de embriaguez, males que d'ali por diante se tornaram ainda mais graves e geraes. Deu isto logar não sómente ás represalias da parte do povo hespanhol contra os soldados inglezes dispersos, mas até a que o mesmo povo lhes fechasse e trancasse as portas das casas, fugindo para as montanhas. Por este modo, para se obter um asylo era necessario o emprego da violencia, e desde então acabou-se de perder de todo o resto da subordinação e disciplina. Uma espantosa desordem se seguiu a similhante estado de cousas, espalhando-se com uma tal rapidez, que o exercito foi ameaçado de uma prompta dissolução. A reserva, que compunha a retaguarda, e cujos movimentos eram pessoalmente dirigidos pelo general em chefe, foi o corpo que mais regularmente marchou, andando umas 19 leguas em quarenta e oito horas desde Villa-Franca até Lugo, onde chegou no dia 5 do referido mez de janeiro, nas vistas de ganhar a Corunha, abandonando a marcha para Vigo, por ser a distancia de Lugo a esta cidade o dobro do que era para a Corunha.

Grandes esforços de marcha se tinham portanto feito, sendo durante elles necessario abandonar uma parte da caixa militar e muitas munições preciosas, que não podiam avançar com tanta celeridade como o exercito tinha precisão de empregar, para se salvar do perigo que tão de perto o ameaçava. Mesmo com estes sacrificios reconheceu-se ser impossivel ir para alem de Lugo, sem ter ali algum descanso, em que se consumiu o dia 6, durante o qual se deu uma certa ordem e organisação ao exercito, postando-se as tropas em face da cidade, para offerecerem batalha aos francezes que as perseguiam. Com esta medida tudo se animou e regularisou: o exercito, postado com habilidade e juizo, tendo a sua direita apoiada no rio Minho, apresentou um tão respeitavel aspecto, que os francezes se não atreveram a ataca-lo, circumstancia com que tambem se reuniu uma outra, de não menor fortuna para elle. Buonaparte, reconhecendo em Astorga, para onde finalmente se dirigira, que não trazia comsigo uma força sufficiente para

inteiramente aniquilar os inglezes, e que estes se tinham escapado á sua perseguição, retrogradou com metade do seu exercito, dirigindo-se repentinamente para Valladolid, onde entrou pela tarde do dia 6 de janeiro de 1809, e de lá finalmente se foi para París. Explica-se commummente este facto pela crença geral de que similhante retirada proveiu da noticia que o imperador teve em Astorga dos preparativos da Austria para entrar n'uma nova campanha contra a França, causa effectivamente esta que está mais em harmonia com o facto succedido: entretanto outros ha que a não acceitam, dizendo que nem essa campanha exigia similhante rapidez de medida, nem ella effectivamente a teve, porque a celebre campanha de Wagram só começou a realisar-se quatro mezes depois. Buonaparte havia-se desvanecido com a idéa de tornear rapidamente o exercito inglez, forçando pelo menos uma das suas alas a depor vergonhosamente as armas, segundo o que elle proprio annunciára a Fouché. Despeitado por não conseguir este intento, retrogradou, e esta é portanto a causa a que os segundos julgadores sobre este successo recorrem para explicarem de um modo mais conforme ás suas idéas a tão inopinada retirada de Buonaparte de Astorga para Valladolid e depois para París, passo que para elle veiu a ser das mais funestas consequencias, deixando de se assenhorear da peninsula, onde ficou subsistindo uma guerra, que bem podéra ter então completado, para ao mesmo tempo ir emprehender outra para o norte da Europa, que tão damnosa lhe foi, apesar dos triumphos que n'ella ganhou. Alem das duas citadas opiniões houve ainda uma terceira, para explicar a conducta de Napoleão, attribuindo-a ao receio de caír debaixo do mortifero ferro de algum hespanhol fanatico, por se dizer que na Hespanha se tinha então formado uma associação de tyrannicidas: similhante explicação é a que menos provavel nos parece, tendo o imperador por incapaz de receiar similhante cousa.

Para a continuação da guerra na peninsula, o marechal Ney foi por aquella occasião commissionado a ir ameaçar Leão com 18:000 homens, ao passo que, dando-se ao mare-

chal Soult 23:000 homens, a este se confiou a perseguição do exercito inglez na sua retirada para a beira-mar. O mesmo Soult, depois de uma ligeira escaramuça com os inglezes, na qual o valor natural d'estes nada perdeu da sua reputação, pareceu não fazer grande esforço para os atacar nas posições por elles tomadas no dia 6 de janeiro, das alturas de Lugo, para onde se tinham dirigido, como já vimos, e onde se demoraram até ao dia 8. N'este dia porém á entrada da noite o general Moore, pensando que os francezes esperavam reforços, decidiu-se a continuar a sua retirada para a Corunha, nas vistas de ganhar algumas horas de avanço sobre os seus inimigos, e assim o praticou pelas dez horas da dita noite, depois de ter feito accender os costumados fogos em todas as suas linhas, buscando com isto encobrir os seus designios. Pela tarde do dia 9 foram os inglezes entrar em Betanzos no mais deploravel estado de desordem e abatimento, commettendo nas povoações por onde passavam os seus anteriores roubos e violencias. O cansaço e a miseria eram taes e tão consideravel o numero dos soldados que ficava á retaguarda, que o general Moore teve de se demorar ainda o dia 10 n'aquella cidade, retomando a sua marcha sómente no dia 11, em que se descobriu a Corunha: mas com a desgraça de se não verem n'ella os desejados transportes para o embarque das tropas, porque tendo sido mandados a Vigo, não tinham podido vir de lá, em rasão dos ventos contrarios que lhe sopravam rijos. Foi na Corunha que o exercito inglez se organisou de novo no dito dia 11, notando-se chegar a 15:000 combatentes, o muito, pois outros o fixam em menor numero. A divisão ligeira, destinada para Orense pelo general Moore, chegou a Vigo sem contratempo algum, por não ter sido perseguida pelo inimigo: por conseguinte a perda total dos que tinham succumbido ás fadigas da retirada reputou-se em 6:000 para 7:000 homens [1]. A cavallaria ficou completa-

[1] Como adiante se verá, é grande a discrepancia de opiniões sobre a perda que os inglezes soffreram na sua retirada; mas confrontando o primitivo numero do exercito de Moore com o das forças que d'elle em-

mente desmontada, tendo-se perdido 5:000 cavallos pouco mais ou menos. Igualmente se perderam os armazens e equipamentos de toda a especie, de modo que para recompor o exercito e habilita-lo para novos combates, era urgente que quanto antes voltasse para Inglaterra.

A Corunha, pela sua situação sobre um estreito promontorio, que se estende pelo Atlantico e que é defendida por uma forte cidadella, offerecia ao exercito inglez um ponto de seguro embarque, que de prompto poderia effeituar-se, sem ser seriamente incommodado pelo inimigo, embarque que não se realisou desde logo, em rasão da ausencia dos transportes, como acima se viu. Em consequencia d'isto necessario foi ao general Moore preparar-se para um cêrco, destinando em tal caso algumas companhias de sapadores para fortificarem a estreita frente, pela qual os francezes se podiam approximar da cidade. Todos os seus habitantes, moços e velhos, quer de um, quer de outro sexo, ajudaram n'esta obra os inglezes, sem que lhes diminuisse o seu zêlo o saberem que elles se haviam de embarcar, logoque lhes chegassem os transportes. Com tal coragem e dedicação prestaram officiosamente este serviço, que a cidade se achou dentro em pouco tempo em estado de se defender de forças desprovidas de grossa artilheria. Foi no dia 12 que os francezes começaram a apparecer do outro lado da ponte de Burgo, que os inglezes tinham cortado. Os dois exercitos estiveram sem se atacar um ao outro até ao dia 14, no qual os francezes, julgando-se já sufficientemente reforçados, repararam a ponte e a passaram uns depois de outros. Foi pela tarde do referido dia que o vento virou ao sul, e os transportes vindos de Vigo poderam finalmente entrar na Corunha. Sir John Moore fez logo embarcar os doentes, os feridos e as praças da cavallaria desmontadas, bem como cincoenta e dois caixões, não deixando em terra mais que oito peças de artilheria inglezas e quatro hespanholas, para o caso de ser

barcaram por fim na Corunha e em Vigo para Inglaterra, parece-nos não ser excessiva a perda acima indicada, sendo tambem a que sir John Jones apresenta na sua obra.

necessario empenhar uma acção. Alguem houve no campo inglez que aconselhou o seu general a que capitulasse com os francezes, para mais livre e commodamente se poder effeituar o embarque, conselho que sir John Moore repelliu nobremente, desdenhando de tão deshonrosa proposição. Embarcado o material mais pesado e a parte não combatente do exercito, devia a combatente embarcar na noite de 16, a favor da sua obscuridade. O general inglez esperava com a maior impaciencia, como quem receiava uma imminente desgraça, que a hora desejada chegasse, quando pelas duas horas depois do meio dia um movimento geral da linha inimiga lhe veiu embaraçar o projectado embarque, dando logar a uma das mais encarniçadas e sanguinolentas lutas, que tanto superabundaram na guerra da peninsula. Dispondo-se a dar batalha, o marechal Soult tinha estabelecido, desde a precedente noite, sobre as alturas de Peñasquêdo uma bateria de onze peças, na qual se apoiava a sua ala esquerda, formada pela divisão do general Mermet; o centro e a ala direita eram formados pelas divisões dos generaes Merle e Delaborde, estendendo a d'este ultimo a sua linha até á aldeia de Pelavea de baixo. A cavallaria franceza deixava-se ver á esquerda de Peñasquêdo. Para o lado de San-Christobal, e sobre o caminho de Bergantiños via-se o total das forças do marechal Soult, que se elevavam a perto de 20:000 homens. Os 15:000 inglezes tinham tomado posição sobre o monte Méro, desde a embocadura da ribeira do mesmo nome até á aldeia Elviña. As tropas de sir David Baird estendiam a sua linha por este lado da montanha e as de sir John Hope pelo lado opposto, que atravessa a estrada real de Betanzos. Duas brigadas, pertencentes a estas mesmas divisões, foram tomar posição por traz d'ellas na extremidade das suas respectivas linhas e sobre os pontos mais elevados da montanha. A reserva, commandada por lord Paget, achava-se na retaguarda do centro em Eyris, pequena aldeia d'onde se podia descobrir todo o valle, que ficava entre a ala direita dos inglezes e as alturas occupadas pela cavallaria franceza. Mais perto da Corunha e sobre o caminho de Bergantiños achava-se postada uma divi-

são do general Frazer, prompta a acudir a toda a parte onde necessario fosse.

Como acima se disse, a batalha começou ás duas horas depois do meio dia: os francezes atacaram com intrepidez, procurando com esforço desalojar a ala direita dos inglezes. Entretanto as tapadas que encobriam o terreno impediam os soldados dos dois exercitos de avançarem uns contra os outros, tanto quanto pretendiam. Ao principio os francezes chegaram a desalojar de Elviña as tropas dos seus adversarios; mas depois foram repellidos á custa de muito sangue. Seguiu-se a isto um encarniçado combate sobre toda a linha. O general sir David Baird, que commandava uma divisão, foi gravemente ferido, perdendo um braço, e sir John Moore, que com particular attenção vigiava a posição de Elviña, onde o combate se tornára mais encarniçado, foi ferido na espadua esquerda por uma bala de artilheria, que logo o deitou no chão. Aindaque mortalmente ferido, quiz-se todavia sentar, e lançando socegadamente os olhos sobre o campo de batalha, pareceu reanimar-se, vendo que as suas tropas íam ganhando terreno sobre as inimigas. Foi sómente então que elle permittiu que o levassem para logar mais seguro, onde ainda viveu algumas horas, mostrando a serenidade propria de quem nobremente cumprira o seu dever: «Espero eu, disse elle, que o povo inglez ficará satisfeito, e que o meu paiz me fará justiça». O seu corpo foi enterrado dentro dos muros da Corunha [1]. Os francezes, não podendo romper de frente a ala direita dos inglezes, procuraram tornear-lh'a; mas lord Paget, acudindo com a sua reserva, fez recuar os dragões de la Houssaye, obrigando-os a reprimir o impeto; e demorando por esta fórma os outros, chegou mesmo a approximar-se da altura em que estava levantada a bateria franceza das onze peças de artilheria. Ao mesmo tempo os inglezes avançavam

[1] Informado o marechal Soult do logar onde tinha sido ferido sir John Moore, mandou-lhe gravar n'um rochedo vizinho esta inscripção latina: *Hic cecidit Johannes Moore, dux exercitus in pugnam januari* XVI 1809 *contra gallos, a duce Dalmatiæ ductos.* O governo inglez tambem pela sua parte lhe mandou depois levantar um mais altivo monumento.

sobre toda a linha, e se a noite não sobreviesse, talvez a posição do marechal Soult se tornasse critica, porque as munições lhe começavam já a faltar no campo. Os inglezes, porém, contentes do que tinham feito, retomaram a sua primeira posição, desejosos de se embarcarem ao favor da obscuridade da noite. A sua perda foi de 800 homens, a dos francezes foi de 150 mortos e 500 feridos; entre os primeiros contou-se o general Gaulois, e entre os segundos o general Lefebvre, o coronel Corsin e 20 officiaes, entrando 5 do estado maior. O general Hoppe, nas mãos de quem veiu depois a cair o commando em chefe do exercito, julgou prudente effeituar o embarque de todas as suas tropas durante a noite, confiando aos generaes Hill e Beresford o cuidado de protegerem esta operação, como praticaram. Vendo pela manhã os francezes que o monte Méro se achava abandonado pelos inglezes, tendo estes deixado a terra para se recolherem ao mar, immediatamente avançaram, indo postar nas alturas de S. Diogo algumas peças de grosso calibre, que tinham achado nas das Angustias de Betanzos, e com ellas começaram a fazer fogo sobre os navios que estavam dentro da bahia. Alguns d'elles cortaram logo as amarras e se pozeram ao largo; mas outros foram queimados, pela muita precipitação que pozeram em fazer o mesmo, sem que o conseguissem.

Por este modo se effeituou pois a desastrada retirada do general Moore para Corunha e a do seu exercito para a Gran-Bretanha, retirada que alguns dos seus compatriotas têem fortemente censurado, e outros têem muito louvado, sendo esta uma questão de critica militar em que nos não compete entrar, não só por alheios a esta profissão, mas tambem porque nada ha que não possa louvar-se ou aggredir-se, segundo o modo por que cada um vê as cousas, particularmente depois dos successos passarem, em que tão facil é então prevenir os desastres succedidos. Mais benigno para a memoria de sir John Moore foi seguramente o marechal Soult do que os proprios patricios do infeliz general, taes como Londonderry, Alison, Maxwell e Southey. Na carta que o referido marechal dirigiu ao coronel Napier em 15 de novembro de 1824, lhe

disse elle: «Sir John soube por toda a parte aproveitar-se das vantagens que o paiz lhe offerecia, para oppor uma activa e vigorosa resistencia, succumbindo por fim n'um combate, que deve para sempre honrar-lhe a sua memoria». Todavia é innegavel que a retirada do exercito inglez foi dos mais funestos resultados, salvando-se apenas d'elle 18:000 homens, 6:000 embarcados em Vigo e 12:000 na Corunha, soffrendo portanto uma considerabilissima perda de gente, e por assim dizer ingloriosamente [1]. Perderam mais 44 peças de campanha, 150 cai-

[1] Justo é que o leitor saiba haver grande discrepancia na avaliação da perda soffrida pelos inglezes. Segundo os documentos publicados por Murray, o exercito de sir John Moore tinha a 19 de dezembro de 1808 o numero de 27:309 homens, e a 16 de janeiro de 1809 o de 23:276, havendo uma differença para menos de 4:033, dos quaes 800 tinham abandonado a columna em marcha, havendo-se dirigido para Portugal. Mr. Thiers eleva a 3:000 o numero dos cavallos mortos, e a 6:000 o dos homens mortos, feridos e prisioneiros. Este ultimo numero, indicado tambem por sir John Jones e outros mais escriptores, não é exacto, segundo o parecer de alguns: todavia quadra com a avaliação feita por Berthier n'uma carta por elle dirigida ao rei José em 17 de janeiro de 1809, onde eleva o numero dos prisioneiros a 4:000, o dos cavallos mortos a 3:000, e o das carretas de bagagens e munições abandonadas pelos inglezes a 7:000. As *Victorias e Conquistas* avaliam as perdas de Moore na exagerada somma de 8:000 a 9:000 homens e a 6:000 a dos cavallos. (Nota de mr. A. Brialmont, feita a pag. 219 do 1.º volume da sua *Historia do duque de Wellington.)*

O historiador Napier computa o exercito de Moore, no já citado dia 19 de dezembro de 1808, em 29:305 homens, excluindo 2:275 deixados em Portugal e os ficados entre Villa-Franca e Lugo. Antes de chegar a esta cidade sir John Moore tinha perdido 1:397 homens, sendo 2:636 os que perdeu desde ella até ao seu embarque na Corunha, fazendo assim um total de 4:033 homens.

Soult diz a pag. 19 das suas *Campanhas de Galliza e Portugal em* 1809 o seguinte: «Segundo os documentos inglezes que apprehendemos, a força do exercito inglez reunida em Mayorca era de 37:000 homens, apresentando 30:000 a 32:000 bayonetas e sabres: foi pela mesma via que soubemos não se terem embarcado mais que 6:000 homens em Vigo e 12:000 na Corunha. Sem duvida os 19:000 homens de differença não foram tomados ou mortos pelos francezes; um grande numero dispersou-se na retirada, sendo estes fugitivos, ou recolhidos ou mortos pelos habitantes, segundo estes os tomavam por amigos ou inimigos».

Nas suas *Memorias sobre a guerra dos francezes em Hespanha*, diz

xões, e 20:000 espingardas, caindo todas estas cousas na mão do inimigo: grande porção de bagagens lhes tomou este igualmente, não fallando nas destruidas ou lançadas aos precipicios; 800:000 francos perderam igualmente no Cerezal, sendo obrigados a percorrer um espaço de 60 leguas francezas em dezeseis dias. Finalmente o exercito inglez retirando-se com a precipitação com que o fez, e tendo por fim de acceitar batalha, abandonando o seu campo, perdendo com a sua cavallaria e artilheria o seu proprio general em chefe, sendo o seu immediato posto fóra de combate, com muitos dos seus bravos soldados, successos que tiveram logar para retardar a marcha do exercito francez, é evidente que tudo isto são provas de que similhante retirada se effeituou com enormes sacrificios, e dos mais sensiveis que póde haver para um exercito em campanha. Foi por esta rasão que os francezes contaram esta retirada no numero das suas mais famosas victorias, e todavia os inglezes a olham tambem como victoria sua, dizendo que, sendo o fim do general Moore retirar-se para a Corunha com o seu exercito e n'aquelle porto embarcar-se para Inglaterra, o que effeituou por meio de uma batalha, é inquestionavel ter conseguido o fim que se propozera alcançar, aindaque com sacrificios de grande monta, não obstante os esforços empregados pelo inimigo para lhe mallograr os intentos. Encarada a questão por este modo, a cousa póde bem admittir-se, sendo tambem innegavel que a infanteria ingleza se bateu galhardamente bem, não desmerecendo em nada a sua boa reputação. As desordens que se notaram na sua retirada depois de Lugo foram filhas da inexperiencia dos officiaes e soldados,

mr. M. de Rocca que o general sir David Baird, tendo desembarcado na Corunha a 14 de outubro, seguíra pela estrada de Lugo até Astorga, commandando 13:000 homens; que sir John Moore, tendo saído de Lisboa a 27 do dito mez, se dirigíra para a Extremadura e para as Castellas pelas estradas de Almeida e Cidade Rodrigo, Alcantara e Mérida, commandando 21:000 homens. Por conseguinte o total dos dois exercitos inglezes era de 34:000 homens, segundo elle. Diz mais que depois da batalha da Corunha o exercito de Moore perdêra para cima de 10:000 homens, alem do seu thesouro, de muitas bagagens, e de quasi todos os cavallos da sua cavallaria.

bem como da extrema relaxação da sua disciplina, augmentada pelo excesso das fadigas, rigores da estação, mau estado dos caminhos e até falta de viveres. Apesar de tão graves contratempos a coragem do exercito inglez não teve quebra, como se prova pelo combate de Lugo e batalha da Corunha. O que admira é que o exercito francez no meio das suas vantagens tivesse tambem muitos soldados dispersos, e que o marechal Soult fosse obrigado a esperar alguns dias n'aquellas duas cidades que o seu exercito se completasse. É portanto um facto que a retirada do exercito inglez para a Corunha e o seu embarque n'aquella cidade nenhum desaire trouxe para a honra militar da Gran-Bretanha; mas tambem é um facto, como diz mr. Thiers, que lhe acarretou muita desconsideração politica na opinião dos hespanhoes, acreditando, pelo menos por algum tempo, que as tropas inglezas eram incapazes de salvar a peninsula, não sendo de menor monta o desalento que produziu, tanto em Inglaterra, como em Portugal.

Retirados pois da Corunha os inglezes no dia 17 de janeiro, Soult decidiu-se depois a sitiar aquella cidade, que então estava governada por D. Antonio Alceu, o qual julgou prudente capitular no dia 19, entrando n'ella triumphalmente os francezes no dia 20. Da Corunha passaram estes a dirigir as suas operações sobre o Ferrol, que igualmente capitulou no dia 26, ficando reconhecido n'uma e n'outra cidade como soberano da Hespanha o rei José Buonaparte. Aterrada como desde então ficou a Galliza pela perda d'estas duas principaes cidades, e sobretudo aterrada tambem pela retirada dos inglezes, póde dizer-se que esta provincia se reputou inteiramente subjugada pelos francezes. Por toda a parte d'ella se espalhou o abatimento e a tristeza. Só o marquez de la Romana se achava com um punhado de soldados retirado n'um canto da mesma Galliza. Os francezes não o inquietaram ao principio; mas mais tarde o general Marchand dirigiu-se contra elle e o quiz atacar em Bibey, de que resultou retirar-se para Orense o referido marquez. Os francezes o continuaram ainda a perseguir, até o obrigarem a entrar em Portugal, dirigindo-se el-

les para S. Thiago de Compostella, onde a 3 de fevereiro o marechal Soult tinha já entrado sem disparar um só tiro, passando de lá para Tuy. O mesmo Soult, sendo no governo da Galliza substituido pelo marechal Ney, teve por ulterior incumbencia penetrar em Portugal com o corpo do seu commando, dirigir-se para o Porto, e vir depois occupar Lisboa, a fim de por este modo vingar o desastre do Vimeiro, pois como se vê das instrucções que Berthier lhe expediu em 21 de janeiro de 1809, devia elle achar-se na dita cidade do Porto no dia 5 de fevereiro, e na de Lisboa antes de 16 do dito mez. Sendo este o encargo dado ao marechal Soult, o dos outros marechaes foi o da pacificação das provincias da Hespanha já conquistadas, e o do acabamento da dispersão dos incoherentes restos do exercito hespanhol. Verificada que fosse a entrada dos francezes no Porto, ordenar-se-ía a Lapisse, no mesmo dia de tal entrada, que de Salamanca, onde estava com a sua divisão, marchasse sobre a Cidade Rodrigo e Abrantes, competindo ao marechal Victor saír de Madrid para a Extremadura hespanhola, chamar o mesmo Lapisse para Mérida, e tentar com os 30:000 homens que n'aquelle ponto reunisse, invadir o Alemtejo, logoque Soult estivesse perto de Lisboa, para que por meio das suas operações auxiliasse quanto possivel as do referido marechal, devendo até pôr em marcha contra a capital de Portugal uma forte columna, quando porventura se receiassem grandes obstaculos para a sua definitiva occupação pelo mesmo Soult. Effectuada que esta fosse, e realisado o embarque dos alliados para fóra da peninsula, o marechal Victor dirigir-se-ía depois sobre Sevilha por Mérida, apoiado por uma fracção de exercito de Soult, sendo portanto o resultado de todo este plano a conquista de Portugal e a da Andaluzia, como previamente Berthier fez saber ao rei José nas instrucções que lhe enviou em 17 do já citado mez de janeiro de 1809. O que de tudo isto portanto se collige é que a occupação de Lisboa era o principal alvo das operações dos dois marechaes, os quaes para este fim se pozeram em marcha, a saber: Soult para a provincia do Minho, desde o principio de fevereiro do referido anno de 1809,

e Victor um pouco mais tarde, dirigindo-se effectivamente para a Extremadura hespanhola, como se lhe ordenára.

A noticia do definitivo desastre do exercito inglez na Hespanha só um mez depois d'elle ter tido logar é que foi sabida em Lisboa com inteira certeza; mas já antes d'esse tempo tristes presentimentos, fundados em sinistros agouros, filhos das prodigiosas forças francezas, que com Napoleão á sua frente haviam entrado na peninsula, e depois d'isso igualmente fundados nas funestas derrotas dos exercitos hespanhoes em Espinosa, Gamonal e Tudela, tinham consideravelmente amargurado os governadores do reino e juntamente com elles toda a nação portugueza. Não obstante isto as suas providencias para a resistencia eram não sómente mesquinhas, mas até mesmo deploraveis, já porque pouco ou nenhum impulso se dera para levar o exercito ao seu estado effectivo, e já pela desgraçada medida, de que n'outra parte tratámos, do armamento geral da nação, que de facto nada mais era do que armar a plebe, ou auctorisar o seu armamento, para depois poder mais a seu salvo commetter os actos de anarchia que muito bem lhe parecesse, sem nada lhe poder resistir, como effectivamente succedeu, ao passo que contra o inimigo nada mais era do que fazer desgraçadas victimas, sacrificando povoações e moradores, por nunca se poder esperar que com povo desordenado e anarchico, e a maior parte d'elle sem espingardas nem munições, fosse provavel conseguir vantagem alguma seria contra tropas aguerridas e disciplinadas, tendo habeis officiaes á sua frente. Alem d'isto combatidos, como por outro lado se achavam os governadores do reino, pela facção do bispo do Porto, que persistia firme em o não querer deixar saír d'aquella cidade para a de Lisboa, a fim de tomar o logar que lhe competia entre os seus collegas, cousa em que muito do coração elle igualmente concordava pela sua parte, pois de facto era elle quem governava as provincias do norte do reino, onde todos lhe obedeciam sem contrariedade nem opposição, não tendo os mesmos governadores por si mais que os povos das provincias do sul, e esses mesmos indoceis e recalcitrantes aos seus mandados, era claro que em cir-

cumstancias taes o governo de Lisboa não podia ter a fôrça e energia que lhe convinha para poder pôr o paiz em estado de regular defeza contra qualquer nova tentativa por parte dos francezes. O mesmo governo era tambem o proprio que pela sua parte parecia mais propenso a favorecer os tumultos e a anarchia do baixo povo, olhando-os como um verdadeiro rasgo de patriotismo e odio contra os francezes, do que a cohibi-los, não attendendo a que eram reconhecidos actos de insubordinação e desprezo da auctoridade, e portanto um incentivo para todas as desordens e assassinios que effectivamente se praticaram, aquellas em grande escala em Lisboa e ambas as duas cousas em ponto altamente assustador, tanto no Porto, como na cidade de Braga.

Por outro lado forçoso é tambem confessar que effectivamente havia em Portugal homens que por desgraça pareciam estar votados ao partido francez, assoprando imprudentemente discordias e prómovendo zizanias, de que tão facilmente podia resultar a maior e mais funesta exaltação da plebe, a qual julgava atterrar os francezes e os seus partidistas, praticando quantos desatinos podiam lembrar a homens sem acordo de rasão, e que no meio da sua exaltação e furores chegaram até a julgar que os francezes já por si não tinham meios de tornarem a invadir o paiz. Alem do exposto acrescia mais que os governadores do reino viam-se igualmente combatidos pelo ministro de Portugal em Londres, ao qual até certo ponto estavam sujeitos, porque, segundo as determinações da côrte do Rio de Janeiro, era sómente por via d'elle que deviam reclamar do governo inglez os soccorros de que precisassem para a defeza do paiz, não fallando na sua grande falta de meios pecuniarios, e não menos a limitação que a referida côrte lhes tinha posto á sua auctoridade, ainda mesmo com relação aos negocios internos. Era portanto um facto, á vista do que fica dito, que os governadores do reino, alem da sua pouca aptidão, tinham muitas difficuldades a vencer para convenientemente poderem desenvolver em tão critica conjunctura aquella energia e força de que se precisava para pôrem o paiz em estado de regular defeza; alem d'isto a sua

popularidade era nulla, a resistencia aos seus actos manifesta, e o espirito publico, terrivelmente impressionado pelas más noticias que vinham da Hespanha, achava-se timido e irresoluto. No Porto as desordens da plebe tinham sido taes, em seguida á restauração do reino, que o mesmo general sir Harry Burrard, já antes da sua saida para Inglaterra, depois da batalha do Vimeiro, tivera de mandar para aquella cidade dois regimentos inglezes, commandados por sir William Carr Beresford, como já vimos, nas vistas de n'ella restabelecerem a ordem. O ambicioso bispo d'aquella diocese, D. Antonio José de Castro, era o proprio que ao tumultuario partido da plebe dava as largas de que esta precisava para quantas turbulencias queria praticar, d'onde resultava reputar a mesma plebe o dito bispo como o unico homem capaz de oppor uma efficaz resistencia aos exercitos francezes. Apoiado por esta maneira na populaça do Porto, elle bispo ousava tudo, chegando até a ingerir-se com o maior descaramento nas proprias operações militares da defeza da cidade, ao ponto de ser por varios escriptores nacionaes e estrangeiros, e até pela voz publica do paiz, indigitado como o verdadeiro governador militar d'aquella cidade, na critica e difficil conjunctura por que passou nos primeiros quatro mezes do anno de 1809. Foi cousa seguramente irrisoria ver até onde a vaidade e a louca sêde de governar póde arrastar um mitrado frade, tão leviano e falto de vocações guerreiras como foi o citado bispo do Porto, a ponto de assumir o caracter de general, e ousar como tal disputar a primazia ao marechal Soult, sendo este aliás uma das maiores capacidades militares do exercito francez, prevalecendo-se para tal fim do seu cargo de governador do reino, quando fóra da reunião com os seus collegas nenhuma auctoridade tinha, e muito menos para como general delinear elle proprio as cousas da guerra, subordinando a si as auctoridades militares, a quem o governo havia com toda a rasão commettido a direcção de similhantes negocios.

Afóra as difficuldades mencionadas, que os mesmos governadores do reino tinham a vencer, acresciam tambem, como já se disse, os grandes apuros financeiros, objecto na

verdade de grande monta, porque privado o reino do seu commercio, e por conseguinte privado igualmente dos seus mais importantes e principaes rendimentos, taes como os da importação e exportação, e com os impostos internos consideravelmente reduzidos, achando-se a nação exhausta pelas contribuições, roubos e destruição que soffreu durante a invasão de Junot, a receita publica estava por assim dizer aniquilada, sem de modo algum poder custear as extraordinarias despezas de um avultado exercito regular em tempo de guerra. Por outro lado o reino parecia achar-se abandonado por parte da Gran-Bretanha, depois da saída de sir John Moore para Hespanha, attentas as poucas tropas inglezas que n'elle tinham ficado. Uma das causas d'este abandono era seguramente, segundo a menção já feita, o desfavoravel conceito em que o governo britannico tinha os soldados portuguezes, conceito aliás fundado na opinião de muitos officiaes do seu exercito e de varios membros do parlamento, que julgavam chimerica toda a esperança que n'elles se podesse pôr para defender Portugal e n'este reino formar um exercito, que efficazmente auxiliasse o inglez, no que seguramente se fazia, alem de uma manifesta injustiça, comprovada pela nossa historia, uma grave injuria ao caracter portuguez, como o tempo depois exuberantemente comprovou, mostrando *que os portuguezes são um povo eminentemente disposto aos combates, e que os soldados tirados das baixas classes são em geral robustos, pacientes e doceis, ao passo que os militares de educação conservam a lembrança dos gloriosos feitos dos seus antepassados, prezando as emoções violentas que comsigo traz o orgulho das armas* [1]. Poderia em outro tempo não haver acordo em se julgar Portugal como sendo o paiz mais proprio do continente europeu para theatro das operações de

[1] São estas as honrosas expressões empregadas para com os portuguezes por um voto tão competente como o do coronel de engenharia britannica, mr. John Jones na sua *Historia da guerra da Hespanha e Portugal*, tendo tratado com elles muito de perto. Membros do parlamento houve que tambem n'elle se retractaram do que d'antes tinham dito contra os soldados portuguezes, como adiante veremos.

um exercito inglez contra a França; mas depois de libertado, como de facto se viu, do dominio dos francezes em 1808; depois da sua capital e das suas praças fortes se acharem occupadas por tropas inglezas; depois do encarniçado odio que por toda a parte do reino os portuguezes manifestavam contra os mesmos francezes, dispostos a sacrificarem tudo para manterem illesa a independencia da patria; e finalmente depois de sir John Moore ter feito de Portugal a sua praça de armas, onde por esta causa deixára ficar os seus hospitaes, as suas bagagens e os seus armazens, não podia mais contestar-se, no meio de taes circumstancias, a grande vantagem que seria para a Gran-Bretanha o defender este reino como se fosse o seu proprio territorio.

Em abono do que assim dizemos sobre este ponto, vem tambem o seguinte trecho, tirado da *Historia da guerra da peninsula* do coronel Napier. «As relações entre a Inglaterra e Portugal, diz elle, a grandeza do porto de Lisboa, *a disposição bellicosa dos portuguezes*, e por cima de tudo isto a circumstancia tão singularmente feliz de não haver uma côrte, nem um monarcha que balançasse a influencia ingleza, tendo a mesma nomeação da regencia sido obra de um general inglez, todas estas vantagens eram muito grandes e muito importantes para se poderem esperar n'outra parte. Foi uma miseravel politica aquella por que se desprezou similhante occasião, demorando sir Arthur Wellesley em Inglaterra, emquanto que Portugal, ao mesmo tempo fraco e turbulento, estava combatendo ás bordas de um precipicio». Finalmente o governo inglez, ainda não bem seguro sobre o partido que a similhante respeito tomasse, mas forçado pela grave urgencia das circumstancias em que se via, resolveu-se por fim a mandar para Lisboa, no caracter de ministro plenipotenciario, a mr. João Carlos Villiers, não só para examinar pelos seus proprios olhos o estado de Portugal, e ver se seria ou não conveniente tomar ao serviço da Gran-Bretanha até 10:000 soldados portuguezes, mas tambem para levar os governadores do reino a que apressassem o seu alistamento, na intelligencia de que apenas esta força estivesse

em pé de guerra, sua magestade britannica reservava estender mais para diante os seus ajustes sobre este ponto [1]. Alem de mr. Villiers, foi igualmente mandado para Lisboa o tenente general sir John Cradock, encarregado de tomar o commando das tropas inglezas que se achavam em Portugal, ordenando debaixo do ponto de vista militar tudo o que n'este ramo mais acertado entendesse. Da sua informação e parecer, de concurso com a informação e parecer do citado mr. Villiers, ficou igualmente dependente o alistamento por conta do governo inglez dos já citados 10:000 homens portuguezes, para os quaes se mandaram depois os competentes armamentos. Sir John Cradock partiu de Inglaterra para a Corunha no dia 5 de dezembro de 1808, trazendo comsigo 1.500:000 dollars em dinheiro, dos quaes 700:000 ficaram logo n'aquella cidade á ordem de sir John Moore, trazendo comsigo o resto. Indo depois tocar na cidade do Porto, ali deixou tambem 300:000, vindo finalmente com o remanescente para Lisboa, onde mr. Villers desembarcára a 17 do referido mez de dezembro, sendo no dia 20 recebido em audiencia official pelos governadores do reino.

Sir John Cradock, tocando na cidade do Porto, mandou de lá para Almeida os dois corpos inglezes que n'ella encontrou, sendo depois d'isto que partiu para Lisboa, para onde trouxe comsigo um pequeno destacamento de tropas allemãs que tambem lá encontrou. Mas antes da sua partida aconselhou instantemente a sir Roberto Wilson, ainda por então no Porto, que mandasse para Villa Real aquelles dos seus legionarios que estivessem já sufficientemente organisados e disciplinados, por ser a dita villa o local indicado pela regencia para a reunião das forças do norte. Alem d'estas outras mais circumstancias exigiam que a legião lusitana saisse quanto antes da referida cidade do Porto. As suas praças não só tinham vencimentos maiores que as dos mais corpos do exercito portuguez, mas até mesmo uniformes diversos do citado exercito, o que portanto causava ciumes e rivalidades entre estas

[1] Veja o documento n.º 55.

e aquellas praças. Por outra parte a legião mandada para o Porto, e ali conservada debaixo das ordens do bispo d'aquella diocese, cujas machinações os governadores do reino com tão justa rasão temiam, por se haver mostrado consideravelmente turbulento e ambicioso, infundia plausiveis receios aos mesmos governadores, tendo-a como uma força irregular, que apoiando o referido bispo, lhes embaraçava a execução das suas medidas, concorrendo muito para isto a sua organisação especial. Foi por similhantes motivos que o secretario da regencia na repartição dos negocios da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz, requisitou ao commandante do exercito inglez, que fizesse sustar o progresso do complemento da legião, de que resultou queixar-se o bispo do Porto de similhante circumstancia para Londres ao ministro portuguez, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, na data de 22 de outubro de 1808. O brigadeiro Wilson foi por esta causa chamado do Porto a Coimbra, onde conferenciou com sir John Moore, antes da sua partida para Hespanha, sobre a marcha das operações, que elle Wilson teria a fazer com os seus legionarios, em apoio das operações do exercito inglez, depois de entrar n'aquelle reino. Coincidia com isto os já citados conselhos que sir John Cradock posteriormente deu ao mesmo Wilson para se retirar do Porto, onde elle se achava demorado, esperando pelas armas e fardamentos que de Inglaterra deviam ser remettidos para o 2.º e 3.º batalhão da legião do seu commando, armas e fardamentos que por engano haviam sido expedidos para Santander com outros mais armamentos e munições, destinados pelo governo inglez para os exercitos hespanhoes.

Impaciente por todas estas causas, sir Roberto Wilson deixou no Porto um dos officiaes que de Inglaterra o tinham acompanhado para Portugal, o barão d'Eben (fidalgo prussiano ao serviço inglez), para formar e commandar o 2.º batalhão da legião, logoque o armamento lhe chegasse, e depois de ordenar isto, poz-se effectivamente em marcha para Almeida, e não para Villa Real, com o 1.º batalhão da legião na força de 1:200 homens e duas ou tres companhias de cavallaria e ar-

tilberia, com destino a ir de lá unir-se ao exercito de sir John Moore em Salamanca; mas apenas chegou ás fronteiras de Portugal recebeu aviso da marcha apressada e retrograda do exercito inglez, que se dirigia para Galliza, por effeito de Napoleão lhe ter mandado cortar a retirada para Portugal. Á vista pois d'isto, sir Roberto Wilson fez alto, e de acordo com a junta hespanhola da Cidade Rodrigo, que lhe deu algumas tropas das que tinha á sua disposição, formou elle um corpo de 2:000 a 3:000 homens, com os quaes começou uma guerra de correrias sobre todos os destacamentos francezes e pontos por elles occupados, a muitos dos quaes surprehendeu desde Cidade Rodrigo até Salamanca para o norte, e até Palencia para o meio dia. Foi isto tão bem ideado e com tanta pericia e valor executado, que elle Wilson se fez em pouco tempo senhor de todo aquelle espaço do paiz, retardando a marcha e as operações da divisão de Lapisse, a quem fez crer em Salamanca que o corpo do seu commando era muito mais numeroso do que na verdade era, duvidando da realidade das informações que a tal respeito lhe tinham dado, e que no proprio *Monitor* d'aquelle tempo se liam, isto é, *de que em Portugal não havia outras tropas inglezas, fóra 3:000 ou 4:000 homens* (eram cousa de 10:000, como já dissemos), *que se achavam em Lisboa com o general Cradock.* O certo é que os francezes de Salamanca julgaram que sir Roberto Wilson operava com um corpo avançado do exercito inglez, de que resultou absterem-se de emprehender tentativa alguma séria contra Portugal nos mezes de janeiro, fevereiro e março de 1809 pela parte da Beira, onde a minima invasão teria sido bastante para fazer embarcar á pressa o general Cradock, não se podendo duvidar que o resultado do abandono de Portugal n'aquella melindrosa epocha teria sido funestissimo para a causa dos alliados, poisque o reino se achava n'uma especie de anarchia, nem então havia cousa que n'elle merecesse o nome de exercito, apesar dos esforços que para o haver fazia o ministro inglez em Lisboa, o já citado mr. Villiers. Quanto ao mais, sem ser o unico, foi este um importante serviço feito a Portugal por sir Roberto Wilson,

cujas operações desde dezembro de 1808 até abril de 1809 foram contemporaneas da gloriosa resistencia, opposta pelo general Silveira ao marechal Soult na provincia de Traz os Montes, de que mais ao diante fallaremos. Ambos elles, ganhando tempo, e retardando as marchas e operações dos francezes, prepararam o caminho para o futuro e glorioso triumpho da passagem do Douro, uma das mais bellas operações de sir Arthur Wellesley durante a guerra da peninsula.

Sir Roberto Wilson deixou depois o commando da leal legião lusitana ao seu digno successor, o bravo e intelligente coronel Mayne, que com ella obrou feitos dignos de memoria, como adiante igualmente veremos. Alem da grande vantagem alcançada pelo brigadeiro Wilson, no que respeita a embaraçar os movimentos da divisão de Lapisse contra Portugal, um outro effeito de grande alcance para a boa causa tiveram as suas operações, tal foi a de lhe fazer reconhecer pela pratica as excellentes qualidades dos soldados portuguezes, e o seu valor e coragem na presença do inimigo. Sir Wilson, dotado de uma imaginação viva e da mais ardente energia, escreveu para Inglaterra cheio de enthusiasmo pelo valor dos militares portuguezes, cujos dotes pintou com as mais vivas cores em seu abono, de que resultou ganharem as suas informações grande credito em favor do exercito portuguez, as quaes, a par dos apuros em que a desgraçada retirada de sir John Moore poz a Inglaterra, fizeram ver ao governo inglez que Portugal era na verdade a unica tábua de salvação, que no continente da Europa lhe restava para a sua causa, seguindo-se a isto o augmento de muitos partidistas á opinião (singular pela duvida até então reinante a tal respeito), de se dever tratar quanto antes em Portugal da organisação de um exercito ao soldo inglez. N'este mesmo sentido tambem depois escreveu o barão d'Eben, o qual, tendo formado no Porto o 2.º batalhão da leal legião lusitana, foi com elle empregado pósteriormente na defeza do norte do reino. Sendo por occasião da invasão do marechal Soult nomeado tumultuariamente pelos povos do Minho seu commandante em chefe, testemunhou tambem para Inglaterra o que viu, pintando os maravi-

lhosos rasgos de intrepidez e valor marcial praticados pelos paizanos portuguezes, os quaes, desprovidos de armas, ou com algumas de diversos adarmes, sem cartuchos, nem cartucheiras, e com a polvora e as balas nas algibeiras, iam com denodado arrojo e admiravel decisão correr ao encontro das massas regulares dos batalhões francezes, aos quaes não poderam embaraçar o passo; mas deram provas pelo seu bravo procedimento de que a nação a que pertenciam era com effeito uma nação guerreira, que se faria temivel ao inimigo, logoque as suas tropas recebessem a necessaria instrucção e disciplina. Era por estes meios e fortuitos accidentes que a opinião publica se fortalecia e augmentava na Gran-Bretanha em favor do heroico exercito portuguez, aplanando-se por este modo o caminho para os portentosos triumphos e immarcescivel gloria de que por fim se cobriu, ligado ao exercito modelo da mesma Gran-Bretanha na peninsula.

De acordo com a opinião de dois votos tão competentes, como os de sir Roberto Wilson e barão d'Eben, appareceu em seguida a do ministro inglez em Lisboa, mr. Villiers, que a este respeito merece tambem os mais justos elogios, por ter sido igualmente um dos mais ardentes defensores de que era util e de grande vantagem para a Gran-Bretanha o tomar ella a seu soldo uma parte do exercito portuguez, convenientemente organisado e disciplinado. Quasi que foi elle quem arrastou a si a opinião contraria, partilhada pelo ministerio britannico. Entre os papeis apresentados ao parlamento inglez ha um officio de mr. Canning, que auctorisa o citado mr. Villiers a despender até uma certa somma com as levas portuguezas, *se elle verdadeiramente crê que possam servir de alguma utilidade*. Mas o que, não obstante o exposto, mais arrastou o governo inglez a lançar mão do auxilio que os portuguezes lhe podiam dar, para poder continuar a sua guerra contra a França, foi o geral abandono em que se viu na Europa, depois do terrivel desastre de sir John Moore na Hespanha, e da pouca confiança que desde então começaram a ter na sua opinião os exercitos hespanhoes, pelas suas grandes e funestas derrotas em Espinosa, Gamonal e Tudela, e

pela nenhuma resistencia séria que por toda a parte do seu paiz apresentavam aos francezes. A consternação de toda a nação ingleza foi grandissima e geral, quando viu desembarcar nos seus portos d'esse outr'ora tão bello e esperançoso exercito, posto debaixo do commando de sir John Moore, apenas uns poucos de milhares de homens descalços e esfarrapados, depois de terem perdido todo o seu material de campanha, cavallos, bagagens e caixa militar, restando-lhes apenas as espingardas com que se haviam escapado, e essa escassa gloria militar que tinham adquirido na batalha da Corunha com a sentida perda do seu general. Este grande desastre foi portanto uma das poderosas causas que levára o governo inglez á sua confiança, por assim dizer forçada nos portuguezes, voltando-se por necessidade, mais do que por algum outro motivo, em favor da sua franca ligação com Portugal. Mas o exercito portuguez de que então se tratava quasi que não existia, porque, sem embargo de se ter cuidado na sua reorganisação depois da insurreição do Porto em 1808, ainda assim pouco mais de nada se tinha feito. E postoque muitos dos corpos se tivessem já formado depois de tal insurreição, póde dizer-se que dos anti gos não conservavam mais do que o nome com alguns dos seus officiaes e soldados, pois, como já está dito, todo o antigo exercito portuguez havia sido reduzido a 9:000 homens por Junot, que os mandou de presente a Napoleão, diante do qual sómente se apresentou pouco mais de metade. Não contente ainda com isto o mesmo Junot pozera em segurança todos os depositos de armas, pertencentes tanto á tropa de linha, como ás milicias, de sorte que, levantando-se os portuguezes contra os francezes, o seu rasgo de patriotismo foi em tal caso uma verdadeira temeridade e arrojo, não tendo por si tropas, nem meios alguns para as poderem armar, d'onde veiu reputar sir Arthur Wellesley a insurreição de Portugal muito mais admiravel que a da Hespanha, porque, tendo os hespanhoes por si tropas e arsenaes, os portuguezes nada tinham no paiz a que se podesse dar taes nomes.

Alem d'estes, outros mais inconvenientes havia no cha-

mado exercito portuguez, tal como a inaptidão para a guerra de muitos d'esses antigos officiaes e soldados que não tinham ido para França, inaptidão filha em uns da sua muita idade, e em outros por que, afeitos ás antigas rotinas e habitos de uma guerra frouxa e indolente, não podiam já accommodar-se á moderna disciplina, nem á rapidez das marchas e movimentos de uma guerra constantemente activa e vigorosa, tal como aquella a que Napoleão tinha obrigado todos os exercitos da Europa. A isto acrescia mais o estado de fermentação publica, ou antes de verdadeira anarchia em que o povo portuguez por toda a parte se achava por aquelle tempo, desconfiando em tudo das auctoridades, a quem aliás amedrontava pelos seus excessos, estado que igualmente havia passado ao exercito, ou antes aos corpos recentemente creados, os quaes estavam inteiramente sem disciplina nem subordinação, de modo que os soldados não só desconfiavam dos seus officiaes, mas até abertamente resistiam aos seus mandados, nem elles se atreviam a fazer-lh'os executar, receiando os enxovalhos de uma soldadesca tumultuaria, que á sua vontade e caprichos não conhecia lei, nem á sua altivez superioridade em alguem, não sendo um exercito d'estes outra cousa mais que uma machina ingovernavel e inteiramente inutil ao fim para que se destinava. Apesar d'este tão miseravel estado do exercito portuguez e da geral desordem em que tudo por então se achava em Portugal, mr. Villiers descobria ainda assim nos soldados portuguezes certas qualidades, que o levavam a fazer d'elles um favoravel conceito, de modo que ao mesmo tempo que cuidava em negociar com os governadores do reino o tomar a Inglaterra a seu soldo 10:000 homens de tropas portuguezas, officiava tambem ao seu governo sobre os meios de effeituar o seu pagamento, fardamento e municiamento. Em similhantes circumstancias era da rigorosa obrigação dos mesmos governadores do reino consignar n'um tratado ou convenção previa quaes as reciprocas obrigações e vantagens que a Inglaterra e Portugal deviam tirar da sua mutua alliança, ajustes em que a restituição de Olivença devia seguramente ter o principal logar. Entretanto os governadores do reino nada mais fi-

zeram do que entregar-se cega e estupidamente, sem previa convenção ou tratado, nas mãos dos inglezes, submettendo-se a tudo quanto elles quizeram, não obstante o sacrificio de vidas e de fortunas, que similhante alliança ía tão pesadamente acarretar sobre os cidadãos portuguezes, sem compensação alguma, tanto para elles, como para o seu paiz. Similhante descuido só póde achar cabal desculpa na geral idéa que por então dominava todas as mais em Portugal, tal era a de se dever pôr este reino ao abrigo de novas incursões da parte dos francezes, cujo dominio, a realisar-se por mais outra vez entre nós, se reputava superior a todos os males, não havendo para o afastar meios alguns de resistencia, faltando como então faltavam ao governo, armas, soldados, munições e dinheiro.

A côrte do Rio de Janeiro tambem pela sua parte caiu no mesmo gravissimo erro, porventura suppondo no governo inglez cavalheirosa generosidade, justa retribuição de conducta e fiel execução dos tratados existentes entre Portugal e a Gran-Bretanha, quando nada d'isto n'elle tinha até então encontrado, nem era provavel que para o futuro encontrasse, pelo que já tinha visto, quando com a França negociára em 1802 o tratado de Amiens, cousa que posteriormente o tempo igualmente comprovou. O certo é que o exercito portuguez foi tambem pela dita côrte posto á inteira disposição da Gran-Bretanha, sem algum previo ajuste ou convenção, ainda mesmo para o caso de poder ser empregado na restauração da Hespanha, depois de se ter effeituado a de Portugal, limitando-se apenas a *lembrar* ao nosso ministro em Londres a restituição do territorio de Olivença, escrevendo-lhe nos seguintes termos sobre este ponto [1]: «Igualmente Sua Alteza Real lhe manda recommendar que, propondo-se, depois de restaurado Portugal, contribuir com um grande corpo de tropas para o serviço da Gran-Bretanha na Hespanha, para ajudar a salvar esta potencia e tira-la das mãos dos francezes, e para depois nos Pyrenéos abrir contra elles uma continuada

[1] Officio de 20 de outubro de 1808.

guerra até á paz geral, espera Sua Alteza Real que Sua Magestade Britannica contribuirá igualmente para lhe fazer restituir o territorio de Olivença, que a côrte da Hespanha lhe usurpou, auxiliada pela França em 1801, e que v. s.ª lembre a Sua Magestade Britannica de quão grande gloria e consideração será este primeiro passo para o ministerio britannico e para que toda a Europa renda justiça aos sentimentos da fiel e justa alliança que Sua Magestade Britannica professa, e tanto tem mostrado a Sua Alteza Real e á sua real corôa». Todavia, em vez de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho exigir do governo inglez uma formal declaração, pelo menos quanto á restituição de Olivença, nada absolutamente fez sobre isto, pois na sua correspondencia official nada absolutamente se encontra por onde se prove ter elle feito por esta occasião a mais pequena diligencia para garantir á sua patria uma tão justa, quanto devida restituição. Triste e bem doloroso é para o historiador portuguez ter de confessar não haver nos governadores do reino, na côrte do Rio de Janeiro, nem no ministro de Portugal em Londres o mais pequeno vislumbre de dignidade e patriotismo, não se vendo em todos elles mais do que um abjecto servilismo para com tudo quanto o governo inglez de todos elles se lembrou exigir, sem repararem que os auxilios que a Inglaterra tão generosamente mostrava querer prestar a Portugal não eram seguramente com as puras vistas de o libertar do jugo da França, mas por effeito de se libertar a si propria, e de manter fóra do seu paiz a encarniçada luta em que estava para com aquella potencia, luta que a tinha já levado a prestar auxilios ainda de muito maior vulto á Hollanda, Prussia, Allemanha, Suecia, Sardenha, Napoles e ultimamente á Hespanha. Todavia a nada d'isto se attendeu, tomando-se como dedicação a Portugal o que não era mais do que fazer d'este reino o governo inglez uma solida base de operações para o seu exercito, vir entre nós combater os francezes, seus figadaes inimigos, por meio das suas e das nossas bravas tropas em favor dos seus interesses, e finalmente obrigar-nos a immensos sacrificios de vidas e de fortunas, que nos arruinaram quasi totalmente, sem nos dar

compensação alguma, e nem mesmo a da desgraçada restituição do territorio e praça de Olivença, que por causa da nossa alliança com a Gran-Bretanha tinhamos perdido.

Entretanto mr. Villiers, buscando concluir os necessarios ajustes com os governadores do reino para a promptificação dos primeiros 10:000 homens, que deviam ficar ao soldo da Gran-Bretanha, diligenciava, de concurso com o general sir John Cradock, fazer com que os mesmos governadores melhorassem quanto antes a situação militar do paiz, completando os corpos do exercito com o indispensavel numero de recrutas, sendo aliás uma pura illusão o elevar-se a 20:000 homens o numero das tropas nacionaes, quando em todo o reino o seu numero mal chegaria a metade em estado de servir, segundo a confissão do proprio secretario do governo na repartição da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz [1]. O decreto pelo qual se armára a populaça não promettia vantagem alguma real para a defeza do paiz, e todavia, descansada a regencia n'este illusorio meio, não tratava de recrutamento. A este respeito sir John Cradock escrevia a mr. Villiers, na data de 18 de dezembro de 1808, dizendo-lhe: «Estou certo que se enganam completamente em Inglaterra, quando ajuizam do estado do exercito portuguez, e n'elle se fiam para a defeza do paiz, juizo que não tem fundamento algum; os ministros portuguezes vo-lo confessarão depois de dez minutos de conversa. Para se fazer alguma cousa d'este exercito é preciso remontar aos primeiros principios da organisação militar, *dar-lhe officiaes, armas, fardamento, equipamento, cavallos,* etc. É escusado dizer que para tudo isto se precisa dinheiro. Os ministros têem declarado positivamente que o não têem, que por falta d'elle não podem reunir as tropas, nem ainda mesmo fazer movimento algum na fronteira, uma vez que se lhes não dê subsidio. Mr. Forjaz, secretario do governo, respondendo-me a uma questão decisiva que lhe fiz, disse-me que *o exercito não tinha 10:000 homens em estado*

[1] Correspondencia manuscripta de sir John Cradock, citada pelo coronel Napier.

de servir». A situação do norte e do sul do reino não era mais lisonjeira. Quanto á do norte, o mesmo sir John Cradock officiava a lord Castlereagh, dizendo-lhe: «A inactividade da regencia faz-se sentir no Porto de uma maneira bem deploravel, e aindaque tenho visto o general Bernardim Freire, não pude obter d'elle noção alguma, quanto ao numero e formação das tropas portuguezas, nem quanto aos pontos em que ellas se acham estacionadas, nem quanto aos seus commandantes. Pelo que me tem dito, receio que todos os officiaes generaes tenham a mesma auctoridade, e que a mesma idade não obtenha entre elles a mesma influencia que naturalmente deve ter. A sua conversação terminou-a com a seguinte expressão: *que desde a evacuação de Portugal pelos francezes a nação acreditava que a guerra tinha acabado*». Agora quanto á do sul do reino, o coronel Kemmis escrevia de Elvas a sir John Cradock em 30 de dezembro de 1808, dizendo-lhe: «Nada é capaz de pintar bem a apathia dos portuguezes. O general Leite (Francisco de Paula Leite) é um homem de theorias e como todos os seus compatriotas um indolente». Quanto ao juizo que os inglezes faziam da regencia, não lhe era mais favoravel, porque, á excepção de D. Miguel Pereira Forjaz, que elles tinham na conta de ser o mais habil homem de Portugal, todos os mais membros d'ella eram sem capacidade na sua opinião, não tendo estabelecido systema, nem principio algum fixo de administração, não se vendo mais que confusão, perigo e miseria.

Foi no meio d'este deploravel estado do paiz e d'esta grande apathia dos governadores do reino que se soube em Lisboa que sir John Moore se via em grande apuro, obrigado a retirar-se para Portugal, perseguido como se achava pelo proprio Napoleão em pessoa, ao passo que um outro exercito francez ameaçava a capital do reino pelo lado do Tejo. Segundo as suas instrucções, sir John Cradock tinha por primeira obrigação reforçar o exercito de sir John Moore, e no caso de que a marcha dos acontecimentos o trouxesse a Portugal, era o mesmo Moore quem sómente devia dirigir os negocios, competindo-lhe a elle Cradock conservar Elvas, Almeida e a ca-

pital. Para reforçar o exercito inglez da Hespanha escassos eram os recursos que o mesmo sir John Cradock tinha á sua disposição, porque, não podendo contar para cousa alguma com o exercito portuguez, á vista do que acima se disse, só lhe restavam para tal fim as tropas inglezas, as quaes em 6 de janeiro de 1809 não passavam de 10:787 homens, comprehendidos os doentes [1], compondo-se de 8 batalhões de infanteria ingleza, 4 de allemães, 4 esquadrões de dragões e 30 peças de artilheria, das quaes sómente seis tinham cavallos para poderem entrar em campanha. Alem d'esta força havia mais 1 batalhão do regimento n.º 60, formado principalmente de francezes, recrutados nos pontões de Inglaterra, batalhão que de Hespanha se mandou retirar para Portugal, por se receiar tê-lo em contacto com os seus compatriotas. Dos citados 13 batalhões dois estavam em Abrantes, um em Elvas, tres em Lamego sobre o Douro, um em Almeida, e seis em Lisboa. Tres dos citados batalhões, que se achavam para o norte de Portugal, tiveram ordem de se ir reunir a sir John Moore pela estrada de Salamanca, e dos que occupavam o sul, dois, acompanhados por uma meia brigada de artilheria, foram-lhe igualmente enviados de Abrantes pela estrada de Castello Branco e Cidade Rodrigo. Providenciando assim quanto ao reforço que se devia prestar a sir John Moore, restava por outro lado attender-se ao damno que o 4.º corpo do exercito francez vinha fazer ao reino na sua marcha em direcção ao Tejo, sendo o mesmo exercito o que tinha passado na ponte de Almaraz, e o que depois de bater as tropas hespanholas de Galluzo, se propoz ameaçar a praça de Badajoz, que se achava sem armas, sem munições, sem viveres, e onde a populaça se havia sublevado, assassinando quem bem lhe pareceu.

[1] Assim o diz o coronel Napier, postoque a regencia em officio, dirigido para o Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1808, diz que as tropas inglezas montavam então a 14:157 homens; mas acrescentando que alguns regimentos se achavam em marcha para Castella, póde ser que as que ficaram se reduzissem depois aos citados 10:787 homens, designados por Napier. Os mappas da força ingleza em Lisboa em 6 de janeiro e 6 de abril de 1809 são os que constituem o documento n.º 55-A.

Para este fim pôde o mesmo sir John Cradock levar D. Miguel Pereira Forjaz a lhe prometter mandar para a ponte de Alcantara uma divisão portugueza de 6:000 homens, destinados a observarem a marcha do dito 4.º corpo de francezes, sendo para isto necessario que o mesmo sir John Cradock se promptificasse a lhe fornecer algum dinheiro, sem o qual a dita divisão não podia pôr-se em marcha. Alguns corpos chegaram effectivamente a saír de Lisboa para o Alemtejo, começando a moverem-se nos primeiros dias de janeiro de 1809, taes foram os regimentos n.º 1 no dia 2, o regimento n.º 13 no dia 3, e o regimento n.º 16 no dia 4.

Para supprir a falta d'estes corpos, que assim desfalcavam a guarnição de Lisboa, haviam os governadores do reino mandado crear, por decreto de 28 de dezembro do anno anterior, os regimentos de cavallaria e infanteria do commercio, com o titulo de *Voluntarios reaes do commercio da cidade de Lisboa*, destinados a servirem para a guarnição policial e defeza da capital, quando as circumstancias assim o exigissem. Foram os mesmos negociantes da praça de Lisboa os que, depois de terem concorrido com tudo quanto estava ao seu alcance para a defeza do estado, pediram formar os ditos dois regimentos, em que só podiam ser admittidos os negociantes e mercadores das cinco classes, devendo cada uma das suas praças fardar-se á sua custa. Foi n'esta occasião que o enthusiasmo patriotico se desenvolveu altamente em todo o paiz, concorrendo um sem numero de voluntarios a alistarem-se nos diversos corpos, havendo dia em que n'elles se receberam 60, 80, e mesmo 100 recrutas, muitas das quaes se viram sem fardamento, no momento em que os corpos de Lisboa partiram para o Alemtejo. Muitas familias houve na capital que, partilhando o enthusiasmo geral do paiz, largaram as suas habituaes occupações para immediatamente acudirem á promptificação das calças e capotes necessarios para o fornecimento do exercito. Para a universidade de Coimbra mandára o governo expedir a seguinte carta regia. «Manuel Paes de Aragão Trigoso, do meu conselho, desembargador honorario da mesa do desembargo do paço, vice-reitor da universidade de Coimbra; ami-

go, eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Obrigando os esforços do inimigo commum a armar toda a nação para lhe resistir, e tendo mostrado o corpo academico o seu patriotismo, aptidão e valor na feliz restauração d'estes reinos: sou servido que façaes organisar sem perda de tempo o dito corpo, que deve compor-se dos lentes substitutos, oppositores e estudantes que forem capazes de pegar em armas, para que bem armado e disciplinado concorra para a defeza dos meus reinos, debaixo do vosso commando como chefe d'elle. Outrosim sou servido que commandeis igualmente os mais corpos armados d'essa cidade. E finalmente porque similhante serviço é incompativel com as lições e frequencia das aulas, mando que a universidade se feche no presente anno lectivo. O que me pareceu participar-vos, para que assim o tenhaes entendido e assim se execute. Escripta no palacio do governo, em 2 de janeiro de 1809. = *Marquez das Minas* = *Francisco da Cunha e Menezes* = *D. Francisco Xavier de Noronha*». Para o Rio de Janeiro diziam os governadores do reino: «Por toda a parte apparecem manifestas provas do amor da patria e fidelidade ao governo de Vossa Alteza Real. Por toda a parte se vêem preparos de armas para a defeza do reino, alistamentos voluntarios, sendo necessario toda a vigilancia da policia para embaraçar os excessos do povo contra os partidistas dos francezes, ou suspeitos a favor d'elles».

Entretanto chegava a Lisboa a noticia da tomada de Madrid por Napoleão e logo depois d'ella a da retirada para Galliza do exercito inglez e do hespanhol, sendo este commandado pelo marquez de la Romana. Estas noticias causáram a mais triste e dolorosa sensação, tanto nos habitantes do paiz, como nas proprias tropas inglezas. Em consequencia d'isto mandou-se suspender a marcha dos corpos que tinham ido para o Alemtejo, e reforçados estes com mais alguns outros, arranjou-se com todos elles uma divisão, cujo commando se deu ao tenente general Antonio José de Miranda Henriques, a quem se commetteu a defeza da Beira Baixa, indo estabelecer o seu quartel general em Thomar, ficando assim collocado entre o rio Tejo e o Mondego, e ao mesmo tempo vigiando a passa-

gem do Zezere. Ao general Manuel Pinto Bacellar commetteu-se a defeza da Beira Alta, vigiando as passagens da ponte da Murcella, tendo o seu quartel general na Guarda. Ambos estes generaes tinham ordem de se retirarem para a capital em caso de necessidade, e como tal retirada fosse um tanto difficil, por falta de forças que a apoiasse, o governo tinha mandado fortificar ligeiramente alguns pontos mais notaveis da Extremadura sobre as duas estradas de Leiria e borda-d'agua, ordenando-se que nos referidos pontos se reunissem os povos das suas vizinhanças, e que n'elles se depositassem todos os viveres que os mesmos povos podessem dispensar, nascendo desde então a idéa de fortificar Lisboa, commissão que em particular se deu ao commandante do real corpo de engenheiros, o marechal de campo José de Moraes Antas Machado[1], não fallando na que desde o mez de dezembro de 1808 igualmente se dera ao major do mesmo real corpo de enge-

[1] Por dever de justiça convem dizer-se que a idéa de fortificar Lisboa por meio de linhas defensivas não foi privativa de lord Wellington, pois já antes d'elle os governadores do reino tinham ordenado similhante medida, postoque a escolha dos pontos a fortificar, a extensão da respectiva linha e o local onde se devia levantar, não fossem os mesmos que o dito lord depois escolheu, como não podia deixar de ser, poisque as forças e meios de que em 1810 elle dispunha eram muito differentes dos que os citados governadores tinham por si em 1809. Mas que estes haviam effectivamente ordenado já uma linha defensiva da capital é um facto comprovado por um officio que D. Miguel Pereira Forjaz dirigiu ao marechal Beresford na data de 25 de março do referido anno de 1809, transcripto a fol. 2 do livro 1.º da sua correspondencia com elle Beresford, existente na secretaria da guerra. No referido officio lhe diz elle, que lhe remettia uma carta do commandante do real corpo de engenheiros, José de Moraes Antas Machado, e lhe communicava a participação vocal do intendente das obras publicas, Duarte José Fava, por onde veria que se achavam no Terreiro do Paço 300 *varas para as fortificações da capital*, assim como estavam promptas mais de 1:000 fachinas, como lhe participára dias antes o referido commandante. Mais lhe dizia que o sobredito intendente ordenára a remessa das estacas precisas, esperando que em poucos dias tudo ficaria concluido. As fortificações de que aqui se tratava não eram portanto as linhas de Torres Vedras, mas sim uma linha defensiva de Lisboa, delineada pelo citado commandante dos engenheiros, da qual mais para diante fallaremos.

nheiros, José Maria das Neves Costa, de continuar com os trabalhos da carta topographica do terreno comprehendido desde o cabo da Roca e Peniche até ao Tejo, trabalhos que já no tempo de Junot tinham sido confiados a elle Neves Costa e ao tenente coronel dos mesmos engenheiros, Carlos Frederico Bernardo de Caula, debaixo da direcção do coronel Vincent. Na provincia do Minho, onde quasi todas as milicias estavam desarmadas, e d'onde tambem se haviam feito retirar algumas tropas para a provincia da Beira, mandaram-se reunir n'ella todos os corpos disponiveis e os do partido do Porto, tudo debaixo das ordens do tenente general Bernardim Freire de Andrade, que por lá vigiava a defeza, como general d'aquella provincia, ao passo que a de Traz os Montes se confiára ao brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca.

Para animar os povos em tão critica conjunctura, tal como a da imminencia de uma nova invasão dos francezes no paiz, os governadores do reino lhes dirigiram, na data de 21 de janeiro de 1809, uma proclamação, em que lhes diziam: «Os governadores do reino não vos querem illudir. Elles são os mesmos que vos dizem que os exercitos combinados de Moore e de la Romana se têem retirado para o interior da Galliza, deixando assim descobertas as nossas fronteiras; que estas, pela sua grande extensão, nos expõem a uma invasão; que o imperador dos francezes costuma empregar a massa total das suas forças, quando ataca as nações; que as suas marchas rapidas não dão regularmente tempo á reunião dos corpos que se propõem á defensiva; que elle corre então sobre as capitaes, procurando surprehender os governos, para espalhar a anarchia e a desordem; e que este modo de fazer a guerra obriga algumas cidades e villas a soffrerem os estragos de uma invasão; porém estes estragos parciaes não são o mesmo que a ruina de todo o estado. No centro de Portugal os nossos antepassados rubricaram com o seu sangue a nossa independencia, e para o mesmo fim os governadores do reino dirigem as medidas de uma cautelosa prudencia. Pontos elevados, que a natureza formou para baluartes da nossa liberdade, e rios caudalosos, que não podem sem risco ser atravessados,

são militarmente defendidos: e se apesar de tudo isto o inimigo da Europa concebe o desgraçado projecto de caminhar a Lisboa, achará em torno d'ella um povo determinado, que fará recordar as gloriosas memorias d'aquelles antigos tempos em que os seus muros foram o theatro do heroismo. As munições terrestres e navaes, os reaes archivos, e as propriedades da corôa terão um deposito seguro nas embarcações de guerra contra qualquer tentativa do inimigo. Mas em todo o caso os governadores do reino não desamparam o posto que lhes confiou o Principe Regente, nosso senhor; e fieis á patria e aos seus deveres, se mostrarão dignos da regia confiança e da da nação, a cuja honra e independencia consagram os seus cuidados e vigilias. Portuguezes! Ajudae as medidas do governo. Sêde soldados para arrostar os satellites do tyranno, que, similhante ao feroz tigre, jamais satisfaz a sêde de sangue. Sêde surdos ás insinuações dos corruptos emissarios, que procuram enfraquecer a vossa energia, espalhando terrores e desconfianças perfidas. Valor e fidelidade são o distinctivo caracter dos portuguezes [1]». Effectivamente haviam-se expedido as ordens para se irem encaixotando e embarcando os livros e papeis importantes do paço da Ajuda, então a cargo de João Diogo de Barros, bem como o real archivo da Torre do Tombo, precaução que sem nenhum disfarce indicava bem a pouca confiança que se tinha posto na defeza do reino e da capital, apesar da energia com que em sentido contrario o general Antonio José de Miranda Henriques proclamára aos seus soldados, com a noticia do exercito de Soult se approximar das fronteiras do reino [2].

No meio de tudo isto não eram só os portuguezes e o seu governo os que se achavam dominados de vivos receios pela approximação dos francezes, porque de igual desanimação déra tambem provas o proprio general inglez, sir John Cradock, e por certo que mui critico e altamente desastrado seria aquelle

[1] Todos estes successos foram participados em officios dos governadores do reino para o Rio de Janeiro em 25 de janeiro e 10 de março de 1809. (Documentos n.º 56 e 56-A).

[2] Documento n.º 56-B.

momento para Portugal, se por ventura sua o imperador Napoleão não houvesse repentinamente deixado a Hespanha para se dirigir a París, e por igual fortuna sir Roberto Wilson não houvesse com as operações da sua pequena divisão paralysado a marcha da divisão de Lapisse, como já acima vimos. Entretanto sir John Cradock, não tendo esperança alguma de uma proficua defeza para o paiz, nem tendo forças suas para a poder tentar, depois da retirada e embarque do exercito inglez na Corunha, fazendo-se de véla para Inglaterra, só cuidou em salvar tudo quanto lhe pertencia e á sua marinha, sem nada absolutamente lhe importar com as cousas portuguezas, não tendo prestado aos governadores do reino o mais pequeno auxilio, tanto em dinheiro, como em armamento, exceptuando apenas alguns chuços e 2:400 espingardas [1]. Bem longe de ministrar qualquer soccorro, tomára a si a despotica resolução de fazer mão baixa nos navios de guerra portuguezes, que por incapazes de navegar tinham ficado no Tejo, depois da saída do Principe Regente para o Brazil, resolução que com a mais justa causa havia altamente indisposto o animo dos moradores de Lisboa. O almirante Carlos Cotton tinha sido chamado a Inglaterra, e na falta de successor fazia de almirante o capitão Halket, por ser o mais antigo official da estação naval ingleza no Tejo, sendo elle o que tomou conta das embarcações portuguezas e lhes procurou fazer os reparos que era possivel, para o fim de serem transportadas a Inglaterra. Lisboa achava-se por então cheia de mulheres, de creanças, de bagagens, e de pessoas não combatentes, pertencentes ao exercito inglez que embarcára na Corunha, e n'este caso aproveitava-se tudo quanto para esta gente podia servir de meio de transporte. Sir John Cradock chegou até a fazer embarcar dois dos seus regimentos, mandando retirar de Almeida e de Castello Branco a pouca tropa sua que lá tinha, medida que lançou aquelles povos na mais acerba afflicção, queixando-se de que a Inglaterra os abandonava, depois de os ter compromettido no mais alto

[1] Citado documento n.º 56.

grau para com a França. O ministro Villiers pediu aos governadores do reino ordens iguaes ás que em 1807 se tinham expedido, para que todos os inglezes podessem embarcar as suas fazendas e effeitos, sem pagamento de direitos, prestando fiança a elles, ou adoptando-se qualquer outro meio que para tal fim se julgasse conveniente. Este triste estado de cousas continuou ainda por algum tempo, como filho dos desastres de sir John Moore, communicados para o Rio de Janeiro pelos governadores do reino [1].

É portanto innegavel que o general inglez, sir John Cradock, em vez de nos defender, estava inteiramente resolvido a levar para o seu paiz, com a frota ingleza que se achava no Tejo, o que n'elle ainda havia da antiga esquadra portugueza, e alem d'isso a destruir tudo quanto não podesse levar comsigo, incluindo o desmantelamento das fortalezas do mesmo Tejo [2]. Não admira pois que, no meio de taes circumstancias e em presença de similhantes medidas, o povo de Lisboa se achasse sobresaltado, vendo o seu paiz ameaçado pelos inglezes de uma destruição muito mais funesta do que aquella que lhe occasionára a invasão franceza do general Junot, consideravelmente sensivel, como esta foi, mais pelos seus roubos e tyrannias, do que pelas suas formaes destruições. Queixa-se o coronel Napier d'este espirito hostil que em tal occasião o povo de Lisboa mostrára ter para com o general Cradock, e não menos se queixa de que os governadores do reino não tivessem feito marchar para Alcantara a divisão que da capital principiára a saír para o Alemtejo. Quanto ao primeiro caso perguntaremos, se as scenas que por então se passaram em Lisboa se tivessem passado em Londres, e n'esta capital se achasse um exercito portuguez, que pela sua força moral e physica a dominasse, e em tal caso se decidisse a praticar o mesmo que sir John Cradock queria executar em Lisboa, levaria qualquer inglez a bem similhante procedimento? Cremos firmemente que não. Pois o que seria do peior effeito

[1] Veja o documento n.º 56-A, já atrás citado.

[2] Assim o diz Napier no capitulo I, livro 6.º da sua *Historia da guerra da peninsula*.

em Londres era-o tambem em Lisboa. Quanto ás queixas contra os governadores do reino, é um facto que elles se mostravam indolentes, culpa de que igualmente os temos accusado; mas tambem é um facto, que os graves apuros financeiros com que lutavam os impossibilitavam de poder completar os corpos e convenientemente move-los, faltos, como elles governadores estavam, de tudo quanto para tal fim precisavam, ao passo que, havendo-lhes o general Cradock promettido outorgar algum auxilio pecuniario, nunca realisou a promessa, fornecendo-lhes apenas as 2:400 armas de que acima se fez menção. Felizmente d'estas novas calamidades, de que Lisboa estava tão seriamente ameaçada, a Providencia Divina a livrou por então, pelas rasões que já expozemos, isto é, pela repentina retirada que o imperador Napoleão effeituou de Hespanha para França, e pela paralysação das marchas e operações do 4.º corpo do exercito francez, commandado pelo marechal Victor, receioso das correrias e corajosa resistencia que em Leão e na Extremadura hespanhola lhe oppunha sir Roberto Wilson com a sua pequena divisão. A não ter pois Napoleão effeituado similhante retirada, Portugal e Hespanha teriam necessariamente succumbido ao peder da França, de quem tambem a Europa continuaria a ser escrava.

CAPITULO II

Quando a côrte do Rio de Janeiro mandava que se pedisse ao governo britannico um general inglez para commandar em chefe o exercito portuguez, o referido governo, perdendo a confiança no auxilio das tropas hespanholas, depois das suas muitas derrotas e do desastre de sir John Moore, achava-se por então decidido a tomar a seu soldo 20:000 portuguezes, a dar o commando do exercito inglez na peninsula a sir Arthur Wellesley, e a offerecer a sir William Carr Beresford o commando em chefe do exercito portuguez. Entretanto o marechal Soult appareceu nas margens do rio Minho para invadir Portugal pelo norte, e sendo repellido n'esta sua tentativa, dirigiu-se depois para Orense, e d'aqui para Traz os Montes, onde tomou Chaves, vindo por fim a Braga, depois de ter derrotado em Carvalho d'Este um grande numero de povo armado, o qual se manchára pela sua insubordinação com o feio crime de assassinar o seu proprio general, o infeliz Bernardim Freire de Andrade. De Braga marchou o mesmo Soult para o Porto, onde a populaça, apoiada no respectivo bispo, arvorado em general em chefe para a defeza da dita cidade, se achava igualmente insubordinada, a ponto de lá matar quantos individuos julgou addictos aos francezes; mas as tropas de Soult, penetrando nas respectivas linhas, de prompto afugentaram d'ellas os seus defensores, dos quaes uma grande parte foi encontrar a morte no rio Douro, por se acharem abertos os alçapões da ponte de barcas, que n'elle então havia, quando para ella corria em tropel, sendo innegavel que para o triumpho dos francezes muito concorreu a cobardia de alguns dos generaes portuguezes, um dos quaes se mandou depois responder a conselho de guerra, dando a sua absolvição logar a importantes considerações. Finalmente desculpam-se os portuguezes nas suas barbaridades contra os francezes, já pelo exemplo que para isto lhes forneciam os povos das nações mais civilisadas da Europa, e já pelo direito de represalia que os mesmos francezes lhes davam com a sua conducta, ou com as barbaridades que sem piedade alguma contra elles igualmente commettiam.

O anno de 1809 começára desastradamente e no meio do mais terrivel aspecto para a encetada guerra da peninsula. Era a todos patente o desalento das nações que a emprehenderam (Hespanha, Portugal e Gran-Bretanha), depois da sentida perda de sir John Moore na batalha da Corunha, sendo a ultima das ditas nações a que mais efficazmente promovia e auxiliava a dita guerra, pelos poderosos meios de que para

ella dispunha. A similhante resultado tinha Napoleão levado as cousas, quando no passado anno de 1808 havia esmagado a Hespanha debaixo do enorme peso dos seus 300:000 veteranos, dos quaes 200:000 haviam sido arrancados da Allemanha e da Italia para similhante empreza. Por conseguinte a feliz estrella de Buonaparte continuava ainda com todo o esplendor do seu antigo brilho, cousa para que muito poderosamente concorria a veneração que por elle mostrava ter o imperador Alexandre da Russia, que com elle permanecia em paz, pela sua fiel e submissa adstricção aos compromissos que em Tilsitt com elle tinha contrahido em 7 de julho de 1807. A Prussia tambem pela sua parte se conservava tranquilla, lamentando silenciosamente com o seu reservado mau humor o estado de nullidade a que desde 14 de outubro de 1806 a reduzíra a batalha de Iéna, vendo-se 14:000 prussianos obrigados no dia 16 do mesmo mez a deporem as armas em Erfurth, entrando no dia 25 o exercito francez victoriosamente em Berlim. A Austria, vencida como tinha sido em Wertingen, em Ulm, e sobretudo em Austerlitz no dia 2 de dezembro de 1805, havia por tal motivo sido obrigada a assignar em Presbourg a sua paz com a França a 26 do dito mez de dezembro, e postoque de novo rompesse as suas hostilidades com a mesma França, outros novos e não menos profundos desastres a iam em 1809 por mais outra vez constituir submissa ao pesado jugo do imperador Napoleão. Pela dita paz de Presbourg, diz Mignet na sua *Historia da revolução franceza*, perdeu a casa de Austria as suas possessões externas. Cedeu ella as provincias da Dalmacia e da Albania ao reino da Italia; o condado do Tyrol, a cidade de Augsbourg, o principado d'Eichstett, uma parte do territorio de Passau, e todas as possessões da Souabía; o Brisgau e Ortenau foram igualmente cedidos aos eleitorados da Baviera e do Wurtemberg, que se transformaram em reinos. A Hollanda, constituida tambem em reino, recebeu por seu monarcha Luiz Buonaparte, irmão do imperador. A Dalmacia, a Istria, o Frioul, Cadore, Bellmno, Conégliano, Treviso, Feltro, Bassano, Vicence, Padua e Rovigo tiveram a categoria de ducados, como

grandes feudos do imperio francez, nos quaes foram investidos os individuos que a Napoleão muito bem aprouve. Destruindo a republica suissa, d'ella se declarou *mediador*, pondo igualmente debaixo da sua dependencia o antigo corpo germanico. A 12 de julho de 1806, quatorze principes do meio-dia e da parte oeste da Allemanha reuniram-se debaixo do titulo de *confederação do Rheno*, reconhecendo Napoleão por seu *protector*. No 1.° de agosto participaram elles á dieta de Ratisbonna a sua separação do corpo germanico, de que resultou extinguir-se o imperio da Allemanha, tendo o imperador Francisco II de abdicar o respectivo titulo n'uma sua proclamação. Por uma convenção, assignada em Vienna aos 15 de dezembro, a Prussia cedeu o paiz de Anspach, Clèves e Neufchâtel ao eleitorado de Hanovre. Por conseguinte Napoleão tinha desde 1806 todo o occidente debaixo do seu poder. Achava-se senhor da França e da Italia como *imperador e rei*. Napoles e a Hollanda estavam-lhe sujeitas por meio dos seus dois irmãos; a Suissa por meio do acto de mediação; e a Allemanha por meio dos reis da Baviera e do Wurtemberg, tendo por sua a *confederação do Rheno* contra a Austria e a Prussia. A paz de Tilsitt proporcionára a Napoleão estender em 1807 ainda mais o seu dominio no continente, instituindo no meio-dia da Allemanha os reinos da Baviera e Wurtemberg contra a Austria, e no norte os da Saxonia e Westphalia contra a Prussia. O da Saxonia (formado do eleitorado d'este nome e da Polonia prussiana, erigida no gran-ducado de Varsovia), foi dado ao rei da mesma Saxonia; o de Westphalia (comprehendendo os estados de Hesse-Cassel, de Brunswich, de Fulde, de Paderborn, com a maior parte do Hanovre), foi dado a Jeronymo Napoleão. O imperador Alexandre, subscrevendo a todos estes arranjos, evacuára pela sua parte a Moldavia e a Valachia, e postoque o seu imperio fosse no norte da Europa a unica potencia intacta, achava-se todavia reduzido ao caracter de vencido.

Já se vê pois que o imperador Napoleão havia tomado por norma seguir as mesmas pisadas do imperador Carlos Magno, e para em tudo se lhe assimilhar, fizera-se até preceder, no

dia da sua sagração como imperador, da corôa, da espada, e do sceptro do antigo monarcha franco. O papa Pio VII atravessára os Alpes para lhe ir sagrar no throno francez a sua dynastia, modelando assim Napoleão os seus estados pelos do vasto imperio d'aquelle celebre conquistador. Dominado por similhantes idéas, como elle havia de aspirar igualmente ao dominio da peninsula iberica, de que resultou assenhorear-se primeiramente de Portugal desde os fins de novembro de 1807, por meio do exercito de Junot, e posteriormente da Hespanha, por meio de uma serie de traições, começadas a pôr por obra desde o mez de janeiro de 1808, conseguindo assim elevar a rei da mesma Hespanha seu irmão, José Buonaparte. Sublevada pois esta nação para recuperar a sua independencia, de novo a submetteu ao seu jugo no fim do dito anno de 1808, por meio dos seus 300:000 veteranos, com que ganhára pessoalmente as victorias de Espinosa, Gamonal e Tudela. Batidos como por elle foram os exercitos hespanhoes, póde dizer-se que o governo da Hespanha perdeu toda a sua energia, vendo-se até os povos amedrontados e frouxos por toda a parte no seu grito de resistencia aos francezes. Era portanto liquido que a causa da Hespanha, depois do desastre de sir John Moore na Corunha, e da entrada de Napoleão em Madrid, se achava como perdida no principio do anno de 1809, se com effeito se póde chamar causa ao que depende dos azares da guerra; e se tal perda se não verificou, é forçoso confessar que similhante fortuna se deveu, como n'outra parte notámos, ás novas hostilidades da Austria contra a França, sendo ellas as que no referido anno vieram de novo animar a energia dos hespanhoes e portuguezes contra Napoleão Buonaparte. Seu irmão José de novo se installára em Madrid como rei da Hespanha em 23 de janeiro de 1809, sendo escoltado por 5:000 a 6:000 homens de tropas francezas, sendo tambem por então que o imperador o nomeou seu logar-tenente, com que lhe deu a prerogativa de mover na Hespanha a seu arbitrio os exercitos francezes. Sem embargo d'isto os marechaes de França, que lhe ficaram sujeitos, desdenhavam obedecer-lhe, circumstan-

cia de que proveiu a paralysação da conquista e o deixar de se tornar compacto o exercito francez, dividido como foi em corpos independentes, os quaes pela desunião e reciproca rivalidade dos seus commandantes se tornaram lentos nas suas operações e extremamente difficeis em se combinarem para um movimento commum, como o andar do tempo patenteou. Foi o proprio Napoleão quem dividíra o exercito nos referidos corpos, distribuidos pelo seguinte modo: o 1.° corpo tomou os seus quarteis na Mancha; o 2.° destinou-se á invasão de Portugal; o 3.° e o 5.° tiveram a seu cargo o cêrco de Saragoça; o 4.° ficou no valle do Tejo; o 6.°, exceptuando a sua terceira divisão, foi destinado á occupação da Galliza; e finalmente o 7.° continuou com as suas operações na Catalunha.

Alem do exposto deu-se tambem mais o seguinte: a guarda imperial, dirigida para Vittoria, contribuia a assegurar a grande communicação da Hespanha para França até á tomada de Saragoça, achando-se de mais a mais prompta a marchar para onde se lhe ordenasse, logoque a nova guerra da Austria assim o exigisse. O general Dessolles tornára para Madrid com a terceira divisão do 6.° corpo. O general Bonnet permaneceu nas montanhas de Santander com a quinta divisão do 2.° corpo. O general Lapisse mandou-se com a segunda divisão do 1.° corpo para Salamanca, onde se lhe reuniu a brigada de cavallaria de Maupetit, que para isto atravessára a serra de Bejar. A reserva da grossa cavallaria foi repartida em divisões pelo seguinte modo. Latour-Maubourg reuniu-se ao 1.° corpo. Lorge e Lahoussaye ao 2.° Lasalle mandou-se unir ao 4.° Reforçou-se o 6.° com duas brigadas. A divisão Milhaud ficou em Madrid, destinando-se a de Kellerman a guardar as linhas de communicação entre Tudela, Burgos e Palencia. Por conseguinte Madrid continuou a ser o centro das operações dos francezes, os quaes se achavam repartidos por maneira tal, que por um movimento concentrico podiam aniquilar toda a insurreição que se manifestasse na área das suas posições. As forças de maior momento occupavam os principaes caminhos que divergem

de Madrid, dirigindo-se para as extremidades da peninsula, interrompendo toda a communicação com as provincias. O 2.º corpo, lançado fóra da sua circumferencia, e destinado como o havia sido o 4.º, a limpar successivamente de inimigos diversos pontos, tinha por si a certeza de um apoio e uma boa linha de retirada em cada uma das estradas reaes, que de Madrid íam para as provincias ainda não submettidas. A communicação com a França estava ao mesmo tempo segura pelas fortalezas de Burgos, Pamplona, S. Sebastião, e pelas divisões postadas em Santander, Burgos, Bilbau, Vittoria, e pela reserva estabelecida em Bayonna. As provincias do norte achavam-se divididas em governos militares, cujos chefes, correspondendo-se entre si, podiam, por meio de columnas moveis, reprimir todas as pequenas insurreições. O 3.º e o 5.º corpo, tendo Pamplona por base, e por fim das suas operações Saragoça, cobriam por similhante modo a communicação com a França, não se achando expostos aos ataques de flanco, a não ser pelo lado de Cuenca, onde commandava o duque do Infantado, o qual todavia era observado pelo 1.º corpo. Tanto as linhas de França, como as dos differentes corpos, eram guardadas por postos fortificados, tendo uma guarnição mais ou menos numerosa, segundo a sua importancia. Entre Bayonna e Burgos havia onze postos militares; entre Burgos e Madrid, pelo caminho de Aranda e Somo-Sierra, oito; havia outros onze, que protegiam o caminho menos directo, que se dirigia para a capital por Valladolid, Segovia, e a Guadarama[1]. Quinze pontos intermediarios asseguravam a linha entre Valladolid e Saragoça. Oito postos se achavam estabelecidos desde Valladolid até Santander. Nove ligavam a primeira d'estas cidades com Villa-Franca del Bierzo, pela estrada de Benavente e Astorga, achando-se finalmente dois entre Benavente e Leão. Por aquelle tempo as forças do exercito invasor da Hespanha, não comprehendendo a guarda franceza do rei José, elevavam-se a 324:411 homens, sendo de cavallaria 39:000, pouco mais ou menos. Nos hospitaes

[1] Napier, vol. 3.º da traducção franceza, liv. 5.º, cap. 1, pag. 11.

existiam 58:000 homens. Os depositos, os governos militares, as guarnições, os postos de correspondencia, os prisioneiros, e os batalhões em marcha, compostos dos soldados dispersos e estropiados, absorviam quasi 25:000 homens. Os mais achavam-se debaixo de armas nos regimentos, não sendo por conseguinte o effectivo das tropas francezas em campanha inferior a 240:000 homens. A grande linha de communicação com a França, que era a principal base do systema de Napoleão, era protegida por 50:000 homens, cujas posições eram defendidas por tres fortalezas e sessenta e quatro postos de correspondencia [1].

Era portanto um facto que no principio do anno de 1809 o imperador Napoleão, não sómente se achava constituido em monarcha absoluto do meio-dia da Europa, mas tambem em dictador altivo dos seus estados do norte, vendo-se igualmente debaixo do seu poder quasi toda a Hespanha, julgando-se não lhe poder escapar á mesma sorte dentro em muito pouco tempo o pouco que ainda d'ella lhe faltava. Em nada d'isto podia haver duvida, e se alguma nação no continente da mesma Europa pensasse em lhe poder resistir, entrando em luta com elle e os seus exercitos, seguramente se expunha a uma total ruina, como cousa reputada da maior temeridade por aquelle tempo. E todavia Portugal, apesar de um tão terrivel aspecto, como porentão lhe apresentava a sua guerra com a França, resoluto se mostrava em a levar por diante, não obstante a sua pequenez e a grande escassez dos seus meios em todos os sentidos, fiado, como estava, nos auxilios que para similhante fim lhe continuaria a prestar a Gran-Bretanha, tão empenhada, como todos a suppunham, em fazer expulsar da peninsula os exercitos francezes. Effectivamente logoque ao Rio de Janeiro chegaram as noticias da installação dos governadores do reino em Lisboa pensou aquella côrte em animar quanto possivel o patriotismo dos portuguezes, incitando-os a não desistirem jamais da heroica empreza da libertação da patria. No dia 2 de janeiro de 1809 lhes proclamou do Brazil o

[1] O mesmo Napier, logar citado.

Principe Regente, convidando a nação, não só a progredir na sua resistencia aos francezes, mas até mesmo a que secundasse, quanto possivel lhe fosse, os heroicos esforços da nação vizinha. Por esta mesma occasião bem dizia elle os *generosos auxilios,* que para similhante fim mandava á peninsula o *seu antigo e fiel alliado,* el-rei da Gran-Bretanha [1], na certeza de que o ter ido para o Brazil era para fortuna dos portuguezes, e nas vistas de lhes preparar um seguro asylo, que em breve se constituisse *n'um vasto e rico imperio,* para o

[1] Em varias peças officiaes do governo do Brazil, e mais particularmente no tratado de alliança e amisade com a Gran-Bretanha, datado de 19 de fevereiro de 1812, faz-se dizer ao Principe Regente *ter elle recebido de Sua Magestade Britannica o mais generoso e desinteressado soccorro e ajuda, tanto em Portugal, como nos seus dominios.* Não ha cousa a que com menos verdade se possam applicar as expressões de *generoso e desinteressado soccorro,* nem as de *fiel alliado,* do que aos auxilios que recebemos d'aquella potencia durante a guerra da peninsula, nem á conducta que por então teve para comnosco el-rei da Gran-Bretanha, chamando-lhe *fiel alliado:* os factos já mencionados n'esta historia, e os que ainda n'ella se mencionarão, exuberantemente assim o comprovam. Admira como entre nós houvesse ministros que em nome do imperante admittissem similhantes proposições, ou fizessem nas suas peças officiaes uma tal confissão, sem ao menos se lembrarem, sendo então cousa recente, que quando no parlamento inglez se ventilou a questão de se mandarem para Portugal tropas suas, foi essa questão resolvida pela affirmativa, com a allegação de *se entender que a Inglaterra se devia defender na peninsula das Hespanhas,* pois que a ser ella subjugada por Napoleão, mais facil lhe ficaria a conquista da propria Gran-Bretanha. Foi então que os mais prudentes e avisados de entre os inglezes, quer dentro, quer fóra do parlamento, viram na approvação de similhante medida a sua propria salvação. Não acreditar portanto que esta fosse na verdade a rasão por que uma tal medida se levou a effeito era suppor que um governo tal como o britannico perdêra inteiramente o juizo, vindo sacrificar na peninsula a uma causa estranha ao seu paiz, só por mera generosidade, desinteresse e dedicação por Portugal, enormes sommas de dinheiro, tanto em especie, como em valores, como effectivamente lhe consumiu a guerra da mesma peninsula, alem do muito sangue que as suas tropas n'ella derramaram durante seis annos. Tenha pois o leitor bem presente na memoria a materia d'esta nota, todas as vezes que no decurso d'esta obra encontrar as citadas expressões, applicadas aos chamados soccorros que da Inglaterra recebemos durante a citada guerra da peninsula.

qual os seus augustos predecessores haviam já lançado os alicerces. Em conformidade com esta sua proclamação pensára tambem em chamar um general inglez para organisar, disciplinar e commandar o exercito portuguez, e com estas vistas ordenou ao nosso ministro em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, para que, de acordo com o ministerio de sua magestade britannica, escolhesse e nomeasse entre os officiaes do seu exercito um, que cabalmente satisfizesse áquelles fins, lembrando para isto sir Arthur Wellesley em primeiro logar, e na sua falta ou recusa sir William Carr Beresford [1], resolução que por carta regia de 9 do citado mez de janeiro foi igualmente communicada aos governadores do reino para inteira certeza da medida [2]. O desejo geral de todos os portuguezes era decididamente que o referido commando se désse a sir Arthur Wellesley, e foi sobre esta grande illustração militar da Gran-Bretanha (ainda por então muito longe da celebridade e importancia que posteriormente adquiriu), que primeiramente recaíu a escolha do ministro portuguez em Londres. Este grande general tinha em 1808 feito uma breve detença em Portugal, reduzindo-se apenas ao tempo que lhe foi necessario para vencer os francezes no combate da Roliça e d'elles saír igualmente vencedor na batalha do Vimeiro, em consequencia da qual se libertou Lisboa e elles francezes foram expulsos de Portugal. A rapidez e acerto das suas marchas, coroadas pela felicidade das suas operações, tinham deixado no animo dos soldados portuguezes, e geralmente de toda a nação, a mais pronunciada sympathia e favoravel impressão por tão habil general, talvez que pela inspiração instinctiva, que a natureza infunde aos homens bravos e corajosos, de adivinharem o heroe, sobresaíndo apenas pelos seus primeiros feitos. O espectaculo de um grande atrevimento militar nunca passa despercebido aos olhos d'aquelles que são naturalmente valorosos e o desejam imitar. Seja porém como for, a verdade é que todos os portuguezes pediam a

[1] Assim consta do documento n.º 57.
[2] Veja o documento n.º 58.

uma voz sir Arthur Wellesley para os commandar em chefe, esperando que com elle á sua frente renovariam contra a França os mesmos heroicos feitos que os seus antepassados, commandados pelo famoso Sertorio, que tinham chamado de Africa, praticaram contra as bravas legiões da altiva e soberba Roma. Diversas causas se combinaram felizmente para lhes favorecer em grande parte os desejos, sendo a mais principal de todas o lamentavel desastre do exercito inglez, entrado na Hespanha debaixo das ordens de sir John Moore, e a sentida morte que em consequencia d'isto experimentára o seu general, tambem de grande reputação na Gran-Bretanha.

Já atrás dissemos, e de novo agora o repetimos, que antes d'este acontecimento os portuguezes tinham contra si na Inglaterra muito desconceito militar, sendo todas as sympathias dos inglezes (arrastados sem duvida pela grandeza da nação hespanhola, e talvez que não menos pelas atrevidas arrogancias dos seus naturaes, bem proverbiaes na Europa), unicamente em favor dos patriotas da Hespanha, não obstante a constante má vontade, que estes mostravam ter desde o principio do seu levantamento em se ligarem de coração com elles, e receberem no seu paiz as tropas britannicas. Com isto reunia-se igualmente a alta importancia que o governo inglez ligava á occupação de Cadix, que decididamente preferia á occupação e defeza de Portugal. Todavia a batalha do Vimeiro fizera por algum tempo esquecer essas grandes tendencias em favor d'aquella cidade; mas passadas que foram as impressões da referida batalha, tornou o sobredito governo a fixar toda a sua attenção sobre a sua posse, mandando para lá sir George Smith, com o fim de alcançar dos seus moradores a annuencia de admittirem uma guarnição ingleza na sua cidade, para cujo fim fizera logo aprompta uma expedição na força de 5:000 homens, commandados pelo general Sherbrooke, que de Portsmouth devia embarcar para o seu destino, como effectivamente aconteceu. Entretanto sir George Smith, parecendo-lhe ter conseguido dos hespanhoes uma tal ou qual annuencia ao desejado desembarque, escreveu para Lisboa a sir John Cradock, pedindo-lhe algumas tropas, que este general lhe man-

dou, commandadas pelo major general Mackenzie, que das aguas do Tejo saíu no dia 2 de fevereiro de 1809, chegando a Cadix a 5 do dito mez. A Inglaterra cortejava por então até ao servilismo a junta central da Hespanha, que lhe retribuia essas finezas embaraçando-lhe por baixo de mão o desembarque da guarnição que com tamanho empenho pretendia lançar em Cadix, de que resultou não se poder elle effeituar. Foi no meio d'estas diligencias, feitas pelo governo inglez para a occupação de Cadix, que lhe chegaram as dolorosas noticias do funesto desastre de sir John Moore, e quando de tal desastre se não pôde mais duvidar, a consternação foi geral em todos os inglezes, como já dissemos. Desde então por diante os que se mostravam contrarios á continuação da guerra na Hespanha a uma voz clamavam acaloradamente para que se lhe désse de mão, não prophetisando mais que desgraças, quando teimosamente e contra toda a rasão se insistisse em a levar por diante. Tinham elles para si como certo que a Hespanha se achava irremediavelmente perdida para a causa dos alliados, depois das successivas derrotas dos seus exercitos em Espinosa, Gamonal e Tudela, derrotas que tiveram por consequencia a desastrada retirada do exercito inglez de sir John Moore, cuja empreza qualificavam de absurda e temeraria. O famoso ex-ministro lord Grenville aconselhava no parlamento que antes se tivesse o exercito inglez a bordo das naus de guerra, ameaçando successivamente todos os portos da costa, desembarcando-o ora n'uma, ora n'outra parte d'ella, para fatigar as tropas francezas o mais possivel, sem o comprometter com ellas. Abalado como o ministerio britannico por então se mostrou por estas e outras que taes declarações, manifestadas dentro e fóra do parlamento, chegou a tomar secretamente as medidas conducentes a fazer retirar para o seu paiz as tropas que tinha em Portugal, sentenciando assim este reino a um tal abandono.

Effectivamente o aspecto da guerra era para os alliados do mais funesto presagio por aquelle tempo. A dar-se á circumstancia da Gran-Bretanha desistir por similhante modo da sua ligação com Portugal, não tinha por então na Europa paiz al-

gum onde com segurança podesse manter um exercito, achando-se, como de facto se achava, abandonada por todas as potencias, tendo-se-lhe tambem mallogrado a esperança que sem maior fundamento pozera na efficaz cooperação dos patriotas hespanhoes, os quaes, desdenhando aceitar o soccorro que lhes podiam prestar os exercitos inglezes, mostravam toda a repugnancia em os receberem no seu paiz, como recentemente se víra na sua recusa ao intentado desembarque das tropas inglezas em Cadix. Com similhante isolamento vieram por outro lado reunir-se o feliz agouro que ao ministerio britannico dava o começo da nova guerra da Austria com a França; as boas informações que em abono do caracter militar dos portuguezes mandaram para o seu governo sir Roberto Wilson, e mr. João Carlos Villiers; e finalmente o instante pedido que a côrte do Rio de Janeiro e os proprios governadores do reino lhe faziam de lhes enviar um general inglez para organisar, disciplinar e commandar em chefe o exercito portuguez. Em satisfação pois de um tal pedido e da particular affeição que toda a nação portugueza geralmente dedicava a sir Arthur Wellesley, pelas esperançosas vistas que n'elle tinha posto na sua luta contra os francezes, requestando-o e solicitando-o designadamente a elle, o mesmo ministerio britannico lhe offereceu o citado commando, que todavia recusou, provavelmente pelas vistas que já tinha em se lhe conferir o do proprio exercito inglez, que se mandasse para a peninsula. Diz-se que depois da recusa de sir Wellesley, sir John Doyle, sir John Murray (nas mãos do qual se mallogrou depois a empreza de Tarragona), sir William Carr Beresford, e o proprio marquez de Hastings, por então conde de Moira, pretenderam pela sua parte similhante commando. Este ultimo general, pelas suas boas maneiras e nascimento, pelo seu alto posto, e pelos seus talentos militares e politicos era seguramente a pessoa que mais indicada parecia para tal logar; mas um partido forte se formou no parlamento em favor do general Beresford, tanto por haver sido proposto por sir Arthur Wellesley, como por ter sido lembrado para o mesmo fim pela côrte do Rio de Janeiro, de que resultou ser este o

definitivamente nomeado e offerecido pelo governo inglez ao portuguez, no meio do descontentamento de um grande numero de officiaes superiores e generaes do exercito britannico, que se reputavam offendidos, vendo á sua direita um individuo, que julgavam não ter direito algum para os commandar. Tudo isto communicou desde logo o governo inglez a sir John Cradock, expedindo igualmente ordem para se dirigir para Lisboa com as suas tropas ao general Sherbrooke, que para o porto de Cadix estava já em viagem, ordem que elle recebeu quando do sobredito porto se achava já perto. Em consequencia d'isto a sua divisão e a do general Mackenzie voltaram ambas para o Tejo, onde chegaram no dia 12 de março. Postoque pela sua parte os governadores do reino não fossem contentes por se lhes impor a aceitação do general Beresford, para commandante em chefe do exercito portuguez, em rasão d'elle ter sido o commandante da expedição ingleza que fôra tomar a ilha da Madeira em fins de dezembro de 1807, e o que obrigára os seus respectivos habitantes a prestarem juramento de fidelidade a el-rei da Gran-Bretanha, em prejuizo dos direitos do seu legitimo soberano, todavia tiveram de se conformar com a nomeação que d'elle fizera o governo inglez para o dito commando [1], dando-lhe, por decreto de 7 de março de 1809, a patente de *marechal do exercito portuguez,* encarregando-o como tal do commando em chefe de todas as tropas portuguezas e com toda a jurisdicção que a similhante posto competia, em conformidade das leis e regulamentos militares do reino. Por carta regia da mesma data de 7 de março foi igualmente auctorisado pelos governadores do reino a poder re-

[1] Não foram só os governadores do reino os que não gostaram da nomeação de Beresford, porque n'este ponto partilhava com elles igual desgosto e por igual motivo o ministro de Portugal em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho; mas como Cypriano Ribeiro Freire houvesse instado e re-instado com o ministro inglez em Lisboa para que o seu governo nomeasse quanto antes um general que viesse commandar em chefe o exercito portuguez, e similhante nomeação tivesse recaído no general Beresford, necessario foi tambem em tal caso que o mesmo D. Domingos com ella se conformasse igualmente.

compensar immediatamente qualquer individuo que em occasião de guerra se distinguisse por algum assignalado feito, ou prova de valor e coragem [1]. Finalmente foi tambem pouco depois auctorisado a confirmar ou reprovar as sentenças proferidas pelos conselhos de guerra, devendo portanto todos os generaes remetter os processos dos referidos conselhos ao seu quartel general, para serem entregues ao auditor geral do exercito, José Antonio de Oliveira Leite de Barros (o mesmo que durante o governo de D. Miguel de 1828 a 1833 teve o titulo de conde de Basto) [2].

O marechal Beresford (sir William Carr Beresford), commandante em chefe do exercito portuguez, tenente general ao serviço de sua magestade britannica, cavalleiro da muito distincta e honrada ordem do Banho, era por nascimento irlandez, e membro de uma illustre familia, que se dizia uma das mais principaes d'aquelle reino. Severo, intrepido e firme de caracter, justo é dizer que o seu nome é e será sempre entre nós mais celebre, e de certo com muita mais rasão, do que o foram no reinado de D. Affonso VI o conde de Schomberg, e no de el-rei D. José o do conde de Lippe. Seguindo na sua patria a carreira das armas, e demorando-se pouco tempo nos postos subalternos, foi aos 3 de maio de 1794 promovido a tenente coronel do regimento n.º 88, á frente do qual fez a memoravel campanha da India, que terminou pela destruição do imperio do Tippoo Saib e da tomada de Seringapatão, sua capital. Tendo a Inglaterra mandado vir da India um corpo de 6:000 homens, commandado por sir David Baird, para auxiliar a expedição que da Europa mandára para o Egypto, a fim de expulsar de lá os francezes, fez parte do dito corpo o regimento n.º 88, distinguindo-se o já então coronel Beresford, não nas operações militares, porque quando lá chegou já a esse tempo se achavam concluidas, mas sim na policia e economia dos hos-

[1] Veja os documentos n.ºs 59 e 59-A.

[2] Não achámos nos livros do registo do ministerio da guerra documento algum por onde ao marechal Beresford foi concedida esta ultima auctorisação; mas elle se declarou ao exercito revestido d'ella pela sua ordem do dia de 13 de abril de 1809.

pitaes, que se lhe confiaram n'uma occasião em que a peste assolava terrivelmente o Egypto. D'este paiz acompanhou elle outra vez a sir David Baird na expedição que em 1806 fez cair por segunda vez o territorio do Cabo da Boa Esperança nas mãos dos inglezes, de que lhe resultou a sua promoção a brigadeiro general. Da Africa dirigiu-se depois para a America no mesmo anno de 1806, incumbido de tomar aos hespanhoes a importante colonia de Buenos Ayres, o que effeituou nos fins de junho d'aquelle mesmo anno em nome de el-rei George III, fazendo entrar nos cofres da Gran-Bretanha as avultadas sommas que depois vieram a servir na restauração da peninsula. Todavia sublevados os naturaes do paiz contra o dominio estrangeiro, capitaneados por Pueridon e Liniers, teve de assignar com este uma capitulação aos 12 de agosto do sobredito anno de 1806, voltando de lá para Inglaterra, onde então foi promovido a major general, sendo n'este posto que, de acordo com o bem conhecido vice-almirante sir Samuel Hood, tomou a ilha da Madeira a Portugal aos 24 de dezembro de 1807. D'ali tornou a voltar para Inglaterra, d'onde veiu na expedição, que debaixo do commando de sir Arthur Wellesley libertou Portugal em 1808 do poder de Junot. Beresford foi um dos officiaes nomeados para a execução da convenção de Cintra, commissão que desempenhou com tal sobranceria para com os generaes francezes, que Loison ficou sempre indisposto contra elle. De Portugal seguiu depois com a expedição de sir John Moore para Hespanha, prestando na retirada das tropas inglezas para a Corunha importantes serviços, cobrindo n'esta cidade com o maior denodo o embarque das mesmas tropas, sendo o ultimo que se retirou, salvando até o derradeiro doente do poder dos inimigos.

No commando do exercito portuguez tornou-se sobremaneira notavel em o organisar e disciplinar, desde os preceitos da mais perfeita instrucção e manobra até aos ultimos rudimentos da economia militar, nada absolutamente escapando aos assiduos cuidados e diligencias que para similhante fim empregou. Resoluto por genio e systematico por principios, nunca se preoccupou com ameaças, nem se atterrou com symptomas de in-

surreição. Severo e justiceiro no mais alto grau, jamais deixou de fazer aos officiaes portuguezes a justiça que lhes era devida, postoque se lhe não deixasse de notar, como era bem natural, certa predilecção para com os officiaes inglezes que mettêra no exercito, e cuja escolha por dever de justiça, e prova do seu talento em saber conhecer os homens, se deve dizer que foi em geral acertadissima, sendo quasi todos os ditos officiaes pessoas de reconhecido merito e comprovado valor, alem de muito instruidos na sua profissão. Inexoravel na punição dos crimes, e austero observador da disciplina militar, as suas ordens do dia foram sempre o meio de que se serviu, tanto para a publicação das sentenças da repressão d'aquelles, como para a rigida manutenção d'esta no exercito do seu commando, mostrando assim ao publico uma integridade que nunca vergou diante de poder algum, nem do prestigio das mais altas classes do paiz, cousa entre nós bem rara até então. Póde portanto dizer-se com verdade que o marechal Beresford era realmente um homem de consummada experiencia em todas as miudezas militares e detalhes do serviço, eminente nos conhecimentos da administração e organisação dos exercitos, sectario fidelissimamente adstricto á mais rigida disciplina, que constantemente fez manter no exercito portuguez, sem nenhuma attenção ás categorias dos seus subordinados, parecendo caprichar em se mostrar n'isto severo em todas as classes e jerarchias, e finalmente livre de prejuizos, reunindo com isto a vantagem de ser inteiramente estranho ás relações do paiz e aos corrilhos e intrigas das familias n'elle influentes. É um facto que alguns defeitos teve, devidos geralmente ao seu caracter duro; mas esses defeitos elle os compensou de sobejo pelas suas boas qualidades, entre as quaes se deve mencionar as do desinteresse e imparcialidade com que geralmente se houve no pontual desempenho do seu elevado cargo. Pelos importantes serviços que prestára a Portugal no commando do seu exercito durante a memoravel guerra da peninsula o governo portuguez lhe deu os titulos de conde de Trancoso e marquez de Campo Maiór, e por fim a patente de marechal general com uma pensão an-

nual de 16:000$000 réis em tres vidas, achando-se actualmente a segunda na pessoa de um seu enteado, por elle marechal Beresford ter fallecido no dia 8 de janeiro de 1854 na cidade de Londres. A Hespanha deu-lhe tambem a patente de capitão general, e o governo inglez a de tenente general do seu exercito, quando em 1809 passou a commandante em chefe do exercito portuguez, elevando-o depois ao titulo de lord visconde Beresford, e ultimamente confiando-lhe a importante commissão de commandante geral de artilheria. Este general teria por certo sido o idolo dos portuguezes, se logo depois da guerra se houvesse retirado para o seu paiz e se não se tivesse por fim declarado por um dos mais figadaes inimigos do regimen liberal em Portugal, ou do estabelecimento do governo parlamentar n'este reino.

Dadas assim estas noções biographicas sobre este tão notavel general, diremos que, tendo elle saído de Inglaterra para Portugal, depois do meiado de fevereiro de 1809, e chegando a Lisboa nos primeiros dias do mez seguinte, foi no de abril estabelecer o seu quartel general em Thomar [1], onde por então se achava ainda postado quasi na totalidade o exercito portuguez, na força de uns 20:000 homens, commandado em chefe pelo tenente general Antonio José de Miranda Henriques, que collocado assim entre o Tejo e o Mondego, observando a passagem do Zezere, cuidadosamente espreitava o movimento dos francezes. Foi em Thomar que o mesmo Beresford tomou no dia 8 de abril o commando das tropas portuguezas, ás quaes dirigiu no dia 9 do referido mez uma allocução, annunciando-lhes ir commanda-las, e ter de lhes dar a disciplina de que tanto precisavam, para poderem marchar contra o inimigo, pois com magua notava já grandes actos de insubordina-

[1] Foi no dia 7 d'este mez de abril que elle saiu de Lisboa para se dirigir a Thomar, sendo tambem d'este dia em diante, e por effeito do decreto do dia anterior, que se lhe começára a pagar, a titulo de soldo, a quantia mensal de 886$666 réis, e alem d'esta mais uma outra de réis 600$000, igualmente mensaes, durante a guerra para as despezas da sua mesa, sendo-lhe ambas as sommas satisfeitas pela thesouraria geral das tropas, para assim se lhe evitarem delongas no recebimento.

ção em alguns corpos, a ponto de terem por seu motu proprio abandonado os postos, cuja defeza se lhes tinha confiado [1]. Á vista pois d'isto foi o seu primeiro cuidado organisar, reformar e disciplinar o exercito portuguez, segundo o systema militar do exercito inglez. Muito tinha a fazer o marechal na ardua e difficil empreza que lhe fôra confiada, pois, segundo se presume, nunca o exercito portuguez, desde a invenção das armas de fogo até ao tempo do commando do conde de Lippe em 1762, esteve a par dos das outras nações da Europa em disciplina e tactica, exceptuando apenas o breve espaço de tempo em que o conde de Schomberg lançou mão das raras qualidades dos soldados portuguezes para formar com elles aquelle brilhante exercito com o qual elle conde, durante os cinco annos de instrucção que lhe deu, aniquilou os exercitos da Hespanha. Mas esta epocha passou, por assim dizer, como um sonho, pondo-lhe termo a paz de 1668, em que as tropas de linha foram pela maior parte licenciadas, e as milicias, ou *auxiliares* d'aquelle tempo, mandadas para sua casa. A uma tão brilhante epocha succedeu-lhe um profundo somno de trinta e dois annos sobre as cousas militares entre nós, e de tal ordem foi elle, que no principio da *guerra dos sete annos*, ou na luta que originára a successão de Filippe V em Hespanha, quasi não havía um só official ou soldado que tivesse visto a guerra. As *Decadas* de João de Barros e o livro do bispo Osorio levam-nos a crer que durante os heroicos tempos das nossas descobertas a multidão d'essa gente valorosa, que se alistava para a defeza das gloriosas quinas nas nossas expedições para a Africa e Asia, embarcava-se em Lisboa sem alguma organisação ou disciplina, sendo-lhe ambas estas cousas lá dadas e aprendidas, pois era no campo contra o inimigo que aquella heroica gente se instruia na tactica militar que então havia. Na guerra de 1762 o marquez de Pombal algum cuidado mostrou pelo exercito, mas logo que passou o perigo, ou por descuido seu, ou pela sua pouca affeição á classe militar, de tal modo abandonou o exercito, que quando saíu do minis-

[1] Documento n.º 59-B.

terio, pela morte de el-rei D. José em 1777, quasi todos os corpos se achavam sem officiaes. Não admira pois que, á vista do exposto, houvesse em Inglaterra nos annos de 1808 e 1809 muitos votos de peso sobre a nenhuma confiança que o governo britannico devia ter no exercito portuguez, chegando os proprios jornaes d'aquelle paiz a publicar nas suas compactas columnas quantas diatribes e improperios lhes lembraram contra as tropas portuguezas, devendo-se ao marechal Beresford o importante serviço de fazer caír por terra quantas calumnias se nos levantaram em Inglaterra sobre este assumpto, calumnias partilhadas igualmente por alguns membros do parlamento, que depois se retractarám.

Antes de publicar as suas novas instrucções começou Beresford a observar a execução que entre nós se dava aos antigos regulamentos do exercito, e em consequencia d'isto a reformar todos os officiaes insubordinados e insolentes, ou incapazes de servir por velhice, ou por algum outro defeito[1]. A estes substituíu outros novos, fixando a idade dos que deviam occupar os graus inferiores, ou os que requerem maior vigor corporal da parte de quem os exerce. Tambem foi exactissimo em observar os progressos das novas instrucções e tudo mais que julgou necessario para transformar o antigo exercito portuguez n'um verdadeiro exercito, que á

[1] É um facto que a maior parte dos officiaes do exercito portuguez eram, por aquelle tempo, pessoas de bastante idade, doentes e cansados no serviço, e por conseguinte mais proprios para uma reforma, do que para entrarem nas fadigas de uma ardua e prolongada campanha, tal como a que se tinha emprehendido contra a França. Por muitas vezes tinha o marechal Beresford proposto que o exercito fosse alliviado d'esta gente cansada, que mais o prejudicava do que o utilisava, poisque, achandose falto de disciplina e sem officiaes que lhe infundissem confiança, forçosamente havia de ser arrastado a actos da mais reprehensivel insubordinação. Muitos eram os officiaes que estavam no caso de reforma, e muito se aggravou o thesouro com esta medida; mas emfim forçoso foi leva-la a effeito, postoque muitos dos officiaes em questão fossem collocados em guarnições de praças e até em varias povoações do reino. De 108 foi a primeira relação que o marechal Beresford dirigiu ao governo, em officio de 4 de julho de 1809, entrando n'este numero 6 coroneis, 6 tenentes coroneis, e 14 majores.

sua patria se tornasse altamente proficuo em tão critica occasião. *Esta reforma, emprehendida por elle com o mais salutar vigor, fez com o tempo saír do cahos, em que até ali se achava mergulhado, um exercito obediente, bem disciplinado e bravissimo, digno de ser contado entre os melhores da Europa, porque os portuguezes, postoque faceis em se perturbarem e arrastarem a excessos, são todavia de um caracter doce e moderado, mostrando-se sensiveis ás attenções e boa conducta dos seus officiaes*[1]. Mas esta reforma não foi obra de um momento, tendo aliás tido muitas difficuldades para a realisar, quer da parte do governo, quer da das altas classes do paiz, difficuldades que elle Beresford não venceria, a não ser dotado de bastante espirito, decisão e talento superior, dotes que o habilitaram a introduzir no exercito portuguez do seu commando, tão desconfiado e insubordinado como então se achava, aquella admiravel disciplina e arrojo que depois mostrou em todo o decurso da guerra da peninsula. Sobre êste importante facto se exprimiu o marquez de Sá da Bandeira na sua *Memoria sobre a fortificação de Lisboa*, pelo seguinte modo. «O governo portuguez procedeu desde logo (isto é, depois da evacuação dos francezes para fóra de Portugal em 15 de setembro de 1808), á organisação do exercito, reunindo recrutas e voluntarios, e fazendo-os exercitar. E para o disciplinar foi nomeado o general Beresford, o qual, com o posto de marechal do exercito, tomou o commando em março de 1809. O marechal general conde de Lippe havia feito adoptar para o nosso exercito os principios disciplinares da escola de Frederico II, e elles tambem se achavam em vigor no exercito inglez, e continuaram a ser mantidos entre nós. No trabalho da reorganisação o marechal recebeu todo o auxilio possivel de D. Miguel Pereira Forjaz, official general muito laborioso, que exercia as funcções de secretario dos negocios da guerra do governo do reino; havendo em ambos todo o empenho em que os novos regimen-

[1] São estas as proprias expressões que para com o exercito portuguez emprega o coronel Napier na sua *Historia da guerra da peninsula.*

tos fossem postos em estado de entrar em campanha no mais curto espaço de tempo que fosse praticavel. Foi conservado o plano da organisação que o exercito tinha tido em 1806, havendo 24 regimentos de infanteria, 12 de cavallaria e 4 de artilheria. Quanto á legião de tropas ligeiras, que fazia parte do mesmo plano, foi ella substituida por batalhões de caçadores, cujo numero chégou mais tarde a ser de 12; emquanto que, por falta de cavallos, os regimentos de cavallaria foram em 1812 reduzidos ao numero de 6 montados. Os corpos de milicias e de ordenanças permaneceram com pouca alteração, sendo muito difficil de realisar o projecto de formar e disciplinar o exercito de que se encarregára o marechal Beresford, porque os melhores soldados e o maior numero dos melhores officiaes haviam sido mandados para França, e dos que ficaram em Portugal poucos eram aquelles que nas campanhas da Catalunha e Roussillon haviam tido alguma pratica da guerra. Foi por isso que o governo, sobre proposta do marechal, admittiu no serviço com um posto de accesso um certo numero de officiaes britannicos, os quaes eram geralmente officiaes habeis. Elles concorreram efficazmente para o estabelecimento da disciplina nos corpos, por todos os quaes foram distribuidos, a fim de se obter uniformidade na instrucção; havendo de ordinario dois em cada um d'estes, e ficando os regimentos commandados, uns por officiaes portuguezes e outros por officiaes inglezes. A medida da admissão no exercito de officiaes estrangeiros em tão crescido numero foi na verdade um remedio amargo para os brios nacionaes; mas na occasião em que foi tomada era indispensavel para se poder disciplinar promptamente a força militar».

Apesar da nomeação do marechal Beresford para commandante em chefe do exercito portuguez e da parte activa que a Gran-Bretanha parecia haver tomado na defeza de Portugal, via-se todavia que o desalento produzido entre os inglezes pelo desastre de sir John Moore continuava ainda a impressiona-los por tal modo, que aquelles mesmos, que anteriormente mais tinham sustentado a opinião da guerra contra a França, eram os proprios que pareciam estar conven-

cidos, depois de similhante desastre, e da attitude ameaçadora dos exercitos francezes contra Portugal pelo lado do norte, de que a impossibilidade de se poder no continente vantajosamente combater os referidos exercitos era insuperavel. O resultado d'isto não podia deixar de ser a existencia de uma justa vacillação no ministerio britannico, amedrontado pelas muitas e fortes declarações que sobre isto se faziam dentro e fóra do parlamento, circumstancia que o levava a propender para a idéa que tivera de mandar retirar de Portugal as tropas que n'elle tinha, abandonando assim definitivamente a guerra da peninsula. Uma tão funesta e extrema medida era realmente vergonhosa para similhante potencia, patenteando por ella a sua formal humilhação diante da omnipotencia da França. Por fortuna para Portugal e da causa dos alliados o referido ministerio resolveu-se a consultar, antes de executar tal medida, a valiosa opinião de sir Arthur Wellesley, o qual n'uma sua memoria, com data de 7 de março de 1809, se exprimiu a tal respeito pelo seguinte modo.

«Sempre fui de parecer que, qualquer que fosse o resultado da guerra da Hespanha, era preciso defender Portugal, e que as medidas tomadas para defeza d'este reino seriam tambem de uma grande utilidade para os hespanhoes na sua guerra contra os francezes. Quanto a mim, o estado militar de Portugal deve ser levado, como n'outro tempo, a 40:000 homens de milicias e 30:000 de tropas regulares, e alem d'estas forças, sua magestade britannica deve ter em Portugal 20:000 inglezes, comprehendendo n'este numero 4:000 homens de cavallaria, pouco mais ou menos. Penso que mesmo no caso de que a Hespanha seja conquistada, os francezes não poderão submetter Portugal com menos de 100:000 homens, e que durante o tempo por que a guerra durar em Hespanha, as forças portuguezas, a poderem-se pôr em actividade, serão muito uteis aos hespanhoes, *e poderão talvez decidir a questão*.

«Entretanto é evidente que o estado militar de Portugal não poderá ser reorganisado sem um amplo soccorro de dinheiro, e um apoio politico por parte da Inglaterra. A unica maneira

que me parece segura e mesmo praticavel de prestar este soccorro e apoio, ou de intervir nos negocios de Portugal, debaixo da relação militar, é o encarregar o embaixador de el-rei em Lisboa de dar, ou de réter as sommas que julgar necessarias para ajudar os estabelecimentos militares sómente, e de lhe recommendar que vigie que as rendas de toda a natureza de Portugal sejam empregadas primeiro que tudo n'este objecto. Munido d'estes poderes e d'estas instrucções, o embaixador poderá certamente syndicar todas as medidas do governo portuguez, e poderemos então esperar ter em campanha um exercito portuguez em estado regular. Mas como n'esta epocha não tem sido possivel seguir este systema, tendo-se a attenção do governo dirigido para outros objectos, é provavel que o estado militar de Portugal tenha feito poucos progressos. Se se considera o numero de tropas inglezas que exige a defeza d'este paiz e as outras medidas a tomar, é necessario attender por um lado ao pequeno numero de tropas portuguezas e á probabilidade de um ataque proximo por parte do inimigo, e por outro á continuação da guerra em Hespanha, e á probabilidade de que os francezes poderão dispor de forças numerosas antes de pouco para atacarem Portugal. Recommendarei tambem a adopção das medidas politicas de que mais acima fallei, para levantar o estado militar de Portugal. É provavel que a despeza para este objecto não exceda n'este anno a um milhão esterlino; mas se aproveitar e a guerra continuar em Hespanha e em Portugal, a vantagem que se tirar do augmento do estado militar compensará para mais as despezas que se tiverem feito.

«O exercito inglez em Portugal, segundo este plano, não poderá ser menor de 30:000 homens, dos quaes 4:000 a 5:000 de cavallaria, com mais um numeroso corpo de artilheria. Precisa-se de tanta cavallaria e artilheria, como digo; porque o estado militar de Portugal carece justamente d'estas duas armas. A cavallaria ingleza, a allemã e a artilheria deverão servir com a infanteria portugueza. Todo o exercito de Portugal, inglez e portuguez, será commandado por officiaes inglezes. O estado maior do exercito, o commissariado sobre-

tudo, serão compostos de inglezes. A importancia d'estas administrações será proporcionada á força do exercito que deverá obrar em Portugal, ao numero dos postos destacados que será necessario occupar, e ás difficuldades que se poderão encontrar em achar e distribuir os viveres no paiz. Quanto ás medidas secundarias, recommendo reforçar-se o mais breve possivel o exercito inglez em Portugal com algumas companhias de carabineiros inglezes, ou allemães; completar a artilheria d'este exercito até ao computo de 30 peças, sendo duas brigadas de 9; ter todas estas munidas de boas bestas; enviar para Portugal 20 peças de bronze de 12 sôbre trens de viagem, para occupar certas posições no paiz; e juntar ao exercito um corpo de engenheiros como para 60:000 homens, e um corpo de artilheiros para 60 peças de artilheria.

«Bem sei que o exercito inglez actualmente em Portugal é de 20:000 homens, comprehendida a cavallaria[1]. Completar-se-hão o mais breve possivel 20:000 homens de infanteria, reunindo-se-lhes os carabineiros e outra boa infanteria, bem descansada já da guerra da Hespanha. Os reforços seguirão á medida que as tropas forem repousando das suas fadigas. A primeira cousa a fazer é completar o exercito de Portugal em cavallaria e artilheria, servindo as peças com boas bestas, como deve ser. Immediatamente partirão logo o general e officiaes de estado maior, porque póde contar-se que apenas os jornaes annunciarem a partida dos officiaes para Portugal, os exercitos francezes em Hespanha receberão ordem de marchar para este reino, com as vistas de chegarem antes que possamos organisar a sua defeza. É-nos preciso pois ter tudo sobre o terreno, ou pelo menos antes de haver algum despertamento em Inglaterra, quanto aos nossos projectos. Alem dos artigos acima enumerados, é preciso enviar quanto antes para Lisboa 30:000 armas, fardamentos e sapatos para o exercito portuguez.»

[1] Segundo se lê a pag. 185 do volume III da traducção franceza da historia de Napier, o exercito inglez em Portugal contava apenas 14:000 homens em março, mesmo depois de terem chegado a Lisboa as divisões de Sherbrooke e Mackenzie, vindas de Cadix.

Foi a importancia d'este notavel documento a rasão que aqui nos levou a transcreve-lo; mas deve saber-se que já em 1808 tinha o seu auctor entendido que o auxilio da nação portugueza era absolutamente indispensavel á Grán-Bretanha, para poder triumphar no meio da terrivel luta que emprehendêra contra a França. E com effeito escrevendo elle em frente do Tejo, na data de 26 de julho d'aquelle anno, ao major general Spencer, ordenando-lhe que de Cadix se fizesse de véla para Portugal, e se lhe viesse reunir junto á foz do Mondego, se lhe expressava pela seguinte maneira: «Os hespanhoes adquirirão ao mesmo tempo força e experiencia; mas devo observar que nós nada lhes podemos fazer de maior vantagem que *tomar posse de Portugal, e organisar n'este reino um bom exercito*. Em todo o caso, quer a Hespanha resista, quer succumba, *Portugal não deve ser desprezado,* e a vossa presença aqui é muito necessaria». Na data de 1 de agosto do referido anno escrevia elle mais ao ministro da guerra em Londres, o visconde de Castlereagh, dizendo-lhe tambem o seguinte: «*Sou de opinião que a Inglaterra deve levantar, organisar e pagar um exercito em Portugal.* Compor-se-ha de 30:000 homens de tropas portuguezas, que podem ser recrutadas em pouco tempo, e de 20:000 inglezes, 4:000 ou 5:000 dos quaes serão de cavallaria. Este exercito operará nas fronteiras de Portugal na Extremadura hespanhola, e servirá de ligação entre a Galliza e Andaluzia. Por este meio a Gran-Bretanha terá o primeiro logar na direcção da guerra da peninsula, e qualquer que seja o resultado dos esforços dos hespanhoes, ella salvará Portugal das garras dos francezes. Vós sabeis melhor do que eu se podeis ou não supportar esta despeza, ou em que proporção o governo portuguez a quererá ou poderá supportar pela sua parte. Adoptando vós este projecto, tudo deve vir de Inglaterra, armas, munições, vestuario, equipamento, artilheria, farinha, aveia, etc. Estes artigos deverão ser remettidos á fronteira, em parte pela navegação do Douro e do Tejo, e em parte por outras vias». Tomando assento no parlamento britannico, como membro da casa dos communs, depois da batalha do Vi-

meiro, e de ter respondido á commissão de inquerito, destinada a examinar a conducta dos generaes que tinham tomado parte na convenção de Cintra, pela má impressão que em Inglaterra igualmente fizera similhante convenção, sustentou na referida camara a mesma opinião que na sua correspondencia havia já manifestado ao visconde de Castlereagh, quanto a dever-se defender Lisboa e o reino de Portugal, por meio de um exercito inglez e portuguez na força que acima se indica, sendo o segundo organisado conforme os regulamentos das tropas britannicas. De uma tal sensatez reputou mr. Thiers este plano que na sua *Historia do consulado e do imperio* se exprime a respeito d'elle pelo seguinte modo: «Sir Arthur Wellesley com a sua rara habilidade percebeu de prompto como é que os inglezes se deviam conduzir na peninsula, e não obstante o parecer d'aquelles a quem a expedição de Moore tinha profundamente amedrontado, affirmava se poderia sempre embarcar a tempo, sacrificando quando muito o material. Elle chegou mesmo a designar de uma maneira quasi prophetica uma posição na qual, apoiado sobre o mar e coberto por entrincheiramentos, se poderia manter por muitos annos contra os exercitos victoriosos do imperio. A confiança que inspirava este general pelo seu espirito recto e firme venceu a repugnancia do seu governo em arriscar novos exercitos no interior da peninsula e o dispoz a defender corajosamente os interesses da nação ingleza contra o voto da mesma nação».

Não é temeridade o dizer-se que as guerras de Viriato e Sertorio foram provavelmente as que de um modo analogo á tactica moderna suggeriram a sir Arthur Wellesley a sua firme idéa de poder defender Portugal, expellindo para fóra delle os francezes, seguindo assim o exemplo d'aquelles dois eminentes capitães, tendo-se ambos elles proposto igualmente a expulsar os romanos da peninsula, servindo-se para esse fim dos povos da mesma peninsula, e com o favor ou consentimento commum de todos elles. Sertorio, chamado da Mauritania pelos lusitanos para guerrear os romanos, aceitou o convite, e com os poucos amigos que o seguiam, resto do destroçado partido de Mario, veiu para a Lusitania como um dos

paizes mais afastados do centro da republica, e d'esse mesmo paiz começou com as suas emprezas contra o partido de Sylla, como é bem sabido. Que com igual successo Viriato e Sertorio guerrearam os romanos é cousa igualmente sabida; pretores e consules foram por elles vencidos e derrotados. Os mesmos romanos, para se livrarem d'aquelles seus dois terriveis adversarios, recorreram por fim aos criminosos meios, que nos virtuosos tempos dos Cursios e Fabricios seriam altamente odiados por infames. O methodo adoptado, tanto por Viriato, como por Sertorio, foi o de primeiramente se fazerem fortes na Lusitania, e d'ella partirem depois a fazerem as suas tentativas contra os romanos, retirando-se por occasião de qualquer revez outra vez para a mesma Lusitania, a fim de se recuperarem e refazerem, esperando posteriormente os momentos favoraveis de outra vez começarem com os seus ataques. Assim continuaram na luta de modo que, quando por traição foram assassinados, estavam já quasi senhores de toda a peninsula. É de crer que d'estes exemplos se não esquecesse sir Arthur Wellesley para conceber os seus planos, sendo portanto as guerras de Viriato e Sertorio as que provavelmente o levaram á apresentação da proposta acima transcripta, quanto a defender Portugal das invasões dos francezes.

Agora quanto á defeza de Lisboa por meio de fortificações, a opinião dos portuguezes sobre a sua necessidade já estava formada desde muito antes; mas quando o não estivesse, o exemplo que a historia do paiz para ella fornecia era negocio de mais recente data que aquellas duas guerras, não passando alem dos tempos de D. Fernando I e D. João I. Foi este ultimo monarcha portuguez, gloria da sua dynastia, o que dentro dos muros de Lisboa, levantados pelo seu antecessor, oppoz uma heroica defeza aos ataques do exercito de el-rei de Castella, D. João I, assim igualmente chamado no seu paiz, ajudado tambem pelos francezes: vindo como legitimo pretendente á corôa de Portugal, tinha por si uma boa parte da nação portugueza, e muitos fidalgos houve, das mais illustres e antigas linhagens, que seguiram a sua causa. A fome e as enfermidades arruinaram-lhe o exercito com que sitiava a capital do

reino, tendo por fim de lhe levantar o sitio, para no seguinte anno vir experimentar uma total derrota na momentosa batalha, que perdeu nos gloriosos campos de Aljubarrota. Não foi portanto materia nova, nem descoberta feita por sir Arthur Wellesley reconhecer a importancia militar d'aquelle espaço do paiz, que fica entre o mar e a margem direita do Tejo, sobre a qual a cidade de Lisboa se acha edificada: esta importancia era já entre nós reconhecida desde tempo antiquissimo, como se prova pelas particularidades que a este respeito se encontram nos auctores portuguezes, cousa que não podia escapar a um general de tanta capacidade como tinha sir Arthur Wellesley, ao qual bastava só lançar uma vista de olhos sobre a carta topographica d'este reino, mesmo fóra do caso referido pela nossa historia, para desde logo reconhecer as vantagens que lhe offerecia para uma guerra defensiva, particularmente estando senhor do mar, e reunindo com isto a mais decidida affeição por parte dos seus naturaes[1].

Seja porém como for, certo é que pelo anno de 1809 a familia Wellesley gosava de uma reconhecida influencia na Gran-Bretanha, e julgando augmentar ainda mais a reputação politica que o primogenito d'esta illustre familia, o marquez de Wellesley, tinha por então adquirido, empenhava-se muito seriamente na approvação da memoria, apresentada por seu irmão ao ministro da guerra, como unico meio de juntar á sua dita influencia a preponderancia, que por aquelle tempo lhe podia dar a gloria militar do terceiro filho dos antigos condes de Mornington. Esta famosa personagem, apesar da grande reputação militar que já tinha, pelos heroicos feitos que á testa dos exercitos inglezes praticára na India, e que mais consolidára pela gloria da batalha do Vimeiro, achou todavia suas

[1] Não ventilámos aqui a questão de saber se a iniciativa das linhas defensivas de Lisboa é, ou deixa de ser de origem portugueza; e mesmo no caso de o ser, se com isto podemos tirar a lord Wellington, ou toda, ou alguma parte da gloria que lhe cabe pelo levantamento de taes linhas, por termos de encetar este debate, quando no capitulo VI do presente volume houvermos de historiar a construcção das celebradas linhas de Torres Vedras.

difficuldades na realisação dos seus desejos de commandante em chefe do exercito inglez na peninsula, em rasão de ser um dos ultimos officiaes nomeados para o elevado posto de tenente general, e apenas contar por então quarenta annos de idade. Na côrte de Londres, como geralmente acontece em todas as mais côrtes da Europa, a respeitabilidade dos annos e a da familia, reunidas ao merito da antiguidade do serviço n'uma qualquer carreira publica, são grandes titulos e muita presumpção de capacidade em favor d'aquelles que na sua pessoa reunem similhantes quesitos. Por conseguinte tanto no parlamento, como fóra delle, bastantes votos havia, d'entre os que approvavam mandar-se um exercito inglez para Portugal, que rejeitavam a proposta de se confiar o mando d'elle a um general tão novo, e de tão moderna data feito tenente general. Queriam elles que se escolhesse um dos mais antigos em similhante posto: entretanto prevaleceu felizmente a preponderancia do marquez de Wellesley em favor de seu irmão, sir Arthur Wellesley, a quem a opinião publica designava tambem como o unicó general capaz de saír com honra de uma tal situação. Pela sua parte o ministerio inglez, ratificando uma tal nomeação, fez em 1809 para com a peninsula o mesmo importante serviço, que o directorio havia já feito em París a favor da revolução franceza, pondo em 1796 o joven Buonaparte á frente do seu exercito da Italia. Com esta circumstancia deu-se igualmente a do mesmo ministerio inglez haver já concluido no dia 9 de janeiro do mesmo anno de 1809 um tratado de paz e alliança com a Hespanha, e ao mesmo tempo começar com os seus vastos preparativos para que a Inglaterra assumisse na encarniçada luta que se ía travar um papel condigno á sua grande importancia politica. Este acto de energia e de coragem da parte do gabinete inglez, no meio do desalento geral da nação, e até do de muitos homens de estado, grandemente o honrou por certo, poisque o menor revez, que o exercito britannico experimentasse, sobre o mesmo gabinete faria caír uma grave responsabilidade, que o cobriria de um indelevel estigma. Acrescia alem d'isto que a probabilidade do exito de similhante empreza não lhe era

por então favoravel, poisque a Inglaterra não podia oppôr mais que 60:000 homens aos 300:000 disponiveis que Napoleão tinha por si na Hespanha, sendo estes de mais a mais soldados velhos e experimentados, o que por si não tinham os soldados inglezes, geralmente sem pratica da guerra por aquelle tempo. Quanto ás tropas hespanholas, nada se podia esperar d'ellas pela sua falta de disciplina, e quanto ás portuguezas, forçoso era aguardar que se organisassem e disciplinassem, e a urgencia do tempo era tal, que não permittia sem risco similhante espera.

Resumindo pois o que fica dito, é um facto que a retirada de sir John Moore para a Corunha e o embarque do seu exercito para Inglaterra tinham deixado Portugal inteiramente aberto á invasão dos exercitos francezes, sendo pelo perigo d'aqui resultante, que os povos do norte do reino, que eram os mais descontentadiços e desconfiados, sobretudo com relação á regencia que se installára em Lisboa, entendiam não dever ter logar a saída do bispo do Porto para a capital, sendo elle a pessoa da sua mais extrema confiança, e com tanta mais rasão insistiam n'isto, quanto maior era o empenho que viam em se levar a effeito uma similhante saída. Foi então que os governadores do reino começaram pela sua parte a fazer mais alguns esforços para salvarem o paiz, estimulados não só por mr. Villiers, depois que se lhes apresentára como ministro inglez, mas sobretudo pelo enthusiasmo geral dos povos, que até mesmo no momento em que os inglezes se preparavam para evacuar Lisboa, permaneciam firmes e resolutos na sua resistencia contra os francezes. Concorreram tambem para augmentar o estado critico das cousas por aquelle tempo as guerras e opposições partidarias que por então se manifestaram em Londres, e sobretudo no parlamento britannico, de que resultou demorar-se, como effectivamente se demorou, desde o mez de janeiro até ao de março de 1809, a nomeação de um general para commandante em chefe do exercito inglez na peninsula, e o embarque de um maior numero de tropas para a completa formação de um exercito. Mas apesar d'isto e de uma tão critica situação, como

aquella em que por então se viu Portugal, o enthusiasmo dos seus habitantes não diminuiu na mais pequena cousa, tomando por toda a parte do reino a heroica resolução de se armarem, postoque de um modo irregular, pela grande falta de armas que então havia no paiz, decididos, como geralmente se viam, ou a triumphar dos francezes, ou a succumbir na luta. Esta circumstancia, reunida com a da nova ruptura da Austria com a França, que levára Napoleão a saír repentinamente da Hespanha para París, decidiram, como já vimos, o governo inglez a persistir firme em acudir a Portugal, como unico meio que então tinha para salvação da causa britannica, causa para que ainda assim muito concorreram as instancias e propostas de sir Arthur Wellesley sobre este ponto, sendo sobre elle que por fortuna dos alliados recaíu por fim a escolha, que no dia 2 de abril o mesmo governo inglez fizera, de commandante em chefe do seu exercito na peninsula.

Com similhante nomeação satisfizera elle, no mais alto grau, não só o voto do povo inglez, mas igualmente o do portuguez, como o ministro de Portugal em Londres abertamente declarou ao governo britannico, nomeação que mais cedo se teria verificado, se a desgraçada discussão que teve logar no parlamento, a respeito do duque de York, não tivesse posto silencio a todos os negocios externos, ainda os mais graves e urgentes, como em taes casos acontece sempre n'aquelle paiz. Por mais outra nova fortuna fôra a nomeação de Wellesley precedida da do marechal Beresford para commandar o exercito portuguez, confiando-se-lhe a sua organisação e disciplina, commissão que elle pela sua parte poz logo em execução com o mais proficuo resultado. Por outro lado a côrte do Rio de Janeiro queria tambem que a guerra se limitasse em primeiro logar á defensiva de Portugal, e que, em segundo logar, libertado que fosse este reino, se fizesse marchar em soccorro dos hespanhoes o exercito luso-britannico na maxima força que podesse ser, plano este que effectivamente veiu a realisar-se, por ser igualmente o de sir Arthur Wellesley. Em consequencia pois das ordens que n'este sentido recebeu o ministro de Portugal em Londres, queria este que o exercito portuguez

se elevasse a 50:000 homens, e o inglez a 30:000, pelo menos, por se ter já em 1809 desvanecido a maior força das accusações e calumnias que em Inglaterra se haviam até ali levantado contra as tropas portuguezas. O certo é que foi sómente desde então por diante que no governo inglez se manifestou melhor disposição de mais amplamente ministrar armas e soccorros aos portuguezes. Das primeiras 11:000 d'essas armas, que Wellesley disse ter-lhes fornecido, só 10:000 é que até ali se haviam recebido em Lisboa[1]. O nosso dito ministro, tendo lá tido uma conferencia com o governo inglez, e até mesmo com o proprio sir Arthur Wellesley, assentava que o melhor era nomear o principe regente um vice-rei para Portugal, alem da nomeação dada ao mesmo sir Arthur para commandante em chefe do exercito luso-britannico, cousa que depois se transformou na alteração pessoal dos governadores do reino, como adiante se verá.

Emquanto isto assim se passava, tanto fóra, como dentro do paiz, principiando n'elle a mudar-se sensivelmente para melhor o seu estado militar, gravissimos e lamentaveis successos tinham tido por aquelle tempo logar nas provincias do norte do reino. Já vimos que o marechal Soult, depois de se ter apoderado da Corunha e do Ferrol, voltára depois para o sul da Galliza, trazendo adiante de si, sem lhe aceitar combate, o marquez de la Romana. Desde então suppoz-se com muito bom fundamento, que o seu fim era entrar em Portugal, como effectivamente indicava a sua marcha para Tuy, onde deixára 36 bôcas de fogo com cousa de 2:000 homens, contentando-se em trazer comsigo 22 peças, bem servidas de parelhas e das precisas munições. A 28 de janeiro de 1809 tinha elle effectivamente recebido ordem de penetrar n'este reino pela fronteira da Galliza, de seguir pelo litoral até á cidade do Porto, e d'ella para a de Lisboa, administrando o paiz, como o general Junot, debaixo do titulo de governador geral,

[1] Emquanto para Portugal se tinham mandado sómente 10:000 armas até ao momento de chegar a Lisboa mr. Villiers, era voz constante que por aquelle mesmo tempo tinha o governo inglez mandado já para a Hespanha 187:000.

que posteriormente assumiu, e de quanto antes levar os seus habitantes a insistirem no pedido, que a deputação portugueza tinha já feito ao imperador Napoleão, para dar a Portugal um rei da sua escolha, por ter a casa de Bragança perdido todos os seus direitos á corôa d'este reino, em consequencia da sua fuga para o Brazil. O exercito que o marechal Soult commandava, destinado a tal expedição, elevava-se a 23:500 homens presentes, de todas as armas, em que entravam 4:000 de cavallaria, formando dez regimentos d'esta arma, compondo duas divisões, cada uma das quaes tinha quatro regimentos, sendo a primeira commandada pelo general Franceschi, e a segunda pelo general Lahoussaye: os dois restantes regimentos constituiam a brigada de Vialannes. Quanto á infanteria, duas divisões, a de Merle e de Mermet, eram pertencentes ao 2.º corpo, que em Hespanha tinha feito a campanha de 1808, sendo as restantes tropas pertencentes ao 8.º corpo, que no referido anno havia residido em Portugal debaixo das ordens de Junot. Pondo em marcha para o seu destino o exercito de que dispunha, o marechal Soult ordenou ao general Lahoussaye que com a sua divisão marchasse para Ribadavia e Salvatierra, situadas sobre a margem direita do rio Minho, devendo o general Franceschi dirigir-se para Tuy, cidade igualmente situada sobre o dito rio, que ali deveria atravessar para Portugal. A divisão Merle, partindo de Betanzos, teve ordem de marchar para Pontevedra, com o fim de apoiar as operações das duas divisões de cavallaria. O general Mermet devia com a sua divisão marchar para S. Thiago, logoque as forças do 6.º corpo, commandado pelo marechal Ney, ali se apresentassem para a substituir. Desde o dia 2 de fevereiro não tinha cessado de chover, caindo das nuvens torrentes de agua, que tinham feito engrossar e trasbordar o rio Minho, oppondo á passagem dos francezes uma grande difficuldade, poisque os portuguezes tinham retirado para a margem esquerda do dito rio, não só todos os seus barcos, mas até mesmo os hespanhoes. Á vista pois d'isto Soult resolveu atravessar o Minho junto á sua embocadura, por ser ali menos sensivel a cheia do que n'outra parte. Par-

tindo para este fim de S. Thiago no dia 8 do citado mez de fevereiro com o resto do seu exercito, chegou no dia 10 á Guardia, pequena povoação gallega, situada á borda do mar, ordenando ao general Merle que avançasse para Tuy.

Emquanto Soult assim ameaçava a provincia do Minho, o general Lapisse ameaçava tambem pela sua parte a cidade Rodrigo, tendo o grosso das suas tropas em Salamanca e Ledesma, ao passo que o marechal Victor havia concentrado as suas entre o Alberche e o Tietar. Por este modo Lapisse podia juntar-se ou a Soult ou a Victor, ao passo que este, auxiliando aquelle, podia tambem ou marchar por Plasencia contra a cidade Rodrigo, emquanto Soult passava o Minho para se dirigir ao Porto, ou juntar a si o general Lapisse, e penetrar depois em Portugal pela ponte de Alcantara, no que igualmente auxiliaria Soult na sua empreza. Podia tambem, passando o Tejo, atacar o exercito hespanhol de Cuesta, perseguindo-o até Sevilha, e depois de o ter batido, voltar-se repentinamente sobre a direita, e entrar no Alemtejo, marchando sobre Lisboa, que era a sua principal missão. Pela sua parte sir John Cradock, falto de forças para defender Portugal nas fronteiras, limitava as suas operações a defender Lisboa, e com estas vistas concentrára as tropas inglezas do seu commando no Lumiar e Sacavem, esperando, para poder operar, que o inimigo manifestasse melhor os seus planos, aproveitando-se entretanto da sua innacção para apromptar os meios necessarios para poder entrar em campanha [1]. Em Coimbra e Abrantes tinha estabelecido armazens; e excitando ao mesmo tempo os governadores do reino a que fizessem algum esforço, procurava não só achar viveres para fornecimento do exercito, no que tinha difficuldade [2], mas até haver tambem algum dinheiro, para mandar comprar machos á Barberia, com o fim de ter os precisos transportes. O marechal Beresford pela sua parte,

[1] As forças de que sir John Cradock dispunha em 6 de janeiro e 6 de abril de 1809 eram as constantes do já citado documento n.º 55-A do 1.º vol.

[2] Documento n.º 59-C.

não confiando ainda sufficientemente nas tropas portuguezas, pela insubordinação em que por então se achavam [1], e vendo que os francezes traziam seguramente em vista, na sua marcha contra este reino, a occupação de Lisboa e do Porto, sem que elle por outro lado tivesse tambem debaixo das suas ordens forças bastantes para defender ao mesmo tempo estas duas cidades, entendeu que a sua primeira obrigação era cobrir a capital, conservando-se com cousa de 10:000 homens portuguezes entre o Mondego e o Tejo. Tomando pois sobre si esta missão, e sendo fortemente instado pelos governadores do reino para soccorrer o Porto [2], commetteu ao brigadeiro Victoria, que na Beira commandava dois batalhões de linha, o atravessar com elles o Douro, e dirigir-se para aquella cidade, como effectivamente praticou. Escrevendo sobre este mesmo assumpto a sir John Cradock, expoz-lhe não sómente as ordens que tinha dado ao brigadeiro Victoria, mas tambem que no Porto se achava igualmente um batalhão da leal legião lusitana, uma parte do regimento de Valença (infanteria n.º 21), e alguns regimentos de milicias; que quanto á parte da população armada que n'ella havia, se podia esta elevar a 8:000 ou 10:000 homens sem subordinação; e finalmente que 3:000 armas, enviadas de Inglaterra para o exercito do norte, tambem por aquelle tempo se deviam achar no Porto com munições em proporção. O mesmo Beresford, expondo mais as intenções dos francezes, segundo o seu modo de ver, de-

[1] D'esta insubordinação se lamentou Beresford a sir John Cradock, como consta do documento n.º 59-D.

[2] Effectivamente D. Miguel Pereira Forjaz tinha-lhe remettido em officio de 29 de março uma representação que ao governo havia dirigido a camara do Porto, mostrando-lhe ao mesmo tempo com ella a necessidade que havia de soccorrer promptamente aquella cidade, tanto pela urgencia de a salvar do perigo a que estava exposta, como pela influencia nociva que a sua perda teria na defeza do resto do reino. Sobre isto dizia-lhe mais, ter esperanças de que o general em chefe das tropas britannicas se prestaria a auxilia-lo activamente n'aquella tão justa, como necessaria requisição, particularmente a não se poder mandar para lá aquelle numero de tropas portuguezas que se julgasse possivel e necessario, e com a brevidade que as circumstancias exigiam.

clarava não poder destacar tropas portuguezas para o Porto, a não serem auxiliadas pelas inglezas, cousa em que o general Cradock não conveiu, allegando a obrigação que tambem tinha de perseverar na defeza de Lisboa e do Tejo[1].

Á vista pois d'isto ficou a cidade do Porto sem poder ser soccorrida validamente por tropas de linha portuguezas ou inglezas, achando-se quasi à descoberto pelo lado do Minho, onde pouco mais havia que milicias e ordenanças desarmadas e em anarchia, com cousa de 2:000 homens de tropa regular, quasi no mesmo estado, ao passo que pelo lado da Beira se via postado o bravo coronel sir Roberto Wilson, que effectivamente se achava sobre o Agueda com a sua pequena divisão, em que mais particularmente avultava um batalhão da leal legião lusitana, com o qual attentamente espreitava os postos avançados de Lapisse, depois de ter enviado um destacamento para Bejar. Em Abrantes havia-se estabelecido uma ponte de barcos, e posto pequenas guarnições, tanto n'esta praça, como na de Elvas, continuando no governo das armas do Alemtejo o general Francisco de Paula Leite. Manuel Pinto Bacellar, com as poucas tropas de que dispunha, vigiava igualmente os movimentos de Lapisse, entre a cidade da Guarda e a de Castello Branco. O general Victoria passára da Beira Alta ao Porto com os seus dois batalhões de linha, como já vimos[2]. Por carta regia de 15 de fevereiro de 1809 foi o brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca nomeado governador das armas da provincia de Traz os Montes, logar de que tomou posse a 24 do dito mez, constando a força de que dispunha de dois regimentos de infanteria de linha, que então teriam 2:800 praças; de cinco regimentos de milicias, de que só se achavam armados 2:500 homens; de 50 cavallos, que dentro em

[1] Documentos n.os 59-E e 59-F.

[2] O brigadeiro Victoria não foi logo em direitura para o Porto, em rasão de Bernardim Freire o mandar para Amarante, porque indo ter ali uma das estradas, que de Chaves se dirige para aquella cidade, podendo ser esta a estrada que o inimigo escolhesse para a sua marcha, entendeu manda-la vigiar pelos dois batalhões de 6 e 18, commandados por Victoria.

poucos dias quasi se inhabilitaram pela actividade do serviço, e finalmente de alguma artilheria. Ao tenente general Bernardim Freire de Andrade, governador das armas do partido do Porto, tinha-se anteriormente ordenado, por aviso de 24 de janeiro, que passasse á provincia do Minho, para tomar o commando, não só das tropas destinadas á defeza da referida provincia, mas das que tambem houvesse em Traz os Montes, formando por este modo um só exercito de todas as que se achavam ao norte do Douro.

Recebido como foi por Bernardim Freire de Andrade, na madrugada de 28 do citado mez de janeiro, o aviso de 24, chamou logo o brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras, e lhe confiou, com o caracter de interino, o governo militar do Porto, de modo que a 31 do mesmo mez já elle se apresentava em Braga, providenciando sobre a defeza do Minho. O povo d'aquella cidade achava-se bastantemente anarchico e indisposto contra todos os que reputava partidistas dos francezes, aos quaes attribuia sem maior fundamento a marcha dos exercitos inimigos contra este reino, incluindo nas suas suspeitas todas as auctoridades, quando porventura não obrassem segundo o que o seu desejo lhe phantasiava. Mas devese dizer por justiça, que foram os naturaes de outras terras, e não os de Braga, os que assalariaram um sacerdote, que nas igrejas e do pulpito abaixo lançava palavras de sangue e de perseguição, não contra os francezes, mas contra os portuguezes que julgava seus partidistas, fazendo isto na occasião em que mais necessaria e precisa era a união de todos, para se poder rebater do melhor modo possivel a invasão imminente. Foi por este modo que a desconfiança se cimentou no mais alto grau, fazendo-se esquecer o perigo real e commum, para sómente se fallar dos imaginarios. Achandose um traidor em cada um dos individuos, que ao mesmo povo se tinham designado, em breve appareceram os chefes da sublevação para sacrificadores das victimas que se queriam exterminar. Cada expressão indiscreta, que assim se lançava do pulpito abaixo, era um tição acceso, que se punha nas mãos da populaça amotinada, para provocar a anarchia e atear cada

vez mais esta indomavel fogueira. Para maior desgraça a chamada junta de segurança publica, que o povo tinha eleito em Braga, em vez de corresponder ao fim para que se instituíra, só apresentava ao publico papeis incendiarios, que em nome de Jesus Christo chamavam o mesmo povo á desordem e á revolução, e que adormecendo-o com uma seguridade fatal, a respeito do inimigo que se avizinhava, só lhe dispertavam o furor contra os seus proprios concidadãos. Esta junta, que em vez de ser eleita pelo povo, como se dizia, só o tinha sido por agitadores e facciosos d'antemão comprados, era composta de membros, dos quaes um se não pejou de dizer abertamente n'ella, *que o povo era sabio; que se devia deixa-lo obrar, e que castigar os seus excessos era tirar-lhe a energia.* Receiando que algumas queixas se fizessem contra elles para o Porto, estabeleceram espias pelas estradas para embaraçarem, com o pretexto de evitar alguma surpreza da parte dos francezes, as communicações com aquella cidade, e elles mesmos passavam dias inteiros nas estradas, com o fim ostensivo de saberem novidades dos passageiros, mas de facto para inquirirem exactamente tudo, e abrirem as cartas que lhes caíam nas mãos, receiando as queixas que contra si proprios poderiam conter. O resultado de tudo isto foi transformar-se em Braga a acclamação do governo legitimo em arma de odios e de vinganças particulares, que com a mascara de patriotismo se viram satisfazer tão miseraveis paixões, sendo necessario aos que por sua desgraça eram alvo d'essas intrigas, comprarem com o seu dinheiro os bandos assalariados pelos seus mortaes inimigos. Por este meio se satisfizeram antigos resentimentos, e offensas talvez imaginarias. A occasião era das mais propicias para isto, e não a quizeram perder. Tal era o estado em que o povo d'aquella cidade se achava, quando o marechal Soult chegava ás bordas do rio Minho, para com o seu exercito penetrar em Portugal, e o general Bernardim Freire de Andrade n'aquella provincia se apresentou para lhe embaraçar o passo.

Da cidade de Braga seguiu este general no dia 5 de fevereiro marcha para Ponte de Lima, Vianna e Caminha, encon-

trando já por toda a parte a mais deploravel desordem, e toda a casta de estorvo á execução do decreto de 11 de dezembro de 1808, pelo qual os governadores do reino tinham mandado proceder ao armamento geral da nação e á fortificação das differentes terras do reino, para resistirem aos francezes, quando as pretendessem invadir. Já então era sabido pela totalidade do paiz, que sir John Moore tinha sido morto, o general marquez de la Romana derrotado, ou posto em fuga diante dos francezes, a Corunha tomada por estes, depois do embarque effeituado ali pelas tropas inglezas no dia 17 de janeiro, o Ferrol occupado igualmente pelo inimigo desde 28, tendo tambem em seu poder Vigo, S. Thiago, Tuy e toda a margem direita do rio Minho. Em tão critica e difficil situação meio algum de resistencia profiqua se tinha preparado no paiz. Era bem de crer que as soberbas aguias do imperador Napoleão, afugentadas de Portugal pela saída do general Junot no anterior anno de 1808, altivas revoassem de novo com as suas ameaçadoras garras sobre as aguas do Tejo, não só para dominarem por mais outra vez este reino, expulsando d'elle os inglezes, mas tambem para realisarem *o dominio do mar pelo da terra,* favorito projecto do imperador dos francezes, a quem nunca se lhe varrêra da cabeça, tendo-lhe posto o nome de *systema continental.* Mas n'esta volta dos exercitos francezes contra Portugal é que os proprios membros da regencia lhes custava a crer, mesmo depois de saberem que com Napoleão á sua frente, grandes forças inimigas tinham passado os Pyreneos, á vista da desordem e confusão em que tudo se achava, quando o marechal Soult se dispunha a invadir o reino com o seu exercito. Restituidos os ditos membros da regencia ás cadeiras do seu antigo solar do palacio da inquisição ao Rocio, restituição para que elles mesmos não empregaram directamente por si a mais pequena diligencia, nada mais fizeram que nomear serodiamente para as provincias do norte os generaes Bernardim Freire e Silveira, os quaes, tendo só por si forças insignificantissimas, e essas mesmas anarchicas e insubordinadas, não podiam, sem a mais absurda das temeridades, oppor-se face a face a um dos primeiros ge-

neraes do exercito francez, a quem obedeciam tropas muito superiores em tudo, e já muito avezadas ás fadigas da guerra, e aos seus assignalados triumphos por toda a parte da Europa, que tinham subjugado.

Qual fosse o merito intellectual de Bernardim Freire de Andrade e os subidos quilates da sua sciencia militar, é cousa que não sabemos dizer ao certo, nem nos compete a nós o decidi-lo, como estranhos á profissão das armas; mas pela nossa parte julgámos que, debaixo d'aquelles dois pontos de vista, os dotes que o ornavam eram seguramente inferiores á critica situação em que se achava collocado, como nos parece demonstrado pela sua conducta sempre vacillante e receiosa, quando com o pretexto de falta de mantimentos deixou em agosto de 1808 de se associar ao exercito inglez do commando de sir Arthur Wellesley, sendo ao mesmo tempo causa de se não fazer caso d'elle Bernardim Freire, quando se negociaram as bases da chamada *convenção de Cintra.* De reforço á opinião que emittimos, vem ainda a desgraçada nomeação que fez do brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras para interino governador militar do Porto durante a sua ausencia, homem que sem ter outros dotes de militar, alem da sua respectiva farda, só a Bernardim Freire podia merecer conceito para similhante cargo em circumstancias taes. Finalmente á inercia da sua conducta em 1808, acresceu depois a que tambem mostrou nas suas operações do Minho em 1809, de que lhe resultou o injusto e calumnioso labéo de traidor á patria entre os homens do povo, que cegos nos seus juizos e arrebatados nas suas resoluções, por effeito da ignorancia de que eram dotados e da ardente paixão que os dominava, tomaram por traição, o que effectivamente não era mais do que irresolução e inercia, quando no meio de tão graves circumstancias tanto convinha providenciar com actividade e energia, porque em fim se a irresolução e inercia não são a mesma cousa que traição, casos ha em que se lhe assimilham, por terem os mesmos resultados. Entretanto forçoso é confessar que outras mais causas houve, que não pouco concorreram para lhe fazer perder a confiança do povo, causas que em parte lhe eram es-

tranhas, taes foram a incerteza das noticias sobre os movimentos do inimigo, depois da sua mallograda tentativa de atravessar o rio Minho, incerteza motivada pela interceptação, feita pelos povos, das correspondencias para o quartel general, e a invencivel opposição que encontraram algumas das medidas que ordenára, como succedeu com a relativa á ponte de Ruivães, e á prisão e assassinato dos conductores das suas ordens. Tal foi tambem a falta de comparecimento de uma brigada, que mandára ir de Traz os Montes para o Minho, onde nunca chegou, a retardação de um parque que se lhe devia mandar do Porto, a demora que houve na marcha de alguns corpos, a do coronel de engenheiros Raposo, aindaque involuntaria, official de quem Bernardim Freire tinha muita precisão, para o encarregar das importantes funcções de quartel-mestre-general, em substituição ao tenente coronel Custodio Gomes Villas-Boas, cujo prestimo, inutilisado pela viva indisposição dos povos para com este official, lhe não permittia aproveitar por mais tempo, suspeito, como estava, de ter relações e correspondencias com o marechal Soult.

Todas estas foram seguramente outras tantas causas da falta de confiança em Bernardim Freire, senão por si, pelo menos pelo official que junto d'elle desempenhava o importante cargo de seu quartel-mestre-general, e por tal modo, que o proprio Bernardim Freire entendeu que esse official lhe não convinha, apesar do seu merecimento, pedindo para o substituir o coronel de engenheiros Raposo. Villas-Boas tinha-se tornado suspeito no mais alto grau por haver servido com os francezes: estas suspeitas passaram d'elle para o general, que reunindo comsigo uma certa frouxidão e inercia, forçosamente a sua conducta havia de ter contra si uma plebe enfurecida e exaltada até ao mais louco enthusiasmo, á qual se chegaram a tornar suspeitas até mesmo as ordens do general, a ponto de lh'as interceptarem e abrirem, para conhecerem o seu conteúdo, espreitando-lhe alem d'isso com todo o cuidado e esmero os seus proprios procedimentos e medidas. Avaliado Bernardim Freire como homem civil, é innega-

vel ter elle todo o direito a ser tido como cidadão sem nota, entrando o seu nome na lista dos poucos nobres, a cuja classe pertencia, que permanecendo no reino, nunca se curvaram ao jugo dos francezes, nem a patente de general, que lhe concedêra o principe regente, jamais a prostituiu indigno, empregando-a no serviço do inimigo, como outros praticaram. Emquanto uma boa parte da fidalguia portugueza, e com ella outra que tal do alto sacerdocio e da magistratura, desde o desembargo do paço até ao mais somenos juiz de fóra; emquanto o funccionalismo de todas as graduações e jerarchias, incluindo até mesmo os mais opulentos capitalistas, humildes se prostravam ante os pés do general Junot, promptos a fazerem sempre o que elle lhes mandasse, incensando-o constantemente e vendendo-lhe a patria, Bernardim Freire lamentava no seu desconhecido retiro de Coimbra as desgraças d'ella, espreitando o primeiro momento de lhe vingar as affrontas. Foram portanto injustas, e até mesmo injustissimas no mais alto grau, as suspeitas de traidor que lhe levantaram; mas apesar de injustas, não deixaram de existir, e a sua existencia na opinião de uma enraivecida e furiosa plebe, e alem d'isto n'um estado de completa anarchia, não podia deixar de collocar este infeliz general na critica e arriscada posição em que effectivamente se viu. Temos pois dito bastante a respeito de um homem que tão notavel foi por aquelle tempo, e de tantas esperanças fôra alvo, pelas muitas que n'elle se haviam posto.

Já se notou n'outra parte quanto insignificantes eram as forças que o general Bernardim Freire tinha á sua disposição, para com ellas se oppor vantajosamente a um exercito francez de quasi 24:000 homens com que o marechal Soult se dispunha a invadir este reino: agora diremos quaes ellas eram. O já citado aviso de 24 de janeiro de 1809 mandava apresentar ao referido general uma brigada, que em Traz os Montes se devia formar dos corpos que mencionava, e alem d'ella um batalhão de infanteria n.º 9, outro de n.º 21, destacados na Beira; a força da leal legião lusitana, que consistia no seu segundo batalhão, de cuja organisação sir Roberto

Wilson deixára no Porto encarregado o barão d'Eben; e um parque de artilheria, que na mesma cidade do Porto se lhe devia apromptar e remetter. Comtudo o brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, general de Traz os Montes, recusando-se sem duvida a enfraquecer demasiado a força de que dispunha, nunca lhe enviou tal brigada; o batalhão 9 e o da legião lusitana foram em Coimbra detidos por *inquietações do povo,* até que nova ordem de Lisboa fez partir estas tropas; mas da sua estulta detenção sempre resultou não poder a legião entrar em Braga antes do dia 23 de fevereiro. O citado parque de artilheria e o batalhão de 21 igualmente se demoraram por modo, que as verdadeiras forças de Bernardim Freire no começo do seu governo consistiam apenas em 684 praças de infanteria n.º 21, 600 dos regimentos n.ºs 6 e 18, sem os seus officiaes superiores, 160 de artilheria n.º 4 com 8 peças de calibre 6, e 6 peças de calibre 3, 1 batalhão de infanteria n.º 9, e 8 regimentos de milicias, todos elles quasi inermes, á excepção do de Villa do Conde. Não tinha um só official de engenheiros, e se por qualquer incidente precisasse largar o commando, o seu immediato, a quem em tal caso caberia lutar com o marechal Soult, seria o mais antigo coronel de milicias! A tão escassos e tão inefficazes recursos faltava ainda acrescentar outro mal, ao qual, melhor classificado, antes deveremos chamar agora invencivel estorvo ás suas operações e medidas, mal que consistia n'uma turba multa de corpos de *ordenanças,* ou guerrilhas, que os governadores do reino tinham mandado pegar em armas, pelo seu já citado decreto de 11 de dezembro de 1808. Estes corpos informes e desordenados, postoque n'outra epocha de luta pela independencia nacional fossem de grande utilidade ao paiz, e ainda no principio da restauração contra os francezes tivessem offerecido algum auxilio util ás differentes juntas, todavia n'uma guerra contra tropas regulares, faltas como as suas praças se viam de espingardas e munições, e por fim de tudo sem disciplina, nem subordinação, similhantes corpos eram em tal caso mais prejudiciaes do que uteis.

A despeito de tão serias difficuldades Bernardim Freire

desenvolveu a energia que pôde, ou a de que era capaz, em harmonia com o seu genio indolente, á proporção do perigo que contra elle avançava, já collocando a sua gente onde mais vantajosa lhe pareceu, e já buscando defender a fronteira da provincia, a que o rio Minho servia de trincheira. O seu quartel general estava em Gafei, que era o centro d'ella, não longe de Valença, e d'ali frequentemente saía a ver os pontos mais ameaçados. A final, advertido por uma carta interceptada de que Soult projectava entrar no Porto no dia 22 de fevereiro, preparou-se para lhe mallograr os intentos. Como já notámos, o mesmo Soult havia chegado á Guardia no dia 10 de fevereiro. A Guardia é um pequeno povo hespanhol com um porto de mar, situado na sua respectiva costa, separado da foz do Minho pelo monte de Santa Tecla. Temendo-se difficuldades em dobrar o extremo d'este monte e em entrar pelo Minho acima, em rasão da cheia que a chuva tinha occasionado, os francezes resolveram-se a transportar por terra, não obstante o incrivel trabalho que para isto tiveram durante o espaço de uma legua, os barcos que na Guardia lhes foi possivel achar, com o positivo fim de effeituarem n'elles a passagem que projectavam, indo-os pôr assim a nado no pequeno rio, a que no paiz se dá o nome de Tamuge, o qual vem desaguar no Minho. Esta operação confiara-se ao general Thomiers. A flotilha, que se compunha de uns 25 barcos, partiu pelas dez horas da noite de 15 para 16 de fevereiro do sitio da *Ponte da Tamuge,* na occasião de maré cheia, sendo o ponto escolhido para o desembarque, que buscavam effeituar na margem esquerda do Minho e terras de Portugal, a praia do Camarido, que se acha situada entre o novo forte da Areia e o da Insua, assim chamado este por se haver levantado sobre uma ilha que está no meio do rio, junto a Caminha.

Para esta villa tinha sido mandado por Bernardim Freire, com o já citado batalhão de infanteria n.º 21, o tenente coronel d'este corpo, José Joaquim Champalimaud, um dos mais bravos officiaes do exercito portuguez d'aquelle tempo, o qual na dita villa entrou pelas quatro horas e meia da tarde do dia 15 de fevereiro. Apenas ali chegou, entendeu-se logo

com o governador respectivo, para reforçar de prompto com os soldados do seu batalhão os tres pontos estabelecidos no areial do Camarido, mandando tambem para o sitio da Areia Grossa uma peça de calibre 6, alem de outra das duas peças que acompanhavam o dito batalhão. Os mais soldados tiveram ordem de acudir ao primeiro signal de rufo no *Terreiro do chafariz.* Ao largarem da *Ponte da Tamuge* pelo rio abaixo, os barcos dos francezes separaram-se, e tres, que melhor vinham servidos de remeiros, ganharam o ponto do desembarque, lançando os soldados em terra, vindo chegando os outros á proporção. O refluxo da maré tinha começado; os remadores faziam vãos esforços para descerem o Minho; mas a força da enchente, indo de encontro ao enorme peso da cheia que viera ao rio, os retardava consideravelmente. Foi pela madrugada de 16 de fevereiro que os soldados portuguezes perceberam claramente a tentativa do inimigo, de que resultou fazerem-lhe um vivo fogo de fuzilaria, a que se seguiu o das duas peças da Areia Grossa e da Insua. Um dos barcos do inimigo foi de prompto mettido a pique por uma bala de artilheria; outro, não podendo vencer a corrente, foi despedaçado pelo mar sobre as pedras para que o arrojára. A gente que dos tres primeiros barcos pozera pés em terra, entre o posto da artilheria e a Insua, foi refugiar-se no Camarido. Estes successos tinham animado muito os paizanos, que porfiosos entre si buscaram todos embarcarem-se, dispostos a atacarem vivamente o inimigo, como effectivamente praticaram, protegidos pela nossa artilheria. Ao primeiro tiro de peça os soldados do 21 tinham pegado em armas e marchado para os pontos que se lhes indicára. De tudo isto resultou retrocederem os barcos dos francezes para a margem direita do Minho, impossibilitados de o atravessarem, tanto por causa da cheia, como pela resistencia dos nossos. Bateu-se então a mata do Camarido, dentro da qual se aprisionaram 39 francezes, entre os quaes se achou um capitão e quatro sargentos. Foram estes os que disseram ser o commandante da expedição o general Thomiers, que vinha em uma das lanchas, e que o marechal Soult era o general em chefe de todo o exercito francez.

Notavel se tornou o valor com que se portaram os dois paizanos, João Alves Salgueiro e Manuel José Velho, que valorosamente correram contra os francezes, segurando alguns, a quem obrigaram a depor as armas. O enthusiasmo era tal, que houve até mulheres, que com fouces roçadoras e forcados acudiram ao logar do conflicto. Todos estes esforços do inimigo eram destinados a surprehender as duas peças de artilheria acima mencionadas, querendo assim mascarar o seu verdadeiro ataque, dirigido contra Villa Nova da Cerveira, como verificaram pelo meio dia. O governador portuguez, Gonçalo Coelho de Araujo, mandou fazer fogo de mosquetaria contra os atacantes, ordenando tambem ao forte de Novelle e á bateria da Motta, ultimamente estabelecida, que contra elles empregassem toda a sua artilheria. O povo tinha ali igualmente acudido, ajudando vigorosamente a resistencia contra os francezes, e como a artilheria do forte de Gaião respondesse á nossa, contra elle se dirigiram com arrojo os conductores de alguns dos nossos barcos, que pela parte de cima o chegaram a abordar, pondo em fugida os francezes, que se achavam nas suas vizinhanças. Proseguindo os nossos no seu ataque com meia duzia de barcos, foram lançar mão d'aquelles que o inimigo desamparou e os conduziram para Villa Nova da Cerveira em numero de dezenove. O forte de Novelle fez fogo sobre uma casa em que estava alojada alguma cavallaria franceza, a qual se dispersou logo, e alguns dos nossos saltaram em terra, fazendo fogo sobre os fugitivos, emquanto que os outros desencalharam os barcos e os conduziram para entre nós. No mesmo dia 16 tres rapazes da praça de Valença foram encravar um morteiro de doze pollegadas, que os francezes pretendiam assestar contra a dita praça, não querendo outra recompensa mais que serem admittidos na companhia fixa da artilheria d'aquella villa.

Mallograda como por este modo foi a expedição de Thomiers, quanto á passagem do Minho, de que desistiu, entendeu o marechal Soult não lhe ser possivel seguir para a cidade do Porto pela estrada do litoral, como lhe fôra ordenado. A chuva tinha continuado a caír copiosamente até ao dia 14

de fevereiro. Tuy achava-se cercada de agua durante dois dias e sem communicação alguma com a Guardia, e o fornecimento do exercito francez tornava-se impraticavel n'aquellas paragens, emquanto não tivesse logar o escoamento das aguas. Em consequencia d'isto sustou-se a marcha das divisões que se achavam no caminho da Guardia, e Soult dirigiu-se d'aqui para Tuy, onde chegou no dia 16, ordenando que na manhã do seguinte dia o exercito se pozesse em marcha para Orense, onde existe uma antiquissima ponte de cantaria, que ali atravessa o rio Minho. A marcha de Tuy para Ribadavia não foi feita pelos francezes sem terem de se bater com os differentes povos, que durante a sua marcha atravessaram, porque todos se achavam sublevados, o que obrigou o seu exercito a marchar sempre em força para limpar o terreno de inimigos. De Ribadavia continuou-se a marcha a 19 e 20 de fevereiro, sempre pela margem direita do Minho até Birbantes, em cuja barca passaram os francezes o rio, por negligencia d'aquelles a quem Bernardim Freire recommendára a sua destruição. Desde então Soult assenhoreou-se do districto de Orense, e assegurando aqui a passagem da ponte, d'ali saíu para Alhariz no dia 4 de março, tendo deixado em Tuy, como já notámos, 36 bôcas de fogo com uma guarnição de 2:000 homens, contentando-se em trazer comsigo 22 peças bem servidas de parelhas e das precisas munições.

Optára o marechal entrar em Portugal por Monterey, caminho de Chaves, por ser este o mais apto para a artilheria, e saber que no castello de Chaves se não tinha feito reparação alguma desde a guerra de 1762. Apenas o general Bernardim Freire percebeu que os francezes dirigiam a sua marcha para Traz os Montes, visitou os postos da sua direita por Melgaço, Arcos e Barca, regressando a Bragança no dia 3 de março. D'ali tomou logo as novas medidas, em harmonia com a falta que tinha de reservas (falta que não sabemos bem se lhe deve ou não ser desculpada), não se esquecendo de enviar tambem para a Galliza algumas munições de guerra, e diversos officiaes, destinados a estimular o patriotismo dos gallegos, e a capitanear igualmente os povos do Minho, que não lhes sof-

frendo o seu animo resoluto limitarem-se sómente á defeza do seu proprio paiz, haviam muitos d'elles passado á Galliza, para ajudarem os habitantes d'aquelle reino na heroica empreza de o libertarem do jugo francez, poisque exasperados pelas crueldades que as suas tropas n'elle haviam commettido, e animados tambem pela boa disposição dos portuguezes em seu favor, e não menos pela presença dos corpos do marquez de la Romana, que se achavam na fronteira de Portugal, principiaram e levaram por diante à sua sublevação contra os francezes, atacando-os em toda a parte onde o seu numero lh'o permittia. Tambem por aquelle mesmo tempo as Asturias se achavam em estado de sublevação, tendo já passado a atacar os corpos inimigos que lhe ficavam mais proximos.

Alem do que fica dito sobre as providencias tomadas por Bernardim Freire, por occasião da approximação das tropas de Soult, deve tambem acrescentar-se ainda mais uma outra, tal foi a de nomear para commandante da divisão da raia o marechal de campo José Antonio Botelho de Sousa e Vasconcellos, que no dia 23 de fevereiro se lhe apresentára por ordem do governo. Pela sua parte o general de Traz os Montes, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, entrára em communicações com o general hespanhol, o já citado marquez de la Romana, que retirando-se dos francezes, havia penetrado em Portugal, e por aquelle tempo se achava postado com as suas tropas (avaliadas em 16:000 homens, metade das quaes sómente tinham armas), na margem direita do Tamega, desde Monterey até á praça de Chaves: no dia 4 de março passou-se o dito marquez para a margem esquerda, postando a força de que dispunha desde Tamaguelos até Lamas de Arcos. Estes dois generaes, segundo as noticias que tiveram da marcha do inimigo contra Chaves, convencionaram espera-lo. Com estas vistas o exercito hespanhol, fazendo a direita da linha, guarneceu Monterey, postando-se o portuguez desde a ponte de Villaça até Villarelho. No dia 6 de março tinha o general Silveira a sua vanguarda sobre as montanhas que dominam a ponte de Villaça e o resto do seu exercito na Atalaia de Villarelho. O inimigo resolvêra entrar em Portugal pelo valle do

Tamega, rio que tem a sua origem nos montes de S. Mamede, no reino da Galliza, vindo passar em Verim, Chaves e Amarante, lançando-se por fim no rio Douro, seis leguas acima do Porto, em Entre Ambos os Rios. Na Galliza desde Verim, que está na margem esquerda do Tamega, o paiz é aberto até á fronteira de Portugal; mas d'ahi por diante o valle aperta-se, sobretudo pela parte esquerda, na vizinhança de Chaves, correndo de então para cá entre as escarpadas montanhas de Traz os Montes, sendo as do lado esquerdo a serra do Marão, e as do lado direito a serra de Caprera, a qual, passados os limites do Minho para o Douro, toma então o nome de serra de Santa Catharina.

Pelas oito horas da manhã do dia 6 de março apresentou-se o inimigo na frente da avançada da ponte de Villaça com 1:800 cavallos e 6:000 infantes com alguma artilheria: ao abrigo d'esta praça passou Monterey sem resistencia, por se ter retirado d'ali o exercito hespanhol na mesma manhã, para evitar o perigo de se bater com os francezes. Á vista d'isto expediram estes immediatamente uma força de 800 cavallos para a margem esquerda do Tamega até abaixo de Tamaguelos, para reconhecimento d'aquelles pontos, ficando já a vanguarda do general Silveira (de que era commandante o tenente coronel do regimento n.º 12 de infanteria, Francisco Homem de Magalhães Pizarro), rodeada por maneira tal, que na ponte de Villaça se viu logo atacada por um corpo de infanteria inimiga. Principiou o ataque pelo meio dia e acabou pela noite, mas com pouco damno dos nossos, á excepção de uma peça de pequeno calibre, que foi abandonada, soffrendo o inimigo bastante perda [1]. Retrogradou pois a nossa dita van-

[1] O general Silveira avaliou-lh'a em 80 mortos, e bastantes feridos no *Diario official das suas operações militares;* mas parece-nos exagerada, vicio que o seu auctor manifesta no referido *Diario,* em que só tem por fim exaltar-se, defeito que mostrou constantemente até ao fim da guerra da peninsula. Da publicação de similhante *Diario,* feita por Silveira sem licença do marechal Beresford, se queixou este amargamente ao governo, tendo-a como um manifesto acto de insubordinação e indisciplina, como se póde ver no documento n.º 65–D.

guarda para o corpo do seu exercito, o qual ás oito horas da noite se retirou para Chaves por ordem do general Silveira, porque tendo a descoberto toda a sua direita, pela retirada do exercito hespanhol, como já vimos, não podia manter-se nas suas primeiras posições, pela sua grande falta de cavallaria, e muita superioridade que d'ella havia por parte do inimigo, particularmente sendo aquellas paragens tão vantajosas para as operações d'esta arma.

Na manhã do dia 7 de março soube o general Silveira que o exercito hespanhol marchava já em retirada, achando-se sete leguas distante de Chaves, onde era governador João de Sousa Ribeiro da Silveira Magalhães. Vendo-se pois na impossibilidade de poder sustentar a veiga d'aquella praça, e ainda menos de defender Chaves, que pela sua total ruina não tinha defeza alguma, mandou-a evacuar, retirando-se o exercito (á excepção da vanguarda, que deixou em Villarelho para observar o inimigo), sobre as montanhas chamadas do Outeiro João e S. Pedro de Agostem. No dia 8 foi Silveira reconhecer o inimigo, cuja infanteria achou acampada entre Oimbra e Villarelho, na margem direita do Tamega. A cavallaria estava em Tamaguelos, na margem esquerda. N'este dia as avançadas francezas chegaram á vista de Chaves, onde o mesmo Silveira entrára, buscando convencer os que n'esta praça se achavam resolvidos a defende-la, da impossibilidade da defeza, passando pelo desgosto das suas observações não serem attendidas. No dia 10 tornou o general á praça, onde convocou um conselho militar de todos os officiaes superiores, no qual se decidiu não ser ella defensavel, não chegando os votos a ser escriptos por se tocar a rebate. Foi antes e depois d'este conselho que um tal José Maria, capitão de engenheiros, addido ao estado maior, amotinou a tropa e povo, clamando-lhes que a praça era defensavel, e no meio do seu enthusiasmo foi por seu proprio arbitrio tirar as armas do arsenal, que distribuiu a quem de prompto se lhe apresentou para as receber. Tudo isto se praticou sem que Silveira e o governador da praça, presentes a estes attentados, ousassem cohibi-los, ou sequer desapprova-los, sem duvida pelo

receio da exaltação dos patriotas, que não poriam escrupulo algum em lhes levantar o labéu de traidores e assassina-los como taes. Uma companhia do regimento de infanteria n.º 12, entrando em Chaves sem ordem, recusou cumprir a que lhe mandaram para saír d'ali, declarando que queria lá esperar o inimigo, e effectivamente lá ficou, assumindo o governo interino da praça o já citado tenente coronel de infanteria n.º 12, Francisco Homem de Magalhães Pizarro. Pelas dez horas da manhã do mesmo dia 10 foi ella sitiada por tres lados pelos francezes, que no seguinte dia intimaram a sua rendição ao seu dito governador, o qual mandou perguntar a Silveira o que deveria fazer. Este, que se achava por então no campo de Santa Barbara, respondeu-lhe que fizesse o que entendesse, vistoque a seu arbitrio tomára a defeza da praça. Na manhã do dia 12 effeituou-se a rendição sem resistencia alguma, ficando prisioneiros de guerra todos os que dentro d'ella se achavam[1], compondo-se de 500 homens de tropa de linha, 2:000 de milicias e 1:200 de ordenanças que tinham pegado em armas[2]. O marechal Soult, julgando-se impossibilitado de poder guardar prisioneiros, mandou para suas casas as milicias e ordenanças, depois de terem jurado que jamais pegariam em armas contra os francezes. Quanto á tropa de linha, o mesmo Soult convidou as suas praças a fazerem parte do seu exercito, no que ellas geralmente convieram, não para lhes fazerem serviço, mas para terem occasião de desertar-lhe, como praticaram.

Tomada que foi a praça de Chaves, o marechal Soult intentou sitiar o campo de Santa Barbara, fazendo para tal fim pôr

[1] Silveira, vendo a deploravel conducta do tenente coronel Pizarro, mandou-o depois prender e responder a conselho de guerra, por entregar Chaves ao inimigo sem a mais leve resistencia; mas o conselho o absolveu por sentença de 4 de outubro de 1809, confirmada pelo marechal Beresford, e publicada na sua ordem do dia de 16 de dezembro do mesmo anno. É d'ella que constam algumas das particularidades acima referidas.

[2] Não sabemos se este numero é exagerado; mas é aquelle que lhe dão as *Campanhas do marechal Soult na Galliza e Portugal.*

em marcha uma grande porção da sua infanteria pela margem direita do Tamega até ao sitio do Polderado, para que, passando ali o dito rio, tomasse depois o caminho de Villa Pouca, vizinho ao povo do Redeal. Com estas vistas fingiu quasi á noite um ataque nas montanhas de Nantes, que pretendeu subir, no intento de rodear Silveira pelas montanhas da direita, por S. Pedro de Agostem. Conhecedor como foi d'isto, o mesmo Silveira se retirou ás dez horas da noite para as montanhas de Oura e Reigaz. O inimigo verificou o seu projecto pela uma hora da noite; mas já debalde para o que pensára, adiantando as suas avançadas até Villa Verde. No dia 13 de março retirou-se o general Silveira para Villa Pouca, onde cuidou em fortificar-se, esperando ali os francezes nos dias 14, 15 e 16 de março, cujas avançadas não passaram todavia de Villa Verde. No dia 17 os mesmos francezes fizeram um forte reconhecimento, mandando até Villa Pouca uma avançada de 200 cavallos e 300 a 400 infantes. No dia 18 uma avançada de portuguezes foi mandada reconhecer a avançada dos francezes, e com estas vistas marcharam os nossos até Soutelinho, duas leguas distante de Villa Pouca; mas o inimigo não appareceu, por ter resolvido marchar para o Porto desde alguns dias antes. Sabido é que de Chaves ao Porto ha dois caminhos, um que vem a Villa Real e outro a Braga. O primeiro atravessa a serra do Marão e desce pelo valle do rio Corgo até Villa Real, d'onde vem ao Peso da Regua, junto do rio Douro, continuando de lá para Amarante, onde então atravessa o Tamega, dirigindo-se por fim ao Porto por Penafiel e Baltar. O marechal Soult julgou este caminho cheio de difficuldades para a passagem da sua artilheria, por causa dos muitos montes e ribeiras que por elle se encontram, bem como pelos fracos recursos de subsistencia para o seu exercito; tambem não era menor difficuldade para o mesmo Soult o achar-se o brigadeiro Silveira com a sua tropa em Villa Pouca de Aguiar, cinco leguas distante de Chaves, posição forte pela natureza das suas montanhas, e que cobre a estrada de Chaves para Amarante. O caminho de Chaves para Braga foi portanto o que melhor lhe pareceu para os seus fins. Le-

vanta-se elle sobre as alturas de Barroso, através da serra do Gerez, desce costeando as montanhas da esquerda do valle do Cávado, passa em S. Gens, perto da Povoa de Lanhoso por um contraforte da serra de Santa Catharina, indo d'ali a Braga, d'onde por fim vae ao Porto por um caminho cheio de collinas, só tendo por difficuldade a passagem do rio Ave em Santo Thyrso. A cidade de Braga, sendo uma das terras mais importantes de Portugal e a de maior vulto no Minho, antolhou-se a Soult como sendo a mais capaz de poder manter o exercito francez, o qual desde o dia 14 de março começou a dirigir a sua marcha para as alturas de Barroso, nas vistas de avançar até Ruivães, e de lá mandar reconhecer o passo de Salamonde.

Entretanto recebia Bernardim Freire de Andrade a noticia de que o exercito hespanhol do marquez de la Romana se havia retirado da posição que occupára em Portugal, que Soult invadíra a provincia de Traz os Montes, e que os seus piquetes escaramuçavam na Portella de Avado e em Villarelho da Raia com as avançadas do general Silveira, commandadas pelo tenente coronel Francisco Homem de Magalhães Pizarro, noticia a que bem depressa se seguiu a da entrega da praça de Chaves. Julgando-se desde então obrigado a tomar as idoneas medidas para salvar o Porto, repartiu as suas poucas forças pelos pontos de Salamonde, Ruivães, Salto e Ponte de Cavez, conservando sempre guarnições nos logares da raia, que se não podiam desamparar sem risco. Alem d'isto fez de prompto recolher o barão d'Eben, determinando tambem ao brigadeiro Antonio Marcellino da Victoria, que se achava estacionado para alem do Douro, que promptamente corresse a occupar Amarante, a fim de que todos de mãos dadas trabalhassem na difficil salvação do Porto. Tomadas pois estas providencias, visitou os postos entre Braga e Ruivães, e voltando no dia 15, encontrou já a população de S. Gens bastantemente exaltada, a ponto de já o insultar algum tanto. No dia 16, depois de encarregar o seu ajudante general, Ayres Pinto de Sousa, das resoluções que lhe pareceram não admittir demora, dirigiu-se ás alturas de Carvalho d'Este, onde tinha postada

alguma artilheria, as milicias de Braga e alguns outros contingentes, com animo de retardar o mais possivel o progresso da marcha do inimigo, que havia já passado Ruivães, até que da dita cidade de Braga saíssem para o Porto as munições e o laboratorio. Pela noite do mesmo dia 15 já o inimigo havia tomado o passo de Salamonde, que quasi se não defendêra, por não haver ali mais que 30 homens de tropa de linha. Á vista pois d'isto julgou dever mandar retirar a caixa militar e a secretaria para Braga, para onde mandou marchar tambem o barão d'Eben, que por então se achava em S. João de Campo, participando igualmente o estado em que as cousas se achavam aos generaes Botelho, Parreiras e Victoria, ordenando a este que marchasse para dentro do Porto. No dia 17 entendeu tambem recolher-se a Braga, o que fez, encontrando já por todo o seu transito as paixões populares em medonha combustão, ameaçando quebrar todos os respeitos e vinculos sociaes. Effectivamente todo o povo do Minho se tinha alborotado com a approximação dos francezes: o de Braga saíra da cidade para os ir esperar em Carvalho d'Este, e outros mais montes e povoações vizinhas. Para ali correu pois um sem numero de gente, mas sem comsigo levar uma só cabeça que a dirigisse. Havia algumas espingardas particulares, mas não se apuravam talvez dez ou doze arrateis de polvora em toda aquella multidão indomita! Os membros da junta de segurança publica, cuidando sómente em se segurarem a si, nunca cuidaram em fazer aprovisionar do necessario as poucas armas que havia para a segurança da cidade. Viam-se tambem alguns chuços e lavradores armados de instrumentos aratorios, que nenhum partido tinham contra as espingardas do inimigo. Havia finalmente grandes chusmas de povo, que com a sua vozeria poderiam quando muito assustar outras que taes chusmas, mas não intimidar no seu ataque tropas aguerridas e disciplinadas, taes como aquellas que o marechal Soult commandava.

Toda esta multidão, que informemente se juntou no referido monte de Carvalho d'Este, dando logar a que alguns individuos particulares, guiados pelo seu patriotismo, para ali

enviassem gratuitamente alguns carros de pão e de vinho, foi causa para que um dos membros da referida junta, constituido em mordomo mór do povo, apresentasse um rol da enormissima despeza feita com pão e vinho, para sustento de tal multidão, despeza que primeiramente se calculou em réis 900$000, mas que depois se reduziu a menos alguma cousa. As pessoas sensatas não poderam reagir contra esta flagrante concussão, pelo vivo receio do mal que lhes podiam fazer os que n'ella figuravam, e pela facilidade que tambem tinham de açular o povo contra elles, o povo que por taes individuos se achava altamente fanatisado e constituido em instrumento docil de todos os seus caprichos. Dos outros membros da junta tambem não podia haver opposição, por se ter um d'elles erigido em juiz de inconfidencia, outro em gastador dos dinheiros publicos, e outro finalmente em thesoureiro, limitando-se o resto a achar rasão em tudo o que se fazia a torto e através. Os dinheiros que a junta arrecadou foram dados pelo mesmo povo, que de bom grado se prestou a uma contribuição voluntaria, com tanto maior ardor, com quanto se persuadiu que ella era necesssaria para o seu triumpho. A collecta fez-se pelo respectivo parocho de cada freguezia, sendo comprehendidas n'esta contribuição todas as que constituiam o extenso arcebispado de Braga. Não houve um só individuo que não contribuisse, havendo um que deu 480$000 réis. A somma que assim se juntou subiu á avultada quantia de 33:000$000 réis, dos quaes se disseram subtrahidos réis 20:000$000. As criticas circumstancias d'aquelle tempo fizeram com que ninguem se eximisse da contribuição, para não ser accusado de inconfidencia, pois para lhe dar pasto até se chegou a formar uma lista de proscripção e deshonra para muitos cidadãos, lista que um dos membros da junta apresentou n'uma das suas sessões; mas que se não chegou a fazer publica, pelas sensatas reflexões que contra ella fez outro dos seus membros. As procissões de penitencia, de que os bracharenses eram tão devotos, foram prohibidas; logoque na provincia appareceu um prégador que recommendou o esquecimento dos odios e o perdão das injurias. Parece incrivel

que houvesse n'uma cidade tão mystica, como então era a de Braga, quem n'aquelle tempo ordenasse uma tal prohibição, por se terem prégado maximas tão moraes e sensatas. Queriam-se em vez d'ellas as que tinham por alvo diffamar o proximo e perturbar o socego publico, attentando contra a segurança dos cidadãos. Eis-aqui mais um outro quadro da levitica e devota Braga, depois que n'ella teve logar a restauração contra os francezes, e mais particularmente por occasião da lastimosa catastrophe do infeliz Bernardim Freire de Andrade. Entretanto os francezes, vencendo sem difficuldade o combate de Salamonde, em 16 de março, e o da ponte da Senhora do Porto no seguinte dia, approximaram-se finalmente da capital do Minho.

Logoque o mesmo Bernardim Freire entrou n'aquella cidade no dia 17 de março, como já se disse, viu que nada podia fazer para a sua regular defeza, de que resultou mandar retirar os seus postos avançados e saír pela estrada do Porto, resolvido n'esta sua marcha a disputar ao inimigo o terreno palmo a palmo, emquanto o podesse fazer com vantagem. N'isto cumpria elle o seu dever como general, indo por esta fórma enfraquecendo os contrarios, e dando aso á retirada das munições e de outros mais effeitos que convinha retirar. Todavia a populaça do Vimeiro ousou deter o general no logar da Carapôa, e a não ser Antonio Berardo da Silva, commandante de uma brigada de *ordenanças*, que obedecendo ás ordens do general, chegava para conduzir esta gente contra os invasores, logo ali seria morto. Salvo por esta circumstancia de tão perigoso accidente, partiu Bernardim Freire para diante, acompanhado sómente por vinte homens de Berardo; mas o seu mau fado o levou onde estavam as *ordenanças* da Tabosa, que possuidas da mais satanica furia, o prenderam e conduziram a Braga, onde assim foi visto pelo barão d'Eben, que n'um seu officio, datado do Porto aos 26 de março, descreveu este desgraçado encontro pela seguinte maneira: «Havendo recebido ordem do general Bernardim Freire para me retirar a Braga, cheguei a esta cidade aos 17 do corrente, e achei tudo na maior confusão; as casas estavam fecha-

das, o povo corria pelas ruas, armado de piques e espingardas, e logoque me reconheceram, me saudaram com muitos vivas. Não podia eu saber a rasão d'isto; mas chegando á praça, fui detido pela multidão da populaça, que pegou nas rédeas do meu cavallo, exclamando em altas vozes, que estavam promptos para fazer tudo o que fosse necessario para defender a cidade, pedindo-me que os ajudasse e fallando no seu general nos termos os mais ignominiosos. Eu prometti-lhe fazer tudo que estivesse no meu poder, para ajudar o seu zêlo patriotico; mas disse que primeiro devia fallar ao general: a isto permittiram-me o ir adiante, acompanhado por 100 *ordenanças*. Pouco tinha andado quando encontrei o general a pé, seguido de grande multidão armada, e não deixavam passar ninguem, e querendo eu faze-lo, ameaçaram que me fariam fogo. Fui portanto obrigado a voltar o meu cavallo, o que o povo muito applaudiu. Dois homens seguravam o general pelos braços, tendo-lhe tirado a espada. Fui para a casa que tinha mandado preparar para a minha residencia e para ahi levaram o general, a quem eu saudei com acatamento, o que desgostou muito o povo. Fallando eu ao general, não me dava outra resposta senão *salvae-me,* e a multidão tudo era gritar *mata-lo, mata-lo!* Eu peguei d'elle e o quiz á força metter para casa, quando um homem o feriu levemente com a ponta da espada por baixo de um braço. O povo cercou-nos e forçou-nos a saír da porta. Eu para lhe fazer uma diversão mandei tocar a rebate e formei as *ordenanças* em linha; mas o povo continuou a fazer fogo sobre a minha casa, onde estava o general. Ultimamente, para o salvar, propuz que fosse conduzido á prisão. Julguei que o tinha assim salvado; mas o povo pedia que o levassem contra o inimigo, que a esse tempo avançava rapidamente em numero de 2:000 homens».

«Com effeito formei a gente e avancei com ella; mas pouco depois, ouvindo outra vez tiros, fui informado que haviam morto o general com chuços e tiros. Fui agora de novo acclamado general, e dois homens me apresentaram as dragonas e papeis do general, que eu por consequencia não aceitei, ordenando

aos homens que os levassem ao Porto, e fizessem ao bispo uma relação verbal do que se tinha passado».

Effectivamente o infeliz Bernardim Freire de Andrade fôra da casa do barão d'Eben conduzido á prisão do Aljube; mas abrasados os seus assassinos nos infernaes designios de concluirem o sanguinolento sacrificio no meio da bachanal que lhe tinham levantado, arrojaram-no pelas escadas e ás chuçadas o acabaram ali de matar no citado dia 17 de março. Assim perdeu miseravelmente a vida este infeliz general, com apenas cincoenta annos de idade, por ter nascido aos 18 de fevereiro de 1759. Nem a honra e briosa conducta de Bernardim Freire, retirando-se do serviço, logoque os francezes entraram em Portugal em 1807, nem os esforços que tão nobremente acabava de empregar, impedindo ao marechal Soult a passagem do rio Minho, foram capazes de o livrarem do infamante labéu de traidor á patria e de ser por tal motivo tumultuariamente assassinado, labéu de que a sua memoria foi depois illibada por uma sentença que definitivamente assim o julgou[1]. Entretanto avaliando este facto debaixo de ou-

[1] D. Izabel Freire de Andrade e o principal Freire, apenas souberam o desastrado fim de seu marido e irmão, o tenente general Bernardim Freire, requereram logo um conselho de guerra, que lhe syndicasse o procedimento, e que no caso de lh'o achar sem mancha, lhe desaffrontasse a memoria. Por esta causa se ordenou, por carta regia de 1 de abril de 1809 e ordem do dia de 9 de julho do mesmo anno, que em Vianna do Minho se formasse o referido conselho, como effectivamente se formou. A sentença foi proferida a 18 de novembro e publicada por Beresford na ordem do dia de 20 de dezembro. Borges Carneiro no primeiro additamento geral das leis, pag. 216, sob a data de 18 de novembro, tambem nos legou um resumo d'esta sentença, contendo a sua substancia. Ella, como era de rasão, purificou a honra do malaventurado general de toda a mancha; porém a sua familia não se contentou com isso. Solicitou e obteve no Rio de Janeiro o decreto de 5 de setembro de 1813, que lhe permittia divulgar pela imprensa todo o processo que servira de base áquella decisão, e a regencia do reino participou essa licença ao desembargo do paço, por aviso de 16 de dezembro do mesmo anno (*Gazeta de Lisboa* n.º 308): tantas eram então as difficuldades para dar publicidade a um processo que já todo pertencia ao publico! Se essa publicação chegou a effeituar-se ignorâmo-lo. É comtudo certissimo que a grande copia

tro ponto de vista, diremos que o assassinio de Bernardim Freire foi na verdade um atroz crime do povo, commettido por um acto de insubordinação e anarchia contra as auctoridades, e de mais a mais auctoridades militares em similhantes circumstancias, taes como a de uma invasão de tropas estrangeiras no paiz, cousa que dá ao dito crime um duplicado grau de gravidade. Todavia forçoso é confessar que a conducta do morto tambem deu logar ao crime, em rasão da sua muita indolencia, por não dizer ignorancia. Quando por exemplo o povo lhe gritou que o levassem a combater o inimigo, o general não annuiu, bem pelo contrario mandou retirar todos os postos avançados que tinha, sem dar mostras algumas de querer brigar. Os defensores do general dirão a isto que, em vez de censuras, elle merece louvor, attenta a falta de munições que havia para se poder effeituar a defeza. De acordo: cremos que seguramente merece louvor por evitar victimas, sem esperança alguma de vantagem; mas n'este caso por que não providenciou elle a tempo sobre este ponto? Porque não diligenciou haver anteriormente essas munições? Bem longe de imitar esta conducta, o barão d'Eben, tomando o commando, depois da morte de Freire, providenciou logo sobre este ponto, e não obstante as tristissimas circumstancias em que se via, contramandou as ordens do general assassinado, e com um valor que certamente honra a sua memoria, ordenou que todos os postos avançados se defendessem e demorassem o inimigo, emquanto elle preparava as *ordenanças* em Braga, e n'essa mesma noite mandou tirar o chumbo das igrejas, para fundir balas em um só molde que ordenou.

de peças officiaes juntas ao processo, ás quaes a sentença a cada momento se refere, derramaria muita luz sobre os successos da invasão de Soult. (Nota n.º 30 ao excellente artigo de João Antonio de Carvalho e Oliveira, que tem por titulo: *Um capitulo da historia contemporanea, ou a entrada do marechal Soult no Porto em* 1809. Esta obra, que é uma das fontes de que nos servimos para a epocha que acima descrevemos, publicou-se na *Revista universal lisbonense*, desde o n.º 36 até ao n.º 45, anno de 1851, vol. 10.º)

Que tinha pois feito Freire, por tanto tempo general em Braga, sem cuidar na acquisição de munições para o seu exercito em similhante conjunctura e n'uma tal exaltação da plebe? Pois se elle tinha a defender o paiz, porque não cuidou em tempo habil nos meios de realisar a defeza? Por conseguinte é innegavel, que no general houve muita indolencia, por não dizer ignorancia, e uma ou outra cousa que fosse em similhantes circumstancias, não admira que o povo a tivesse por um verdadeiro crime, em momentos de phrenetica exaltação pela sua independencia e amor da patria. Bem pelo contrario o barão d'Eben tratou logo do arranjo de munições, não obstante a grande confusão em que tudo por então se achava em Braga, de que lhe resultou um constante applauso do povo. Os francezes venceram, não podendo haver n'isto duvida; mas o seu triumpho mais honra do que deslustra a memoria do barão, que mostrou aquillo de que era capaz, se outras fossem as circumstancias em que se viu e os meios de que dispunha. Foi por isso que o povo poz n'elle muita mais confiança do que mostrou ter em Bernardim Freire; é esta a consequencia que dá sua conducta tira quem obra bem, ainda quando se é mal succedido. Transigiria o barão d'Eben indevidamente com as loucas exigencias da plebe exaltada? Até certo ponto póde ser que assim fosse; mas casos ha em que não póde deixar de assim succeder, pelo maior mal que resulta do procedimento contrario, e todos sabem que escolher o menor mal para evitar o maior, entre dois que estão imminentes, é seguramente um bem. Foi isto o que fez o barão d'Eben, e o que não soube fazer Bernardim Freire, de que resultou ser este condemnado e aquelle tornar-se alvo da estima publica. Como quer que seja, o que o governo devia ter feito para cumprir o seu dever, depois das queixas que contra este general fizera sir Arthur Wellesley em 1808, era mette-lo em conselho de guerra, em vez de o empregar no commando militar das provincias, que por então se achavam mais expostas aos ataques do inimigo, e de mais a mais onde os povos pela sua exaltação e estado de anarchia não podiam soffrer hesitações, reputadas decididamente por elles como

actos de traição, ou contemporisações com o inimigo, circumstancia com que tambem se dava a desaffeição em que ultimamente o mesmo Bernardim Freire tinha incorrido para com o bispo do Porto, que d'aquelles mesmos povos era por então o oraculo.

É pois evidente que, fanatisados aquelles povos como por então se achavam no mais alto grau contra os francezes, e aturdidos não menos pelas prédicas fradescas, e instigados igualmente pelas intrigas dos que n'elles influiam, pintando-lhes como traidores á patria certos e determinados individuos, em quem aliás punham a culpa dos francezes virem para este reino, e que davam como empenhados nos seus triumphos, forçosamente haviam de envolver no mesmo estygma todas as auctoridades que se lhes tornavam suspeitas, pela frouxidão da sua conducta no meio de taes e tão criticas circumstancias. Era na verdade um erro deploravel; mas era um erro que pintava bem a pureza dos seus sentimentos e o primor do seu grande patriotismo, que nada deixava a invejar ás gloriosas e memoraveis epochas de 1385, 1640, 1704 e 1762, em que ardentemente se pugnou pela independencia nacional. No seu coração puro e ardentemente portuguez, postoque sombrio e desconfiado, existiam os mais nobres sentimentos de lealdade para com a sua patria e o seu soberano. Tendo visto a facilidade com que debaixo da dominação de Junot as classes superiores se tinham identificado com elle, e por vezes se constituiram instrumentos doceis das suas prepotencias e tyrannias, com rasão os fazia temer a continuação de similhante prostituição, tornando-se-lhes ambigua a lealdade d'aquelles que pelos actos da sua vida publica se não mostravam activos e decididamente dedicados á defeza da patria. Era um fanatismo no seu genero; mas impossibilitada a multidão de discriminar o verdadeiro do falso, arrojava-se phrenetica sobre quantos infelizes a sua estupida cegueira lhe fazia parecer culpados de jacobinismo, de que resultava suppliciar sem differença no seu inflexivel tribunal de sangue amigos e inimigos [1]. A his-

[1] Para bem se ver até que ponto chegava o furor da desconfiança do baixo povo por aquelle tempo, a respeito dos reputados adherentes aos

toria antiga e moderna, seja de que nação for, ainda a mais civilisada, prova que o baixo povo em toda a parte é assim. Infelizmente não foi só Bernardim Freire a innocente victima barbaramente sacrificada no altar da patria pela anarchia de um povo fanatisado, porque quando esta furia infernal procura no auge da sua exaltação cegamente cevar-se em sangue humano, bebe-o sempre a torrentes. Por conseguinte, para lhe fartar os appetites, foram ainda no mesmo e nos subsequentes dias immolados desapiedadamente em Braga, Santo Thyrso e outras mais terras, o quartel mestre general de Bernardim Freire, Custodio Gomes Villas Boas; os officiaes d'estado

francezes, bastará dizer que até o proprio Jorge de Avillez, que tão activa parte tomou na revolta do paiz contra elles, e que apenas se installou em Portalegre no dia 17 de julho de 1808 uma junta provisoria, que n'aquella cidade dirigisse a marcha da revolução que n'ella tivera logar, cuidou logo em organisar, fardar e armar á sua custa um regimento de voluntarios, que depois se transformou no batalhão de caçadores n.º 1, esteve ainda assim para ser morto em Extremoz como espião dos mesmos francezes, segundo prova o seguinte documento.

Antonio Gomes Henriques Gaio, juiz de fóra com predicamento de primeiro banco da villa de Extremoz, por sua alteza real, o principe regente nosso senhor, etc. Attesto que no dia 29 de julho do presente anno, e estando congregada a junta que se erigiu n'esta villa, foi presente Jorge de Avillez Juzarte de Sousa Tavares, da cidade de Portalegre, procurando noticias do inimigo commum, os francezes, dizendo trazer ordem da junta d'aquella cidade para conferir negocios do serviço de sua alteza real com o ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Francisco de Paula Leite, tenente general, governador das armas da provincia, com quem passava a encontrar-se, e saíndo da junta, concorreu logo a elle uma grande parte do povo em tumulto, dizendo que devia ser examinado miudamente, poisque era espião dos francezes, e havia sido o causador de não ter marchado para esta praça o regimento de Castello de Vide, sendo mandado comparecer; apesar de querer justificar-se perante o mesmo povo, comtudo algumas pessoas insistiram que devia morrer logo como traidor, e continuaram no mesmo tumulto, e correria a sua vida todo o risco, se a mesma junta não pozesse da sua parte todos os meios de pacificação, e privativamente eu o não desviasse da presença do povo para um quarto interior, d'onde passadas horas saiu a salvamento, depois de se haver retirado o mesmo povo, o que tudo presenciei na qualidade de presidente da sobredita junta, e por me ser pedida, passei a presente, que assignei. Extremoz, 26 de novembro de 1808. = *Antonio Gomes Henriques Gaio.*

maior, D. João Correia de Sá e Manuel Correia Sarmento, bem como Antonio Sarmento Pimentel, Pedro da Cunha Souto Maior, Antonio José de Macedo e Cunha, o corregedor de Braga, Bernardo José de Passos, e outros mais desgraçados. Alem d'isto quatorze pessoas notaveis eram na mesma occasião perseguidas, presas e insultadas pelo supposto crime de jacobinismo. Era este o resultado que se devia esperar do ominoso decreto de 11 de dezembro de 1808, porque toda a nação foi obrigada a tomar armas. Foi esta e as outras mais providencias dos governadores do reino as que metteram o povo entre dois fogos; de um lado via os francezes que o ameaçavam, e do outro via o governo de Lisboa, peior do que elles, vistoque, inhabil para reger o estado em tão melindrosa epocha, só recorria a meios mal calculados, inopportunos e impoliticos.

Do decreto de 11 de dezembro elle mesmo pareceu arrependido na sua proclamação de 4 de fevereiro seguinte, tão apta para acalmar a effervescencia popular, como o foi o tumultuario armamento, ordenado pelo referido decreto, para frustrar as invasões dos francezes. Mas as leis, quando absurdas e iniquas, trazem sempre comsigo o germen da sua quéda e inexecução: por conseguinte aquelle decreto nunca se executou na sua parte mais odiosa, as *penalidades*. E como se o citado decreto de 11 de dezembro ainda não bastasse para arrastar o povo aos seus actos de anarchia, vieram de reforço a elle os tres famosos decretos de 20 de março de 1809, que pela sua immoralidade e servilismo, a par da ignorancia que n'elles se descobre, merecem quantos epithetos ignominiosos encerra o vocabulario portuguez[1]. Pelo primeiro d'elles se excitava o povo, já exaltado em demasia, fazendo-lhe ver que nos exercitos francezes vinham portuguezes degenerados atacar a sua patria[2], e que no reino outros havia, que com os

[1] Veja o documento n.º 60-A.

[2] Não achámos em escriptor algum, quer nacional, quer estrangeiro, o mais pequeno indicio de que no exercito do marechal Soult viesse em 1809 um só portuguez, ligado a elle contra a sua patria, cousa que só teve logar em 1810, por occasião da invasão do marechal Massena. Pelo que

mesmos exercitos entretinham correspondencias, pondo-se com elles de acordo sobre a invasão do reino. Em consequencia pois d'isto mandou-se vigorar a disposição da ordenação, livro 5.º, titulo 6.º, e portanto que se não desse quartel aos que em acção de guerra fossem apprehendidos com armas na mão entre os inimigos, podendo mata-los fóra do combate quem os encontrasse. Mais se ordenava que todos os que contra o estado fossem achados com armas, immediatamente se processassem, devendo o general do respectivo districto fazer executar logo a respectiva sentença. Quanto ás mais pessoas, achadas em traição, ordenava-se que fossem igualmente processadas e sentenciadas na commissão estabelecida na càsa da supplicação, por decreto de 7 de dezembro de 1808. Nos dois restantes decretos creava-se um insolito systema de infames delações. Por um d'elles todo o cidadão era auctorisado a delatar *as suspeitas que tivesse*, e os factos *verbaes* ou *reaes* que soubesse de algum seu conterraneo, fazendo a denuncia em segredo, por palavra ou por escripto, com assignatura ou sem ella, e em todo o caso sem a minima responsabilidade. Nos seguintes paragraphos, tão inintelligiveis, quanto inconsequentes e absurdos, prohibia-se a toda a pessoa arguir outra de traição e inconfidencia, mesmo conversando entre amigos, prohibição extensiva, tanto aos particulares, como a quaesquer auctoridades ecclesiasticas, civis ou militares. Declaravam-se réus dos ditos crimes os que assim infamassem os outros, e ordenava-se que quem ouvisse

já se leu a pag. 69 do precedente volume, apenas consta que o marquez de Alorna fôra no mez de março de 1809 a París, d'onde o mandaram para Hespanha, com o fim de se unir ao exercito de Soult, o que não fez, em rasão do emprego que lhe deram no quartel general do rei José Bonaparte. Talvez que d'aqui viesse o presentimento que os governadores do reino tiveram da vinda de portuguezes no referido exercito, de que resultou a promulgação do decreto de que acima se trata, aggravada de mais a mais pela determinação que tomaram de mandarem prender no dia 30 do citado mez de março de 1809 e recolher nos carceres da inquisição os individuos que tiveram por suspeitos de *maçonaria*, e como taes suspeitos igualmente de se corresponderem com os francezes, como tambem já se leu a pag. 670 e seguintes do dito anterior volume.

os infamadores os denunciasse, para serem castigados com as penas decretadas contra os auctores dos libellos famosos, das assuadas e resistencia á justiça, addicionando os juizes a estas penas outras *ad libitum*, conforme as circumstancias. Finalmente pelo terceiro dos citados decretos os governadores rojavam-se humilissimamente diante dos inglezes e hespanhoes, declarando delicto de inconfidencia *todo o escripto, todo o acto em que algum portuguez por qualquer modo manchasse o credito dos gabinetes inglez e hespanhol, assim como o dos seus vassallos;* mandava-se *ex-officio* receber denuncias d'esses crimes, devendo ser punidos como se fossem contra a real pessoa, ou contra a segurança publica. Nenhum governo se banhou tanto, como o do antigo palacio do governo no Rocio de Lisboa, no baixo pelago da humilhação e da ignominia, mostrando-se terrivel sómente para com os seus compatriotas, e descomedidamente abjecto para com os estrangeiros!

Emquanto o governo assim procedia pela sua parte, cimentando cada vez mais com as suas imprudentes medidas a desunião dos seus governados, e tornando com ellas a multidão cada vez mais crente na existencia das correspondencias dos portuguezes com os francezes, estes progrediam nas suas marchas na direcção de Braga, atravessando seis leguas de montanhas por onde não passava artilheria, e onde em algumas partes era necessario levar os cavallos pela redea. Foi só depois d'esta marcha que em Braga se acreditou ser para ella o seu destino. O certo é que passada a ponte da Senhora do Porto no dia 17 de março, como já dissemos, os francezes foram tomar posição n'esse mesmo dia em frente de Carvalho d'Este[1]. Da parte dos nossos as providencias que se adoptaram são as que constam do resto do officio do barão d'Eben, já acima citado, exprimindo-se sobre este ponto pelo seguinte modo: «O

[1] Carvalho d'Este é uma aldeia duas leguas distante de Braga, assente ao pé de um rochedo collado a um monte, que então se achava occupado pelos portuguezes, os quaes sómente ali tinham 995 homens de tropa de linha. Á direita das alturas que sáem de Braga para Carvalho d'Este fica a serra da Falperra, sobre a estrada de Guimarães, para diante da qual se acha o monte de Vallongo, que desce para o valle do Cávado, rio

general defunto tinha já dado ordem a todos os postos avançados que se retirassem para Braga. Eu communiquei instantaneamente ao official que commandava em Carvalho d'Este e aos commandantes da ponte do Porto e Falperra a minha resolução de defender os seus respectivos postos e dar-lhes todo o possivel soccorro. Como os sinos tocavam a rebate, o numero das *ordenanças* augmentava-se a todos os momentos. Havendo fugido o corregedor, eu nomeei dois sujeitos habeis para supprir o seu logar e lhes encarreguei particularmente o providenciarem sobre o mantimento para a multidão. Quando eu commandava em S. João de Campo, o general Bernardim mandou em meu auxilio 800 *ordenanças;* porém elles chegaram sem mantimentos e n'aquelle logar não se podiam obter. Eu lembrei isto ao general, e disse-lhe que o bem do serviço requeria que para o futuro cada homem estivesse provido de tres dias de mantimentos pelo menos; porém desattendeu-se a minha exigencia, de que resultou achar eu a maior difficuldade em obter provimentos. Mandei que se me desse um mappa do que tinha o arsenal: havia n'elle bastante polvora, mas não havia cartuchos de bala para as *ordenanças,* porque o calibre das suas armas é menor que o dos mosquetes. Deu-se-me parte que o inimigo avançava pela ponte do Porto. Mandei um reforço, que o fez retirar. Ás tres horas descobriu o povo Custodio Gomes Villas Boas, do estado maior do defunto general, que se havia escondido em minha casa, e sem attender á sua situação lhe fizeram fogo, e depois o atacaram á espada e chuços, e o mataram igualmente. Ajuntaram-se mais de 6:000 pessoas, fazendo uma bulha e confusão tal, que se não podem descrever; mas sempre me trataram com respeito. O inimigo atacou o posto de Carvalho d'Este, e foi repellido no seu primeiro ataque. Os seus movimentos indi-

este que nasce na serra do Gerez, corre ao norte de Carvalho d'Este, e da cidade de Braga na distancia de uma legua, onde é atravessado pela ponte do Prado, e tendo antes d'esta banhado as fraldas do monte Adufe, vae lançar-se no mar por entre Fão e Espozende. Era nas alturas do citado monte Adufe e nas do de Vallongo que tambem se achavam postadas as tropas portuguezas.

cavam bem que elle esperava pouca resistencia; mas o povo estava com muito espirito e inclinado a fazer uma forte resistencia. Toda a força que eu agora commandava era de 12:000 a 14:000 homens, conservando eu sempre em Braga, centro das minhas operações, uma boa reserva. Mandei buscar a legião a Salamonde, e chegou ás onze horas da noite parte d'ella, com duas companhias do regimento de Vianna, que tinha duas peças. A gente vinha extremamente cansada e sem comer; mas em consequencia dos esforços do novo corregedor, se lhes suppriu pão e vinho ao amanhecer. Eu assestei duas peças da legião no caminho que vae para a ponte do Porto, e erigi uma bateria para tres peças, duas das quaes sómente foram cavalgadas. Dividi a legião pelos differentes postos, por maneira tal, que mostrasse ao inimigo que eu tinha tropas regulares».

«No dia 18 atacou novamente o inimigo Carvalho d'Este; mas soffreu outra vez grande perda e se retirou. No decurso da manhã chegou o resto da legião com 150 homens do regimento de Vianna, trazendo comsigo duas peças de 3. Chegaram tambem mais 6:000 *ordenanças*. Percebendo que o inimigo me queria voltear pelo flanco esquerdo, reforcei este lado, e n'essa noite todos os meus postos avançados foram atacados. Havia a maior difficuldade em ter balas para as *ordenanças;* mas achando um molde para as fazer no arsenal, tirou-se o chumbo das igrejas, e n'aquella mesma noite se fundiram muitas balas. Os francezes me mandaram um trombeta intimar que me rendesse; porém desapparecendo o official que o acompanhava, o conservei prisioneiro, e ordenei aos meus postos avançados que não admittissem parlamentarios. D'este e de outros prisioneiros mais soube que o inimigo empenhára 8:000 homens no ataque, inclusos quatro regimentos de cavallaria e quatro peças de artilheria de cavallo, e esperavam mais reforços. Na manhã de 19 foram os meus postos avançados de novo atacados, e ás quatro horas da tarde appareceu o inimigo com mais força do que nunca, principalmente junto a Carvalho d'Este. Forçaram o posto da Pedralva e ahi perdi eu duas peças de 3. A noite me habili-

tou a enganar o inimigo, mandando 50 homens da legião e 30 do regimento de Vianna, que se estenderam em uma linha, movendo-se por cima de outeiros, o que mostrava ao inimigo grande frente, e assim o contive durante toda a noite. Aos 20 pela manhã os postos tiveram rebate, avançando o inimigo rapidamente em tres columnas, uma na direcção de Guimarães e serra da Falperra, outra, que era a mais forte, na de Carvalho d'Este (centro da linha portugueza), e a terceira na da ponte do Porto, ou monte Adufe, esquerda da nossa dita linha. Fez-se geral o ataque, e ás dez horas estava tudo desbaratado. A maior parte das *ordenanças* entraram em combate só com tres cargas para as espingardas, e parte da artilheria não tinha mais do que isto[1]. Os fugitivos entraram na cidade, seguidos de perto pela cavallaria inimiga, e eu peguei n'um estandarte, o que tambem fizeram os meus ajudantes Linston e Mendes. Tentámos tornar a forma-los para defender a cidade; mas tudo foi em vão, porque o povo, vendo tão perto a cavallaria inimiga, perdeu a confiança, e a todas as minhas persuasões para que parasse, respondia *não temos munições, não ha munições.* O meu estado maior e eu fomos perseguidos tão de perto por 60 hussards, que apenas podémos salvar tres bandeiras com a caixa militar, tendo comsigo 20 dragões. N'estes termos mandei dar fogo a quinze barris de polvora que não podia salvar, e sinto dizer que 8 ho-

[1] Transcrevemos do *Correio braziliense* este interessante officio, porque a singeleza e verdade da sua narração pintam bem o caracter bellicoso do povo portuguez, que em numero igual ao do exercito de Soult, mas em que só 5:000 homens havia com espingardas, tendo só tres datas de cartuchos, póde esta massa informe, sem disciplina, nem munições, demorar por tres dias o inimigo, que a este encontro chamou *batalha de Lanhoso!* O estado da nossa artilheria em Braga era o que consta da inclusa parte, dada á noite de 19 de março de 1808. «A artilheria acha-se no seguinte estado: falta bala e metralha para as peças de 12. As de 6 não têem senão polvora; as de 3 tem muito pouca bala e metralha. Não ha espoletas, nem vélas de mixto, nem pederneiras. Ha bastante polvora, mas não ha cartuchos de clavina, nem de pistola, que são os que servem nas espingardas das *ordenanças.* (Assignado.) = *Diogo Thomás de Ruxleben,* segundo tenente de artilheria.»

mens da valente legião pereceram na execução d'este serviço. Quando os francezes entraram na cidade os habitantes deram a morte aos presos, que eu desejava salvar e mandar para o Porto: tambem foram mortos o corregedor e outro homem de consequencia. Intentei primeiro defender nas ruas a entrada da cidade, mas não havendo para onde o povo se retirasse, vi que sacrificava a minha honra demasiado, tentando defender uma cidade, que só resistiria por mais um dia. Toda a força que eu commandava é a seguinte: regulares, 120 granadeiros do regimento de Vianna, 150 da guarnição de Salamonde, 1:000 das milicias de Braga, 700 da legião e 25 dragões: total, 1:995. Irregulares, 5:000 mal armadas com espingardas, 11:000 com piques, e outros só com paus, fazendo assim um total de 23:000 homens[1].»

Tal é a singela descripção de um combate, que honrado com o nome de batalha nas *Campanhas do marechal Soult na Galliza e Portugal,* vem n'esta obra descripto com todo o apparato proprio de um tal nome, confessando os francezes a perda de 4 homens mortos e 160 feridos! A nossa foi calculada em 1:200, e provavelmente não foi inferior a isto, entre mortos e feridos. Segundo a descripção dos francezes, os fugitivos retiraram-se das alturas que occupavam em tres differentes direcções, Guimarães, Porto e Ponte de Lima, destacando o marechal Soult forças n'estas mesmas tres direcções para os observar. «Depois de ter passado o ribeiro (diz o auctor das citadas *Campanhas),* que do lado de Chaves forma a separação dos dois reinos (Galliza e Portugal), notámos uma sensivel differença, de vantagem para Portugal. N'este paiz vêem-se casas de campo isoladas: nas choupanas acha-se faiance ingleza, chicarasd e porcelana do Japão e chá verde. Nas casas dos particulares abastados um grande luxo de porcelanas, moveis de acaju, de ebano e das mais bellas madei-

[1] Uma poderosa causa da dispersão dos nossos foi o rebentar por acaso uma peça de 12, occasionando a morte de muita gente, e a promta dispersão dos que ficaram com vida: com isto deu-se mais a circumstancia da extrema falta de munições, tanto para as *ordenanças,* como para a artilheria.

ras do Brazil, sobretudo, cousa que raras vezes vimos entre os hespanhoes, bibliothecas compostas das melhores obras francezas. Nos combates notou-se uma coragem pessoal extraordinaria, que nos fez lembrar o caracter altivo e valoroso d'estes portuguezes, que debaixo do mando dos Gamas, Albuquerques, Castros, Athaides e Sousas, chegaram a submetter as grandes Indias, pelos rasgos de heroismo, que rivalisam com os mais celebres que a historia antiga nos tem conservado». Continuando, diz mais o referido auctor: «Antes da nossa victoria de Lanhoso, Braga apresentava-se á nossa imaginação abastecida de tudo quanto se precisava para o exercito. Mas qual não foi a nossa dolorosa surpreza quando, entrando n'ella, a achámos deserta! Vinte mil pessoas tinham abandonado em tres dias uma cidade, que parecia encerrar todas as commodidades da vida! Que odio contra a dominação estrangeira! E que funesto presagio para o desfecho d'esta nossa expedição!»

Soult, tendo assim rompido a nossa linha em Carvalho d'Este, e apossando-se de Braga, ou podia marchar sobre o Porto, ou recuperar as suas communicações com Tuy, que a esse tempo se achava ainda sitiada por insurgentes gallegos e portuguezes, capitaneados uns e outros por Antonio José Vianna e João Baptista de Almeida, dois officiaes nossos, que muito se distinguiram no Minho e na Galliza. Mas elle Soult dava pequena importancia á guerra de guerrilhas, as quaes, derramadas por montes e valles, nada mais faziam que capturar os estropeados e desgarrados; mas ai dos que lhes caíam nas mãos, porque o martyrio era para estes desgraçados infallivel. As balas d'este inimigo, as mais das vezes agachado atrás de um penedo, ou encoberto pelos paus dos pinheiros, ou de outras quaesquer arvores, e portanto invisivel, tambem não era raro penetrarem até ao centro dos batalhões cerrados, o que todavia não era para os invasores o peior mal d'estes inimigos. Combatendo por esta fórma irregular, era frequente tomarem os comboios aos invasores, subtrahirem-lhes os viveres, cortarem-lhes as communicações, e apanharem-lhes as correspondencias, inconvenientes todos elles bem graves e muito para

temer, porque punham em risco a segurança de todo um exercito. Eis-aqui a rasão por que os francezes não poupavam as nossas *ordenanças*, quando lhes caíam nas mãos. Soult porém po-las de parte, decidindo-se pela sua marcha sobre o Porto, já porque este era o principal fim da sua commissão, poisque d'esta cidade se tinha de dirigir á de Lisboa, como se lhe ordenára, e já porque o Porto, segundo era informado, se achava regularmente defendido, tendo uma guarnição de 40:000 homens de todas as armas, capitaneada por varios officiaes inglezes. Deixando portanto em Braga a divisão do general Heudelet, para lhe defender a retaguarda contra as incursões do general portuguez, José Antonio Botelho de Sousa e Vasconcellos, que commandava as forças da divisão da raia, entre os rios Lima e Minho, dividiu o seu exercito em tres columnas, a primeira marchou pela estrada de Guimarães a S. Justo, com ordem de forçar a passagem do Ave de cima e occupar o campo do lado de Pombeiro; a segunda, commandada pelo proprio Soult em pessoa, marchou logo direita á Barca da Trofa; e a terceira, deixando Barcellos, para onde de Braga tinha sido mandada, tomou a estrada da ponte do Ave. A passagem d'este rio foi fortemente disputada pelos portuguezes, sendo a columna da esquerda obrigada a bater-se renhidamente em Guimarães, Pombeiro, Negrellos, e sobretudo n'este ultimo ponto, onde lhe morreu o bravo general Jardon, cuja falta muito sentida foi pela totalidade do exercito inimigo. A marcha da columna do centro foi interrompida na Barca da Trofa, por se ter n'ella cortado a ponte do Ave; mas Soult, vendo o grande cumulo das nossas forças ali, forçou a passagem em S. Justo, ganhando a margem opposta. Desde então facil lhe foi á columna da direita fazer o mesmo, ficando assim vencida a passagem do Ave em todos os pontos, e portanto aberto inteiramente o caminho em direitura para a cidade do Porto, a cujos intrincheiramentos o exercito francez chegou no dia 27 de março[1].

[1] Mr. Thiers, estropeando miseravelmente os acontecimentos da campanha do marechal Soult, por occasião da sua entrada no Porto, faz isto com a mais estranha leviandade: dá-nos elle uma singular noticia, a to-

Para a dita cidade do Porto tinha affluido uma grande parte da população do Minho, julgando-a intomavel pelo inimigo. Este grande cumulo de individuos, a ella estranhos, tinha n'ella augmentado ainda mais a sua confusão e desordem, nada havendo que obrigasse o povo á obediencia das auctoridades, não respirando mais do que sangue e assassinios, no que pensava com mais calor do que na defeza da cidade. Ninguem, a não ser o bispo, D. Antonio José de Castro, se podia oppor com bom exito á desordem de uma populaça anarchica, que só n'elle depositava a sua inteira confiança, porque tambem só n'elle achava apoio para tudo quanto queria praticar. Mas o bispo não estava disposto a usar da sua influencia para lhe cohibir os excessos, talvez que pelo receio de lhe desmerecer o conceito, não querendo distinguir, provavelmente por má fé, os rasgos de patriotismo do que só eram actos de manifesta anarchia. O seu delegado e amigo intimo, Raymundo José Pinheiro, outro dos caudilhos da plebe, fomentava com todos os mais do seu bando toda a ordem de intrigas, arrastado a tão baixo e indecente papel por miseraveis vinganças pessoaes. A noticia da derrota de Braga, quando chegou ao Porto no dia 22 de março, causára o maior alvoroço em todos os seus moradores. Enfurecida a plebe por similhante

dos nós desconhecida, por occasião da passagem do Ave pelos francezes, dizendo-nos que, querendo os portuguezes vingar-se das victorias dos seus inimigos, estrangularam um dos seus generaes, *o brigadeiro Vallongo!* Quem fosse similhante brigadeiro é cousa que se não sabe no paiz; mas mr. Thiers lá o foi descobrir nos archivos do ministerio da guerra em Paris, que nos diz ter consultado. Já dissemos, ao descrever a posição de Carvalho d'Este, onde houve o conflicto das *ordenanças* portuguezas, do commando do barão d'Eben, com o exercito francez, que adiante da serra da Falperra se acha o monte de Vallongo. Foi este o que mr. Thiers houve por bem promover a brigadeiro, para depois o dar por estrangulado tumultuariamente pelo povo junto ao rio Ave! Eis-aqui o profundo exame que presidiu á obra de mr. Thiers! Faz rir a leveza com que elle assim escreve a historia. Se pois o mesmo mr. Thiers narrar com igual verdade o que se passou nos outros paizes, póde bem ufanar-se de ter escripto um romance, por não dizer disparates, em vez de historia. E todavia deu brado com a sua obra! Até n'isto se vê o que é o mundo, e a justiça com que de ordinario louva ou vitupera as cousas e os homens!

causa, dirigiu-se á prisão em que estava o infeliz brigadeiro Luiz de Oliveira e mais quatorze pessoas de diversas jerarchias, e arrancando-as para fóra d'ella, a todas cruelmente assassinou, arrastando depois pelas ruas os cadaveres dos assassinados, como prova do seu feroz triumpho[1]. No sitio chamado a porta do Olival, que hoje tem o nome de *largo dos Martyres da Patria,* a mesma plebe se formou n'uma especie de tribunal, onde se designavam as victimas que de prompto se iam buscar, e nas ruas se assassinavam, ainda antes de chegarem a tão infernal congresso. O bispo via tudo isto impassivelmente, reputando as victimas sacrificadas como outros tantos inimigos, que de menos tinha para a continuação da sua omnipotencia. Da grande elevação a que subíra por tão indignos meios ninguem havia no reino capaz de o derrubar. A tomada de Chaves e a derrota de Braga foram as duas cousas que se lhe figuraram como annuncios da sua proxima retirada do Porto, á qual até então não o tinham podido resolver, nem os rogos do governo britannico, nem os do ministro portuguez em Londres, e nem finalmente os dos seus proprios collegas, os governadores do reino. O que portanto não tinham d'elle conseguido similhantes rogos, o marechal Soult se achava proximo a consegui-lo, por

[1] Por esta occasião diremos aqui novamente que mr. Thiers, contando que a populaça do Porto dominava inteiramente a cidade, antes de n'ella ter entrado Soult, continua as suas phantasias, acrescentando que a mesma populaça tinha lançado nas prisões e martyrisado á sua vontade as familias francezas, cujas casas tinha roubado. Se mr. Thiers toma por familias francezas os individuos presos por suspeitos de jacobinos, ou affeição aos francezes, como parece entender-se, individuos que a populaça matou, indo arranca-los ás ditas cadeias, engana-se seguramente, porque esses presos eram todos portuguezes, podendo mr. Thiers estar certo de que quando a nossa populaça encontrava por aquelle tempo algum francez fóra de Lisboa, não usava com elle a ceremonia de o levar primeiro ás cadeias para depois lhe dar passagem para a outra vida, porque esta caridade era-lhe feita logo, pelo exemplo que para isto lhe dera o famoso general Loison e outros collegas seus. Isto era por certo um mal; mas a illustração franceza, ou os francezes illustrados d'aquelle tempo, foram os que entre nós vieram estabelecer esta pratica.

meio das bayonetas do seu exercito, logoque penetrasse no Porto.

Apesar da reputação militar de Soult e da fama que por si tinham os exercitos francezes, o bispo do Porto julgava cousa difficil a tomada d'aquella cidade, á vista do estado respeitavel em que se achava, segundo a sua opinião, tendo uma guarnição de 24:000 homens, a maior parte dos quaes eram tropa irregular, com a qual, racionalmente fallando, se não podia contar em occasião de perigo. N'aquelle numero entravam unicamente 4:366 homens de tropa de linha, contando os que o brigadeiro Victoria para ali levára comsigo, o qual, tendo sido pelo marechal Beresford encarregado de ir auxiliar Silveira, fôra por Bernardim Freire de Andrade mandado para a ponte de Amarante, e d'aqui para o Porto, depois que teve logar a perda de Chaves e a marcha dos francezes para Carvalho d'Este. Alem da citada força numerica, o mesmo bispo do Porto tinha muita confiança nos intrincheirâmentos da cidade, que desde o castello do Queijo, situado na parte oeste d'ella, junto ao mar, lhe corriam em circuito até á quinta do Freixo, na sua parte de leste, junto ao Douro, sendo de legua e meia a distancia entre um e outro ponto. Em toda esta extensão levantaram-se 35 baterias sem parapeitos, em que se assestaram 200 peças de artilheria de calibre 12 e 3, e alguns obuzes de 18 e de 9 pollegadas. Sendo esta a fortificação e a defeza do Porto, julgava-se poder ella resistir a 30:000 francezes, uma vez que entre os defensores houvesse 15:000 homens decididos de tropa de linha, tendo-se, para se conseguir esta força, feito para Lisboa as precisas requisições aos governadores do reino, por intermedio do respectivo bispo, da camara municipal da cidade, e até mesmo do seu juiz do povo. A similhantes requisições respondeu-se que se havia pedido ao marechal Beresford, que mandasse em auxilio do Porto o tenente general Antonio José de Miranda Henriques, alguma tropa ingleza da que de fresco tinha chegado ao Tejo, e a força que se achava na Guarda, debaixo das ordens do general Manuel Pinto Bacellar. Todavia nenhuma d'estas cousas se realisou, não apparecendo no Porto, nem

mais um só homem de reforço á guarnição acima mencionada[1]. Sabido é que ao tempo em que Bernardim Freire dava em Braga as suas ordens para que as tropas marchassem d'aquella para a cidade do Porto, foi lá assassinado, ficando todo o seu exercito em anarchia, victima da maior confusão e desordem. Um official que do Porto se mandou com ordens ao general Silveira, tambem foi assassinado em Vallongo[2], de maneira que os unicos soccorros de tropa de linha que a dita cidade do Porto recebeu de novo em tão melindrosa crise foram os já citados 900 homens dos dois batalhões de 6 e 18 de infanteria, que o brigadeiro Victoria lhe levou de Amarante, como já notámos. Havia ali mais um batalhão do regimento n.º 21, commandado pelo tenente coronel José Joaquim Champalimaud, e alem d'elle o segundo batalhão da leal legião lusitana, commandado pelo barão d'Eben. Estas forças, reunidas ás que primitivamente havia na cidade, pertencentes aos dois regimentos da sua guarnição, chegavam

[1] Dissemos que esta guarnição era de 24:000 homens, porque assim o diz, alem da *Gazeta de Lisboa,* a ordem do dia do marechal Beresford, de 2 de abril de 1809. As rasões por que os governadores do reino não mandaram tropas para o Porto foram: 1.º, o achar-se o sul do reino ameaçado de uma invasão pelo exercito do marechal Victor, invasão que não permittia, nem a Beresford, nem a sir John Cradock, deixar a descoberto a capital do reino e as provincias adjacentes, cousa de muito maior importancia que a defeza do Porto; 2.º, serem as tropas destinadas á defeza do Minho e do Porto reputadas sufficientes para repellirem o inimigo, ou pelo menos para o deterem por muito tempo, se a união, a subordinação e a docilidade dos defensores da referida cidade não fossem pervertidas pelas qualidades oppostas que n'elles predominavam; 3.º, finalmente porque não estava na esphera da possibilidade humana precaver e acautelar os acontecimentos que retardaram a marcha das tropas de que acima se faz menção. Taes são as rasões que se acham expostas ao publico n'um opusculo d'aquelle tempo, intitulado *Exame dos artigos historicos, etc.,* que se contém na collecção periodica, intitulada *Correio braziliense,* quarto volume.

[2] Talvez seja este o brigadeiro Vallongo de que nos falla mr. Thiers, como já notámos; em tal caso, senão promoveu a brigadeiro o monte de Vallongo, que está perto de Braga, promoveu a povoação ou o monte d'este mesmo nome, que está perto do Porto, o que não destróe o disparate do que sobre isto nos diz.

apenas aos já citados 4:366 homens de tropa de linha, podendo calcular-se em 2:000 para 3:000 o numero das milicias, a alguns dos quaes faltavam armas, sendo todos estes tão praticos no manejo d'ellas, como as cinco brigadas de ordenanças que ali havia e que podiam subir a 15:000 ou 17:000 homens, dos quaes sómente 7:000 tinham armas, e estas mesmas de differentes qualidades, estando os mais d'elles armados de piques e roçadouras, que nenhum serviço fizeram, nem podiam fazer contra as armas de fogo da tropa inimiga. Acresce mais que parte d'esta gente não estava na cidade, por se haver empregado uma porção d'ella em defender a linha da outra parte do Douro, a qual tinha uma meia legua de extensão [1].

No dia 19 de março tomou toda esta gente os seus respectivos postos na linha de defeza, onde se abarracou debaixo do commando dos chefes que se lhe deram, e a quem no principio se mostrou obediente, tornando-se digna de admiração a disciplina que nos primeiros dias n'ella pareceu haver. Os francezes tinham pela sua parte emissarios, que astutamente espalhavam a zizania, para que os commandados desconfiassem dos commandantes e o povo das auctoridades, tramas estas a que se deveram em parte os desgraçados acontecimentos de Braga e os da cidade do Porto. Desde então este grave elemento de desordem transtornou toda aquella apparencia de subordinação, mal que incessantemente ía crescendo, á proporção que o inimigo se approximava, e por modo tal, que tres brigadeiros que havia na cidade, e que antes do ataque de Soult tanto tinham trabalhado para a sua defeza, expondo-se a todos os perigos, por muitas vezes estiveram a ponto de serem assassinados. Ao brigadeiro Antonio de Lima Barreto tinha-se dado no dia 26 de março o commando do lado esquerdo da linha, ao brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras o do centro d'ella, e ao brigadeiro Antonio Marcellino da Victoria o do seu lado direito, os quaes todos receberam

[1] É o que se lê n'uma carta do Porto, transcripta a pag. 512 e 515 do *Correio braziliense,* volume do primeiro semestre de 1809.

ordens do bispo da diocese, D. Antonio José de Castro, arvorado por este modo em generalissimo d'esta famosa defeza[1]. Ao barão d'Eben tinha sido proposto o commando das baterias da esquerda da linha, commando de que elle se não quiz encarregar, limitando-se sómente ao do seu batalhão da legião, com quatro peças de artilheria ligeira, que haviam de servir como corpo movel. O dito bispo conveiu n'este plano; mas o general Parreiras nunca o executou. No dia 27 appareceu pela primeira vez o inimigo, abarracado uma legua distante das baterias da cidade, nos campos de S. Mamede da Infesta. A sua guarda avançada adiantou-se pelas duas horas da tarde, vindo até á distancia de um quarto de legua das referidas baterias, na força de 150 homens. Saíu a rechaça-la uma companhia de caçadores dos voluntarios da cidade, com alguns soldados da legião, os quaes, com os resolutos paizanos que se offereceram para este serviço, montavam ao mesmo numero dos inimigos, que n'este pequeno ataque soffreram alguma perda. O fogo continuou durante a noite de 27, repetindo-se em varios pontos na manhã de 28, e particularmente com mais vigor no sitio da Prelada e do Monte Pedral, para a esquerda da linha. O bispo fixára-se na bateria de S. Francisco, d'onde com as suas bençãos animava o povo, achando-se ali igualmente com elle o barão d'Eben, e alguns officiaes inglezes.

O fogo do primeiro dia, aindaque foi frouxo, fez logo reconhecer o grande inconveniente de se terem construido as baterias sem parapeitos, de que resultou perderem os artilheiros a confiança que n'ellas tinham posto, desde que viram chegar os atiradores tão perto, que os feriam pelas pernas. Alem d'isto muitas casas e arvores se tinham deixado ficar em pé na distancia de 3:000 varas da linha, sendo a consequencia d'isto servirem de abrigo aos francezes, que muito a seu salvo d'ellas faziam um mortifero e bem dirigido fogo contra as baterias. O marechal Soult, vendo a fraqueza da fortificação e a má qualidade da gente que a guarnecia, como

[1] Citada carta do *Correio braziliense*.

era naturalmente humano, e desejava poupar a cidade aos horrores de que seria victima, a continuar no intento de resistir, mandou a ella um emissario para a induzir a capitular. Este homem teria a mesma sorte que em Braga tiveram os prisioneiros, encarregados de uma igual missão, se não tivesse o ardil de dizer que vinha incumbido por Soult de propor a entrega do exercito francez debaixo de favoraveis condições, porque temia ser vencido, quando tentasse um ataque contra a cidade, tão fortemente defendida como se achava: foi este ardil o que seguramente lhe salvou a vida. O bispo ouviu as propostas e entabolou com Soult uma negociação que durou até á tarde, o que todavia não impediu que o fogo das baterias se tornasse incessante por todo o dia 28. Alem do citado parlamentario, o marechal Soult ainda mandou um outro mais auctorisado, pela representação da sua pessoa e credito que tinha o seu nome: tal era o general Foy, que pelo lado esquerdo da linha entrou no Porto, acompanhado por um seu ajudante de ordens; este foi logo morto pelo furor da populaça, por considerar um e outro como prisioneiros de guerra, conducta que mesmo n'este caso não podia ter desculpa, por ser contraria ao direito das gentes, e condemnada altamente pela humanidade. Foy foi tumultuariamente conduzido á presença do bispo no meio dos gritos da plebe, *morra o maneta*, por se suppor que era Loison; mas elle, para a desenganar, ergueu as mãos, e assim evitou a morte, que lhe estava imminente. A intimação que Foy trazia da parte do marechal era escripta na fórma do costume, e portanto cheia de offerecimentos e de ameaças, e a ella se deu igualmente uma resposta negativa, sendo necessario que o mesmo Foy entrasse n'uma prisão antes de saír do Porto, por causa dos furores do povo.

Ainda bem se não tinha elle recolhido ao seu campo, e já o inimigo recomeçava o seu fogo, que continuou até ás onze horas da noite em toda a extensão da linha, atacando sempre em atiradores, e nunca em columna cerrada. Já pelas quatro horas da tarde do citado dia 28 tinha estado em grande perigo a bateria de Santo Antonio, collocada sobre a estrada de

Braga; mas sendo soccorrida a tempo por uma força da brigada de Gonçalo Christovão, pôde evitar-se que caísse desde logo nas mãos dos francezes. Não obstante isto o ataque foi por estes renovado com bastante calor, depois das onze horas da noite, assestando para este fim a sua artilheria de 12 e 3 nos sitios que mais vantajosos lhes pareceram. Protegidos pelo fogo d'esta arma, poderam elles fazer um activo fogo de fuzilaria, que continuou assim até ás oito horas da manhã seguinte, 29 de março, não obstante a chuva e o mau tempo que fazia. Foi por esta fórma que os francezes ganharam durante a noite a bateria da Prelada, assenhoreando-se tambem pelas seis horas da manhã das de Santo Antonio, S. Francisco, Monte Pedral, e ultimamente da da Agua-Ardente. Durante esta fatal noite o bispo generalissimo houve por bem retirar-se para a Serra do Pilar, levando comsigo a caixa militar, vistoque mais apto se achava ali para a fuga, em caso de necessidade. A antiga ponte de barcos, que do lado do Porto ía na Ribeira terminar perto da rua de S. João, e que então era a unica communicação permanente que havia entre a cidade e Villa Nova de Gaia, achava-se defendida por cincoenta peças de artilheria, collocadas na Serra do Pilar, posição eminente, que não só domina o Porto, mas igualmente a baixa de Villa Nova. O bispo porém não se retirára para ali nas vistas de se fazer forte; o seu fim era evidentemente a fuga, no caso do triumpho dos francezes, como effectivamente praticou. Tão funesto triumpho não podia ser duvidoso, desde que os francezes se viram na manhã de 29 de março senhores de toda a esquerda da linha defensiva, da qual o general Melre se apoderára pela fórma já descripta. Ao general Mermet fôra confiado o ataque do centro, sendo do seu dever operar sobre elle, depois de conseguidas as vantagens dos ataques dos flancos.

Aos generaes Delaborde e Franceschi confiou-se o ataque da direita da linha, onde poderam tomar a bateria de S. Barnabé: desde então a cavallaria franceza entrou a dois de fundo, correndo pelas ruas da cidade, e atacando pela retaguarda as baterias ainda não tomadas. As ordenanças des-

ampararam immediatamente o seu posto, fugindo com precipitação para a ponte, onde a confusão e as desgraças se começaram desde logo a fazer sentir. O brigadeiro Victoria ainda destacou para o exterior da linha a gente que tinha da legião lusitana e duas partidas mais de tropa de linha, tendo cada uma a força de 50 homens. Collocado na extrema direita dos postos defensivos, ou no Senhor do Bomfim, este mesmo brigadeiro com o seu immediato, o bravo tenente coronel Champalimaud, e o ajudante da praça de Valença, Antonio de Azevedo, animaram quanto poderam o povo que ali se achava. O fogo das duas baterias, que havia na direita do Senhor do Bomfim, fez com que o inimigo não podesse passar á rua d'este nome, nem podesse tambem realisar o ataque ás baterias de Campanhã. Foi por este modo que o brigadeiro Victoria, que sustentava a linha desde aquelle até este ponto, protegeu a retirada de mais de 6:000 pessoas, que por aquelle lado saíram da cidade. Querendo-o obrigar a retirar-se, fez inteiramente o contrario, porque pondo-se a coberto de um muro no outeiro do Senhor do Bomfim, fez continuar o fogo das suas baterias, cujos artilheiros e mais pessoas da sua guarnição mereceram todo o elogio pela sua briosa conducta, distinguindo-se novamente por esta occasião o citado tenente coronel Champalimaud e ajudante Azevedo. Se no lado esquerdo da linha o brigadeiro Antonio de Lima Barreto se tivesse conduzido por maneira igual á do brigadeiro Victoria, a entrada dos francezes no Porto havia de lhes custar um pouco mais cara, e a jactancia do marechal Soult não subiria a tão alto como se viu; mas Lima Barreto desanimou logo aos primeiros ataques do inimigo, e quando na manhã de 29 viu tomadas algumas das suas baterias, foi elle o proprio que gritou aos seus: *Senhores, encravem as peças e retirem-se, que estamos perdidos*. A resposta que os seus subordinados deram a estas vozes de tamanho desalento e cobardia foi metterem-lhe de prompto duas balas no corpo, com que desde logo o prostraram morto por terra. O brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras não se portou melhor, pondo-se tambem em fuga, sabendo-se depois que pelas sete horas da manhã de

29 tinha já passado a ponte e se fôra apresentar na Serra do Pilar ao bispo generalissimo, como digno imitador do seu general mitrado, empunhando o báculo em logar da espada, e deitando bençãos aos seus soldados, para d'elles fugir e abandona-los no campo, ainda antes do perigo.

Entre as sete e as oito horas da manhã do citado dia 29 a retirada era geral em toda a extensão da linha, e os fugitivos, recolhendo-se á cidade, eram perseguidos de perto pelos francezes, que desapiedadamente os matavam, vindo correndo sobre elles pelo sitio da Senhora da Lapa. Muitos houve dos nossos que fugiram para o lado da Foz; mas outros, sendo estes talvez os de maior numero, dirigiram-se para a Ribeira, onde alguns d'elles, cheios de terror, se deitaram logo ao Douro para o atravessarem a nado; outros o conseguiram passar mettidos nos pequenos barcos que a sua boa fortuna lhes deparou, ao passo que o geral d'elles se dirigiu para a antiga ponte de barcos, que em breve se atulhou de uma immensa multidão, onde parte d'ella se estorvava e empurrava a outra, esmagando-se reciprocamente, pelo extraordinario aperto em que se collocaram uns individuos contra os outros, velhos, creanças e mulheres. Immenso paizanismo de todas as idades, classes e profissões, quasi tudo a pé; militares em fuga, e tambem mulheres de todas as jerarchias e idades, assim como de todos os estados, tudo absolutamente se achava ali accumulado, ignorando que os primeiros que tinham passado a ponte lhes haviam levantado os alçapões, cuidando que por este modo embaraçariam aos francezes o passarem-se para Villa Nova, onde tinham a louca esperança de se fazerem fortes, elles que já se não tinham podido defender nas linhas e fortificações do Porto. Os vencedores, ganhando sem difficuldade as barricadas e cortaduras das ruas, e vindo sempre correndo sobre os fugitivos, atrás d'elles chegaram até á Ribeira, onde o espectaculo se lhes apresentou terrivel. As ondas do povo, que successivamente ali se tinham amontoado, vendo a demora dos que se achavam na frente, e ignorando o fatal precipicio que os esperava a todos para os abysmar, forcejavam por lhes accele-

rar a fuga, impellindo-os com a sua maxima força para diante, d'onde resultava irem sendo inevitavelmente precipitados ao rio Douro todos os que a seu turno íam chegando ao tremendo alçapão, por lhes ser impossivel resistir ao impulso que detrás lhes vinha, como resultado de muitas forças parciaes destinadas áquelle fim. Por este modo camadas e camadas de infelizes assim se foram sepultando nas aguas d'aquelle rio, e como se isto ainda não bastasse, dizem que a gradaria lateral dos barcos da ponte, que toda era de madeira, arrombando-se, ou quebrando-se em partes, abríra outros novos abysmos, que tambem lateralmente vomitaram innumera gente ás aguas do rio.

Á precedente causa de tantas mortes e desgraças acresceu mais que apenas os das baterias do lado de Villa Nova viram os francezes correndo pela descida da rua de S. João para a praça e caes da Ribeira, começaram logo a lhes lançar um sem numero de balas e tiros de metralha, que pela maior parte se íam empregar nos infelizes fugitivos, que debalde pediam misericordia, pedido que ninguem ouvia, nem attendia, pelo apuro do momento em que todos se achavam, causando dó aos mais duros e impedernidos corações ver tão triste e lamentavel quadro! Uma outra calamidade sobreveiu ainda ás que já havia: a nossa pouca cavallaria, que a toda a brida fugia do combate, tambem se dirigiu para a ponte, e com a maior deshumanidade se lançou sobre a multidão para abrir caminho, deixando após de si no seu transito muitos desgraçados envoltos em sangue, tanto por causa do atropellamento dos pés dos cavallos, como dos golpes das espadas, brandidas pelos respectivos cavalleiros. Affirmam alguns que a mortandade fôra tal, que os cadaveres das pessoas, caídas ao rio por todas estas causas, chegaram a fazer por si mesmo uma nova ponte. Cremos que, a não ser por estimativa, nunca ninguem soube o numero dos que perderam a vida em tão calamitosa catastrophe, numero que uns fazem subir a 4:000 e até mesmo a 8:000, e outros não duvidam elevar a 20:000 individuos[1]. Tão medonho e

[1] Segundo o que se lê na *Descripção topographica e historica de Villa Nova de Gaia*, e na nota de pag. 59 da edição de 1861, o numero dos

afflictivo foi este espectaculo, que os proprios francezes que ali iam chegando e o presencearam, esquecendo-se da resistencia que tinham encontrado, cuidadosamente buscaram valer aos que ainda podiam ser salvos, e lançando para este fim pranchas aos vacuos da ponte, sobre ellas passaram para o outro lado, d'onde apressados correram sobre as baterias das alturas de Villa Nova, e d'ellas desalojaram os nossos, fazendo assim acabar o fogo que contra a cidade do Porto estavam de lá sustentando. Para cumulo de todas estas desgraças a cidade foi posta a saque, por castigo da sua resistencia, como em casos taes se costuma praticar, saque que começou pelas onze horas do dia, levando os vencedores a todas as casas de habitação, a par do terror que infundiam, o roubo, a violação e a morte, excitados de mais a mais para isto por encontrarem, segundo alguns dizem, varios prisioneiros francezes sem olhos, com linguas cortadas, e os membros truncados ou rasgados. Desde então tudo quanto lhes caíu debaixo da mão foi desapiedadamente morto. O marechal Soult, justo é confessa-lo, por honra da sua memoria, fez quanto pôde para pôr termo a tão barbara carnificina, que só por fim acabou, quando o cansaço e o horror de tanto sangue derramado trouxeram após de si as idéas de moderação e humanidade. A perda dos portuguezes foi computada de 9:000 a 10:000 homens, postoque Soult a eleva a 18:000 mortos, não incluindo os afogados no Douro. Só no palacio do bispo se diz terem sido mortos 200 portuguezes ao fio da espada dos soldados francezes. Quanto ao espolio que do Porto e Villa Nova extrahiram os vencedores em numerario, joias, alfaias preciosas e em todo o genero de mercadorias, é incalculavel o seu valor;

submergidos foi de 400 pessoas de ambos os sexos: parece-nos este computo demasiadamente pequeno, segundo as negras cores com que temos visto pintado este desgraçado quadro. Qualquer porém que esse numero tenha sido, certo é que a alludida submersão era todos os annos commemorada por meio de officios religiosos, celebrados na capella das Almas de S. José das Taipas, saíndo de tarde uma procissão funebre, que se dirigia ao sitio onde estava o painel das almas na ponte, e ali se lhes cantavam então os respectivos responsorios.

uns o fazem de vinte milhões de cruzados, outros de quarenta, e alguns de mais, sem fallar no que dilaceraram, destruiram ou incendiaram, como por exemplo porcelanas, moveis, bibliothecas, etc.

Tal foi o desastrado facto da entrada do marechal Soult no Porto no dia 29 de março de 1809, facto que alguns dos escriptores francezes têem apresentado como uma das maiores façanhas militares dos seus respectivos exercitos por aquelle tempo na peninsula, mas que ficará reduzido a cousa de bem pouca dimensão, logoque se apresente despido das hyperbolicas exagerações, que são um dos vicios radicaes de todos os escriptores francezes, quando tratam de narrar as façanhas dos seus exercitos e a gloria que por causa d'ellas resulta á França, como se preciso fosse a taes escriptores deturpar a verdade, para engrandecer um paiz, que seguramente não precisa de taes sacrificios para occupar entre as nações da Europa o distincto logar que lhe compete, tanto pelo grande saber das suas classes illustradas, como pelo valor e bravura marcial dos seus exercitos. Pelas *Campanhas do marechal Soult na Galliza e Portugal* vê-se que elle entrou n'este reino com 23:500 homens, affeitos todos elles á guerra e ás victorias que n'ella alcançaram. Tendo deixado em Braga a divisão Heudelet, a força com que se apresentou no Porto não podia ser inferior a 20:000 homens, entre os quaes se contavam oito regimentos de cavallaria na força de 3:200 cavallos, pelo menos, suppondo que deixasse dois em Braga, visto ter entrado em Portugal com dez regimentos d'esta arma, na força de 4:000 cavallos. Segundo a ordem do dia do marechal Beresford de 2 de abril de 1809, o numero dos defensores do Porto elevava-se, como já dissemos, a 24:000 homens, quando muito[1], dos quaes se devem tirar 10:000, por serem orde-

[1] Nem se creia que o marechal diminuisse a força portugueza, para rebaixar a victoria dos seus adversarios, porque, como o seu fim era fazer na sua ordem do dia de 2 de abril o parallelo entre os aggressores e os aggredidos, isto é, entre a ordem, a disciplina, o valor e os vicios contrarios a estas virtudes militares, que dominavam nos defensores do Porto, se mentisse, seria exagerando os nossos recursos; e pela nossa

nanças, armadas de chuços, varapaus e roçadouras, que nenhum serviço absolutamente prestaram, nem era possivel que prestassem, em competencia com as peças de artilheria e as espingardas do exercito francez. Por conseguinte o numero dos defensores uteis do Porto deve rigorosamente reduzir-se a 14:000 homens. D'este numero apenas 4:366 eram praças de tropa de linha, 3:000 eram de milicias, que nenhuma pratica tinham do manejo das armas, e 7:000 de ordenanças, munidas de differentes armas, em grande parte caçadeiras, as quaes nenhum partido tinham com as armas regulares de um exercito, tal como o de Soult. Vê-se portanto que d'esses mesmos 14:000 homens 10:000 eram destituidos de armas regulares, faltos de disciplina, sem pratica alguma dos exercicios e manejos militares, e alem d'isso contagiados no mais alto grau pelo espirito revolucionario, que dominava a plebe do Porto contra as auctoridades. Que admira pois que o marechal Soult vencesse com 20:000 homens de tropa regular uma força de tal natureza, e que pelas suas outras más circumstancias mais prejudicava do que podia ser util a um exercito regular, força de mais a mais tão mesquinha, como na verdade era, para devidamente guarnecer uma tão extensa linha como a que tinha a seu cargo.

Alem do exposto deve notar-se mais, que os defensores do Porto se achavam tambem desprovidos da arma de cavallaria, a respeito da qual em nenhuma parte achámos computado qual fosse o numero dos cavallos que por si tinham, nem a sua qualidade: provavelmente não passavam de 50, se tanto. A tão disparatadas circumstancias tinha por outro lado acrescido o augmento das disposições anarchicas, que comsigo trouxera para os citados defensores a noticia da desastrada morte de Bernardim Freire de Andrade em Braga, e a da quéda d'es-

parte parece-nos que assim o fez, porque na carta transcripta no *Correio braziliense,* de que já fizemos menção, o numero dos defensores do Porto, segundo os dados que ella apresenta, era apenas de 20:000 homens, incluindo os de chuços e roçadouras, e 20:000 lhe marcou tambem o n.º 1 do *Diario do Porto,* jornal que n'esta cidade se imprimiu, depois de n'ella ter entrado o marechal Soult.

ta cidade, occasionando na do Porto outros que taes tumultos e assassinatos, como já vimos. Tão grave estado de cousas forçosamente havia de quebrantar no mais alto grau a disciplina e subordinação da parte dos soldados para com os seus officiaes, e infundir justos receios no animo de quem os commandava, poisque a desconfiança não só era em grau extremo para com elles, mas até mesmo para com muitos individuos que não estavam n'este caso. Já se vê pois que a desordem e a confusão, tomando tão altas proporções, não podiam deixar de assaltar todos os espiritos, tanto dos que mandavam, como dos que obedeciam, succedendo isto n'um tempo em que mais do que nunca tão necessarias se tornavam a tranquillidade do espirito, a ordem, a confiança e a plena obediencia. De tudo isto resultou que a coragem individual, a dedicação e o patriotismo, não só se tornaram inuteis, mas até mesmo funestos, nullificando-se inteiramente de facto a respectiva linha de defeza. A não ser isto, ou Soult falharia na sua empreza da tomada do Porto, ou, a ser n'ella feliz, teria de sacrificar metade do seu exercito, pois ainda assim, tendo contra si turbas de povo, umas inermes e desorganisadas, e outras mal dirigidas, experimentou todavia uma perda quatro vezes maior do que a confessada por elle. Sobre a confusão e desordem que dominava a guarnição do Porto tambem não podia deixar de lhe ser funesta a má impressão e justo receio que lhe infundia o proximo ataque de um exercito, tal como o de Soult, coroado pela gloria das suas recentes victorias, ganhas em Hespanha desde as margens do Ebro até á cidade da Corunha, onde a morte de sir John Moore e o embarque do seu exercito para Inglaterra lhe davam todas as esperanças de uma igual fortuna nas suas campanhas contra Portugal.

Effectivamente o exercito de Soult não só era aguerrido e forte, fazendo-se justamente temer por estas qualidades; mas tinha tambem a crença da invencibilidade na sua luta com uma gente tão bisonha e anarchica como era a guarnição do Porto, a qual tinha de mais a mais contra si as seguintes desfavoraveis circumstancias: 1.ª, a sua ignorancia no manejo das

armas, a falta de quem adequadamente dirigisse a arma de artilheria das baterias, e a falta igualmente da arma de cavallaria; 2.ª, serem as baterias despidas de parapeitos, o que não só punha a artilheria a descoberto do fogo do inimigo, mas até expunha as suas guarnições a serem feridas pelas pernas, como effectivamente aconteceu; 3.ª, acharem-se os terrenos da frente das baterias e da linha de defeza inteiramente obstruidos por muros, casas de campo e arvoredos, que aos atacantes ministravam seguro abrigo, para virem a coberto até essas mesmas baterias e linha, sem soffrerem prejuizo algum; 4.ª, finalmente terem esses mesmos defensores por seu commandante em chefe o bispo do Porto, e por generaes, subalternos a este generalissimo de mitra e baculo, dois homens tão timoratos e fracos como se mostraram na occasião do ataque os brigadeiros, Antonio de Lima Barreto e Caetano José Vaz Parreiras: o primeiro d'estes individuos foi por causa de taes qualidades morto logo pelos seus proprios subordinados, junto das mesmas linhas que lhe cumpria defender, e o segundo mettido posteriormente em conselho de guerra por ordem do marechal Beresford. Será portanto de grande gloria para um exercito aguerrido de 20:000 soldados veteranos derrotar uma turba multa de 14:000 guerrilhas, commandadas por um bispo, que em vez de empunhar a espada, levantava a mão para deitar bençãos? Cremos bem que não. Mas se com isto se deu a circumstancia de ser verdadeira a escassa perda de 80 mortos e 350 feridos, que o marechal Soult nos diz ter-lhe custado a tomada do Porto, é innegavel que a resistencia que n'isto encontrou foi insignificante, apesar do seu emphatico nome de *grande e memoravel batalha,* na qual o abysmo que o funesto alçapão do Douro abriu aos vencidos teve muito maior quinhão do que as armas francezas. Eis-aqui pois reduzida ás suas justas dimensões as heroicas façanhas do exercito do marechal Soult, ou as dos seus 17:000 infantes aguerridos e disciplinados, reforçados por 3:200 de cavallaria, contra 14:000 guerrilhas, destituidos de disciplina, de artilheria, de cavallos, e até mesmo de generaes que devidamente os commandassem, tendo por seu generalissimo um bispo de ne-

nhum valor, nem vocação militar, como foi D. Antonio José de Castro. Não é do nosso intento attenuar na mais pequena cousa a gloria do marechal Soult; mas o amor da verdade, que como historiador nos domina, e o desejo que tambem temos de que o passado sirva de lição para o futuro, nos levam a apresentar as cousas taes como as sentimos, sem querer privar do bom nome aquelle a quem justamente compete, nem ataviar com elle quem o não merece. Guiados por estas idéas, estamos convencidos que a tomada do Porto pelo marechal Soult em 29 de março de 1809 lhe não daria reputação de general consummado na opinião dos homens da sua profissão, quando por outros feitos de armas a não tivesse já adquirido, e confirmado igualmente pelos que depois praticou.

Pelo que pertence ao governador militar do Porto, o brigadeiro Parreiras, diremos que, sendo elle olhado pela sua conducta, como uma das causas do desastre d'aquella cidade, o marechal Beresford, tendo-o por incapaz ou negligente no pontual desempenho dos seus deveres em similhante cargo, particularmente desde 23 até ao citado dia 29 de março de 1809, o mandou metter em conselho de guerra. Os principaes capitulos da accusação que lhe fez eram estes: 1.º, não ter feito esforços sufficientes para reprimir a conducta tumultuaria do povo; 2.º, ter feito má distribuição da tropa, não obstante as representações que lhe fizeram os officiaes que foram ali mandados pelo marechal[1]; 3.º, não ter recebido como auctorisados os ditos officiaes em pontos de serviço, quando tinham sido nomeados para communicarem com elle

[1] Os capitulos apresentados em conselho de guerra contra Parreiras constam da ordem do dia de 7 de março de 1810, d'onde textualmente para aqui os trasladâmos. Os officiaes mandados por Beresford para o Porto, e que o governador Parreiras não quiz escutar, eram inglezes, e estes constituiram lá todo o exercito britannico que estava na cidade, e não arrojado de Braga, como diz Saint Preuve (o biographo de Soult), mas enviado de Lisboa. O exercito inglez que depois da partida de sir John Moore para a Hespanha ficára em Portugal era apenas o de sir John Cradock, na força de 10:800 homens, incluindo os doentes, como já atrás se viu, e do qual porção alguma se destacou para o Porto no mez de março, nem era possivel destacar-se.

a este respeito; 4.°, não ter publicado que sua alteza real havia nomeado a elle marechal commandante em chefe do exercito portuguez, não obstante haverem-lhe pedido isto os sobreditos officiaes; 5.°, não ter tomado medidas de segurança, faltando a postar guardas avançadas, a formar uma reserva e a mandar fazer parapeitos nas baterias que os precisavam, permittindo assim que o inimigo se approximasse *sem resistencia*, e facilitando por este meio a tomada da cidade; e 6.°, finalmente ter abandonado o seu posto no dia 29 de março, antes de haver completa necessidade, não fazendo esforço algum para animar a tropa e o povo, e não ter tomado medidas para reunir os que fugiam. Só á vista do processo se poderia decidir com inteira justiça, se tão graves culpas n'elle se provaram, ou não, o que parece se não provou, uma vez que Parreiras foi absolvido. Entretanto cousas ha notaveis que não podem passar sem exame n'este julgamento do brigadeiro Parreiras. Bem sabido é que Beresford costumava em seguimento á ordem do dia publicar na integra as sentenças dos conselhos de guerra, quer absolvessem, quer condemnassem os individuos a que elles respondiam. Esta regra falhou porém em Parreiras, o que com relação ao marechal, homem de tão severa conducta, independente e perseverante, não póde deixar de ter significação. Isto é tanto mais para notar, quanto que elle não concordou com os juizes do réu, manifestando bem pronunciadamente a sua opinião nos seguintes termos, aliás tão expressivos, quanto energicos: «O conselho o deu (a elle brigadeiro Parreiras), por plenamente justificado, e não manda o sr. marechal publicar a sentença em toda a sua extensão, porque *contém cousas estranhas;* porém observa o sr. marechal, que este conselho, como muitos outros, se occupou mais em julgar as pessoas que depozeram que o accusado, procedimento que o mesmo senhor desapprova, e manda ajuntar a referida confirmação, dada á sentença do conselho de guerra. *Confirmação*. Confirmo a sentença do conselho de guerra, que absolveu o brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras; *porém não approvo a sua conducta militar no tempo do seu interino governo das armas*

do partido do Porto, principalmente desde o dia 23 de março até 29 d'este mez, em que as tropas francezas invadiram esta cidade, sem comtudo deixar de reconhecer os seus bons serviços e intenções com que se houve no tempo do seu commando. Quartel general em Thomar, 23 de dezembro de 1810. = (Assignado.) *W. C. Beresford.*» A publicação d'esta sentença era altamente reclamada pelas conveniencias publicas. Por ella se podia adequadamente julgar da imparcialidade e rectidão dos juizes, bem como do acerto da censura, que tão pesada e forte o marechal fizera á face do exercito, tanto a um official general, a quem os seus legitimos juizes acabavam de declarar innocente, como a esses mesmos juizes. É portanto fóra de duvida que alguma cousa grave levou o marechal Beresford a fazer uma excepção para com a sentença de Parreiras, não a publicando nas ordens do dia, como era do seu costume. A allegação das *cousas estranhas* que na referida sentença se continham revela-nos um mysterio, que se julgou conveniente não descobrir, mysterio que trataremos de investigar.

Bem sabido é que apenas chegou ao Porto a noticia da nova invasão dos francezes em Portugal, o bispo d'aquella diocese, D. Antonio José de Castro, fez de prompto convocar a junta provisoria, que em 18 de junho do anno anterior se installára. Este governo, viciado na sua essencia pela malefica influencia que n'elle exercia aquelle ambicioso prelado, recorreu, como no anno anterior tinha feito, ao armamento da turba multa do povo, medida com que desde então a plebe ficou apta para toda a especie de crime, que a sua desvairada imaginação lhe phantasiasse, como medida de segurança e salvação publica. Por meio do armamento da plebe, que era o mais seguro apoio do bispo, pôde elle arrogar-se a suprema direcção de todos os ramos da publica administração, auctoridade que supposto illegitima, ninguem todavia se atrevia a contestar-lhe, e muito menos o brigadeiro Parreiras, que com elle se não queria indispor, já pela sua omnipotencia no Porto, e já pelo caracter que tinha de ser em Lisboa um dos governadores do reino, logar em que tambem de futuro podia prejudi-

car altamente os que lhe contrariássem a sua ambição de governo. Entre esta louca ambição figurava tambem a de assumir o caracter de general em chefe, como cabalmente provou em 1808, oppondo-se á definitiva installação da junta militar, que a par da provisoria se elegêra igualmente no Porto durante aquelle anno. Foi provavelmente por causa d'esta sua ambição que Parreiras se não atreveu a dar o marechal Beresford como commandante em chefe do exercito portuguez, ou a não o reconhecer como tal, poisque só n'esta qualidade reconhecia o bispo. Effectivamente diversos escriptores estrangeiros e mesmo nacionaes[1] olham este prelado como sendo o verdadeiro governador militar d'aquella cidade, e que como tal se collocou na bateria de S. Francisco até ao anoitecer de 28 de março, e de ser á sua approvação que se submettiam os differentes planos e ordens militares que se tinham a dar. É portanto de crer que o brigadeiro Parreiras no conselho a

[1] José Liberato no *Campeão portuguez* em Londres, tomo III, pag. 397, ainda em 1822 escrevia: «Não fallarei da celebre defeza do Porto, dirigida pelo seu bispo...» A mania que este prelado tinha de se constituir general já desde junho de 1808 o perseguia terrivelmente, pelo que acima se diz. José de Mello Pereira Correia Coelho disse por aquelle tempo n'uma sua proclamação aos cidadãos do Porto o seguinte: «Temos, fieis companheiros meus, o excellentissimo *santo pastor*, o sr. D. Antonio José de Castro, que nos guia como bispo. Com a sacrosanta cruz em uma mão, *e como general em chefe com a espada na outra nos manda:* sigamo-lo!» Poisque n'aquella data (29 ou 30 de junho de 1808) Bernardim Freire já se achava restituido ao seu cargo de governador das armas do partido do Porto, aquellas palavras de José de Mello não exprimem só adulação, mas exprimem tambem uma verdade. Bernardim Freire só mais tarde obteve o effectivo mando em chefe do exercito sobre Lisboa; mas esta nomeação provavelmente não destruiu o supremo commando em chefe do tal *santo pastor*, o qual foi seguramente uma das causas por que o mesmo Bernardim Freire não marchou tambem com sir Arthur Wellesley para a Roliça e Vimeiro, nas vistas de defender Coimbra de Loison, segundo as insinuações que lhe foram do Porto, e foi, como é bem de crer, por causa do bispo se arrogar já por então a suprema direcção dos negocios militares, que proveiu a desintelligencia em que por fim se achava com o mesmo Bernardim Freire, podendo muito bem succeder que este fosse um dos motivos do desastrado fim que teve este general na capital do Minho.

que respondeu se desse por innocente dos crimes que lhe imputavam, allegando que a responsabilidade da defeza do Porto não devia recaír sobre elle, mas sobre o bispo, D. Antonio José de Castro, a quem elle não podia deixar de obedecer como seu subordinado, presentes, como forçosamente havia de ter, os graves damnos por que no anno anterior tinham passado, por pouco obedientes ao referido bispo, o tenente coronel Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, e o capitão João Manuel de Mariz, aliás condemnados á morte, de que por milagre escaparam. De rasão era pois que sobre aquelle prelado fizesse Parreiras recaír a culpa dos seus proprios erros. Tambem é provavel que as testemunhas da accusação, temendo a ira do mesmo furibundo prelado, ou vendo as cousas como ellas militarmente deviam ser, o poupassem quanto podessem, e que os juizes tentassem achar contradicções nos depoimentos, para que, desconceituando-os, podessem a final absolver. Póde portanto crer-se que fosse este o irregular procedimento do conselho, o que dera logar á censura do marechal, quando disse *occupou-se mais em julgar as testemunhas do que o accusado*. É igualmente de crer que Beresford, apesar de saber que D. Antonio José de Castro fôra um dos promotores da não resistencia do Porto, em rasão das suas medidas, receiasse comtudo desconceituar o governo na pessoa de um dos seus mais influentes membros, e a quem elle marechal servia, ou, mais exactamente fallando, a quem elle dominava; e finalmente é tambem de crer que o commandante em chefe do exercito, ainda confirmando a sentença, talvez que para desde logo abafar este negocio, quizesse sustentar o seu caracter militar, estigmatisando altamente o indigno comportamento do ex-governador interino do Porto, que em vez de cumprir com os deveres do seu cargo e profissão, se limitára ao indecente papel de ajudante de ordens de um bispo, arvorado por arbitrio proprio em seu generalissimo. São effectivamente conjecturas o que temos dito sobre o mysterio que obrigou o marechal Beresford a não publicar a sentença do conselho de guerra a que respondeu o brigadeiro Parreiras; mas são conjecturas que, casando-se perfei-

tamente bem com os factos occorridos, e o que pelos escriptores coevos nos tem sido transmittido, tornam muito provaveis as asserções que por meio d'ellas temos feito.

Para confirmação do que fica dito iremos pois buscar á obra de um nosso contemporaneo o seguinte trecho[1]: «Cidadãos do Porto, que presencearam o doloroso espectaculo da tomada d'aquella cidade pelo marechal Soult, foram os proprios que testemunharam que na noite de 28 para 29 de março se trasladára D. Antonio do seu respectivo palacio para o convento da Serra do Pilar, aonde por certo não dormiu no seguinte dia. Este facto prova-nos que o reverendo prelado, em vez de animar as turbas, exprobrar-lhes as violencias por ellas commettidas, os morticinios da vespera, e a cobardia que mostravam, quando á face do inimigo; em vez de as conduzir ás trincheiras e lhes dar o exemplo, expondo-se elle mesmo, como o primaz D. Lourenço no dia de Aljubarrota, a receber o seu gilvaz em defeza da independencia nacional, mesmo para com o seu sangue lavar as nodoas do torpe servilismo com que sem necessidade ante o imperador dos francezes maculára as vestes episcopaes, depois de esterilisar a mesquinha capacidade militar de Parreiras, apressou-se a transpor o Douro, e esconder nas abobadas d'aquella casa conventual a sua pusillanimidade, inepcia e vaidade. Assim nos quiz elle provar que a sua valentia como soldado era igual á sua capacidade estrategica como general. Ninguem estranharia que o valor e outras qualidades indispensaveis para um militar faltassem n'um frade; mas quando esse frade, posta de lado a austeridade da sua profissão monastica, se entremettia tão acaloradamente nas cousas do mundo, e surgia d'entre os mortos, para com tanta ousadia dominar os vivos; quando esse frade, inchado pela presumpção de tão flagrante contradicção com a humildade da regra que professára em Laveiras, queria ostentar fumaças de capitão, tinha

[1] A obra a que nos referimos é o já citado artigo de João Antonio de Carvalho e Oliveira, que tem por titulo: *Um capitulo da historia contemporanea, ou a entrada do marechal Soult no Porto em 1809.*

o paiz todo o direito para lhe exigir que sobre o roquete episcopal vestisse a cota de armas e cingisse a espada para a desembainhar em occasião opportuna, imitando assim aquelle prelado de Braga e tantos outros venerandos sacerdotes, a quem a nação portugueza nas diversas partes do orbe deveu bom quinhão das suas passadas glorias. Comtudo se o bispo do Porto não fazia grande cabedal, nem da sua reputação, nem da do paiz em que nascêra, al-demenos zelava os interesses materiaes, querendo ter parte activa na sua alta governança. A honra de general legou-a elle aos francezes; mas a caixa militar pôde leva-la comsigo. Do mal o menos, diz a regra». Quanto a Parreiras, deve saber-se que este apoucado general reunia á sua comprovada incapacidade uma deslocada presumpção, que o levava a rejeitar os conselhos das pessoas mais competentes do que elle e o seu director nas cousas da guerra. Não tendo estabelecido reserva alguma, ficou por este facto sem meios de acudir com promptidão aos pontos que corressem perigo na occasião do ataque. A julgar por tantos e tão crassos erros, como os commettidos por este general, poderá alguem suppor que elle nunca fosse militar. Para cumulo do seu grande descredito e em nada merecer louvores, nem ao menos deu provas de official brioso e ousado, cousas que de ordinario se encontram no ultimo dos soldados de fileira. Sem buscar conter o inimigo, nem lhe disputar um palmo de terreno, foi elle um dos primeiros que atravessaram o Douro do Porto para Villa Nova na occasião do perigo, ou quando este começava a despontar, como se prova pela citada ordem do dia de 7 de março, e provavelmente foi tambem elle o que em tão funestissima hora fez interromper as communicações do norte com o sul do rio, mandando, depois de o atravessar, erguer o funesto alçapão da ponte, com que tantas desgraças e mortes occasionou ao povo e mais defensores do Porto[1].

[1] De quem partisse ao certo a ordem para se levantar o alçapão da ponte não será hoje facil dize-lo; comtudo, emquanto se não mostrar o contrario, esta culpa deve pesar toda sobre o brigadeiro Parreiras, e sobre o bispo do Porto, D. Antonio José de Castro, e mais particularmente

Depois do que fica dito compete-nos examinar agora dois factos que terão sem duvida alguma fixado a attenção do leitor intelligente, o primeiro dos quaes é a crueldade que a classe baixa dos moradores do Porto, e geralmente de todo o paiz, desenvolveu contra os francezes e os portuguezes suspeitos de seus partidarios; o segundo é o grande terror de que os portuguezes por toda a parte se mostraram possuidos, abandonando casa e familia, para sómente se salvarem a si, quando impossibilitados de poderem tomar o passo aos exercitos francezes, proximos a entrarem nas suas respectivas povoações. Quanto ao primeiro, diremos que já diversos escriptores francezes têem com rasão censurado o encarniçado odio do povo portuguez contra as suas tropas, odio que o levou á perpetração dos horrorosos assassinios que n'aquella epocha de calamitosa e triste recordação tiveram logar em Braga, no Porto e outras mais terras do reino. Mas as censuras, quando descomedidas, degeneram em injurias, e como por outro lado é moda entre os estrangeiros fallarem, sem exame da verdade, desfavoravelmente de Portugal, o qual debaixo d'este ponto de vista, em vez de censuras, tem recebido ultrajes, parece-nos acertado mostrar que no meio dos seus desvarios e criminosos excessos, o baixo povo portuguez foi ainda assim mais comedido que o d'aquellas nações, que mais pelo seu poder e grandeza, do que por outro algum motivo, se arrogam o exclusivo de serem as primeiras civilisadas do mundo. Por vezes temos lido em escriptores francezes, que

sobre aquelle do que sobre este. Partisse porém d'onde partisse, certo é que similhante ordem denota um egoismo feroz e estupido; feroz, se para salvarem as suas insignificantissimas pessoas os dois citados transfugas não duvidaram comprometter toda uma cidade, tão cheia de população sua e adventicia; e estupida, por não reflectirem que similhante medida sómente seria fatal aos portuguezes. O inimigo teria em breve tempo restabelecido as antigas communicações com Villa Nova, como aconteceu, não obstante a artilheria que da Serra se disparava contra elle. Quem não foi capaz de defender a cidade, como seria capaz de defender a Serra? A prompta fuga que d'este ponto fizeram o referido bispo e Parreiras foi a contraprova da sua cobardia, manifestada nas linhas do Porto.

os portuguezes durante a guerra da peninsula se mostraram selvagens, pouco faltando para os darem como anthropophagos e canibaes. Mas de selvageria e barbaridade em muito maior grau se nos apresenta cheia a historia da França. Em primeiro logar diremos, quanto á morte de Bernardim Freire e á de Antonio de Lima Barreto, que é realmente para lamentar o fim que tiveram estes dois generaes, acabando tão miseravelmente ás mãos do povo. Mas desventuras maiores angustiaram por aquelle mesmo tempo os philanthropos hespanhoes, nossos vizinhos, com relação a muitos dos seus generaes e homens notaveis. Desde maio de 1808 que a Hespanha se viu abysmada n'um cataclysmo de sangue e de horrores. O general Antonio Filangieri (irmão de Caetano Filangieri, o celebre publicista napolitano), sendo capitão general da Galliza e por fim presidente da junta insurreccional estabelecida na Corunha, foi degolado em Villa Franca. Em Sevilha o conde de Aguila, depois de amarrado a uma balaustrada, morreu arcabuzado. Em Cadix expirou crivado de feridas o general D. Francisco Maria Solano, marquez do Soccorro, o mesmo que no tempo de Junot commandára as tropas hespanholas que invadiram o Alemtejo. Em Badajoz experimentou igual infortunio o conde da Torre del Fresno. O marquez de Perales, corregedor de Madrid, findou miseravelmente os seus dias n'um tumulto popular. Em Velez (Malaga) o corregedor e o sabio economista Portillo (que por ordem de Godoy trabalhava por introduzir na Andaluzia a cultura do algodão), achando-se homisiados n'um mosteiro da Cartuxa, foram pelos seus moradores traiçoeiramente entregues á multidão embriagada, que barbaramente os degolou. Ao honrado e intrepido D. João Benito, por premio dos seus serviços, enforcaram-no em uma arvore de Talavera, divertindo-se depois em espicaçar-lhe o cadaver durante as horas em que esteve pendurado. Em Valencia padeceu morte crua o barão de Albalat, um dos membros da junta; mas como o seu sangue ainda não fartasse o bando dos seus crueis assassinos, esse bando, instigado e dirigido pelo famigerado conego Calvo, assassinou mais de trezentos negociantes francezes, alem das mulheres

e filhos de muitos d'elles. Finalmente a sociedade não tardou em ser vingada d'este horroroso crime, porque o indigno sacerdote, por esforço de outro ecclesiastico, o franciscano Rico, foi preso, julgado, e logo estrangulado. Para cumulo de atrocidade o famoso sabio asturiano, D. Gaspar Melchior de Jovellanos, que na adolescencia dos seus vinte e um annos era já notado em Hespanha como jurisconsulto, historiador e antiquario, merecendo como poeta lyrico entrar como socio na academia real de Madrid, tambem a seu turno foi morto n'um tumulto popular, victimado pela falsa culpa de afrancezado. É portanto um facto que a populaça d'este malfadado paiz, apenas foram por ella sabidos na ultima decada de maio de 1808 os acontecimentos de Bayonna, alvorotou-se em continenti, tornando-se por toda a parte formidavel, não tanto contra os seus oppressores, como contra os seus mesmos compatriotas, cujo sangue abundantemente verteu, quando mais lhe convinha poupa-lo. Dos capitães generaes e governadores militares poucos lhe escaparam incolumes; mas alem d'esta, todas as mais classes e profissões sociaes contaram numerosos martyres.

Se depois dos actos crueis do povo hespanhol passarmos a examinar agora os do povo inglez, nem por isso o achâmos dotado de mais humanos sentimentos, postoque a nação ingleza se repute muito mais civilisada que a hespanhola e a portugueza. Para não irmos mais longe mendigar ao amago da revolução de Inglaterra os horrores que ella nos apresenta nas suas paginas de sangue, diremos que em 1780 a estupida e fanatica plebe de Londres, capitaneada pelo perverso lord Gordon, roubou, assassinou, soltou os criminosos, incendiou Newgate e outras mais cadeias, assim como um avultado numero de casas, pondo a capital da Gran-Bretanha no risco de perecer miseravelmente como Carthago. Em 1829 nos bairros de Londres em Spithfield, Manlesfield, Conventy, em todo o Yorkshire, e n'outras mais localidades a populaça destruiu tumultuariamente uma enorme massa de teares e machinas. Em 1831, por occasião do *bill da reforma*, a mesma populaça queimou ao duque de Newcastle o seu castello de Notting-

ham, e diversos outros *torys* viram igualmente as suas moradas incendiadas. O banco de Bristol foi assaltado e roubado com algumas casas mais. As vidraças do marquez de Bristol voaram aos ares, e as de lord Wellington duas vezes experimentaram a mesma sorte, não sendo este o unico, nem o peior insulto que n'aquella epocha soffreu o grande heroe da guerra da peninsula. N'aquelle mesmo anno foi numerosa a lista das pessoas contra as quaes se perpetraram escandalos, que o orgulho britannico não cessaria de lançar em rosto a outras nações, se por ellas fossem taes cousas praticadas. Mais actos iguaes a estes podiamos ainda acrescentar; mas o que fica dito é bastante para provar que a plebe ingleza não é mais civilisada que a hespanhola e a portugueza, nem dotada de mais humanos sentimentos, casos havendo de ter até mesmo apedrejado o seu proprio monarcha, com vistas de o assassinar, nada podendo comparar-se em brutalidade em qualquer outro paiz da Europa ao baixo povo inglez. Não entraremos nas causas que na Gran-Bretanha determinaram similhantes actos; mas diremos sómente que se elles não fazem culpa ao povo que os praticou, os que durante a guerra da peninsula se viram em Portugal muito menos a devem fazer ao povo portuguez, o qual no meio dos seus desvarios e crimes contra os francezes e os afrancezados era arrastado a estes actos contra homens, que dizendo-se civilisados, lhes roubaram os seus haveres, assassinaram seus paes, irmãos, maridos e filhos, deshonraram as suas familias, queimaram as suas habitações, exilaram para o Brazil a familia reinante, arruinaram o commercio e a agricultura do paiz, e exautorando o seu governo, erigiram um outro, geralmente composto de concussionarios e homens sem fortuna, nem moral. Eis-aqui pois as provas que da sua civilisação os francezes deixaram em Portugal, quando dos naturaes d'este reino não tinham ainda recebido a mais pequena offensa. Foram estes os rasgos de civilisação que d'elles recebemos durante as tres invasões dos seus exercitos, em paga de na primeira d'ellas os recebermos como amigos, de os vestirmos e calçarmos na sua nudez, de os nutrirmos e lhes pagarmos os soldos á custa dos cofres publicos.

Mas se d'estas passarmos agora ás scenas por elles praticadas dentro do seu proprio paiz, no periodo da sua memoravel revolução de 1789, abysma-se a imaginação de horror. Durante os annos decorridos de 1790 a 1795 a sua plebe (e nem só ella), apresentou uma fereza, immoralidade e perpetração tal de crimes, que escureceu tudo quanto de mais barbaro e atroz se encontra nos annaes da perversidade humana. Marat, Danton, Robespierre, Fouquier-Tainville, Collot-d'Herbois, Carrier e outros taes como estes serão sempre tidos como os mais famosos scelerados na historia de todos os povos do mundo. A posteridade os ha de sempre amaldiçoar com horror, particularmente vendo alguns d'elles honrados com o titulo de philosophos, e todos elles pertencentes ás classes illustradas! Os povos e os homens que assim procedem e que assim deshonram a especie humana, a philosophia e a illustração, seguramente não têem direito algum de chamarem aos outros, pela penna dos seus escriptores, povos semi-selvagens, sem que para elles reverta igualmente a injuria. E quando esses escriptores tal fazem, ou similhantes cousas escrevem, não os opprime o remorso de invectivarem os outros povos pela perpetração de cousas muito menos graves que as praticadas pelos seus proprios concidadãos? Desviemos porém os olhos de similhante quadro, na certeza de que, quanto a nós, condemnâmos realmente os excessos do povo portuguez para com os soldados francezes que lhe caíram nas mãos; mas esses seus excessos nada mais eram do que a represalia da conducta que esses mesmos soldados tinham tido anteriormente a seu respeito, e do pesado jugo estrangeiro que pela força e tyrannia lhe pretendiam impor, jugo que a toda e qualquer nação é sempre permittido sacudir. O que portanto d'aqui se infere é que o povo em toda a parte é povo, e que se o portuguez se desvairou n'aquelle calamitoso tempo contra os seus oppressores e os que a elles julgava addictos; se nas causas que para isto teve se lhe não dá desculpa, muito menos se deve dar ao povo inglez e francez, que lhe forneceu o exemplo para taes excessos, sendo aliás povos pertencentes ás nações que se arrogam o privilegio de serem as mais civi-

lisadas do mundo, sendo por conseguinte innegavel que a plebe em toda a parte é má, no meio das suas exaltações partidarias e de tumulto, tendo-o sido em Portugal menos do que na Inglaterra e na França.

Sabida assim a pessima conducta que os exercitos francezes tinham para com os portuguezes, não é para admirar o terror que d'estes se apossava, levando-os a fugir das suas casas e familias, arrastados pelo desejo da propria salvação, quando viam propinqua a entrada de qualquer porção de francezes nas suas respectivas povoações. Synonyma como essa entrada era do roubo e do incendio das suas proprias casas e searas, da pilhagem dos templos e das habitações, da deshonra das suas familias, e de mistura com isto da morte de muitas pessoas, similhante entrada forçosamente havia de ser temida, buscando todos evitar pela fuga o cumulo de tantas desgraças: estes actos, que se tinham tornado frequentes durante a invasão de Junot, postoque em parte fossem algumas vezes desculpaveis, como necessarios para a segurança das suas tropas, nem por isso deixavam de se tornar insupportaveis, temidos e detestados. De envolta com isto vinha tambem o sentimento da nacionalidade offendida, que sendo cousa tão prezada para os filhos da peninsula iberica, haviam os ataques contra ella dirigidos infinitamente exasperado o animo dos portuguezes, tanto como as violencias recebidas. Não só é possivel, mas até mesmo provavel que os inglezes buscassem algumas vezes exacerbar ainda mais os odios que todos aquelles actos haviam entre nós gerado contra os francezes, fazendo espalhar por entre a população, já bastante irritada, boatos exagerados, e talvez mesmo que calumniosos; mas estes boatos de que os francezes algumas vezes se queixaram, e que rigorosamente fallando se não podem levar a mal, por serem estratagemas de guerra, tão licitos como quaesquer outros em casos de hostilidades, nem por isso deixavam de ser cridos, á vista dos precedentes que todos tinham sentido e apalpado. Achâmos portanto legitimos quantos males os portuguezes faziam aos seus oppressores, fundados no mesmo direito com que estes os opprimiam, e todos de boamente

absolveriamos, a não virem de mistura com elles essas cruezas e barbaridades, que tanto deshonraram a illustração d'este seculo; mas para as quaes a França, que tudo nos ensina, era a propria que aos peninsulares tinha dado o mais lamentavel exemplo, tanto pelo que a sua plebe, capitaneada por homens distinctos, havia praticado no seu proprio paiz, como pelo que os seus soldados e generaes do seu exercito igualmente praticavam na Hespanha e Portugal, em harmonia com as instrucções que do proprio Napoleão tinham recebido, para que no caso do apparecimento de alguma insurreição tratassem uns e outros povos com o ultimo rigor, ou pela mesma fórma com que elle proprio tratára os do Cairo, Pavia e Verona. O resultado d'isto era portanto ver-se constantemente luzir na mão dos seus ditos generaes e soldados, os unicos ministros da sua palavra, o ferro exterminador, promptos constantemente a ferir os que indoceis e recalcitrantes se lhes mostravam. Rasão pois tinham os povos de Portugal em fugirem espavoridos dos seus lares com a approximação dos francezes; mas n'essa sua fuga contra elles levavam, reconcentrado no intimo do peito, um entranhavel odio que só a morte lhes podia apagar, e que tão funesto foi para os mesmos francezes, como a guerra da peninsula exuberantemente o comprova.

CAPITULO III

Emquanto o marechal Soult, depois de se assenhorear do Porto, consegue, pela sua bonomia para com os moradores d'aquella cidade, fazer um partido seu, destinado a pedi-lo a Napoleão para rei de Portugal, o marechal Beresford pensa pela sua parte em o expellir para fóra d'ella, no que não é apoiado por sir John Cradock, ao passo que o general Silveira, depois de se apoderar de Chaves, vem de lá para Amarante, onde por alguns dias impede aos francezes assenhorearem-se da respectiva ponte, o que por fim conseguiram. O coronel Trant pôde tambem pela sua parte fazer com que os mesmos francezes se não adiantassem para aquem do Vouga, empreza que o coronel Wilson pela sua parte favoreceu, embaraçando ao general Lapisse a sua entrada em Portugal. Quando a Hespanha se achava aterrada pela derrota do general Cuesta em Medelin, é quando sir Arthur Wellesley, nomeado commandante em chefe do exercito inglez na peninsula, desembarca em Lisboa, e auxiliado pelo marechal Beresford, marcha sobre o Porto, d'onde não só expelle Soult, mas ate o obriga a fugir precipitadamente de Portugal.

Assenhoreára-se o marechal Soult e juntamente com elle o seu exercito da cidade do Porto, a segunda de Portugal pela sua riqueza, commercio e industria, isto depois de todas as desgraças que no precedente capitulo ficam relatadas. Pela sua parte o bispo d'aquella diocese, D. Antonio José de Castro, tendo visto do alto da Serra do Pilar a entrada dos inimigos n'aquella cidade, e juntamente com similhante entrada a ruina total dos seus projectos de ambição, tendentes a apropriar-se do absoluto governo das provincias do norte, conseguiu embarcar-se n'um hiate da villa da Figueira e fugir de lá para Lisboa, onde chegou no dia 6 de abril, congraçando-se então, ou parecendo congraçar-se, com os seus collegas, os governadores do reino, fazendo com elles parte da regencia, assumindo tambem o cargo de patriarcha, para que tinha sido eleito pela côrte do Rio de Janeiro, por morte do anterior pa-

triarcha, D. José Francisco Miguel Antonio de Mendoça, fallecido a 12 de fevereiro de 1808. Por conseguinte batido e afugentado do Porto como o dito bispo foi pelo marechal Soult, este general estabeleceu na referida cidade uma boa e solida base de operações, que lhe proporcionava o começo de um systema regular de campanha. O fructo immediato da sua victoriosa marcha e occupação do Porto foi a tomada de um immenso armazem de polvora, e a posse de 196 peças de artilheria, achadas nas differentes baterias do Porto. Trinta navios inglezes (aos quaes o grande temporal, que houve nos dias que precederam e se seguiram á tomada da referida cidade, não tinha permittido saírem para fóra do Douro, onde estavam carregados de vinho e de muitas riquezas que n'elles se tinham embarcado), igualmente lhe caíram nas mãos, proporcionando-lhe avultados meios de manter a guerra. Na Galliza progredia então em larga escala a insurreição contra os francezes, e postoque a cidade de Tuy, occupada por estes, continuasse a resistir aos sitiantes, a de Vigo tinha-se rendido aos gallegos, que n'esta operação fizeram 1:300 prisioneiros. No dia 28 de março o marquez de la Romana achava-se em Ponferrada, e havendo-se-lhe reunido as tropas das Asturias, pôde elle por esta causa conseguir alguns successos de pequena monta. Da parte da Beira Alta o corpo francez de Lapisse, que no reino de Leão vagueava pela fronteira da Hespanha sobre a de Portugal, e cuja força se suppunha ser de 7:000 para 8:000 homens, não só ameaçava a Cidade Rodrigo, sem nada conseguir, mas até se approximava da raia portugueza, seguramente nas vistas de abrir uma communicação com o marechal Soult, cuja situação parecia ignorar, postoque soubesse as suas intenções, por serem de todos bem conhecidas, até pelos proprios boletins do seu exercito, onde se dizia que a occupação do Porto pelo referido marechal devia ter logar no mez de fevereiro. O mesmo Lapisse, mal succedido na sua tentativa sobre Cidade Rodrigo, dirigiu-se depois para Sam Felices e Barba de Porco, retirando-se outra vez para as partes de Salamanca. Pela sua parte o marechal Victor, que commandava o exercito francez sobre o Tejo, nas

vistas de ameaçar Portugal por aquelle lado e auxiliar assim as operações do marechal Soult, tendo reunido a si a maior força que pôde, entendeu por melhor desaffrontar-se de Cuesta, e com este intento passou a ponte do Arcebispo. Atacando depois as avançadas do general hespanhol, obrigou este a retirar-se em boa ordem para Medelim, e de lá mesmo para uma parte da serra Morena.

Pelo que respeita ás primeiras operações de Soult, depois que pessoalmente entrára no Porto na tarde de 29 de março, diremos que n'essa mesma tarde ordenou elle ao general Franceschi, que, apenas se restabelecesse a ponte, marchasse com a sua divisão a reconhecer o paiz pela estrada de Coimbra até ás margens do Vouga. Ao general Mermet ordenou igualmente que passasse á margem esquerda do Douro com o resto da sua divisão, indo-se estabelecer adiante de Villa Nova, para sustentar a cavallaria de Franceschi, que para aquella parte havia sido destacada. O general Lahoussaye foi mandado com uma brigada de cavallaria para Penafiel com o fim de esclarecer o terreno comprehendido entre a ribeira de Sousa e o rio Tamega. O general Lorges foi para Villa do Conde, situada na embocadura do rio Ave, e ali se estabeleceu. O general Heudelet teve ordem de continuar a permanecer em Braga, tratando de abrir a sua communicação com Tuy. Uma segunda brigada do general Lahoussaye aquartelou-se na retaguarda do Porto, ficando dentro da cidade a divisão Merle e a brigada Arnaud, da divisão de Delaborde. O general Franceschi chegou sem obstaculo algum á villa da Feira, e d'ali passou a Oliveira de Azemeis, esclarecendo effectivamente o paiz até ao Vouga. O regimento n.º 31 foi então posto em escalão, para ligar a communicação da cavallaria ligeira com as forças de Villa Nova. Por toda a parte o inimigo achou as povoações desertas. Os habitantes, retirando-se para os montes, d'elles desciam diariamente para perseguirem os francezes. Similhantes ataques não eram para estes de susto, mas provavam-lhes bem a crua guerra em que tinham de entrar com os portuguezes, que por este modo lhes fatigavam as tropas, e lhes matavam sempre alguma gente dispersa.

Com o tempo estes ajuntamentos tornaram-se cada vez maiores, mais bem ordenados, paralysando as operações de Franceschi, obrigando-o até mesmo a retrogradar, como adiante veremos. Mais feliz do que Franceschi foi o general Heudelet na provincia do Minho. Este general dirigiu-se de Braga para Barcellos, onde entrou no dia 5 de abril. No dia 6 fez a sua juncção com o general Lorges, com o qual marchou no dia 7 contra Ponte de Lima, andando por 2:000 homens a força de cada uma d'estas divisões. Os povos d'aquella villa e do seu termo, com duas unicas peças de campanha e sem soccorro algum de tropa, resolutos esperaram n'aquelle dia a força inimiga nos differentes pontos que tinham marcado fóra da mesma villa, fazendo-lhe emboscadas, em que lhe mataram alguma gente, entretendo por este modo os francezes desde o meio dia até quasi á noite. Finalmente cederam, entrando estes na villa ao tempo em que o marechal de campo, José Antonio Botelho de Sousa e Vasconcellos, chegava dos Arcos com 60 homens de infanteria e duas peças de artilheria.

Este general, não se julgando com bastante força para a peito descoberto se bater com o inimigo, determinou impedir-lhe a passagem da respectiva ponte, onde sustentou um aturado e renhido combate até ás duas horas da tarde do seguinte dia, tirando partido de tudo para fazer valer essa pouca força, que comsigo tinha. Aos seus soldados deu elle sempre um corajoso exemplo de decisão e valentia, arriscando-se aos perigos como qualquer d'elles. Caíndo-lhe uma bala perto, que o cobriu de terra, levantou-a do chão e a mostrou aos seus soldados, dizendo-lhes, para os animar, *que era de calibre 2, que d'aquellas não deviam elles ter medo*. Finalmente ás ditas duas horas da tarde mandou tocar á retirada, que effectivamente executou com todo o sangue frio e presença de espirito, havendo disposto as cousas por tal modo, que não só salvou a sua gente, mas igualmente mais de trinta carros, quarenta bestas de carga e tres peças de artilheria, cousas que todas foram depois servir no exercito do general Silveira: a sua retirada foi feita por Labruja, na intenção de defender a passagem da serra, ou de perseguir o inimigo pela

retaguarda, caso se dirigisse a Vianna. Um cabo, que depois passou a sargento de artilheria n.º 4, por nome Antonio José Lopes, ficára com uma peça na ponte, cobrindo com ella a retirada do general, auxiliado apenas por 25 fuzileiros; ali se demorou até ás quatro horas da tarde, disparando um vivo e continuado fogo, que aproveitou bem contra o inimigo, retirando-se por fim, quando soube que este ia passar um vau junto a Refoios, nas vistas de o metter entre dois fogos. O terror porém não o perturbou: enterrou a sua peça e reparos, de modo que o inimigo a não achou, e em menos de quinze dias estava esta em caminho de Amarante, onde foi prestar um excellente serviço na mão dos nossos artilheiros, debaixo das ordens do brigadeiro Silveira, a quem por fim se foram reunir as poucas forças que por si tinha o general Botelho. Foi assim que os francezes se assenhorearam de Ponte de Lima, onde quasi nenhuma gente encontraram, e a pouca que lá ficou foi barbara e cruamente por elles morta, compondo-se dos velhos, que não tinham podido fugir, e dos doentes do hospital, e por mais diligencias que fizeram nunca poderam conseguir ver uma só aucteridade ecclesiastica, militar ou civil. Ameaçaram estragar e incendiar tudo, se os povos se não recolhessem a suas casas, sujeitando-se ás suas arbitrarias ordens.

Não obstante as crueis ameaças do inimigo, os povos constantemente lhe corresponderam com o mais vivo fogo, quando a occasião lh'o permittia. Todas as proclamações dos francezes foram desprezadas e rasgadas, e os seus emissarios espancados e presos. N'este deploravel estado se conservou aquella villa e os seus arredores até á restauração do Porto e de toda a provincia, e só então é que os seus habitantes começaram a descer dos montes para as suas casas, a limpa-las das muitas immundicies de que estavam cheias, a acabar de sepultar os cadaveres dos seus concidadãos, assassinados dentro ou fóra dos muros, e a fazer fogueiras de alcatrão e outras mais substancias odoriferas, com o fim de purificar o ar das ruas, corrompido pela podridão, tornando a villa habitavel. Acharam-se faltas cem pessoas, se bem que em combate ape-

nas morreram dez. A perda dos francezes reputou-se muito avultada. O certo é que elles encontraram na villa de Ponte de Lima uma memoravel resistencia, recebendo um estrago como não esperavam, sendo os seus mesmos officiaes os que por toda a parte assim o confessavam: fallando enraivecidos da villa de Ponte de Lima, chamavam-lhe *Villa Velha,* tomada a qual se reputaram senhores de todo o Minho. No dia 10 de abril a praça de Valença abriu-lhe as portas, entrando n'ella o general Heudelet por capitulação, não concorrendo pouco para isto a indiscrição de se fazer passar para a margem direita do rio Minho a maior parte da guarnição da dita praça com o fim de ir bloquear Tuy, onde tinha ficado alguma tropa franceza. Despida pois da guarnição, como Valença ficou por similhante circumstancia, claro está que a sua posse foi muito mais facil para os francezes, que por meio d'ella ganharam uma prompta e commoda communicação com as forças que tinham na Galliza, e portanto com o interior da Hespanha. No dia 13 do dito mez de abril o general Maransin apoderou-se do forte da Insua, situado na embocadura do Minho, concordando a sua guarnição em abrir igualmente as portas aos francezes, attenta a impossibilidade de lhes poderem resistir. Caminha, Villa Nova da Cerveira e Vianna submetteram-se da mesma sorte, e por identidade de rasão, ao general Heudelet, que tinha o commando de todos aquelles districtos. Desde então os corpos de paizanos, que havia entre o Lima e o Cávado, nem por isso deixaram de se tornar cada vez mais hostis ao inimigo, auxiliando com os seus movimentos as operações que o general Silveira começava a delinear em Amarante contra os francezes, como adiante igualmente veremos.

Durante as operações militares, que assim íam tendo logar por parte dos francezes, o marechal Soult esmerava-se em reprimir no Porto as desordens e excessos que dentro d'ella tinham occasionado a sua approximação e entrada n'esta cidade, o assalto que para isso lhe tinha dado, e finalmente o saque que em consequencia d'estas cousas soffreu. Para conseguir o seu tão louvavel e philanthropico intento de pacificação,

empregou elle para com os portuenses a mais benevolente conducta, como já tinha praticado em Braga, esforçando-se em remediar, tanto quanto possivel lhe foi, não sómente os males que a sua propria soldadesca causára, mas até mesmo subordinando a plebe ás ordens da auctoridade, com que fez acabar os tumultos a que estava afeita. Por esta fórma se restabeleceu promptamente a tranquillidade, e tres ou quatro dias depois da desgraçada quarta feira de trevas, 29 de março de 1809, o Porto gosava de um socego tal, como desde mezes antes não desfructava, perturbada como esta cidade tinha estado desde junho do anno anterior, pelas insolencias de uma plebe indomita e desenfreada, que nos seus tresvarios era apoiada pelo seu ambicioso bispo. Soult fez restituir a seus donos o que ainda se pôde encontrar dos objectos roubados, respeitar as pessoas e as propriedades d'aquelles que tinham sobrevivido ás desgraças passadas, convidando os que tinham fugido a se recolherem novamente a suas casas. Em nome do imperador Napoleão nomeou para os empregos vagos as pessoas que para elles julgou capazes. Nenhuma contribuição nova impoz ao povo, e pela firmeza da sua conducta em domar a licença das suas mesmas tropas, bem como pelo emprego de uma administração economica e esclarecida, achou nos meios que pertenciam ao estado sufficientes recursos, não só para manter o seu exercito, mas até mesmo para soccorrer aquelles dos habitantes do Porto, que mais tinham experimentado os males da invasão. Por meio d'esta sabia politica Soult teve a habilidade de transformar em seu favor a opinião de muitos dos portuenses, que até ali lhe eram inteiramente contrarios. No Porto, assim como na provincia d'entre Douro e Minho, recebêra-se com muito maus olhos a noticia da fuga da familia real para o Brazil, e com tanta mais rasão, com quanta os mais severos censores viam que por tal meio se ia constituir Portugal em colonia da sua antiga colonia. Esta idéa, degradante aliás para elles no mais alto grau, levou muitos dos portuenses a preferirem o jugo francez ao de um principe, que, cuidando sómente de si, os abandonára miseravelmente e á sua antiga patria, para a reduzir a depender

em tudo do Brazil: era esta a sua opinião, sem fazerem caso dos plausiveis motivos que justificavam similhante passo. Esta foi pois a rasão por que no Porto e no Minho começou a apparecer um partido de opposição ao governo da casa de Bragança. Das doutrinas d'este partido se constituiu orgão um periodico com o titulo de *Diario do Porto*, em formato de quarto de folha ordinaria, como então era o da *Gazeta*, e d'elle se imprimiram cinco numeros e tres supplementos, começando em 5 de abril e acabando em 6 de maio.

Vendido como o referido periodico se mostrou desde logo aos interesses de Soult, eis-aqui como em supplemento ao seu n.º 2 o seu redactor se exprimia, com relação ao marechal, dispondo os animos para o pedirem a Napoleão como rei: «Este paiz tão bello, e tão favorecido pela natureza, dizia elle, parecia no passado governo tocado da paralysia; mas, graças aos céus, que se lhe prepara um novo futuro, que os bons conhecedores já tinham de antemão entrevisto! Nada terá o principe que dizer sobre a nossa fidelidade; nós lh'a guardámos emquanto existiu entre nós; mas uma vez que nos deixou, uma vez que desdenhou lançar mão das redeas do governo, que largára quando as circumstancias lh'o permittiam, renunciou todos os seus direitos, e nada é já para os portuguezes, que deixou ao desamparo. Em uma palavra a casa de Bragança já não existe; aprouve aos céus que os nossos destinos passassem a outras mãos, e foi particular predilecção da Divina Providencia, que impera sobre o universo, o ter-nos enviado um homem isento de paixões, e que só tem a da verdadeira gloria; que se não quer servir da força, que o grande Napoleão lhe confiou, senão para nos proteger e livrar-nos do monstro da anarchia, que ameaçava devorar-nos. As palavras que elle nos dirigiu, e as promessas que nos fez[1], desde que entrou n'esta cidade, tudo se tem cumprido á risca, muito mais do que o poderiamos esperar, e do que as circumstancias pareciam promette-lo: porque

[1] Estas palavras e promessas são as contidas na proclamação de Soult, que constitue o documento n.º 60-B.

tardâmos pois a congregar-nos ao redor d'elle, a proclama-lo nosso pae e nosso libertador? Porque tardâmos a exprimir o nosso desejo de o vermos á testa de uma nação, cujo affecto soube tão rapidamente conquistar? O soberano da França prestará ouvidos aos nossos clamores, e se lisongeará de ver que desejâmos para nosso rei um logar-tenente seu, e ao mesmo tempo um grande general, que a seu exemplo soube vencer e perdoar. Seja pois esta grande e interessante comarca, já que tem experimentado os effeitos da sua clemencia, e a quem elle tem prodigalisado os seus beneficios, seja uma das primeiras, que se glorifique de o reconhecer e de lhe offerecer os seus braços, os seus bens e o seu patrimonio todo.»

Não contente ainda com os grandes elogios, que assim prodigalisavam a Soult os que a elle se achavam votados, chegaram até a lisongea-lo, manifestando-lhe que se dariam por felizes, se Napoleão lhes desse um principe francez para os governar, á vista do que lhe pediam o seu consentimento e protecção a favor de uma supplica, que n'este mesmo sentido lhe queriam dirigir. Eis-aqui como sobre este ponto se exprimia o n.° 4 do citado *Diario do Porto*, dizendo: «Hontem (25 de abril) pelo meio dia chegou a esta cidade uma deputação de Braga, composta de trinta e seis membros das tres ordens, clero, nobreza e povo, e á sua testa o corregedor com os vereadores da camara e os deputados da relação ecclesiastica d'aquelle arcebispado, e se apresentaram no palacio de s. ex.ª o sr. marechal, duque de Dalmacia, e governador d'estes reinos, em nome de sua magestade imperial e real, o grande Napoleão. Os ajudantes de campo de s. ex.ª a receberam e conduziram perante elle, e ahi manifestou a deputação as intenções e desejos unanimes e livres de todos os povos da comarca de Braga, que ella tinha a honra de representar, e que se reduziam: 1.°, a que aquelles povos tinham o throno por vago, e d'elle decaída a casa de Bragança; 2.°, que supplicavam por isso a sua magestade, o imperador e rei, se dignasse nomear um principe da sua casa, ou qualquer outro da sua escolha para occupar aquelle throno, para reger os povos e reinar em Portugal, ao qual de antemão, e desde já,

promettiam e juravam respeito, fidelidade, obediencia e vassallagem». O marechal respondeu a esta supplica tão benignamente como bem se póde antever, e de um modo analogo ao que se lhe pedia, isto é, aceitando os votos de obediencia e vassallagem dos supplicantes, e que não tardaria a apresenta-los aos pés do throno de sua magestade. No dia 26 de abril todas as auctoridades civis, o clero, os deputados de cada uma das religiões, a nobreza, cidadãos, corporações judiciaes e militares da cidade do Porto se apresentaram igualmente no palacio do duque de Dalmacia pela hora do meio dia, acompanhados de uma guarda de honra dos caçadores volantes do regimento n.° 4, sendo esta guarda precedida de uma banda de musica militar. Todos os individuos, que formavam esta grande deputação, foram igualmente manifestar ao duque o unanime desejo dos seus concidadãos, em tudo absolutamente o mesmo, que a deputação da cidade de Braga tinha no dia antecedente expressado com tanta solemnidade, esperando-se que este exemplo seria igualmente seguido pelas villas de Barcellos, Vianna, Villa do Conde, Guimarães, Figueira, e de todas as mais em que se estavam recolhendo por assignatura os votos dos seus habitantes, no mesmo sentido dos de Braga e Porto.

Os officiaes do estado maior general tinham vindo á casa do conselho para acompanharem a grande deputação dos habitantes do Porto, a qual já era esperada pelos ajudantes de ordens do marechal Soult no palacio da sua residencia, onde foi introduzida por Quesnel, general de divisão arvorado em governador militar do Porto e da provincia do Minho. Foi o corregedor da comarca, quem em nome dos moradores da cidade pronunciou um discurso, affirmando que toda a população do districto jurava fidelidade e obediencia ao marechal, duque de Dalmacia, que tantos titulos havia já adquirido ao amor, ao respeito e ao agradecimento da nação portugueza, que o promettia sustentar e auxiliar por todos os meios ao seu alcance, para completar a grande obra da regeneração do reino. Pronunciado este discurso, o mesmo corregedor apresentou ao marechal o auto em que se continha a decla-

ração dos moradores, que se dizia firmado com milhares de assignaturas. Ao aceita-lo, Soult disse o mesmo que tinha já dito á deputação de Braga, acrescentando-lhe as seductoras promessas das grandes fortunas, que elle, em nome do imperador seu amo, havia de trazer a Portugal. Contraria a similhantes tramas se mostrou dentro em poucos dias a mesma cidade do Porto, quando, dominada por sentimentos iguaes aos de toda a nação portugueza, não hesitou em com ella correr igualmente ás armas para a expulsão dos francezes para fóra do paiz, sendo promptamente queimados todos estes autos de pronunciamento, a respeito dos quaes os governadores do reino mandaram depois devassar, dizendo por fim que muito poucas pessoas tinham n'isto sido compromettidas. Todavia é de crer que os promotores de similhantes supplicas arranjassem para ellas muitas assignaturas, pela vantagem que lhes dava o augmento dos compromettidos; mas antevê-se que a politica do governo foi em tal caso diminuir a importancia d'este negocio, cujo enredo se não póde hoje seguramente sondar com bom exito até á clareza e verdade. Foi sobre isto que se fundou o boato geralmente acreditado, mesmo entre os officiaes de Soult, que elle aspirava á corôa de Portugal. Effectivamente estes actos infundem vehementes suspeitas de similhantes aspirações; mas a maneira por que Napoleão tratou este negocio não as confirma, fazendo conhecer ao seu logar-tenente que este boato lhe tinha chegado aos ouvidos, a respeito do qual lhe disse; *mas eu não me lembro senão de Austerlitz*[1]*:* o resultado de tudo isto foi dar ao duque de Dalmacia poderes ainda mais amplos do que d'antes tinha. O certo é que a boa politica do marechal Soult não só deu logar ao estabelecimento da melhor harmonia entre os soldados francezes e os paizanos portuguezes, mas até mesmo ao augmento da influencia do partido descontente, que era seguramente o que tinha por fim o estabelecimento do governo parlamentar em Portugal.

De reforço a esta opinião iremos buscar mais o apoio, que

[1] Soult tinha-se distinguido muito n'esta batalha.

para isto nos presta um curioso folheto, que tanto, ou mais expressivo que o *Diario do Porto* se imprimiu tambem n'aquella cidade durante o dominio de Soult, tendo por titulo *Desengano proveitoso, que um amigo da patria se propõe dar aos seus concidadãos*. Este folheto era igualmente destinado á apologia de Soult, e a desvanecer-lhe as pretensões que se lhe suppunham, de ser rei de Portugal. No referido folheto se acham tambem de mistura algumas investidas contra os inglezes, aos quaes se deviam attribuir, segundo a affirmativa do seu redactor, os infortunios que desde tanto tempo desolavam Portugal. «A Inglaterra, dizia elle, trabalhou sempre por nos tirar o oiro do Brazil, esforçando-se por persuadir o gabinete de Lisboa, que um povo que tem minas de oiro não deve cuidar em agricultura, nem em industria. Sua alteza, o principe do Brazil, illudido pelas suggestões do gabinete de S. James, chegou a intimidar-se, suppondo dirigidas contra a sua pessoa as armas da França, que só se dirigiam a manter a honra e a independencia do throno, pelo que teve a fraqueza de abandonar os seus vassallos. levando marinha, thesouros e todo o precioso que pôde, deixando-nos na cruel situação do mais deploravel desamparo. Que principe!... Que conselheiros!... Chegou o dia em que quatro soldados, ou quatro homens, que nada têem que perder, levantaram a voz, proclamando principe de Portugal um principe, que só o queria ser dos estados do Brazil, e o povo, sempre amigo de facções, sempre prompto a ter parte no que faz estrondo, encorporou-se aos insurgentes. Então se tratou de restaurar a côrte, pensando-se loucamente, que vencido Junot com o seu exercito, poderiamos julgar-nos seguros do poder da França[1]. Alguns, a quem o exemplo de Napoles e

[1] Todos os homens judiciosos com quem fallei reprovaram a revolução dos portuguezes, porque anteviam as desgraças que depois vieram. Não basta, diziam elles, desfazer-nos do exercito, que agora occupa Portugal; é necessario podermos impedir que entrem novas tropas: ora se a Hespanha succumbe, como é provavel, quem nos defenderá? O prognostico verifica-se; mas o povo, que acreditára as prophecias do Bandarra, não quer ouvir os conselhos da prudencia. *(Nota do redactor do folheto.)*

da Suecia não ensinára, pozeram os olhos na Inglaterra, contando que seriamos sempre victoriosos das armas francezas, tendo em nosso soccorro as dos inglezes. Os factos demonstram que estava traçado no gabinete de S. James reduzir Portugal a uma colonia, se até então *escrava*, como tendes visto, *ao depois tyrannisada pelo orgulho, que caracterisa os descendentes dos bretões*. Com effeito as tropas inglezas eram nossas alliadas, e seus generaes tiveram o despejo de arrogar a si o commando supremo do exercito combinado, sem attenção alguma aos nossos generaes, e sem respeito ás ordens do governo que então havia. Vieram auxiliar-nos; vieram obrar de concerto com as nossas armas, e *Wellesley* dispoz por si só o plano do ataque, *e até lhe recusou o pão, que sobejando no seu campo, faltava havia dois dias aos nossos soldados*. Dada a batalha do Vimeiro, consultou-se acaso a honra e o decoro da nação auxiliada? Pediu-se o voto dos nossos generaes? Esperou-se a necessaria approvação do governo? Estipularam-se artigos compativeis com os nossos interesses? Famosa capitulação de Cintra, tu serás sempre o vituperio das armas inglezas, e a prova mais incontestavel da perfidia d'aquella nação ingrata [1]!...»

«Tal é, ó portuguezes, em resumido quadro a conducta da Inglaterra para com os seus alliados. É esta a nossa *amiga*, e é a ella que devemos o restabelecimento d'aquelle cobarde e inepto governo, que, fraco em sua origem, offendeu depois altamente a nação inteira, roubando metade do solo aos defensores da patria, e decretando com escandalo universal a extincção de muita tropa, que se tinha organisado, d'aquelle

[1] Não nos consta que o governo inglez desse ainda a mais leve satisfação pelo escandaloso e detestavel procedimento dos seus generaes na campanha de Portugal. Ora, sendo certo que *qui tacet consentire videtur*, julguem os meus leitores se sou encarecido no que tenho escripto, no tocante ao governo inglez. Quando os seus generaes mandaram arvorar a bandeira ingleza no castello de S. Jorge e outros sitios, o povo de Lisboa murmurou, queixou-se, e a bandeira foi arreada, dizendo-se que um descuido a fizera içar. Que descuido em homens que se jactam de espertos? *Risum teneatis, amici? (Nota do redactor do folheto.)*

governo composto de fidalgos, que aprenderam a politica entre os divertimentos do jogo e da caça; d'aquelle governo que sempre dormiu sobre os assumptos mais sagrados da causa publica; d'aquelle governo que nunca se occupou de manter a independencia da nação, e que tão graves crimes perpetrou, que mereceu o odio e a execração de todos os portuguezes. Ah! Eu sou testemunha das lagrimas que vertestes, quando em setembro proximo passado se vos disse que a regencia fôra restaurada pelo orgulhoso despotismo dos inglezes. Querendo conquistar-nos, recorreram a estabelecer um governo de estupidos, sem energia, sem talentos e sem patriotismo; em uma palavra uma collecção de automatos, que executassem mechanicos movimentos, á vontade das impressões inglezas; era um governo de fidalgos[1]! Desenganemo-nos: annos havia em que no parlamento inglez fôra assentado mover o principe regente a transportar-se aos seus estados do Brazil, para estabelecer a nova capital no Rio de Janeiro, e que quando sua alteza real se recusasse a esta proposição, devia o governo inglez mandar ás costas do Brazil uma grande expedição, que atacasse em differentes pontos os dominios ultramarinos do seu alliado[2]. Que homens!... Que lealdade!... Já o exercito de Junot não pisava o territorio portuguez, já se não podia pretextar que Portugal era um paiz de conquista,

[1] Os fidalgos são homens como os outros; mas de ordinario quando a sua nobreza tem origem de um tronco annoso, os fructos que produzem são pêcos e mal sazonados. A nobreza é um premio: o premio suppõe talentos e serviços. Ora é uma verdade incontestavel, que a necessidade é o principio activo, que desenvolve os nossos talentos, e como os fidalgos exprimem mui poucas necessidades, é por isso que os seus talentos costumam ser de uma esphera muito ordinaria. Os grandes da regeneradora França não estão n'este caso, porque todos devem os seus titulos e a sua grandeza a seus serviços relevantes. Graças ás luzes do imperador philosopho! *(Nota do redactor do folheto.)*

[2] Quem quizer capacitar-se da verdade da minha asserção leia um discurso do celebre Pitt, que se traduziu em Lisboa, e corre em nossa linguagem. Pelo não ter agora á mão é que não declaro por inteiro o titulo d'esta tão extraordinaria, como revoltante dissertação. *(Nota do redactor do folheto.)*

e todavia a Inglaterra ainda detem nos seus portos uma multidão de navios portuguezes, apresados desde 1807. Os commerciantes de Lisboa e do Porto reclamam as suas fazendas, embargadas e entregues á disposição de corruptos commissarios; fazem as mais justas representações ao ministerio britannico, e os navios apodrecem ancorados, e as fazendas umas damnificam-se, outras são roubadas, e nenhumas remettidas aos seus donos, por ser tudo pouco para despezas de processos e conservação de cousas que nunca se hão de receber[1].

«Fallemos agora em relação a sua alteza: partindo do reino em fim de novembro de 1807, nunca deu provas de se lembrar dos seus antigos vassallos. São passados dezesete mezes, e nunca se lembrou de mandar um brigue ás costas de Portugal, que nos trouxesse novas da sua pessoa. No mez de agosto de 1808 partiu da barra do Porto um navio com direcção ao Rio de Janeiro, para noticiar a sua alteza os successos d'aquelle tempo: mandava-se-lhe dizer que os seus vassallos estavam expondo as suas vidas para lhe restaurar o throno, que se tinham pedido soccorros á Inglaterra, e que sua alteza não devia esquecer-se de um povo que o amava, conseguintemente que nos mandasse quanto antes dinheiro e viveres, porque de tudo careciamos para o bom exito da empreza em que sua alteza real era o mais interessado. E que resposta veiu a isto? Entrou algum comboio nos portos? Que digo eu, veiu um só navio, que nos trouxesse noticias do Rio de Janeiro? Todavia ricas frotas navegam do Brazil para In-

[1] Os inglezes bem conheciam que os vassallos portuguezes não eram culpados pela entrada do exercito francez em Portugal; logo não tinham direito a reter os nossos navios. Fazer o que fizeram foi quererem aleivosamente destruir o commercio e a navegação portugueza, como vão conseguindo, e têem já conseguido. E se um tal procedimento foi escandaloso pelo tempo que o duque de Abrantes esteve em Lisboa, que será depois que este general passou a França? Porque não permitte a volta dos navios portuguezes? Onde está o direito com que os faz demorar, a despeito das mais vivas representações?... Considere-se bem, e acharse-ha que a rasão d'isto só póde existir no barbaro codigo dos argelinos. *(Nota do redactor do folheto.)*

glaterra, levando para ali a riqueza e a abundancia, e passando defronte das nossas costas, não deitam em terra uma saca de arroz ou caixa de assucar. Oh! desamor! Oh! ingratidão de um principe! D'aqui é licito concluir que sua alteza renunciou espontaneamente o direito á corôa de Portugal. Existe logo em vagatura o throno portuguez, porque a regencia, que erigíra o principe antes de partir, é um governo fanatico, illegal e nullo. As leis fundamentaes da monarchia não permittem que o principe traspasse a corôa a sujeito da sua amisade. Se o principe legitimo existe, governe elle; se não existe, *a corôa cae de novo na mão dos povos, que sós a podem dar a varões prestantes. Em toda a parte a soberania não é patrimonio particular dos principes, mas um deposito sagrado que se lhes confiou para promoverem, e não para arruinarem a fortuna publica.* É logo nullo por sua natureza o governo da regencia. Estamos por consequencia nas circumstancias de eleger um chefe que nos governe.

«Oh! e com que pressurosa anciedade devemos occuparnos do complemento d'esta grande obra! Portugal precipitouse nos abysmos da anarchia. Trazei á memoria o que vistes e ouvistes nos dias que precederam a chegada do marechal duque de Dalmacia. Quem assassinou o general Bernardim Freire[1]? Quem assassinou os seus ajudantes de ordens? Quem tirou a vida a um capitão da leal legião lusitana[2]? Quem arrastou pelas praças publicas os cadaveres ensanguentados de João da Cunha e Luiz de Oliveira[3]? Quem fu-

[1] O general Bernardim Freire foi fuzilado em Braga pela populaça, por conhecer que não podia resistir ao exercito imperial, e os seus ajudantes tiveram a mesma sorte, só porque eram seus ajudantes. *(Nota do redactor do folheto.)*

[2] Este capitão ia em serviço publico com cartas do bispo. O seu crime foi ter bigode, porque muitos francezes tambem o têem, e a prova mais decisiva da sua traição consistiu nas cartas que levava, porque n'aquelle tempo quem fosse apanhado com uma carta no bolso era jacobino, traidor, etc. *(Nota do redactor do folheto.)*

[3] João da Cunha foi assassinado por um bando de malvados, sendo commandante das baterias do Senhor do Bomfim. Mataram-o por não dar aos paizanos quanta polvora lhe pediam, por occasião de um rebate

zilou doze desgraçados que estavam nas cadeias d'esta cidade[1]? Quem arrombou as portas d'aquella prisão, soltando todos os facinorosos que ali estavam[2]? Quem matou cruamente o desembargador Leal? Quem se atreveu a atacar as portas do aljube para assassinar o respeitavel magistrado, chanceller da relação; o abbade de Lobrigos, e suas irmãs[3]? Quem traspassou, oh! céus! com duas balas o honrado brigadeiro Antonio de Lima Barreto[4]? Para que é augmentar o

falso que elle conhecia. Qual fosse o crime de Luiz de Oliveira ainda o ignoro: os ministros que o sentencearam poderão dize-lo. Mas por grandes que tivessem sido as suas culpas, não competia ao povo o assassina-lo, e muito menos arrastar o seu cadaver até á praia de Villa Nova, d'onde o lançaram ao Douro, depois das mais inauditas barbaridades sobre o seu corpo. (O brigadeiro Luiz de Oliveira da Costa Almeida Osorio tinha sido condemnado por sentença da relação do Porto de 17 de setembro de 1808, como traidor á patria, por partidario e sequaz dos francezes; mas por sentença da relação de Lisboa de 28 de março de 1817 foi declarado innocente e livre de culpa, rehabilitada portanto a sua fama e memoria posthuma). *(Nota do auctor d'esta obra.)*

[1] Estes miseraveis foram espingardeados ás portas da cadeia sómente por se dizer que eram *jacobinos;* os seus cadaveres tiveram a mesma sepultura que os dois precedentes. *(Nota do redactor do folheto.)*

[2] Não se póde encarecer o extremo da insubordinação e anarchia a que chegou o povo, depois de se dizer que ousou franquear as portas das cadeias da relação a todos os ladrões, salteadores e assassinos que ali se achavam. Que delirio!... Todo o homem de bem tremia em sua casa, temendo que um malvado gritasse á porta: *morra, que é jacobino.* *(Nota do redactor do folheto.)*

[3] O chanceller da relação, e o abbade de Lobrigos, foram salvos milagrosamente pela guarda da policia, e pelo tocante discurso do padre mestre frei Ignacio, religioso de S. Francisco. É escusado perguntar-se que crimes tinham: o primeiro era jacobino porque, e só porque o povo queria que elle o fosse; o segundo porque queria embarcar para o Brazil. Talvez que os seus accusadores pensassem que o Rio de Janeiro ficava mais perto da França do que Lobrigos. *(Nota do redactor do folheto.)*

[4] O brigadeiro Antonio de Lima Barreto esteve dirigindo o fogo das baterias até ao tempo em que avistou algumas já tomadas pelo exercito francez. Então, conhecendo que seria baldado e mui perigoso todo o esforço que se continuasse a fazer, clamou: *Senhores, encravem essas peças, e retirem-se, que estamos perdidos.* A resposta foram dois tiros que o prostraram logo por morto. *(Nota do redactor do folheto.)*

Parece-nos que se tivessem sido verdadeiras as crueldades que Thiers

numero de vossos crimes? Vós não conheceis, e não conhecieis auctoridade alguma que vos governasse. D'estes males nos veiu tirar o duque de Dalmacia e o seu exercito. Elle nos trouxe a paz. A paz é o maior bem que os céus nos podem conceder sobre a terra. A paz traz a abundancia, a alegria e os prazeres mais deleitosos. Porque nos não decidimos pelos dictames da prudencia e dos nossos bem calculados interesses? Falta-nos um pae, um amigo, que queira remediar a orphandade de tantos filhos, de tantos miseros escravos, até aqui zombaria de uma nação perjura, e expostos ás violencias e explosões da anarchia? E iremos longe para achar este pae, tão necessario e suspirado? Fallae por mim virtudes soberanas, que constituis o augusto caracter do duque de Dalmacia... Sim, meus concidadãos, a benigna Providencia do Senhor nos depara o mais justo e sabio principe que podiamos desejar. Os homens chegam á soberania por caminhos differentes; uns são ali levados pelo sangue, outros pela intriga, e outros emfim pelas virtudes. Mas a intriga não respeita o merecimento; o sangue é um mimo da fortuna, e quanto mais velho menos energia tem. As virtudes, as virtudes e os talentos foram e serão sempre no tribunal da rasão os verdadeiros titulos da soberania. Homens machinas não servem para reis. Os povos querem para seus chefes homens sublimes e bemfazejos; querem varões consummados na divina arte, que se diz politica; querem emfim heroes, que sustentando em uma mão igual a balança de Astréa, empunhem na outra a espada de Marte. Taes devem ser os reis, e tal é por nossa felicidade o duque de Dalmacia.»

Eis-aqui o modo por que se exprimia para com o marechal Soult o redactor do folheto de que acima demos o titulo. Não se póde negar que o marechal se houve, como já dissemos,

e alguns outros mais nos dizem terem sido praticadas pelos portuenses contra alguns francezes, por occasião da entrada de Soult no Porto, seguramente não deixariam de ser mencionadas no longo catalogo, que d'esta especialidade nos apresenta o folheto de que acima temos dado noticia, e é este um dos motivos por que não acreditâmos na existencia de taes crueldades. *(Nota do auctor d'esta obra.)*

com toda a moderação e bonhomia para com os portuenses. passados que foram os inevitaveis males da entrada do seu exercito no Porto. Dizer que isto era causado pelo pensamento reservado, que já trazia, de se fazer rei de Portugal, ou de se lembrar de o ser, é proposição temeraria e injusta, por meio da qual se iria pôr uma mancha seguramente immerecida n'uma das maiores illustrações militares dos exercitos de Napoleão, e que em toda a guerra da peninsula deu sempre provas de ser homem humano e philanthropico. Mas ou que elle trazia essas idéas, sem subordinar a ellas a sua conducta, ou que ellas lhe foram suggeridas posteriormente no Porto pelos actos de reconhecimento que os moradores d'aquella cidade lhe tributaram, penhorados pela benevolencia, que para com elles usára, e por esta causa elle se subordinou a ellas, é cousa que parece não ter duvida, pelo que fica dito, poisque se não póde julgar provavel que a iniciativa d'este negocio, tão grave como era, partisse dos mesmos moradores espontaneamente, antes se lhes deve suppor suggerida por alguem, que privasse com o duque de Dalmacia. Seja porém como for, certo é que as idéas de o levarem a rei de Portugal elles lh'as manifestaram em publico por meio da imprensa, e na sua presença lh'as annunciaram tambem de viva voz e por escripto, firmado este acto com a assignatura de milhares de individuos, e bem assim que elle Soult lh'as ouviu de bom grado, e benevolamente lhes respondeu ás petições que sobre tal materia lhe apresentaram. O resultado de tudo isto foi tornarem-se os povos do Minho um tanto mais trataveis e humanos para com os francezes, chegando até o proprio clero a tornar-se-lhes menos hostil, vendo-se effectivamente que os soldados de Soult cessaram desde então de serem assassinados, quando, desgarrados, eram encontrados por aquelles povos, sendo estes aliás os que até ali se lhes tinham mostrado mais encarniçadamente inimigos.

Entretanto esta benevolencia, se do coração existiu, não passára para áquem do Douro, achando-se todo o paiz ao sul d'elle decididamente pronunciado contra os invasores. Em prova d'esta asserção citaremos o desastrado fim que

teve o tenente coronel francez de cavallaria Lameth. Ajudante de campo do marechal Soult, era particularmente conhecido e estimado em todo o seu estado maior. Na campanha da Hespanha e Portugal servíra no regimento n.º 22 de caçadores, tendo-se sempre distinguido em todas as acções em que se tinha achado. Bemquisto, como era de todos, este official fôra mandado ao Porto como portador de despachos da vanguarda do exercito, e voltando de lá para a mesma vanguarda com um pequeno destacamento, em que tambem vinha o tenente Choiseul, ajudante de campo do general Franceschi, ao passarem por um caminho excavado, perto de S. João da Madeira, caíu sobre elles uma descarga cerrada de um partido, destacado das forças portuguezas, que debaixo das ordens do coronel Trant se achavam em Albergaria. Este partido havia-se ali emboscado para interceptar as communicações do inimigo. Aos primeiros tiros foram logo mortos o tenente coronel Lameth e dois dragões do respectivo destacamento. O ajudante de campo Choiseul, apesar de caír prisioneiro e ser despojado do que levava, conseguiu ainda assim escapar-se. Este acontecimento amargurou consideravelmente o marechal Soult, que tendo feito observar no seu exercito a mais rigida disciplina, não podia deixar por outro lado de garantir a segurança individual do mesmo exercito, e com estas vistas castigar severamente todos os actos que attentassem contra ella. Convencido pois da necessidade d'este recurso, commetteu ao general Thomiers o dirigir-se a Arrifana com uma brigada para castigar os culpados. Thomiers foi n'esta commissão acompanhado por um magistrado portuguez para proceder a uma devassa, em consequencia da qual foram fuzilados cinco ou seis individuos, indiciados de terem commettido o crime, ao passo que o seu verdadeiro perpetrador, que era um major de milicias, se poz logo a salvo do perigo, escapando-se para alem do Vouga, onde se foi apresentar ao coronel Trant, que indignado pela sua conducta, o mandou apresentar ao marechal Beresford. Este facto obrigou-nos de alguma maneira a antecipar a ordem chronologica dos acontecimentos, unicamente com o fim de

mostrar por elle, que fóra da provincia do Minho a população portugueza estava como na primitiva, e como depois sempre esteve, inteiramente decidida a hostilisar os francezes por todas as fórmas e maneiras, e disposta a expulsa-los para fóra do paiz, sem attender á gravidade dos sacrificios que para tal fim lhe fosse necessario empregar.

A noticia que chegára a Lisboa da entrada do marechal Soult no Porto fizera a mais terrivel impressão, tanto no governo, como nos moradores da capital. Na sua ordem do dia de 2 de abril o marechal Beresford a communicára sem rebuço nem reserva alguma ao exercito portuguez, dizendolhe: «O inimigo, tendo-se apoderado de Braga, avançou com cautela e de vagar contra a cidade do Porto, encontrando pouca resistencia, poisque a insubordinação do povo tornou inutil o seu proprio valor, e os esforços dos seus officiaes para se retardar e impedir a sua approximação. No dia 26 o inimigo chegou ás vizinhanças do Porto. A 27 tentou alguns ataques vivos, que foram repellidos pela intrepidez da tropa. O mesmo aconteceu no dia 28; mas a 29, pela desconfiança que se introduziu entre o povo e a tropa, augmentando a anarchia e a confusão, que são sempre o seu resultado, frustraram-se todas as tentativas dos officiaes, assim portuguezes, como inglezes, para dirigir as operações da grande força que estava na cidade, onde o inimigo entrou com pouca perda[1]. A grande cidade do Porto, defendida por 24:000 homens, armados com trincheiras e reductos, nos quaes se encontravam perto de 200 peças de artilheria, succumbiu facilmente a um inimigo de pouco mais de metade do numero da sua guarnição, apesar do povo e dos seus defensores serem leaes

[1] A força que ali existia era de 3 brigadeiros, 8 coroneis, 11 tenentes coroneis, 13 majores, 9 quarteis mestres, 6 capellães, 4 cirurgiões móres, 1 coronheiro, 1 espingardeiro, 17 ajudantes, 9 ajudantes de cirurgia, 10 porta-bandeiras, 8 tambores móres, 1 cabo de tambores, 34 musicos, 89 capitães, 81 tenentes, 93 alferes, 246 sargentos, 62 furrieis, 433 cabos de esquadra, 99 tambores e pifanos, 5:127 anspeçadas e soldados, sendo ao todo 24:016 praças as defensoras do Porto. (*Nota que se acha na Gazeta de Lisboa.*)

e valorosos. As riquezas d'esta cidade, a sua numerosa artilheria, e milhares de armas e munições, tudo absolutamente foi presa do inimigo. Tudo isto aconteceu por ter o mesmo inimigo conseguido, debaixo das apparencias de patriotismo, a desunião e insubordinação total, da qual sempre se segue uma ruina mais funesta para aquelles que tentam resistir ao inimigo. Pela mesma occasião os francezes se apoderaram da ponte do Douro e de Villa Nova. O tenente coronel Trant, que a regencia promoveu a coronel do exercito portuguez, por decreto de 3 de abril, immediatamente saíu de Coimbra para o Vouga em observação ao Porto com o regimento de milicias d'aquella cidade, e perto de duzentos academicos, que o quizeram acompanhar, levando quatro peças de artilheria. O brigadeiro Silveira, tendo noticia que os francezes mandavam marchar forças do Porto para a banda de Penafiel, dirigiu as suas tropas para Amarante, abandonando o seu anterior plano de se dirigir para Braga, onde é insignificante a força que o marechal Soult ali deixára, ficando libertas todas as mais terras do Minho».

No primeiro supplemento de 7 de abril, ao n.º 14 da *Gazeta de Lisboa*, se dizia tambem a similhante respeito: «Todas as noticias vindas do Porto confirmam que a grande desordem e contínua desobediencia da populaça ás auctoridades militares e civis foram a verdadeira causa de se facilitar aos francezes a entrada n'aquella cidade. O barão d'Eben quiz, junto á Barca da Trofa, e em outras mais partes do caminho, que vae de Braga para o Porto, fazer disposições para obstar á marcha do inimigo; mas a populaça ora approvava, ora desapprovava as suas determinações, como se por si tivesse alguma intelligencia da sciencia militar! D'este estado de cousas resultou ver-se obrigado o barão d'Eben a abandonar o seu projecto e a retirar-se para o Porto, sem nada poder tentar contra o inimigo. N'esta cidade em vez das *ordenanças* conservarem o seu posto, embaraçaram constantemente os movimentos da tropa, e aindaque combatessem com valor, comtudo faziam-n'o tumultuariamente e não debaixo da voz de homens intelligentes, e esse mesmo valor se tornou inutil.

É certo que a massa geral do povo queria o bem publico, dominada por um ardente patriotismo, que lhe inflammava o coração; mas os meios de que lançou mão, bem longe de a conduzirem ao fim para que com tanto ardor trabalhava, precipitaram tudo na anarchia, tornando impossivel toda a resistencia. Se ainda, quando os francezes começaram a entrar no Porto, o povo e as *ordenanças* se retirassem para dentro das casas, e fortificados n'ellas fizessem um fogo matador sobre os atacantes, teriam certamente feito grande estrago, e talvez mesmo salvado a sua terra natal; porém para isso era necessario que tivessem consentido nas medidas antecedentes, para que tudo se conduzisse com regularidade e ordem.» Finalmente no mesmo sentido da ordem do dia de Beresford, ou invectivando tambem o espirito anarchico dos habitantes do Porto, appareceu uma proclamação dos governadores do reino, dirigida á nação portugueza, com o fim de exigir d'ella obediencia, como meio absolutamente indispensavel para a salvação do paiz[1].

Tendo por aquelle tempo o governo inglez decidido tomar a seu soldo 20:000 homens de tropas portuguezas, os governadores do reino convidaram, por decreto de 7 de abril, a assentarem praça nos corpos de linha todos os individuos de dezeseis até trinta annos de idade. Beresford partíra, como já dissemos, no mesmo dia 7 de abril de Lisboa para o seu quartel general em Thomar, onde chegou no dia 8. Reconhecendo ali a desorganisação e indocilidade em que o exercito portuguez por então se achava, convenceu-se da necessidade de tratar quanto antes de n'elle introduzir a subordinação e a disciplina, e de se limitar igualmente a occupar o paiz com as forças que ali tinha, postadas na defensiva entre o Tejo e o Mondego, observando cuidadosamente os movimentos do exercito do marechal Victor, que era o que por então mais cuidado lhe dava, na impossibilidade de poder operar contra Soult. Ao brigadeiro Manuel Pinto Bacellar mandára que se conservasse na Guarda, para quanto podesse embaraçar a

[1] Veja o documento n.º 61.

communicação e juncção das forças do general Lapisse (que por aquelle tempo se achava para Sam Felices), com as do exercito de Soult. Ao general Silveira tinha expedido instrucções sobre a natureza da defeza, que lhe competia fazer na provincia que governava, recommendando-lhe que se apoderasse de todos os passos que conduziam do Minho e do Douro para Traz os Montes, dirigindo a sua particular attenção sobre o caminho do Porto para Lamego por Penafiel, Amarante e Peso da Regua: estas ordens tinham igualmente por fim fazer com que o mesmo Silveira embaraçasse tambem pela sua parte a communicação e juncção do marechal Soult com o general Lapisse. Com o tenente general sir John Cradock, ainda por então commandante das forças inglezas em Portugal, instára novamente o marechal Beresford, depois da tómada do Porto por Soult, para que com as suas tropas marchasse de prompto pela estrada de Coimbra direito ao Porto, e ali se fosse bater de frente com as francezas do mesmo Soult, que não podia deixar de vencer, e obrigar a saír d'aquella cidade, emquanto que elle Beresford marcharia pela sua parte por Vizeu a Lamego, e de lá ao Peso da Regua, onde as iria ameaçar de flanco, por lhe parecer pela inacção de Victor, que este não estava muito disposto a entrar em Portugal tão cedo. Batido por esta fórma o marechal Soult, como elle julgava que brevemente seria, ficavam depois as tropas inglezas e portuguezas habilitadas a fazer o mesmo ás do citado Victor, mallogrando-se assim esta nova invasão dos francezes em Portugal, tanto pelo norte, como pelo sul do reino. Sir John Cradock porém não concordára no plano, porque julgando-o baseado sómente em conjecturas, entendia ser cousa duvidosa bater Soult e libertar o Porto, ao passo que com certeza deixava Lisboa em perigo de ser tomada pelo marechal Victor, que, segundo era informado, andava em perseguição do general Cuesta, tendo já mandado avançadas para as vizinhanças de Badajoz. Por conseguinte parecia-lhe que por este lado não podia haver cousa que embaraçasse a marcha de Victor sobre a nossa provincia do Alemtejo, d'onde viria logo bater ás portas de Lisboa, poisque o governador militar d'aquella provin-

cia, o tenente general Francisco de Paula Leite, poucas forças tinha disponiveis, alem das que se achavam de guarnição em Elvas. Á vista pois d'isto o marechal Beresford continuou na sua antiga posição entre o Tejo e o Mondego, Bacellar na que occupava na Guarda, e Silveira em Amarante, como brevemente veremos. Ao general Leite ordenára o marechal Beresford que combinasse as suas operações militares com as dos hespanhoes, sem que todavia faltasse ao necessario para a defeza de Elvas e da provincia que governava.

Pela sua parte os governadores do reino julgavam que para mais segurança de Lisboa era necessario defender a peninsula ao sul do Tejo, comprehendida entre este rio e o Sado, da qual se achava então commandante militar o tenente general Manuel de Almeida e Vasconcellos. A este respeito officiava Beresford para o governo, na data de 14 de abril, dizendo: «Nas circumstancias actuaes convem limitar-nos unicamente á defeza da capital, visto não poder a defeza da peninsula ao sul do Tejo ser feita por um exercito tal, como o que temos, pois similhante defeza exige um muito maior. Eu não imagino que a capital fique em perigo, aindaque o inimigo se apoderasse de Almada, d'onde todavia poderá fazer algum damno a Lisboa; mas não posso persuadir-me que venha a este logar, tendo em vista tão insignificante objecto. Entretanto, querendo alliviar Lisboa de similhante inquietação, escrevi ao sr. Cradock, que ordenasse ao commandante dos engenheiros inglezes, que fizesse um plano para cobrir a capital por aquelle lado. *Emquanto ao que fazem os engenheiros portuguezes da parte de Almada, só posso dizer que é dinheiro e tempo perdido, e ainda será peior se ali metterem artilheria e munições, para cairem nas mãos do inimigo,* o que não poderá deixar de acontecer, menos que não tenha a bondade de se apresentar diante das bôcas de fogo, sem se lhe fazer necessario[1]. Eu asseguro a v. ex.ª que não

[1] Este mau juizo, feito pelo marechal Beresford a respeito das fortificações da margem do sul do Tejo, delineadas pelos engenheiros portuguezes, corrobora de alguma sorte o que lord Wellington igualmente fez,

me admiro que os povos, vendo similhantes preparativos, e taes meios de defeza, desconfiem dos motivos, e calculem como traição o que só é ignorancia nas suas profissões, causada pela falta de experiencia. Emquanto á peninsula, limito-me a dizer que tudo quanto n'ella vejo defensavel é o forte de Palmella, no qual se deve cuidar o mais possivel; e em logar de pormos todo o nosso desvelo n'uma defeza exterior, e que finalmente se não póde sustentar, empreguemos todos os meios para esta parte, fortificando aquella interessante fortaleza, que poderá sempre inquietar o inimigo, e servir-nos de apoio, no caso de que se apresentasse occasião favoravel em que o quizessemos atacar. E eu pretenderia que esta praça se fizesse com capacidade para conter ao menos 1:000 homens. A esta fortaleza devemos juntar o forte de S. Filippe de Setubal, que postoque incapaz de longa defeza, é interessante a guardar pelo tempo que for possivel. E pelo que respeita á villa de Setubal, ella deve-se encarregar aos seus habitantes e ás *ordenanças* do paiz, que ali se concentrarão; mas julgo que esta villa lhes não offerecerá uma longa protecção». Ao citado tenente general, Manuel de Almeida e Vasconcellos, dizia tambem Beresford a este mesmo respeito, na data de 13 de abril: «Não posso conceber como na actual situação de Portugal v. ex.ª pretenda 8:000 homens para defender Setubal, 400 para Palmella, 6:000 para Almada, e 800 para o forte da Atalaia, junto a Aldeia Gallega, o que tudo monta a uma força de 15:200 homens. Para se defender assim Portugal não bastariam 600:000 homens. Portanto vou ordenar em detalhe o que v. ex.ª deverá fazer. Guarneça v. ex.ª de artilheria, de gente, munições de bôca e guerra, o forte de S. Filippe, para fazer a mais prolongada defeza, que lhe for possivel, e encarregue e disponha as *ordenanças* circumvizinhas, e os habitantes de Setubal para a defeza da villa do melhor modo que esta for compativel com os seus recursos. Pela mesma maneira guar-

com relação aos trabalhos do major da referida arma, José Maria das Neves Costa, quanto aos terrenos ao norte de Lisboa e linhas de Torres Vedras, como adiante veremos no capitulo v d'este volume.

neça v. ex.ª Palmella, ponto forte e susceptivel de boa defeza, e que cobre Setubal. A defeza de Almada dependerá das fortificações de campanha, que se lhe construirem, e será fornecida de Lisboa. Emquanto á Aldeia Gallega, admira-me vê-la tratada como praça de guerra, sendo um logar aberto e indefezo, e que se não póde sustentar sem grandes recursos. O regimento de milicias, que for de Lisboa, servirá para guarnecer S. Filippe e Palmella, e sobrando alguns homens, se applicarão á defeza da villa. Desde logo mande v. ex.ª exercitar as *ordenanças* no exercicio da artilheria, para poder tirar d'ellas este serviço na occasião. Faça v. ex.ª as possiveis diligencias para conseguir as parelhas de que precisa, e quando as não possa alcançar dos particulares, deve v. ex.ª remetter para Lisboa a artilheria restante, para que não seja inutilmente arriscada[1].»

Por este modo se íam já dispondo as cousas para uma séria resistencia contra os francezes do Porto. Logoque o marechal Soult deixou Traz os Montes, para se dirigir ao Minho, o brigadeiro Silveira, que anteriormente se tinha retirado de Chaves para a formidavel posição da serra de Santa Barbara, resolveu-se a avançar d'esta serra sobre aquella praça, logoque viu o inimigo em distancia de lhe não poder valer. Ao approximar-se de Chaves, ordenou que esta se tomasse por assalto, desde o Cavalleiro da Amoreira até á Brecha dos Açougues, o que se verificou com muito pouca perda nossa, sendo a do inimigo para mais de 300 mortos e 200 prisioneiros, segundo o computo do mesmo Silveira[2]. Entraram em Chaves os regimentos n.ºˢ 12 e 24 de infanteria, alguns corpos de milicias e caçadores do monte: os francezes que esca-

[1] Como a defeza da peninsula ao sul do Tejo tinha por aquelle tempo em seu favor votos de muito peso, entre os quaes se contava o de D. Miguel Pereira Forjaz, e julgo que alguns annos antes o de Gomes Freire de Andrade, entendemos util, com relação ao futuro, apresentar nos extractos acima a valiosa opinião de um militar tão eminente como foi o marechal Beresford.

[2] Já dissemos que pelas exagerações d'este general acreditâmos pouco n'estes seus calculos.

param recolheram-se ao forte de S. Francisco, resolvidos a resistir. Desde o dia 21 até 24 de março fez-se um vivo fogo de parte a parte, com a vantagem de terem os mesmos francezes por si doze peças de artilheria montadas, entrando algumas de grande calibre, não tendo os nossos por si uma só, por lhes não terem chegado os parques de artilheria. O dia 25 do dito mez foi pelo general Silveira designado para se tomar o forte á escalada. Ao regimento de infanteria n.º 12 destinou-se o ataque pelo picadeiro do regimento de cavallaria n.º 6, a que aquella villa servia de quartel; ao de infanteria n.º 24 o que tinha a fazer-se pelas portas, e finalmente ás milicias de Moncorvo e de Miranda o que se destinava para a Senhora da Lapa. Estando tudo prompto, fez-se uma intimação ao commandante do forte, o qual pediu a concessão de uma hora para responder. Suspendeu-se o fogo, e tendo passado o praso, novamente se intimou ao commandante, que dentro em cinco minutos se rendesse á discrição, a não querer que se verificasse o ataque. Depois de alguma hesitação entregou-se finalmente á discrição, aprisionando-se por este modo 1:270 soldados, 25 officiaes, 23 empregados civis e cirurgiões. Acharam-se no forte muitas munições, 12 peças de artilheria e mais de 1:000 armas em bom estado, alem de muitas quebradas, e arruinadas, 80 cavallos e trinta e tantas bestas de transporte.

No dia 26 fez o general Silveira marchar para as alturas os regimentos de milicias de Lamego e de Bragança, bem como para Salamonde o batalhão de caçadores do monte de Montalegre. No dia 27 mandou para a ponte de Cavez os regimentos de milicias de Villa Real e Miranda; no dia 29 tiveram o mesmo destino os regimentos de infanteria n.os 12 e 24, sendo do intento do mesmo Silveira operar um golpe de mão sobre Braga, onde sabia que os francezes tinham deixado bastantes bagagens, e uma guarnição de 2:000 a 3:000 homens. Estava destinado o dia 2 de abril para esta surpreza, quando no dia 30 de março chegou ao mesmo Silveira a noticia de que o Porto se tinha rendido, entrando n'ella os francezes. Recebendo depois d'esta noticia a ordem e instrucções do marechal Beresford, para particularmente attender ao cami-

nho que do Porto se dirige para Lamego por Penafiel, Amarante e Peso da Regua, fez então marchar as suas tropas, não sem grande repugnancia, na direcção de Villa Real. No dia 3 de abril soube o general Silveira que as avançadas francezas tinham apparecido á vista de Canavezes, intentando passar a Traz os Montes por aquelle ponto, ou por Entre Ambos os Rios. Á vista d'isto mandou marchar para Canavezes os regimentos de milicias de Chaves e de Villa Real, e para Entre Ambos os Rios o de Miranda, indo o resto do exercito para Amarante. No dia 7 de abril estavam estes pontos guarnecidos, tendo sido por duas vezes atacado o de Canavezes, sempre com vantagem dos nossos e perda do inimigo, que retrocedeu para Penafiel, d'onde tinha avançado. No dia 9 marchou o proprio Silveira para Amarante, resolvido a embaraçar ali igualmente o passo aos inimigos, se porventura pretendessem, ou quizessem passar o Tamega.

Foi a dita villa de Amarante a que teve a gloria de fazer suspender a marcha ao general Loison, quando em junho de 1808 se dirigia de Almeida para a cidade do Porto, e a de ter igualmente em abril de 1809 salvado as duas provincias de Traz os Montes e Beira dos estragos e mortes de que as ameaçava a invasão das tropas francezas no referido anno. Os amarantinos, resolvidos a defender-se até á ultima extremidade, tinham em fins de março do dito anno de 1809 mandado certificar-se da marcha dos francezes, e pedir ao general Francisco da Silveira Pinto da Fonseca para que os apoiasse com algum soccorro de gente n'aquella difficil conjunctura. Pela sua parte o povo n'aquelles logares que lhe designaram passou a abrir fossos, a levantar trincheiras e a construir baterias, trabalho em que se entreteve desde 25 até 31 de março, em que se soube da chegada de uma columna a Villa Meã, distante d'ali duas leguas. Foi isto um incentivo para se correr ás armas, e esperar os francezes a pé firme em posições vantajosas. Vendo que não vinham, os amarantinos os foram voluntariamente esperar[1]. Já antes de 9 de abril, em que che-

[1] Já em junho de 1808 marchavam 500 amarantinos, pouco mais ou menos, pela estrada da Rovoreda, a encontrarem-se, e baterem-se com os

gára a Amarante o general Silveira, tinha este mandado para ali algumas ordenanças transmontanas, e o tenente coronel Antonio de Lacerda para as commandar, e sobretudo o coronel Agostinho Luiz da Fonseca com o seu regimento de Chaves. Alem d'esta força havia mais cousa de 400 soldados do regimento do Porto, 60 homens da legião, alguma cavallaria, e varios regimentos de milicias; mas na defeza de Amarante e dos vaus, abaixo e acima d'esta villa, sómente estiveram as citadas tropas pagas com alguns milicianos de Guimarães e Basto, sendo todos os mais paizanos de espingarda. Silveira fez de Amarante o centro das suas operações militares. Passando á margem direita do Tamega, atreveu-se a ir até Penafiel, onde entrou no dia 13, depois de um aturado choque, que ali teve com os francezes, os quaes tiveram de se reforçar com a brigada do general Foy, que saíu do Porto com duas peças de artilheria. Esta brigada, junta á do general Caulaincourt, que em 31 de março fôra mandada para Penafiel, formaram uma divisão, cujo commando se deu ao general Loison. Á vista de uma tão consideravel força, commandada por tão habeis generaes, o mesmo Silveira julgou dever retirar-se para Villa Meã e Pildre. Como se isto ainda não bastasse, o marechal Soult mandou saír do Porto no dia 14 de abril o general Delaborde com o resto da sua divisão, e dez peças de artilheria, pondo tambem debaixo das suas ordens a divisão provisoria do general Loison, e a que o general Lahoussaye conduzia por Guimarães a Amarante.

No dia 15 o general Delaborde passou a ribeira de Sousa, indo tomar posição em Penafiel, resolvido a assegurar-se das passagens do Tamega em Canavezes e Amarante, provavelmente nas vistas de ter uma retirada segura para o seu exercito, quando necessario lhe fosse effeitua-la. No dia 18 o mesmo Delaborde decidiu-se a atacar os nossos, que se achavam emboscados em Pildre, Manhufe e Villa Meã, d'onde os obrigou

1:200 soldados da divisão de Loison, distinguindo-se entre a gente das mais terras, que ali fôra para o mesmo fim; em 1809 appareceram sempre nas escaramuças e correrias, que diariamente havia nas avançadas entre os nossos e os francezes.

a se retirarem precipitadamente, depois de uma sensivel perda, em que entrou uma peça de artilheria. D'ali avançou contra Amarante, aonde os dragões francezes entraram de envolta com a retaguarda dos portuguezes, que íam em tão precipitada fuga, que abandonaram a villa, passando-se para a margem esquerda do Tamega, resolvidos a irem-se refugiar nas montanhas proximas. Foi n'esta critica occasião que o tenente coronel do regimento de Chaves, o bravo e valente tenente coronel Patrick, um dos officiaes inglezes que já estavam ao serviço de Portugal, julgando vergonhosa similhante retirada, pôde reanimar os soldados do seu corpo, e levando-os a voltarem-se contra o inimigo, de espada na mão passou da margem esquerda para a direita do Tamega, acompanhado d'aquelles que o quizeram seguir, isto quando o mesmo inimigo se achava já senhor da villa. Fazendo com a sua gente duas magnificas emboscadas, uma no principio, outra no meio da villa, teve o arrojo de suspender por espaço de duas horas a marcha dos francezes, obrigando-os até a recuarem, de que resultou salvar-se por causa d'esta demora muita da nossa gente e dos nossos paizanos, moradores da villa, alem de mulheres e creanças, que tudo teria sido victima da barbaridade franceza, a não ter tido logar esta heroica acção de Patrick. Durante a sua gloriosa empreza teve elle a desgraça de receber graves feridas, que lhe roubaram a vida, ao passo que os seus companheiros, depois de andarem a braços com os francezes, vendo que contra si íam estes crescendo em demasiado numero, e que já lhes não era possivel retirarem-se a salvo, ousados abriram caminho por entre as balas e as bayonetas dos contrarios, conseguindo por esta fórma ganharem a margem esquerda do Tamega, repassando assim a ponte. «Eu vi este official, dizia o marechal de campo Silveira ao marechal Beresford, cobrir com o seu regimento a retirada que se fez de Manhufe: chegou a passar a ponte, e seguiu os seus quasi acima de Amarante, onde foi ferido; veiu até á ponte, onde principiou a desfallecer; foi retirado do combate, e logo soccorrido. Foi para o convento de Mesão Frio, e ali bem assistido, e depois conduzido por um medico e um cirurgião para Lamego». Pela

sua parte o marechal Beresford dizia para os governadores do reino: «Morreu o bravo tenente coronel Patrick, expirando das feridas que recebeu, havendo valorosamente desempenhado os seus deveres na frente do regimento de infanteria n.º 12. A Inglaterra perdeu um vassallo benemerito e Portugal um bom defensor».

Foi a heroica acção de Patrick quem animou Silveira a imita-lo quanto possivel, voltando-se igualmente decidido a defender bravamente a dita ponte, onde por então fez tão celebre o seu nome, adquirindo para elle um titulo de gloriosa recordação[1]. Com aquelle proposito Silveira distribuiu a sua gente pelas baterias, sustentando corajosamente a cabeça da ponte, por onde o inimigo pretendia passar para o outro lado do rio. A força do combate durou até ás nove horas da noite, afrouxando, mas não cessando durante toda ella, quer de uma, quer de outra parte. No dia 19 ao amanhecer renovou-se o ataque, acabando tambem com a noite, sem que o inimigo podesse forçar a ponte, não obstante ter recebido o reforço da divisão de Laboussaye, composta esta da brigada de dragões de Marisy, e da de infanteria de Sarrut. Se os francezes cui-

[1] Este titulo foi o de conde de Amarante com que o governo do Rio de Janeiro o agraciou. A este general portuguez dedicou por aquella occasião o seguinte soneto um poeta d'aquelle tempo:

> Uma nuvem de fumo o ar povôa,
> E do Tamega enluta as margens frias,
> O portuguez canhão quatorze dias,
> Sem descanço algum ter, fuzila e trôa.
>
> De um lado a outro lado a morte vôa
> Por entre essas crueis artilherias,
> E perdendo as antigas ousadias,
> Curva o duro francez a altiva prôa.
>
> Amigos hespanhoes, nação brilhante!
> Eis como cá seguimos vossa esteira,
> Eis nossa Saragoça, eis Amarante.
>
> Os olhos ponha em nós a Europa inteira,
> E veja, em amplo quadro flamejante,
> O Tamega, Ebro, Palafox, Silveira.

davam seriamente no ataque, os nossos esmeravam-se tambem com todo o empenho na defeza da ponte e vaus do Tamega, levantando baterias e assestando peças uma legua abaixo, e meia acima de Amarante, onde eram os ditos vaus. No dia 20 buscaram os francezes atravessa-los, sem desistirem da passagem da ponte; quatorze horas durou a acção, sem nada conseguirem, tendo n'ella experimentado uma perda consideravel, como confessaram n'uma carta que se lhes interceptou e em que pediam reforços. Desde o dia 20 até 29 houve sempre um vivo e continuado fogo de parte a parte; mas tendo chegado aos francezes mais 2:000 homens da divisão que se achava em Braga, commandada pelo general Heudelet, com mais algumas peças de grande calibre, protestaram elles no dia 29 passar o Tamega. As aguas d'este rio correm por entre rochedos, sendo em Amarante que ellas vão mais profundas, e como encaixilhadas por entre os ditos rochedos. A villa está situada na sua margem direita sobre o cabeço de um monte, descendo as casas da povoação desde lá até á margem do rio. A ponte, que lhe liga as duas margens, é de cantaria e solidamente construida, compondo-se de quatro arcos; a sua entrada achava-se mascarada em parte pela igreja de um convento de frades dominicos que ali havia, sendo uma porção principal d'este edificio a que estava em face da ponte, de modo que se não podia chegar a ella senão pelo lado direito. Na margem esquerda acha-se a pequena aldeia de Villa Real, atravessada pela estrada, que ladeia para a esquerda, junto á raiz de um outro monte, que está a leste do rio, monte aliás escarpado, e que só pelos lados póde ser tomado. A ponte da parte dos francezes achava-se minada, e tres ordens de palissadas lhe obstruiam a passagem, que era de mais a mais dominada por uma bateria nossa de dez peças de artilheria. O monte da margem esquerda do rio era occupado pelos nossos, que d'elle descobriam á vontade tudo quanto se passava na ponte, podendo reforçar commodamente a sua vanguarda, que se achava postada em Villa Real, cujas casas tinham as portas barricadas, e as janellas em fórma de ameias, d'onde partia um vivo e continuado fogo contra o inimigo.

Pelo meio dia de 29 de abril principiou portanto a jogar contra a posição portugueza o fogo de quatorze peças inimigas, reforçadas pelo de dois obuzes. Das duas para as tres horas da tarde formaram os francezes tres ataques, um sobre a ponte, e os outros sobre os vaus do rio, ataques que acabaram pelas nove horas da noite com grande perda sua, pois muitas vezes se varreram as cólumnas que se dirigiam á ponte, e igualmente as do largo de S. Gonçalo. No dia 30 de abril houve menos fogo; mas no 1.º de maio novos reforços chegaram ao inimigo, e com elles o proprio duque de Dalmacia em pessoa. Ao amanhecer do dia 2 de maio appareceu sobre o Tamega uma nevoa mais grossa e espessa do que é costume. Aproveitando-se d'ella, poderam os francezes chegar á nossa primeira trincheira, que estava na cabeça da ponte, e pondo n'ella alguns barris de polvora, lhes deitaram o fogo, atirando com algumas bombas para o sitio das nossas guardas. Foi n'esta occasião que um pequeno numero de francezes, guiados por alguns traidores portuguezes, poderam penetrar nas nossas fortificações, e surprehender pela retaguarda as baterias da ponte. A espessura da nevoa não deixava ver nada aos soldados portuguezes, os quaes, vendo-se atacados pela retaguarda, desanimaram logo, de que resultou fugirem precipitadamente pelo caminho de Mesão Frio e Campeã. Silveira acudiu aos postos que havia para baixo da ponte, e d'elles se retirou em fórma com os regimentos que os guarneciam, que eram milicias de Chaves, Villa Real e Miranda, com quatro peças de artilheria sobre Entre Ambos os Rios. Para este mau resultado concorreu não sómente a circumstancia da nevoa acima referida, mas tambem a perda de varios artilheiros nossos, entre os quaes se contou a de um tenente coronel e a de Bento José de Sá, que em poucos dias passára de tenente a major, pela sua intrepidez, valor e habilidade; fazia pontarias tão certas, que desmantelava todas as peças inimigas. A sua superioridade sobre os artilheiros francezes era reconhecida; mas como passasse de afouto a temerario, foi victima d'esta sua qualidade no dia 29 de abril com geral sentimento de todos os seus compatriotas.

Por quatorze dias defendeu Silveira corajosamente a margem esquerda do Tamega, retardando assim as emprezas de Soult por aquelle lado, o que muito importante foi para as subsequentes operações do exercito luso-britannico. A defeza da ponte de Amarante foi tal, que os mesmos papeis francezes a commemoraram, segundo allegou Silveira, como cousa notavel no seu genero, seguramente para mais honrarem as suas armas[1]. Apesar d'isto forçoso nos é confessar, e com sentimento de portuguez o fazemos, dizendo que tanto esta, como as mais allegações feitas pelo mesmo Silveira para justificar a sua retirada de Amarante, posição que tanto convinha conservar para as ulteriores operações do exercito, parece não serem verdadeiras, poisque o marechal Beresford, bem longe de lhe approvar a sua conducta, lh'a condemnou desabridamente, como por officio seu fez saber, com data de 5 de maio, a D. Miguel Pereira Forjaz, dizendo-lhe: «As tropas do brigadeiro Silveira foram inteiramente dispersas *sem terem feito a menor resistencia,* aindaque alguns dias antes, sendo animadas por alguns officiaes valorosos, ellas tivessem mostrado um animo e resolução que lhes fazia honra. Pela carta do brigadeiro Silveira[2] vê-se claramente que esta desgraça foi occasionada antes pela ignorancia e negligencia, *ou por uma conducta ainda mais culpavel da parte dos officiaes,* do que pela superioridade do numero das tropas inimigas, visto-que a posição do brigadeiro suppria a inferioridade do numero da sua tropa. Perderam-se todas as peças, munições, etc. Parto ámanhã para Vizeu, e hei de estabelecer o meu quartel general em Lamego o mais breve que me for possivel, onde tirarei as mais exactas informações sobre os motivos, ou para melhor dizer sobre a conducta das pessoas que foram a causa d'este tão desgraçado acontecimento, que dentro em pouco tempo espero será recuperado». Este expressivo officio do

[1] Assim se diz no *Diario das operações* de Silveira; mas nós duvidâmos da inteira verdade das suas asserções, sempre destinadas ao seu engrandecimento pessoal.

[2] Duas são as cartas, ou officios do brigadeiro Silveira, as quaes o leitor achará no documento n.º 61–A.

marechal Beresford deve seguramente diminuir hoje muito na opinião publica o excessivo brilhantismo da conducta do brigadeiro Silveira, a quem aliás a fama tanto engrandecêra por aquelle tempo, tendo-o como um grande vulto militar, em rasão da defeza de Amarante, por elle dirigida e sustentada, defeza que se tinha por um dos maiores feitos do exercito portuguez, e que como tal não póde hoje ser olhada, á vista do modo por que o mesmo Silveira attenuou por fim o merecimento do que já anteriormente havia praticado[1].

[1] Apesar do que acima se diz, é forçoso confessar que o brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca foi um dos mais notaveis officiaes generaes do exercito portuguez durante a guerra da peninsula, parecendo-nos por tal motivo justo apresentar aqui ao leitor a sua biographia, o que para o diante igualmente faremos a respeito de alguns outros generaes portuguezes tambem n'ella distinctos, poisque se assim procedemos para com lord Wellington e marechal Beresford, sendo estrangeiros, de rasão é que por igual teor nos conduzamos para com os nacionaes.

Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, gran-cruz da Torre Espada, de Christo e de S. Fernando na Hespanha, commendador das mesmas ordens, nono senhor das honras de S. Cypriano e de Nogueira do Douro, tenente general dos reaes exercitos, etc., nasceu em 1762 na extincta villa de Canellas, concelho encorporado na freguezia de S. Miguel de Poiares, termo de Villa Real, tendo sido seus paes Manuel da Silveira Pinto da Fonseca e D. Antonia Silveira, da mesma Villa Real. Contava-se entre os seus maiores como mais distincto o famoso Antonio da Silveira, um dos heroes portuguezes que por seus illustres feitos immortalisaram o seu nome na India. Com rasão pois se tinham já por nobres os seus antepassados, muito antes de se lhes conceder o senhorio das honras de S. Cypriano e Nogueira, de que o citado tenente general foi nono possuidor, como acima se disse.

Indo assentar praça no regimento de cavallaria de Almeida aos 25 de abril de 1780, foi promovido a alferes do mesmo regimento a 27 de fevereiro de 1790, e depois a tenente do regimento de cavallaria n.º 6 (então chamado dos ligeiros de Chaves), a 17 de dezembro de 1792, e por fim a capitão e ajudante de ordens do marechal de campo e governador das armas da provincia da Beira, João Brun da Silveira, aos 17 de dezembro de 1799. Por occasião da guerra que em 1801 tivemos de sustentar contra a França e Hespanha, Silveira, acordando-se com alguns nobres da sua provincia, levantou um corpo de voluntarios, de que foi sargento mór, corpo que apenas figurou na desgraçada empreza de Monte Rei, ordenada por Gomes Freire de Andrade, da qual já fallámos a pag. 377

Silveira porém, continuando com as suas operações depois d'aquella retirada, deixou no dia 3 de maio uma guarnição Entre Ambos os Rios, para defeza d'aquella importante passagem, dirigindo-se de lá para a de Pala, a fim de reunir a outra gente que para ali se tinha retirado; e a que fôra para Villa Real e Mesão Frio a mandou elle reunir na Regua, sobre a margem esquerda do Douro. No dia 4 já todos os pontos d'este rio estavam guarnecidos, ao mesmo tempo que as avançadas inimigas appareciam abaixo de Mesão Frio. No dia 5 che-

e seguintes do segundo volume da primeira epocha. Em attenção aos serviços que em tal occasião prestou foi promovido á effectividade de sargento mór para o seu dito regimento de cavallaria n.º 6, e posteriormente a tenente coronel em 14 de março de 1803, corpo que commandava quando com os mais do exercito portuguez se mandaram marchar nos fins de 1807 das fronteiras do reino para o litoral.

Na cidade de Aveiro se achava elle, quando para Coimbra foi chamado com o seu regimento, para testemunhar em dezembro do mesmo anno de 1807 a aniquilação dos regimentos de cavallaria n.ºs 6, 9, 11 e 12, effeituada n'aquella cidade por ordem do general Junot. Tendo conseguido do governo francez a sua demissão do serviço, Silveira partiu depois para a cidade do Porto, nas vistas de se evadir para bordo da esquadra ingleza, d'onde tencionava passar para o Brazil, o que não conseguiu, de que resultou dirigir-se por fim para Villa Real, onde posteriormente foi um dos principaes fautores da acclamação do governo legitimo em Traz os Montes em 1808, cujos serviços a junta do supremo governo do Porto lhe galardoou em 21 de julho d'aquelle mesmo anno com a patente de coronel do seu antigo regimento de cavallaria n.º 6. Vindo como commandante da vanguarda no exercito de Bernardim Freire, quando no dito anno de 1808 marchou do Porto sobre a capital, entenderam os governadores do reino promove-lo ao posto de brigadeiro, para depois lhe confiarem o governo militar da provincia de Traz os Montes, como confiaram por carta regia de 15 de fevereiro de 1809. Falto de uma adequada força para impedir ao marechal Soult a invasão que effeituou na referida provincia, da praça de Chaves se retirou Silveira para Villa Pouca de Aguiar, d'onde não tardou a voltar outra vez para a dita praça, apenas soube que o referido marechal se dirigia para Salamonde e Carvalho d'Este.

Á sua façanha da tomada de Chaves em breve se seguiu a da sua defeza da ponte de Amarante contra as tropas francezas do general Loison. A muito alto elevaram alguns similhante defeza, allegando não chegarem as forças de Silveira a 3:000 homens, sendo a maior parte d'ellas sem

gou o mesmo Silveira á Corredoura, logar vizinho á passagem do Douro na Regua, e sabendo que os francezes se adiantavam pelo caminho de Campeã sobre Villa Real, e que o general Bacellar se achava já em Lamego com a sua divisão, fez passar 1:200 homens para guarnecer Villa Real. No dia 7 approximava-se d'esta mesma villa uma divisão franceza de 4:000 homens; mas como visse que pelas montanhas de Alvações do Tanha para ali marchava igualmente a nossa tropa, a dita divisão retirou de prompto, dirigindo-se para as altu-

disciplina, e apesar d'isso poder fazer face com ellas a 10:000 francezes de tropa regular: outros ha que o condemnam, fundados nos officios do marechal Beresford sobre este assumpto, pelos quaes se vê ter-se o general Silveira deixado miseravelmente surprehender. A isto se seguiram depois as queixas que o mesmo Beresford officialmente levantou contra elle, dando-o como culpado do marechal Soult se ter podido escapar para Galliza, o que todavia lhe não embaraçou a sua promoção a marechal de campo, sendo como tal declarado na ordem do dia de 21 de maio de 1809, em *contemplação*, segundo o que n'ella se diz, *ao zêlo e patriotismo com que se havia conduzido*. Na defeza da provincia de Traz os Montes (da qual continuou a ser governador das armas), se empregou por mais de um anno, até que no dia 4 de agosto de 1810 foi travar um combate com os francezes nas vizinhanças de Puebla de Senabria, do qual saíu triumphante a cavallaria portugueza, valorosamente commandada pelo capitão Francisco Teixeira Lobo. Após aquelle, um outro combate se seguiu no dia 10 do citado mez de agosto, em que Silveira, de mãos dadas com o general hespanhol, D. Francisco Taboada Gil, conseguiu aprisionar um batalhão suisso na força de 400 homens, que guarneciam o castello de Senabria.

Quando o marechal Massena se dispoz a invadir Portugal, foi o general Silveira um dos incumbidos de lhe observar a retaguarda, de que resultou dirigir-se com o seu pequeno exercito para as vizinhanças de Almeida, de cujo cerco desistiu, em rasão das forças francezas do general Gardanne, que sobre elle vieram no dia 13 de novembro de 1810. No seguinte dia teve logar a acção de Valverde, na qual seis esquadrões francezes e tres de lanceiros (que tornavam a cavallaria inimiga tres vezes superior á nossa), e um numero consideravel de infantes, foram rotos e postos em fuga pelo pequeno exercito do general Silveira, que, apesar de não ser favorecido pelo terreno que pisava, denodadamente venceu todas as difficuldades que contra si tinha, causando ao inimigo a consideravel perda de 300 mortos no campo, alem de muitos prisioneiros.

Entretanto a divisão Claparede, que o general Drouet, conde de Er-

ras do Marão. No dia 9 Silveira adiantou as suas avançadas até Campeã, chegando no dia 10 á Casa da Neve, d'onde o inimigo fugiu para as alturas da Ovelha. Foi n'este mesmo dia que um piquete nosso de 15 cavallos se bateu com uma partida inimiga de 50 homens, fazendo-o tão valorosamente, que o seu commandante mereceu que o marechal Beresford lhe desse um posto de accesso. Ainda no mesmo dia, intentando os francezes passar de Mesão Frio á Regua, estando ainda guarnecido o ponto da Barca do Carvalho pelo regi-

lon, tinha deixado ficar de guarnição em Trancoso e Pinhel, marchou depois contra Silveira, a quem atacou e bateu no dia 31 de dezembro na ponte de Abbade do lado de Trancoso, indo novamente ataca-lo na villa da Ponte no dia 11 de janeiro de 1811, de que resultou retirar-se para Lamego, e atravessar o Douro no dia 13 com bastante perda de gente, a que se seguiu ir o mesmo Claparede entrar depois na dita cidade de Lamego e ameaçar o Porto. Ainda assim, tendo chegado ao Rio de Janeiro a fama dos serviços de Silveira, o governo do principe regente lh'os galardoou no dia dos seus annos, em 13 de maio de 1811, com o titulo de conde de Amarante, a que se seguiu ser depois promovido a tenente general em 5 de fevereiro de 1812 e ordem do dia de 23 do referido mez e anno, contando a antiguidade d'este posto desde o 1.º de janeiro anterior.

Á segunda divisão do exercito luso-britannico andou sempre annexa uma divisão portugueza, formada pela segunda e quarta brigadas, composta aquella dos regimentos de infanteria n.os 2 e 14, e esta dos regimentos n.os 4 e 10 com caçadores n.º 10. A referida divisão teve por commandante o tenente general sir John Hamilton, na ausencia do qual lhe succedia no referido commando o tenente general conde de Amarante, o qual dignamente o substituiu com vantagem da patria e gloria do seu nome, sobretudo na guerra junto dos Pyrenéus até ao momento da sua terminação, depois da qual passou a desempenhar o seu antigo logar de general das armas da provincia de Traz os Montes.

Tendo rebentado no Porto a famosa revolução liberal de 24 de agosto de 1820, e cuidando a junta provisoria, que por effeito d'ella se installou, em chamar ao seu partido o conde de Amarante, enviou-lhe com estas vistas para Traz os Montes o arcediago da sé do Porto, Luiz Teixeira Homem de Brederode, levando-lhe cartas de seu irmão e vice-presidente da referida junta, Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, bem conhecido depois de 1823 pelo titulo de visconde de Canellas com que el-rei D. João VI o galardoou pelos seus serviços absolutistas, abandonando o partido liberal. Ás cartas não deu o conde de Amarante resposta alguma, sendo

mento de milicias de Bragança, pertencente á divisão do general Silveira, não o poderam fazer, pela viva opposição que acharam no citado regimento. No dia 11 o mesmo Silveira reforçou com mais tropa a sua vanguarda da Casa da Neve, principiando o fogo na manhã do dia seguinte entre as partidas avançadas no sitio da Ovelha: pelas onze horas travava-se ali um combate. A força do exercito inimigo era de 4:000 para 5:000 homens, com bastante cavallaria, e seis peças de artilheria, estando tudo collocado em posições vantajosas, as

o seu portador por elle mandado prender, tendo por criminosa a citada revolução. Com esta convicção reuniu pois em Chaves as tropas da provincia para a combater; mas seu cunhado, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, as chamou ao seu partido, como fautor e partidista que então foi da citada junta do Porto, postoque tambem depois em 1823 abraçou o partido absoluto, de quem recebeu o titulo de visconde do Peso da Regua. Vendo-se portanto sem meios alguns de marchar contra os revoltosos do Porto, o conde de Amarante dirigiu-se de Chaves para Ponte de Lima, retirando-se por fim para Villa Real, onde cheio de amargura, pelo triumpho da causa liberal, foi perder a vida, victima de uma molestia de peito, no dia 29 de maio de 1821, contando apenas de cincoenta e oito para cincoenta e nove annos de idade. Seu corpo foi conduzido da freguezia de S. Dionysio da referida villa para a extincta villa de Canellas, sendo lá sepultado no jazigo que a sua familia tinha na capella mór da ermida da invocação do Divino Espirito Santo, no dia 31 do citado mez e anno. Fez testamento, deixando por seu herdeiro e testamenteiro seu filho primogenito, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, que foi o segundo conde de Amarante e primeiro marquez de Chaves, titulo que se lhe deu em 1823 pelos seus serviços liberticidas.

O conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, teve do seu casamento com D. Maria Emilia Teixeira de Magalhães e Lacerda, irmã do citado Gaspar Teixeira, tres filhos: o referido marquez de Chaves, que foi casado com uma filha do marquez de Alegrete, de quem não teve successão; Miguel da Silveira, que morreu assassinado no antigo collegio dos nobres; e D. Marianna da Silveira, que casando com Bernardo da Silveira Pinto, depois visconde da Varzea, teve d'elle quatro filhos, dos quaes os primeiros dois foram, João da Silveira Pinto da Fonseca, que foi segundo visconde da Varzea, e Francisco da Silveira, que ficou representando a casa dos Silveiras, e foi casado com uma filha natural de seu tio, o citado marquez de Chaves, nascendo d'este casamento Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, que casou com uma filha do barão de Paulos, e vivem actualmente em Villa Real.

quaes todavia o inimigo foi obrigado a deixar. O terreno foi corajosamente disputado; os generaes misturavam-se com os soldados, animando-os, e dando-lhes o exemplo; mas por fim Loison, que ali commandava os francezes, retirára-se durante o escuro da noite para Gateães, deixando a victoria a Silveira, que na manhã do dia 13 o perseguiu por tal fórma, que lhe apanhou tres peças de artilheria, bagagens, muitos bois, e bestas de transporte. O mesmo Silveira marchou então a postar as suas avançadas em Manhufe, sobre o caminho de Penafiel, e em S. Gens, sobre o caminho de Guimarães. No mesmo dia 13 entrou em Penafiel, por ordem do general Silveira, o coronel Manuel Antonio de Carvalho com 600 homens, ao tempo que o inimigo d'ali se retirava com bagagens que conduzia, abandonando o Porto. A guarda que as escoltava fugiu, logoque soube da approximação das nossas tropas, deixando ficar em poder d'ellas cento e dezenove carros, doze peças de maior calibre e dois obuzes; mas a maior parte dos carros manchegos foram pela dita guarda destruidos, assim como muitas munições que queimára. De Amarante tinham os francezes retirado no mesmo dia, em consequencia da approximação do marechal Beresford, como adiante veremos, roubando n'aquella villa tudo quanto n'ella acharam de precioso, queimando todas as casas, e tirando a vida a quantos portuguezes encontraram, sem que a ninguem respeitassem por sua idade ou sexo. O cruel Loison quiz mostrar por esta sua conducta que ainda se não tinha esquecido de ser a villa de Amarante a causa principal do desaire de não ter entrado no Porto em junho de 1808. Que a perda experimentada junto da dita villa foi grande, assim o testificaram os habitantes do Porto, vendo quasi diariamente chegar áquella cidade carros de feridos, não fallando nos mortos que se acharam nos entulhos das casas queimadas e destruidas.

Se a sorte das armas pelo lado de leste do Porto se não tinha mostrado prospera á causa do marechal Soult, depois dos seus primeiros successos, pelo lado do sul do Douro tambem lhe não era muito favoravel. As tropas que destacára para a margem esquerda d'aquelle rio haviam estabelecido

em Grijó o seu quartel general, mandando para a villa da Feira 1:500 homens, e para a villa de Ovar 1:200. Em Arrifana de Santa Maria tinham-se postado 400 de cavallaria, e em Oliveira de Azemeis 280 como guarda avançada, estendendo-se até ao Pinheiro da Bemposta, para esclarecer o paiz até ao Vouga. No principio de abril corria entre os alliados que os francezes da villa da Feira iam ser reforçados com mais 2:000 homens, sendo constante que por toda a parte iam saqueando os povos por onde passavam e onde residiam. Foi em Coimbra onde se começou a estabelecer contra os invasores um foco de salutar resistencia, senão como convinha, ao menos como era possivel. Logoque n'esta cidade se soube da entrada das tropas de Soult no Porto, o coronel Trant, que o marechal Beresford mandára para ali como governador militar, buscou logo saír contra o inimigo, enthusiasmando para o acompanharem, não sómente os habitantes da cidade, mas igualmente os academicos ou estudantes da universidade, que á porfia correram ás armas, pedindo acaloradamente com exaltado patriotismo aos seus commandantes marchar igualmente contra o Porto, a par da tropa de linha e milicias. O coronel do corpo academico, Tristão Alvares da Costa Silveira, que fazia as vezes de commandante e chefe do mesmo corpo, no impedimento do vice-reitor da universidade, Manuel Paes de Aragão Trigoso, fez com effeito juntar os academicos para d'elles escolher cento e cincoenta, que o coronel Trant lhe requisitára. Entretanto quasi todos os que no anno anterior tinham formado o dito corpo se offereceram para irem com o mesmo Trant contra o inimigo. Tendo recebido cartuxame no largo do Museu, d'ali marcharam para o seu destino pela meia hora depois do meio dia de 31 de março, encontrando já pela estrada grande numero de soldados, alem de muitas outras pessoas de ambos os sexos que do Porto e outras mais terras vinham fugidas. No referido dia 31 de março foram ficar a Fornos, para onde igualmente marchou o regimento de milicias de Coimbra, e 200 soldados das de Vianna, que tambem acompanharam os academicos. Trant não julgou prudente passar d'ali para diante, pela diminuta força de que dis-

punha, indo de Fornos frequentemente a Coimbra, para cuidar nos meios da sua fortificação, cujas obras o mesmo Trant confiára a José Bonifacio de Andrada e Silva, que alem de lente de metallurgia da universidade, era tambem major do corpo academico. Dentro em quatro dias levantou-se na ponte e insua de Agua de Maias uma bateria e fosso, que no fim d'aquelle tempo se julgaram em estado de resistir aos primeiros repellões das forças do inimigo. No dia 6 de abril os academicos marcharam de Fornos para as Vendas Novas, acompanhados por algumas companhias de caçadores e granadeiros de milicias de Coimbra, bem como pelos referidos soldados do regimento de Vianna.

Pela estrada do Porto seguiu o resto das ditas milicias, reforçado por um batalhão de infanteria n.º 1, na força de 420 praças, bem como pelos granadeiros do mesmo corpo, e por um outro batalhão do 13.º de infanteria, na força de 557 homens: dois esquadrões de cavallaria do principe, ou cavallaria n.º 4, na força de 200 cavallos, acompanhavam tambem toda esta tropa, cuja infanteria de linha era no total composta de 977 homens. Chegados ás Vendas Novas, d'ali saíram no dia 7 de abril, seguindo a estrada de Aveiro. Foi então que entre os nossos correram as mais aterradoras noticias, dizendo-se que os francezes tinham já passado o Vouga, levando todas as povoações a ferro e a fogo. Isto deu logar a que os academicos, chegados á altura da Palhaça, tres leguas alem das Vendas Novas, se mettessem em linha de batalha com a mais tropa, occupando elles a ala direita. Os morrões accesos da artilheria academica, que ia nos flancos, as armas já carregadas, os amiudados tiros que ao longe se ouviam, e finalmente um rebate geral que corria por todas aquellas povoações, tudo annunciava a proximidade de um combate serio com o inimigo. Todavia Trant julgou mais prudente retirar, em attenção á diminuta gente de que dispunha, para com ella se poder oppor a uma divisão de 6:000 homens, que ousados marchavam do Porto, em rasão da recente victoria que ali tinham ganho, victoria que franqueára a Soult a entrada da cidade. Na Palhoça se reuniram tambem as ordenanças de todos aquelles districtos,

apresentando-se cada um dos individuos d'esta terceira linha armado como as suas circumstancias lh'o permittiam. Da Palhoça voltou novamente o corpo academico para as Vendas Novas, d'onde pela manhã tinha saído, marchando no seguinte dia para Avelãs de Caminho, d'onde passou para o Sardão, indo-se aquartelar em Agueda. No dia 10 de abril todos os corpos armados, que n'esta povoação se achavam acantonados, tiveram ordem pelas dez horas da noite para d'ali por diante se acharem pela manhã em armas, o que logo na seguinte de 11 e d'ahi por diante se começou a executar, conservando-se assim todos os corpos até ás oito horas do dia durante a descoberta, segundo é pratica entre os inglezes.

Foi no mesmo dia 11 que os corpos da divisão de Trant, a que no Sardão se tinham já reunido as companhias graduadas do Porto, começaram a desfilar das suas antigas posições e quarteis para a larga e espaçosa Gandra da Mourisca. O corpo dos academicos ía na vanguarda de todo o exercito, sendo este composto dos corpos já acima mencionados, tendo-se o esquadrão de cavallaria do principe dividido em piquetes pelas margens do Vouga. Não decorreu muito tempo que não apparecesse o coronel Trant, cuja guarda foi sempre feita pelo corpo academico, e passando ali revista a toda a sua força, achou que se elevava a quasi 4:600 homens de todas as armas. Pelas onze horas do dia 12 de abril pozeram-se os corpos em armas e marcharam para alem do Agueda meia legua, onde fizeram alto, mettendo-se em linha na mesma Gandra da Mourisca, onde já tinham sido revistados. Ali correu a noticia de que os francezes pretendiam passar o Vouga na *ponte de Allumiar, ponte do Vouga, e Talhadas,* o que foi causa de todo o exercito se pôr logo em movimento, examinando Trant o seu numero e a sua ordem com a maior intrepidez e sangue frio. Todavia, em vez de avançarem, os francezes retiraram para Albergaria a Nova, tres leguas para alem do Agueda, o que deu logar a que o nosso exercito fosse até Serem, onde ficou, bem como no Vouga, vigiando, por meio de avançadas, a estrada d'entre ambas as Albergarias. Foi por aquella occasião que o visconde de Barbacena offereceu aos academicos de cavallaria, da parte

do general, algumas patentes no seu esquadrão, offerta que elles lhe agradeceram, supplicando todavia a graça de continuarem no serviço militar como soldados. No dia 13 ordenou Trant aos commandantes dos differentes corpos que os fizessem chamar ás armas e os mandassem marchar para a banda do Vouga, ficando os academicos em Agueda, por terem de dar guardas ao quartel general, e fazerem a guarnição e policia do logar.

Foi por aquella occasião que Trant, avançando com uns poucos de paizanos armados, caíu sobre uma partida de inimigos, que afugentou, matando-lhe cinco homens. Pelas cinco horas da tarde do dia 17 de abril os academicos saíram de Agueda para a villa da Trofa, para onde se mudou tambem o quartel general, postando-se os demais corpos na Mourisca, Vouga e Serem, tornando depois para Agueda, em rasão da noticia de que os francezes vinham em força contra a nossa gente. Os academicos passaram da Trofa para a villa de Segadaens, procurando o Vouga. Esta posição era muito importante por estar aquella villa proxima á *ponte do Allumiar* ou da *Rata*, tantas vezes ameaçada pelo inimigo, achando-se fronteira á povoação de Alcherubim, onde elle tinha já commettido inauditas hostilidades. As margens do Vouga foram então vigiadas muito attentamente pelos academicos, patrulhando diaria e nocturnamente desde a ponte do Vouga até á villa do Eixo, serviço que cessou no dia 22, por ter o coronel Trant de marchar no dia immediato com a sua gente para o campo da Mourisca, onde a formou e lhe passou revista, mandando occupar depois as posições que mais importantes lhe pareceram. Pela sua parte os academicos foram postados no declive do outeiro que domina a ponte, e o pantano ou lagôa do Marnel, tomando pela meia noite uma posição mais proxima da dita ponte, por onde o inimigo teria de passar, no caso que avançasse. Na tarde de 30 de abril foi que os francezes avançaram com bandeira parlamentar para áquem de Albergaria. O parlamentario era o general de cavallaria Dubel, o qual, depois de feitas as ceremonias do estylo, conferenciou com Trant, desenganando-o este de que, nem elle,

nem a sua gente abandonariam jamais as suas bandeiras para seguirem as da França, sem nada lhes embaraçar com os funestos resultados que elle Dubel lhes prognosticava, no caso de resistencia aos seus convites.

No dia 1 de maio chegou á divisão portugueza do coronel Trant a noticia de que algumas tropas inglezas tinham já entrado em Coimbra, para onde marchavam igualmente outras em maior numero. Todavia foi sómente no dia 7 que a guarda avançada e a cavallaria dos alliados se pozeram em marcha d'aquella cidade para a do Porto, fazendo alto no dia 8, para darem logar a que o marechal Beresford chegasse com as forças do seu commando ao alto Douro. As que ficavam debaixo das immediatas ordens de sir Arthur Wellesley dividiram-se em tres corpos, um dos quaes era commandado pelo tenente general Paget, e o outro pelo tenente general Sherbrooke: ambos elles marcharam direitos a Albergaria a Nova, emquanto que o terceiro, commandado pelo general Hill, ladeando em Mogofores sobre a sua esquerda, tomou a direcção de Aveiro, onde entrou no dia 9 do citado mez de maio. Foi n'este mesmo dia que os corpos de Paget e Sherbrooke chegaram ás margens do Vouga com toda a sua força, principiando a marchar de lá para a sua frente pela meia noite do dia 10, tomando a direita á divisão de Trant, indo-se estender até á Gandra da citada Albergaria a Nova, inteiramente decididos a expulsarem de lá para fóra os francezes, que n'ella porventura encontrassem.

Pela sua parte a divisão de Trant desfilou da villa de Serem pelas duas horas da noite do mesmo dia 10, fazendo marchas forçadas para ganhar a dita Gandra, onde chegou, quando as vedetas inglezas se estavam já batendo com as francezas. O inimigo achava-se emboscado em um pinhal ao nascente da referida Gandra. A divisão de Trant formou-se em linha de batalha com toda a mais tropa, que já n'esta attitude se achava ali igualmente postada. Uma parte dos academicos destacou-se em caçadores, juntamente com os demais corpos. Por aquelle mesmo tempo já a nossa cavallaria tinha corrido ao ataque. Os tambores da nossa columna tambem pela sua

parte davam signal para elle; desenrolaram-se as bandeiras dos corpos, acto a que se seguiu marcharem todos para a frente a passo dobrado com o maior enthusiasmo. A artilheria academica, e a de linha de Vianna, com as suas quatro peças de calibre 3, tendo tomado posição na ala direita, receberam ordem para se adiantarem, como ambas ellas praticaram. O inimigo porém poz-se em retirada, desamparando precipitada e vergonhosamente a emboscada, em que se tinha postado, mettendo-se em linha de batalha. N'esta retirada os francezes deixaram no sitio da emboscada muitas cavalgaduras, mochillas cheias dos roubos que tinham feito, grandes boiadas e armas. A fuga era tão precipitada, que a cada passo se encontravam barretinas, fardas, capotes, botas, e finalmente tudo o que fazia embaraço para se andar ligeiro. A columna em que ía o corpo academico avançou até ao riacho de Ul, que lhe não foi dado passar, o que igualmente succedeu a toda a divisão de Trant, em consequencia da ordem que para esse fim recebeu[1].

Similhante ataque, principiado ás quatro horas e meia da manhã, e concluido ás dez, deixou um franco e livre caminho ao exercito luso-britannico por todo o mencionado dia 10, chegando a Oliveira de Azemeis pelas quatro horas da tarde. Foi ali que o corpo academico teve ordem de ladear para a esquerda, e tomar a estrada de Madail, em cujos pinhaes acampou, ficando junto da sua artilheria e da de Vianna. Por este modo os francezes, que desde um mez antes se tinham adiantado do Douro até ao Vouga, se começaram a retirar precipitadamente para o Porto. A divisão de Trant, continuando a avançar com o mais exercito, chegou á villa da Feira pelas onze horas e meia da manhã do dia 11 de maio. Já por aquelle tempo se achava ali a columna de infanteria ingleza, que até então formava a esquerda do exercito, e que vinha de Ovar, onde

[1] A força portugueza entrada no combate da Albergaria no dia 10 de maio compoz-se dos regimentos de cavallaria n.os 4, 7 e 10, e dos corpos de infanteria n.os 1, 13 e 16, com artilheria n.º 4, fazendo ao todo 1:801 homens, tendo de perda tres soldados feridos.

inteiramente destroçára os francezes que estavam n'aquella villa. O corpo academico, avançando em marcha dobrada, deixou á retaguarda a dita columna, que depois tomou o logar do centro, indo até ás *Cruzes das Vergadas*, onde das nove para as dez horas da manhã começou um encarniçado ataque, que no mesmo dia 11 teve logar, finalisando pelas tres horas da tarde, no cabeço de um monte, que fica á direita do logar das *Vendas de Grijó*. A divisão de Trant, em que ía o corpo academico, chegando ás ditas *Cruzes*, metteu-se em linha de batalha, já começada por grande parte da cavallaria portugueza. Immediatamente entrou na columna e ladeou á esquerda, volteando uma montanha que havia abandonado. Por esta fórma seguiu a divisão de Trant a estrada do Corvo, sempre beira mar; e chegando áquelle sitio, quando era já sol posto, acampou fóra da povoação n'um pinhal que estava junto d'ella, dando ao mesmo Trant uma guarda de cincoenta academicos, commandada por um capitão e dois inferiores. Na acção do dia 11 teve grande gloria o regimento portuguez n.° 16, perdendo um subalterno e alguns soldados; mas a divisão de Trant não entrou n'ella, porque, apesar da velocidade das suas marchas, já não apanhou os francezes[1].

Á vista do exposto é um facto que em toda a campanha do Vouga, que durára por quarenta dias, o coronel Trant, limitado sempre a uma guerra defensiva, por causa da grande desproporção de forças entre as suas e as inimigas, constantemente mostrou, como seu general, a par da sua grande actividade e decisão, muita intelligencia e grande serenidade de espirito, electrisando os seus subordinados, tanto pelo seu exemplo, como pela sua conducta. Foi elle quem, como já dissemos, enthusiasmára em Coimbra, e levára a pegar em armas a mocidade academica, que com jubiloso patriotismo e notavel dedicação lhe seguiu os passos e tomou o exemplo,

[1] A força portugueza entrada no combate de Grijó no dia 11 de maio compoz-se dos citados corpos de cavallaria n.os 4, 7 e 10, e dos de infanteria n.os 1, 13 e 16, fazendo um total de 1:884 homens, tendo de perda um official morto e tres soldados, sendo feridos um official e um soldado.

parecendo mais um corpo de soldados vencedores, que de antemão se davam os parabens pelos seus proximos triumphos, do que mancebos arrancados a uma vida tranquilla e sedentaria, expondo-se aos incommodos da guerra e a um perigo de morte, que a todos parecia imminente[1]. Do Porto

[1] No *Telegrapho* de 1809 se publicaram por aquelle tempo os dois seguintes sonetos; um aos estudantes de Coimbra, pelos seus heroicos feitos contra os francezes em abril e maio d'aquelle anno, outro contra Napoleão.

SONETO AOS ESTUDANTES

Vivei, filhos da deusa, que é só dona
Das sciencias, que o sabio em si conserva,
Vivei para terror d'essa proterva
Nação, que o roubo, que a crueza abona.

Mostrae até na mais remota zona,
Vingando a patria d'essa vil caterva,
Que em Lusitania os filhos de Minerva
São juntamente os filhos de Bellona.

Que peito costumado á branda avena,
Quando o clarim da guerra sôa e brada,
Com gloria o segue, gloria não pequena!

Veja a escrava nação, por vós prostrada,
Menear a mão na paz a douta penna,
Brandir na guerra a vingadora espada.

Por F.

SONETO CONTRA NAPOLEÃO

Caíu Memphis soberba, e Tiro altiva,
Babylonia caíu, caíu Carthago,
Troia em chammas ardeu, provou o estrago
Do ataque pertinaz da mão argiva.

Macedonia expirou, soffreu captiva
Thebas, a de cem portas, mortal trago,
Roma o nome perdeu no Stigio Lago,
Submersas todas são, nenhuma é viva.

Sesostris, Alexandre, Alcides fero,
Jazem todos no pó, Danao ufano,
E o filho de Peléo, o heroe de Homero.

Passou do throno ao reino do Sumano
Julio Cesar feroz, sumiu-se Nero,
Resta caír Paris e o seu tyranno.

Por A. R. Q.

havia saído, como já dissemos, pela tarde do mesmo dia em que Soult entrára n'aquella cidade, a cavallaria commandada pelo general Franceschi, composta de seis regimentos d'esta árma, que logo foram reforçados pela infanteria do general Thomiers. Em Grijó tinham elles estabelecido o seu quartel general, destacando d'ali forças de bastante monta para as villas da Feira e Ovar, alem de outras de menor monta para as de Arrifana e Oliveira de Azemeis, casos havendo em que as suas avançadas vieram até á *ponte do Marnel*. A divisão de Trant, que por então se elevaria quando muito a 2:000 homens, entre tropa de linha e milicias, sendo tudo mais *ordenanças* irregularmente armadas, sem disciplina, nem conhecimento algum dos exercicios e manejos militares, pôde ella só pela sua parte, debaixo das ordens e direcção de tão bravo e activo commandante, como era o dito coronel, embaraçar a marcha dos francezes para áquem do Vouga por espaço dos ditos quarenta dias, no fim dos quaes chegára áquellas paragens o exercito luso-britannico, destinado á restauração do Porto. Foi por conseguinte o coronel Nicolau Trant o que com as forças da sua pequena divisão impediu ao marechal Soult a sua marcha do Porto para Coimbra e Lisboa, não lhe permittindo communicar-se, nem receber auxilio algum das forças do general Lapisse, nem das do marechal Victor, demorados tambem pela sua parte, aquelle pelo coronel sir Roberto Wilson, e este pelo general Cuesta.

O boletim francez n.º 33 dava o marechal Soult como entrado no Porto a 15 de fevereiro, fixando a sua chegada a Lisboa desde 20 até 29 do mesmo mez, praso que os diarios de França espaçaram depois para 10 de março, sendo para então que davam como certa a entrada das suas tropas na mesma cidade de Lisboa. Tudo isto falhou no plano ideado pelo imperador Napoleão, porque nem Soult pôde ser auxiliado por Lapisse e Victor, como imaginára, nem estes dois generaes o foram tambem a seu turno por aquelle. Examinado esse plano, ordenado contra Portugal pelo mesmo Napoleão, votos de algum peso o olharam vicioso para que podesse aproveitar. Alem das difficuldades naturaes, que o terreno

d'este reino apresenta para uma invasão de inimigos, os tres exercitos de Soult, Lapisse e Victor tinham de operar em pontos muito distantes, para que reciprocamente se podessem communicar e apoiar, emquanto se não approximassem no seu ataque contra Lisboa, o que por conseguinte só alcançariam fazer, depois da total conquista do paiz. Imprevistos obstaculos podiam por outro lado desarranjar as combinações dos tres citados exercitos, e retardar, quando inteiramente não impedissem, o concerto das operações respectivas. Acrescia mais que cada um dos tres ditos generaes tinha debaixo das suas ordens uma força muito fraca para o completo desempenho da importante commissão que se lhes confiára. Já vimos os embaraços que Soult teve pela sua parte, não só para marchar sobre Coimbra e Lisboa, mas até para se pôr em communicação com Lapisse, de quem não recebeu noticias, mettidas como as forças portuguezas se achavam de permeio entre estes dois generaes pelo lado de leste de Portugal. Lapisse, depois de ter tomado Zamora no mez de janeiro de 1809, passou a occupar Ledesma e Salamanca, onde se lhe juntou a brigada de cavallaria do general Maupetit. Da divisão de Lapisse assim reforçada, e que não podia ter menos de 8:000 homens, comprehendendo uma boa artilheria, tiveram os hespanhoes grande receio, por verem que só tinham na sua frente o primeiro batalhão da leal legião lusitana, de sir Roberto Wilson, e as fracas guarnições da Cidade Rodrigo e Almeida; mas quando viram que elle se conservou inactivo desde janeiro até março, e que o mesmo sir Roberto Wilson com algumas centenas de portuguezes lhe perseguia sem descanso algum os seus postos avançados, interceptava os seus comboios, impedia o passo ás suas patrulhas, e chegava mesmo a inquietar a sua infanteria nos seus proprios quarteis, desde então o seu espirito de resistencia tomou muita mais energia, olhando para os francezes com certo ar de desprezo.

Animados portanto os hespanhoes por similhante motivo, D. Carlos de Hespanha foi desde então posto com a sua pequena força debaixo das ordens de sir Roberto Wilson. Este

destacou dois batalhões para occuparem os desfiladeiros de Baños, o que impediu a Lapisse a sua communicação com Victor, posição em que aquelle general ficou até aos primeiros dias de abril, sem tentar esforço algum, quer para desembaraçar a sua frente, communicando-se com Victor, quer para ter novas da marcha do exercito de Soult contra a cidade do Porto, e logoque se adiantou para Bejar, achando occupados os desfiladeiros que tinha de atravessar, voltou-se repentinamente para a sua direita, afugentando os postos que sir Roberto Wilson tinha collocado sobre o Esla, e obrigando a leal legião lusitana, que então estava commandada pelo coronel Mayne, a se refugiar debaixo da artilheria da Cidade Rodrigo. A 6 do citado mez de abril lhe intimára elle a sua rendição, e depois de uma ligeira escaramuça perto dos seus muros, foi tomar posição entre o Agueda e Ledesma. A consequencia d'estes acontecimentos foi uma insurreição, que desde a Cidade Rodrigo se estendeu até Alcantara, e desde Tamames até Bejar, porque aindaque Lapisse tivesse recebido ordem do rei José para executar as instrucções que lhe dera Napoleão, de se dirigir para Abrantes, em logar de obedecer a isto, deixou as suas posições sobre o Agueda, e sem nada lhe importar a ligação que devia ter com o segundo corpo, do commando do marechal Soult, abandonou Leão, e por uma marcha rapida, através dos desfiladeiros de Perales, dirigiu-se para Alcantara, perseguido de perto por sir Roberto Wilson, por D. Carlos de Hespanha, com os seus dois batalhões de Bejar, e por uma informe multidão de paizanos portuguezes e hespanhoes. O mesmo Lapisse, entrando pela sua parte em Alcantara, depois de ter batido uma partida de insurgentes hespanhoes, que lhe impediam a passagem do Tejo, roubou aquella cidade, que logo em seguida abandonou, para no dia 19 se ir juntar em Mérida com o primeiro corpo, a que pertencia.

Quanto ao marechal Victor, commandante do dito primeiro corpo, as suas operações tambem não foram mais felizes, nem melhor dirigidas. Tendo feito uma vã tentativa para surprehender o marquez de Palacios, successor do duque do Infan-

tado, havia pela sua parte avançado até Cidade Real com uns 14:000 homens. O general Cuesta, depois de ter reunido os restos do debandado exercito de Galuzzo, algumas levas de Granada, e as tropas que lhe foram de Sevilha, fixára o seu quartel general em Deleytosa, destruindo a ponte de Almaraz, e guardando a linha do Tejo com 14:000 homens de infanteria e 2:500 de cavallaria. Quanto ao quarto corpo, do commando do marechal Lefebvre, esse continuava a estar em Talavera, e a manter segura pela sua parte a ponte do Arcebispo. A respeito da força do exercito francez na Hespanha, depois da saida de Napoleão para França, deve saber-se que similhante força, distribuida por todos os seus differentes corpos, não excedia a 165:000 homens de infanteria e 35:000 de cavallaria, ou 200:000 homens ao todo. Por conseguinte o imperador havia tirado da peninsula em 1809 pelo menos 100:000 homens, com alguns dos seus generaes, para fazer a sua nova guerra da Allemanha, e reputando-se em 20:000 a perda que tinha soffrido o seu exercito, durante os ultimos quatro ou cinco mezes, era portanto de 120:000 homens a quebra que elle tinha soffrido na peninsula, com relação ao numero de 300:000 de que se tinha composto em 10 de outubro de 1808. A citada perda dos 20:000 homens é seguramente bastante consideravel, mas não é inverosimil, attendendo a que durante os citados quatro ou cinco mezes houve dois cercos, deram-se duas batalhas campaes de grande monta, e haviam-se travado alem d'isso bastantes combates. N'este estado se achavam as cousas quando o duque de Belluno (marechal Victor) recebeu ordem de auxiliar o duque de Dalmacia (marechal Soult) na sua invasão contra Portugal. Com isto mudou algum tanto a posição do exercito de Victor, destinando-se o general Sebastiani contra Cartojal, e o marechal Victor contra o general Cuesta: pela sua parte Sebastiani fixára o seu quartel general em Toledo, e Victor collocára o seu em Talavera de la Reyna. Madrid era o ponto de reunião dos francezes, sendo as suas parallelas de defeza o Tejo, o Alberche e o Guadarama.

Quanto aos hespanhoes, Cartojal tomára por base das suas operações a serra Morena; Cuesta tinha por sua primeira li-

nha defensiva o Tejo, e por segunda o Guadiana, d'onde se podia retirar, ou para Badajoz, por uma marcha de flanco, ou directamente sobre a serra Morena, pelos desfiladeiros de Monasterio. Os dois exercitos hespanhoes reunidos poderiam contar 26:000 homens de infanteria e 5:000 de cavallaria, sem terem reserva alguma. Os dois corpos do exercito francez, de Victor e Sebastiani, contavam mais de 45:000 combatentes, reputando-se em 30:000 o de Victor, contando a divisão de Lapisse, e em 15:000 o de Sebastiani, não comprehendida na somma acima a reserva que estava debaixo das ordens do rei José. Por conseguinte os francezes tinham por si a vantagem do numero, a da posição e a da disciplina. Segundo as ordens de Napoleão, Victor devia achar-se em Mérida antes do dia 15 de fevereiro, afugentando Cuesta para a serra Morena, e tendo obedientes, por meio dos seus doze regimentos de cavallaria, todos os valles desde aquella cidade até Badajoz. Esta mesma praça tambem não tinha meios de resistir: por conseguinte as ordens de Napoleão podiam muito bem cumprir-se por parte do marechal Victor. Todavia ficou tambem inactivo, d'onde resultou attribuirem os hespanhoes a fraqueza similhante procedimento; querer o general Cuesta tomar por tal motivo a offensiva contra Victor; e o duque de Albuquerque projectar atacar Toledo pelo lado da Mancha, projecto que a junta central ordenou a Cartojal que seguisse, devendo o mesmo duque juntar-se a Cuesta com os seus 4:000 ou 5:000 homens. Em consequencia d'estas ordens, Cartojal marchou sobre Toledo com cousa de 12:000 homens e 20 peças de artilheria. O general Sebastiani veiu no dia 27 de março ao seu encontro com o seu exercito; os hespanhoes foram repellidos sobre a Cidade Real, onde se formaram, tomando posição sobre a ribeira, adiante da cidade; mas os francezes, forçando a passagem, bateram completamente Cartojal, que, alem de perder toda a sua artilheria, teve mil homens mortos e um grande numero de prisioneiros. Os vencidos fugiram d'ali para Almagro, sendo perseguidos pela cavallaria franceza até ao pé da serra Morena. Tal foi o combate de 27 de março, chamado da *Cidade Real*, de grande vanta-

gem para os vencedores. Sebastiani fez recolher os despojos, enviou os prisioneiros para a retaguarda, e concentrando as suas tropas sobre o Guadiana, esperou o resultado das operações de Victor, permittindo assim aos fugitivos reunirem-se na Carolina, onde foram reforçados pelas levas que se lhes mandaram de Granada e Cordova.

Emquanto isto se passava na Mancha, a Extremadura hespanhola era tambem invadida pelo inimigo. O rei José, recebendo uma participação de Soult, dizendo-lhe que no dia 15 de março contava estar no Porto, ordenára a Lapisse que se dirigisse para Abrantes, e ao marechal Victor que passasse o Tejo, e repellisse Cuesta para alem do Guadiana. Victor porém, quaesquer que fossem os motivos que tivesse, não se mostrava muito disposto a secundar as operações do segundo. corpo, do commando do marechal Soult; mas instado para assim o executar, dispoz-se no dia 14 de março para passar o Tejo. Os hespanhoes tinham então sobre este rio cousa de 16:000 homens, e Cuesta, pelos destacamentos e tropas irregulares que tinha na retaguarda, poderia contar mais uns 8:000 homens. Por conseguinte o numero de 30:000 que lhe dá o duque de Belluno é exagerado. Como já vimos, os francezes estavam senhores das pontes de Talavera e Arcebispo, tendo os seus postos avançados no valle do Tejo até á Barca de Bazagona. A posição de Cuesta estendia-se desde Garbin, perto da ponte do Arcebispo, até á de Almaraz: o seu centro achava-se na Mesa de Ibor, ponto de uma grande força natural, por estar em angulo recto com o Tejo e a serra de Guadalupe. O seu quartel general e a reserva estavam em Deleytosa: um caminho excavado pelas tropas estabelecia uma communicação entre este logar e a Mesa de Ibor. Os movimentos de tropas, ordenados pelo duque de Belluno a 15 e a 16 do citado mez de março, com relação ás pontes do Arcebispo e Almaraz, fizeram com que Cuesta se dirigisse para Mirabete, e mandasse defender a ponte de Almaraz por 8:000 homens, commandados pelo general Henestrosa, reforçando tambem a sua ala direita, postada por trás do Ibor, pequena ribeira, cujas aguas manam da serra do Guadalupe para o Tejo, e que

por então se achavam engrossadas pelas chuvas. A 17 os postos avançados hespanhoes foram repellidos com perda para alem do Ibor, retirando-se para o seu campo da Mesa d'esta denominação, posição que só de frente podia ser atacada. Em vez dos hespanhoes desenvolverem ali todo o seu valor, quando se viram acommettidos pelos francezes, bem longe d'isso, dispersaram-se e fugiram logo para Campillo, deixando atrás de si as suas bagagens, os seus armazens, 7 peças de artilheria e 1:000 prisioneiros, alem de 800 mortos e feridos. Os francezes tiveram apenas 70 homens mortos e 500 feridos.

Á vista do exposto Cuesta retirou-se da Mesa de Ibor para Truxillo, e d'aqui para Santa Cruz, deixando ao general Henestrosa, que se havia retirado da ponte de Almaraz, o cuidado de lhe proteger a retirada. A 20 todo o exercito francez, depois de uma ligeira escaramuça com Henestrosa, tomou o expediente de passar para alem do Mazarna, seguindo a estrada de Mérida. A 21 um partido de cavallaria hespanhola soffreu um grave revez em Miajadas, onde a estrada se divide em dois ramos, um que vae para Mérida, outro para Medellin; foi para este ultimo ponto que Cuesta se retirou. Demorado por alguns dias em Truxillo, como o marechal Victor se viu, em rasão de alguns preparativos que n'aquella cidade se julgou obrigado a fazer, foi só a 27 de março que elle marchou em pessoa sobre Medellin, onde Cuesta, depois de se lhe ter reunido o duque de Albuquerque, contava uma força de 25:000 infantes, 4:000 cavallos e 18 a 20 peças de artilheria. Atacado ali pelo marechal Victor no dia 28, o general hespanhol foi completamente derrotado, e em seguida repellido até Almendralejo, d'onde passou a refugiar-se na serra Morena: a carnagem foi horrivel n'esta batalha de Medellin, em que tres quartas partes do exercito hespanhol n'ella pereceram miseravelmente. Cuesta perdeu seis peças de artilheria, e muitos milhares de prisioneiros, sendo a sua derrota tão completa, que alguns dias se passaram sem que podesse reunir um só batalhão de infanteria, não devendo a sua cavallaria a sua salvação senão á velocidade das pernas dos seus cavallos. Os vencedores ficaram no dia 28 no campo da batalha,

indo no dia seguinte o duque de Belluno fixar em Mérida o seu quartel general. Esta grande derrota de Medellin, experimentada por Cuesta, e a da Cidade Real na Mancha, experimentada por Cartojal, lançaram por toda a Hespanha um geral terror, de que a mesma cidade de Sevilha não ficou isenta[1], tornando-se por conseguinte livre para os francezes o caminho para se dirigirem a Lisboa. Sir John Cradock julgou pela sua parte tomar algumas medidas de precaução, e com estas vistas mandou postar em Abrantes um corpo de 7:000 inglezes, para observar a marcha de Victor sobre o Alemtejo, reunindo igualmente em Leiria uma boa parte das suas tropas, para observar a que Soult podesse tambem fazer sobre Coimbra. A maior força do exercito portuguez continuava ainda em Thomar, debaixo das immediatas ordens do marechal Beresford, como acima já notámos.

Apesar da sua tão assignalada victoria de Medellin, o marechal Victor continuou tão inactivo em Mérida, quanto o marechal Soult igualmente se achava no Porto, occupando-se sómente em n'esta cidade promover partidistas á sua pessoa, imaginando que por tal meio poderia ser rei de Portugal. Pela sua parte o rei José instava com o duque de Belluno para que entrasse em Portugal, e com o general Lapisse para que se dirigisse a Abrantes; mas Victor demonstrava que, segundo a natureza do paiz, não lhe era possivel fazer similhante movimento, nem defender as suas communicações com Almaraz, emquanto que a divisão Lapisse se lhe não fosse juntar pela estrada de Alcantara, o que este general assim fez, indo-se-lhe effectivamente reunir em Mérida no dia 19 de abril, como já vimos. Sem embargo d'isto a inactividade de Victor continuou em Mérida, assim como a de Soult no Porto, estando,

[1] Por este modo os hespanhoes, quando mais presumpção tinham de se medirem com os francezes em batalha campal, era quando mais experimentavam derrotas sobre derrotas, sem que esta cruel experiencia os podesse devidamente esclarecer, nem fazer-lhes adoptar combinações mais discretas, e menos arriscadas tentativas. Constantemente se viram caír em faltas sobre faltas, imitando n'isto as differentes potencias da Europa na sua prolongada luta contra a França.

como effectivamente estavam, os movimentos d'estes dois generaes dependentes uns dos outros, para se assenhorearem de Lisboa, e expulsarem os inglezes inteiramente da peninsula, sua principal missão. A collocação das tropas inglezas em Abrantes e Leiria reanimou o ardor dos hespanhoes e dos portuguezes. A insurreição, não estando já reprimida pela presença do corpo intermediario de Lapisse, retirado para Mérida, corpo que aliás prendia as operações de Soult com Victor, rebentou com grande energia desde Alcantara sobre o Tejo até Amarante sobre o Tamega. Cuesta, vendo a inacção dos dois marechaes francezes, tratou de reunir como pôde um outro exercito na serra Morena, porque, aindaque as derrotas simultaneas dos exercitos da Mancha e Extremadura tivessem produzido uma grande consternação na Andaluzia, os hespanhoes, vendo que os francezes nenhum partido tiravam das victorias da Cidade Real e Medellin, concluiram que elles se achavam fracos para levarem ávante a conquista do paiz, ou que a guerra da Austria obrigava Bonaparte a renunciar á da peninsula. Esta idéa tornou-se geral, e foi ella a que sustentou o espirito de hostilidade dos hespanhoes contra os francezes, e sobretudo a hostilidade e auctoridade da junta central, que depois de tantas loucuras e desastres, não a poderia manter por certo, a não se dar similhante circumstancia. A má fortuna dos dois generaes hespanhoes era igual; mas não tendo Cartojal popularidade alguma, foi exonerado, dando-se a Cuesta o commando dos dois exercitos; e a junta, estimulada pelo perigo que corria, chamou para a Andaluzia todas as suas tropas e levas de recrutas. O general Cuesta, querendo cobrir Sevilha, tomou posição nos desfiladeiros de Monasterio, onde se lhe juntaram 800 cavallos e 2:300 homens de infanteria, tirados da guarnição de Sevilha. Tambem lhe foram de Cadix 1:300 homens de tropas veteranas, 3:500 das novas levas de Granada, e 2:500 cavallos, destacados do exercito da Mancha. No fim do mez de abril Cuesta tinha portanto um novo exercito, composto de 25:000 homens de infanteria e quasi 6:000 de cavallaria. O general Venegas, tendo sido chamado de Valencia, apresentou-se na Carolina, onde

tratou tambem de organisar um outro exercito da Mancha. Tal era a situação das cousas militares da peninsula, durante o mez de abril de 1809, quando novas combinações e novas ordens do governo inglez lhes vieram dar um favoravel impulso ou direcção bem diversa da que até ali tinham tido.

Emquanto pois o marechal Soult consumiu no Porto em deleitoso ocio todo o mez de abril, ou fosse com as vistas de gosar do seu importante triumpho n'aquella bella cidade, ou com as de promover partido, para por meio d'elle conseguir o ser rei de Portugal, debaixo do nome de Nicolau I; e emquanto igualmente o marechal Victor se entretinha tambem em bater o general Cuesta na Extremadura hespanhola, e inactivo se conservava depois em Mérida por todo o citado mez de abril, tornando-se assim para Portugal esta demora dos dois marechaes uma verdadeira tábua de salvação, que o preservou de uma nova occupação franceza na sua totalidade, os destinos da Providencia preparavam as cousas para a completa libertação da peninsula, fazendo reapparecer novamente em Lisboa um homem de tão extraordinario talento e consummado saber militar, como foi sir Arthur Wellesley, a quem sempre a victoria acompanhou por espaço de cinco annos continuos, ganhando constantemente durante elles quantas batalhas deu aos francezes, phenomeno aliás raro nos annaes militares, e que seguramente honra, tanto a capacidade militar do general, quanto o valor e coragem do exercito que commandou. Trazendo de novo á memoria n'um resumido quadro os passados successos, diremos que, depois da batalha que o mesmo sir Arthur Wellesley ganhára no Vimeiro em 21 de agosto de 1808, foi elle chamado a Londres com todos os mais generaes, para responder á commissão de inquerito, que o governo inglez nomeára por causa da má impressão que igualmente lá produzíra a convenção de Cintra. Vimos depois d'isto que, saíndo não sómente puro, mas até com subidos louvores dos exames e inquirições que se lhe fizeram, foi depois d'elles tomar assento na casa dos communs, de que era membro, onde apresentou uma proposta para defender Lisboa e o reino de Portugal de qualquer invasão dos francezes,

uma vez que o governo britannico lhe desse o mando de 30:000 inglezes para se unirem ás tropas portuguezas, organisadas e disciplinadas na conformidade dos regulamentos do exercito britannico, como já se viu na memoria ou informação que dera ao seu governo sobre este assumpto. Esta proposta, patrocinada como foi efficazmente pela familia Wellesley, por aquelle tempo de muita influencia na marcha e decisão dos negocios publicos em Inglaterra, pôde por fim vencer-se e approvar-se, como tambem já vimos, sendo com effeito sir Arthur Wellesley o escolhido para commandar em chefe a nova expedição de tropas que se destinava para Portugal, não obstante a difficuldade que para isso havia, filha de ser o mesmo sir Arthur Wellesley um dos tenentes generaes mais modernos que por então se achavam no exercito britannico. Entretanto a resolução d'este negocio levou seu tempo, porque, se tinha por si altos protectores, tambem tinha contra si altos adversarios, filhos talvez do merito de Wellesley, pois raras vezes esta qualidade deixa de lutar com mesquinhas rivalidades de maior ou menor monta, que a inveja de apoucadas intelligencias nunca deixa de acaloradamente promover. O certo é que d'aqui resultou uma luta de partidos que demorou a expedição, e fez perder a Wellesley um tempo precioso, circumstancia que lhe infundiu certos receios de que podesse chegar já tarde a Portugal, a terem-se acabado já as hesitações dos marechaes Soult e Victor. Felizmente isto não teve logar, provindo d'aqui preparar-lhe a fortuna uma nova e não interrompida serie de triumphos, que immortalisaram o seu nome, constituindo-o n'um digno e verdadeiro rival do grande capitão do seculo XIX.

Por aquelle mesmo tempo a força do exercito portuguez podia já reputar-se em respeitavel estado; os seus vinte e quatro regimentos de infanteria com quatro de artilheria e os seis batalhões de caçadores, que primeiramente se organisaram entre nós, andavam quasi por 41:000 homens, e como a força determinada para os doze regimentos de cavallaria excedia a 7:000 homens, vinha o exercito portuguez de primeira linha a ser de 48:000 homens no anno de 1809. Os quarenta

e oito regimentos de milicias, que ainda por então havia, excediam a 52:000 homens, elevando-se portanto a 100:000 homens as forças de primeira e segunda linha, que se pozera debaixo das ordens do marechal Beresford[1]. Foi para harmonisar a sua organisação e disciplina com a organisação e disciplina do exercito inglez, que ao referido marechal se deu o commando em chefe do exercito portuguez, commando que elle começou a exercer, nomeando para seu quartel mestre general o coronel D'Urban e para seu ajudante general o coronel, que então era do regimento de infanteria n.º 22, Manuel de Brito Mousinho. Foi Beresford o que, auxiliado por estes dois habeis officiaes, fez do exercito portuguez um dos mais aguerridos e disciplinados exercitos que por aquelle tempo figuraram na momentosa guerra da Europa contra a França, como já notámos. Sempre inexoravel na fiel observancia da disciplina militar, a sua austeridade em punir os que faltavam a este salutar preceito o tornou desde logo celebre, tendo-se na conta de excellente a escolha que d'elle se fez. Denunciando ao exercito, por meio das suas ordens do dia, ou a cobardia, ou a má conducta dos officiaes que aviltavam a sua patente, fez com que taes vicios se tornassem raros nas nossas tropas.

Um dos primeiros actos de vigor apresentado pelo marechal Beresford para introduzir e manter a disciplina no exercito do seu commando, e até mesmo infundir respeito na classe civil, cuja plebe se achava por então em manifesta insurreição contra as auctoridades, foi a severidade que usou para com o juiz do povo de Coimbra, o qual se atreveu a ir procurar o coronel Trant, da parte do povo d'aquella cidade, para lhe dictar as operações militares que tinha a desempenhar, exigindo-lhe tambem ser informado de tudo o que houvesse sobre tal assumpto. O mesmo Trant, participando simílhante circumstancia ao marechal, levou este a expedir imme-

[1] Officio n.º 8 dos governadores do reino para o Rio de Janeiro, de 14 de agosto de 1809, existente no livro I da correspondencia do ministerio da guerra para aquella côrte.

diatamente uma carta ao dito juiz do povo, em que não só lhe estranhava um tal procedimento, mas até lhe ordenava que sem perda alguma de tempo fosse á sua presença, tanto para o informar do estado da cidade, como para responder pelo seu procedimento, por se ter atrevido a dictar aos officiaes militares cousas do seu especial serviço e responsabilidade, e inteiramente alheias ás funcções d'elle juiz do povo [1]. O seu segundo acto de vigor foi o que tambem manifestou com o tenente general, Antonio José de Miranda Henriques, por occasião d'este lhe dirigir uma carta, datada de 22 de maio de 1809, que tambem publicára nos jornaes, lamentando o seu auctor não ter sido nomeádo para fazer parte do exercito que marchava contra as tropas de Soult [2]. A similhante carta respondeu o marechal na sua ordem do dia de 18 de junho d'aquelle anno, fazendo sentir ao exercito a irregularidade de uma similhante conducta, poisque nenhum official tinha direito a publicar cousa alguma, que elle marechal lhe escrevesse, ou elles lhe escrevessem, sem para isso serem auctorisados [3].

[1] Veja o documento n.º 61-B.

[2] Esta carta é a que vae no documento n.º 61-C.

[3] Documento n.º 61-D. É portanto um facto que os serviços prestados pelo marechal Beresford a Portugal pela energia e severidade com que desde que assumiu o commando do exercito buscou reprimir a sua insubordinação e refrear a anarchia do povo, embaraçando que os morticinios de Braga e do Porto passassem para o sul do Douro, foram na verdade importantes, e a elles se refere o seguinte trecho de um impresso d'aquelle tempo, com relação a este assumpto. «Era o tempo em que o marechal Soult, entrando na Galliza com um exercito de 25:000 homens e approximando-se á fronteira de Traz os Montes pelo lado de Chaves, dava indicios de se dirigir ao Porto. O receio da nova invasão electrisou o povo d'aquella cidade a ponto de se julgar inaccessivel ás armas francezas, e confiando inexperto a si proprio a sua propria defeza, ousou prescindir da disciplina militar, e da subordinação aos chefes e auctoridades constituidas. Os homens perversos e mal intencionados, dominados pela ambição e pelo espirito de rapina, acharam um especioso pretexto de a exercer, invocando o patriotismo. O acolhimento que achou logo a effervescencia dos seus transportes fez proselytos da sedição e cumplices da insubordinação, não só aos que já eram da iniquidade dos mais pai-

O mais notavel de todos estes casos, e que ao mesmo tempo mostra a grande severidade e a cordura do marechal Beresford, foi o succedido com o major de infanteria n.º 13, Francisco de Mello, apesar de ser chefe de uma familia illustre, e apparentado alem d'isso com outras de igual ou superior jerarchia, e mais particularmente com o marquez das Minas, sendo então um dos proprios governadores do reino. Francisco de Mello, que mais tarde teve o titulo de conde de Ficalho, sendo de uma saude precaria, succedeu demorar-se em Lisboa por doente, mas sem licença que previamente devêra ter requerido. Ou porque só por isto o marechal se desse por offendido, ou porque em particular tivesse tambem havido entre os dois algumas palavras de desagradavel azedume, é certo

zes, senão ainda a innumeraveis pessoas de todas as classes, que por falta de intelligencia ou de reflexão se uniram, ou desculparam a populaça, que marchando sempre ao abrigo da soberana egide do patriotismo, foi perpetrar impunemente todo o genero de maleficios, roubos, ultrajes e assassinios. As pessoas de representação formaram a medida ás suas esperanças, e em Braga finalmente se levantou a mascara pelo cruel assassinio do desgraçado general Bernardim Freire de Andrade, e de uma porção do seu estado maior. As auctoridades civis e militares pareceram logo simultaneamente atacadas de um estupor moral. Em logar de enfraquecerem sem demora o espirito sedicioso, applicando com energia a severidade das leis e da policia á immediata extincção do fermento anarchico, que com rapidez começava já a diffundir-se pelas provincias do norte, ellas receiaram exacerbar os anarchistas, prevenindo-lhes os attentados. Foi por isso que os começados em Braga se repetiram logo no Porto, Vianna, Barcellos, e já queriam responder com o exemplo de Vizeu na Guarda e em Coimbra, se a esta cidade não chegasse felizmente a tempo a corajosa e fulminante animadversão do marechal Beresford, commandante em chefe do exercito portuguez, o qual, bem como o temeroso estampido do trovão, e o impulso irresistivel do raio que o acompanha, n'um momento aniquilou todos os actos recalcitrantes, que até ali audazes queriam tomar conhecimento das proprias operações do governo em pontos militares, com a mais monstruosa ingerencia em assumptos tão superiores ao seu alcance. N'esta terrivel epocha desastrosa, n'este interregno silencioso da lei viram-se as auctoridades inteiramente ludibriadas, os direitos sem garantia, as forças sem equilibrio, os movimentos sem reconhecer direcção no impulso recebido, e finalmente a zizania espraiando-se triumphante, sem receio de alguem que a cohibisse.»

que Beresford se aggravou de tal modo, que não só obrigou o governo a mandar Francisco de Mello preso para a torre de Belem, mas até levou este a pedir a sua demissão, a qual lhe foi dada, publicando-se na ordem do dia de 19 de janeiro de 1810 o aviso em que se participava ao marechal a concessão da dita demissão, a respeito da qual elle dizia: «Que a perda para o exercito de uma pessoa que desejava deixar o serviço, quando todo o reino era chamado a elle para se oppor ao inimigo, como fazia o ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Francisco de Mello, não seria lamentada pelos officiaes e soldados portuguezes, assim como o não era por fórma alguma por elle marechal, que antes desejava tirar do exercito pessoas que em um tempo tal, podendo passear e frequentar os theatros, se achavam sómente incapazes para fazer face ao inimigo do seu principe e da sua patria». E porque o marquez das Minas levou a mal este procedimento de Beresford para com um seu parente e amigo, e deixou por similhante causa de ir ás sessões do governo, lord Strangford apresentou na côrte do Rio de Janeiro uma memoria, em que o marechal narrava a sua conducta para com Francisco de Mello, e se queixava da que o marquez das Minas tivera para com elle. Por nota de 13 de abril de 1810 se respondeu a lord Strangford, dizendo-lhe que o principe regente não podia deixar de approvar a conducta do marechal, como tão necessaria para manter a disciplina do exercito, acrescentando que, quanto ao marquez das Minas, o seu procedimento provinha do seu mau estado de saude, circumstancia que muito tempo antes o tinha já levado a pedir a sua demissão de membro do governo, porque se isto assim não fosse, em tal caso não só sua alteza real desapprovaria um tal procedimento, mas ainda mostraria quanto lhe era por extremo desagradavel. O desgosto que d'isto proveiu ao marquez foi tal, que nunca mais voltou definitivamente ás sessões do governo, e Francisco de Mello, passando a servir no exercito como voluntario, levado a isto por um brioso capricho de honra, teve de então por diante uma conducta tal, que Beresford se retractou satisfeito na sua ordem do dia de 6 de junho de 1811 de *tudo quanto tinha dito d'este fidalgo*, encarregan-

do-se até de solicitar a sua reintegração no serviço no mesmo posto e antiguidade que tinha, como se não tivesse saído d'elle. Justa era a reparação que assim se fazia ao credito d'este bravo official, cuja conducta foi de tal ordem na frente do inimigo, que tendo sido ferido na batalha de Albuera, foi depois valentemente morrer na de Salamanca, sendo tenente coronel de infanteria n.º 18.

Se depois da conducta do marechal Beresford, debaixo do ponto de vista disciplinar para com os individuos, passarmos a examinar agora a que tambem teve para com a corporação da officialidade dos differentes corpos do exercito, ver-se-ha que elle manteve para com ella uma severidade igual, quando se lhe antolhavam delinquentes, como infractores da disciplina militar. Como exemplo notavel dos d'esta especie é o seguinte caso. A officialidade do regimento de infanteria n.º 19, allegando os insultos injustamente recebidos pelo seu coronel, Luiz Ignacio Xavier Palmeirim, e a prisão a que o condemnou o commandante da brigada de 7 e 19, o brigadeiro Blunt, que até o chegou a suspender do seu posto, pediu, ou que o dito coronel fosse reintegrado, ou que o governo desse aos supplicantes o destino que por melhor entendesse. Contra similhante procedimento representou logo o marechal Beresford ao governo, expondo-lhe a necessidade de fazer um exemplo no promotor de similhante pedido, o major D. Manuel Xavier Botelho, e de aggregar os mais officiaes representantes a outros regimentos, até que os commandantes dos corpos em que servissem informassem da sua boa conducta. O marechal Beresford chamava a isto uma conspiração, e como tal queria que fosse punida, sendo os n'ella envolvidos mettidos em conselho de guerra. N'esta conformidade foram effectivamente presos e responderam a conselho, servindo-lhes de corpo de delicto a supplica que tinham feito. Figuraram como accusações para serem julgados pelo respectivo conselho: 1.º, a quebra das regras da disciplina militar, pelo facto de se reunirem em corpo, sem conhecimento do commandante do regimento; 2.º, a quebra das regras militares, fazendo falsas accusações contra os seus superiores; 3.º, a quebra das regras da disci-

plina, por se fazerem juizes entre os seus superiores, elogiando Palmeirim e condemnando Blunt; 4.º, por se atreverem a dictar ao governo o que entendiam dever-se fazer, procurando que o coronel tornasse ao exercicio do seu posto; 5.º, finalmente pelo terrivel exemplo que isto dava á disciplina e subordinação, escolhendo entre os seus superiores quem os devia commandar, elegendo para este fim Palmeirim, que lhes dava menos trabalho que o brigadeiro Blunt[1]. Foi por esta sua conducta que o marechal Beresford introduziu no exercito portuguez a mais severa e exemplar disciplina desde o simples soldado até ao elevado posto de tenente general, sem contemplação alguma para com individuos, classes, corporações e jerarchias.

Um outro meio de que o mesmo marechal se serviu para similhante fim foi o de afastar do exercito todos aquelles officiaes que por sua idade, molestias, ou genio pouco proprio para a actividade e duros trabalhos da guerra lhe não davam esperanças do fiel cumprimento dos seus deveres, como já n'outra parte notámos. Para os substituir no mesmo exercito, disciplinar este de prompto, e torna-lo quanto antes sabedor dos exercicios e evoluções militares, introduziu n'elle, como tambem já dissemos, um grande numero de officiaes inglezes, não só para os postos superiores, mas até mesmo para os subalternos. Concordâmos, e de muito bom grado, que este numero foi alem do que a necessidade exigia; mas a não se empregar este meio, tambem duvidâmos muito que se podessem conseguir os importantes fins que se tinham em vista, pelo menos com a brevidade que as circumstancias tão imperiosamente exigiam. Verdade é que por esta fórma se privaram em grande parte da gloria da sua brilhante conducta os officiaes portuguezes, ao passo que por outro lado se lhes prejudicaram tambem os seus accessos. Sobre estes inconvenientes acresceu mais tornar-se esta medida desairosa até mesmo para a nação; mas isto, como tambem já dissemos, era até certo

[1] Officio do marechal Beresford para D. Miguel Pereira Forjaz, datado de Coimbra aos 11 de fevereiro de 1810.

ponto desculpavel: 1.º, porque a indisposição contra o dominio francez era tão geral e tão forte em todo o paiz, que não havia condição por mais onerosa que a Inglaterra nos propozesse, que por nós não fosse logo acceita com a melhor vontade, uma vez que viesse acompanhada da crença de nos subtrahirem ao jugo da França; 2.º, porque a não ser similhante medida, a disciplina do nosso exercito não seria tão prompta e efficaz como na verdade foi; 3.º, finalmente, porque tendo a Inglaterra tomado a seu soldo, n'este anno de 1809, 20:000 homens de tropas portuguezas, justo era até certo ponto que nomeasse officiaes seus, que vigiassem a organisação e disciplina dos respectivos corpos, e a applicação dos dinheiros que para elles dava, particularmente tendo visto e experimentado que até áquella epocha tinham sempre sido baldados todos os sacrificios em armas, munições e dinheiro, que havia fornecido aos exercitos de varias outras potencias; e como por outro lado o governo portuguez assentou que não devia haver differença entre os ditos 20:000 homens do soldo inglez e aquelles a quem o thesouro de Portugal pagava e vestia por sua propria conta, constituindo uns e outros um só e unico exercito, resultou d'aqui serem os officiaes inglezes introduzidos em todos os corpos portuguezes, quaesquer que fossem as suas armas, os quaes, com elles á sua frente e debaixo da sua direcção, fizeram toda a guerra da peninsula com admiravel bravura, disciplina e distincção. E tão prompta foi logo a transformação disciplinar que o marechal Beresford fez em todo o nosso exercito, que já na data de 18 de abril officiava elle para o governo, dizendo: «Com o maior prazer tenho a communicar a v. ex.ª as minhas seguras rasões para acreditar que todo o espirito de insubordinação e motim, que ha pouco se mostrava no exercito de sua alteza real, desappareceu, manifestando elle em pouco tempo um tom e uma firmeza que lhe fará honra e á patria. Hoje recebo do coronel Trant a noticia de que, havendo lido as minhas ordens ao batalhão de granadeiros do Porto, o regimento unanimemente e no mesmo instante obedeceu, e voltou com toda a ordem imaginavel para Coimbra. O marechal de campo Bacellar me dá tambem

parte de que o batalhão n.º 9 parou similhantemente e ficou com elle, e eu não posso deixar de louvar a boa disposição que encontro geralmente nas tropas, e havendo-as presentemente visto quasi todas, as considero tão subordinadas como o podem ser outras quaesquer tropas. Tambem me communicou o brigadeiro Silveira que os officiaes e gente do seu commando se comportaram com perfeita obediencia, e a seu rogo dispensei alguns officiaes superiores, que lhe havia ordenado me mandasse presos, por causa da sua má conducta por occasião da perda de Chaves. Exceptuei comtudo o tenente coronel Francisco Homem de Magalhães Pizarro, que deve aqui chegar preso pela sua insubordinação e suas consequencias. A outro coronel ordenei que ficasse no exercito do brigadeiro como voluntario, até que pela sua boa conducta na presença do inimigo se mostrasse digno de commandar um regimento portuguez. Espero pois que, manifestando igualmente os povos as melhores disposições, guardaremos a tranquillidade do paiz; *mas estou muito seguro da obediencia das tropas*».

Quanto ao exercito inglez, que em força ía novamente apparecer em Portugal, diremos que desde o dia 12 de março de 1809 tinham começado a desembarcar em Lisboa, e o fizeram por differentes vezes, as tropas que por fim o haviam de completar, vindo-se juntar ás de sir John Cradock, e por modo tal que, montando estas apenas a 10:787 homens em 6 de janeiro d'aquelle anno, em 6 de abril haviam já subido a 16:886, achando-se a 22 do referido mez elevadas a 21:597, e em 1 de maio a 24:227[1]. Passados que foram no parlamento inglez os debates sobre o duque de York e a proposta de sir Arthur Wellesley, bem como os que entre os proprios membros do ministerio inglez tiveram logar sobre a sua nomeação para commandante em chefe das forças inglezas na peninsula, saíu elle definitivamente de Londres no dia 8 de abril para Portsmouth, onde embarcou a 16, ainda com alguma parte da respectiva expedição, destinada para Portugal. No dia 22

[1] Documento n.º 61-E.

do dito mez entrou finalmente no Tejo a bordo de uma fragata ingleza que o conduzia. A inesperada chegada a Lisboa de um general, tido não só como o mais habil, mas até mesmo como o mais feliz de todos os seus collegas em Inglaterra, general que tambem por outro lado era já entre nós bem conhecido pelas suas victorias, e que em toda a nação portugueza tinha provocado as mais decididas sympathias em favor da sua pessoa, desenvolveu em todos os moradores da capital um phrenetico e vivo enthusiasmo, inconcussa prova da extrema confiança que já tinham na sua alta capacidade para o bom exito da luta, que tão séria e pertinazmente se achava empenhada contra a França. Toda a cidade de Lisboa espontaneamente appareceu illuminada na noite de 23 de abril, para solemnisar tão auspicioso acontecimento. A alegria brilhava no rosto de todos os portuguezes; os vivas e os applausos do povo ao verem pelas ruas o recemchegado eram incessantes, sendo por conseguinte os portuguezes os primeiros que pelas suas officiosas saudações e enthusiasmo em favor de sir Arthur Wellesley, reconheceram n'elle, antes dos seus brilhantes feitos, um dos maiores vultos militares que tem visto a Inglaterra, de que resultou captivar-se elle muito de tão brilhante recepção [1].

No dia 24 foi com grande ceremonial apresentado pelo mi-

[1] N'um impresso d'aquelle tempo, intitulado *Elogio que a gratidão consagra ao grande Wellington*, se relata a recepção que elle por então teve na capital pelo seguinte modo: «Descrever condignamente o enthusiasmo que causou nos moradores de Lisboa o verem desembarcar por segunda vez o grande general sir Arthur Wellesley parecerá incrivel. Extrema foi a sympathia que os portuguezes por elle tiveram desde que em 1808 batêra os francezes nas acções da Roliça e Vimeiro. O certo é que a sua chegada a Lisboa em abril de 1809 foi saudada com os mais acalorados vivas e acclamações, que retumbaram por todas as praças e ruas. Foi um outro Pompeu, quando depois da conquista da Asia, entrou triumphante na capital do imperio romano. Estes applausos, precursores dos seus proximos triumphos, foram a mais exuberante prova da cega e justa confiança que todas as classes de portuguezes tinham posto nos talentos e alta capacidade do general que desde a sua primeira visita a Portugal tiveram na conta de um verdadeiro heroe».

nistro inglez em Lisboa aos governadores do reino. Um immenso concurso de povo correu a vê-lo e a sauda-lo de novo na praça do Rocio, manifestando nos vivas que lhe dirigia, e nas demonstrações de alegria que lhe patenteava, os puros sentimentos da sua extrema sympathia e gratidão para com elle, a confiança que no seu saber depositava, e as bem fundadas esperanças que n'elle punha. Ainda na noite de 24 a cidade de Lisboa se tornou a illuminar de novo, sendo mais bastas e geraes as luminarias do que na noite anterior. O dia 25 de abril era o anniversario natalicio da princeza D. Carlota Joaquina; á noite foi ao theatro da rua dos Condes o general Wellesley, sendo ali recebido com as mais phreneticas acclamações, que da parte dos concorrentes foram seguramente outras novas provas da sua grande confiança para com elle. Ali chegou tambem um pouco mais tarde o marechal Beresford, sendo igualmente recebido com não menos demonstrações de confiança e dedicação por elle, em testemunho do reconhecimento pelos seus relevantes serviços, prestados já na organisação e disciplina do exercito portuguez. Beresford tinha vindo de Thomar a Lisboa, a requisição de Wellesley, não só para conferenciar com elle ácerca do plano de operações a seguir, mas tambem para se acordar com o governo sobre a categoria que devia ter no exercito portuguez o mesmo Wellesley. Em virtude do acordo entre si feito, os governadores do reino expediram a este general, na data de 29 de abril, uma carta regia, assignada pelo bispo do Porto e por D. Francisco Xavier de Noronha, publicada na ordem do dia de 4 de maio, pela qual o nomeavam marechal general dos exercitos portuguezes, para n'esta qualidade dirigir as operações dos mesmos exercitos, quando houvessem de se combinar e manobrar com os britannicos, ficando sempre ao marechal Beresford o seu commando especial[1]. Quasi pelo mesmo tempo em que em Lisboa se lhe dava esta nomeação, outra, não só igual, mas até superior, recebia elle tambem do Rio de Janeiro, por carta regia de 6 de julho do mesmo anno, a qual não confirmava, nem mesmo se referia á de 29 de abril.

[1] Veja o documento n.º 62.

Quanto a sir John Cradock, diremos que elle foi igualmente convidado por carta de sir Arthur Wellesley, datada de 23 de abril[1], a que comparecesse em Lisboa para tambem conferenciar com elle, a fim de se remover a difficuldade que havia, sobre a impossibilidade d'elle Cradock continuar a servir em Portugal debaixo das ordens d'elle Wellesley, por ser este um tenente general mais moderno do que era aquelle. O resultado da referida conferencia foi partir sir John Cradock para Gibraltar na qualidade de governador d'aquella praça, para onde effectivamente partiu no dia 29 de abril, depois de ter entregado ao seu successor no dia 27 o commando do exercito inglez, o qual n'aquelle mesmo dia recebeu ordem de reunir e se pôr em marcha para Coimbra. Foi no dia 24 do citado mez de abril que sir Wellesley fez conhecer a lord Castlereagh, que achando-se a situação dos negocios da peninsula tal qual a tinha imaginado para tomar o commando do exercito inglez, elle o havia effectivamente assumido, em conformidade das intenções dos ministros da corôa, o que prova que a defeza de Portugal era ainda para o governo britannico um negocio hypothetico e secundario, em que tinha pouca confiança[2], e que a demora das operações de Soult e Victor contra Lisboa foi com effeito a causa de Wellesley tomar aquella resolução, de que immediatamente dependeu a salvação de Portugal, e posteriormente a libertação da peninsula. Alem d'esta feliz circumstancia, outras mais se davam do mesmo teor para a empreza de Wellesley: Chaves tinha já caído em poder de Silveira, como atrás se viu; a resistencia que o mesmo Silveira tinha opposto por alguns dias á passagem dos francezes em Amarante, e as felizes operações de sir Roberto Wilson no reino de Leão e Extremadura, junto á raia de Portugal, tinham feito rebentar na mais larga escala a insurreição dos povos da Beira e Traz os Montes contra os francezes. As forças do coronel Trant, postoque algum tanto irregulares em grande parte, achavam-se no Vouga, onde, apesar

[1] Veja o documento n.º 62-A.
[2] Documento n.º 63.

d'isso e do seu pouco numero, tinham embaraçado a passagem dos francezes para o sul d'este rio; e finalmente Beresford, havendo já conseguido restabelecer no exercito portuguez muita subordinação e disciplina, offerecia com o mesmo exercito um poderoso apoio ás operações que se intentassem. Por outro lado via-se que o poder do marechal Soult se achava inteiramente gasto ou esgotado, bloqueado, como de facto estáva sendo no Minho, não podendo fixar-se com segurança fóra d'esta provincia, e muito menos marchar contra Lisboa, por ter de atravessar um paiz cortado de montanhas, desfiladeiros e rios, trasbordando ainda com as suas aguas do inverno findo. Soult não podia portanto emprehender cousa alguma séria com os seus 23:500 homens, tendo de se bater com uma população em armas, sustentada por um exercito auxiliar de grande reputação, e tão numeroso como já então se via o inglez, tendo de mais a mais contra si grande numero de descontentes no seu proprio campo.

Se Soult estava fraco para emprehender operações activas, não o estava Victor, o qual podia bem, á testa dos seus 30:000 homens, marchar direito a Lisboa, através de um paiz aberto, que não tinha outro obstaculo mais do que o rio Tejo, vadiavel quasi sempre em muitas partes desde Abrantes até á sua origem por aquelle tempo. A dar-se a marcha de Victor, o marechal Soult podia então vir ao Mondego, e ligar, por meio da linha do Zezere, as suas operações com aquelle outro marechal, e ambos elles avançarem depois sobre a capital. Wellesley tinha por si a coragem e extrema confiança das suas tropas, que no dia 1 de maio se elevavam ao todo a 26:000 homens inglezes e allemães, incluindo 3:700 cavallos e muares[1], alem de uns 25:000 homens de tropas portuguezas, já organisadas e armadas, não fallando nas milicias e ordenanças; por terra tinha alem d'isso as praças de Almeida, Cidade Rodrigo, Elvas, Abrantes, Peniche e Badajoz; e pelo lado do mar se achava elle senhor da communicação com a esquadra

[1] No exercito inglez quando se falla do numero de homens no campo é sómente com relação aos officiaes inferiores e soldados.

ingleza e embarcações portuguezas, tendo tambem a vantagem da livre navegação das costas e dos rios, que lhe permittiam o transporte facil do que lhe fosse necessario conduzir para onde mais conta lhe fizesse. Reunia por fim com tudo isto o importante apoio do exercito hespanhol de D. Gregorio de la Cuesta com os seus 30:000 infantes e 6:000 cavallos, segundo o que atrás já vimos. D'esta força 25:000 homens estavam por então adiante do desfiladeiro de Monasterio, muito perto dos postos do marechal Victor, não sendo de menor monta o prestigio que tambem lhe dava a sua grande popularidade, a energia de um povo vivamente excitado pela sua independencia e amor da patria, e por estas duas nobres causas enthusiasmado o mais possivel contra o inimigo, dando-se finalmente com tudo isto a opportunidade da occasião, realçada por um certo presentimento da proxima victoria. Parecia pois que o melhor plano era caír sobre o marechal Victor, por ser mais perigosa para Portugal a sua vizinhança, e ser tambem a sua derrota muito mais sensivel e prejudicial aos francezes e de muita vantagem para os hespanhoes. Todavia occupando Soult uma rica provincia e juntamente com ella a segunda cidade do reino, ambas as quaes lhe offereciam amplos e abundantes recursos, e sendo muito dos desejos do marechal Beresford, dos governadores do reino e do povo portuguez, que o mesmo Soult soffresse quanto antes o castigo da temeraria ousadia com que invadíra o norte do reino, que todos suspiravam por ver quanto antes libertado da presença dos francezes, por esta operação se decidiu finalmente sir Arthur Wellesley.

No meio dos seus planos este general contava que o brigadeiro Silveira podesse manter os seus postos sobre a linha do Tamega até que fosse reforçado, em cujo caso se haveria cortado a retirada a Soult, excepto quando este se resolvesse a atravessar o rio Minho, onde o mesmo Wellesley pensava em o apertar tanto, que a passagem lhe fosse impraticavel. Perdendo-se todavia a posição de Amarante, falhou uma das mais importantes combinações, o que não obstante nada alterou o primitivo plano na mente do seu auctor. Provendo á segu-

rança de Lisboa[1], ameaçada pelo exercito de Victor, e entendendo-se com Beresford sobre a execução do seu plano, ordenou que uma força da leal legião lusitana, em numero de 800 homens, que se achava perto de Castello Branco, quando Lapisse passou o Tejo, fosse posta debaixo do commando do coronel Mayne, que mandou postar na ponte de Alcantara, levando tambem comsigo o regimento das milicias da Idanha, na força de 1:017 praças, 50 dragões de cavallaria de Almeida, ou cavallaria n.º 11, quatro peças de calibre 4 e dois obuzes, sendo portanto o total d'estas forças 1:817 homens, excluindo a cavallaria. Para Abrantes e d'ali até Villa Velha mandaram-se postar, debaixo das ordens do coronel Carlos Frederico Lecor, caçadores n.º 1 com 576 praças, caçadores n.º 2 com 405, caçadores n.º 5 com 296, milicias de Santarem com 815, milicias de Thomar com 980, milicias da Covilhã com 993, dois esquadrões de cavallaria com 220 cavallos, e oito peças de artilheria de calibre 3, sendo o total d'esta força 4:065 homens. Em Thomar e Torres Novas postaram-se os regimentos de infanteria n.º 3 com 740 praças, n.º 13 com 825, n.º 15 com 672, e os restos do regimento do Porto com 360, sendo o total d'esta força 2:597 homens. Na Gollegã postou-se o batalhão de caçadores n.º 1 com 417 praças, e dois esquadrões de cavallaria na força de 250 cavallos. Em Santarem postaram-se o regimento de infanteria n.º 4 com 1:430 praças, e as milicias de Soure e da Louzã, aquellas com 486 praças e estas com 481, sendo o total d'esta força 2:757 homens. O total de todas estas forças em escalão sobre o Tejo, cujo commando em chefe se deu ao tenente general Antonio José de Miranda Henriques, montava a 11:653 homens portuguezes, que foram reforçados por dois batalhões inglezes, que acabavam de desembarcar dos transportes, que de Inglaterra tinham vindo successivamente chegando ás aguas do Tejo, depois de sir Wellesley, e por mais tres batalhões, tirados do exercito inglez que se achava em Leiria: o total da força in-

[1] O estado de segurança em que ficava Lisboa foi participado pelo marechal Beresford a D. Miguel Pereira Forjaz por officio que se póde vêr no documento n.º 63-A.

gleza ficou debaixo das ordens do general Mackenzie, com quem o general Miranda Henriques se deveria entender para o que lhe fosse necessario. No Alemtejo, governado pelo tenente general Francisco de Paula Leite, conservou-se a mesma força que até ali existia n'aquella provincia. Com o marechal Beresford dirigiram-se para Coimbra os seguintes corpos portuguezes: os regimentos de infanteria n.º 2 com 1:039 praças, n.º 14 com 1:189, n.º 10 com 1:383, n.º 16 com 1:364, granadeiros do Porto com 577, caçadores n.º 4 com 580, duas companhias de caçadores do monte com 151, tres esquadrões de cavallaria na força de 457 cavallos, uma brigada de artilheria de calibre 9, uma de calibre 6 e duas de calibre 3. Foram estas as forças portuguezas com que o marechal Beresford caminhou para o norte do reino, sommando ao todo 6:283 homens, sendo 5:650 de primeira linha os que com Silveira defendiam o Tamega.

Wellesley e Beresford partiram de Lisboa para Coimbra no dia 28 de abril, chegando Wellesley a esta cidade no dia 2 de maio e Beresford no dia seguinte, sendo aquelle lá recebido com repiques de sinos e luminarias á noite, com todas as mais demonstrações de publico regosijo. O exercito luso-britannico que ali se elevava a 25:000 homens, sendo 13:000 inglezes, 3:000 allemães e 9:000 portuguezes, incluindo a divisão de Trant, n'aquella mesma cidade se concentrou no dia 5. Foi logo em Coimbra que por aquella occasião se começou a intercallar o exercito portuguez com o inglez, principiando esta operação pelos regimentos de infanteria n.ºs 10 e 16, e granadeiros de 6 e 18 com artilheria n.º 4. Um batalhão de cada um dos referidos regimentos se annexou á brigada do general B. Stewart, logoque no dia 4 de maio chegaram a Coimbra. Alem dos citados corpos portuguezes, que assim se encorporaram nas tropas inglezas, tambem fizeram parte das forças de Wellesley sobre o Porto aquelles outros corpos que anteriormente formavam a divisão de Trant, sendo o total da força que os compunha 2:530 homens. Esta medida da intercallação das tropas portuguezas com as inglezas produziu com o tempo os melhores resultados, não só por ser este o modo de

supprir a falta de experiencia em que as portuguezas ainda por então se achavam, como por se introduzir assim uma louvavel e proveitosa emulação entre umas e outras tropas, como depois se viu. Na frente do exercito que se havia reunido em Coimbra achava-se, como atrás se disse, o citado coronel Trant, operando sobre o Vouga com as suas avançadas na margem direita d'este rio, sendo então a força de primeira linha, que estava debaixo das suas ordens, composta dos corpos já mencionados, na força de 977 homens de infanteria com dois esquadrões de cavallaria, na força de 200 cavallos, pertencentes aos regimentos n.^{os} 4, 7 e 10 d'esta arma. Dois caminhos tinha sir Wellesley a seguir para se dirigir ao Porto; um é o que vae por Vizeu e Lamego, por meio do qual teria torneado a ala esquerda dos francezes no fim de quatro ou cinco dias de marcha, separando-os assim da Beira e Traz os Montes; o outro é o que de Coimbra se dirige directamente para aquella cidade, dando-lhe a vantagem de no fim de dois dias se ir encontrar de frente a frente com a ala direita do inimigo, que poderia bem surprehender, dispondo de forças superiores ás d'elle, as quaes lhe não seria difficil esmagar entre o Vouga e o Douro.

Foi por aquelle mesmo tempo que o marechal Beresford soube que os francezes se tinham apoderado no dia 2 de maio da ponte de Amarante, allegando Silveira a inferioridade das suas forças para cohonestar este desastre, e o não ter sido soccorrido a tempo. Postoque isto fosse verdade, tambem igualmente o era que a superioridade da sua posição suppria bem a superioridade do numero dos francezes. Aterradas as tropas do general Silveira pelos meios que o inimigo empregou para conseguir os seus fins, vergonhosamente se dispersaram, sem terem feito a menor resistencia, e nem mesmo tentaram defender o terreno, que ficava entre Amarante e Mesão Frio, e que tão favoravel é a um pequeno corpo, que decidido n'elle se pretendesse defender contra um outro superior, e ao qual em similhante local a sua cavallaria seria de pouco proveito. «A conducta pessoal de v. s.^{a}, dizia o marechal Beresford ao general Silveira, tem sido desde o principio

tão patriotica, honrada e digna de louvor, que não duvido fizesse da sua parte todos os esforços para remediar a desgraça, occasionada pela negligencia e cobardia de alguns dos seus officiaes, e para reunir e formar os fugidos, tirando proveito da sua reserva, para se oppor á rapida passagem do inimigo pelo terreno difficil que deviam atravessar de Amarante para Mesão Frio; mas conheço muito bem a difficuldade de reunir tropas assustadas por um terror panico, e que não estando no melhor estado de disciplina, tomaram dos seus officiaes o exemplo para fugirem, para me não admirar de v. s.ª não ter sido bem succedido. Ás tropas de Traz os Montes se deverá indicar um ou mais pontos de reunião, de modo que o inimigo as não possa impedir».

Apesar d'este contratempo, sir Wellesley em nada alterou o seu plano de ataque contra Soult, e decidido a persegui-lo por ambos os caminhos acima referidos, tomou elle a seu cargo seguir direito pela estrada real de Coimbra ao Porto contra a ala direita dos francezes, commettendo ao marechal Beresford o dirigir-se contra a sua ala esquerda por Vizeu a Lamego com a divisão de que dispunha, reforçada por alguns corpos inglezes, que Wellesley lhe cedeu, em troca dos portuguezes com que ficou, podendo fazer ao todo 6:000 homens. Para cobrir esta marcha a Vizeu, o mesmo Beresford mandou postar em frente da dita cidade o coronel Wilson, com o fim de segurar a passagem do Douro em Ambos os Rios, sendo a força de que dispunha composta de caçadores n.os 3, 4 e 6, com duas companhias do regimento britannico n.º 60, formando uma brigada ligeira. Depois da chegada a Lisboa de sir Arthur Wellesley, o mesmo Wilson tivera ordem de se retirar da Hespanha para Portugal, o que executára, vindo entrar em S. Pedro do Sul, d'onde marchou para Amarante, encorporando-se lá na divisão de Silveira as tropas de que até ali dispunha. Ao marechal de campo Bacellar foi ordem para que tambem marchasse sobre Lamego com a sua divisão, que se compunha de um batalhão de infanteria n.º 9 com 566 praças, e do regimento de infanteria n.º 11 com 1:412, de dois esquadrões de cavallaria na força de 290

cavallos, com duas peças de calibre 6, oito de calibre 3 e dois obuzes: Bacellar tinha por incumbencia, quando alguma desgraça succedesse a Silveira, avançar com a sua divisão, ou para se apoderar da passagem do Douro no Peso da Regua, ponto muito importante para as operações de Beresford, ou para se apoderar de Lamego, que tambem se não tinha por menos importante. Por esta fórma vinha o coronel Wilson, cujas avançadas se foram postar em Farropa, duas leguas distante de Arouca, e outras tantas de Oliveira de Azemeis, a communicar pela sua direita com Bacellar, e pela sua esquerda com o coronel Trant, observando particularmente os caminhos por aquella parte. Ao general Silveira foi ordenado que empregasse todos os meios de reunir a sua força dispersa, indo-se encontrar com Beresford em Vizeu ou Lamego, o que fez, comparecendo n'esta ultima cidade.

A 7 de maio, junto á noite, chegára o marechal a Vizeu, e sabendo ali que os francezes avançavam sobre Mesão Frio, tendo abandonado Villa Real, onde se haviam postado, depois de terem passado o Tamega no dia 2, ordenou que o marechal de campo Bacellar passasse immediatamente o Douro, o que elle pontualmente executou á vista do inimigo, que desde o rompimento da ponte de Amarante se achava acampado nas alturas de Fontellas. Bacellar, desembarcando no Calhau da Regua no dia 9 ao sol posto, lançou logo as suas avançadas pela estrada de Mesão Frio, d'onde escreveu a Beresford no dia 10, participando-lhe a resolução em que estava de perseguir o inimigo pela estrada de Amarante; Beresford porém ordenou-lhe que cortasse a serra do Marão, e seguisse a estrada de Mondim de Basto e Peroalves, direito a Chaves, o que elle fielmente cumpriu. A Silveira tinha-se dado ordem, que com a gente dispersa que reuniu, reforçada por mais 800 homens, se dirigisse para Villa Real, como executou. A 8 Beresford chegou a Lamego. A 9 tinha o inimigo avançado para Mesão Frio, estendendo os seus postos ao longo do Douro, até á passagem da Barca de Molledo, e a 10 pela manhã encaminhou-se ás alturas fronteiras, direito á posição dos nossos no Peso da Regua, tendo a sua esquerda em Morenho, o centro

em Fontales, e a direita em Sergude; os francezes, em numero de 5:000 infantes e 700 cavallos, eram ali commandados pelo general Loison. Foi então que o general Bacellar, com quatro peças de calibre 3, que Beresford em pessoa foi ver collocar, passou corajosamente o Douro á vista do inimigo, recebendo a mesma ordem a brigada de n.os 2 e 14 de infanteria, commandada pelo marechal de campo José Lopes de Sousa, que da ponte da Murcella se tinha igualmente dirigido com cavallaria n.os 6 e 9 para Lamego, cidade que por aquella occasião se tornou o ponto de reunião para todas as forças portuguezas, destinadas a perseguir a ala esquerda dos francezes; esta brigada porém não pôde passar o Douro por imprevistas circumstancias. Loison, vendo a passagem d'este rio effeituada assim pelas nossas tropas, e vendo igualmente o reforço dado a Silveira, desfilando este em direitura para Villa Real, temeu, não só que lhe cortassem as suas communicações com Amarante, mas até que fosse atacado de frente pelos nossos, de que resultou principiar a retirar-se das alturas em que estava, passando na noite de 10 a Mesão Frio, e na manhã de 11 a Amarante. D'aqui mesmo se retirou depois sobre Guimarães, mandando queimar todas as povoações por onde passou, quer lhe resistissem, quer não, tendo anteriormente commettido n'ellas toda a especie de crueldades. Pela sua parte Silveira entrou logo em Amarante, depois da sua evacuação por Loison, e após elle o grosso do nosso exercito no dia 13 de maio, posteriormente ao combate que no dia 12 tivera em Gatiaens, combate em que a divisão de Silveira perdeu dois soldados mortos e tres feridos.

Emquanto isto se passava pelo lado de leste do Porto, sir Arthur Wellesley preparava-se para activamente executar as suas operações pelo lado do Vouga e sul d'aquella cidade, de acordo com o plano que o marechal Beresford já anteriormente tinha ajustado com sir John Cradock, e que elle Wellesley portanto adoptára pela sua parte. Era o exercito de que immediatamente dispunha composto de uma divisão de cavallaria e tres de infanteria. A primeira d'estas, commandada pelo tenente general Paget, como já anteriormente vi-

mos, constava de duas brigadas com doze peças de artilheria; a segunda, commandada pelo tenente general Sherbrooke, era formada de tres brigadas com seis peças de artilheria; a terceira, commandada pelo major general sir Rowland Hill, compunha-se de duas brigadas com seis peças de artilheria. A cavallaria era commandada pelo tenente general Payne. A totalidade de todas estas tropas elevava-se pouco mais ou menos a 15:000 homens de infanteria e 1:500 de cavallaria com vinte e quatro peças de artilheria, seis das quaes eram de calibre 3. A 7 a cavallaria ligeira, e a divisão Paget marcharam, como tambem atrás já notámos, pela estrada do Porto até ao Vouga, fazendo alto no dia 8, para darem tempo a que Beresford ganhasse o alto Douro, antes que tivesse logar o ataque contra a ala direita dos francezes. A 9 continuaram a sua marcha para a ponte do Vouga, ao passo que a divisão Hill se dirigia para Aveiro. Pela tarde do citado dia 9 a divisão Paget chegára ás vizinhanças do Vouga, não o passando já senão de noite, para que as sentinellas inimigas o não presentissem, por ser da intenção de Wellesley surprehender os francezes na manhã do dia 10. O general Franceschi achava-se por então em Albergaria a Nova com a sua cavallaria, duas a tres leguas distante da ponte do Vouga; um regimento da divisão Mermet, com seis peças de artilheria, ali se achava igualmente, estando o resto da infanteria do mesmo Mermet em Grijó, uma marcha distante para a retaguarda, sobre a estrada real do Porto. Foi no mesmo dia 9 que o general Franceschi informára o marechal Soult de que as forças alliadas se reuniam sobre o Mondego, chegando os postos de Trant até ao Vouga; mas ainda assim estava longe de suppor que o exercito inglez se achava na sua totalidade sobre este rio, e disposto a caír-lhe em peso, atacando-o com toda a decisão.

Pela tarde do mesmo dia 9 de maio foi que o general Wellesley saiu de Coimbra e chegou ao Vouga, passando logo este rio, indo-se depois da sua chegada acampar a cavallaria ingleza e a portugueza com a divisão de Trant nos pinhaes de Serem. Á meia noite entraram em Agueda, e na Mourisca entraram igualmente as brigadas Murray e Stewart, da divisão

Paget, a que se seguiu passarem tambem o Vouga, e irem depois unir-se á divisão Trant, a qual, reforçada pelos regimentos de cavallaria n.^{os} 4 e 10 portuguezes, formava a ala esquerda do exercito alliado. A brigada Stewart, em que entrava o regimento de infanteria portugueza n.º 16, formava a direita, e a cavallaria ingleza, commandada pelo general Cotton, ia no centro: toda a mais tropa, á excepção de uma brigada da divisão Hill, mandada para Aveiro, marchava de reserva. Sabendo o general Wellesley que a ria de Ovar não estava guardada pelos francezes, decidiu-se a tomar-lhes a direita a favor d'esta ria, para cujo fim destinou a citada brigada da divisão Hill, indo-se embarcar em Aveiro na tarde do mesmo dia 9, para de lá seguir para Ovar na manhã do dia 10, ao romper do sol, fazendo-se o desembarque immediatamente. Pelas seis horas da manhã d'este mesmo dia chegavam tambem ás planicies entre as duas Albergarias as divisões Paget e Trant pela fórma acima descripta[1]. A cavallaria franceza, na força de 1:000 homens, e outros tantos de infanteria, achavam-se postados para áquem de Albergaria a Nova, no sitio da Guarda, d'onde a cavallaria franceza avançou sobre a ingleza, dando n'esta uma descarga cerrada, executada com todo o primor de decisão e galhardia militar; os inglezes porém despicaram-se com valor, caíndo logo sobre os seus adversarios com tal impeto, que em menos de meia hora os francezes foram derrotados, retirando-se para os pinhaes. Ali mesmo tornaram a ser novamente atacados no mesmo dia 10 pelos caçadores inglezes de Stewart, e os portuguezes de Trant. A infanteria franceza pretendeu fazer alguma resistencia, mas teve de retirar-se para Albergaria a Nova, onde se não pôde demorar,

[1] Devemos aqui advertir que já anteriormente descrevemos os combates de Albergaria e Grijó, dados nos dias 10 e 11 de maio, por nos parecer acertado completar por então as operações da pequena divisão do coronel Trant, da qual fazia parte o corpo academico de Coimbra, combates de que tambem agora passâmos outra vez a fallar, em rasão do exercito inglez haver entrado n'elles, e serem já dirigidos pelo tenente general sir Arthur Wellesley, de cujas operações igualmente aqui nos occupámos.

por se achar quasi cercada pela cavallaria ingleza. N'este combate, que durou tres horas, tiveram os portuguezes a perda de tres soldados feridos e quatro extraviados, tendo sido de algum vulto o estrago que soffreram os francezes, principalmente na retirada, em que fizeram muito bom serviço duas peças de artilheria portuguezas, commandadas pelo primeiro tenente Gutierres, que n'esta occasião se distinguiu bastante. Em Albergaria foram os francezes por mais outra vez atacados, e d'ali lançados fóra, sendo os primeiros que entraram n'aquella villa os caçadores portuguezes, que de toda a tropa ingleza mereceram grandes elogios pela sua bravura e sangue frio. Acoçados logo os francezes pela cavallaria ingleza, fugiram d'aquelle ponto para perto do Pinheiro, onde pretenderam novamente formar-se, ameaçando a divisão de Trant; mas o general Cotton, á testa d'aquella sua cavallaria, ajudado pela artilheria montada, poz o inimigo em vergonhosa fuga, sendo sempre perseguido até Oliveira de Azemeis, onde ficou o quartel general do exercito alliado na noite de 10 para 11. A perda do inimigo não foi de muito vulto, tanto em mortos, como em feridos e prisioneiros; mas figurou n'essa sua perda uma peça de artilheria, muito gado, alem de dezenove cavallos e eguas. Pela nossa parte houve um soldado inglez morto, dois feridos e um caçador portuguez.

Era igualmente pelo mesmo dia 10 de maio, como já vimos, que o marechal Beresford tinha feito atravessar o rio Douro na Regua pelas suas tropas, repellindo Loison para Amarante; por conseguinte o flanco esquerdo dos francezes estava n'aquelle dia torneado pelo marechal Beresford, o direito pela brigada do general Hill, que da sua frente os tinha repellido em Ovar, bem como aos que da villa da Feira para ali tinham ido de reforço; o centro achava-se da mesma maneira repellido, e posto em retirada pelas divisões Trant e Paget, no que tomára parte a cavallaria do general Cotton. Estas divisões com toda a mais força do exercito alliado haviam pernoitado n'um pinhal, distante do inimigo meia legua. Pelas sete horas da manhã do dia 11 continuou o exercito as suas operações, fazendo marchas forçadas, durante as quaes

os francezes perderam sempre terreno até Grijó, pois apenas os postos avançados francezes descobriram os do exercito alliado ao chegar á Venda Nova, entre Souto Redondo e Grijó, promptamente se retiraram. Por esta fórma ia o dito exercito marchando sobre o Porto, para onde igualmente marchava o general Hill pelo caminho parallelo, que de Ovar se dirige tambem para aquella cidade. Pouco depois notou-se que os francezes, na força de 4:200 infantes e 1:000 de cavallaria, se achavam collocados n'uma forte posição nas alturas que dominam Grijó, tendo a sua frente coberta por bosques, e por um terreno desigual: a sua artilheria a tinham elles postada no cabeço do Picoto. Á vista d'isto Wellesley mandou tornear o flanco esquerdo do inimigo, manobra que foi bem executada pela brigada do major general Murray. Por este mesmo tempo o regimento portuguez de infanteria n.º 16, que fazia parte da brigada do general Stewart, atacou tambem a direita, ao passo que outros corpos da mesma brigada atacaram igualmente os francezes nos bosques e na villa, onde se achavam, ataques que os obrigaram a se retirar para o Porto, sendo perseguidos por dois esquadrões de cavallaria ingleza, ás ordens do major Blake. Chegados á altura dos Carvalhos, voltaram-se contra os seus perseguidores; mas a infanteria ingleza, chegando ao passo de carga, os constrangeu a proseguir na retirada, o que fizeram em boa ordem e defendendo-se sempre como poderam. Os inglezes pararam durante a noite, ao passo que os francezes, continuando a retirar-se, passaram o Douro e entraram no Porto. N'este combate de Grijó perdeu o regimento portuguez n.º 16 o alferes Joaquim José de Quevedo e Vasconcellos, e tres soldados mortos; um official e um soldado feridos, como atrás notámos.

A tropa franceza, que retirava da margem do sul do Douro, na já citada força de 5:200 homens, incluindo 1:000 de cavallaria, reunida á que se achava dentro do Porto, em numero de 4:500 infantes, fazia um total de 9:700 homens. Parece que o marechal Soult buscava retirar-se para Leão e Castella Velha por Lamego e Beira Alta, o que se prova, quer pelo grande em-

penho que teve em se apossar da ponte de Amarante, quer pela marcha que levava Loison, em direitura a Lamego com a sua divisão, forte de 5:700 homens, e quer finalmente por ter mandado do Porto para Amarante a sua artilheria e bagagens. Para conservar a sua communicação entre Amarante e a mesma cidade do Porto tinha elle postado n'um ponto intermediario, entre aquelles dois, uma força de 2:050 homens. A divisão Lorges, que se achava para o norte do Minho, na força de 1:400 homens, recebeu ordem de se dirigir tambem para Amarante, pela estrada de Guimarães, devendo previamente reunir toda a sua força dispersa. Soult suppunha que só a 14 ou 15 de maio elle Lorges se podesse achar no Tamega. Por conseguinte ao mesmo Soult era muito necessaria a occupação do Porto, pelo menos até áquelles dias, para cobrir a retirada de Lorges. A divisão de Mermet, retirando-se de Grijó para o Porto, foi logo mandada para Vallongo e Baltar, com ordem de se assegurar de todos os barcos do Douro para que não seguissem para o Porto, onde podiam vir fornecer meios de transporte ao exercito alliado. No dia 11 (quinta feira da Ascensão), do meio dia por diante começaram no Porto a ver-se passar do sul para o norte do Douro tropas, muitos cavallos sem cavalleiros, e muita gente sem armas, e tudo isto em marcha precipitada durante todo o resto do dia, continuando tambem por toda a noite até ás duas horas e meia da manhã do dia 12, sexta feira, em que quatorze barris de polvora arderam ao mesmo tempo dentro das barcas da antiga ponte do Douro, de que resultou ir uma parte d'ella pelos ares e arder a outra. Tal foi o annuncio da definitiva retirada dos francezes da margem esquerda d'aquelle rio, que abandonaram, incluindo as baterias que tinham na Serra do Pilar, onde tudo despedaçaram, queimando, ou deitando ao rio toda a polvora que ali tinham, e encravando as peças de artilheria. No Porto fez tambem o marechal Soult pôr em segurança todas as embarcações, que os seus soldados poderam apanhar, e estabelecer postos em todos os logares, que mais vantajosos lhe pareceram, dispondo-se a ficar no Porto até ao citado dia 14 ou 15 de maio, como acima se disse, para dar

tempo aos dragões de Lorges, e aos diversos destacamentos do seu exercito a concentrarem-se em Amarante.

Soult tinha mais particularmente dirigido a sua attenção para aquella parte do rio, que fica para baixo da Ribeira, e d'aqui vae até S. João da Foz. As informações, que a sua cavallaria lhe tinha dado, fizeram-lhe acreditar que a divisão Hill, desembarcada em Ovar, iria tentar a passagem do Douro o mais perto possivel da sua foz, ao abrigo do fogo dos seus navios de guerra, circumstancia que o levou a ter n'uma especie de abandono aquella porção da cidade, que desde o sitio da Ribeira vae até á quinta do Freixo. Com isto coincidiu tambem pensar que o general Loison se conservava firme com a sua força em Mesão Frio e Peso da Regua, quando se achava já em retirada pára Guimarães. Tendo pois o regimento de infanteria n.° 86 e a brigada de dragões do general Caulaincourt occupado os já citados postos intermediarios entre Amarante e o Porto, pensou ter segura a sua retirada para Amarante. Para mais se aggravar a sua já tão critica posição, foi por aquelle mesmo tempo, ou na noite de 8 para 9 de maio, que um official general declarou ao marechal Soult, que o ajudante major d'Argenton, que n'outro tempo fôra seu ajudante de campo, o tinha vindo visitar, e lhe fallára n'uma vasta conspiração de acordo com os generaes inglezes, tendo por fim apparente desthronar Napoleão, e pacificar a Europa, começando pelo prender a elle, duque de Dalmacia, entregando-o depois aos postos avançados do exercito inglez. Preso d'Argenton, Soult prometteu-lhe o seu perdão, se nomeasse os conspiradores e desse conta do que tinha visto, quanto á força do exercito inglez e portuguez. D'Argenton confessou sem rebuço, que tinha vindo fallar com os generaes Wellesley e Beresford a Lisboa e a Coimbra; pintou-lhe a força do exercito luso-britannico como se lhe tinha figurado (poisque Wellesley lh'a não deixou ver com exactidão); mas quanto aos conspiradores nada lhe disse, limitando-se só a exagerar a importancia da conspiração, a desafiar o poder do marechal, e a aconselhar-lhe, como o meio mais seguro para elle, o abraçar os sentimentos dos conspiradores. Soult, mostrando n'esta occa-

sião toda a firmeza propria do seu caracter, querendo verificar a extensão do perigo, retardou a execução d'Argenton, que no decurso da campanha se pôde escapar, salvando-se a si e aos seus consocios pela sua fuga para os inglezes[1]. Conseguintemente Soult desde 9 de maio, em que d'Argenton foi preso, viu bem todo o abysmo dos perigos de que se achava rodeado, postoque se não intimidasse com elles. Chamando ao seu quartel general todos os generaes de divisão que se achavam no Porto, todos elles lhe protestaram a sua fidelidade e a dos seus subordinados; mas a desconfiança não podia deixar de existir pela sua parte, pelo menos emquanto não descobrisse a fundo a conspiração. O certo é que elle se via pela sua frente com um inimigo poderoso, e pela sua retaguarda com os insurgentes portuguezes, que se tinham reanimado, á vista das circumstancias occorrentes, ao passo que as tropas francezas, batidas desde o Vouga até ao Douro, e desde este rio até ao Tamega e ao Lima, se achavam commandadas por officiaes, cuja fidelidade, a respeito de muitos, lhe não podia deixar de ser suspeita, d'onde resultava daremse-lhe falsas informações, e serem as suas ordens desprezadas, ou não serem pontualmente cumpridas pelos seus subordinados.

Pelas nove horas da manhã do dia 12 de maio appareceu a guarda avançada do exercito alliado no alto de Santo Ovidio, onde varias pessoas do Porto lhe foram dar a noticia do abandono da Serra do Pilar por parte dos francezes: passando uma porção do exercito a occupar aquelle ponto, d'elle desceu alguma gente para a margem do Douro, reunindo-se em Villa Nova ás mais forças, que para ali marchavam. Na mesma manhã do dia 12 o corpo academico de Coimbra, com a divisão Trant, depois de algum tempo de marcha, fez alto para dar logar a avançar mais para a frente a columna portugueza de caçadores, que no dia 11 tinha ficado á retaguarda. Do mesmo corpo academico saíram cem homens para guarda

[1] Passado tempo caiu nas mãos dos seus, por quem foi depois julgado e fuzilado.

avançada, commandada pelo tenente coronel do referido corpo, José Bonifacio de Andrada e Silva, destacando-se tambem um batalhão de caçadores para defender os flancos da sobredita guarda. Depois de algum tempo de marcha fez-se alto, recebendo por essa occasião os caçadores academicos a honra do general Paget os pedir para fazerem parte da sua divisão. Continuou-se a marcha para Villa Nova, onde o exercito chegou pelas nove horas do dia 12. A columna ingleza, que occupava a Serra do Pilar, foi postar-se junto ao muro da cerca do respectivo convento, sobre o rio Douro, com a conveniente artilheria, que ali se assestou para proteger a passagem do rio, que era o unico obstaculo que por então separava os dois exercitos. Soult, pouco ou nada tendo soffrido pelas operações antecedentes, podia dentro em dois dias retirar-se sobre o rio Tamega, e bater ali o marechal Beresford, cujas tropas, fracas em numero, não bem organisadas, e geralmente bisonhas, podiam não fazer grande resistencia; conseguido isto, era-lhe então facil dirigir-se para Salamanca por Lamego e Beira Alta, como pareciam ser as suas vistas, indo lá ser muito mais prejudicial aos alliados do que o era na propria cidade do Porto. Por conseguinte era da maior urgencia que quanto antes se átravessasse o Douro, não só para livrar Beresford do perigo, que lhe podia estar imminente, mas até mesmo para o auxiliar a embaraçar a passagem de Soult para a Beira, quando porventura a pretendesse effeituar. A Serra do Pilar, junto da qual o Douro faz uma volta, formando um angulo agudo, impede que da cidade se veja cousa alguma para a parte de cima do rio.

O duque de Dalmacia, descuidado sobre este ponto, occupava o palacio chamado dos Carrancas, para o lado oeste da cidade, d'onde só descobria toda a parte inferior do rio, que desde Villa Nova corre até á Foz, emquanto que Wellesley via muito a seu commodo do alto da mesma Serra, onde se fixára, toda a cidade, todo o rio Douro, e até mesmo todo o paiz circumvizinho. Este general via alem d'isto os cavallos e as bagagens do inimigo moverem-se sobre a estrada de Vallongo, uma grande nuvem de poeira, indicando a retirada das

suas columnas, e finalmente não haver junto do rio corpo algum consideravel que o vigiasse, mas sómente alguns pequenos postos militares, e esses mesmos separados uns dos outros, e sem serviço de patrulhas. O que mais para seus fins chamou a attenção de sir Arthur Wellesley na margem direita do Douro foi o edificio do seminario: cercado, como se acha, por uma muralha, que por cada um dos seus dois lados desce até á margem do rio, o recinto por ella comprehendido, chamado quinta do Prado do Bispo, offerecia-lhe capacidade sufficiente para conter dois batalhões dos seus. Com esta circumstancia davam-se tambem outras, taes como a de ter uma só saída, e essa mesma fechada por uma grade de ferro, que deita para o caminho de Vallongo; dominar toda a vizinhança, excepto uma pequena elevação ao alcance de artilheria, mas que não offerece capacidade para n'ella se assestar; não haver perto d'ali posto algum dos francezes; e finalmente poder-se pelo lado direito do convento da Serra descer commodamente até ao antigo hospicio do Senhor d'Alem, junto ás aguas do rio, sem que da cidade se descobrisse esta operação. Á vista pois de similhantes circumstancias julgou sir Wellesley que, a ter um só barco ás suas ordens, poderia effeituar a passagem do rio, mesmo em presença de um exercito tão aguerrido como o de Soult no Porto, commandado por um dos mais habeis e acreditados marechaes de França. Bem depressa lhe deparou a fortuna o desejado barco, tal foi o que durante a noite havia transportado um pobre barbeiro do Porto, escapado ás patrulhas francezas. Um dos seus officiaes d'estado maior, o coronel Waters, homem audaz e emprehendedor, tendo conhecimento do facto, de prompto atravessou o rio com o barbeiro e o prior de Amarante, que corajosamente lhe offereceu o seu soccorro. Hora e meia depois voltaram elles com tres grandes barcos, com a fortuna de não serem percebidos pelos francezes. Durante este tempo assestaram-se no convento da Serra dezoito ou vinte peças de artilheria.

As mesmas circumstancias que portanto se deram no Porto em outubro de 1580 entre as forças portuguezas do partido de D. Antonio, prior do Crato, e as hespanholas que o perseguiam,

novamente se repetiram n'aquella cidade, entre as francezas que a occupavam e as luso-britannicas que d'ella as buscavam expellir. É possivel que sir Wellesley ignorasse o plano da tomada do Porto, effeituada no dito anno de 1580 pelo mestre de campo general do exercito hespanhol, Sancho de Avila, mandado de Lisboa pelo duque de Alba em seguimento do prior do Crato, o qual, depois da sua derrota na ribeira de Alcantara, junto da capital, se havia retirado para o norte do reino, indo refugiar-se no Porto. Sancho de Avila, temendo passar o Douro em frente d'aquella cidade, sem alguma outra operação de auxilio á da dita passagem, seguiu pela beira do rio até Avintes, onde descobriu uma paragem mais facil ao seu intento, por menos vigiada da parte dos portuguezes. Ao passo que uma porção das suas tropas batia a cidade do lado de Villa Nova, entretendo, ou chamando sobre si a attenção dos portuguezes, o mesmo Sancho de Avila effeituava em Avintes a passagem do Douro, assenhoreando-se sem embaraço algum, nem opposição da sua margem direita. Emquanto pois D. Rodrigo Çapata, general seu subalterno, atravessava denodadamente em barcos o mesmo Douro no sitio da Pedra Salgada, Sancho de Avila corria sobre o Porto pela margem direita do mesmo rio, e investindo de subito os portuguezes pela retaguarda, de tal modo os aterrou com o seu ataque, que de prompto os poz em debandada, assenhoreando-se das suas trincheiras, postos e baterias, quasi que sem perder um só soldado. É possivel, repetimos por mais outra vez, que sir Wellesley ignorasse o arrojado feito de Sancho de Avila; mas ou o ignorasse ou não, é um facto que a passagem do Douro, por elle effeituada em 1809, foi uma repetição fiel do que já tinha entre nós succedido em 1580. E com effeito desde pela manhã do dia 12 de maio que o mesmo sir Wellesley destacára para o esteiro de Avintes, cousa de uma legua para cima da Serra, o major general sir John Murray com um batalhão da legião allemã, um esquadrão de cavallaria, e duas peças de calibre 6, com o fim de procurar barcos, e n'elles effeituar a passagem do rio n'aquelle ponto, se lhe fosse possivel. Algumas tropas mais se mandaram de reforço a Murray, emquanto que

outras desceram com precaução a montanha da Serra até á margem do rio no sitio do Senhor d'Alem. Para a praia de Villa Nova mandou-se o general Sherbrooke, simulando querer passar para o Porto no logar da antiga ponte de barcas, a fim de chamar a attenção do inimigo sobre aquelle ponto, desviando-lh'a d'aquelle em que verdadeiramente se queria effeituar a passagem.

Estava-se já perto das onze horas do dia: o inimigo achava-se tranquillo, e sem suspeitas do que estava para lhe acontecer. Foi então que o coronel Waters veiu dizer a Wellesley, que havia já uns tres barcos no sitio destinado á passagem. *Pois bem,* respondeu elle com decisão, *passem as tropas, que podérem ir n'esses barcos.* Ao receber-se esta ordem, um official com vinte e cinco soldados do primeiro batalhão dos *Buffs* entrou no primeiro barco, e um quarto de hora depois já elle e os seus soldados se achavam no meio do exercito francez, indo-se assenhorear da cerca do seminario, ou quinta do Prado do Bispo, sem que se percebesse rumor ou alarme algum no campo inimigo. Tudo continuava em tranquillidade e socego no Porto; não se via um só movimento, nem se presentia o mais pequeno reboliço. Seguiu-se ao primeiro, um segundo barco com mais tropa do referido primeiro batalhão, e depois d'este ainda um terceiro barco, em que ia o general Paget; mas apenas este ultimo tinha tocado na margem direita do rio, quando se sentiu um confuso toque de tambores, e ao mesmo tempo gritos que se levantavam na cidade. Viram-se a par d'isto os francezes correr em desordem sobre muitos pontos ao mesmo tempo; chusmas de caçadores lançarem-se com o maior furor contra o Prado do Bispo, onde foi o seu verdadeiro ataque; e os habitantes do Porto agitarem-se, fazendo signaes para Villa Nova e Serra do Pilar. Já então as tropas inglezas das divisões Paget e Hill cobriam a margem direita, dirigindo-se em força para o logar do conflicto, ao mesmo tempo que as do general Sherbrooke procuravam passar effectivamente o Douro no ponto acima mencionado. O general Paget, que tinha passado o rio, como já dissemos, sendo gravemente ferido ao entrar no seminario, foi substi-

tuido pelo general Hill. O mesmo Soult acudiu em pessoa contra o Prado do Bispo, á testa de um numeroso corpo de cavallaria, infanteria e artilheria. A fuzilaria tornou-se tanto mais forte e intensa, quanto maior numero de tropas se ia accumulando n'aquelle ponto. De reforço aos corpos do seminario, em que tambem entravam alguns academicos de Coimbra, acudiram os regimentos n.os 48 e 66 da brigada de Hill, bem como o batalhão de infanteria n.º 16, que novamente aqui se distinguiu, como já o tinha feito no combate de Grijó, sendo commandado pelo seu bravo coronel Machado[1].

Os francezes atacaram com impetuosidade e constancia; o seu fogo era superior ao dos inglezes, e a sua artilheria começava já a bater o seminario; mas a artilheria da Serra, que dominava tudo á volta, tambem se não descuidava de varejar bem com as suas balas os francezes, para que não atacassem os alliados pelo lado da grade de ferro. O momento era critico, e sir Arthur Wellesley passaria em pessoa para a margem direita, se não fossem os muitos rogos que os seus officiaes lhe dirigiram para o não fazer, e a muita confiança que elle mesmo tinha no general Hill. No meio d'estas circumstancias os habitantes do Porto trouxeram para Villa Nova mais alguns barcos grandes, por meio dos quaes começaram em força a passar para o Porto as tropas do general Sherbrooke. Ao mesmo tempo ouviram-se grandes gritos de alegria, e em todas as janellas da cidade se viram os portuenses agitar len-

[1] As tropas portuguezas de primeira linha, que entraram na tomada do Porto, foram: artilheria n.º 4, na força de 85 praças, commandadas pelo primeiro tenente Diogo Antonio Guterres; cavallaria n.º 4, 105 praças, commandadas pelo tenente Joaquim Antonio Sanches de Baena; cavallaria n.º 7, 105 praças, commandadas pelo capitão Antonio Joaquim Bandeira; cavallaria n.º 10, 105 praças, commandadas pelo capitão Guilherme dos Guimarães Moreira; infanteria n.º 1, 775 praças, commandadas pelo major Manuel Mourão Garcez Palha; infanteria n.º 10, 592 praças, commandadas pelo tenente coronel, D. Luiz Innocencio Benedicto de Castro, terceiro conde de Rezende; infanteria n.º 13, 304 praças, commandadas pelo major Francisco de Salles de Carvalho; infanteria n.º 16, 468 praças, commandadas pelo coronel Luiz Machado de Mendonça. O total de todas estas forças era portanto de 2:539 homens, tendo de perda 1 soldado morto e 1 official ferido.

ços brancos: eram o feliz annuncio de que os francezes tinham abandonado a baixa da cidade. Foi n'esta occasião que chegaram de Avintes, ameaçando o flanco esquerdo do inimigo, as tropas do general Murray, depois de terem lá effeituado sem risco algum a sua passagem do Douro. Desde então Soult deu ordem ao seu exercito para começar uma prompta retirada sobre Amarante, retirada que foi feita na maior precipitação e desordem, como era bem de esperar, estando já os inglezes senhores de toda a cidade do Porto, de que resultou não ter elle tempo para mais do que para montar a cavallo, e dirigir-se effectivamente para aquella villa pela estrada de Penafiel, abandonando os seus doentes, cincoenta peças de artilheria e as suas equipagens. A noite veiu pôr termo ao combate e á perseguição dos fugidos. Os inglezes ficaram no terreno que tinham conquistado, tendo perdido apenas 20 homens mortos e 95 feridos, em que entrava um general; o batalhão portuguez de n.º 16 teve um soldado morto e um official ferido, como já se disse, tendo igualmente o coronel Machado, seu commandante, sido publicamente elogiado pela sua bravura nas ordens do dia de Wellesley, que d'elle e do seu batalhão tambem fez menção honrosa na sua parte official por similhante motivo. Os francezes tiveram a perda de 500 homens mortos e feridos, alem de muitos prisioneiros, não fallando nas já citadas peças de artilheria, e nos doentes e feridos que em numero de 700 ficaram no hospital. O coronel Trant foi depois da victoria nomeado governador militar do Porto, e como n'esta cidade se houvessem commettido alguns excessos contra os feridos e prisioneiros francezes, sir Arthur Wellesley proclamou no dia 13 de maio aos seus moradores, declarando que taes prisioneiros estavam debaixo da sua protecção, e que olharia como culpado de desobediencia ás suas ordens todo aquelle que os offendesse ou maltratasse[1]. A ponte de barcas reparou-se com a possivel brevidade, a ponto de que no dia 13 já offerecia uma commoda passagem, tanto para a tropa, como para o publico[2].

[1] Documento n.º 63-B.

[2] Se fossemos a enumerar todas as phantasias de mr. Thiers na sua

Est.ª 5.

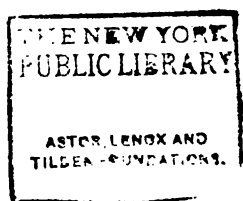
DO RIO DOURO

E

IDADE DO PORTO

POR

Y CONTRA O MARECHAL SOULT

maio de 1809.

O duque de Dalmacia tinha seguido a sua marcha para Amarante pela estrada de Vallongo, Balthar e Penafiel. Só quando chegou a este ultimo ponto é que soube ao certo que o general Loison (para quem a sua segunda approximação do Marão em 1809 foi tanto ou mais funesta de que a primeira no anno anterior), se havia retirado do Tamega na manhã do mesmo dia 13, para seguir a estrada de Guimarães a Braga, a qual elle duque mandou tambem seguir á tropa que do Porto o acompanhava, ordenando que se destruisse parte da artilheria que ainda comsigo levava, e que os carros de parque e algumas bagagens se queimassem, como se executou perto de Penafiel. Alliviado por este modo o exercito de tudo o que maiormente lhe podia embaraçar a rapidez da sua marcha, Soult tomou effectivamente n'aquella mesma manhã de 13 o

Historia, verdadeira teia de Penelope, com relação a Portugal, seria um nunca acabar. Mr. Thiers improvisando, como lhe pareceu, os acontecimentos da campanha do marechal Soult em Portugal, sem querer ter o trabalho de indagar como elles na verdade se passaram, seguramente por lhe ser mais commodo escreve-los phantastica e superficialmente do que examinar a fundo como as cousas correram, diz-nos que na manhã do dia 12 de maio sir John Murray fôra mandado para Avintes (o que é verdade), *e que tendo lá recolhido um sufficiente numero de barcos, os mandára depois para o Porto* (o que não é exacto), *e que sir Arthur Wellesley d'elles se serviu* para fazer passar para o outro lado do Douro *alguns batalhões* da divisão Paget (novo estropeamento de factos por parte de mr. Thiers). O leitor acaba de ver como as cousas se passaram na realidade; mas se mr. Thiers se tivesse dado ao trabalho de ler a *Historia da guerra da peninsula,* pelo coronel Napier, por certo não metteria na sua obra tamanha serie de inexactidões, filhas aliás de não querer ter trabalho de maior vulto na sua composição. *Um tomar terra de improviso,* que elle nos conta do general Paget, *passando o Douro no maior segredo,* tendo logar o facto das onze horas para o meio dia é cousa que tem seus ares de romantico da parte d'este afamado escriptor! A maneira por que relata a passagem do Douro por Wellesley, e a retirada do marechal Soult para a Galliza (livro XXXVI da sua *Historia do Imperio)* é um constante estropeamento dos factos; mas estropeamento que não tem desculpa, por ser filho de mr. Thiers se querer forrar ao trabalho de ler nas obras contemporaneas, mesmo nas do seu paiz, a maneira por que elles se passaram, pois nos não é licito attribuir á má fé n'um escriptor de tanto nome e reputação o que nos diz na sua obra, com relação a Portugal.

estreito caminho, que junto ao valle da ribeira de Sousa vae pela parte superior da serra de Santa Catharina para Guimarães, na mente de effeituar a sua retirada por Braga, seguindo o referido caminho, fundado nas informações que por fortuna sua lhe deu um capador hespanhol, pratico d'aquelles sitios, e que por acaso encontrou para o tirar do aperto em que se via. Sir Wellesley, ignorando pela sua parte o que se passára entre Beresford e Loison, bem como a retirada que este general fizera da ponte de Amarante, sabendo sómente que Soult se destinava a tomar o caminho de Braga, destacou o general Murray com a legião hanoveriana e alguma cavallaria em sua perseguição, ordenando-lhe mais que, se Loison se achasse em Amarante, tratasse de abrir communicação com Beresford, emquanto que elle Wellesley ficava no dia 13 no Porto. Ao mesmo Beresford mandou igualmente que, remontando o Tamega, fosse impedir em Chaves a passagem que os francezes ali pretendessem effeituar.

O exercito alliado saíu portanto do Porto em duas columnas sómente na manhã do dia 14, indo uma pela estrada da Barca da Trofa para Braga, e a outra pela ponte do Ave a Barcellos. Os francezes que vinham fugidos, chegando no mesmo dia 14 perto de Braga, e vendo que os inglezes para ali se encaminhavam, não buscaram entrar n'aquella cidade, tencionando em tal caso ir atravessar o Minho em Valença, por ter o marechal Soult tomado o partido de se dirigir para Carvalho d'Este e Salamonde, através das montanhas, para ganhar Chaves, destruindo o restante da sua artilheria, como adiante veremos. Presentindo porém que Beresford lhe ía tomar o passo na dita villa de Chaves, o mesmo Soult viu-se obrigado a deixar igualmente esta estrada, para seguir a de Ruivães a Montalegre, indo passar o Cávado na Ponte Nova, sendo muito feliz em a não achar destruida pelos paizanos, por falta de tempo que para isso tiveram. No dia 15 sir Wellesley achava-se em Braga, e sir Murray em Guimarães. Pela sua parte o marechal Beresford tambem ignorava que Soult se retirára do Porto, cousa de que só teve rumores vagos no dia 13, e informações seguras no dia 14. Tendo-se pois os

francezes adiantado um dia de marcha ao mesmo Beresford, resolveu este general dirigir-se para Traz os Montes, a fim de lhes ir embaraçar a passagem em Chaves, como já notámos, antecipando-se assim ás ordens de Wellesley; e como Silveira devesse ser mais pratico que nenhum outro general dos caminhos e terrenos d'aquella provincia, a elle lhe ordenou que de prompto corresse a apoderar-se de todas as communicações, que por Salamonde vão para Traz os Montes, ou antes para Mondim, Chaves e Montalegre. Silveira, porém, sem ordem do seu general, nem aviso algum previo, que lhe fizesse, tinha mandado a sua brigada para Chaves pelo caminho de Villa Real, o que muito justamente irritou Beresford, vendo a falta de disciplina n'um seu general subalterno, delineando operações a seu alvedrio, e dispondo a seu arbitrio de tropas, sem licença ou conhecimento algum do seu commandante em chefe, a quem elle infundiu por este facto, e por outros subsequentes, um desfavoravel conceito, reputando-o desde então por diante de pouco saber militar, desconhecendo os seus deveres. Após esta, outras novas faltas commetteu Silveira, as quaes ainda mais concorreram para o seu descredito, sendo assim causa proxima de Soult se escapar para Galliza na citada ponte do Saltador, que Silveira podia ter occupado, antes do mesmo Soult ali passar[1].

Pela sua parte o marechal Beresford partiu de Amarante no dia 15, tendo já a maior parte das suas tropas avançado no dia anterior, na esperança de as poder reunir em Chaves

[1] Novamente advertimos por esta occasião que mr. Thiers falta ainda por mais outra vez á verdade, dizendo que o marechal Soult se retirára para Amarante, *sem estar certo de uma maneira positiva da posse d'aquella villa*. Parece incrivel que mr. Thiers nem ao menos consultasse as *Campanhas do marechal Soult em Galliza e Portugal*, porque, se as tivesse lido, acharia n'ellas que o marechal estava certo de que Amarante lhe tinha caido nas mãos no dia 2 de maio; mas o que elle não sabia era que o general Loison se tinha d'ella retirado, sem lhe fazer participação de um passo tão importante. Por conseguinte a culpa não foi de Soult, mas sim de Loison, por não ter cumprido com os seus deveres, ou por caprichosa insubordinação sua, ou porque talvez fosse tambem um dos membros da conspiração tramada contra o marechal.

no dia 16; mas o pessimo tempo que então fez, e os maus caminhos, tornados ainda peiores em rasão das continuadas chuvas que tinham caído, impediram a chegada das mesmas tropas áquella villa até ao dia 17 á noite, não podendo o marechal de campo Bacellar tambem ali chegar senão no dia 18. As ordens dadas ao brigadeiro Silveira para ir occupar as passagens do Minho para Traz os Montes não poderam ser cumpridas por elle, por não as poder defender antes do inimigo se ter d'ellas apoderado, em rasão d'elle Silveira ter mandado marchar a sua brigada por um caminho opposto ao que devia seguir, á excepção do batalhão de caçadores n.° 4, ao qual Beresford tinha òrdenado tomar o caminho de Mondim. Reconhecendo o marechal que os francezes se dirigiam para Montalegre, novas ordens deu ao brigadeiro Silveira para que juntasse o seu corpo em Ardões, que fica entre Montalegre e Chaves, com recommendação expressa de se não mostrar ao inimigo pelo caminho que seguisse, a fim de lhe não dar a conhecer que os nossos se achavam sobre o seu flanco, havendo ainda a esperança de se lhe cortar a marcha, passando de Chaves para Guinço, por onde elle de necessidade devia dentro em pouco tempo passar. Dadas estas providencias, Beresford saíu de Chaves a 18 com toda a força que lhe tinha chegado, tomando o caminho mais curto de S. Maillion, deixando Monterei á sua direita; mas vendo que Soult se escapára ao brigadeiro Silveira, de novo lhe ordenou que n'aquella mesma noite se lhe fosse por fim reunir no referido logar de S. Maillion. Silveira, porém, por uma nova prova da sua arbitraria conducta em tal occasião, transgrediu todas as ordens recebidas, dirigindo-se por seu bel-prazer para Montalegre, não obstante ter o inimigo passado já este ponto, sendo a consequencia d'isto ficar Beresford privado do apoio da sua brigada, e do que tambem lhe podia dar o batalhão de caçado res n.° 4, e como a brigada de Bacellar igualmente lhe não tivesse ainda chegado, ficou elle reduzido a ter comsigo pouco mais de metade da sua força, e portanto em estado de não poder perseguir o inimigo, que provavelmente lhe não era possivel alcançar, de que resultou limitar-se a parar em Guinço,

onde chegou no dia 19, mandando apenas a sua cavallaria até pouco alem de Alhariz em perseguição dos fugidos.

Sir Arthur Wellesley, que no dia 15 tinha chegado a Braga, como já dissemos, partiu pelas quatro horas do dia 16 para Salamonde ao encontro da retaguarda de Soult, o qual, tendo franqueado no dia 13 a serra de Santa Catharina, junto á ribeira de Sousa, caminho que tambem se achava em pessimo estado, em rasão da chuva que tinha caído a torrentes, foi em Guimarães juntar-se a Loison, reunindo-se-lhe igualmente pouco depois a divisão Lorges, que tinha vindo de Braga: por este modo conseguiu elle reunir a si todas as forças dispersas do seu exercito, desenvolvendo uma grande sagacidade, a par de uma admiravel firmeza de resolução, dotes que ainda mais sobresaíram n'elle, quando, como já dissemos, destruindo o restante da sua artilheria, a maior parte das bagagens e das munições das divisões Loison e Lorges, deixou á esquerda o caminho de Braga para tomar o que d'esta cidade vae para Carvalho d'Este, onde elle Soult chegou pela tarde do mesmo dia 14, adiantando-se assim mais um dia de marcha, para por este modo evitar um combate com o exercito alliado, que lhe não convinha acceitar. Pela manhã do dia 15 Soult, tomando em pessoa o commando da retaguarda do seu exercito, e dando o da vanguarda ao general Loison, dirigiu-se de Carvalho d'Este para S. João de Rei, Salamonde e Ruivães, d'onde partem dois caminhos, um que vae d'esta ultima povoação para Chaves, que não pôde seguir pela opposição de Beresford, outro mais curto, mas menos praticavel, que é o que da mesma povoação, ou um pouco adiante d'ella, se dirige para a Ponte Nova e Ponte do Saltador, ou da Misarella, já na estrada para Montalegre. Mas os seus exploradores vieram-lhe dizer que a ponte de Ruivães se achava cortada, e defendida por 1:200 paizanos portuguezes, os quaes, sendo durante a noite afugentados pelo bravo major Dulong, a quem Soult commettêra esta empreza, pôde elle passar com o seu exercito na manhã de 16 a Ponte Nova, que tinha conseguido fazer reparar durante a noite. Seguia-se depois a ponte do Saltador, que atravessa a torrente ou ri-

beira da Misarella: por fortuna para os francezes esta ponte não estava cortada, e por isso a poderam passar a salvo, depois do já citado major Dulong ter tambem d'ali afugentado os paizanos portuguezes, que dos rochedos vizinhos lhes estavam fazendo um vivo fogo, ficando elle major Dulong gravemente ferido.

No dia 17 os francezes ganharam Montalegre, escapando-se a Silveira, como já superiormente notámos; no dia 18 passaram a Alhariz, e no dia 19 entraram em Orense, depois de seis dias de uma marcha difficil e trabalhosa, durante a qual Soult perdeu todo o seu material de guerra, quasi todas as suas bagagens, e um grande numero de homens, que extenuados pelo cansaço e fome o não poderam seguir, salvando a sua infanteria apenas as suas bayonetas, por effeito da perseguição dos alliados na sua retaguarda. Ali chegaram pois cheios de miseria e de fadiga, sem artilheria, provisões, munições, cavallos, caixa militar, e muitos d'elles até sem espingarda. O ferro do inimigo, as doenças e os assassinatos tinham feito perder a Soult 6:000 soldados, dos quaes mais de 3:000 haviam sido encontrados nos hospitaes; 1:000 tinham sido mortos pelos portuguezes, ou haviam morrido de doença antes da retirada. Trazendo comsigo cincoenta e oito peças de artilheria para Portugal, não levára para Galliza uma só: e todavia a sua reputação de soldado valente, e de habil general não tinha sido abalada, por se ver a coragem com que cortou por todas as difficuldades na propinquidade de uma capitulação, quando vacillasse.

Tal foi o modo por que se effeituou a expulsão d'este famoso general e do seu exercito para fóra de Portugal em maio de 1809, deixando um e outro de serem perseguidos de Montalegre para diante por sir Arthur Wellesley, que chegára ali no dia 18, tendo passado o dia 17 em Ruivães, e de o serem tambem de Guinço, na Galliza, pelo marechal Beresford. De todos os passos difficeis em que o dito exercito francez se viu n'esta retirada o mais critico para elle foi certamente o da sua passagem na ponte do Saltador, na ribeira de Misarella, a qual as impetuosas chuvas dos dias antece-

dentes haviam transformado em caudaloso rio. A ponte, que é muito alta, muito estreita, e não tinha parapeitos, não dava sufficiente espaço ao transito das tropas, de que resultou lançarem-se muitos soldados á agua, onde bastantes foram achar a morte, pensando salvar a vida. A cavallaria arruinára-se, correndo por tão fragosas montanhas; mas Soult, para evitar que os cavallos caíssem nas mãos dos alliados, mandou matar todos os que mancavam ou se desferravam, cortando-se a muitos d'elles os curvilhões ou tendões das curvas das pernas. As margens do rio Cávado e do rio Caldo achavam-se cobertas de cadaveres humanos e de cavallos. Nas estradas encontravam-se tambem a cada passo soldados doentes e estropeados, espingardas sem dono, mochilas, malas, e até alguns cavallos vivos, escapados á geral sentença de morte. Sem preceder uma batalha campal, poucos casos se acham nos annaes militares de um tamanho destroço. Tudo isto foi pelos governadores do reino communicado á côrte do Rio de Janeiro nos officios, que sobre este ponto lhe dirigiram[1], e o participou igualmente sir Arthur Wellesley, tanto ao seu governo, como ao portuguez[2].

É um facto que sir Arthur Wellesley não foi pela sua parte convenientemente secundado por alguns dos seus generaes subalternos. Parece liquido que faltas graves se commetteram pela columna da direita, depois que se apoderára de Amarante, ou taes faltas proviessem do marechal Beresford, por não ter com a devida clareza expedido as ordens para a execução do plano geral das operações, posteriores á tomada das linhas inimigas em Amarante, ou ellas proviessem do general Silveira não ter posto nos seus movimentos o acerto e celeridade necessaria para se aproveitarem os favores da fortuna. O certo é que a retirada de Soult para a Galliza com o seu exercito, apesar do modo por que lá chegou, causou um geral sentimento, quer por parte dos governadores do reino, quer pela dos proprios generaes inglezes. O resultado d'isto

[1] Veja os documentos n.os 65 e 65-A.
[2] Veja os documentos n.os 65-B e 65-C.

foi o apparecimento de acres e vehementes censuras contra os ditos generaes, e dos reciprocos queixumes de uns d'estes contra os outros, isto é, das queixas de Wellesley contra Beresford, e d'este contra Silveira. Estamos convencidos que as accusações feitas contra este ultimo general pelo marechal Beresford foram justas e bem merecidas, á vista dos officios por elle dirigidos ao governo sobre este objecto[1]. Entretanto não podemos deixar de dizer que um exercito, que como o francez, assim foge precipitadamente, decidido a se escapar por toda a fórma e maneira, sem lhe importar sacrificar para isso as suas proprias bagagens, a sua artilheria e munições, deve necessariamente ser muito mais ligeiro do que aquelle que o persegue, e que indo em attitude offensiva, não póde, nem deve prescindir d'aquelles dois artigos, para elle indispensaveis nas suas circumstancias. Alem d'isto ninguem se lembrava que Soult tomasse pela estrada que tomou, seguramente a mais impropria para a marcha de um exercito regular, não sendo essa estrada mais que veredas por alto de serras e através de precipicios. Este facto é prova de que quando um exercito não trata senão de fugir, não ha caminho, por mais difficil que seja, que possa embaraçar-lhe a marcha, sobretudo se leva algumas leguas de distancia ao seu adversario, e está resolvido a entulhar-lhe os caminhos, para lhe impedir o transito á cavallaria, a varrer as subsistencias que encontra, e até mesmo a sacrificar algumas porções da sua gente para salvar o resto. Soult, adoptando todos estes expedientes n'esta sua tão ardua retirada, tinha vantagens incalculaveis sobre as tropas alliadas. É um facto que estas estiveram muito perto do inimigo, quando já se achavam no territorio da Galliza, e talvez dessem cabo d'elle, se d'isso não fossem desviadas por outras poderosas circumstancias, taes como as operações do marechal Victor na Extremadura hespanhola, ameaçando com ellas invadir Portugal pelo Alemtejo, o que obrigou sir Wellesley e o marechal Beresford a correrem apressadamente um e outro com o seu respectivo exercito para o sul do reino, parti-

[1] Um é o já citado documento n.º 64, e o outro o documento n.º 65-D.

cularmente vendo-se o primeiro d'estes dois generaes instantemente rogado pela junta central da Hespanha, residente em Sevilha, para que lhe viesse quanto antes valer com o seu exercito, e a tirasse do perigo de que estava ameaçada pelo do marechal Victor.

Por conseguinte sendo até certo ponto fundadas as censuras, que por aquelle tempo se fizeram aos generaes, por terem deixado escapar o marechal Soult para Hespanha, é por outro lado innegavel que circumstancias attenuantes os absolvem da falta que a tal respeito commetteram, e que se algum descuido houve da parte d'elles, esse deve unicamente pesar sobre a conducta do general Silveira, cuja fama, tendo por algum tempo subido a grandes alturas, pela sua defeza na ponte de Amarante, não obstante o desaire do seu final abandono, caíu depois por maneira tal na opinião do publico, que nunca mais se tornou a fallar n'elle como genio militar. Mas se por aquelle tempo foram prodigos de censuras os generaes das praças e dos cafés de Lisboa contra os que á frente do exercito faziam a guerra no campo, tambem não deveram omittir os louvores que a estes competiam, pela grande importancia do serviço feito na expulsão do marechal Soult para fóra de Portugal. A prompta e inesperada tomada do Porto por sir Arthur Wellesley é uma das mais brilhantes operações militares que se viram na guerra da peninsula, parecendo n'aquelle tempo uma cousa mysteriosa a rapidez e fortuna de similhante expulsão. A passagem dos primeiros tres barcos, transportando a tropa alliada para a margem direita do Douro, parece á primeira vista uma temeridade; mas não o foi, depois que se fizer o conveniente exame sobre este ponto, porque quando sir Wellesley disse *pois bem, passem as tropas que poderem ir,* já tinha a certeza de que sir Murray havia passado em Avintes com a sua gente, e que vindo em breve apoiar os desembarcados pelo seu flanco direito, pelo esquerdo elle os apoiava com a artilheria da Serra: eis-aqui pois o ponto admiravel das concepções de Wellesley na surpreza do Porto contra Soult, consistindo na simultaneidade das duas citadas passagens, e na boa escolha da posição tomada na cerca do seminario.

Não é menos admiravel a importancia que sir Wellesley ligou a embaraçar a retirada do exercito francez por Amarante, Lamego e Beira Alta, porque a effeitua-la por este lado, Soult iria com o seu exercito regularmente em ordem para a Cidade Rodrigo, onde, alem de se pôr em communicação com o marechal Victor, occuparia em operações inefficazes o exercito luso-britannico pelo lado do norte, proporcionando ao referido marechal Victor a liberdade de poder operar como quizesse, tanto contra Sevilha, como contra Lisboa, em cujo caso o general Wellesley pouco ou nada podia fazer; mas obrigando-o a se retirar para Galliza, e pelo modo por que o fez o exercito de Soult, ficou este em estado de nada poder emprehender, e o de Wellesley habilitado a vir desde logo embaraçar a Victor a sua entrada em Portugal, como praticou. Entretanto é innegavel que se sir Wellesley tivesse logo perseguido Soult na sua retirada para Amarante, tê-lo-ía destruido, provavelmente junto ao valle da ribeira de Sousa. Verdade é que Wellesley não sabia dos desastres de Loison; mas sabia que as forças de Beresford não podiam ainda merecer confiança para um encontro serio com tropas aguerridas, alem de serem em menor numero que as de Soult e Loison, circumstancias que o deviam obrigar a marchar logo no dia 13 sobre a retaguarda de Soult, em vez de ficar inactivo no Porto durante aquelle dia: se o tivesse feito, alem de cumprir um dever, teria provavelmente destruido o exercito francez, e particularmente o de Soult, contra a já citada ribeira de Sousa e a serra de Santa Catharina, e quando pela sua ignorancia dos desastres de Loison suppozesse que Soult inoffensivamente se retirava a salvo pela estrada de Amarante a Chaves, teria em tal caso salvado Beresford do perigo de um ataque, e feito a sua juncção com elle, e assim se poria tambem em estado de melhor e mais seguramente poder operar [1].

[1] Napier acha ainda assim rasão para justificar a demora que sir Wellesley teve no dia 13 no Porto; mas essa rasão para nós não nos convenceu. Todavia em abono da nossa opinião póde ver-se o documento n.º 65–E.

Agora quanto á surpreza por que Soult passou no Porto, é innegavel que não póde deixar de lhe fazer culpa: verdade é que, tendo elle apprehendido todos os barcos, como pensava, e não podendo o Douro passar-se a vau em frente do Porto, elle podia descansar até certo ponto n'esta grande barreira e fosso natural; mas não devia descansar em tamanho grau como o fez. Em primeiro logar não tinha a certeza de que todos os barcos estavam em seu poder, e de que se a passagem se não effeituava em frente do Porto, se não podesse effeituar tambem mais acima; em segundo logar havendo tres dias que no seu exercito se tinha descoberto uma grave conspiração, e não tendo podido alcançar o fundo d'ella, era isto um poderoso motivo para desconfiar de tudo, e não deixar em tamanho abandono a margem direita do Douro, sendo aliás o mais provavel lado por onde podia ser atacado; e finalmente, em terceiro logar, porque logo pelas seis horas da manhã um commandante de regimento lhe foi dizer que os inglezes estavam passando o rio, e postoque áquella hora isto não fosse exacto, como se verificou depois pelas informações, que pela negativa lhe trouxera o general Quesnel, a quem mandára examinar o caso, era isto um novo aviso para se lembrar da possibilidade da passagem, e de que alguma providencia devia adoptar para a evitar. Mas não ter por ali patrulhas, nem postos de observação ao Douro, não haver um só official d'estado maior a quem commettesse andar reconhecendo o rio, não estabelecer signaes, nem finalmente ter tomado uma só precaução das mais usadas no meio de taes circumstancias, são faltas que não têem desculpa, mas faltas que elle depois reparou, salvando o pessoal do seu exercito de uma segura perdição na sua retirada para a Galliza. Quanto ao general Loison, a sua retirada de Amarante no dia 13 de maio, depois que deixou as alturas do Peso da Regua e Mesão Frio, e tudo isto sem o emprego de um combate serio, que salvasse a honra da força que commandava, e a sua mesma, são factos que lhe tiram todo o direito á sua reputação de general, e com mais propriedade o repõem novamente na antiga clausura monastica d'onde anteriormente saíra para a vida militar. Ainda

por aquella occasião Loison se mostrou tão cruel e vingativo no Minho, quanto no anno anterior o tinha já sido em diversas partes de Portugal. A este respeito disse o marechal Beresford, em officio seu para o governo: «Não é possivel pintar a cruel e infame conducta do inimigo. A sua marcha póde ser facilmente traçada pelos lamentos dos infelizes paizanos, das mulheres e das creanças, bem como pelo fumo das villas, aldeias e casas incendiadas: elle nada perdôa. Amarante está inteiramente destruida, e Mesão Frio o está igualmente, na proporção do tempo que n'ella se demorou». Rasão tinha pois o governo portuguez em festejar mui cordealmente a feliz expulsão dos francezes para fóra do reino. Apenas se soube em Lisboa a certeza da restauração do Porto, pela parte official de sir Arthur Wellesley, uma salva de vinte e um tiros, dada do castello de S. Jorge, annunciou no dia 17 de maio aos moradores da capital tão prospero acontecimento, correspondendo igualmente áquella salva a dos navios de guerra inglezes surtos no Tejo. Lançou-se tambem um bando para tres dias de luminarias, que effectivamente foram na capital o mais geraes possivel, postoque já na noite anterior se tivesse espontaneamente illuminado, por se ter espalhado a noticia de tão feliz successo. No terceiro dia, que caira n'uma sexta feira, 19 de maio, mandou o governo cantar um solemne *Te Deum* na Basilica de Santa Maria Maior, em acção de graças ao Todo Poderoso por tão prompta e venturosa restauração.

CAPITULO IV

Sir Arthur Wellesley, voltando do norte de Portugal para as margens do Tejo, depois de ter obrigado Soult a entrar fugido em Galliza, dispoz-se a embaraçar ao marechal Victor a sua entrada n'este reino pelo Alemtejo. Com estas vistas penetrou em Hespanha com o seu exercito, e de combinação com o general Cuesta projectou dirigir-se a Madrid: não podendo passar de Talavera de la Reyna, ali teve de dar batalha aos francezes, depois da qual se retirou com o exercito do seu commando para Badajoz e mais terras junto ao Guadiana, por se ver abandonado a todos os respeitos pelos hespanhoes. Esta retirada fez com que o marechal Beresford entrasse tambem em Hespanha com o exercito portuguez para proteger Wellesley, o qual o mandou por fim retirar para Castello Branco, acabando assim a campanha de 1809 para o exercito luso-britannico, mas não para os hespanhoes, que emprehendendo continuar só por si a luta contra os francezes, são por estes derrotados nas batalhas de Almonacid, Ocaña e Alba de Tormes, desastres que desde então os obrigaram a desistir pela sua parte da guerra offensiva.

Já vimos nos precedentes capitulos que a opinião de sir Arthur Wellesley era que a Inglaterra defendesse a todo o custo o reino de Portugal do dominio francez, qualquer que fosse o resultado da guerra da Hespanha, á qual em todo o caso se devia prestar todo o possivel apoio, com o fim de levar os hespanhoes a fazerem novas tentativas e esforços para a total expulsão do exercito invasor. Para se conseguir isto queria elle e o nosso embaixador em Londres, que o exercito portuguez se elevasse a 50:000 homens, dos quaes 20:000 deviam ser sustentados pela Gran-Bretanha; queria mais que as milicias portuguezas se elevassem tambem a 40:000 homens, e que a este exercito, assim reunido, se juntassem 30:000 inglezes, comprehendendo n'este numero 5:000 homens de cavallaria, com 20 peças de artilheria, um corpo de engenheria como para 60:000 homens, e um numero de ar-

tilheiros como para 60 peças. Entendia elle que com esta força, aindaque a Hespanha fosse conquistada, Portugal não o podia ser com menos de 100:000 homens, sacrificio que reunido ao que a França tinha a fazer para conservar a Hespanha, tornava similhante estado de cousas impossivel de duração, ao passo que, havendo guerra em Hespanha, as forças portuguezas, postas em actividade, seriam utilissimas aos hespanhoes, e podiam bem decidir a sorte da peninsula, e indirectamente a da Europa. Já se vê pois que por este modo Portugal era sacrificado pelos generaes inglezes aos interesses e fins politicos da Gran-Bretanha, sem compensação alguma para Portugal, constituindo-se tambem os portuguezes em gratuitos instrumentos da libertação da Hespanha e da encarniçada luta da Inglaterra contra a França. Por este modo se destinou o territorio portuguez para base primordial das grandes operações militares que n'elle íam ter logar, e quartel de milhares de soldados estrangeiros, que lhe íam arruinar os campos, devastar as searas, opprimir e ralear uma população tão pequena, como é a sua, e finalmente chamar sobre si todos os males de uma tão prolongada, quanto devastadora guerra, sem ao menos se fazer uma convenção com Inglaterra, para se saber por ella quaes as vantagens e encargos que do seu apoio resultariam para Portugal. Mas nem a sir Wellesley, nem ao seu governo importavam cousa alguma os enormes sacrificios, que por similhante fórma se íam impor a este reino, e como entre nós achassem um governo, debaixo d'este ponto de vista, indigno de similhante nome, quer em Portugal, quer no Brazil, governo que submissa e resignadamente annuia a tudo quanto os inglezes pretendiam, sir Wellesley veiu sem difficuldade abrir entre nós a scena d'este momentoso drama da guerra da peninsula, e forçoso é confessar que o segundo acto d'elle, *a expulsão do marechal Soult do Porto,* se tinha desempenhado mais admiravelmente que o primeiro, quando teve logar a batalha do Vimeiro.

Em seguida áquelle acto vieram depois as operações contra o marechal Victor. Tempo havia que este general se conservava em inacção em frente do general Cuesta, o qual tam-

bem n'isto o imitava, não obstante o exercito que tinha podido reunir, depois da sua derrota de Medellin. O mesmo Victor havia-se reforçado com a divisão do general Lapisse, que abandonando a provincia de Salamanca, onde por algum tempo ameaçára a Cidade Rodrigo, e a nossa fronteira da Beira Alta, se lhe fôra depois reunir em Mérida, como anteriormente já vimos. Continuando Victor a conservar-se em inacção, não obstante este reforço, deixou de repente no principio de maio as suas posições d'alem e d'aquem do Guadiana, para se approximar de Alcantara por Caceres, Arroio del Puerco e Brozas, conservando apenas em Mérida e Truxillo algumas pequenas forças intermediarias. Estes movimentos de Victor tinham infundido serios temores na junta central da Hespanha, estabelecida em Sevilha, a qual dirigíra a sir Wellesley repetidas instancias, para que com o seu exercito viesse quanto antes em seu soccorro para se oppor a Victor, como já dissemos. Wellesley, que para seus fins politicos teve sempre por norma cortejar attenciosamente as auctoridades da Hespanha, aindaque com sacrificios de Portugal, a quem pouco considerava pela sua submissão e docilidade, de prompto se lhe prestou ao pedido, abandonando abruptamente em Montalegre a perseguição do marechal Soult, e por conseguinte movendo de prompto o seu exercito das provincias do norte para as do sul de Portugal, cousa que bastante desgostou o governo portuguez, que não se conformando com similhante retirada, apesar das rasões que para ella se deram, só pensava em ver aprisionado ou completamente batido o exercito francez, que invadíra o Minho.

Como quer que seja, certo é que Wellesley mandou immediatamente retroceder o seu exercito de Montalegre e Salamonde para a cidade do Porto, d'onde veiu a Coimbra, Thomar, Constancia, e ultimamente Abrantes, a cuja villa chegou a 17 de junho, acampando-se sobre a margem direita do Tejo. Este movimento retrogrado do exercito inglez forçosamente havia de trazer comsigo o do exercito portuguez, como effectivamente trouxe. Beresford, deixando em Traz os Montes debaixo das ordens do marechal de campo Silveira a brigada do Algarve

de n.º 2 e 14 de infanteria, bem como infanteria n.º 11 e o batalhão de caçadores n.º 6, com 4:000 a 5:000 homens de milicias, veiu tambem sobre o Tejo e vizinhanças de Castello Branco com a mais tropa, que tinha debaixo do seu commando, a fim de cooperar com sir Wellesley contra o exercito do marechal Victor, que por então se achava sobre o Guadiana. A principal parte das tropas de linha portuguezas, que antes da empreza do Porto tinham sido deixadas sobre o Tejo, unidas ás tropas inglezas, debaixo da direcção do major general Mackenzie, haviam sido mandadas para as montanhas, que ficam por trás de Castello Branco, durante a approximação de Alcantara por parte do exercito do marechal Victor. Com a chegada de Beresford e Wellesley a Abrantes a maior parte das tropas portuguezas marcharam para aquella cidade, em consequencia de um plano de ataque que se ideára contra Victor, emquanto elle se achava nas vizinhanças do Guadiana. Um dos principaes pontos do referido plano era cortar-lhe a retirada pelas pontes de Almaraz e Arcebispo. Para este fim o exercito inglez devia saír de Abrantes, logoque estivesse prompto. Tudo isto era o effeito de sir Wellesley ter accedido aos desejos do general hespanhol, D. Gregorio de la Cuesta, que para este fim se lhe devia unir perto de Badajoz ou Mérida, a fim de que o projectado ataque fosse combinado e apoiado por meio de umas e outras forças contra o inimigo. Beresford pela sua parte devia marchar ao mesmo tempo com as tropas portuguezas e uma brigada ingleza, ao todo uns 12:000 homens, direito a Almaraz para Coria e Plasencia, fazendo todas as possiveis diligencias para impedir a retirada ao inimigo para o norte do Tejo, emquanto elle era atacado pelo flanco e frente pelos dois grandes exercitos inglez e hespanhol.

Quando apenas o exercito portuguez da restauração de 1808 se achava organisado, e por assim dizer no estado de simples recruta, foi brilhante ver como logo n'aquelle mesmo anno marchou denodado a encontrar-se com o inimigo, tomando tambem uma activa parte com o exercito inglez no combate da Roliça e batalha do Vimeiro: o seu ar alegre e patriotico parece que antevia com segurança a victoria. Em

maio de 1809 não foi menos notavel a parte que igualmente tomou, não só no ataque de frente contra o marechal Soult, quando occupava o Porto, mas tambem no ataque de flanco contra Loison em Gatiaens e Amarante, impedindo-lhe a passagem do Douro no Peso da Régua, obrigando-o a se retirar para o norte, direito á Galliza, como acabámos de ver. De lá, voltando á margem direita do Tejo, com a mesma afouteza e boa vontade marchou a encontrar-se com o inimigo da sua patria, contra o qual muito afouto desejava combater. Era por então que o marechal Victor, occupando a Extremadura hespanhola, deixára as posições do Guadiana para vir sobre a margem esquerda do Tejo com os seus 30:000 homens. A praça de Alcantara achava-se defendida sómente por dois corpos portuguezes; a saber: o da leal legião lusitana, na força de quasi 1:000 homens, e o regimento das milicias da Idanha, que andava por 1:017 homens; havia ali mais 50 cavallos do regimento de cavallaria n.º 11, duas peças de calibre 4 e dois obuzes, sendo tudo commandado pelo coronel Guilherme Mayne, que sir Wellesley para ali mandára, para tomar o commando da mesma leal legião lusitana, tendo por seu immediato o major Grant. Esta valorosa gente já no dia 12 de maio havia com arrojo disputado ao inimigo o terreno na villa de Brozas, onde se achavam as suas avançadas. D'ali vieram depois os francezes sobre Alcantara, onde os nossos conseguiram embaraçar-lhes a passagem da ponte por mais de seis horas, no fim das quaes os portuguezes se retiraram, em presença dos atacantes, para o Rosmaninhal, aindaque com alguma perda, trazendo toda a sua artilheria, á excepção de uma só peça, apesar da grande superioridade dos francezes em numero de infanteria e cavallaria. O ataque á citada ponte começára pelas oito horas da manhã do dia 14, sendo a força dos atacantes calculada em 10:000 homens de infanteria e 1:500 de cavallaria, acompanhados de doze peças de artilheria, algumas de calibre 8 e outras de calibre 12. O ataque foi feito em tres columnas, e por tres differentes pontos com a sua artilheria e cavallaria, avançando pela estrada de Brozas, d'onde as nossas avançadas se tinham retirado.

O coronel Mayne, certo da approximação do inimigo, retiràra-se da cidade, e passára-se para a margem direita do Tejo, onde tomou posição, fazendo precisamente na ponte as obras necessarias para lhe embaraçar a passagem. Dentro da cidade deixou elle vinte cavallos, resto dos cincoenta dos dragões de Almeida, que primitivamente tivera, havendo perecido trinta nas marchas e operações que fizera. Alem dos citados vinte cavallos, ficaram mais cincoenta infantes ás ordens do major Grant, incumbido de vigiar os francezes, os quaes vieram pela fórma acima dita na manhã de 14 sob as immediatas ordens do marechal Victor. Á vista de tão desproporcionada força, Grant retirou-se para a posição de Mayne, destruindo as passagens de um e outro lado da ponte, que tinham sido feitas de modo que fossem obstruidas, logoque a nossa cavallaria as tivesse atravessado. Desde as nove horas da manhã a artilheria de uns e outros contendores, postada de parte a parte convenientemente, fez sempre o seu officio, tornando-se o seu fogo o mais terrivel possivel, fogo que continuou até ao meio dia, que foi quando o regimento de milicias de Idanha a Nova, vendo caír mortos ou feridos alguns dos seus officiaes e soldados, fugiu, deixando ficar só no combate a leal legião lusitana. Em similhante conjunctura o coronel Mayne mandou então deitar fogo ás minas da ponte, tendo a expulsão effeito sómente para um lado. Ao major Grant confiou o mesmo Mayne o commando das baterias, para com ellas proteger quanto podesse a retirada da nossa pouca gente, retirada que effectivamente se fez pelas tres horas da tarde, depois de esgotadas todas as munições, e quando já se não podia prolongar mais a resistencia. O intrepido major Grant, que já no combate de Brozas tinha sido ferido, nunca virando costas ao inimigo, deu com o seu costumado valor todo o auxilio ao activissimo coronel Mayne, a quem habilitou a fazer a retirada mais regular que se póde imaginar, salvando toda a sua artilheria. Durante o resto da tarde a cavallaria franceza perseguiu vivamente toda a pequena divisão portugueza; mas não obstante a judiciosa disposição dos seus commandantes, não pôde ella embaraçar a retirada dos nossos, como tanto

desejava, nem mesmo impedir que se acautelassem os feridos, e juntassem os dispersos. Grant, tendo passado o Elga, que por um bom espaço de terreno orla e separa ali as duas fronteiras, foi reunir-se ao seu corpo no campo ao pé de Ladoeiro. É impossivel dar uma adequada idéa dos elogios que mereceram os officiaes e soldados da brava leal legião lusitana pela sua intrepidez e conducta sem igual: desde o primeiro até ao ultimo soldado d'este corpo pelejaram todos como benemeritos da patria. Este brioso feito de Alcantara, que não tem que invejar em gloria militar ás mais brilhantes batalhas que se deram durante a guerra da peninsula, custou á pequena divisão portugueza a perda de 89 individuos; a saber: mortos, 1 official e 23 soldados; feridos, 4 officiaes e 65 soldados. O numero dos extraviados andou ao principio por 200, a maior parte dos quaes se foi depois successivamente unindo á divisão, ficando por fim o seu numero reduzido sómente a 5 officiaes e 89 soldados[1].

[1] Em junho de 1809 a força da brava leal legião lusitana passou em Alcantara de Hespanha pelo dissabor de lhe tirarem o seu commandante, o valente coronel William Mayne, que n'este corpo mantivera uma austera disciplina, combinada com uma grande benevolencia e espirito de justiça. Em reconhecimento d'isto todos os officiaes da referida legião lhe offereceram uma espada de honra, sendo a relação d'esses officiaes a seguinte:

Diocleciano Leão Cabreira, major commandante da artilheria.
Filippe José Velloso Horta, capitão mandante.
José Pinto de Saavedra e Nivele, capitão.
Francisco de Paula Rosado, capitão.
José Pinto da Cunha Saavedra, capitão.
Joaquim Elias da Costa e Almeida, capitão ajudante.
José Estanislau de Almeida Rolien, capitão quartel mestre.
Francisco Joaquim Pereira Valente, capitão.
Thomás Joaquim Pereira Valente, capitão.
Pedro Celestino de Barros, capitão.
Carlos José Francozi, tenente.
Joaquim Pinto de Sousa, tenente.
Frederico Cesar de Freitas, tenente.
Jorge da Fonseca, tenente.
André Camacho Jorge Barbosa, tenente.

No citado campo de Ladoeiro se conservaram pois os nossos bravos da legião até 10 de junho, sustendo só por si todo o peso do consideravel exercito de Victor, e cobrindo a provincia da Beixa Baixa, emquanto do norte do reino não chegavam o marechal general Wellesley e o marechal Beresford com os seus respectivos exercitos, tendo apenas saído a marchas forçadas do interior do reino em apoio d'aquella nossa gente alguns corpos do exercito portuguez, indo uns até ao reducto das Talhadas, e outros até Villa Velha, onde acamparam, conseguindo-se, por um novo combate que n'aquelle dia ali teve logar (e em que alem da citada legião lusitana tomaram tambem parte 414 homens de infanteria n.° 6, 404 de infanteria n.° 18, e 303 de caçadores n.° 5), fazer com que o marechal Victor não entrasse definitivamente em Portugal. Se este general veiu do Guadiana sobre Alcantara nas vistas de fazer uma diversão favoravel ao marechal Soult, como parece provavel, forçoso é confessar que, aindaque tarde, conseguiu em parte o seu fim, pois, a não ser isto, o mesmo Soult continuaria a ser perseguido na Galliza pelo exercito luso-britannico até que fosse completamente derrotado. Victor, porém, tendo provavelmente recebido informações da vinda do refe-

José Bernardino de Sousa Castro, tenente.
José Cazimiro Pereira da Rocha, alferes.
José Ribeiro Pinto de Moura, alferes.
João José Gomes da Silva, capitão.
Antonio Carlos Pereira da Silva, tenente.

BRIGADA DE ARTILHERIA

Manuel José Ribeiro, primeiro tenente.
Bento Marques, segundo tenente.
Thomé Madeira, segundo tenente.
João Manuel de Almeida.

A esta lisonjeira offerta respondeu o coronel Mayne, dizendo: «Nada póde ser tão lisonjeiro aos sentimentos de um soldado como a approvação dos homens bravos nos combates, e o signal tão distincto que acabo de receber da vossa, me é tão suave, como a satisfação de ter servido comvosco, e com os meus soldados da leal legião lusitana, estas duas campanhas».

rido exercito do norte para o sul de Portugal e da sua reunião, tomou o partido de se retirar e repassar o Tejo, antes de poder ter logar a execução do plano de sir Arthur Wellesley, de que acima se fez menção. O certo é que Victor, depois de estar senhor da pequena cidade de Alcantara, mandou avançar algumas das suas partidas para o territorio portuguez, as quaes effectivamente entraram em varias povoações da Beira Baixa; mas depois retirou-se para Malpartida, Torre de Velviz, Moinhos do Rio Cassilhas, etc., abandonando novamente aquella cidade, que outra vez foi occupada pelos nossos, movimento com que Victor quiz cobrir Madrid, e conservar segura a passagem da ponte de Almaraz. Aqui passou elle o Tejo a 19 de junho, sem ser inquietado por Cuesta, indo finalmente tomar posição em Plasencia. Pelo lado do norte do reino os marechaes Soult e Ney approximavam-se do Minho, parecendo querer invadir esta provincia. Quando Soult marchou para Portugal em março de 1809, Ney ficou na Galliza senhor da Corunha, Ferrol, Ribadeu, Vigo, Sant'Iago e Lugo, tendo em Villa Franca um corpo para segurar as suas communicações com Leão. O mesmo systema de saque e de rapina, que por falta de caixa militar, de armazens, etc., os exercitos francezes tinham por costume praticarem por toda a parte por onde transitavam, a par de toda a mais casta de violencia, havia exasperado os povos da Galliza contra o marechal Ney. Da parte dos ditos povos rompêra uma insurreição geral, que os levára a destruir todos os seus pequenos corpos nas terras em que os poderam assaltar e perseguir, fazendo o mesmo ás partidas que íam forragear. Entre as suas proezas conta-se como uma das mais distinctas o tomarem a guarnição franceza de Vigo, e destruirem depois a de Sant'Iago.

Para bem se avaliarem as operações militares da Galliza por aquelle tempo, justo é saber-se que o marquez de la Romana, tendo sido derrotado em Monterrey no dia 6 de março de 1809 pelo marechal Soult, quando este se dirigia sobre o Porto, pôde em Puebla de Sanabria reunir a si os fugidos, e reforçando-se depois com algumas levas que conseguiu, habilitou-se assim a entrar em novas operações, podendo ir

aprisionar em Villa Franca del Bierzo dois batalhões de francezes. O marechal Ney, sabendo d'este desastre, avançou para Lugo, de que resultou dirigir-se o marquez de la Romana para as Asturias, onde entrou pela passagem de Cienfuegos, costeando a fronteira da Galliza até alcançar Navia de Suarana, onde deixou o general D. Nicolau Mahy de observação ao mesmo Ney, indo elle la Romana finalmente para Oviedo. Á vista pois d'isto Ney decidiu-se a marchar contra as Asturias, commettendo ao general Marchand o governo da Galliza durante a sua ausencia, deixando tambem as cidades de Sant'-Iago, Corunha, Ferrol e Lugo convenientemente guarnecidas. Com as tropas de que pôde dispor seguiu para aquelle principado, indo penetrar por Concejo de Ibas, caminho mais curto, mas mais difficil ao partir de Lugo. Para seu apoio destinou-lhe o rei José as tropas do general Kellerman, que por então se achava em Astorga, competindo a este general penetrar no sul das Asturias pelo desfiladeiro de Pajares, emquanto que ao general Bonnet, que se achava em Santander, se deu ordem para avançar pelo caminho da beiramar para Oviedo. O principado das Asturias estivera em quietação durante os primeiros tres mezes do anno de 1809, não acordando do seu lethargo senão quando appareceu no seu seio o marquez de la Romana, o qual, condemnando a inactividade da respectiva junta, a reformou a seu arbitrio, mandando que se adoptassem medidas activas, o que lhe acarretou grandes indisposições, occasionando-lhe por fim a destituição que a junta central lhe veiu a dar do seu respectivo commando.

Informado Ney de que o exercito hespanhol de Mahy se achava nas fronteiras das Asturias que tocam na Galliza, projectou destruir-lhe, não sómente as suas tropas e as de la Romana, mas igualmente as asturianas, que na força de 15:000 homens, commandados por Ballesteros e Worster, occupavam por então Infesta, que se acha entre Oviedo e Castropol, sobre a costa. Com a approximação de Ney o general Mahy abandonou de prompto a sua posição de Navia de Suarana, e dirigindo-se sobre a sua esquerda, sem dar aviso algum a la Romana, foi entrar na Galliza pelo valle do Sil. Pela sua parte Ney,

deixando de o perseguir, continuou a sua marcha pelo valle do Nareca, fazendo-a com tanta rapidez, que la Romana só soube da sua approximação, quando elle se achava já em Cornellana e Grado, uma só marcha distante de Oviedo, ao passo que Kellerman, partindo de Valladolid, penetrava tambem nas Asturias com as tropas do seu commando. Surprehendido la Romana por similhante fórma, tomou o expediente de se dirigir a toda a pressa para Gijon, onde se embarcou com a sua tropa a bordo de uma chalupa ingleza, indo tomar terra em Ribadeu. Ballesteros, avançando pela sua parte para Santander, pôde tomar esta cidade, onde aprisionou 1:100 francezes; mas Bonnet, perseguindo-o depois seriamente no dia 11 de junho, pôde inteiramente derrota-lo, salvando-se elle a bordo de uma embarcação ingleza.

Emquanto isto se passava nas Asturias os patriotas hespanhoes, vendo-se livres dos marechaes Ney e Soult, durante a marcha d'este para Portugal e a d'aquelle para as Asturias, decidiram-se, depois da tomada de Vigo, a ir contra a cidade de Lugo, guarnecida por tres batalhões de francezes e um regimento de cavallaria, commandados pelo general Fournier, tendo os mesmos patriotas por commandante o general Mahy, escapo, como já se viu, das Asturias. Cuidadoso portanto o marechal Ney pela sorte das tropas que deixára na Galliza, depois que viu a sublevação dos paizanos da provincia de Tuy e soube dos desastres experimentados pelo marechal Soult em Portugal, novamente se dirigiu para a Galliza pelo caminho da beiramar através de Castropol, ganhando a Corunha, ao passo que Kellerman tomou para Valladolid. O general Maucune que tambem se achava em Sant'Iago com tres batalhões de francezes, ali se viu derrotado pelo general D. Martin de la Carrera, que para aquella cidade viera de Puebla de Sanabria e Orense. Era por então que Soult, expulso de Portugal, fôra tambem entrar em Orense no dia 20 de maio, e desejando acudir a Lugo, poz em marcha no seguinte dia as suas tropas para esta cidade, seguindo pela estrada de Monforte com aquella promptidão que as suas circumstancias lhe permittiam. No dia 22 entrou em Gutin, e reconhecendo Mahy a ap-

proximação das tropas de Soult, de prompto levantou o campo, dirigindo-se para Mondoñedo. No dia 23 Soult entrou em Lugo, onde no dia 30 se lhe reuniu o marechal Ney. O marquez de la Romana fôra de Ribadeu unir-se tambem ao general Mahy em Mondoñedo, d'onde ambos marcharam em direcção a Lugo, seguindo pela fronteira das Asturias até ás origens do Neyra, e atravessando depois a estrada real um pouco acima d'aquella cidade, foram para o valle do Sil, entrando em Orense no dia 6 de junho. No meio d'estas occorrencias os marechaes Soult e Ney combinaram em Lugo as suas futuras operações, e tendo colhido para este fim todas as noções que sobre o estado do paiz lhes foi possivel obter, resolveram entre si o seguinte: 1.º, que pela sua parte o marechal Ney obraria contra os generaes Llerano, Morillo e Carrera, e que depois de os ter batido, e se ter assenhoreado de Vigo, enviaria uma columna para Orense; 2.º, que pela sua parte o marechal Soult se dirigiria contra o marquez de la Romana no valle do Sil, a quem buscaria dispersar, e depois de o ter conseguido, se dirigiria para Puebla de Sanabria, observando as saídas ou estradas de Portugal, que ameaçaria de uma invasão, pondo-se em communicação com o sexto corpo por Orense, e com o primeiro corpo por Zamora e Salamanca, estando este no valle do Tejo.

Esta approximação dos marechaes Ney e Soult das fronteiras do Minho infundiram serios receios no governo portuguez de que elles se dispunham a invadir novamente aquella provincia: esta circumstancia (reunida com a de julgar sir Arthur Wellesley que, depois de Victor ter repassado o Tejo, o exercito portuguez não era de grande serviço no sul do reino, tendo por este lado em sua defeza o exercito inglez, e os hespanhoes da Extremadura e da Mancha), deu logar a que o marechal Beresford pozesse então em marcha as suas tropas de Castello Branco para o norte do reino, dirigindo-as em duas columnas, uma por Coimbra e outra pela Guarda, a fim de as encaminhar, ou ao Minho, ou a Traz os Montes, segundo fosse mais verosimilmente atacada esta ou aquella provincia. Entretanto as tropas de Ney, reforçadas no dia 6 de junho por

um destacamento do corpo de Soult, tentaram effectivamente assenhorear-se de Vigo, segundo o ajuste feito, empreza que não conseguiram, pelo desastre que experimentaram na ponte de Sampaio, por parte dos hespanhoes do commando de D. Pablo Morillo. Soult tambem pela sua parte foi mal succedido nos esforços que fez para attrahir a um conflicto o marquez de la Romana, resultando de tudo isto cuidarem então os francezes em se retirar da Galliza, evacuando effectivamente a Corunha, Lugo, Sant'Iago e Ferrol. Soult tomou pela sua parte a estrada de Villa Franca, retirando-se para Zamora, onde entrou no dia 2 de julho, e Ney tomou pela estrada de Lugo, retirando-se por fim para Astorga, onde chegou no dia 30 de junho. Em consequencia pois da retirada dos dois referidos marechaes para tão longe das fronteiras de Portugal, o marechal Beresford fez alto com as suas tropas nas suas primeiras posições de Coimbra e vizinhanças da Guarda, tendo expressamente dirigido duas brigadas, uma para esta ultima cidade, debaixo do mando do brigadeiro Campbell, e outra para a de Pinhel, debaixo do mando do coronel Lecor. Beresford teve ordem de Wellesley para se preparar a entrar na Castella Velha, devendo para este fim ir tomar uma posição espectante em qualquer parte que mais vantajosa lhe parecesse, ou sobre o Agueda, ou na vizinhança da Cidade Rodrigo. Tendo-o assim cumprido, o mesmo Beresford veiu depois a Lisboa para tratar dos arranjos necessarios ao desempenho da commissão que se tinha posto a seu cargo, voltando depois á posição que tomára sobre o rio Agueda.

Emquanto pois as tropas portuguezas se reuniam por tal motivo em volta de Almeida, debaixo do commando do marechal Beresford; as hespanholas do duque del Parque, e as do marquez de la Romana se reuniam em volta da Cidade Rodrigo, accumulando-se assim n'aquellas paragens 35:000 homens, entre hespanhoes e portuguezes, podendo-se uns e outros recolher ás suas respectivas praças em caso de necessidade. A evacuação da Galliza pelos francezes, e esta respeitavel reunião de tropas ao norte de Portugal, apresentavam por esta parte da peninsula um bello e apparatoso aspecto

em favor dos alliados, sendo menos lisonjeiro nas provincias do sul da Hespanha, como se vae ver. No Aragão o general Blake reunira debaixo do seu commando um exercito para mais de 20:000 homens, e com elle se propoz retomar Saragoça. Suchet achava-se por então perto d'esta cidade, caída em poder dos francezes desde 20 de fevereiro de 1809, tendo um forte destacamento em Longares e Villa Muel. Blake, esperando cortar este destacamento, marchou através da Cariñena, enviando o general Areyzaga com uma columna para Bottorita, onde a 14 de junho os postos avançados de uma e outra parte se empenharam em fogo. Blake, querendo cercar o inimigo, mandou um destacamento para a aldeia de Santa Maria, na planicie de Saragoça. A 15 o mesmo Blake formou lenta e desastradamente o seu exercito em ordem de batalha perto da referida aldeia e perpendicular ao Huerba, de cujas margens estava senhor. Suchet, que acabava de ser reforçado, contra elle se dirigiu e o derrotou, perdendo Blake vinte e cinco peças de artilheria e muitas bandeiras, havendo poucos prisioneiros, em rasão dos hespanhoes se poderem escapar ao abrigo da obscuridade, determinada por uma violenta tempestade, que sobreveiu durante a batalha. Apesar d'isto Blake ainda no dia 18 de junho reuniu em Belchite uma força de 14:000 homens; mas elle tinha perdido a maior parte da sua artilheria, e as suas tropas achavam-se desmoralisadas pela sua derrota na aldeia de Santa Maria. Todavia tomou nova posição em Belchite, onde Suchet o derrotou por mais outra vez no citado dia 18 de junho, fazendo-lhe 4:000 prisioneiros, tomando-lhe o resto da artilheria e bagagens, e assenhoreando-se de todo o Aragão por meio d'estas suas duas victorias.

Quanto á Catalunha, póde dizer-se que nada mais havia n'este principado do que a coragem dos seus habitantes, para se opporem ás tropas do general Saint-Cyr, cujas operações se limitavam sómente ao cerco de Gerona, onde os seus defensores, privados de todo o soccorro, pela derrota do exercito de Valencia, como acabâmos de ver, continuavam a resistir com uma teimosia, proporcionada aos instantes esforços

dos francezes, os quaes, vendo o pouco successo que até ali tinham tido contra esta praça, redobravam de energia nos seus ataques. Já se vê pois que aniquilado assim o exercito de Valencia, do commando de Blake, o quinto corpo, commandado por Mortier, que por aquelle tempo estava em Valladolid, ficou disponivel para entrar em operações offensivas. Acresce mais que no 1.° de junho havia de tropas francezas no reino de Leão (á excepção das divisões de Kellerman e Bonnet), tres corpos de exercito completos, comprehendendo quasi 6:000 homens de cavallaria e 50:000 de infanteria, reunidos entre Astorga, Zamora e Valladolid. Verdade é que a invasão de Portugal tinha completamente falhado, a Galliza tinha-se restaurado; mas o famoso systema de Napoleão para a conquista da Hespanha estava ainda intacto. Antes porém de entrarmos no amago da relação da grande luta que se travou na peninsula, depois da partida de Napoleão para París, parece-nos conveniente fazer aqui ver ao leitor o estado dos exercitos belligerantes, para que mais adequadamente avalie os resultados que tiveram. O exercito francez, tendo recebido alguns reforços de recrutas, elevava-se no começo do mez de julho de 1809, comprehendidas as guardas do rei, a cousa de 275:000 homens; a saber:

No hospital	61:000	68:000 homens
Estropiados e prisioneiros, reputados em estado de serviço	7:000	

Abatido este numero do antecedente, achavam-se em armas 207:000 homens com 36:000 cavallos.

D'este numero havia empregados nos governos militares, linhas de correspondencia, guarnições e destacamentos	32:000 homens	3:000 cavallos
Na fileira, nos diversos corpos do exercito	175:000 »	33:000 »

A força de cada corpo do exercito e a sua situação eram pelo seguinte modo,

Debaixo das ordens do rei José, cobrindo Madrid.

Infanteria, artilheria e cavallaria ...	1.º corpo, no valle do Tejo	20:881 homens	4:200 cavallos
	4.º corpo, na Mancha ...	17:490 »	3:200 »
	Divisão de Dessolles em Madrid	6:864 »	
	Guardas francezas do rei, em Madrid e suas vizinhanças	4:000 »	1:500 »
		49:235 »	8:900 »

No reino de Leão, debaixo das ordens do marechal Soult.

2.º corpo, em Zamora, Toro e Salamanca	17:707 homens	2:883 cavallos
5.º corpo, em Valladolid	16:042 »	874 »
6.º corpo, em Astorga	14:913 »	1:446 »
	48:662 »	5:203 »

Em Aragão, debaixo das ordens de Suchet.

Infanteria, artilheria e cavallaria, 3.º corpo, em Saragoça, Alcanitz, etc.	15:226 homens	2:604 cavallos

Na Catalunha, com o marechal Augereau.

Infanteria, artilheria e cavallaria, 7.º corpo, em Vich, Gerona e Barcelona ...	30:593 homens	2:500 cavallos

Á força que se acaba de ver devem-se ainda juntar 1:200 homens pertencentes ao trem de artilheria, 4:000 de infanteria, que estavam em Santander, commandados por Bonnet, e 2:200 cavallos, que em Valladolid se achavam debaixo do mando de Kellerman.

As fortalezas e praças, que estavam em poder dos francezes, eram, pelo lado do norte, S. Sebastião, Pamplona, Bilbau, Santona, Santander, Burgos, Leão e Astorga. No centro, Jacca, Saragoça, Guadalaxara, Toledo, Segovia e Zamora. Ao sueste, Figueras, Rosas e Barcelona. Á vista pois d'isto e do numeroso exercito que acima fica descripto, póde bem fazer-se idéa do immenso poder que Napoleão tinha adquirido na peninsula, durante as seis semanas da sua presença no exercito. De-

pois da sua ida para França este seu exercito comprimia ainda terrivelmente a Hespanha, conservando-se inabalavel no meio dos seus esforços convulsivos. Verdade é que a situação d'aquelle reino tinha melhorado alguma cousa, depois da partida d'elle Napoleão para França; os seus meios de resistencia tinham-se reunido; e a esperança, ou antes a confiança no bom exito da luta, tinha-se reanimado, a ponto dos hespanhoes se julgarem invenciveis, apesar das constantes derrotas que por outro lado haviam experimentado, e da omnipotencia em que os francezes ainda por então se achavam. Só porque estes tinham paralysado algum tanto as suas operações offensivas, provindo isto do ciume de alguns dos seus generaes, e da frouxidão do rei José, tomaram para si que a situação dos invasores era má, e que em breve teriam de se retirar: tendo-os visto expulsos de Portugal, e que não tomavam Sevilha, entenderam que estava tudo acabado, sendo aquellas duas circumstancias uma prova incontestavel da sua fraqueza. A sua presumpção e jactancia excederam todos os limites, nada mais tendo por si de decisivo do que a batalha de Baylen. Segundo elles, a força do exercito francez não passava de 115:000 a 120:000 homens, dos quaes suppunham que 5:000 estavam sobre a margem esquerda do Ebro, não esperando todos elles mais que o primeiro pretexto para se retirarem da peninsula.

Como cousa do seu costume, a força dos seus exercitos, denominados da *direita*, *centro* e *esquerda*, era elevada a um prodigioso numero. O exercito da direita, denominado tambem de Valencia, era commandado por Blake, comprehendendo, como todos os mais, bastantes tropas regulares, mas todas ellas sem disciplina, nem apropriação ás exigencias do momento, nem mesmo aos recursos do paiz. A séde d'este exercito era nas provincias do sueste, dando-se-lhe a força, antes do combate de Belchite, de 12:000 homens de cavallaria e a de 120:000 de infanteria, sem contar os numerosos bandos de paizanos armados, que só podiam ser empregados em curtas operações defensivas. Depois d'aquelle combate o numero de tropas regulares, promptas a entrar em campanha, não excediam a 20:000 homens, dos quaes 10:000 estavam

debaixo do mando do general Coupigny, vigiando Barcelona, ou ás ordens do mesmo Blake; o resto estava em Valencia, commandado pelo general Caro, irmão do marquez de la Romana. O exercito do centro, occupando as provincias do noroeste, contava pouco mais ou menos 25:000 homens, dos quaes 15:000 estavam em Galliza, e o resto, ou nas Asturias, debaixo das ordens de Worster e Ballesteros, ou nas vizinhanças da Cidade Rodrigo, para onde fôra mandado o duque del Parque, a fim de organisar um novo exercito. As tropas do exercito da esquerda elevavam-nas a 70:000 homens, que ou estavam na Andaluzia, ou destinadas a cobrirem esta provincia. D'este numero 23:000 bayonetas com 2:500 cavallos estavam reunidos na serra Morena, perto de Santa Helena e Carolina, debaixo do commando do general Venegas: e 38:000, comprehendidos 7:000 de cavallaria, estavam na Extremadura, commandados pelo general Cuesta, que nominalmente era o commandante em chefe dos dois exercitos. As fortalezas em poder dos hespanhoes eram Gerona, Hostalrich, Lerida, Mequinenza, Tarragona, Tortosa, Valencia, Carthagena e Alicante, quanto ao exercito da direita; Cadix e Badajoz, quanto ao exercito do centro; Cidade Rodrigo, Corunha e Ferrol, quanto ao exercito da esquerda.

Pelas rasões acima ditas é bem facil de ver que os serviços prestados por estas tropas á causa da peninsula estiveram muito longe do numero que se lhes dava: todas ellas eram de galuchos, e todos estes sem instrucção alguma. Os seus generaes, tão presumpçosos, quanto faltos de conhecimentos, nada tinham aprendido com a prolongação da guerra, circumstancia que se tornava ainda mais grave pelas rivalidades que entre si entretinham. Cuesta, o mais reputado entre elles, não só tinha pela sua parte a opinião publica dos hespanhoes, mas gosava igualmente da plena confiança do seu exercito, circumstancia d'onde talvez proviesse uma certa má vontade que a suprema junta lhe manifestava, e o reciproco mau humor com que elle lhe retribuia a fineza. A junta provavelmente temia-o, mas sem fundamento plausivel, pois Cuesta não tinha ainda ganho um só combate, havendo aliás perdido os que tinha

dado. Mesmo n'esta occasião, attenta a numerosa força do seu exercito, se a sua capacidade militar correspondesse á sua reputação, e se o estado disciplinar das suas tropas fosse igual ao que se dizia e mostrava em apparencia, é indubitavel que só elle por si podia muito bem derrotar o marechal Victor, sem nenhum auxilio do exercito inglez. É portanto um facto que por aquelle tempo os hespanhoes se mostravam ainda inteiramente incapazes de disciplina, e os seus generaes, postoque orgulhosos no mais alto grau para com os estrangeiros, e particularmente para com sir Arthur Wellesley, eram realmente de uma capacidade talvez menos que mediocre para poderem triumphar dos seus adversarios, e salvar o seu paiz da melindrosa crise em que por então se achava. Attenta pois a citada má vontade da junta suprema para com Cuesta, Venegas fôra por ella posto á testa do exercito da Carolina, só para lhe servir de contrapeso. O marquez de la Romana não era mais bemquisto da junta, e por identidade de rasão este general lhe pagava na mesma moeda. Nas provincias de Valencia e Murcia, os generaes e as juntas pareciam igualmente indifferentes a toda a idéa de bem publico, importando-lhes sómente que a guerra lhes não fizesse mal. Quanto á Catalunha, não havia acordo algum. A Blake, que tinha abandonado o marquez de la Romana na Galliza, e que estava indisposto com Cuesta, tinha-se-lhe por estas mesmas causas dado um poder illimitado em Valencia, Aragão e Catalunha. Os officiaes dos exercitos de Cuesta e Venegas tambem se não entendiam entre si. O duque de Albuquerque tinha grande ambição de commandar em chefe, e em seu favor intrigava fortemente o ministro inglez, mr. Frere. Eis-aqui pois as circumstancias de um paiz a favor do qual a Inglaterra tinha já feito os maiores sacrificios, e ía continuar a faze-los, sacrificios aliás de muito vulto, pelos consideraveis soccorros que lhe tinha já fornecido em dinheiro, armamento, artilheria, munições, calçado e fardamento, e tudo isto durante os doze mezes decorridos desde o principio da sua revolução contra os francezes em maio de 1808[1].

[1] A enumeração d'estes soccorros fica já mencionada na nota de pag. 26 do capitulo I d'este volume.

Illudido não obstante sir Arthur Wellesley pelas apparencias, prestou-se a ir cooperar com os hespanhoes contra as forças do marechal Victor, como tanto se lhe pedia.

O exercito inglez continuára no seu acampamento de Abrantes até aos ultimos dias do mez de junho, e postoque sir Arthur Wellesley tambem pela sua parte desejasse ardentemente entrar em Hespanha, muitas difficuldades o embaraçavam na realisação dos seus desejos, sendo uma d'ellas a necessidade que tinha de refazer o seu exercito, em seguida á longa e rapida marcha que com elle effeituára para conseguir a tão desejada expulsão do marechal Soult[1]. Depois da sua importante victoria do Douro recebêra elle um valioso reforço de 5:000 homens. As suas precedentes operações não lhe tinham custado mais que 300 homens, entre mortos e feridos; mas as doenças é que lhe tinham feito perder muita gente. 4:000 homens nos hospitaes e 1:500 empregados nas escoltas e nas guardas dos depositos, reduziram o seu dito exercito a pouco mais de 20:000 homens presentes no campo. Este mesmo numero podia ser diminuido de um para outro momento, por ter o governo inglez auctorisado mr. Frere a contratar com a junta central da Hespanha o admittir em Cadix alguma tropa ingleza, que do exercito de Portugal lhe seria em tal caso fornecida por sir Arthur Wellesley. Com isto se reuniam igualmente graves apuros financeiros, filhos dos excessivos soccorros fornecidos aos hespanhoes, e dos importantes subsidios ministrados para a guerra da Austria, circumstancias que tinham obrigado o governo inglez a uma consideravel emissão de *bonds*, que contra si tinham grande rebate na praça. E como esta guerra não apresentava sómente o caracter de uma luta gloriosa entre a Inglaterra e a França, mas tambem o de um extremo debate entre o credito publico e a força militar das duas potencias contendoras, é evidente que a propria victoria havia de ser fatal ao credito d'aquella mesma em poder da qual ella caísse. Por conseguinte sobre a difficuldade acima exposta acresciam tambem as molestias, a falta de

[1] Assim o prova o documento n.º 65-E.

dinheiro[1], um caracter intratavel como era o do velho general Cuesta, e uma multidão de outras difficuldades menores, que retiveram o exercito inglez inactivo até ao fim de junho, não podendo antes d'isso deferir sir Wellesley as instantes supplicas que a suprema junta da Hespanha lhe fazia, não tanto para se dirigir a Madrid e expulsar d'ali os francezes, como então alguns cuidavam, como para que cooperasse com os generaes Cuesta e Venegas, nas vistas de obrigar Victor a recuar quanto possivel para o norte do Tejo, protegendo-se assim as provincias meridionaes da Hespanha, as quaes tão importante era conservar livres do dominio francez, para mais facilmente se manter a luta contra elle, em presença dos grandes recursos que para ella offereciam.

Por aquelle mesmo tempo tinha-se o corpo do marechal Victor retirado para Torre Mocha, entre Mérida, Caceres e Truxillo, e havendo-se adiantado o general Cuesta, achava-se removido um dos principaes obstaculos que tambem se oppunham ás operações offensivas de sir Wellesley. E como por outro lado este general estava certo de que um reforço de mais de 8:000 homens para o seu exercito se achava já na altura de Lisboa, resolveu-se finalmente a entrar na Hespanha, seguindo a margem direita do Tejo, para se reunir a Cuesta sobre o Tietar, e concertar ali com elle, se lhe fosse possivel, um plano de operações contra Madrid. O mesmo sir Wellesley tambem por outro lado se via fortemente instado pelos generaes hespanhoes para quanto antes começar com as suas operações offensivas, como já se disse, fazendo-se-lhe para este fim as mais seductoras e lisonjeiras promessas. Elle pela sua parte tambem assim o desejava, entendendo que, se o marechal Victor não fosse promptamente derrotado, o exercito inglez, ameaçado sobre os seus flancos, seria obrigado, como no tempo de Cradock, a manter-se na defensiva junto a Lisboa, tornando-se assim um objecto de desprezo aos olhos do inimigo, e de suspeita e odio, tanto para os hespanhoes, como para os portuguezes. As tropas francezas que cobriam Madrid

[1] Citado documento n.º 65-E.

avaliavam-se em 50:000 homens. Os officiaes encarregados de missões secretas junto dos generaes Cuesta e Venegas diziam que a força do primeiro era de 38:000 homens, e a do segundo de 35:000, todos elles bem armados e equipados, sendo as tropas de Venegas seguramente as melhores que a Hespanha por então tinha em campo. Das inglezas achavam-se por então em Portugal 28:000 homens, excluindo os doentes, dos quaes 20:000 estavam na fronteira, e 8:000 em Lisboa. Por conseguinte, sendo isto assim, os exercitos hespanhoes com o inglez formavam um todo para mais de 90:000 homens de tropa regular, que se podia levar sobre o ponto onde os francezes não tinham mais que 50:000. Alem d'isto havia tambem a leal legião lusitana de sir Roberto Wilson, na força de 1:000 homens, com a qual novamente operava nas fronteiras, sem fallar nas guerrilhas hespanholas do Guadalupe e da serra de Bejar.

Como a cadeia de montanhas que separa o valle do Tejo das provincias da Castella e de Leão é impraticavel para a artilheria, a não ser nos desfiladeiros de Baños e de Peralez, suppoz Wellesley que os 20:000 homens de Beresford e as forças do duque del Parque seriam bastantes para interceptar por ali a marcha ao inimigo; que o marquez de la Romana poderia tambem juntar-se ao mesmo duque del Parque por Traz os Montes, e que por este modo se tinham mais 30:000 homens, apoiados nas duas fortalezas de Almeida e Cidade Rodrigo, protegendo de flanco o exercito inglez na sua marcha de Plasencia para Madrid, por ser esta a linha que Wellesley se propoz seguir, isto é, a de marchar de Abrantes a Plasencia e Almaraz, effeituar por lá a sua juncção com Cuesta, e avançar depois sobre aquella capital, ao passo que Venegas obraria no mesmo sentido, operando para o mesmo fim pela linha da Mancha, sendo o resultado d'isto afastar os francezes da Andaluzia, como se desejava. Como muitas vezes succede, os calculos de sir Arthur Wellesley, postoque bem feitos em theoria, falharam pela maior parte na pratica, em rasão das bases falsas em que se fundavam, já porque o marquez de la Romana permaneceu sempre na sua orgulhosa inactividade

da Corunha; já pelo lisonjeiro conceito que o mesmo Wellesley ainda por então fazia contra a verdade, a respeito da bondade das tropas hespanholas, pela falta de experiencia que tinha d'ellas, ou do conhecimento do que ellas eram na realidade, e não menos do pouco que valiam, tanto as promessas da suprema junta, como as dos seus generaes; e já finalmente porque tambem julgava errado, no que dizia respeito á força e posição dos seus adversarios. Elle não sabia que o sexto corpo, ou o do marechal Ney, tinha chegado a Astorga, nem que o quinto, ou o do marechal Mortier, se achava em Valladolid. A força do segundo corpo e a actividade do marechal Soult, seu commandante, tambem não eram por Wellesley bem apreciados, porque em logar de 18:000 a 20:000 homens, que lhe suppunha, de tropas estafadas e sem artilheria, como quando saíra de Portugal, tinha já mais de 50:000 combatentes, pela reunião do segundo, quinto e sexto corpo em um só.

Seja porém como for, o certo é que a 27 de junho o exercito inglez levantou o seu campo adiante de Abrantes, pondo-se em marcha para Hespanha, organisado pelo seguinte modo:

Artilheria — 6 brigadas, 30 peças, commandadas pelo major general Howorth.

Cavallaria — 3 brigadas, 3:047 sabres, commandadas pelo tenente general Payne.

Infanteria — 1.ª divisão: 4 brigadas, 6:023 bayonetas, commandadas pelo tenente general Sherbroke. 2.ª divisão: 2 brigadas, 3:947 bayonetas, commandadas pelo major general Hill. 3.ª divisão: 2 brigadas, 3:736 bayonetas, commandadas pelo major general Mackenzie. 4.ª divisão: 2 brigadas, 2:957 bayonetas, commandadas pelo major general Campbell.

Com a cavallaria eram portanto 5 divisões e 13 brigadas, sommando 19:710 sabres e bayonetas, com 1:287 homens de infanteria, artilheria e tropas de trem, sendo o total da força 20:997 homens e 30 peças de artilheria. Alem d'esta força, o regimento n.º 40, retido por longo tempo em Sevilha por mr. Frere, tinha chegado de fresco a Lisboa, e as tropas que d'esta cidade se tinham posto em marcha para se irem unir

ao exercito subiam quasi a 8:000 homens de infanteria, organisados em tres brigadas, commandadas pelo major general Lightfoot, e pelos brigadeiros generaes Robert e Catlin Crawfurt. A marcha do exercito, quando saiu de Abrantes, foi pelas duas margens do Tejo, indo uma columna por Sobreira Formosa, e outra por Villa Velha, onde se estabeleceu uma ponte de barcos. No 1.° de julho o quartel general fixou-se em Castello Branco, d'onde as tropas continuaram a marchar n'uma só columna por Moralejo a Coria. A 8 o quartel general estava em Plasencia, onde o exercito chegou no dia 10. Por este mesmo tempo Cuesta achava-se em Almaraz, e Victor em Talavera de la Reyna, em desempenho das ordens que para este fim recebêra do rei José. Sebastiani annunciára que Venegas tinha sido reforçado, e se preparava a entrar na Mancha. Esta circumstancia e juntamente com ella a da marcha de Cuesta, e o movimento de Blake sobre Saragoça, cujo infeliz resultado ainda por então não era sabido, fizeram com que o mesmo rei José ordenasse a Saint-Cyr que avançasse para Aragão, dirigindo-se elle mesmo para Toledo com as suas guardas e a sua reserva. Depois d'isto, chamando a si a cavallaria ligeira de Victor com uma divisão de infanteria, obrigou a este marechal a retroceder para Talavera, e a Mortier a dirigir-se com o seu quinto corpo de Valladolid para Villa Castin, perto de Avila, não obstante as ordens que de Napoleão tinha recebido este mesmo corpo para marchar para Salamanca. Na esperança de encontrar Venegas, o rei José penetrou na Mancha até ao Jabalon; mas tendo-se o general hespanhol refugiado na serra Morena, o rei, deixando em Toledo os postos que tirára do quarto corpo, e reenviando a Victor a sua cavallaria ligeira, tornou para Madrid com as suas guardas e a sua reserva.

Durante este tempo da ausencia da referida cavallaria, Victor não se considerou em estado de caír sobre o general Cuesta, o qual, seguindo-o na retirada, depois que deixou Torre Mocha, pôde a seu salvo passar o Tejo em Almaraz a 23 de junho, destacando a sua vanguarda para Oropeza, e postoque comsigo tivesse os já citados 38:000 homens, dei-

xou-se ficar inactivo, sem acommetter o exercito de Victor, reduzido, como este estava, sómente a 14:000 homens, que apenas se achavam distantes de Cuesta cousa de duas leguas e meia: a negligencia d'este general, e as suas disposições foram sempre as mais inhabeis possivel. Ainda mais: a 28 de junho Victor tinha removido os seus depositos e hospitaes da aldeia do Arzobispo, e tomado posição por detrás do Alberche, conservando sempre em Talavera tres batalhões e a sua cavallaria, e em Calera e Gamonal os seus postos avançados. Um pequeno destacamento vigiava tambem o curso do rio Tejo, desde a embocadura do Alberche até á do Guadarrama. Para Escalona tinha enviado uma columna movel, destinada a observar a Vera de Plasencia, e os caminhos que vão para Avila. O mesmo Victor, querendo habilitar-se a qualquer movimento retrogrado que de novo precisasse fazer, queimou, por falta de meios de transporte, quinze barcos, que sustentavam uma ponte sobre o Tietar, e pela mesma rasão lançou ao rio uma grande quantidade de munições. O estado critico da sua posição era portanto evidente; por espaço de quatro dias as suas tropas não receberam mais que um quarto de ração; as molestias e a fome lh'as destruiam; e o Tejo era vadeavel em muitas partes. E todavia Cuesta, ausentes como ainda estavam os inglezes, não se soube, ou não quiz aproveitar-se d'esta boa occasião para uma victoria, emquanto o rei José não vinha da Mancha. Tal era a situação dos differentes exercitos quando o general Wellesley chegou de Plasencia, onde soube que o segundo corpo se achava em Zamora, e o quinto em Valladolid. Vendo pois estes dois corpos do lado de lá das montanhas, e que ambos elles lhe estavam sobre o seu flanco esquerdo, ameaçando-o seriamente por este lado, temeu o perigo, e renovou a Beresford a ordem que já lhe tinha dado, de vigiar cuidadosamente a defeza de Puerto Peralez, e como no desfiladeiro de Baños não houvessse guarda alguma, officiou sobre este ponto ao general Cuesta, o qual apenas destacou para uma das extremidades do desfiladeiro dois batalhões de 300 homens, munidos apenas de cinco tiros, devendo ir para a outra extremidade dois batalhões de

Bejar: similhante força estava seguramente muito longe de poder ali embaraçar devidamente o passo ao corpo do marechal Soult, quando d'elle se approximasse.

A 10 de julho sir Arthur Wellesley foi conferenciar com o general Cuesta a Almaraz, perto do collo de Mirabete, sobre as operações ulteriores. 14:000 homens dos hespanhoes se achavam por então destacados na ponte do Arzobispo, estando o resto acampado para baixo da ponte do Mirabete. Passada a discussão, que houve entre o general hespanhol e o inglez, e que durou por espaço de dois dias, assentou-se, com approvação da suprema junta, que os exercitos de sir Arthur e Cuesta começariam no dia 18 os seus movimentos contra Victor; que Venegas avançaria ao mesmo tempo através da Mancha, deixaria Toledo e Aranjuez á sua esquerda, e se dirigiria para Fuente Dueñas e Villa Manrique, sobre o alto Tejo, para chamar sobre si o general Sebastiani. Se com este movimento o general francez, que então commandava o quarto corpo, com elle avançasse por aquelle lado, Venegas o devia embaraçar na sua marcha, entretendo-o até que os exercitos alliados tivessem derrotado Victor. Mas se Sebastiani não fizesse caso do movimento de Venegas, este general devia então passar o Tejo, e marchar sobre Madrid pelo sueste, emquanto que sir Roberto Wilson, reforçado como tinha sido por dois batalhões hespanhoes, atacaria aquella cidade pelo lado opposto. Wilson, com os dois batalhões da leal legião lusitana, e o batalhão de caçadores n.º 5, tudo na força de 4:000 homens, a que tambem effectivamente se aggregaram algumas tropas hespanholas, tinha pela sua parte subido pela margem direita do Tietar, e tomado posição nos desfiladeiros de Arenas, que conduziam para Avila, assim como para o de S. Pedro Bernardo, que se dirige a Madrid. Por esta fórma cobria elle a Vera de Plasencia, e ameaçava as communicações de Victor com a capital. Similhante circumstancia, reunida aos receios que este marechal tambem concebeu das marchas que podia fazer Wellesley para o mesmo fim, tornaram-no bastante inquieto. Com a cavallaria, que o rei José lhe restituiu, lhe mandou elle tambem um reforço de 10:000 ho-

mens, tirados do exercito de Sebastiani, o que elevava as forças de Victor a 25:000 homens.

Pela sua parte sir Wellesley julgou muito perigosa para a causa dos alliados a existencia d'esta força tão perto da dos hespanhoes, de que resultou tomar a resolução de passar o Tietar em Venta de Bazagona, e marchar por Miajadas para Oropesa. Tendo conseguido lançar uma ponte sobre o Tietar, o seu exercito passou este rio no dia 18, e tomando o caminho de Miajadas, chegou a Talaguela. A 19 fizeram as suas tropas alto em Centinello e em Casa de Somas, indo os postos avançados até á Venta de San-Julian. A 20 as mesmas tropas chegaram a Oropesa; mas tendo feito longas marchas através de um paiz difficil, ali se demoraram o dia 21, durante o qual Cuesta, que vinha de Almaraz por Naval Moral e Arzobispo, passou tambem a Oropesa, reunindo todas as suas forças em Vellada, excepto um pequeno destacamento, que seguiu pela margem meridional do Tejo, para ameaçar os francezes pela ponte de Talavera. Informado d'isto, o duque de Belluno mandou sustentar os seus postos de Talavera por uma divisão de infanteria em escalão na retaguarda da cidade. A sua situação parecia critica, porque os alliados, cobertos pelo Alberche, podiam ainda ganhar uma marcha, alcançar Escalona antes d'elle, e de lá dirigir-se para Madrid pelo collo de Brunete, ou tomando o posto de Maqueda, cortar-lhe o caminho da capital; mas elle Victor, que estava bem informado do que se passava entre os seus, contentou-se apenas em enviar um regimento de hussards a Cazar de Escalona, para vigiar o alto Alberche, e sustentar a columna movel, opposta a sir Roberto Wilson.

Ao general Venegas se tinha expedido ordem para partir de Madrilejos a 18 ou 19, devendo marchar por Tembleque e Ocaña para Puente-Dueñas, sobre o Tejo, onde este rio se passa em um vau, e d'ali para Arganda, onde deveria chegar aos 22 ou 23. Aos 21, quando os alliados se achavam em Oropesa e Vellada, Victor chamou a si todos os seus forrageadores, mudou a sua linha de retirada sobre Madrid para a estrada de Toledo, mandou o seu parque para Santa Olalla, e concentrou duas divisões de infanteria por trás do Alberche.

Aos 22 os inglezes e hespanhoes marcharam de Oropesa em duas columnas, atacando a guarda avançada dos inglezes os postos exteriores do inimigo em Talavera. A sua direita foi flanqueada pelo 1.º dos hussards, e pelo 23.º de dragões ligeiros, bem como pela divisão de infanteria, commandada pelo major general Mackenzie. A guarda avançada hespanhola, commandada pelo general Jargas e duque de Albuquerque, repelliu o inimigo com vantagem. Os inglezes perderam por esta occasião onze cavallos, por causa do fogo da artilheria da posição dos francezes, dirigida sobre o Alberche; os hespanhoes tiveram tambem alguns homens feridos. O general Cuesta foi quem chegou primeiro á retagúarda do inimigo, perto da villa de Gamonal, em rasão da sua marcha ser pela estrada real. Mas tal ignorancia mostrou e tamanha timidez, que desde logo se conheceu a rasão das suas anteriores derrotas. Foi o general francez Latour-Maubourg o que com 2:000 dragões avançou ousadamente sobre a chapada, ou *plateau* de Gamonal, onde se sustentou contra o fogo da artilheria hespanhola, demorando-lhe a testa da sua columna, circumstancia que obrigou o general Zayas a desenvolver toda a sua linha, que consistia em 15:000 homens de infanteria e 3:000 de cavallaria. Os dragões francezes portaram-se com firmeza até que viram os uniformes vermelhos, que os ameaçavam pela sua direita, obrigando-os a se retirarem, como praticaram, para detrás do Alberche e sem nenhuma perda, apesar das muitas baterias, e dos 6:000 cavallos hespanhoes que lhe ficavam pela retaguarda, os quaes se recusaram a dar uma carga sobre os francezes, tendo aliás para isto tão opportuna, quanto vantajosa occasião.

Pelas duas horas da tarde todo o exercito francez de Victor, por então inferior ao dos alliados, por não ter mais que 25:000 homens, concentrou-se na sua posição. Uma das suas divisões, postada na esquerda, tocava no Tejo, protegendo a ponte sobre o Alberche, que estava defendida por um regimento de infanteria e quatorze peças de artilheria. As divisões Villatte e Lapisse, em escalão sobre o terreno elevado, que dominava todo o paiz circumvizinho, formavam a direi-

ta: o grosso da cavallaria estava n'uma segunda linha, perto da ponte. Victor passou assim o resto do dia 22 e o dia 23. N'este ultimo dia formaram novamente os francezes as suas columnas de ataque; mas sir Wellesley, por condescender com os loucos desejos do general Cuesta, em vez de os atacar, transferiu pela sua parte o ataque para o dia 25, tendo isto logar quando os differentes corpos se punham já para elle em movimento. D'esta circumstancia se aproveitou Victor, que pela uma hora da noite de 23 para 24 se retirou para Santa Olalla, e depois para Torrijos, com direcção a Toledo, nas vistas de se encorporar ás tropas do general Sebastiani. Foi esta retirada de grande vantagem para o inimigo, como em breve se verá. Wellesley declarou para o seu governo não poder seguir os francezes, nem poder passar de Talavera por causa da grande falta de viveres e meios de transporte, que elle experimentava na Hespanha, tendo já representado sobre este objecto ao major general O'Doneghue, ajudante general do exercito hespanhol. Sobre este mesmo assumpto o general Cuesta instára com a junta central para que se adoptassem medidas vigorosas, a fim de se remediarem os males, que por esta causa soffria o exercito britannico, o qual emquanto não fosse supprido não podia continuar as suas operações. O mesmo Wellesley esperava depois d'isto ser fornecido pela Andaluzia e pela Mancha dos meios que requerêra, reservando para então recomeçar com actividade e vigor as suas operações, que assim fôra compellido a espaçar.

A retirada do marechal Victor transtornou a primeira combinação dos alliados, em volta dos quaes se foram depois accumulando as tropas do inimigo. Venegas, que deveria apparecer em Fuente-Dueñas, sobre o Tejo, não tinha ainda passado de Damyel, e ao passo que o rei José se dispunha a reunir todas as suas tropas entre Toledo e Talavera, Soult buscava a toda a pressa marchar de Zamora para o logar do conflicto. A estes males para o exercito inglez acrescia mais não se terem tomado em consideração as requisições de sir Wellesley, acharem-se os soldados reduzidos já a meia ração por falta de

viveres, não poderem effeituar uma só marcha por carecerem de transportes, e ter a junta central, para mais aggravar esta sua má fé, ou quebrantamento de palavra para com Wellesley, secretamente ordenado ao general Venegas, que não tomasse parte alguma nas operações concordadas, para evitar a eventualidade de uma derrota, e ter ella, pelo apoio d'este exercito, meios de se manter no seu poder: tal foi a causa do mesmo Venegas não apparecer no Tejo com o exercito da Mancha, como se havia combinado. Eis-aqui pois no que vieram a parar todas as grandes promessas, feitas a sir Wellesley pelos hespanhoes, homens perfeitamente amestrados em dizerem tudo quanto querem, no meio das suas emphaticas expressões, e em pouco ou nada fazerem do muito que costumam dizer; e eis finalmente como os mesmos hespanhoes e o seu governo pagavam á Gran-Bretanha os vastos e dispendiosos auxilios que lhes havia prestado, expondo á morte, por meio de uma derrota quasi inevitavel, tantos milhares de inglezes, e ao mallogro da sua expectativa os pesados sacrificios que fizera para pôr na peninsula um exercito de mais de 30:000 homens, que posto tivesse especialmente em vista os interesses do seu paiz, nem por isso deixava de vir secundariamente defender tambem os da Hespanha e Portugal. Todos estes males tornavam-se ainda mais graves pela louca presumpção do general Cuesta, que julgando sem fundamento que os francezes se retiravam de Escalona para não combater, se propoz a ir ataca-los. Arrastado pela sua arrogante vaidade, tomou pois a resolução de passar o Alberche na manhã de 24, conduzindo o exercito até Santa Olalla, fazendo marchar no dia 25 a sua vanguarda até Torrijos. Por effeito de valer a Cuesta, no meio de uma tamanha imprudencia, e tambem nas vistas de conservar as suas communicações com elle e com sir Roberto Wilson, postado então em Escalona, sir Wellesley mandou no dia 26 para Cazalegas, do outro lado do Alberche, o general Sherbrooke com duas divisões de infanteria e toda a cavallaria: por esta fórma se achava sir Wellesley collocado em posição central, com relação a Talavera, Santa Olalla e Escalona, podendo assim sustentar os hespanhoes, e manter ao

mesmo tempo as suas communicações com elles e com sir Roberto Wilson.

Entretanto o marechal Soult vinha de Zamora para o logar do conflicto, tendo recebido do imperador Napoleão o commando supremo do segundo, quinto e sexto corpo, com ordem de os concentrar, e obrar de uma maneira decisiva contra os inglezes. Depois de varias combinações e marchas, filhas das varias informações, que os francezes tinham a respeito do exercito inglez, o rei José ordenou pela sua parte a Soult, que marchasse immediatamente para Plasencia, pondo-se elle mesmo em movimento com 6:000 ou 7:000 homens das suas guardas e da sua reserva para Mostoles, com o fim de se reunir a Victor, pela estrada de Talavera, reunião que no dia 25 com elle effeituára por Vargas e margem esquerda do rio Guadarrama, depois de ter deixado em Madrid uma pequena guarnição. Pela sua parte o general Sebastiani tratava de fazer outro tanto, por effeito das ordens que do mesmo rei José recebêra para se dirigir ao Tejo. Este general, tendo na Mancha e vizinhanças de Damyel espreitado Venegas, voltou de repente sobre Toledo a marchas forçadas, sem lhe importar que elle fosse ou não passar o mesmo Tejo em Aranjuez, cuidando só em se ir igualmente reunir ao rei José com a maior parte do seu quarto corpo. O resultado pois de tudo isto foi que não tendo anteriormente os francezes em Talavera para se ali opporem aos alliados mais que os 25:000 homens do marechal Victor, na manhã de 26 de julho contavam para mais de 50:000 homens, pertencentes ao corpo do referido marechal, ao de Sebastiani e ás guardas e reserva do rei José, com noventa peças de artilheria, concentrados todos por trás do citado rio Guadarrama, distantes apenas algumas milhas da vanguarda do general Cuesta. Os hespanhoes tinham o grosso das suas tropas em Santa Olalla; em Cazalegas estava o general Sherbrooke com duas divisões de infanteria e uma brigada de cavallaria, achando-se postada em Talavera a maior parte do exercito inglez. Por conseguinte, ao passo que os francezes se haviam concentrado e posto em marcha para o ataque, os alliados tinham-se separado e desunido entre si, com a cir-

cumstancia de se acharem tres quartos das suas forças encerradas entre o Alberche e o Tejo. Emquanto isto succedia por este lado, por outro o marechal Soult tinha reunido em Salamanca, tanto do seu segundo corpo, como do do quinto de Mortier, e do do sexto de Ney, não menos de 50:000 homens. Salamanca dista de Plasencia apenas quatro dias de marcha, e como as ordens do rei José para que Soult marchasse para esta ultima cidade deviam ser recebidas no dia 24, esperava sir Arthur Wellesley que o mesmo Soult estaria no valle do Tejo dentro em quatro dias. Cuesta não conheceu o grande perigo em que estava mettido senão no dia 25. A 26 deu ordem para a retirada; mas os francezes, passando subitamente o Guadarrama, expulsaram para fóra de Torrijos a cavallaria hespanhola, perseguindo-a seriamente até Alcabon. O general Zayas, que tinha ali 4:000 homens de infanteria e 2:000 de cavallaria com oito peças de artilheria, offereceu-lhe o combate. Mas apenas os hespanhoes sentiram a artilheria franceza, e a viram dirigida contra a testa da sua infanteria, romperam immediatamente as fileiras, fugindo em desordem para Santa Olalla, perseguidos ao grande galope pela cavallaria inimiga. Então Cuesta, para evitar a completa destruição do seu exercito, retirou-se para a margem esquerda do Alberche, onde os inglezes o soccorreram, aliás todas as suas tropas debandariam promptamente. Á vista pois d'esta retirada os francezes apossaram-se então de Santa Olalla, em resultado do seu combate, tido com os hespanhoes em Alcabon no citado dia 26.

Desde aquelle momento tornou-se evidente para sir Arthur Wellesley que os francezes se dispunham a tentar decididos a sorte de uma batalha geral, e para ella se preparou, escolhendo nas vizinhanças de Talavera a posição que mais vantajosa lhe pareceu. Occupava ella uma extensão para mais de duas milhas; a esquerda, onde o exercito inglez se achava postado, offerecia uma planicie, dominada por uma altura, chamada de Medellin, sobre a qual se estendeu em escalão, como em segunda linha, uma divisão de infanteria, debaixo das ordens do major general, sir Rowland Hill. Entre esta altura e uma

cadeia de montanhas, um pouco mais adiante, tambem pelo lado esquerdo, corria um valle, que não foi mandado occupar, por ser dominado pela referida altura, ao passo que a cadeia de montanhas pareceu estar muito afastada para que podesse ter influencia na luta que ali se ía travar. Depois de vencida a louca obstinação do general Cuesta, concordou elle por fim na manhã de 27 em vir tomar logar com o seu exercito na citada posição: este logar foi na direita, estendendo-se immediatamente em face de Talavera. A posição fôra bem escolhida, com relação ás tropas que a deviam occupar. O terreno, que se estendia adiante do exercito inglez, não tinha obstaculos; mas o que estava em face do exercito hespanhol era coberto de arvoredos e atravessado por caminhos e fossos. Mandado retirar de Cazalegas o general Sherbrooke, e deixando ficar o general Mackenzie com uma divisão de infanteria e uma brigada de cavallaria como guarda avançada n'um bosque que estava na direita do Alberche, e cobria o flanco esquerdo do seu exercito, sir Arthur Wellesley ordenou depois as suas tropas como lhe pareceu mais conveniente, collocando-as em duas linhas. A força ingleza e allemã, que debaixo das suas ordens se achava em armas no campo, prompta no dia 27 de julho a entrar em luta com o inimigo, era de pouco mais de 19:000 homens, entre infanteria e cavallaria, tendo 30 peças de artilheria. Os hespanhoes, antes do combate de Alcabon, contavam por si de 33:000 a 34:000 homens, com 70 peças de artilheria. Por conseguinte o exercito combinado formava um todo de 53:000 homens, dos quaes 10:000 eram de cavallaria, com 100 peças de artilheria. Os francezes tinham para mais de 50:000 homens, como já notámos, dos quaes 7:000 eram de cavallaria, com 80 peças de artilheria; mas todos elles eram tropas regulares e veteranas, ao passo que sir Wellesley só podia contar com os seus 19:000 soldados de similhante especie.

Ao romper do citado dia 27 de julho o rei José fez partir de Santa Olalla as suas columnas, que uma hora depois se achavam nas alturas da Casa de Salinas, onde se havia postado o general Mackenzie, que d'ali se retirou com bastante

perda. Os olivaes e outras mais arvores que ali povoam o paiz não deixavam ver bem aos francezes os movimentos dos alliados. Era o mesmo rei José o que em pessoa ali commandava o ataque, sendo n'isto dirigido pelos marechaes Jourdan, Victor e Mortier. O primeiro passo que para elle se deu foi um reconhecimento, annunciado por uma forte canhonada, dirigida particularmente sobre a direita, occupada pelos hespanhoes, seguramente para verem quem a defendia. Contra esta posição mandára-se o general Sebastiani, á testa do seu quarto corpo, bem como das guardas e reservas do rei José, resultando d'este ataque debandarem-se os hespanhoes, fugindo muitos d'elles para Oropesa, levados a isto por um terror panico que d'elles se apossou. Felizmente a desordem não passou d'aqui. Presumiu-se depois d'isto que o mais decisivo ataque se dirigiria contra a esquerda, occupada pelos inglezes, ali commandados pelo general Hill, commettendo-se ao marechal Victor a sua execução, feita com tal decisão e energia, que os atacantes chegaram a subir ao cume da respectiva altura, e já n'ella cuidavam em se formar, quando o mesmo Hill, não obstante o muito risco de caír prisioneiro, d'ella os fez expellir á bayoneta com a maior bravura e sangue frio. As divisões dos generaes Ruffin e Villatte foram as empregadas n'este ataque, que durou até á approximação da noite, sem que os francezes d'elle desistissem, a ponto do general Lapisse se ir ainda estender para a esquerda contra uma outra divisão ingleza, sem que do seu acommettimento tirasse resultado algum. Pelas seis horas da manhã de 28 os francezes renovaram as suas tentativas, que recomeçaram por uma forte canhonada, disparada contra toda a linha ingleza, annuncio certo da continuação da batalha. A divisão do general Ruffin atacou de frente a altura de Medellin, onde estava o general Hill, dirigindo-se uma outra divisão pelo valle que lhe ficava á esquerda. A contenda tornou-se muito pertinaz e os ataques repetidos, tanto em força compacta, como por pelotões, soffrendo uns e outros contendores consideraveis perdas, sendo ferido o proprio general Hill. Finalmente os francezes desistiram da empreza, voltando á sua primeira posição.

Succedeu-se ao precedente ataque uma grande indecisão da parte dos francezes sobre se deviam ou não continuar a batalha, sendo o marechal Victor pela negativa, e o marechal Jourdan pela affirmativa. Emquanto isto se discutia, recebeu o rei José um despacho do marechal Soult, dizendo-lhe não poder chegar a Plasencia antes de 3 para 5 de agosto. Coincidiu com isto o saber-se tambem que estava já perto de Toledo um destacamento do exercito de Venegas, cuja vanguarda se approximava igualmente de Aranjuez, ameaçando Madrid. O receio de perder esta capital inquietava sobre modo o rei José, por ter n'ella todas as provisões, a reserva da artilheria, o hospital geral dos diversos corpos d'esta arma, sendo tambem por outro lado os tributos que ás portas d'ella se pagavam o seu unico recurso pecuniario. O resultado de tudo isto foi o preferir elle a qualquer outra idéa a da conservação de Madrid, dando de mão á da espera que lhe propunha o marechal Soult, decidindo-se por conseguinte pela da continuação da batalha, não obstante ter a certeza de que os alliados se achavam preparados para a receber. Desde as nove horas da manhã até ao meio dia de 28 nenhuma apparencia de hostilidade se notava de parte a parte. O calor era excessivo e os soldados dos dois exercitos desciam sem receio uns dos outros ás bordas do Portiña, para matarem a ardente sêde que os perseguia. Seguiu-se a isto o tomarem-se no campo inimigo algumas disposições para a continuação da batalha. E com effeito pelas duas horas da tarde do citado dia 28 renovou-se ella effectivamente, começando por uma nuvem de balas, disparadas pelas oitenta peças de artilheria francezas, postadas adiante das tropas ligeiras do corpo do marechal Victor, marchando após ellas em magestosa ordem as respectivas columnas de infanteria, destinadas a um assalto geral contra a linha ingleza, vendo-se igualmente por trás d'ellas uma numerosa cavallaria, no intento de completar a victoria por meio de uma carga, dada contra o ponto que mais vantajoso lhe parecesse. Uma hora depois de tudo isto estavam as tropas em decidido movimento. Nada é mais admiravel do que o sangue frio e a penetração que n'esta critica occasião desenvolveu sir Arthur

Wellesley: sentado sobre a altura de Medellin, de que já fizemos menção, se achava elle, quando o coronel Doukin lhe veiu dizer que o duque de Albuquerque o mandava avisar, por um official do seu estado maior, de que o general Cuesta o atraiçoava, aviso a que elle respondeu friamente: *Pois bem, podeis voltar para a vossa brigada,* depois do que continuou a observar attentamente os francezes. Effectivamente durante todo este dia a conducta do commandante em chefe do exercito foi tal, qual devia ser a de um homem, a cuja firmeza e vigilancia se tinha confiado a vida de mais de 60:000 homens inglezes e portuguezes, e juntamente com elles os futuros destinos dos seus respectivos paizes.

Convencido o general francez da inefficacia dos seus precedentes ataques sobre a altura da esquerda dos alliados, contra ella dirigiu então em força as suas columnas de infanteria e cavallaria, que marcharam ao longo do valle, flanqueadas por numerosas tropas ligeiras, postas sobre as collinas que estavam para alem do mesmo valle. Estas columnas foram logo carregadas pelo primeiro regimento dos hussards allemães, e o vigesimo terceiro de dragões ligeiros, commandados pelo brigadeiro general Anson, debaixo da direcção do tenente general Payne. Aindaque o vigesimo terceiro de dragões perdeu muita gente n'esta carga, teve todavia a gloria de obrigar a fazer alto ás columnas inimigas. Para secundar o ataque que se acaba de descrever, o inimigo tinha feito avançar algumas outras columnas sobre a direita da linha ingleza. Ali a brigada do brigadeiro general Alexandre Campbell e dois batalhões hespanhoes repelliram tambem o inimigo e o perseguiram, mesmo depois de o terem posto em desordem. Um outro ataque se dirigiu igualmente n'este mesmo momento contra a divisão do tenente general Sherbrooke, que se achava no centro da primeira linha do exercito inglez. Este ataque foi valentemente repellido por uma carga de bayoneta, feita por toda a divisão; mas a brigada das guardas, tendo avançado para um pouco mais longe, expoz o seu flanco esquerdo ás baterias inimigas e ao das suas columnas da retirada, de que resultou ser a divisão obrigada a retomar a sua primitiva po-

sição, protegida pela segunda linha da brigada de cavallaria do general Cotton, que do centro tinha sido mandado avançar contra o inimigo, e pelo primeiro batalhão do regimento n.º 48. Depois que assim fôra repellido este ataque geral, em que parece haverem tomado parte todas as tropas francezas, o inimigo começou a retirar-se, atravessando o Alberche; elle executou esta marcha retrograda com a maior ordem possivel, e a effeituou durante a noite, deixando em poder dos alliados vinte peças de artilheria, munições, caixões, e alguns prisioneiros. Os inglezes perderam nos combates de 26 e 27, chamados de Alcabon, e batalha de 28 de julho, 6:268 homens; do citado numero foram mortos 31 officiaes, 762 officiaes inferiores e soldados, alem de 2 generaes, Mackenzie e Langworth: feridos contavam-se 3 generaes, 192 officiaes e 3:718 officiaes inferiores e soldados. Os extraviados foram 9 officiaes e 643 officiaes inferiores e soldados. A perda do dia 28 foi só por si de 5:422 homens. Os francezes ainda perderam mais gente, tendo tido 2 generaes e 944 homens mortos, sendo o numero dos feridos 6:294 homens; a dos prisioneiros foi de 156. Total 7:396 officiaes e soldados, dos quaes 4:000 foram do primeiro corpo [1]. Os hespanhoes allegaram pela sua parte terem perdido 1:200 homens, entre mortos e feridos; mas duvidou-se muito da exactidão e verdade de similhante perda [2].

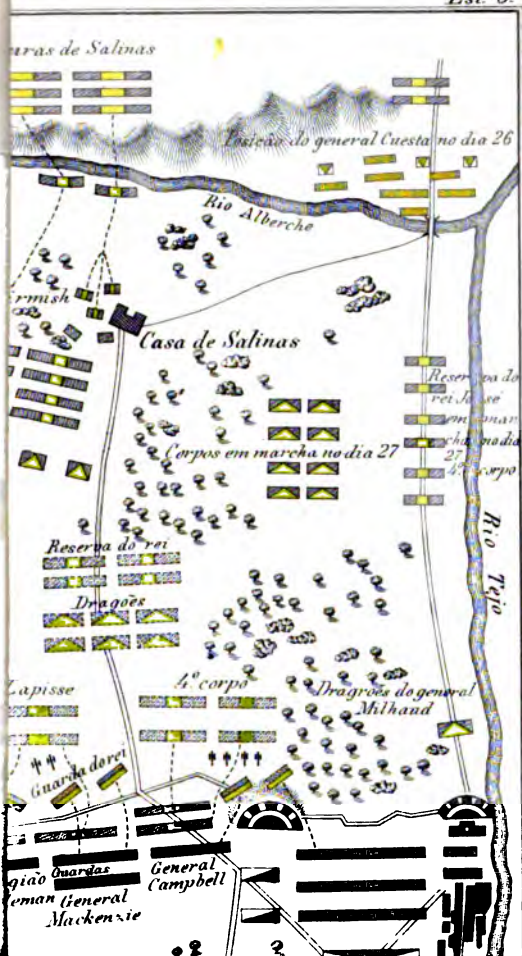
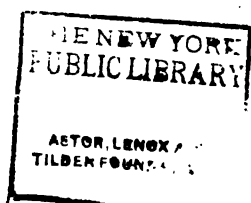
No dia 29 ao romper do dia o exercito francez repassou o Alberche, dirigindo-se para as alturas da Casa de Salinas. O rei José foi depois com o quarto corpo, as guardas e a reserva para Santa Olalla, indo-se estabelecer em Illescas e Valdemoro no dia 31, depois de ter previamente destacado uma divisão para Toledo, ameaçada como estava esta cidade pelas tropas de Venegas. O marechal Victor, temendo o movimento que sir Roberto Wilson podia operar sobre o seu flanco, por lhe suppor forças superiores ás que tinha, tambem se retirou no 1.º de agosto para o lado de Maqueda e Santa Cruz del Ritamar,

[1] Mr. M. de Rocca dá de perda aos francezes nas suas *Memorias* 10:000 homens e 20 peças de artilheria, e aos alliados 6:616 homens.

[2] Estes successos foram communicados para o Rio de Janeiro em officio dos governadores do reino de 9 de janeiro de 1809. (Documento n.º 66.)

desacordado com o marechal Jourdan. Os hespanhoes e sir Arthur Wellesley permaneceram em Talavera, sendo durante este tempo que chegou ao campo inglez o general sir Roberto Crawfurd com os regimentos n.os 43 e 52, e um de caçadores, que era o n.º 95: foi a este general que Wellesley encarregou logo os postos avançados. O exercito inglez achava-se por então tão fraco, e tinha soffrido tanto, que sir Wellesley empregou os dias 29 e 30 em estabelecer hospitaes em Talavera e em procurar, postoque debalde, por todos os meios possiveis, os viveres e os mais soccorros necessarios para impedir a morte dos feridos. Nem o general Cuesta, nem os habitantes de Talavera, postoque podessem amplamente remediar todas as faltas que havia, se quizeram prestar a isso, e nem mesmo a ajudar a enterrar os mortos! O trigo, que tinham escondido em Talavera, era bastante para sustentar o exercito durante um mez; mas preferiu-se a isto deixar-se antes morrer de fome um exercito amigo, do que ministrar-lhe o indispensavel sustento. O escandalo de similhante conducta redobrou ainda mais de ponto, quando se soube que os mesmos soldados hespanhoes chegaram até a privar do pouco trigo que por diligencias suas e despezas proprias haviam alcançado alguns soldados da divisão ingleza de sir Rowland Hill[1]. Não admira pois que desde aquelle tempo até ao fim da guerra os soldados inglezes conservassem sempre a pungente lembrança d'este escandaloso facto, mostrando constantemente a mais viva repugnancia e desprezo para com os hespanhoes, que alem de timidos, reputavam deshumanos. O certo é que, por causa do nenhum apoio que achou no exercito do general Cuesta, sir Arthur Wellesley viu-se obrigado a ficar inactivo no logar da acção, impossibilitado de progredir com as suas operações.

Entretanto o marechal Soult, que até ali se achava como esquecido para as partes de Salamanca, começou a apparecer em scena. Sir Roberto Wilson, que com as suas 924 praças da leal legião lusitana chegára a 25 de julho a Naval Carneiro, onde se poz em communicação com Madrid, teria

[1] Assim o prova o documento n.º 66-A.

seguramente entrado n'esta cidade, a não ser a batalha de Talavera: por aviso de sir Wellesley veiu de Naval Carneiro para Escalona, onde chegou no dia 28, achando-se por este modo na retaguarda do inimigo. Foi sir Roberto Wilson quem communicou ao mesmo Wellesley que os francezes tinham já apparecido perto de Nombella. Baldados todos os pedidos, feitos ao general Cuesta, para que mandasse uma adequada força que em Puerto de Baños embaraçasse a marcha dos francezes, nada se pôde conseguir d'elle. O certo é que aos 2 de agosto houve a certeza de que as tropas de Soult tinham entrado em Plasencia em duas columnas, havendo retirado de Puerto de Baños o marquez del Reino com os seus quatro batalhões, sem terem disparado um só tiro. Á vista pois d'isto propoz o general Cuesta a sir Wellesley, que metade do exercito marchasse para a retaguarda para se oppor ao inimigo, cumprindo á outra metade manter o posto de Talavera, proposta a que sir Wellesley annuiu, promptificando-se quer para retrogradar, quer para ficar em Talavera, comtantoque fosse com todo o exercito britannico, pois o não podia dividir. Foi o mesmo sir Wellesley o que tomou sobre si ir ao encontro do inimigo, dirigindo-se para este fim na manhã de 3 de agosto para Oropesa, ficando portanto o general Cuesta em Talavera, encarregado de guardar a linha do Tejo, e proteger o transporte dos feridos. Como já vimos, o rei José, unido ao general Sebastiani, tinha ido para Illescas e Valdemoro, para se interpor entre Venegas e Madrid: Victor, como tambem já vimos, estava por então em Maqueda, Cuesta em Talavera, sir Arthur Wellesley em Oropesa, com apenas 17:000 homens, para com elles se oppor aos 50:000 que Soult tinha sobre o Tietar. Por este modo os dois exercitos alliados achavam-se no centro, e distantes um do outro sómente um dia de marcha, não passando as suas forças de 47:000 homens; os francezes tinham pela sua parte 90:000, dos quaes 50:000 estavam debaixo do commando do marechal Soult, sendo-lhes necessarios tres dias de marcha para todos elles se concentrarem.

Pelas cinco horas da tarde do dia 3 Wellesley foi informado

de que os francezes tinham marchado de Plasencia para Naval Moral, de que resultava ver-se collocado entre Soult e a ponte do Arzobispo, e os francezes entre elle e a ponte de Almaraz. Uma hora depois lhe participou o general O'Doneghue que Cuesta se ía retirar de Talavera e reunir ao exercito inglez, em rasão dos francezes se moverem em força sobre os seus flancos, segundo allegava. Este movimento o executou elle effectivamente n'essa mesma noite de 3 para 4 de agosto, deixando ao desamparo 1:500 inglezes feridos na cidade, tornando por este modo singularmente critica a situação dos dois exercitos, ameaçados de um ataque de frente e retaguarda ao mesmo tempo: o certo é que, effeituando a sua retirada, veiu apparecer em Oropesa ao amanhecer do dia 4. Desde então a situação dos exercitos inglez e hespanhol tornou-se summamente critica. E realmente, logoque os corpos de Soult, Ney, Mortier e Kellerman, deixaram Leão, Zamora e Salamanca, para a marchas rapidas se dirigirem para Plasencia, na retaguarda dos alliados, ficaram estes expostos a serem atacados ao mesmo tempo por dois lados e sem communicações seguras na sua retaguarda sobre o Tejo pela ponte de Almaraz, de que resultou tomarem Cuesta e Wellesley a resolução de tornarem a passar para a margem esquerda d'este rio, retirando-se Wellesley, não por aquella ponte, mas pela do Arzobispo, como praticou, cruzando o mesmo Tejo no citado dia 4, para ganhar depois a estrada da Extremadura, tendo de descer pelos caminhos quasi impraticaveis que ha na dita margem esquerda até Almaraz, cuja ponte ainda em tal caso pretendeu defender na dita margem esquerda, estabelecendo o seu quartel general em Deleytosa, entre Saraicejo e Casas del Puerto. Cuesta cruzou tambem aquelle rio na noite de 5, depois de um combate que na ponte do Arzobispo algumas das suas tropas ali sustentaram com as do inimigo. Com a chegada do exercito inglez a Deleytosa nos dias 7, 8 e 9 de agosto, o mesmo Cuesta demittiu-se no dia 12 do seu commando, que entregou ao general Eguia. Cuesta, quando em idade menos avançada, tinha dado provas de talento, bravura e ousadia; mas no fim de cincoenta e cinco annos de honrosos serviços ha-

Est.ª 7.

Fuente Dueñas
Rio Xarama
Ocaña
Tembleque
Estr.ª para Damyel
Aranjuez
Yepes
Con suegra
Valdemoro
Ponte Larga
Illescas
Almonacid
Rio Guadalete
Vargas
Rio Guadarrama
TOLEDO
Torrijos
Montes de Toledo
Maqueda
Escalona
Rio Alberche
S.ta Olalla
Nombella
Cevolla
Cazalegas
Serra de Guadalupe
S. Pedro Bernardo
Talavera
Aldeia Nova
Vellada
Mombeltran
Arenas
Calera
Centinello
Arzobispo
Viranda
de Gredos
Oropeza
Gordo
Vera de Plasencia
S. Julian
Mesa de Ibor
Serra de Lana
Puebla Naciada
Naval Moral

via-se tornado incapaz d'esta actividade physica e mental, que exige o commando de um grande exercito em tão criticas circumstancias. Sir Arthur Wellesley propunha-se a ficar em Deleytosa, para defender Almaraz, como já dissemos, e a parte inferior do Tejo; mas como as suas requisições continuassem a ser desattendidas, tornando-se até mesmo alvo de recriminações injustas, retrogradou de lá para Merida, e depois para Badajoz, onde por fim estabeleceu o seu quartel general no dia 3 de setembro, depois de ter a certeza de que os francezes não invadiam Portugal.

Resta fallar agora da retirada de sir Roberto Wilson, seguramente um dos mais bravos officiaes do exercito inglez. Logoque elle soube da retirada de sir Arthur Wellesley de Talavera de la Reyna no dia 3 de agosto, poz-se em communicação com o general Cuesta, e vendo que os hespanhoes se tinham retirado tambem de Talavera na citada noite de 3 para 4, foi-se de Escalona para Vellada com a sua infanteria, sendo este logar situado algumas milhas ao norte de Talavera. Ali estava elle a vinte e quatro milhas de distancia da ponte do Arzobispo, e como Cuesta não deixou Oropesa senão a 5, podia elle Wilson ter effeituado a sua juncção com sir Arthur Wellesley, se soubesse d'esta circumstancia; mas como a não soube, atravessou o Tietar, para se dirigir ás montanhas, fiado na sua actividade, e no conhecimento que tinha das localidades para se escapar ao inimigo. A divisão franceza de Villatte o perseguiu no dia 5 em Nombella. Um destacamento o espiava attento nos desfiladeiros de Arenas e Monbeltran, e o general Foy o esperava igualmente na Vera de Plasencia. Wilson porém illudiu todas estas precauções; passou no meio do circulo formado pelo inimigo, atravessou a cadeia de Gredos no ponto chamado *Serra de Lanes*, e entrando no valle de Tormes, chegou a Bejar. D'este logar julgou elle possivel poder recuperar as suas communicações com o exercito, o que o levou a marchar para Plasencia pelo desfiladeiro de Baños, tendo a infelicidade de se ir então encontrar de frente com o marechal Ney no dia 12 de agosto, quando voltava com o seu corpo e o de Soult para Salamanca.

Este desastrado encontro foi causa de ser ali derrotado. Dispersando-lhe completamente a sua força, o mesmo Ney continuou depois a sua marcha, e tendo retomado as suas anteriores linhas do Tormes, entregou em seguida o commando do sexto corpo ao general Marchand, e deixou a peninsula para se retirar para França.

Sobre a campanha de Talavera iremos apresentar ao leitor o juizo emittido por um nosso official general, pessoa muito competente pela sua profissão, conhecimento da materia e illustração. O que elle diz sobre o assumpto é portanto o seguinte[1]: «O que não padece duvida é que depois de 1809 o sol de Austerlitz começou a empallidecer, e nenhum marechal do imperio tornou a jactar-se de ter vencido o exercito anglo-portuguez. Mas creio que desde então tudo correria melhor, se sir Arthur Wellesley tivesse exacto conhecimento do que eram os portuguezes, quando disciplinados, ou é que circumstancias que estão fóra do meu alcance o levaram a commetter um erro quasi igual ao do general Moore, entranhando-se na Hespanha desacompanhado dos portuguezes! Parece-me que deveria dar por finda a campanha de 1809 com a expulsão do exercito francez de Soult, que occupava o Porto, e conservar-se na fronteira portugueza (ou hespanhola, vistoque a causa era a mesma), para aclimatar o exercito inglez, e dar tempo a que a tropa portugueza fosse posta em pé de guerra, e disciplinada pelo marechal Beresford, incluindo as milicias (genuinas e naturaes guardas nacionaes, e desastroso foi extingui-las!) com que teria para a campanha de 1810 só de portuguezes 100:000 homens disciplinados e promptos, e via-se habilitado a esperar, sem taxa de ociosidade, a visita do marechal Massena, para o derrotar alem do Côa em segura batalha, muito mais apropriada para lhe dar o titulo de lord Wellington, do que a de Talavera de la Reyna, que esteve em termos de perder, valendo-lhe a inimitavel firmeza do exercito inglez, e a cooperação de um punhado

[1] Veja *Rectificações historicas* do marechal de campo reformado Antonio de Oliva e Sousa Sequeira.

de portuguezes, *a leal legião lusitana,* com a proximidade da brigada portugueza de n.os 11 e 23, que foi proteger-lhe a retirada para Portugal; o que todavia não deixou de ser uma retirada, da qual, se não resultou desastre similhante ao da Corunha, teve a perda de milhares de soldados, com as febres, causadas pelo sol ardente da Hespanha, a que não estavam acostumados, e com que vieram encher os hospitaes e os cemiterios a Portugal; enfraquecendo-se d'este modo o exercito inglez consideravelmente (não contando com as perdas da batalha, que foram grandes), e diminuindo no prestigio que deu aos francezes para a campanha de 1810! Quando n'esta bastaria o só estado ostentoso em que deveria permanecer o exercito anglo-portuguez do centro, e 30:000 homens da melhor tropa do mundo (os inglezes pelo seu fleugma, e os portuguezes pela sua docilidade, que facilita a disciplina), para que Massena não viesse tão audaz, pensando e dizendo, *que ia expulsar os inglezes por Lisboa, como Soult tinha feito a Moore pela Corunha:* tal era a opinião que a retirada de Talavera com as suas consequencias fizera crear aos francezes!...

«Mas se não fosse sufficiente a só ostentação, estava habilitado para dar uma decisiva batalha entre o Côa e o Tormes, com que se evitaria a quéda da Cidade Rodrigo e Almeida, a batalha do Bussaco, a destruição immensa e horrivel das duas provincias, Beira e Extremadura, as quédas de Olivença, Badajoz e Campo Maior, e não ficaria arreigada a opinião de que a salvação de Portugal estava nas linhas de Torres Vedras, quando não é tanto assim! Aquellas linhas dispendiosissimas serviram para salvar o terreno que pisava o exercito anglo-luso e a capital do reino, porém relativamente aos inglezes, que tinham o senhorio dos mares, e n'elles os seus recursos; mas não serviria n'outro caso á salvação de Portugal, porque devastadas e despovoadas as provincias, perdidos estavam os meios de alimentar e sustentar a guerra. A defeza de Portugal está no seu bom regimen economico, que enriqueça e felicite os habitantes, para haver patriotismo e dinheiro no thesouro com que se construam judiciosamente

as praças fronteiras, e haja um exercito disciplinado e corajoso, que nunca deixe ver as costas a quem o atacar nas mesmas fronteiras. Uma casa pequena defende-se á porta da rua, não se deixa invadir! O exemplo da Russia com Carlos XII não era applicavel a Portugal; nem era com tamanhos sacrificios que se evitava um desastre parecido com o da Corunha. Houve pois, na minha opinião, um erro cardinal em 1809, que não era de esperar em quem vinha emendar erros anteriores. A fortuna porém, o genio, o valor, a cooperação portugueza, e o oiro, souberam tirar a desforra, mas não foi sem que a lição custasse tres arduas campanhas; pois só em 1812 com a reconquista de Badajoz, e das outras quatro praças é que o exercito anglo-portuguez se viu desembaraçado dos effeitos do que chamo erro cardinal, porquanto se lhe seguiram embaraços que não teriam existido, e que porventura nos privaram de alcançar a ultima victoria, ainda antes da jornada de Napoleão I a Moscow... ou de estarmos mais fortes quando elle ali não fosse!» Apesar dos desastres de Talavera e dos erros com que esta operação se emprehendeu, ainda assim não deixou ella de trazer comsigo algumas vantagens, taes foram a salvação do meio dia da Hespanha por aquelle anno; fornecer a Portugal o tempo necessario para acabar de organisar e disciplinar o seu exercito; e finalmente dar tambem tempo a fortificar convenientemente as suas posições militares.

Durante a memoravel campanha de Talavera, effeituada pelo exercito inglez e hespanhol, o portuguez tambem pela sua parte cooperou como auxiliar, apesar do estado bisonho em que ainda por então se achava, fazendo aquelles movimentos e marchas, que lhe era possivel fazer nas suas circumstancias, attenta a sua extrema falta de cavallaria, que o impossibilitava de entrar em operações activas, sobretudo nas planicies, sendo aliás os exercitos francezes tão fortes, como eram, em similhante arma. Os corpos do exercito portuguez, nascente como este por então se achava, passaram, como já vimos, da Beira Baixa para as margens do Douro, e alguns d'elles para as fronteiras do reino, em consequencia de se approximarem ás fronteiras do Minho os corpos de Soult e

Ney. Vimos mais que o marechal Beresford, desejoso de entrar em Hespanha, para cooperar quanto podesse em favor de sir Wellesley, viera a Lisboa nas vistas de ajustar os meios necessarios para effeituar similhante entrada, e que da referida cidade passára depois em meiados de julho a estabelecer o seu quartel general em Almeida, e tomára por trás do Agueda a posição que mais vantajosa lhe pareceu, attenta a já citada falta de cavallaria, que por então ainda havia no exercito portuguez. Evacuada como depois viu a Galliza pelos corpos de Soult e Ney, retirados para o reino de Leão, Beresford uniu a si a cavallaria que deixára em Traz os Montes, reduzida apenas a cinco esquadrões, na força de 600 cavallos, commandados pelo conde de Sampaio. De Almeida escreveu o marechal Beresford ao duque del Parque, capitão general da Castella Velha, e que com elle instava para entrar em Hespanha, com o fim de saber que cooperação e auxilios lhe prestava para similhante fim. Esperançado n'algum augmento de forças, que o duque lhe prestasse, propunha-se elle a ir tomar com o seu exercito uma posição n'alguma parte adiante da Cidade Rodrigo, e proximo a Martin del Rio; mas d'este intento se despersuadiu bem depressa, pelo desengano que o mesmo duque del Parque lhe dera, de que os seus meios lhe não permittiam poder-lhe ministrar auxilio algum. Com o marquez de la Romana tambem elle entrou em negociação para que, deixando a Corunha, viesse tomar posição nas vizinhanças de Carvajales, onde não só cobria a Galliza, mas igualmente Traz os Montes, ameaçando ao mesmo tempo Benavente e Astorga. O marquez conveiu n'isto; mas infelizmente a sua marcha foi-se retardando, nada se podendo esperar tambem por este lado. Restava por fim consultar igualmente sobre este ponto o marechal general, sir Arthur Wellesley, com quem por tal motivo teve uma conferencia na Cidade Rodrigo. Apertando com elle para saber precisamente qual o auxilio que lhe forneceria, a ponto de o habilitar a entrar tambem em operações activas, a resposta não lhe foi mais lisongeira, confessando-lhe a final que nenhum auxilio lhe podia prestar, quer de infanteria, quer de cavallaria.

Tal foi a rasão por que o marechal Beresford se limitou a ficar por algum tempo reduzido á inactividade na posição que tomára sobre o Agueda, com o fim, não só de chamar para ella todas as forças disponiveis do exercito portuguez, quando as circumstancias a isso o obrigassem, e por esta causa houvesse de operar activamente, tendo a par d'isto a vantagem de proporcionar occasião aos differentes corpos de se disciplinarem o melhor possivel, mas tambem de poder mais facilmente receber de Portugal todos os fornecimentos precisos, cousa com que não podia contar em Hespanha, pela denegação, ou recusa formal, que encontrava para as suas requisições sobre este ponto. Alem d'isto as suas instrucções o obrigavam a vigiar o desfiladeiro de Peralez, e ao mesmo tempo a manter-se em posição de defender a fronteira do reino, novos motivos que tambem o levavam a conservar-se inactivo na sua posição do Agueda. Mas d'esta inactividade cuidou elle em se retirar promptamente, logoque viu a consideravel força franceza de Soult, Ney e Mortier, que se reunia em Salamanca, e que, pensando ao principio que quizesse passar por Avila para as vizinhanças de Madrid, por suppor que os exercitos de Victor e Sebastiani teriam pedido soccorros a Soult, reconheceu que elles marchavam para Plasencia por Baños, tendo afugentado d'este ponto as poucas forças hespanholas que ali se achavam. Desde então Beresford fez marchar para as margens do Côa todas as tropas disponiveis que estavam no interior do reino. Da cidade do Porto saíram a 27 de julho as que ali havia: no dia 28 passaram ellas em Penafiel, e no dia 30 atravessaram o Tamega. Esta parte do paiz é muito vestida de viçosos arvoredos e vegetação vigorosa. Os estragos da villa de Amarante, feitos pelos generaes Delaborde e Loison, eram então recentes, e impressionaram vivamente os nossos jovens soldados contra um inimigo, que tão cruel se mostrára em Portugal como os francezes. Continuaram as marchas pela margem direita do mesmo Tamega, que atravessaram no dia 31, indo-se acantonar em Lamego os respectivos corpos. Ali se lhes deu um dia de descanço, no fim do qual marcharam para Tarouca, indo-se aquartelar em

Trancoso no dia 4 de agosto. Foi ali que um postilhão entregou ao general a parte official da batalha de Talavera, em que tanto brilhára o saber, o sangue frio e a coragem de sir Arthur Wellesley. As tropas portuguezas formaram-se então em quadrado, e o general no centro d'ellas lhes annunciou com sentimento a retirada do exercito inglez, *affirmando que o exercito portuguez iria vingar os seus companheiros de armas, auxiliando-os com toda a dedicação e energia.* A isto se succederam os vivas, dados ao principe regente de Portugal, e as exaltações do mais puro patriotismo, que então guiava os nossos jovens soldados á gloria dos combates, cousa que tamanho nome lhes deu, grangeando-lhes eterna fama pelos seus honrosos brios e distincta conducta nas batalhas.

Continuaram as marchas por Pinhel no dia 7 de agosto, e passando o Côa no dia 8, acamparam os corpos, que íam do Porto, nas explanadas da praça de Almeida. Entretanto Beresford, apesar da sua falta de cavallaria, e das poucas forças que comsigo tinha na sua posição do Agueda, havia já entrado em Hespanha no dia 31 de julho. A divisão que então se achava debaixo das ordens do coronel Carlos Frederico Lecor, dirigindo-se para S. Felices, devia formar a esquerda da posição que Beresford se propunha occupar. A sua direita devia ser em Villa Cierva, acampando o seu principal corpo em *bivouac* sobre a margem esquerda do Agueda. Ali se lhe foram pois reunindo a brigada do brigadeiro Archibaldo Campbell, que tambem tomou posição sobre o Agueda, e depois d'esta a do brigadeiro Blunt. Igualmente se lhe foram ali reunir o regimento de infanteria n.º 11, que estava na Torre de Moncorvo, o n.º 13, que se achava na praça de Almeida, e finalmente os n.ºs 2, 4 e 14, com o batalhão de caçadores n.º 6, e o corpo dos academicos de Coimbra, que para este fim fôra mandado abonar militarmente, para como tal poder ser empregado, e operar como qualquer outro corpo do exercito. Do Porto foram-lhe os regimentos n.ºs 6, 9 e 18, partindo um pouco mais tarde, como já vimos, em rasão de não estarem convenientemente equipados. Os corpos, que portanto constituiram o exercito de Beresford na sua posição do Agueda, foram infan-

teria n.os 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19 e 23, caçadores n.os 1, 2, 3, 4, 5 e 6, cinco esquadrões de cavallaria, o corpo dos voluntarios academicos de Coimbra, e um batalhão da leal legião lusitana, com quatro brigadas de artilheria de calibre 9, 6 e 3, sendo portanto a súa força de 18:000 homens na sua totalidade. Reunidos que foram todos estes corpos, e informado Beresford de que as tropas de Soult, Ney e Mortier tinham passado todas á Extremadura hespanhola por Bejar e Puerto de Baños, indo depois a Plasencia, postando-se assim na retaguarda de sir Wellesley, para lhe cortarem a sua retirada para Portugal pela margem direita do Tejo em Almaraz, poz immediatamente em marcha o seu exercito, apesar de estar pouco em circumstancias de fazer tentativas fortes contra o inimigo, para quanto possivel auxiliar o marechal general a tirar-se da critica posição em que se achava, attrahindo a si a attenção do marechal Soult. Com este intento dirigiu a sua marcha parallelamente ao referido marechal, atravessando a serra da Gata para ir ao Porto de Peralez, nas vistas de se não arriscar a ser cortado, ou separado de Portugal por alguma força inimiga, nem impossibilitado da defeza d'este reino, a que aliás se achava obrigado. D'ali seguiu a marcha em direcção a Moraleja, assentando-se os arraiaes nas faldas da já citada serra da Gata, desde 14 até 16 de agosto.

De Moraleja se mandaram para Villas Buenas, duas leguas para a esquerda sobre as alturas, os batalhões de caçadores n.os 2 e 3, e 300 homens da leal legião lusitana. Para Coria foi um esquadrão de cavallaria, que d'ali obrigou a retirar um destacamento francez de 180 homens. O resto da cavallaria ficou em Moraleja, commandada pelo conde de Sampaio, dando as avançadas necessarias para cobrir a frente do exercito sobre os caminhos de Plasencia, entre Coria e Villas Buenas. A brigada do Algarve, formada pelos n.os 2 e 14 de infanteria, do commando do coronel Lecor, com uma brigada de peças de calibre 3, foi mandada de Celleiros para Venta de Valle de Cavallo, a meio caminho de Moraleja e Zarza, onde por então se achavam de 4:000 a 5:000 inglezes, commandados pelo major general Lightburn e brigadeiro Crawford. Para ali man-

dára tambem o mesmo Beresford retirar as suas quatro brigadas de artilheria e bagagens pesadas, julgadas como embaraço para as marchas do exercito, quer houvesse de avançar, quer de retirar, segundo as circumstancias, e como Venta de Valle de Cavallo é um ponto onde todos os caminhos para Portugal se vão reunir, julgou Beresford dever-se assegurar d'elle para o que podesse succeder. Por este modo se collocou o exercito portuguez em attitude ameaçadora para com os francezes, tanto com relação ao seu flanco, como á sua retaguarda, quando porventura marchassem em perseguição de sir Arthur Wellesley (já por então elevado pelo governo inglez ao titulo de lord Wellington, em galardão dos importantes serviços que acabava de prestar ao seu paiz na batalha de Talavera de la Reyna), seguindo-o pela ponte do Arzobispo, por onde se retirava. E como a deserção dos nossos differentes corpos se fizesse mais particularmente sentir, depois que passaram a fronteira do reino, foi nos acampamentos de Moraleja que teve logar o primeiro fuzilamento de um soldado portuguez pelo seu crime de deserção em tempo de guerra. O marechal Beresford aproveitou aquella occasião para expor aos olhos de todo o exercito um exemplo de tal natureza. Feita pois a execução, desfilou toda a tropa, passando proximo o mais possivel do cadaver do soldado fuzilado. Foi por este modo que o nosso exercito se começou a disciplinar. O silencio, o respeito e a circumspecção com que todo elle assistiu a similhante acto, feito com todo o apparato militar e com todo o rigor da lei marcial, abriram o primeiro passo para a acquisição de todas as maravilhas por elle executadas durante a guerra da peninsula.

Entretanto lord Wellington, deixando de ser perseguido, como já vimos, ordenou ao marechal Beresford que marchasse para Castello Branco, e tomasse posição por trás do Elga, para se achar prompto a defender as passagens da formidavel serra das Talhadas e a estrada de Abrantes, quando porventura os francezes pretendessem entrar em Portugal pela Beira Baixa. No meado de agosto começou pois o exercito portuguez a sua retirada para Zarza, vindo entrar no seu

paiz por Salvaterra do Extremo. No dia 20 chegára a Castello Branco, d'onde os differentes corpos passaram a occupar os quarteis seguintes: infanteria n.os 6, 9 e 18, Coimbra; n.os 3 e 15, Lamego; n.os 4, 10, 13, 7 e 19, Thomar; n.os 11 e 23, Leiria; n.os 2 e 14, Torres Novas; caçadores n.os 1, 2 e 3, Tancos; n.os 4 e 6, Punhete; e n.º 5, Salvaterra. Quatro esquadrões de cavallaria ficaram de quartel na Idanha a Nova e Idanha a Velha; a leal legião lusitana, e um outro esquadrão de cavallaria, em Castello Branco; e finalmente as brigadas de artilheria em Thomar. Foi n'estes acantonamentos que os differentes corpos do exercito portuguez começaram desde então a disciplinar-se rigorosamente com toda a uniformidade e perfeição, tal como depois se apresentaram na campanha do seguinte anno, ao ponto dos generaes francezes os julgarem corpos inglezes, vestidos com o uniforme portuguez, como em tempo competente veremos. Beresford, enviando ao governo portuguez o relatorio da dita campanha de 1809[1], dizia, quanto ao exercito do seu commando: «Eu tive grande rasão de estar satisfeito n'esta occasião das tropas que tinha ás minhas ordens, e estou persuadido que se ali tivessemos tido occasião, ellas teriam bem feito a sua obrigação contra o inimigo. Ellas mostraram a melhor vontade e desejo, e a cavallaria, que esteve por espaço de alguns dias á vista do inimigo, tinha ainda melhor occasião de se mostrar do que a infanteria, e aindaque algumas vezes estivesse na frente de numeros muito superiores, nunca jamais deixou os seus postos, e sempre se conservou firme, e o inimigo, vendo esta firmeza, se retirou cautelosamente. Eu estava muito satisfeito, e não duvido que na primeira occasião, que se apresentar, as tropas d'esta nação se mostrarão dignas da reputação dos seus antepassados». Foi a batalha de Talavera a que, rigorosamente fallando, poz fim á campanha de 1809, da qual lord Wellington fez um interessante relatorio, que remetteu ao seu governo[2].

[1] É o já citado documento n.º 64.
[2] Este relatorio é o que constitue o documento n.º 66-B.

A retirada de Talavera, a primeira das tres, que lord Wellington effeituára durante a guerra da peninsula, uns a têem olhado como uma das façanhas militares d'este grande general, e outros, nada dizendo d'ella, parece não lhe darem importancia alguma, como operação militar. Na vida de lord Wellington vem citada a passagem de um discurso, que na camara dos lords recitára seu irmão primogenito, o marquez de Wellesley, cabeça d'esta illustre familia, homem que como governador geral, que foi das Indias orientaes britannicas, como embaixador extraordinario, que tambem foi á suprema junta de Sevilha, e finalmente como secretario d'estado, que igualmente foi na repartição dos negocios estrangeiros em Londres, adquiriu entre os inglezes, pelo exercicio de tão eminentes cargos, grande reputação e nomeada de homem d'estado. O marquez disse portanto, com relação a seu irmão, lord Wellington: «Se eu tivesse, mylords, que proferir a minha opinião imparcial sobre o merito do vosso general, confesso diante de Deus, que não teria escolhido as suas victorias, brilhantes como são, mas sim as suas retiradas. N'estas eu buscarei as mais evidentes provas, e por certo as mais gloriosas da sua grande habilidade: quando as difficuldades o opprimiam, quando não tinha mais que a escolha dos extremos, quando via caír-lhe em cima uma grande força superior, era quando mais sobresaía o grande merito do seu genio». Depois de uma tão pomposa descripção, como a que se acaba de ler, feita aliás por um politico de tamanha reputação na Gran-Bretanha, parece temeridade abalançarmo-nos, estranhos á vida militar, como somos, a fazer reflexões contra tal opinião; mas como nenhum homem nos tempos de hoje póde aspirar a que todos creiam nas suas palavras, tendo como infalliveis as suas opiniões, diremos que justo era saber-se debaixo de que ponto de vista louvou o marquez de Wellesley as retiradas de seu irmão, lord Wellington, a ponto de as preferir ás suas mais brilhantes victorias, tal como a da passagem do Douro, que já vimos, e as outras de que ainda havemos de dar relação. Será porventura o plano, ou a execução de taes retiradas, que attrahiu a admiração do mar-

quez? Examinando attentamente isto, com relação á de Talavera, a primeira na ordem chronologica das tres que o mesmo Wellington fizera, vê-se que ella foi feita a tempo, e antes que algum dos corpos francezes o perseguisse. Por conseguinte a retirada de Talavera, executada como inteiramente foi á vontade d'este general, sem haver cousa alguma que o coagisse, nada nos offerece para admirar, nem quanto ao seu plano, nem quanto á sua execução. E poisque lord Wellington deixou ficar atrás os seus feridos, caíndo nas mãos do inimigo, e poisque a superioridade dos exercitos francezes era bem sabida de todos, e a falta de disciplina dos exercitos hespanhoes sabida era igualmente, parece-nos cousa estranha que haja aqui que louvar, e muito menos que admirar, quando em lord Wellington parece recaír toda a culpa de se ter entranhado em Hespanha com só 25:000 inglezes, estando ainda tão fresca na memoria de todos a desgraça de sir John Moore, e a nenhuma efficacia dos exercitos hespanhoes. O peso das difficuldades, a escolha dos extremos, e a força eminentemente superior do inimigo buscaram-se, não sendo isto quem determinára a operação intentada.

Escriptores ha que effectivamente julgaram a entrada de sir Arthur Wellesley na Extremadura hespanhola no mesmo caso da que sir John Moore effeituára no antecedente anno contra o exercito do marechal Soult em Saldanha. Foi pois a referida entrada a verdadeira causa dos francezes chamarem em soccorro do seu exercito do centro os tres corpos destinados a guarnecerem e observarem as provincias do norte da Hespanha, e a tornarem-se fortissimos por effeito da sua concentração. Similhante reunião ameaçava de uma total ruina os exercitos inglez e hespanhol, que seguramente teriam caído nas mãos dos mesmos francezes, se os corpos dos marechaes Soult, Ney e Mortier houvessem chegado um só dia mais cedo do que chegaram á Extremadura, circumstancia que proveiu do rei José se não ter abalançado a dispor d'estes corpos sem prévia auctorisação do imperador seu irmão[1].

[1] Assim o diz mr. M. de Rocca nas suas *Memorias sobre a guerra dos francezes em Hespanha.*

Foi só no dia 22 de julho que o mesmo rei José expediu ordem a Soult para os concentrar em Salamanca e com elles marchar contra o exercito inglez, ordem que só foi recebida no dia 27 do dito mez. Foi a 28 que Soult se poz em marcha, e apesar das diligencias que fez para a apressar, só no dia 3 de agosto pôde chegar a Plasencia, sendo a sua dita marcha e chegada áquella cidade a causa da retirada dos alliados. Lord Wellington confessa que tinha os exercitos hespanhoes na conta de verdadeiros exercitos; que não pensava que os corpos do exercito francez ao norte da Hespanha estivessem inteiramente desoccupados; que o de Soult se podesse esquipar da maneira que o fez em Zamora; e finalmente que todos os tres corpos do exercito, commandados por tres marechaes de França, se podessem reunir em Salamanca, sem que d'isto fossem logo informados o governador da Cidade Rodrigo e a junta de Castella; nem igualmente pensava que estes corpos podessem deixar a Galliza, as Asturias e a Biscaya, sem que fossem perseguidos pelos exercitos hespanhoes. Tudo isto poderá ser assim, e acreditâmos que o fosse; mas de certo não merece louvor o general que diz *eu não cuidei*. Este caso prova portanto que os mesmos grandes mestres da guerra se enganam, e que rasão tinha Turenne, quando disse: *Fallae-me de um general, que nunca tenha errado na guerra, e eu vos responderei, que similhante general raras vezes a tem feito.*

Quanto á marcha das operações de lord Wellington no campo de Talavera, tambem não foi a mais feliz, ou a que mais surprehendeu a Europa, entre os grandes feitos militares d'este grande general. N'esta batalha brilhou elle pela grande firmeza do seu caracter, e notavel sangue frio do seu impassivel genio no meio dos graves perigos de que ali se viu ameaçado; mas reduzidas as cousas ao seu justo valor, é um facto que o exercito francez foi repellido em todos os ataques que deu á posição dos alliados; mas tambem é um facto que estes o não derrotaram, e nem mesmo o perseguiram, ao retirar-se do campo da batalha. Lord Wellington, seguramente cauteloso e habil, reconhecendo bem que lhe não era dado

aventurar-se fóra da posição que tomára, reputou-se muito feliz em contar por sua a victoria, só pelo facto de não ter sido expulso de similhante posição pelo inimigo, particularmente tendo por auxiliar um general como Cuesta, que sobre os seus poucos conhecimentos militares, reunia um caracter duro e teimoso ao que já n'elle havia de mau, caracter inteiramente opposto aos desejos e planos do general inglez, cuja paciencia em o soffrer foi realmente admiravel. Isto porém não destroe o facto de que em Talavera lord Wellington não fez mais que escolher uma forte e boa posição, manter-se n'ella a todo o custo, e repellir com denodo os assaltantes, o que por certo é muito, attendendo a que a repulsa era feita contra tropas aguerridas, acostumadas á victoria, e commandadas por alguns dos mais habeis generaes do imperador Napoleão. Mas não tendo havido manobras de maior monta, nem grandes movimentos de tropas, se temos a louvar a tactica na defeza de Talavera, nada temos que admirar n'ella, com relação á estrategia, a não ser o valor natural dos soldados inglezes, e a firmeza e sangue frio do seu commandante em chefe.

Agora quanto a deixar de proseguir nas operações começadas no interior da Hespanha, parece-nos que elle andou bem em as abandonar, sabido, como é, que a causa da sua retirada para Badajoz, em attitude de defender a entrada de Portugal pelo Alemtejo, foi a absoluta falta de viveres para a sustentação do seu exercito, e a pouca ou nenhuma esperança que tinha de os haver no paiz vizinho. Effectivamente as calamidades por que passou o exercito inglez, particularmente desde 12 até 18 de agosto de 1809, foram de tal ordem, que a fome o perseguiu terrivelmente, sem que nada tivesse para comer. Nem a suprema junta central em Sevilha, nem os generaes hespanhoes que conheciam as precisões do referido exercito lhes importaram cousa alguma com similhante estado de cousas, não obstante as instantes requisições feitas por lord Wellington para o supprimento das suas tropas. Perdidas pois as esperanças de obter soccorro algum de viveres, teve de retirar-se, como já vimos no dia 18, escrevendo ao marquez de Wellesley, que por aquelle tempo se achava ainda

em Sevilha no caracter de embaixador extraordinario de Inglaterra, em substituição a mr. Frere, a fim de que o dito marquez participasse á suprema junta a sua firme determinação em deixar a Hespanha. A noticia d'este acontecimento, e sobretudo a definitiva retirada do exercito inglez para Portugal, produziram uma terrivel sensação em todo aquelle paiz, de que resultou tentar-se o desvairar a opinião publica, dizendo-se que não eram as faltas de aprovisionamento, ou de transporte, as verdadeiras causas da tal retirada; mas certas considerações politicas, inconsistentes com a segurança e a honra da Hespanha, e a boa fé da Gran-Bretanha. Não póde haver maior calumnia.

Todos por aquelle tempo souberam o primordial plano de lord Wellington, depois da batalha de Talavera, poisque todos claramente viram por então, e o viram igualmente os proprios patriotas hespanhoes, com muita dor pela sua parte, retirar-se o exercito inglez do seu territorio, em consequencia da fome a que se viu reduzido por effeito da má fé dos mesmos hespanhoes, limitando-se por tal motivo unicamente á defeza de Portugal, sendo tal a escassez do sustento e forragens, que lord Wellington chegou a perder por similhante causa a enorme somma de 1:800 cavallos, segundo então correu. Mas a dor, que assoprou similhante calumnia contra a reputação de lord Wellington, é por si só bastante prova, quando outras mais não houvesse, de que os hespanhoes nada com bom exito podiam emprehender só por si contra um exercito que, como o francez, tinha já pisado triumphalmente cento e sessenta leguas no territorio hespanhol; tomado, ou por industria sua, ou por cercos em fórma, as mais fortes praças da Hespanha; arrancado ás suas tropas a maior parte das suas armas, mantimentos e munições; apprehendido cousa de 200 bandeiras, feito 80:000 prisioneiros, e apossado-se de centos de peças de artilheria em numerosas batalhas campaes, sendo das já citadas fortalezas ganhas em Hespanha que os mesmos francezes faziam uma terrivel guerra ao exercito luso-britannico. A rasão pois por que lord Wellington se retirou da mesma Hespanha, e se recusou a lá voltar em 1809, depois da batalha

de Talavera, foi por ver que os hespanhoes, em vez de o auxiliarem, abertamente o compromettiam, abandonando-o na occasião mais critica; foi pela grande offensa que recebeu do general Cuesta, que cobardemente o desamparou, entregando aos inimigos os doentes do seu exercito, tendo-lhe sido confiados ao seu cuidado, depois do mesmo Cuesta haver escolhido ficar em Talavera na alternativa, ou de abraçar este partido, ou de marchar ao encontro de Soult, que com as suas tropas vinha contra o exercito anglo-hespanhol. Depois de tamanha quebra das mais solemnes promessas, e das funestas consequencias que d'ella resultaram, não se podia esperar que lord Wellington entrasse por outra vez em Hespanha, sem primeiro obter do governo hespanhol seguranças bastantes que o abrigassem dos perigos em que elle por então se viu mettido, havendo a mesma junta central interrompido até por ordens suas o curso das operações militares, conforme o plano ajustado entre ella e lord Wellington[1].

Seja porém como for, é um facto que foi por então que se levantaram rumores entre os hespanhoes de se haver pedido em nome de sua magestade britannica a cessão de Cadix, de Havana, e até mesmo de toda a ilha de Cuba, e juntamente com isto importantes mudanças na fórma do governo, como condições preliminares para as ulteriores operações das tropas britannicas na Hespanha. Espalhou-se mais que por haver a suprema junta rejeitado estas condições é que o exercito inglez se retirára. Tudo isto deu logar a que o dito marquez de Wellesley formulasse algumas notas sobre este objecto, propondo á citada junta suprema um plano de melhor aprovisionamento e meios de transporte, durante as operações do exercito inglez na Hespanha. Isto era absolutamente indispensavel para o fim de se libertar aquelle reino, poisque sem o auxilio do exercito luso-britannico não era possivel que tal libertação tivesse logar[2], e o dito exercito não podia voltar

[1] Veja *Observations on the system of war of the allies in the Spanish peninsula.*

[2] Officio do marquez de Wellesley para o seu governo, datado de Sevilha aos 24 de agosto de 1809.

ao territorio hespanhol sem a garantia da sua subsistencia, depois do que lhe succedêra em Talavera. Parece que lord Wellington desejou bem pela sua parte differir pelo maior espaço de tempo, que lhe fosse possivel, a sua retirada para Portugal, de que resultou demorar-se na sua posição sobre o Tejo, tanto quanto o pôde fazer. Quando o exercito inglez se juntou com o hespanhol, uma das condições da sua cooperação foi que para continuarem unidos, necessario era que o hespanhol se não comportasse tão mal, militarmente fallando, que obrigasse o inglez a se retirar, caso que effectivamente se deu ao atravessar a ponte do Arzobispo, em que Cuesta só tratou de se salvar, sem nada mais lhe importar. Perdida a confiança n'este general, os outros tambem nenhuma mereciam a lord Wellington; Venegas tinha traiçoeiramente faltado ao que ajustára; Blake havia perdido o seu exercito em Belchite; o marquez de la Romana estava por então na Galliza, e não podia aventurar-se a deixar as montanhas, attenta a sua falta de artilheria e cavallaria; e finalmente o duque del Parque tinha muito poucas tropas, e nem elle mesmo gostava de arriscar, a muita distancia da Cidade Rodrigo, essas que tinha á sua disposição. Ouçamos porém lord Wellington: «Mas passo agora a um outro assumpto, diz elle, que é de uma consideração seria, e tem consideravel peso no meu juizo sobre este objecto, e é o frequente, e devo dize-lo, constante, vergonhoso e mau comportamento das tropas hespanholas diante do inimigo. Nós em Inglaterra nunca ouvimos fallar das suas derrotas e fugidas; mas eu tenho ouvido contar a officiaes hespanhoes de dezenove e vinte acções da descripção da da ponte do Arzobispo, da qual creio que nunca se publicou relação alguma. Na batalha de Talavera, em que o exercito hespanhol com poucas excepções não entrou em acção, corpos inteiros houve que largaram as armas, fugindo na minha presença, não sendo elles atacados, nem ameaçados de ataque, mas assustados, creio eu, pelo mesmo fogo. Para prova d'isto refiro a v. ex.ª as ordens do general Cuesta, nas quaes, depois de exaltar a galhardia do seu exercito em geral, declara por fim a sua intenção de dizimar os fugitivos,

intenção que ao depois elle poz em execução. *Quando estes cobardes soldados fogem, roubam tudo quanto encontram; e na fugida de Talavera roubaram a bagagem do exercito britannico, que n'aquelle momento estava valorosamente combatendo pela causa d'elles.* Por indagações e por experiencia propria tenho achado que os exemplos de mau comportamento das tropas hespanholas são tão numerosos, e os do seu bom comportamento tão poucos, que devo concluir que não são tropas em que por fórma alguma eu me possa confiar[1]».

Para se fazer uma idéa do estado dos exercitos francezes e hespanhoes na peninsula, depois da batalha de Talavera, ouçamos ainda o que a este respeito o mesmo lord Wellington escrevia de Mérida ao marquez de Wellesley, seu irmão, na data de 1 de setembro: «Eu avalio que a força franceza na Hespanha, de que se póde dispor para o serviço da campanha, monta a 125:000 homens, todos bem providos de artilheria e cavallaria: não incluo n'este numero as guarnições de Pamplona, Barcelona, etc., incluo porém os corpos, commandados por Saint-Cyr e Suchet, que calculo subirem a 32:000 homens, os quaes estão empregados em Aragão e Catalunha; o resto, que são 90:000 homens, estão na Castella e na Extremadura. D'este numero 70:000 homens estão actualmente em campo nos corpos de Victor, Soult, Ney, Sebastiani e Mortier[2], o resto está empregado em guarnições, como Madrid, Escurial, Avila, Valladolid, etc., e em conservar a communicação com estes logares, d'onde se póde trazer para o campo até o ultimo homem, se a occasião o exigir. N'estes numeros

[1] Officio de lord Wellington para o marquez de Wellesley de 24 de agosto de 1809.

[2] Parece-nos que n'este calculo houve deficiencia, porque antes da batalha de Talavera os corpos de Victor e Sebastiani, com as guardas e reservas do rei José, eram para mais de 50:000 homens; os de Soult, Ney e Mortier, andavam por outros 50:000. Tirando á primeira addição os 10:000 que lord Wellington dá de perda aos francezes na referida batalha, vem aquelle numero, que elle diz ser de 70:000 homens, a elevar-se a 90:000, a incluirem-se tambem as tropas do rei José.

não incluo os doentes e feridos; mas fundamento os meus calculos no numero, que eu sei que tinham os francezes antes da batalha de Talavera, diminuindo uma perda de 10:000 homens, que n'ella tiveram. Sete corpos francezes ha na Hespanha, e creio que originariamente havia oito, porque o corpo de Suchet é o oitavo, e cada corpo de per si compunha um exercito de 30:000 a 40:000 homens. Contra esta força tem o governo hespanhol cousa de 50:000 homens nos exercitos de Eguia e Venegas. Blake poderá ter ajuntado outra vez 6:000 homens, e o marquez de la Romana tem 15:000 homens: d'este numero 1:500 não têem armas. O duque del Parque tem 9:000 homens na guarnição da Cidade Rodrigo; mas não deseja destaca-los. Alem d'este numero, póde contar-se o exercito britannico na força de 20:000 a 25:000 homens».

«Eu sei que ha em Hespanha tropas, alem das que tenho enumerado; mas ellas de nenhuma maneira são, nem podem ser consideradas disponiveis para o campo. O plano das operações só portanto se póde fundar nos numeros acima mencionados. Mas alem de considerar o numero, é necessario attender á sua composição, e ao estado de efficacia d'estes differentes corpos. Cada corpo francez é um exercito completo, tendo provavelmente maior porção de cavallaria, e certamente de artilheria, do que deviam ter para o numero existente da sua infanteria, e são tropas excellentes e bem disciplinadas. Os corpos hespanhoes de Venegas e Eguia têem provavelmente entre ambos 10:000 cavallos, o que é mais do que a sua proporção, e estão bem providenciados com artilheria; mas o corpo de la Romana não tem nem cavallaria, nem artilheria, e por falta d'estas armas não póde elle deixar as montanhas da Galliza. O duque del Parque está impossibilitado, aindaque quizesse, para o soccorrer com o que elle necessita. O corpo de Blake consistia apenas em infanteria. Tanto a cavallaria, como a infanteria são comparativamente indisciplinadas. A cavallaria está toleravelmente bem vestida, bem armada, apetrechada e montada; porém a infanteria não está vestida, nem apetrechada como deve ser, não obstante

os grandes supprimentos de vestuario e petrechos, que se lhe mandaram de Inglaterra.»

«Com estes numeros relativos, e attendendo ao estado de disciplina e efficacia dos differentes exercitos, parecia impossivel emprehender operação alguma offensiva com alguma esperança de bom exito, particularmente attendendo ás difficuldades locaes, contra que os alliados teriam de combater, e ás vantagens do inimigo. O inimigo póde facilmente juntar, quando lhe convenha, todas as suas tropas na Castella e Extremadura, em qualquer ponto ao norte do Tejo, e póde dispor de qualquer parte d'ellas, na frente ou na retaguarda dos exercitos alliados, como julgar mais proprio. Os alliados devem pelo menos mover-se em dois corpos distinctos sobre o inimigo; não póde haver communicação militar entre os corpos, juntos n'esta parte da Extremadura, e o que avançaria da Carolina por la Mancha, por causa da cadeia de montes que ha por toda a margem esquerda do Tejo, desde a ponte de Mirabete até á ponte de Toledo: a unica communicação que estes dois corpos podem ter é pela margem direita do rio Almaraz, e pela ponte de Toledo, e é obvio que se deve pelejar uma batalha com um dos dois corpos, antes que se possa estabelecer a communicação. A conducta da junta central para com as tropas portuguezas ainda era peior que a que tinha tido para com as tropas britannicas: sem ter communicação alguma com o governo portuguez, atreveu-se a dispor d'ellas como se fossem suas. Isto reunido com o mau tratamento, que receberam das auctoridades hespanholas, deu em resultado deixarem a Hespanha. Uma circumstancia notavel se deu entre o corpo do marechal Beresford e o cabildo da Cidade Rodrigo, que deixou de lhe dar 30:000 libras de biscouto, das 100:000 que ali se achavam, pertencentes ao exercito inglez, e que lá se tinham preparado para o caso em que o dito exercito se dirigisse para aquella parte, e que o commissariado britannico tinha já pago. No referido biscouto fez o mesmo cabildo apprehensão, com o fundamento da necessidade de se pagarem as dividas, que o exercito de sir John Moore tinha contrahido, postoque um dos objectos de se mandar

um commissario britannico á Cidade Rodrigo fosse o ajustamento d'aquellas contas, e o pagamento das dividas contrahidas. E comtudo era este mesmo cabildo o que dentro em pouco não escrupulisaria em pedir auxilio, logoque percebesse que o inimigo o tencionava atacar, havendo ao mesmo tempo apprehendido, e provavelmente conservado a posse dos meios, que fossem dispostos, como se ordenára, nos armazens de Almeida, destinados a habilitar-me a providenciar efficazmente em soccorro d'aquelle mesmo cabildo.»

Pelo officio de lord Wellington, que se acaba de ler, vê-se quão fracos eram os esteios, que os exercitos hespanhoes offereciam á liberdade e independencia da peninsula, tanto pelo pouco numero e má qualidade das suas tropas, como pela desunião e falta de capacidade dos seus generaes, e muito mais fracos ficariam similhantes esteios, depois das derrotas que os sobreditos exercitos ainda experimentaram no resto da campanha de 1809, que para elles não acabára, como acabou para o exercito luso-britannico, com a batalha de Talavera, derrotas que inteiramente os impossibilitaram de poderem emprehender qualquer seria operação militar, podendo dizer-se com a mais inteira verdade, que a peninsula se devia reputar inteiramente vencida pelos francezes, quando porventura lhe não valesse para a sua libertação o mesmo exercito luso-britannico, que foi a sua verdadeira tábua de salvação. O rei José retirára-se, como anteriormente já vimos, dos campos de Talavera para Salinas no dia 29 de julho, sendo acompanhado pelo quarto corpo. No 1.º de agosto foi elle só para Illescas, posição central onde podia interpor-se entre Venegas e a capital, e de Illescas para Valdemoro, onde novamente se lhe uniu o citado quarto corpo. D'aqui marcharam contra Venegas, que, segundo as ordens secretas da junta central, tinha no dia 27 de julho vindo a Damyel e Trembleque. A 29 Venegas foi a Ocaña, tendo os seus postos avançados em Aranjuez, a sua retaguarda em Yepes, e uma divisão, debaixo das ordens do general Lacy, em face de Toledo. A 30 ouviu elle ali fallar da batalha de Talavera, ao mesmo tempo que o general Lacy lhe veiu trazer a noticia de que se approximava a testa

das columnas inimigas pela estrada d'alem de Toledo. A 3 de agosto mandou a sua vanguarda para Ponte Larga, e deixando 600 homens de infanteria e um pequeno corpo de cavallaria perto de Toledo, concentrou o seu exercito entre Aranjuez e Ocaña, ficando n'esta posição até ao dia 5, em que a sua vanguarda foi repellida da Ponte Larga, sendo obrigada a atravessar o Tejo, passando-o pela sua parte os francezes em Toledo. O exercito de Venegas, incluindo 2:000 homens de cavallaria, montava a mais de 25:000 combatentes, com 40 peças de artilheria; era esta a força mais real que a Hespanha tinha apresentado em campo. Este exercito era composto dos melhores regimentos hespanhoes, achando-se todo bem armado e bem vestido; os seus generaes de divisão eram ainda novos, e não faltos de experiencia, tendo já feito a precedente campanha.

A villa de Almonacid, que deu o nome á batalha que n'ella se travou com Venegas, formava o centro da posição hespanhola, sendo occupado, assim como algumas das chapadas da frente, por duas divisões de infanteria, commandadas pelo general Castejon. A ala esquerda, commandada pelo general Lacy, apoiava-se sobre uma montanha, que cobria a estrada real de Consuegra. A ala direita, commandada pelo general Vigodet, estava postada sobre uma altura que protegia a estrada para Tembleque. Uma reserva, debaixo do mando do general Giron, e a maior parte da artilheria estavam postadas por trás do centro, sobre uma montanha, coroada por um antigo castello. A cavallaria achava-se na extremidade de cada uma das alas. O general Sebastiani, tendo notado as disposições de Venegas, dispoz-se a ataca-lo com o seu quarto corpo. A divisão poloneza marchou immediatamente sobre a frente da posição hespanhola; os allemães de Laval tomaram a montanha em que estava a ala esquerda do commando de Lacy; duas brigadas francezas foram dirigidas contra o centro. Depois de um rude combate, a esquerda hespanhola foi posta em fugida; mas Venegas, acudindo com a sua cavallaria, carregou os vencedores, pondo-os em desordem. Era então que chegava a testa da columna do general Dessolles, commandante da re-

serva franceza, e com o seu apoio Sebastiani restabeleceu o vigor do combate, que muito mais vigoroso se tornou, depois que o rei José chegou com a sua reserva. Os polonezes e os allemães avançaram de novo sobre o flanco esquerdo dos hespanhoes: nove batalhões de tropas frescas caíram sobre o seu centro, e uma columna de seis batalhões forçou a direita. A montanha com o seu respectivo castello foram levados de repente no primeiro assalto. Desde então tudo foi derrota: os hespanhoes, deitando fóra as armas, dispersaram-se e fugiram; mas a cavallaria franceza os perseguiu e acutilou durante muitas horas. Segundo a relação dos francezes, os vencidos tiveram 3:000 homens mortos e 4:000 prisioneiros. Toda a artilheria, bagagens, munições e carros cobertos caíram nas mãos dos vencedores, cuja perda não excedeu a 1:500 homens. Os destroçados restos do exercito hespanhol refugiaram-se na serra Morena. O quarto corpo dos francezes estabeleceu o seu quartel general em Aranjuez; o primeiro corpo o fixou em Toledo; e o rei José entrou triumphalmente na capital da Hespanha, qual outro Pompeu em Roma, depois das suas victorias da Asia. Tal foi pois o resultado da desgraçada batalha de Almonacid.

Durante este tempo a junta central de Sevilha, ora gelada de medo, ora blasonando de orgulho, não fallava senão na partida dos inimigos para França, dando-os como em vesperas de fazerem caminho para os Pyrenéus. Arrogando-se o direito de dispor do exercito portuguez, como dispunha do hespanhol, não cessava de intrigar para que as tropas das tres nações combinassem no mesmo instante uma operação offensiva para accelerar a retirada dos francezes: ao general Eguia ordenava ella que deixasse Deleytosa para se postar por trás do Guadiana. A 31 de agosto este general achava-se em Villa Nova de la Serena, e Venegas, que tinha reunido os seus soldados fugidos na serra Morena, sendo reforçado pelos depositos de Andaluzia, conseguíra formar um novo exercito, que reunindo-se por fim ao de Eguia, vieram a fazer ambos 60:000 homens, dos quaes 8:000 a 10:000 eram de cavallaria. Os partidos e as paixões populares tinham-se por aquelle tempo

desenvolvido consideravelmente contra a junta central: o marquez de la Romana, e juntamente com elle os generaes Cuesta, Castanhos e duque de Albuquerque, e de concurso com estes todos os mais individuos a quem a mesma junta central havia maltratado, eram igualmente contra ella, ao passo que a junta local da Extremadura insistia para que o citado duque de Albuquerque tivesse o commando da provincia. Combatida por todos estes lados, a junta suprema, considerando D. Francisco Venegas como um homem inteiramente sujeito ás suas vontades, resolvêra augmentar-lhe o prestigio quanto possivel, para cujo fim lhe havia dado, com o commando do exercito que foi perder em Almonacid, a nomeação de capitão general da Castella Nova, na supposição de que iria entrar em Madrid, o que se não realisou, como já se viu, pelos maus resultados da batalha de Talavera. Ao duque de Albuquerque conferíra ella effectivamente o commando geral da Extremadura, em substituição ao general Bassecourt, mas não lhe poz mais que 12:000 homens debaixo do seu commando, e fazendo ao mesmo tempo um ultimo esforço para attrahir lord Wellington aos seus interesses, offereceu-lhe pôr o mesmo duque debaixo das suas ordens, comtantoque elle Wellington tomasse a offensiva. Por estes meios fortaleceu ella por mais algum tempo o seu poder abalado; mas sendo fundado em baixas intrigas politicas, os seus planos não podiam por maneira alguma influir na resolução tomada por lord Wellington. Rejeitando este os offerecimentos da junta, estabelecêra o seu quartel general em Badajoz, como já dissemos, no dia 3 de setembro.

Era por então que o marquez de la Romana entregava o interino commando do seu exercito ao seu immediato, o general D. Gabriel de Mendizabal, e se dirigia para Sevilha. Venegas seguia para a serra Morena, buscando n'ella refugio para os destroçados restos do seu exercito, depois da já citada batalha de Almonacid, ao passo que as tropas inglezas se repartiam por Badajoz, Elvas, Campo Maior, e outros mais logares sobre as duas margens do Guadiana. As brigadas, que se achavam já em Portugal, ali se foram juntar ao exercito: os armazens e

depositos de Lisboa, de Abrantes e de Santarem forneceram-lhes os meios de reparar as perdas de equipamento e munições. Beresford, tendo deixado na fronteira algumas tropas ligeiras e milicias, foi estabelecer o seu quartel general em Thomar. Tal foi para o exercito luso-britannico o desfecho da memoravel campanha de 1809, tão fecunda em acontecimentos diversos durante os tres ou quatro mezes que teve de duração, e nos quaes se não viu ainda um perfeito systema de amalgama, ou de combinação intima do exercito portuguez com o inglez, o que já teve logar na seguinte campanha. O exercito inglez tinha perdido mais de 3:500 homens, entre mortos, doentes e prisioneiros: 1:500 cavallos tinham morrido por falta de nutrição, sem contar os que se haviam perdido no campo da batalha. A moral dos soldados achava-se abalada, sendo extrema a sua indisposição para com os hespanhoes. Para cumulo de desgraça vieram as febres pestilenciaes do Guadiana atacar os corpos já dispostos para as doenças, pelo seu cansaço e má nutrição, e por fim a dysenteria dos exercitos, esta peste morbifica, que tão fortemente os apoquenta, de que resultou a morte de mais de 500 homens no hospital.

Depois da batalha de Talavera a junta suprema empregou os mezes de setembro e outubro em ordenar novas levas de recrutas na Extremadura e Andaluzia, formando com ellas e os restos do antigo exercito de Cuesta um novo exercito de 60:000 homens, 10:000 dos quaes eram de cavallaria, como já notámos, dando-se o effectivo commando d'este exercito ao general Eguia, que no mez de outubro com elle se adiantou algum tanto para a Mancha. Os francezes, que não queriam perder os recursos que esta fertil provincia lhes fornecia, fizeram um movimento contra elle, que no dia 16 d'aquelle mez teve de retrogradar para a serra Morena, tomando posição, ao principio em Santa Helena, e depois na Carolina. O primeiro e quarto corpo occuparam então toda a provincia da Mancha, indo os seus postos avançados até ás abas da serra. O segundo e quinto corpo achavam-se estabelecidos no valle do Tejo e em Toledo, estando a reserva em Madrid.

Durante estes movimentos o general Bassecourt, que ainda commandava na Extremadura, destacou 800 cavallos para reforçar o duque del Parque, collocando o resto da sua força por trás do Guadiana. Por conseguinte no mez de outubro 60:000 homens, commandados pelo general Eguia, cobriam a cidade de Sevilha pela linha da Mancha; 10:000 homens, commandados pelo general Bassecourt, estavam sobre a linha da Extremadura, e perto de 6:000 achavam-se empregados na guarda da junta, e no serviço dos depositos da parte de lá da serra Morena. Pelo lado do norte, o exercito hespanhol da esquerda achava-se concentrado perto da Cidade Rodrigo, tendo por commandante o duque del Parque, nomeado como tinha sido em substituição effectiva ao marquez de la Romana. Logoque o duque se viu reforçado pelos 800 homens de cavallaria que lhe mandou Bassecourt, e pelas divisões gallegas de Mendizabal e D. Martin de la Carrera, que se elevavam a perto de 13:000 homens, equipados com as armas, que no mez de julho os inglezes tinham desembarcado na Corunha, principiou a mover-se offensivamente, indo com os seus batedores até ao porto de Baños. Impaciente o mesmo duque del Parque de operar por sua propria conta contra o sexto corpo, que tinha tomado quarteis de inverno entre o Tormes e o Esla, fez requisitar por Perez de Castro, enviado hespanhol em Lisboa, que o exercito portuguez se fosse reunir ao seu. Submettendo-se a decisão d'este negocio a lord Wellington, foi resolvido pela negativa, á vista das fortes rasões que o mesmo lord para isto expoz, allegando que as operações da guerra se deviam por então limitar á defensiva, aproveitando-se o periodo do descanso que o inimigo desse, para não só Portugal, mas até mesmo a Hespanha, organisarem, disciplinarem e equiparem os seus respectivos exercitos[1].

Todavia Perez de Castro perguntou depois quando é que o exercito portuguez estaria em estado de operar na Hespanha com o exercito hespanhol, e a resposta foi: «quando houver um exercito hespanhol com o qual o portuguez possa

[1] Documento n.º 66-C.

obrar, segundo um assentado plano, e que ambos elles tenham os meios de o fazer executar, compromettendo-se, tanto quanto possa ser, a executar uma operação militar; quando se tiverem fixado os meios de subsistencia para as tropas portuguezas, durante o tempo por que estiverem no territorio hespanhol, a ponto de não morrerem de fome, e se verem obrigadas a retirar, como já aconteceu; e finalmente quando se tiver respondido de uma maneira satisfactoria sobre todos estes pontos[1]». Tal foi a resposta, dada por lord Wellington a D. Miguel Pereira Forjaz, resposta que terminou a negociação, e levou o duque del Parque a começar só por si com as suas operações. O seu primeiro movimento foi para Ledesma, para favorecer a sua juncção com D. Francisco Ballesteros. Este general, tendo reunido nas Asturias uns 8:000 homens, á testa d'elles viera para Astorga, passou o Esla e tentou assenhorear-se da Zamora. Não o conseguindo, entrou em Portugal por Miranda, d'onde buscou ir juntar-se ao duque del Parque, contra o qual se dirigia o general Marchand, havendo para este fim partido de Salamanca com 11:000 homens e 14 peças de artilheria, pertencentes ao sexto corpo, por elle commandado, depois que Ney se retirára para França. Del Parque porém retrocedeu para Tamames, sem ter effeituado aquella juncção, tomou posição no reverso de uma montanha, cuja escarpa a tornava muito forte: n'ella esperou o inimigo com 1:000 cavallos e 20:000 homens de infanteria; mas d'este grande numero apenas os gallegos eram os unicos que se podiam chamar soldados. Marchand, desejando combater antes que Ballesteros chegasse, obrigou as suas tropas a marchas forçadas, e chegou mesmo á raiz da montanha a 18 de outubro pela manhã, e desde logo caiu sobre o duque del Parque. A cavallaria hespanhola cedeu de prompto e fugiu. A cavallaria franceza carregou então sobre a infanteria hespanhola; mas Carrera, Mendizabal e o duque, reunindo as suas tropas na parte alta da montanha, desceram com impetuosidade, pondo em desordem os francezes. O ataque que estes fize-

[1] Documento n.º 66-D.

ram no centro e na direita tambem não foi feliz, e Marchand, temendo que Ballesteros viesse tornar mais critica a sua posição, retirou-se para Salamanca, tendo com effeito perdido a batalha de Tamanes. Del Parque, juntando-se então com Ballesteros, e depois de fazer algumas marchas, dirigiu-se finalmente pelo caminho de Alba de Tormes a Bejar (onde chegou a 8 de novembro), por temer o encontro da divisão Dessolles, que por ordem de Madrid se mandou de reforço ao sexto corpo, para combater as forças do duque, devendo Kellerman deixar Valladolid, para ir tomar o commando de todas as tropas reunidas.

Emquanto estes acontecimentos se passavam na Castella, a junta suprema tratava de executar pelo lado da Mancha um dos seus mais temerarios e desastrados projectos, tal como o de mandar contra Madrid o exercito da Carolina, cujo commando dera ao general D. João Carlos de Areyzaga, successor n'este cargo do general D. Francisco de Eguia, que a mesma junta destituíra, não o tendo na conta de bastante habil para o pontual desempenho dos seus planos, que antes quiz confiar ao mesmo Areyzaga. Vivo e impaciente, como era este general, e de tão louca confiança como a mesma suprema junta, não hesitou na ideada empreza de expulsar os francezes para fóra de Madrid. O duque de Albuquerque, que no governo da Extremadura tinha succedido a Bassecourt, recebeu instrucções para operar uma diversão, marchando sobre a ponte do Arzobispo e Talavera de la Reyna. O duque del Parque devia-se juntar a elle pelo desfiladeiro de Baños. Assim perto de 90:000 hespanhoes íam marchar contra Madrid, plano altamente condemnado por lord Wellington, que por então estava em Sevilha para conferenciar com a respectiva junta. Areyzaga deixou a Carolina no dia 3 de novembro com 60 peças de artilheria e os seus já citados 60:000 homens, em que entravam 8:000 a 10:000 de cavallaria. Este general, longe de pensar em desgraça alguma que lhe succedesse, só dava largas ao seu genio jovial e folgasão, com a superficialidade que lhe era inherente. O seu exercito seguia o caminho de Manzanares e Damyel, sem que o commissariado tivesse

feito preparativos alguns para a sua subsistencia. Saindo da serra Morena, como uma torrente de lava, o exercito hespanhol penetrou na Mancha com uma tal rapidez, que a noticia da sua marcha mal o podia preceder. Postoque geralmente util similhante promptidão na guerra, no caso em questão era uma verdadeira extravagancia, por se marchar á tôa, sem conhecimento algum da posição, nem do numero do inimigo, e até mesmo sem plano algum de operações previamente feito e estudado. Areyzaga passou na villa de Dós-Barrios desde 10 até 13 de novembro, d'onde informou a junta da seria resistencia, que por meio de um combate o general Sebastiani, ganhando Ocaña, lhe tinha opposto á sua retirada d'esta para aquella villa. Foi então que a junta seriamente pensou no grande perigo a que havia exposto aquelle seu exercito, mas já era tarde para o livrar d'elle, poisque os francezes, tendo-se aproveitado da inacção do general hespanhol durante a sua estada em Dós-Barrios, haviam-se reforçado em todos os pontos onde podiam ser vulnerados, tomando até disposições para obrigar Areyzaga a lhes acceitar o combate, em que iam tomar parte o primeiro, segundo, quarto e quinto corpo.

No dia 13 o mesmo Areyzaga dirigiu-se para Santa Cruz de la Zarza, onde ficou até ao dia 18. Sabedor de que adiante de si tinha em Arganda um corpo inimigo, que se dispunha a passar o Tejo sobre a sua direita em Fuente-Dueñas, e que um outro corpo de 24:000 homens e 5:000 cavallos, commandado pelo duque de Treviso, commissionado para este fim por Soult, se achava em Aranjuez e Ocaña, tornou para Dós-Barrios, onde fez as suas disposições para atacar o corpo francez, que tinha adiante de si. Percebendo todavia na manhã de 19 que os francezes se preparavam para lhe receberem o ataque, determinou-se a postar o seu exercito por trás de Ocaña. Os francezes ali o atacaram com os seus ditos 24:000 infantes e 5:000 cavallos, e completamente o bateram, dispersando-lhe o exercito, empregando sómente a cavallaria, que mandaram correr contra um dos flancos dos hespanhoes. Esta batalha de Ocaña, a mais funesta de todas as que os mesmos hespanhoes tinham até então experimentado, começára pelas

onze horas do dia, e tres horas depois tinham caído em poder dos francezes 30 peças de artilheria, 120 carros cobertos, 26 bandeiras, 3 generaes, 600 officiaes de fileira e 18:000 homens, quando a perseguição contra os vencidos não tinha ainda acabado! 7:000 a 8:000 homens do exercito hespanhol conseguiram escapar-se para a montanha de Tarancon, outros seguiram os diversos caminhos, que da Mancha se dirigem para a serra Morena, havendo alguns que se salvaram em Valencia e Murcia[1]. Os francezes perderam apenas 1:700 homens, entre mortos e feridos; os hespanhoes 5:000, e antes da noite todas as suas bagagens e equipagens, 3:000 cavallos, 45 peças de artilheria, 30:000 espingardas, e 26:000 prisioneiros se achavam nas mãos dos vencedores. Areyzaga, ganhando Trembleque durante a noite, chegou á Carolina tres dias depois. A 24 do citado mez de novembro apenas se tinham podido reunir em Manzanares 400 homens de cavallaria, pertencentes a todos os regimentos, e ainda menôs do que isto na Carolina.

Por aquella mesma epocha o duque de Albuquerque, que tinha já tomado o commando do exercito da Extremadura no principio do mez de novembro, marchou sobre a ponte do Arzobispo, ao mesmo tempo que os francezes reuniam as suas tropas sobre o Tejo superior, para se opporem a Areyzaga. Com o mesmo fim tinham igualmente os francezes chamado da Castella Velha nos dias 13 e 14 de novembro uma parte

[1] Para se fazer uma idéa da precipitação e terror com que o exercito de Areyzaga debandou, por occasião da referida batalha de Ocaña, citaremos o seguinte facto. Um official superior de infanteria achava-se por acaso apeado, quando teve logar a debandada. Querendo por esta causa montar a cavallo, o animal era manhoso, e não lhe dava logar a isso, pondo-se a andar á roda, quando o sentia metter o pé no estribo. Atrapalhado por este motivo, e por não achar um só soldado dos que passavam, que annuisse a lhe segurar no cavallo, não obstante as rogativas que para isto lhes fazia, tomou a final a resolução de metter a mão no bolso, e tirar umas poucas de onças, que para aquelle fim offereceu a um soldado; mas este, em vez de acceitar a offerta, a resposta que lhe deu foi: *Póde você afouto guardar o seu dinheiro, porque n'esta occasião vale mais um passo meu que todas as suas onças.*

das tropas, que para ella tinham enviado contra o duque del Parque. Este, vendo que o inimigo se tinha enfraquecido na Castella Velha, partiu de Bejar no dia 17 do dito mez de novembro, chegando a 21 a Alba de Tormes, tendo no dia 22 a sua vanguarda em Carpio. Ali foi elle atacado a 23 por um corpo de francezes, vindo de Valladolid; mas os atacantes foram repellidos com alguma perda. Del Parque dirigiu-se então para diante de del Fresno; mas retirou-se de novo a 26, em consequencia das ordens que para esse fim recebeu da junta suprema. Por aquelle tempo os francezes tinham já reforçado o seu corpo da Castella Velha, e o duque foi de novo atacado na sua retirada, quando a sua cavallaria e infanteria pretendiam passar a ponte de Alba de Tormes, onde então se travou a formal batalha d'este nome. Travada que foi, a cavallaria hespanhola repassou a ponte a galope, fugindo sem desembainhar a espada, ao passo que a infanteria era pela sua parte rota e acutilada pela cavallaria franceza. Depois de ter ali soffrido consideravelmente, o duque continuou a sua retirada para a Cidade Rodrigo; mas a duas leguas distante dė Tamames as suas tropas apoderaram-se no dia 29 de um tal terror, com a apparição de uns trinta dragões francezes pela sua retaguarda, que de prompto debandaram. Os inimigos, não se aproveitando d'estas circumstancias, deram logar a que o duque podesse dentro de dez ou doze dias reunir o seu exercito, perdendo a sua artilheria, e as armas pela maior parte, em resultado da sua derrota na citada ponte de Alba de Tormes. A isto seguiu-se uma fome tal, que muitos soldados morreram por similhante causa, passando pelos mais duros soffrimentos os que d'este mal poderam escapar.

Emquanto isto succedia na Castella Velha, a junta ordenava para a Extremadura ao duque de Albuquerque, que recuasse com o seu corpo sobre o Guadiana, abandonando assim o porto de Mirabete sobre o Tejo e as Mesas de Ibor, não obstante ser esta posição muito importante, não só quanto á Extremadura hespanhola, mas até mesmo quanto ao meio dia de Portugal. Senhor como Albuquerque se achava de similhante posição, podia elle embaraçar aos francezes a passagem do Tejo

entre a ponte de Toledo e Villa Velha, quando pretendessem emprehender alguma cousa de importancia contra Portugal. Esta posição podia não se ter perdido, se os hespanhoes tivessem destruido a ponte do Arzobispo, como lord Wellington lhes aconselhou. Uma tão insensata conducta levou o mesmo Wellington a pôr o exercito inglez em movimento do sul para o norte de Portugal. A similhante movimento e mudança de posição foi levado, já porque o paiz pestilencial do Guadiana lhe victimava continuamente os soldados, e já porque, achando-se em perigo a Cidade Rodrigo, depois da derrota do duque del Parque em Alba de Tormes, entendeu necessario vir de reforço áquella praça. Quanto ás cidades de Sevilha e Badajoz, que elle até ali parecia defender, postado n'esta segunda praça e suas vizinhanças, julgou não lhes ser já necessaria a sua presença, por saber que 20:000 homens de infanteria hespanhola e 6:000 de cavallaria, se íam reunir na Carolina, alem dos 8:000, escapados da batalha de Ocaña pela estrada de Tarancon, que se achavam em Cuenca, debaixo do commando do general Echavarria.

Foram as desastradas batalhas de Almonacid, de Ocaña, e de Alba de Tormes as que pozeram termo ás operações offensivas, que a guerra de Austria e a chegada de um novo exercito inglez a Lisboa permittiram emprehender aos alliados, durante a memoravel campanha de 1809, terminada por aquelles tres grandes desastres, com relação aos hespanhoes. Depois da batalha de Talavera, que foi o termo da do exercito luso-britannico, tentaram os mesmos hespanhoes a continuação da sua luta contra os francezes, sem o auxilio do referido exercito; mas a citada batalha de Ocaña os aniquilou inteiramente, vendo-se pela sua parte obrigados a desistir da guerra offensiva. Mas se infelizes foram debaixo d'este ponto de vista, a sorte não lhes foi tambem mais favoravel na guerra defensiva, a que se limitaram durante a campanha do seguinte anno de 1810, campanha aberta para a continuação da tão famosa guerra da peninsula, que ainda por cinco annos nos irá sem interrupção alguma occupar.

CAPITULO V

No começo do anno de 1810 o poder colossal de Napoleão só tinha contra si no continente europeu a Hespanha e Portugal; mas a Hespanha a elle se achava quasi submettida, já porque o apparecimento das guerrilhas, depois de tantas derrotas dos exercitos hespanhoes, não podia embaraçar as operações dos exercitos francezes, e já porque o rei José e o marechal Soult, tendo-se dirigido contra a Andaluzia, haviam obrigado a junta central a se retirar de Sevilha para Cadix. O estado politico da Hespanha não estava com melhor aspecto: dois partidos havia na referida junta, um dos quaes trabalhava para a installação de uma regencia, com o fim de manter as instituições da velha monarchia, o outro instava pela convocação das côrtes, sendo o resultado d'isto o odio geral contra a mesma junta, e a necessidade em que se viu de nomear em Cadix uma regencia que a substituisse, baldando-se os esforços do ministro portuguez, para que a nomeação recaísse na princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina, a favor da qual conseguiu todavia o reconhecimento dos seus direitos eventuaes á corôa da Hespanha, mallogrando-se por aquella occasião um projecto de tratado com esta potencia, em que se consignava a restituição de Olivença a Portugal, mallogro filho da opposição que lhe fez o embaixador inglez, e da propria côrte do Rio de Janeiro. Quanto a Portugal, continuava da parte do governo do Brazil o seu abjecto servilismo para com a Inglaterra, não obstante as offensas que d'ella havia, e a ruína que occasionára á nossa navegação e commercio, já pelo apresamento dos navios portuguezes, effeituado pelo bloqueio que posera ao Tejo, desde novembro de 1807, e já pelos tratados de commercio e alliança que nos extorquíra em 1810. Foi a mesma Inglaterra a que solicitou e obteve da côrte do Rio de Janeiro duas successivas mudanças nos governadores do reino, na primeira das quaes foi introduzido lord Wellington, e na segunda o ministro inglez em Lisboa em membros da regencia. Como consequencia de tantos desvarios e prepotencias da familia Linhares, appareceu em Londres em opposição a ella o *Correio braziliense*, e outros mais jornaes, e no Rio de Janeiro Antonio de Araujo, por effeito de uma representação, que entregou ao principe regente, sendo o resultado d'isto o incitamento geral dos portuguezes para o estabelecimento do governo parlamentar, incitamento provocado tambem em alto grau por aquelles mesmos jornaes.

Começára o anno de 1810 debaixo dos mais terriveis auspicios para a independencia geral da Europa, e mais particularmente da Hespanha e Portugal, que Napoleão Buonaparte forçosamente queria sujeitar ao seu arbitrario dominio, e por este meio ultimar o seu famoso bloqueio continental. A Europa, á

excepção da peninsula e da Gran-Bretanha, achava-se toda submettida, desde o fim do anno anterior, á inteira discrição de Napoleão I. O citado bloqueio continental, que elle tinha imaginado, como meio de aniquilar inteiramente a Gran-Bretanha, attenta a impossibilidade em que estava de dirigir contra ella directamente os seus exercitos, achava-se portanto quasi ultimado desde aquelle tempo. Foi por isso que a mesma Gran-Bretanha se empenhou com todas as suas forças e recursos em suscitar quantas difficuldades pôde ao desejado dominio do imperador dos francezes, e ao seu preconisado systema continental. A luta da Inglaterra contra a França, tendo pois chegado ao mais critico momento no fim do anno de 1809, ía assumir em 1810 o caracter de vida ou de morte, para as duas potencias contendoras. Não admira pois que, revolucionada a Hespanha contra a França desde 1808, offendida, como estava, no seu orgulho nacional, pela imposição de um rei estrangeiro, e igualmente offendida nos seus usos e crenças, pela suppressão dos conventos, da inquisição e da alta nobreza, a Inglaterra a buscasse logo auxiliar com todas as suas forças na gloriosa empreza da sua libertação, offerecendo-lhe, com os seus thesouros, todos seus os meios de guerra. Alem da Hespanha, Roma achava-se tambem descontente desde o anno de 1805, pelo desapontamento das cousas que concebêra, e de reforço a Roma vinha, não sómente a Hollanda, pelo muito damno que lhe causava o referido bloqueio continental, mas igualmente a Austria, impaciente, como estava, pelas consideraveis perdas de territorio que tinha soffrido, e humilhação degradante a que estava reduzida, pelo revoltante despotismo do colossal poder do imperador dos francezes. Todas estas circumstancias o governo inglez tinha cuidadosamente espreitado, e d'ellas buscava tirar todo o possivel partido, particularmente desde o anno de 1808, provocando a sua quinta coallisão contra a França, coallisão a que o papa se prestára, por ver sem retribuição a sua complacencia pontificia em ir pessoalmente a París effeituar a sagração de Napoleão, complacencia que não foi bastante para d'elle conseguir a restituição ao dominio ecclesiastico das provincias que o

directorio anteriormente reunira á republica cisalpina. Desde 1807 a 1808 os estados romanos eram assiduamente frequentados pelos emissarios inglezes, nas vistas de explorarem em seu proveito os sentimentos de indisposição em que a santa sé por então se achava para com a França. O certo é que depois das representações um pouco fortes, que houve entre uma e outra côrte, Napoleão deu ordem ao general Miollis para occupar Roma. O papa pela sua parte ameaçou de excommunhão o imperador, de que resultou tirar-lhe este as legações de Ancona, de Urbino, Macerata e Camerino, que passaram a encorporar-se no reino da Italia. Pela sua parte o delegado do papa deixou París aos 3 de abril de 1808, tendo depois logar a luta religiosa, empenhada pelos interesses temporaes da sé de Roma entre Napoleão e o chefe da igreja catholica.

Já largamente vimos os extraordinarios acontecimentos de Portugal e Hespanha contra a França nos annos de 1808 e 1809, durante os quaes os inglezes metteram na peninsula os seus exercitos, dando com elles começo á terrivel guerra que n'ella teve logar, circumstancia que obrigou o proprio Napoleão a vir pessoalmente á Hespanha, para d'ella expulsar, como tambem já vimos, esses mesmos exercitos. Foi então que a Austria, querendo aproveitar-se da ausencia do mesmo Napoleão, e das consideraveis forças que comsigo trouxera, com todo o empenho se armou, entrando em campanha na primavera de 1809. Foi por aquelle tempo que o Tyrol se sublevou, e o rei Jeronymo se viu expulso da sua capital pelos westphalianos: a Italia tornou-se vacillante, e a Prussia esperava attenta o primeiro revez de Napoleão para retomar armas contra elle. Taes foram as circumstancias que obrigaram, como igualmente se crê, o mesmo Napoleão a correr logo da Hespanha a París, para entrar na sua nova guerra contra a Austria. Tendo mandado avisar os membros da confederação do Rheno para terem promptos os seus contingentes, deixou elle París aos 12 de abril, passou aquelle rio, e entranhando-se pela Allemanha, ganhou as victorias de Eckmühl e Essling, occupou Vienna por segunda vez aos 13 de maio,

e por meio da batalha de Wagram aniquilou finalmente a citada quinta coallisão, fazendo tudo isto apenas durante o espaço de quatro mezes de campanha! Emquanto elle assim proseguia e derrotava os exercitos austriacos, os inglezes preparavam duas expedições, uma contra Napoles, ás ordens de sir John Stuart, e outra contra o Escalda e ilha de Walkeren, commandada por lord Chatam. Circumstancias, que nos não compete aqui mencionar, fizeram com que a primeira d'estas expedições não conseguisse o seu fim. A segunda, aliás formidavel, e uma das maiores que saíram dos portos de Inglaterra, compoz-se de 40:000 homens, todos elles bellos soldados, e de outros tantos individuos, quanto ás forças de mar. O governo inglez tinha principalmente em vista a destruição do grande arsenal, que Napoleão tinha feito construir em Anvers. Para esta expedição o gabinete de S. James não consultou nenhum dos seus alliados. O imperador da Austria opinava para que o desembarque se fizesse ao norte da Allemanha, ao passo que a junta central da Hespanha queria que se effeituasse nas costas da Cantabria, e viesse dar as mãos ao exercito de lord Wellington.

Nem ás representações, ou exigencias da Austria, nem ás da Hespanha annuiu o governo inglez, sacrificando assim as grandes vantagens da luta dos alliados com a França á que immediatamente esperava tirar da destruição do arsenal de Anvers, vantagem por certo bem mesquinha, em compensação das outras. O certo é que emquanto a expedição de Stuart ficava sem resultado, a de lord Chatam falhava miseravelmente, e sem gloria alguma, victima do flagello das molestias que os pantanos da ilha de Walkeren, á entrada do Escalda, fizeram apparecer. Alem d'isto os inglezes não encontraram n'aquellas paragens dedicação alguma nos respectivos habitantes, o que seguramente lhes devia fazer conhecer, que apesar do valor das suas tropas, era-lhes absolutamente indispensavel ter por amigos os povos de qualquer paiz onde fossem operar, e que essa amisade a não achavam elles mais firme, nem mais sincera do que nos portuguezes: todavia cremos que nenhuma d'estas considerações fez o governo britannico,

principalmente a ultima, pela dura ingratidão com que sempre tratou os portuguezes. Como quer que seja, certo é que ao desastre de Walkeren se seguiu a paz de Vienna, assignada aos 14 de outubro de 1809, tendo por principaes artigos: 1.º, o reconhecimento de José Buonaparte como rei da Hespanha; 2.º, a cessão de Salzbourg, e de varios outros districtos da alta Austria para os principes da confederação do Rheno; 3.º, a cessão da Carniola, da Istria, da Croacia, e de todo o litoral do Adriatico á França; 4.º, a cessão de toda a Gallizia occidental á Saxonia; 5.º, finalmente a cessão de um territorio de 400:000 habitantes na Gallizia occidental á Russia. Taes foram as principaes condições do referido tratado. Concluida por este modo a guerra da Austria, o poder de Napoleão chegou por aquelle tempo na Europa ao seu maior auge de engrandecimento e prestigio, começando desde então a ter contra si, como era bem natural, a reacção geral da mesma Europa, pelo estado de oppressão e violencia em que se via, reacção assignalada pela alliança das differentes dynastias contra elle, bem como dos differentes povos, do sacerdocio e do commercio, offendidos e lesados, como todos por elle se achavam. Desde a ruptura da paz de Amiens Napoleão abriu para si uma carreira, cujo termo forçosamente havia de ser ou a pacifica posse da Europa, ou a mais systematica e pertinaz guerra de toda ella contra si.

Depois da paz de Vienna a Suecia experimentára uma revolução interna, de que resultou a abdicação forçada de Gustavo Adolpho IV, e o entrar igualmente no systema continental. Carlos João Bernadotte, general de Napoleão com o titulo de principe de Ponte-Corvo, foi eleito pelos estados geraes principe hereditario da Suecia, e o rei Carlos XIII o adoptou por filho. O bloqueio continental foi portanto observado por todas as nações da Europa, exceptuando apenas a hespanhola e a portugueza, achando-se o imperio francez augmentado dos estados romanos, das provincias illyricas, do Valois, da Hollanda e das cidades anseaticas, estendendo-se portanto desde Hambourg e Dantzick até Trieste e Corfú. Tendo chegado a um tal estado de grandeza, Napoleão quiz aristocratisar-se;

e por esta causa divorciou-se da famosa imperatriz Josephina, com o pretexto de querer dar um successor ao imperio, e no mez de março de 1810 effectivamente se esposou em segundas nupcias com a archiduqueza de Austria, Maria Luiza, filha do imperador Francisco II. Por esta fórma suppoz elle deixar o seu caracter de monarcha intruso e revolucionario para se aparentar com as antigas raças dynasticas das differentes côrtes, circumstancia que forçosamente o havia de separar cada vez mais dos interesses populares, pouco ou nada ganhando com a sua alliança com a casa de Austria, á qual não pôde tirar o desejo de o combater na primeira occasião opportuna, porque, não se baseando as allianças senão nos interesses reaes, e não tendo Napoleão restituido á mesma Austria as suas antigas possessões, não obstante o seu casamento com a dita archiduqueza, a indisposição do gabinete de Vienna forçosamente havia de continuar, como de facto n'elle continuou a permanecer. Nem era de esperar outra cousa, á vista do já citado tratado de paz, concluido entre a França e o dito gabinete aos 14 de outubro de 1809. Este tratado só no nome podia ser de paz, porque no fundo era uma verdadeira declaração de guerra entre aquellas duas potencias, assentando, como todos os tratados francezes, de uma parte sobre a injustiça e a usurpação, e da outra sobre uma necessidade mal entendida, filha da falta de constancia de animo. A Austria, que por similhante tratado foi reduzida á nullidade, jamais perderia a primeira occasião de reagir contra o seu oppressor. Por conseguinte um tal tratado de paz não podia olhar-se senão como um verdadeiro armisticio, que apenas fosse terminado por qualquer circumstancia eventual, appareceria novamente a guerra, á qual um casamento, extorquido de mais a mais pela força, como era o de Napoleão com a archiduqueza Maria Luiza, jamais lhe poderia obstar, como de facto succedeu.

Pelo que fica exposto vê-se, que desde o principio do anno de 1810 Napoleão não tinha abertamente contra si na Europa senão a Hespanha, Portugal e a Gran-Bretanha. A Hespanha, porém, desde as batalhas de Almonacid, de Ocaña e de Alba

de Tormes, quasi se podia reputar vencida. Por meio da de Ocaña os francezes haviam derrotado o mais consideravel exercito, que contra elles a insurreição hespanhola tinha posto em campo. O terror apoderára-se dos proprios membros da suprema junta de Sevilha, que já se não julgavam seguros por trás dos desfiladeiros da formidavel serra Morena. Os detalhes de tão desastroso dia para a causa da Hespanha acabaram de demonstrar que tres annos de continua guerra não tinham sido bastantes para produzir generaes, e nem até mesmo soldados, poisque a dedicação e coragem de um exercito não disciplinado não eram por si só bastantes para combater com vantagem as tropas francezas, tão bravas, como disciplinadas, e de mais a mais commandadas por generaes tão habeis e experimentados, como eram os marechaes do imperio. Este estado de cousas tornou-se muito mais grave depois de concluida a paz da França com a Austria, sendo bem pouco ou nada lisonjeiro para a Hespanha o quadro que em fins de janeiro de 1810 apresentava, no meio da sua luta contra Napoleão. Encerrada como a junta central se achava em Sevilha, nem ao menos tinha noticias certas do que se passava nas provincias occupadas pelos francezes, sendo tão varias, e até mesmo tão contradictorias as que d'elles recebia, que nem ao menos pôde saber ao certo quaes os reforços, que ultimamente de França lhes tivessem vindo, ou de lá estivessem para receber, depois de effeituada a supradita paz. Dizia-se, mas sómente fundado em probabilidades, que similhantes reforços não excediam a 20:000 homens, entre os quaes havia varios corpos de prisioneiros austriacos, e de todas as nações, corpos de que diariamente desertava uma grande quantidade de gente. Todavia o caracter de Buonaparte, bem conhecido já em toda a Europa, infundia os mais serios e justos receios sobre os grandes esforços que faria para subjugar inteiramente a peninsula, habitada por duas nações, que por espaço de dois annos continuos haviam humilhado, auxiliadas pelos exercitos inglezes, o orgulho e altivez da França, os esforços das suas aguerridas tropas, e o saber e pericia dos seus mais afamados generaes, que ape-

sar dos seus assignalados triumphos não tinham ainda podido acabar com a insurreição de dois povos, aliás despreziveis aos seus olhos, elles que tinham vencido e domado todas as mais nações da Europa, exceptuando apenas a ingleza.

Os recursos de que Buonaparte por então dispunha eram na verdade immensos, e difficeis de balançar pelos dois governos reunidos, portuguez e hespanhol. Destruidos, como successivamente tinham sido, os exercitos da Hespanha, uma nova tropa se tinha levantado contra os francezes, que não sendo capaz de com elles se bater regularmente em campo, todavia os perseguia cruamente pelas montanhas que atravessavam, e pelas estradas que seguiam, interceptando-lhes as suas communicações, e surprehendendo-lhes os seus comboios, alguns dos quaes foram de bastante vulto. Esta tropa, bem conhecida pela denominação de *guerrilhas*, não se organisou em consequencia de plano algum regular e systematico por parte do governo hespanhol; mas nasceu dos desejos dos povos da Hespanha evitarem as atrocidades dos francezes, e o augmento d'estes desejos foi portanto o que deu logar ao augmento de similhante tropa. Logoque os francezes, depois dos seus primeiros successos, se separaram e espalharam pelo paiz em pequenos corpos, a fim de subsistirem e poderem ter obedientes os differentes povos, a oppressão e a injustiça fizeram-se por toda a Hespanha sentir. Algumas lutas individuaes começaram a apparecer contra estes actos, e os que n'ellas mais se distinguiram, ou que tinham morto algum soldado francez, temendo as consequencias do seu procedimento, tomaram o expediente de fugirem das povoações para as montanhas. Obrigados lá, como estes proscriptos se viram, ou pela fome, ou por outras circumstancias, por muitas vezes se acharam constrangidos a virem de fugida a suas casas, ou ás dos seus amigos, e n'estas rapidas incursões, encontrando-se com partidas francezas, com ellas se batiam corajosamente, se as reputavam mais fracas, e depois de vencidas, cada um dos seus soldados era espoliado de tudo quanto tinha, tirando-lhes inclusivamente a vida, como frequentemente succedeu. Se, porém, os francezes eram mais fortes, os hespanhoes

fugiam, e se algum d'estes lhes ficava em seu poder, tambem desapiedadamente era logo morto. Foi assim que successivamente se formaram por graus bandos de homens determinados, dando o exemplo de uma pertinaz resistencia, provocada por uma contínua serie de execuções e de oppressão da parte dos invasores, os quaes pela sua conducta deram logar á formação de um systema geral de opposição da mesma natureza por parte dos hespanhoes. Foi assim que certos mancebos corajosos de cada districto se começaram a reunir por bandos, que serviam sem paga e debaixo das ordens de chefes que entre si mesmo escolhiam. Tendo um perfeito conhecimento do paiz, não usando de uniforme algum por onde se distinguissem do mais povo, reunindo-se e dispersando-se a seu belprazer, a guerra feita por este modo aos francezes, posto os não aniquilasse, era-lhes todavia muito incommoda, tomando-lhes, como já dissemos, os comboios, e interceptando-lhes as communicações. As *guerrilhas* levantaram-se mais particularmente no Aragão, depois da perda de Saragoça e do desastre de Belchite, que n'aquella provincia poz termo á guerra methodica e regular entre os francezes e os hespanhoes. Em volta dos chefes, que n'esta pequena guerra adquiriram reputação, se foram pois reunindo os soldados fugidos das differentes derrotas, os quaes, alem do esquecimento que assim julgavam pôr á vergonha dos seus revezes, íam adquirir a vantagem de viverem mais solta e desregradamente.

O certo é que desde os fins do anno de 1809 cada uma das montanhas que rodeia Saragoça era quartel de uma guerrilha, tornando-se desde então o seu numero bastantemente crescido. Do Aragão passaram as guerrilhas para a Catalunha, vendo-se á esquerda do Ebro os coroneis catalães Baget, Perena, Pedrosa, e o chefe Theobaldo conduzirem os seus terriveis *miqueletes* á serra de Guara, que está como suspensa sobre Huesca e Barbastro. Á direita do Ebro as tropas, levantadas no districto de Molina, reuniram-se ás tropas de Gayan, que se assenhoreou das montanhas de Montalvão, do valle de Xiloca, etc. Desde então levantou-se uma multidão de chefes,

cujas façanhas tornaram seus nomes mais ou menos celebres, segundo o estrondo e importancia d'ellas, taes foram o Pastor em Guipuscoa, Campillo em Santander, Porlier nas Asturias, Longa no Aragão e Castella, Merino perto de Burgos, o Capuchinho e o Cura Taipa nas planicies da Castella Velha, o Amor em Rioja, Duran nas montanhas de Soria, D. Camillo Gomes nos suburbios de Avila, D. Julião Sanches (a quem os francezes tinham morto pae, mãe e uma irmã), desforrava-se sobre os que lhe caíam nas mãos das desgraças da sua familia nas vizinhanças de Salamanca e Cidade Rodrigo, e finalmente o joven D. Francisco Xavier Mina, e seu tio, o famoso Espoz y Mina, faziam o mesmo na Navarra, onde seriamente inquietavam todo o paiz entre Tudela e Pamplona. Estes chefes, ou correndo as montanhas a pé, ou as planicies a cavallo, tornaram-se temiveis nas suas excursões, sendo difficil apanha-los, porque tão facilmente se reuniam, como se dispersavam. Independentemente dos francezes doentes e feridos, que o acaso lhes deparava e desapiedadamente matavam, surprehendiam tambem as correspondencias dos generaes inimigos, que passavam logo ás mãos dos inglezes, que assim eram instruidos dos planos d'aquelles generaes. Assaltando os comboios, e roubando tudo quanto n'elles encontravam, e muitas vezes mesmo sommas importantes, occasionavam por esta fórma aos francezes continuas inquietações: tambem era frequente impedirem os aprovisionamentos, capturando cavallos, machos e conductores. Finalmente casos houve de embaraçarem até o recrutamento, obrigando os batalhões, ou esquadrões inimigos, que de França marchavam para os differentes exercitos, a demorarem-se pelo norte da Hespanha, esgotando-lhes as forças, e tornando-os estereis, antes de poderem chegar ao seu destino. Esta guerra de guerrilhas foi sendo tanto mais grave, e tomando tanto maior importancia, quanto maior foi sendo o progresso das operações do exercito luso-britannico.

As guerrilhas tornaram-se, como já dissemos, bastantemente incommodas para os francezes; mas ellas estavam só por si muito longe de lhes poderem embaraçar o seu effectivo dominio, ao qual mais tarde ou mais cedo haviam de submetter-se,

a não terem por si o citado exercito luso-britannico. O marechal Suchet, tendo destruido Blake, mantinha segura a sua auctoridade em todo o Aragão, não perdendo as idéas de o pacificar de todo, e se assenhorear de todas aquellas terras, que os insurgentes occupavam ainda sobre o Ebro, e sobre o Segre. Na Catalunha o general Saint-Cyr, e depois d'elle o marechal Augereau, tinham igualmente dominado todos os hespanhoes d'aquella provincia, particularmente depois da quéda de Gerona, cuja defeza, memoravel por espaço de sete mezes continuos, se tornára tanto ou mais celebre em 1809, debaixo das ordens do seu governador, D. Marianno Alvarez de Castro, quanto a de Saragoça o tinha já sido debaixo das de Palafox. A conducta heroica de Gerona, e do seu bravo e infeliz governador, é digna de se mencionar, pelo grande nome que então teve. A antiquissima cidade de Gerona, que segundo Miñano era de 14:000 habitantes, levantava-se n'outro tempo na vertente de uma montanha, vindo mais tarde a prolongar os seus muros pelas duas margens do rio Oña, dando-se o nome de Mercadal á parte situada na sua margem esquerda, ao passo que a outra parte se acha na sua margem direita, indo até ao local em que o mesmo Oña se lança no Ter: uma ponte de pedra liga ambas as ditas partes, as quaes foram cercadas outr'ora por muralhas, flanqueadas por grossas torres. Estas defezas melhoraram-se posteriormente com a construcção de sete bastiões, cinco dos quaes se erigiram no Mercadal e os dois restantes na outra parte. Só do lado da porta de França é que se lhe abriram uns fossos, tendo igualmente um caminho coberto. Dominada por differentes alturas como pela sua direita era a praça de Gerona, levantaram-se em diversos tempos no cimo das montanhas que a cercam alguns fortes para a defender. Na mais septentrional, ou n'aquella que olha para o caminho de França, cuja altura será de quinhentas e cincoenta varas, construiu-se o castello de Monjuic com quatro obras avançadas, vendo-se nas outras montanhas os reductos do Calvario, do Condestavel, da rainha Anna, dos Capuchinhos, do Cabido e da Cidade. Gerona dava antigamente o seu nome aos primogenitos dos reis de

Aragão: tendo sustentado com pertinacia differentes cercos, foi um dos notaveis o que no seculo XIII lhe poz o rei de França, Filippe *o Atrevido*. No anno de 1656 foi tomada pelos francezes. Na guerra da successão, depois de ter jurado fidelidade a Filippe V, entregou-se em 1705 ao archiduque Carlos, até que em 1711 foi novamente tomada pelos francezes. Em 1809 tinha Gerona por governador interino o já citado D. Marianno Alvarez de Castro, que na defeza d'ella immortalisou justamente o seu nome: o seu tenente-rei era D. Julião Bolivar, que se distinguiu nos primeiros dois ataques dos francezes, sendo o commandante da artilheria D. Izidro da Mata, e o chefe dos engenheiros D. Guilherme Milnai[1].

Pelo que se vê as fortificações de Gerona eram em 1809 insufficientissimas para poderem sustentar um cerco regular. Dominada como era esta praça pelos differentes fortes que a cercam, sendo o de Monjuic o mais elevado, é um facto que se podia ter como uma cidade aberta, ou quasi como tal; e attenta a multiplicidade dos citados fortes e a extensão do seu recinto, só 10:000 a 12:000 homens a poderiam regularmente defender, empreza para que apenas havia 5:673 de todas as armas. Os habitantes, querendo auxiliar os esforços da guarnição, formaram entre si um corpo com o nome de *cruzada*, composto de oito companhias, sendo D. Henrique O'Donnell o que lhe deu a instrucção. Todos os habitantes se alistaram na *cruzada*, sem distincção de classe, nem jerarchia, incluindo o proprio clero secular e regular. As mesmas mulheres se alistaram tambem n'um outro corpo, com o nome de *companhia de Santa Barbara*, dividido em quatro esquadras, tendo por fim levar cartuchame e viveres aos combatentes, assim como recolher e soccorrer os feridos. Os francezes chegaram no dia 6 de maio de 1809 á vista da praça, fazendo desalojar da ermida dos Anjos os postos avançados sómente a 31. No principio de junho a praça foi investida, empregando o general Verdier n'este ataque o numero de 18:000 homens, incluindo as tropas que de Vich lhe tinha mandado o general

[1] Conde de Toreno, livro 10.º da traducção franceza.

Saint-Cyr, o qual preferia bloquea-la estreitamente a formar-lhe um sitio; mas como no campo francez se sabia estar este general mal visto pelo seu govérno e que em breve seria rendido pelo marechal Augereau, Verdier continuou no seu antigo proposito de atacar Gerona. No dia 8 de junho tinha elle reunido o material de cerco, a que se seguiu a empreza de formar dois ataques, um fraco sobre o corpo da praça e outro forte e vigoroso contra Monjuic e os seus reductos destacados. Tendo no dia 12 mandado sem nenhum resultado um parlamentario ao governador Alvarez, e havendo já começado no citado dia 8 a formar uma parallela sobre a altura de Tramon, e estabelecido por fim duas baterias, uma de oito peças de calibre 24 e dois obuzes de nove pollegadas, e outra de morteiros, deu principio ao bombardeamento de 13 para 14 do citado mez de junho, sendo na manhã de 14 que os sitiantes atacaram os reductos de S. Luiz e S. Narciso, dos quaes se apoderaram no dia 19, e no dia 21 do de S. Daniel.

N'este estado se achavam as cousas quando o general Saint-Cyr appareceu em Gerona, trazendo comsigo um reforço que elevou o numero dos sitiantes a 30:000 homens. Todavia passou-se o mez de junho sem que os francezes podessem conseguir mais que a tomada dos fortes acima mencionados. Desde então por diante a sua principal empreza foi tomarem Monjuic, contra o qual começaram no dia 3 de julho a dirigir o fogo das suas baterias, dando-lhe pelas dez e meia horas da noite de 4 um furioso ataque, que ficou sem nenhum effeito, tentando novamente outro na manhã de 8 do citado mez de julho, em que por tres vezes o acommetteram, sendo por outras tantas repellidos, até que pela quarta vez se retiraram, em rasão de verem ferido o coronel Muff, que os conduzia. N'este assalto perderam os francezes perto de 2:000 homens, entre os quaes se contaram 11 officiaes mortos e 70 feridos. Em todo o tempo do assalto os francezes tiveram constantemente no ar sete bombas e muitos outros projecteis parabolicos, dirigidos contra o ponto do ataque. Mallograda como assim foi a empreza, continuaram os sitiantes com os trabalhos do cerco, taes como os da sapa e da mina, em que

se esgotou o citado mez de julho, sem que a valente guarnição da praça e os seus moradores deixassem jamais de ter seriamente a peito a sua heroica defeza. Na noite de 3 para 4 de agosto quizeram-se os francezes assenhorear do revelim que estava na frente do ataque, do qual effectivamente se apoderaram na manhã de 4. De 800 homens que o defendiam 50 foram mortos, inclusivamente o seu valente chefe, D. Francisco de Paula Grijols. Decidindo-se finalmente no dia 12 de agosto n'um conselho militar que Monjuic se não podia por mais tempo sustentar, foi pelas seis horas da tarde d'esse mesmo dia evacuado, encravando-se a sua artilheria, e destruindo-se as munições. Conseguintemente só no fim de dois mezes de sitio pôde o forte de Monjuic ser entrado pelos francezes, depois de haverem contra elle dirigido o fogo de dezenove baterias, aberto muitas brechas nos seus muros e perdido 3:000 homens. De 900 combatentes que constituiam a guarnição hespanhola morreram na defeza do citado forte 18 officiaes e 511 soldados, sem haver um só individuo que não ficasse ferido.

Senhores de Monjuic, os francezes propozeram-se em seguida á tomada da cidade, contra a qual começaram a construir baterias e a dirigir contra ella o seu fogo. O numero dos seus defensores diminuia consideravelmente, fazendo-se a par d'isto sentir a extrema falta de viveres. Apesar de tão consideraveis apuros o animo intrepido de D. Marianno Alvarez não soffria quebra, nem deixava tão pouco de incommodar o inimigo: perguntado por um official, encarregado de uma sortida, onde se refugiaria no caso de retirada, a resposta que com modo severo lhe deu foi o dizer-lhe: *no cemiterio*. Entretanto a necessidade de soccorrer os sitiados era extrema, e D. Joaquim Blake, que do Aragão tinha vindo para a Catalunha, provincia igualmente posta debaixo do seu governo, tendo ouvido as instantes reclamações que de viva voz lhe foi fazer D. Henrique O'Donnell da parte do citado governador Alvarez, decidiu-se ao soccorro da praça, para cujo fim partiu de Tarragona no mez de julho, chegando a Tortosa no fim d'este mez. Estabelecendo em Vich o seu quar-

tel general nos ultimos dias de agosto, dirigiu-se com as tropas que pôde reunir contra as do ataque da cidade, chamando a attenção dos sitiantes sobre pontos diversos d'aquelle por onde os soccorros haviam de entrar na praça, no que foi tão bem succedido, que n'ella poderam elles felizmente introduzir-se pela margem direita do Ter no 1.º de setembro, compondo-se de 2:000 bestas de carga, protegidas por 4:000 infantes e 2:000 cavallos, reforçando-se a guarnição com mais 3:287 homens, os quaes, posto augmentassem a coragem dos sitiados, foram todavia causa do pouco que lhes aproveitou a introducção dos viveres, pelo grande augmento do consumo que d'elles lhes occasionaram. A 6 de setembro recomeçou com redobrado vigor o fogo contra a praça, nada aproveitando uma sortida que os sitiados fizeram no dia 15 contra os sitiantes, para lhes retardar os trabalhos que tinham entre mãos. Pelas quatro horas da tarde de 19 do referido mez de setembro os francezes assaltaram a cidade com quatro columnas de 2:000 homens cada uma, dirigidas contra as brechas que nos seus muros tinham feito, sendo em todas as partes repellidos, depois de tres horas de combate, ficando as citadas brechas juncadas de mortos e despojos dos assaltantes. No meio d'estas lutas se foi prolongando o sitio até que no dia 12 de outubro chegou ao campo inimigo o marechal Augereau, o qual pelos novos reforços que comsigo trouxe pôde estreitar o bloqueio da praça. Para a continuação do sitio estabeleceram-se mais baterias, vindo sobre este mal para os sitiados a progressiva falta de viveres, que por então chegou ao maior auge, tendo-se frustrado varias tentativas, que se fizeram para o seu abastecimento. Por este modo se foi passando o resto do mez de outubro, e se passou igualmente o de novembro, sem que os sitiantes se atrevessem a fazer novos ataques, que tiveram por inuteis e perigosos, contentando-se só com intimações de que nenhum caso se fez.

A todos os antigos males vieram por fim juntar-se as doenças, como era bem natural, tendo a fome chegado a ponto de se lançar mão da carne de cavallo, de jumento e macho, animaes que tambem a seu turno soffreram uma fome tal, que

uns aos outros se roiam reciprocamente as crinas. Faltando por fim este meio de nutrição, recorreu-se aos animaes immundos, chegando a dar-se 5 reaes por um rato e 30 por um gato! Os hospitaes estavam desprovidos de medicamentos e de toda a especie de viveres, sendo verdadeiros cemiterios, onde se viam espectros em logar de homens. O resultado d'isto foi o tornarem-se mortaes todas as feridas, complicando-se com febres contagiosas de que os habitantes se achavam atacados, terminando-se pelos terriveis estragos do escorbuto e das dysenterias. No mez de novembro haviam morrido 1:378 soldados, tendo perdido o seu chefe quasi todas as familias. Já se não viam mulheres pejadas, e casos houve das proprias creanças de peito morrerem á mingua nos braços das suas mães. No dia 8 de dezembro Gerona achava-se já sem verdadeira defeza, tendo perdido quasi todos os fortes que exteriormente a protegiam, chegando até mesmo a interromperem-se as communicações com os tres que ainda lhe restavam. Sete brechas havia nos seus muros, com duração de mais de seis semanas, achando-se a força effectiva da sua guarnição reduzida apenas a 1:100 homens, todos elles convalescentes, ou tendo a debater-se com a fome, o contagio e as incessantes fadigas da defeza. O proprio governador, D. Marianno Alvarez, tendo sido primeiramente atacado por uma febre terçã, foi no dia 4 de dezembro victima de uma febre nervosa, a que no dia 9 sobreveiu o delirio, e aproveitando-se de um dos intervallos lucidos que teve, demittiu-se do governo da praça que exercia, sendo substituido n'este cargo pelo tenente rei, D. Julião Bolivar. Este, vendo o lamentavel estado a que as cousas tinham já chegado, convocou a junta *corregimental,* e uma outra militar. Todos hesitaram sobre o partido que se deveria tomar, mas vendo a impossibilidade de poderem ser soccorridos a tempo, tiveram de ceder á sua má fortuna, enviando ao campo inimigo, para n'elle tratar, o brigadeiro D. Braz Furnas, a quem o marechal Augereau fez bom acolhimento, concedendo aos bravos defensores de Gerona no dia 10 do citado mez de dezembro uma honrosa capitulação, digna do seu heroico procedimento.

Carnot diz que, se consultarmos a historia dos sitios modernos, veremos que a defeza das melhores praças apenas se póde prolongar alem de quarenta dias, e todavia a praça de Gerona, não obstante a fraqueza das suas defezas, durou por sete mezes inteiros! Os ataques contra ella foram feitos por consideraveis forças francezas, dirigindo os atacantes contra os seus muros quarenta baterias, d'onde lançaram mais de 60:000 balas de artilheria, 20:000 bombas e granadas, prevalecendo-se de todos os meios que ensina a arte da guerra. O certo é que de tudo isto resultou terem morrido dentro da praça cousa de 9:000 a 10:000 pessoas, entre as quaes se contaram 4:000 habitantes. Quanto ao bravo e infeliz governador de Gerona, D. Marianno Alvarez, diremos que posto haver chegado a um grave estado morbido, ainda tornou a si, sendo a 23 de dezembro conduzido para França, d'onde em breve voltaram com elle para Hespanha, indo sepulta-lo n'uma masmorra do castello de Figueiras, depois de separado de toda a sua comitiva. No seguinte dia (24) correu a noticia de que estava morto na prisão, o que se verificou, expondo os francezes o seu cadaver n'uma especie de esquife ás vistas do publico. O rosto do defunto parecia inchado e coberto por uma côr de violeta, propria de quem tinha sido afogado ou estrangulado. Isto fez suppor que a morte fôra violenta, e segundo os relatorios confidenciaes que o governo hespanhol recebeu, presentimentos houve sobre a inteira verdade da supposição. Uma acção tão iniqua não poderia crêr-se, se o gabinete francez d'aquelle tempo não tivesse manchado os annaes da sua historia com factos similhantes a este[1]. Depois da quéda de Gerona igualmente se renderam aos francezes as muralhas de Hostalrich, cujo cerco começou a 20 de janeiro de 1810 e acabou a 12 de maio seguinte. Depois da sua guarnição haver tambem esgotado todos os viveres, resolveu-se a

[1] Extracto do conde de Toreno no livro 10.º já atrás citado. Os francezes pagaram bem caras estas e as mais atrocidades que praticaram em Portugal e Hespanha na terrivel guerra, que tiveram com a Prussia desde setembro de 1870 até março de 1871, justa recompensa da sua barbara e anterior conducta na peninsula e n'outros mais paizes da Europa.

fazer uma sortida desesperada para abrir caminho através do corpo que a bloqueava. Uma grande parte succumbiu nobremente na sua tentativa, desgraça que succedeu entre outros ao seu bravo governador, D. João Estrada. Por conseguinte póde com verdade dizer-se que desde o fim do anno de 1809 os francezes achavam-se inteiramente senhores, não só do reino do Aragão, depois da desgraçada campanha do general D. Joaquim Blake, mas igualmente da Catalunha, depois da tomada de Gerona; que os corpos de guerrilhas, que desde então começaram a figurar na luta, eram um excellente meio de incommodar e perseguir os francezes; mas nada podendo influir por si na libertação da peninsula, forçosamente haviam de acabar dentro em pouco tempo, a não ter o exercito luso-britannico chamado contra si a maior e melhor parte das tropas francezas, dando assim logar a que fossem desguarnecidas muitas terras da Hespanha.

Alem da má situação dos negocios da guerra n'aquelle paiz, succedia que o marechal Victor, aindaque retirado com apparencias de vencido da batalha de Talavera, nem por isso deixava de infundir serios receios de que viesse ainda contra Portugal com as forças de que dispunha. O general Bonnet occupava os pontos e cumeadas mais essenciaes das montanhas das Asturias. O caminho de Bayonna para Madrid, apesar das guerrilhas, reputava-se sufficientemente seguro e protegido. Entretanto de todos os generaes francezes, que por aquelle tempo se achavam na peninsula, era o marechal Soult o que mais temido se fazia, por ser elle quem então dirigia a seu arbitrio os movimentos do exercito francez na Hespanha. As suas operações bastantemente indicavam que numerosos reforços lhe tinham vindo de França, por não ser provavel que sem esta circumstancia elle se atrevesse no dia 20 de janeiro de 1810 a reconcentrar, como fez, 55:000 homens nas faldas da serra Morena, ameaçando seriamente com elles invadir a Andaluzia, e por conseguinte deixando desguarnecidas as mais provincias, que até ali se achavam occupadas pelas suas forças. José Buonaparte estava já por então em Almagro, na Mancha, com um numeroso sequito de ministros,

de secretarias, etc. Como era bem natural, a approximação que Soult fizera da Andaluzia incutíra bastante terror, não só na cidade de Sevilha, mas até mesmo nos proprios membros da junta central, porque emfim de justiça é confessar que os meios de resistencia que ali havia não eram proporcionados ao perigo que ameaçava a todos. A Andaluzia é sem contradicção alguma a melhor provincia da Hespanha, ou aquella em que a natureza dotou o seu solo com maior grau de fertilidade e riqueza agricola. Ha nas Castellas, e até mesmo na Mancha, um proverbio que diz que só a *agua do Guadalquivir engorda mais os cavallos que a cevada dos outros paizes*. O pão da Andaluzia passa por ser o mais branco e exquisito de todo o mundo, e as mesmas oliveiras são lá de uma corpulencia sobrenatural. O céu da Andaluzia é tão sereno e tão puro, que quasi em todo o tempo do anno se póde dormir ao ar livre. Não admira pois que o marechal Soult tivesse por necessaria a prompta occupação de uma tão rica provincia. Até meado de janeiro contentára-se elle em enviar partidas soltas para reconhecer as differentes passagens da serra Morena, n'uma das quaes, em Villa Manrique, tinha ultimamente havido uma escaramuça em que os hespanhoes receberam o inimigo com bastante valor; mas logo depois d'isto, contando-se 21 do dito mez de janeiro, um expresso foi levar o terror a Sevilha, indicando que os francezes se não contentavam só com ameaçar, mas que buscavam seriamente atacar a Andaluzia. A noticia era que já no dia 20 tinham elles forçado a passagem de Puerto del Rey, dirigindo-se pelo caminho de Almaden, havendo toda a probabilidade de que immediatamente marchariam sobre Cordova, d'onde portanto se achavam já pouco distantes, e d'ali sobre Sevilha, onde se suppunha que encontrariam pouca ou nenhuma resistencia.

Estas marchas dos francezes tinham enthusiasmado sobremaneira os seus partidistas, que se diziam numerosos, tanto em Valencia, como na Andaluzia. Os exercitos hespanhoes, que por então existiam, eram os seguintes: o do duque de Albuquerque, que na força de uns 15:000 homens marchava da

Extremadura para as margens do Guadiana; mas o duque apenas soube que os francezes se dirigiam sobre Almaden, para se opporem aos seus progressos, desistiu da empreza de lhes resistir, e na realidade as forças de que dispunha não eram para o poder fazer. Seguia-se depois o do general Areyzaga, na força de 25:000 a 30:000 homens, que por então occupava todas as posições da serra Morena até á Carolina, por onde os mesmos francezes não intentaram passar, julgando que poderiam marchar ou sobre o seu flanco ou sobre a sua retaguarda. O exercito do duque del Parque era tambem da mesma força de 25:000 a 30:000 homens; mas este general, depois que o exercito luso-britannico se reconcentrára para o norte do Tejo, teve ordem de descer sobre a Extremadura, o que effeituou, ameaçando assim a retaguarda dos francezes. Echavarria estava por então em Hellin com 8:000 homens, e 5:000 ou 6:000 achavam-se na Andaluzia. Já se vê pois que estas forças eram mais que sufficientes para destruirem os projectos do inimigo, se se podesse realmente contar com ellas como tropa regularmente boa; mas depois das multiplicadas dispersões dos exercitos hespanhoes o seu desalento em todos era de tal ordem, tamanha a sua indisciplina, e tão pouca a confiança que os soldados tinham nos seus generaes e mais officiaes, que similhantes exercitos só serviam de vergonha e opprobrio á nação a que pertenciam, não se contando com elles para cousa alguma, nem d'elles os francezes tinham o mais pequeno receio, convencidos pela pratica de que podiam bem derrotar taes exercitos, ainda mesmo em força dez vezes maior do que a sua. A indignação contra a conducta d'estes exercitos chegou a ser tal, mesmo entre o povo hespanhol, que quando o primeiro corpo francez atravessou a Mancha, os paizanos, indignados pela fuga dos soldados, eram os proprios que conduziam os francezes aos esconderijos para onde se tinham ido abrigar, cousa que desde o principio da luta nunca tinha acontecido.

Apesar de que os desastres da guerra, e as constantes derrotas dos exercitos hespanhoes tinham de alguma maneira esfriado o enthusiasmo das provincias, todavia não seria difficil

rean ima-lo, se a junta central se não tivessedesacreditado ao ponto de se constituir alvo do descontentamento geral da nação. As partidas soltas, ou corpos de guerrilhas, continuavam a incommodar bastantemente os francezes em toda a Hespanha; mas, qualquer que fosse a influencia que podessem ter na guerra, não era por maneira tal, que as suas operações embaraçassem as do inimigo, pois incommodos não são desastres. Era portanto palpavel a todos que a guerra tinha todas as probabilidades de se prolongar ainda por muito tempo, constituindo-se a peninsula em sepultura de avultadissimo numero de combatentes, quer da parte dos francezes, quer da dos seus naturaes. Se algumas esperanças havia para a liberdade da peninsula, e até mesmo para a liberdade da Europa, similhantes esperanças estavam postas unicamente em Portugal, n'este tão pequeno canto do mundo, diante do qual hoje tão pouca figura faz, e a quem tão ingratamente corresponderam todas essas nações colossaes, a quem tão consideravelmente aproveitaram os pesados sacrificios; que os portuguezes tinham já feito, e tiveram depois de fazer, para as auxiliar na sua independencia. Os preparativos militares, feitos pela junta central de Sevilha, pouco promettiam por si. Buscando com todo o empenho enfraquecer os seus numerosos adversarios, offerecêra ao marquez de la Romana o commando do exercito da Mancha: o padre Gil fôra por ella mandado em missão á Sicilia, e o conde de Montijo e D. Francisco Palafox tiveram ordem de prisão. O marquez de Lazan, accusado de conspiração com seu irmão, foi retido em Peniscola, e o conde de Tilly, convencido de ter querido fazer mão baixa sobre o thesouro publico, para fugir para a America, lançaram-no n'uma masmorra, onde terminou a sua infame existencia. Pela sua parte o marquez de la Romana recusou servir. O general Blake foi chamado da Catalunha, e nomeado commandante do corpo que se ía formar na Carolina, ao passo que a maior parte dos outros generaes buscavam ter-se em desvio. O conde de Noronha resignára o commando que tinha na Galliza, e publicára um manifesto contra a junta. O povo achava-se cada vez mais irritado, e os partidistas de Palafox

e de Montijo, certos de que ambos estes caudilhos estavam hostis contra o governo, esperavam a primeira occasião favoravel de praticarem os actos de violencia que premeditavam.

Por conseguinte toda a Andaluzia, e particularmente Sevilha, achava-se n'um verdadeiro estado de fermentação anarchica, quando o rei José chegou diante da serra Morena com o seu numeroso e bem organisado exercito, para combater o qual a junta central decretou um recrutamento de 100:000 homens, fazendo alem d'isto distribuir 100:000 punhaes, isto no momento em que o referido exercito se via já proximo da séde do governo, como se o assassinato por meio de armas curtas fosse o melhor meio por que uma grande nação se devesse defender, invadida pelos exercitos de uma outra. Para coroar mais os disparates da referida junta central, era ella quem tinha arrogado a si dispor das tropas regulares, expedindo ordens contradictorias, datadas do mesmo dia, ordens que embaraçavam os generaes de poderem adoptar um plano regular de operações, quando fossem capazes de o idearem. Enfraquecida pois como a junta central se achava pelas intrigas, pela nullidade dos seus membros, pela inefficacia das suas medidas, e finalmente pelo tumultuoso choque das paixões politicas e odientas, que nella havia e nos seus subordinados, não admira que a Andaluzia, apesar de encerrar no seu seio todos os elementos de força e de poder, estivesse em vesperas de miseravelmente succumbir. Composta de quatro reinos, o de Jaen e Cordova ao norte, o de Granada e Sevilha ao sul, este vasto paiz é de mais a mais protegido a leste pelo reino de Murcia, e ao oeste pelo de Portugal. A fronteira septentrional era a unica accessivel aos francezes, e por ella a podiam vir atacar pela Mancha, ou pela Extremadura; mas entre estas duas provincias ha as duas montanhas de Guadalupe e de Toledo, que não offereciam por então communicação alguma militar; é só perto da serra Morena que os seus alcantilados rochedos se deprimem e deixam algum espaço, através do qual as tropas podiam dirigir-se de uma para outra das mesmas provincias n'uma direcção parallela á fronteira da Andaluzia. Mas para o lado da Mancha a serra

Morena é tão aspera, que não havia senão a estrada real de Sevilha por onde a artilheria podia transitar. Esta estrada porém entrava nas montanhas um pouco antes de Santa Cruz de Mudela, pelo famoso desfiladeiro de *Despenha-Perros*, de que já fallámos, e que d'ali se dirigia a Andujar pela Carolina e Baylen. Sobre o lado direito havia uma outra estrada, que passava por *Puerto del Rey;* mas ía entroncar-se na outra em Navas de Tolosa, um pouco adiante de *Despenha-Perros*. Todos os mais desfiladeiros vinham ter a esta grande estrada, antes que se podesse chegar á Carolina. Por conseguinte a posição de Santa Cruz de Mudela ameaçava as principaes saídas da Mancha na serra Morena. Já se vê pois que se os exercitos hespanhoes não estivessem no miseravel estado em que se achavam, e tão desmoralisados como se viam pelas suas continuas derrotas, facil lhes seria, auxiliados pelas difficuldades do terreno, que o paiz offerecia aos invasores, embaraçar inteiramente a estes a marcha que traziam para a Andaluzia.

Se a situação militar da Hespanha era por aquelle tempo tão desagradavel, depois das batalhas que perdêra em Almonacid, Ocaña e Alba de Tormes, o seu estado politico e interior não o eram menos[1]. Desde a batalha de Talavera a junta central, ou fosse pelo errado das suas medidas, ou porque o povo hespanhol achasse effectivamente rasão nas queixas, que lord Wellington contra ella levantou, como já notámos, começou a ter contra si a mais viva indisposição. O marquez de Wellesley, irmão mais velho do dito lord, nomeado embaixador inglez junto ao governo da Hespanha, chegára a Cadix no dia 2 de agosto de 1809, sendo ali recebido com todas as demonstrações do mais vivo enthusiasmo, por ser n'esse mesmo dia que lá chegára tambem a noticia da victoria de Talavera, que muito a proposito foi ganha para sustentar entre os hespanhoes a popularidade dos inglezes, por isso

[1] O que debaixo do ponto de vista politico vamos dizer da Hespanha nada mais é que um extracto da correspondencia do ministro de Portugal em Sevilha e Cadix, D. Pedro de Sousa Holstein.

que um forte partido, victima das idéas exaltadas de um mal entendido patriotismo, procurava fomentar o orgulho hespanhol, excitando uma fatal desunião entre uma e outra nação. Chegado a Sevilha, começou o dito marquez a ter com o secretario d'estado da junta longas e repetidas conferencias, apresentando-lhe as mais vivas queixas contra as auctoridades hespanholas, pela falta dos fornecimentos, que o exercito inglez tinha experimentado, e continuára sempre a experimentar, emquanto se conservou em Hespanha. Para satisfação das ditas queixas a junta deputou o marquez de Villel, que era um dos seus proprios membros, para expedir todas as providencias necessarias, a fim de se acabarem similhantes faltas. Pela sua parte o governo hespanhol tambem amargamente se queixava do transtorno, que causava a todas as operações dos seus respectivos exercitos a marcha retrograda dos exercitos portuguez e inglez, e da terrivel impressão que similhante marcha causára em toda a nação hespanhola. O embaixador inglez assegurava pela sua parte ser este o resultado da extrema falta de toda a especie de munições e viveres, que os referidos exercitos experimentaram, e lhes não permittia subsistirem em Hespanha por mais tempo. Os ministros hespanhoes asseguravam pelo contrario; que estavam tomando todas as providencias para se remediarem no futuro as allegadas faltas. Alem d'isto diziam mais que, se o exercito inglez se tivesse querido demorar sobre o Guadiana, facil lhe seria tirar a sua subsistencia da Andaluzia, ao passo que, retirado para Portugal, nada mais fizera que desanimar aquella provincia, e juntamente com ella todas as mais da Hespanha.

Conseguintemente as queixas eram reciprocas, e d'ellas resultava o augmento da mutua desconfiança dos hespanhoes com os inglezes, sendo estes accusados por aquelles de terem pretensões secretas a que se lhes confiasse a defeza de Cadix, ou de algum outro porto importante. Verdade é que a Gran-Bretanha assim o tinha effectivamente requerido, offerecendo com essa condição a entrada de um novo exercito inglez, em substituição ao de sir John Moore; mas tambem é verdade que tendo-se-lhe recusado a proposta, os inglezes não torna-

ram mais a fallar em tal. Se Portugal, seguindo este exemplo, se tivesse conduzido com a mesma coragem, fingindo recusar-se a auxiliar a luta contra os francezes, a não se lhe restituir Olivença, parece-nos moralmente impossivel que esta se não effeituasse, porque nem a Hespanha, nem a Inglaterra, attentos os ciumes que aquella tinha d'esta, e que tão fortemente se oppunham á sincera união de uma com outra potencia, podiam, independentemente do exercito portuguez, sustentar na peninsula, separadas uma da outra, a grande luta em que estavam mettidas contra a França. Sobre estas occorrencias foi que teve logar a conclusão da guerra entre a mesma França e a Austria, de que já fallámos, ao passo que o governo hespanhol, vendo-se no deploravel estado superiormente descripto, teve de se mostrar um pouco mais moderado, solicitando que lord Wellington entrasse em Hespanha com o exercito luso-britannico. As suas solicitações tornaram-se então mais attendidas por este general, que se limitou apenas a exigir, que se lhe confiasse o commando supremo do exercito hespanhol, ou que se providenciasse por modo tal, que elle auxiliasse effectivamente as operações do referido exercito luso-britannico. Entretanto nada pôde levar a junta central a concordar sobre o primeiro ponto, que foi vigorosamente repellido, como offensivo ao caracter nacional. Se o marquez de Wellesley nada conseguiu sobre este ponto, tambem não foi mais feliz, quanto ás suas exigencias, para que no systema militar da Hespanha se operasse alguma mudança vantajosa, que inspirasse confiança aos alliados. Os hespanhoes queriam os soccorros das tropas luso-britannicas; mas queriam-nas como auxiliares, e até com a condição de que seriam subordinadas aos seus planos, sempre loucos e mal succedidos, bem como aos seus generaes, o que á vista dos seus desacertos era uma verdadeira demencia. Os inglezes pela sua parte, não tendo confiança alguma, nem no governo, nem nos generaes hespanhoes, não queriam operar em Hespanha senão no caracter de superiores, devendo por conseguinte darse a lord Wellington o commando em chefe dos exercitos hespanhoes, conforme a sua exigencia, no que a junta central não

conveiu, talvez que dominada por alguns do partido francez, o qual mesmo n'aquelle tempo não deixou de ter alguma influencia nas deliberações secretas da referida junta.

A revolução da Hespanha, que em 1808 começára por uma simples explosão de realismo, sendo o seu grito unanime, *resistencia á oppressão, e guerra crua aos francezes,* em 1809 tinha-se já voltado para as idéas liberaes, agitando-se por então sem nenhum rebuço no seu desenvolvimento todas as questões politicas, que em França se haviam já agitado na assembléa constituinte. No seio do proprio governo alguns individuos havia, que debaixo do pretexto de reforma de abusos acobertavam idéas de liberdade, advogadas aliás francamente por um periodico, que em Sevilha se publicava com o titulo de *Seminario patriotico,* o qual gosava lá de grande reputação, e d'elle era collaborador principal o bem conhecido litterato D. Manuel Quintana, que era ao mesmo tempo um dos secretarios mais influentes da junta central. Tinha-se como consequencia do liberalismo na junta não querer ella reconhecer officialmente os poderes amplos de que o nuncio, monsenhor Gravina, dizia achar-se munido, para supprir a interrupção das communicações com Roma, não querendo igualmente reconhece-lo como ministerialmente acreditado pelo papa. Verdade é que o dito nuncio, por falta de communicações com Roma, achava-se effectivamente despido das suas credenciaes, para como tal ser recebido, segundo as formulas diplomaticas; mas todos olhavam isto como um mero pretexto, poisque Gravina tinha cartas confidenciaes de Sua Santidade, que podiam bem supprir aquella falta, se no governo houvesse mais vontade de o receber no seu verdadeiro caracter. O que se tinha por certo era que a junta obrava por similhante maneira para assim ir estendendo a jurisdicção episcopal, e cerceando a pontificia, e ao mesmo tempo embaraçar a saída do numerario, que por esta via corria em grande somma para Roma: era assim que ella ía preparando para o futuro a reforma, que sobre taes pontos já premeditava. Alem do exposto, observava-se-lhe mais um particular cuidado em afastar quanto podia dos negocios pu-

blicos os grandes e a nobreza, em lhes tirar o commando dos exercitos e os altos empregos civis, havendo ao mesmo tempo grandes desejos de os desacreditar no espirito da nação. A mesma junta poucos individuos tinha no seu gremio tirados da primeira nobreza. O conde de Altamira, seu presidente, era um homem falto de luzes e de talento; os seus collegas nobres, ou eram como elle, ou se viam obrigados ao silencio, para abertamente não attrahirem sobre si a attenção, a inveja e a malevolencia dos seus restantes collegas, estando em Hespanha elevado ao ultimo grau o ciume da influencia publica e a rivalidade do poder. Se alguns vogaes nobres havia, que pelos seus talentos podiam fazer sombra aos plebeus e liberaes, lá eram mandados em frivolas commissões para longinquas provincias, constituidas em capa de verdadeiras deportações politicas, e por este modo os afastavam do governo, e se desfaziam d'elles. Dos grandes, que estavam empregados no exercito, uns, como o duque do Infantado, perderam o seu commando; outros, como o duque de Albuquerque e o marquez de la Romana, eram desestimados da junta[1]. No centro pois d'este governo havia portanto dois partidos, bem claros e definidos, um dos quaes queria decididamente a conservação da velha monarchia, oppondo-se por conseguinte a toda a idéa de convocação de côrtes, o outro pelo contrario trabalhava affervoradamente por esta mesma convocação.

Era a este partido que pertencia, como seu primeiro campeão, D. Gaspar Melchior de Juvellanos, e muitos outros homens notaveis d'aquelle tempo em Hespanha, taes como D. Agostinho Arguelles e o conde de Toreno, partido a que tambem se achava unida a fracção menos numerosa, mas mais energica e avançada nas idéas liberaes, de D. Lourenço Calvo de Rosas, igualmente decidida a provocar e a sustentar com arrojo as convenientes reformas politicas que premeditava. Juvellanos fôra o primeiro que em Aranjuez propozera a convocação das côrtes, proposta que então se não approvou, adiando-se para em tempo mais afastado, em que mais detida

[1] Veja o documento n.º 67.

e socegadamente se podesse examinar uma tão grave e transcendente questão. Juvellanos, e os do seu partido, queriam pois aproveitar-se da ausencia do rei para operarem no paiz no sentido liberal uma mudança politica, que julgavam necessaria para as circumstancias do tempo, e por meio da qual se propunham tirar a Napoleão o unico pretexto plausivel de que se tinha servido para justificar a invasão da Hespanha, dizendo que o seu fim era regenera-la, extirpando-lhe os abusos. A não serem os grandes e os da infima classe, todos os mais individuos, formando a classe media, pensavam d'esta maneira, appetecendo a reforma no meio de uma grande tendencia para o republicanismo. Emquanto foi vivo o conde de Florida Branca soube elle sempre illudir as aspirações liberaes dos seus collegas da junta, sendo elle o que do primeiro manifesto, que ella publicára, fez riscar, não só a palavra *córtes*, que n'elle se achava, mas até a expressão de *leis fundamentaes do reino*. A 15 de abril de 1809 Calvo de Rosas aventurou-se a propor de novo a convocação das côrtes: ao principio ainda teve alguma opposição, mas depois, sendo apoiado pela maioria da junta, foi a proposta submettida ao exame das suas diversas secções. Desde então começaram a apparecer abertamente inimigos a similhantes idéas, figurando, entre os votados á inquisição e ao absolutismo, o duque do Infantado (offendido vivamente por lhe terem anteposto Venegas no commando do exercito), e juntamente com elle D. Francisco Palafox e o conde do Montijo. Todavia a proposta de Calvo, depois de examinada pelas differentes secções da junta, appareceu finalmente em assembléa geral, onde foi decidida e approvada, mediante a energica defeza que tomaram em favor d'ella os homens mais respeitaveis pela sua posição social e serviços á causa da revolução, taes como o marquez de Astorga, *o ballio* D. Antonio Valdez, D. Gaspar Melchior de Juvellanos, D. Martin de Garay, e o marquez de Campo Sagrado, tendo por oppositores D. José Garcia da Torre, D. Sebastião Jocano, D. Rodrigo Riquelme e D. Francisco Xavier Caro. Depois de rejeitada a redacção de um primeiro decreto, que se reputou demasia-

damente liberal, publicou-se finalmente a 22 de maio um outro, pelo qual a junta se limitava a annunciar *o restabelecimento da representação legal do reino pelas antigas côrtes, cuja primeira reunião deveria ter logar no seguinte anno, ou antes, se as circumstancias o permittissem.* Aindaque vago e indefinido, é este decreto de 22 de maio de 1809 o primeiro monumento publico e legal do estabelecimento do governo parlamentar na Hespanha, sendo tambem elle o que indirectamente o é igualmente para Portugal, pela grande influencia que depois teve entre nós o desenvolvimento das idéas liberaes no paiz vizinho. Todavia o decreto não fixava o dia da convocação; mas n'um dos seus artigos dizia-se que uma commissão de cinco membros, tirados da junta, se occuparia de rever e preparar os trabalhos necessarios sobre o modo da convocação das côrtes, e da sua primeira constituição, commissão que effectivamente se nomeou, e da qual este negocio ficou inteiramente dependente.

Entretanto a alta nobreza, não se reputando já bemquista da junta central, não via esta com bons olhos, e maior inimisade lhe votou, desde que a viu decidida á convocação das côrtes e ao fomento das idéas liberaes na Hespanha, receiando-as com bastante rasão, á vista do que havia succedido em França. Levadas as cousas a este estado, o duque de Ossuna, o do Infantado, o conde do Montijo, D. Francisco Palafox, e outros da alta nobreza, projectaram loucamente em Aranjuez uma especie de conspiração, destinada a tirar o leme do governo das mãos da junta central, dissolve-la, assenhorearem-se do poder, e governarem o paiz monarchicamente, e sem reformas. Para este fim tinham-se elles querido reforçar com o apoio dos inglezes, e entendendo-se com o marquez de Wellesley, este avisou os principaes membros da junta das tramas que contra ella se urdiam, de que resultou serem presos alguns dos conspiradores, e outros exilados. Ficou portanto mallograda a conspiração, de que resultou tornar-se a nobreza ainda mais mal vista da junta, sem que todavia cessassem as tramas, que contra esta se urdiam. O supremo conselho de Castella, não obstante a sua docilidade para com

Murat e o rei José Buonaparte, tinha sido installado pela junta central, que nas suas mãos concentrou o poder de todos os outros conselhos, cujos membros forçosamente se haviam de tornar inimigos da junta, que assim os espoliava das suas attribuições. Devendo ser isto um motivo para que o citado supremo conselho se mostrasse dedicado á junta, todavia não o foi, como devia ser, declarando-se pelo contrario seu inimigo, como inimigo que tambem era de todas as idéas de reforma, que ella favorecia e promettia levar a effeito, por meio da convocação das côrtes. N'este estado estavam as cousas, quando na sessão de 21 de agosto D. Francisco Palafox, membro da junta, leu no meio d'ella um discurso em que amargamente lamentava os males da patria, e carregando o quadro com as mais negras côres, propunha, para os remediar, a concentração do poder nas mãos de um só regente, indicando para este cargo o cardeal de Bourbon.

No seguinte dia, 22, appareceu uma consulta do supremo conselho de Castella, provavelmente arrastado pelo duque do Infantado, seu presidente, na qual não só se examinava a conducta da junta central, pondo em relevo os inconvenientes de continuar a direcção dos negocios publicos nas mãos de uma corporação tão numerosa, mas até se atacava a legitimidade da sua origem, e a das proprias juntas provinciaes, suas concommitantes, concluindo por pedir a abolição d'ellas, o restabelecimento da antiga ordem de cousas, e a escolha de uma regencia, conforme a disposição da lei das *partidas*. O pedido, offendendo a junta central, e as mais de todas as provincias, não podia deixar de se voltar contra os supplicantes, de que resultou ser extincto o supremo conselho de Castella, o da guerra, o da fazenda, e todos os mais que existiam. No dia 3 de setembro a fermentação dos espiritos, proveniente d'estas divisões, chegára ao maior auge possivel, tanto em Sevilha, como na maior parte das provincias, e a junta central forçosamente tinha de a acalmar por meio de alguma extraordinaria medida. Para a regencia proposta, cuja questão se agitava muito seriamente na junta, alguem se tinha lembrado dos principes de Napoles; mas o seu partido era nullo, e a no-

mear-se alguma regencia, esta não podia deixar de se conferir a pessoa do sangue real, por então reinante em Hespanha, limitando-se portanto a contenda ao cardeal de Bourbon, e á princeza do Brazil, e infanta de Hespanha, D. Carlota Joaquina, como filha de D. Carlos IV, e portanto irmã de D. Fernando VII. O cardeal de Bourbon tinha pela sua parte um partido de ambiciosos, que aspiravam a reinar debaixo do seu nome, sendo aliás reconhecida a sua inepcia, de que lhe resultava ser muito pouco respeitado por toda a nação hespanhola, cousa para que tambem muito influia o casamento de sua irmã com o principe da Paz. O sentimento quasi unanime de todas as provincias da Hespanha, os fataes desastres da campanha de 1809 (cousa que por si só bastava para desacreditar um governo, muito mais bem organisado do que a junta central era), as intrigas intestinas que devoravam esta mesma junta, e finalmente a opinião do marquez de Wellesley, que se pronunciára decidido pela concentração do poder executivo nas mãos de um pequeno numero de individuos, tornaram-se em poderosas causas de uma proxima mudança no governo.

Já em novembro de 1808 tinham os governadores do reino mandado para Madrid, na qualidade de encarregado dos negocios de Portugal, a Lazaro José de Brito, por se ter apresentado em Lisboa no mesmo caracter D. Pascoal Tenorio de Moscoso, nomeado pela junta suprema da Hespanha, o qual mais tarde foi substituido por D. Evaristo Peres de Castro. Todavia a côrte do Rio de Janeiro nomeára em 9 de janeiro de 1809 a D. Pedro de Sousa Holstein, morgado de Calhariz (o mesmo que depois foi primeiro conde, marquez e duque de Palmella), no caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal junto do governo central da Hespanha, postoque só em 5 de outubro de 1810 teve logar a expedição da sua respectiva carta credencial, acreditando-o como tal junto á regencia d'aquelle paiz. Foi este nosso ministro o que, em conformidade das instrucções que se lhe deram[1], lembrou ao governo hespanhol, não só os direitos

[1] Veja o documento n.º 68.

que a citada princeza D. Carlota Joaquina tinha á presidencia da regencia, como parenta mais proxima do monarcha reinante, mas até mesmo os que pelo mesmo motivo lhe assistiam á successão eventual á corôa da Hespanha, formulando para este fim uma nota, em que expunha as rasões em que se fundava, tanto para uma, como para outra cousa[1]. D. Martin de Garay, ministro dos negocios estrangeiros, e em cujas mãos se concentrava por então a resolução de quasi todos os negocios mais importantes do estado, francamente disse a D. Pedro de Sousa Holstein, que pela sua parte estava decidido a apoiar a materia da sua nota com o mesmo vigor com que elle ministro portuguez o podia fazer. O ministro da graça e justiça, D. Benito Ermida, homem muito respeitado pelos seus talentos e probidade, chegou mesmo a ler ao proprio D. Pedro de Sousa Holstein o parecer, que a suprema junta lhe pedíra por escripto sobre esta importante materia, parecer que era inteiramente a favor da referida princeza. Todavia communicando o nosso dito ministro ao embaixador inglez, o marquez de Wellesley, a negociação em que se achava empenhado, não recebeu d'elle o apoio, que com tanta rasão d'elle se deveria esperar, em harmonia com os estreitos e antigos vinculos que ligavam á corôa de Portugal a da Gran-Bretanha, desvanecendo-se por este modo a idéa de que esta potencia se interessaria pela prosperidade e engrandecimento da familia real portugueza. A verdade foi que a opposição da Inglaterra se tornou desde então patente á negociação intentada sobre tal assumpto pelo nosso ministro em Sevilha junto do governo central. A escandalosa conducta do embaixador inglez para com Portugal não se limitou só a isto. D. Pedro de Sousa Holstein negociava com D. Martin de Garay a restituição de Olivença, allegando para este fim todas as rasões contidas nas suas respectivas instrucções. Este assumpto foi tratado officialmente por escripto, porque sendo mais de trinta pessoas as que se tinham de consultar sobre elle, de pouco valeria o voto separado de um secretario d'estado,

[1] Veja o documento n.º 69.

e ainda mesmo o de alguns dos membros da junta, sendo isto uma cousa que dependia do voto collectivo de todos elles. A occasião era por então a mais propicia possivel, para Portugal pedir um sacrificio á Hespanha, no meio dos muitos que estava por então fazendo e continuaria a fazer para a sua libertação e independencia, dando-se-lhe para este fim em compensação de similhante sacrificio o poderoso auxilio do exercito portuguez, que tão efficazmente ía soccorrer aquelle paiz contra a oppressão dos francezes. Os membros do governo, a quem n'isto se fallou, todos á uma achavam a restituição conforme á rasão e á justiça; mas como, segundo as leis, pareceu a alguns, que lhes não era licito alienarem por sua deliberação a mais pequena parte dos dominios da Hespanha, entendiam que o negocio se devia submetter ás futuras côrtes, logoque reunidas fossem.

Era na agitação d'estas questões que chegára por aquelle mesmo tempo a Sevilha o citado embaixador inglez, marquez de Wellesley, que quasi se constituiu por então arbitro supremo das negociações politicas da junta central. Esperava D. Pedro de Sousa Holstein, pelas rasões já ditas, que as suas reclamações da restituição de Olivença fossem poderosamente auxiliadas pelo valioso apoio do dito embaixador; mas se a esta reclamação se não oppoz, como tinha feito á das pretensões da regencia por parte da princeza D. Carlota Joaquina, tambem nenhuma parte quiz n'ella tomar, apesar das vivas solicitações e instancias que o nosso dito ministro para este fim lhe fizera. Por outro lado a côrte do Rio de Janeiro, seduzida pela espectativa e lisonjeira idéa de annexar ao Brazil as colonias hespanholas da America meridional, particularmente as da margem oriental do rio da Prata, concebendo até mesmo a esperança de fazer succeder na corôa da Hespanha a casa real de Bragança, não se empenhou com a precisa seriedade em mandar reclamar a citada restituição, demonstrando com terminantes rasões a justiça que para isso lhe assistia, e as duvidas que em caso de negativa teria de poder continuar francamente no apoio da causa commum dos alliados, cousa de que talvez resultasse algum desacordo por parte da junta

central, e póde ser mesmo que tambem da parte da mesma Gran-Bretanha, o que a dita côrte do Rio de Janeiro muito procurava evitar, para não prejudicar as pretensões em que se mettêra junto do governo da Hespanha, e o apoio que para ellas queria ter no governo britannico. Pela sua parte os governadores do reino, empenhados, como tão seriamente se achavam, n'uma guerra em que tanto interessava a existencia da antiga monarchia, tomaram por norma, para conseguirem este fim, sejeitarem-se tambem de bom grado a todas as oppressões que lhes impozera o Brazil, a Gran-Bretanha, e até mesmo a propria Hespanha, de que resultou não reclamarem igualmente com a devida energia uma tão justa restituição, perdendo-se assim a mais propicia occasião de se conseguir. O certo é que o ministro portuguez se queixava para o seu governo da falta de apoio no embaixador inglez, expressando-se a este respeito nos seguintes termos: «Não necessito dizer a v. ex.ª, que nenhum passo importante aqui tenho dado, sem ter com o embaixador de Inglaterra a attenção que por muitos motivos lhe devia, e que sempre tem estado perfeitamente commigo sobre as respostas que tenho dado a este governo; porém devo dizer que se póde attribuir á falta de cooperação, que eu lhe pedi mais de uma vez, e officialmente por escripto, o não se ter conseguido já a cessão de Olivença, em que o principe regente nosso senhor particularmente se interessa. E o mesmo talvez quanto á eleição da princeza nossa senhora á regencia, poisque o seu credito d'elle, que podia ter feito pender a balança a favor de sua alteza real, foi empregado mais depressa em persuadir a junta á convocação das côrtes, e formação de uma commissão executiva, dois pontos que elle officialmente aconselhou, e mesmo pediu n'uma nota, que entregou nos principios de setembro[1]».

Prevaleceu pois a opinião do embaixador inglez, como acima se diz; mas prevaleceu no meio de bastantes contrarieda-

[1] Officio de D. Pedro de Sousa Holstein para Cypriano Ribeiro Freire de 17 de outubro de 1809.

des, ou vivos e acalorados debates, que duraram por todo o mez de setembro. D. Benito Ermida propoz para a regencia da Hespanha a princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina, na sua qualidade de infanta da mesma Hespanha. O visconde de Quintanilla, um dos vogaes da junta central, opinou pela formação de uma commissão executiva, tirada dos membros da junta. D. Francisco Palafox, que pela sua proposta abríra a discussão sobre este ponto, insistia na formação da regencia, conferindo-se este cargo ao cardeal de Bourbon: era n'esta conformidade que a consulta do supremo conselho de Castella tinha sido redigida, propondo tambem uma regencia, presidida pelo dito cardeal. Pela creação da regencia se declarou igualmente o marquez de la Romana, a cujo logar aspirava. As intrigas dos corrilhos eram por então incessantes. A junta provisional de Valencia havia dirigido á central duas representações summamente atrevidas, uma relativa ás finanças da sua mesma provincia, e outra á conservação das juntas provinciaes, que o supremo conselho de Castella atacára na sua consulta, e por consequencia a central, como emanação d'aquellas. Era sobre esta ultima representação da junta de Valencia, e sobre as de outras mais juntas, que a central se fundava para insistir na sua conservação, e afastar a idéa da regencia. Quasi todos os que entraram no debate fallaram ao mesmo tempo na necessidade de convocar as côrtes com a maior promptidão possivel. D. Martin de Garay, secretario da junta central, e ministro d'estado na ausencia de D. Pedro Cevallos, querendo evitar a responsabilidade, que em grande parte lhe tocaria das deliberações da junta que o publico reprovava, pediu a sua demissão de ambos os empregos, no primeiro dos quaes foi substituido por D. Pedro Ribero, que era um dos membros da secção d'estado na junta central, e no segundo por D. Francisco Saavedra.

Em resultado pois d'estes debates, filhos do descontentamento quasi geral da nação hespanhola contra a junta central, da insubordinação das juntas provinciaes contra ella, e finalmente das instancias do embaixador de Inglaterra, foi o decidir-se no dia 23 de outubro a formação de uma secção, ou

commissão executiva, que se installára no 1.º de novembro, compondo-se de seis membros e um presidente, sendo este o mesmo da junta central, á qual podia assistir, bem como á secção executiva, tendo n'uma e n'outra voto de qualidade. Os seis vogaes, eleitos cada um á pluralidade absoluta, por votação secreta, deviam renovar-se por metade em cada dois mezes, sorteando-se os que haviam de saír, os quaes não podiam ser reeleitos senão passado um bimestre. O primeiro presidente da secção executiva foi o arcebispo de Laodicea, coadjutor do arcebispo de Sevilha, tendo por vice-presidente o conde de Altamira, e por vogaes D. Francisco Xavier Caro, o marquez de la Romana, o marquez de Villel, D. José Garcia de la Torre, D. Rodrigo Riquelme e D. Sebastião Jocano. No dia 28 de outubro adoptára a junta central um decreto, ou manifesto, que publicou em 4 de novembro, pelo qual annunciava á nação hespanhola a convocação das côrtes para o 1.º de janeiro de 1810, e a sua reunião para o 1.º de março do mesmo anno. Era voz constante que o marquez de Wellesley fomentára muito estas resoluções, ou por julgar que na nova ordem de cousas teria ainda mais influencia que a que já tinha, ou pela certeza que adquirira da incapacidade da junta, e da necessidade de similhantes medidas para salvar a Hespanha, postoque não fosse da sua satisfação a escolha dos membros da commissão executiva, querendo antes Garay, Jovellanos e Valdez. Deliberações houve na junta central, que foram tão tempestuosas na discussão como as da propria convenção nacional em 1793, não havendo casta de injuria que alguns dos vogaes, e principalmente Garay, Riquelme, Jovellanos, e os que se suppunham mais ambiciosos, não ouvissem da parte dos seus adversarios.

Já se vê pois que no meio d'estes elementos discordes o estado politico e interno da Hespanha não podia deixar de continuar a estar confuso e desinquieto, pela multiplicidade de intrigas, que a junta central tinha contra si, quer fomentadas pela divisão dos seus proprios membros, quer pelas pessoas e corporações estranhas á mesma junta. O decreto, ou manifesto de que já acima se fallou, ostentava uma eloquen-

cia bombastica, motivo por que talvez não agradou muito á maioria da nação, bem como por não especificar até que ponto, nem com que restricções se concentrava o poder executivo na respectiva secção, e por fixar uma epocha para a convocação das côrtes, que pareceu muito mais afastada do que a nação desejava e as circumstancias pediam. Esta questão agitava-se igualmente no seio da propria junta central por aquelles dos seus membros, tidos por mais ambiciosos, e que, acobertando a sua paixão do poder com a necessidade da representação nacional, reclamavam com a mais viva instancia a convocação das côrtes para menor espaço de tempo. D. Lourenço Calvo de Rosas, um dos mais decididos enthusiastas por similhante convocação, foi tambem o que mais advogou a necessidade de se encurtar o dito espaço de tempo; mas nada conseguiu com isto, recommendando-se apenas á commissão das côrtes toda a brevidade possivel na conclusão dos trabalhos, que lhe tinham sido confiados, e que particularmente versavam sobre o modo da eleição e constituição das mesmas côrtes. O embaixador inglez queixou-se amargamente de umas phrases do já citado decreto, ou manifesto, que pareciam claramente dizer-lhe respeito, taes foram: *hemos salvado el honor y la independencia nacional en las negociaciones diplomaticas las mas complicadas y espinosas.* Portugal tambem tinha a sua dóse de censura, por se antolharem a elle referidas, ou antes ás aspirações da princeza D. Carlota Joaquina, as allegadas *pertenciones ambiciosas de dentro y fuera del reyno,* e sobre isto teria o nosso ministro formulado a sua reclamação, se lhe não parecesse conveniente ao bem do serviço restringir-se aos limites da maior prudencia para com a respectiva junta, sempre que o não julgasse incompativel com o decoro da nação.

A escolha dos membros da secção executiva reputava-se por aquelle tempo a melhor que se podia fazer, porque á excepção de Riquelme, que tinha bastantes inimigos, todos os mais gosavam da melhor fama, emquanto á sua probidade e boas intenções. Figurava entre elles o marquez de la Romana, a cujos talentos e patriotismo todos faziam a mais inteira jus-

tiça: o mesmo arcebispo de Laodicea, de quem até ali se não formava grande idéa, começou a desenvolver no exercicio da sua presidencia uma intelligencia e actividade, que absolutamente se não esperavam d'elle. Jovellanos, Valdez, Garay, e todos os mais membros da junta central, que mais se haviam distinguido e figurado nas cousas do tempo, foram excluidos do poder executivo, pelo numeroso partido que na mesma junta se formára contra elles, ou antes contra a sua ambição. D. Francisco Saavedra, que substituíra a D. Martin de Garay no logar de ministro d'estado, era o homem que por então mais tinha merecido em Hespanha o bom conceito de todas as classes da nação, não se podendo duvidar, nem dos seus talentos, nem do seu patriotismo, receiando-se sómente que na avançada idade em que se achava não podesse já desenvolver aquella energia e actividade a que se deveu em grande parte o feliz exito da revolução contra os francezes, e a grande reputação que a junta provincial de Sevilha adquirira. A repartição da guerra era seguramente a mais importante nas circumstancias de então. D. Antonio Coronel, que á testa d'ella se achava como ministro d'estado, reputava-se incapaz de exercer tão alto cargo em tão difficeis e melindrosos tempos; mas como a direcção dos exercitos, e de tudo mais que pertencia ao ramo militar, estava confiada á secção executiva, a que pertencia o marquez de la Romana, com rasão se julgava que os defeitos de D. Antonio Coronel seriam amplamente compensados pelos talentos, pratica e grande influencia do referido marquez. Sem embargo do que fica dito, a mudança politica, que se acaba de descrever, não deixou de ter logo contra si grandes e poderosos adversarios. Effectivamente contra a junta central appareceu uma nova conspiração, a que provavelmente se ligavam as tramas do supremo conselho de Castella. O conde do Montijo, bem conhecido pelo seu caracter turbulento, e que já por motivos da sedição que excitára contra a junta havia sido desterrado para Badajoz, appareceu clandestinamente em Sevilha por occasião d'esta mudança politica; mas foi immediatamente descoberto e preso, e em consequencia das suas deposições, como se

julgou, igualmente foi preso D. Francisco Palafox, vogal da junta suprema, e irmão do general do mesmo appellido, o illustre defensor de Saragoça. Alem d'estas, varias outras prisões se fizeram mais, por causa d'esta mesma conspiração, cujo fim era levar o cardeal de Bourbon á regencia com tres ou quatro adjuntos.

O marquez de la Romana, que fôra a primaria causa da prisão do conde de Montijo e do proprio D. Francisco Palafox, para assim se acabar com o germen da conspiração, que se projectava contra a junta central, tambem pela sua parte não duvidou perturbar, por meio da sua conducta, a paz e boa harmonia no seio do supremo governo, secundado na sua ambição por seu irmão, D. José Caro, que nada menos tinha em vista, que elevar a sua familia a governar a Hespanha. Foi por estes motivos que elles e os seus partidistas pretenderam chamar em seu apoio a provincia de Valencia, confiada ao commando do marquez, buscando desvairar os espiritos quanto possivel, e por este meio provocar a nomeação da preconisada regencia, para a qual o mesmo D. José Caro indigitava seu irmão, expedindo para este fim uma circular ás differentes juntas, em que lhes louvava e engrandecia os seus talentos, virtudes e serviços. Contra estas pretensões expediu a junta central uma outra circular, enviada ás citadas juntas, em que não só repellia de uma maneira grave e victoriosa os ataques que contra ella se dirigiam, mas até convidava a todos a esperarem tranquillos pela proxima reunião das côrtes. Esta circular produziu effeito, apoiando todos o parecer da junta central. Todavia é justo confessar que, no meio d'estas miseraveis querelas, os males da Hespanha forçosamente augmentavam. A junta central, no seio da qual não tinham ao principio havido outras divisões senão as que provinham da diversidade das opiniões dos seus membros, viu-se depois combatida pela ambição e phreneticas paixões de Palafox e la Romana. Reduzida a este estado, tornou-se um manifesto foco de corrilhos, de paixões pequenas, e de intrigas indignas de um governo, de que resultou, a par do seu descredito, a sua final ruina. No meio de taes circumstancias não

admira poisque a reunião das côrtes se tornasse o alvo do desejo geral dos hespanhoes. A fermentação e o desgosto de uma nação, que por espaço de dois annos se via sem rei, e entregue unicamente á direcção de uma quantidade de individuos com vistas, interesses e talentos differentes, deviam necessariamente suscitar a idéa da reunião das côrtes, para que estas, principiando por installar um governo mais bem organisado do que era a suprema junta central, assentasse depois as bases de uma nova constituição, poisque as da antiga monarchia se achavam inteiramente subvertidas, tanto pelos abusos que o decurso dos annos n'ella havia introduzido, como pelas idéas novas, que a mesma revolução contra os francezes havia occasionalmente diffundido no paiz.

Tambem não havia duvida que, a serem bem compostas as côrtes, poderiam ellas servir de muito para reanimar o enthusiasmo da nação hespanhola, que aliás se achava consideravelmente abatido pelas successivas desgraças da guerra, e debilidade de um governo tal como a junta central. Apesar do exposto, forçoso é confessar que muita gente sensata havia na Hespanha, que tinha para si como cousa liquida não ser aquelle o momento de mais convenientemente as côrtes se convocarem; se a reunião tivesse tido logar, diziam elles, sete ou oito mezes antes, quando Buonaparte se achava a braços com a guerra da Allemanha, deixando respirar a nação hespanhola, a quem nenhum perigo imminente por então ameaçava, ter-se-ía podido fazer com o necessario socego a eleição dos deputados, e ter-se-íam talvez conseguido em grande parte as vantagens que acima se enumeram; mas juntar as côrtes quando a França acabava de fazer uma nova paz com a Allemanha; quando metade ou tres quartos da Hespanha se achavam conquistados pelas armas da França, e o restante proximamente ameaçado de uma invasão; quando não se podia esperar que chegassem a tempo os representantes das provincias da America, que por então ainda constituiam uma parte integrante da monarchia hespanhola, era sem duvida alguma expor-se a todos os perigos de uma assembléa tumultuaria, que facilmente podia ser de um para outro dia

afugentada pelo inimigo, ou mesmo facilitar a Buonaparte ganhar n'ella partidistas, e pelas intrigas d'estes augmentar o descontentamento da nação contra o governo. Estas rasões não deixavam de ter fundamento, podendo com justo motivo receiarem-se os males apontados, e que aliás podiam ter logar n'um tempo em que os hespanhoes se achavam sem um centro forte de união, e quando as suas mesmas desgraças os haviam posto em confusão manifesta sobre os seus verdadeiros interesses.

Um partido republicano, que certamente não era numeroso, mas que por ser composto de litteratos, e de alguma outra gente de instrucção, postoque sem nenhuma experiencia dos negocios publicos, escrevia, fallava, e fazia mais bulha que todo o resto da nação, da qual se dizia representante, sem documento algum que todavia lhe comprovasse este seu caracter, era o que mais ardentemente parecia desejar a reunião das côrtes, e para a levar a effeito mais ardentemente trabalhava. Á testa d'este partido achava-se D. Gaspar Melchior de Jovellanos, que pela sua grande reputação e abalisados talentos de orador julgava brilhar mais do que todos os outros n'essa esperançosa assembléa, que olhada como obra sua e sujeita aos seus dictames, forçosamente havia de ser appetecida por elle, a quem por estas seductoras causas não podiam deixar de cegar os perigos que comsigo trazia. Por conseguinte Jovellanos não podia supportar a idéa de que taes côrtes se não reunissem. Vinha depois d'elle D. Manuel Quintana, poeta bem conhecido, e como tal muitos annos depois laureado pela rainha Izabel, sendo por então secretario da junta central: seguiam-se tambem a este, a quem aliás se achavam aggregados, varios gazeteiros e litteratos do seu partido, advogando todos em unisono côro a convocação das côrtes, sustentada esta por alguns periodicos, taes como o *Semanario patriotico,* de que já fallámos, e o *Voto da nação,* alem de uma multiplicidade de impressos, poderosos echos de collaboração d'aquellas mesmas idéas e doutrinas, fielmente copiadas pela maior parte da revolução franceza. Entretanto o praso marcado para a convocação das côrtes approximava-se,

e a commissão, encarregada da fórma da sua convocação, quasi que tinha os seus trabalhos concluidos. A commissão adoptára por principio da eligibilidade a igualdade da representação por todas as provincias da Hespanha, e quanto á constituição das côrtes, entendeu que estas se dividissem em dois corpos collegislativos, um dos quaes electivo, e outro privilegiado, sendo este composto do alto clero e da nobreza. As cartas convocatorias não foram dirigidas por aquelle tempo senão aos individuos que deviam compor a camara electiva, reservando-se a expedição das destinadas aos membros privilegiados para tempo mais afastado, seguramente por manejos do partido republicano, em virtude dos quaes resultou não virem ás côrtes senão os membros eleitos pelo povo, ficando de facto sem nenhum effeito a formação de uma segunda camara, como a commissão propunha. A representação das colonias da America ainda se não sabia em que proporção seria com a do continente europeu: a mesma duvida militava igualmente com relação ás provincias occupadas pelos francezes, e todavia levou-se por diante a medida. Tamanho era o sofrego desejo de se verem reunidas as côrtes!

No meio d'estas circumstancias o rei José, escutando os francezes, estabelecidos em Sevilha, que lhe pintavam a Andaluzia como fatigada do governo da junta, e prompta a se render fagueira á nova realeza, julgou dever emprehender a conquista d'esta bella provincia, solicitando para este fim a permissão de seu irmão, o imperador Napoleão, permissão que facil lhe foi obter. Esta empreza, menos difficil que a invasão de Portugal, promettia aos invasores não só boas vantagens pecuniarias, mas até mesmo grande augmento de consideração para o proprio rei José, o qual effectivamente deitou mãos á obra, dirigindo-se para a serra Morena com um numeroso e bem organisado exercito, na força de 55:000 homens, por elle commandados nominalmente em pessoa, tendo por major general o marechal Soult, que era o seu mais directo e verdadeiro commandante. Para não ser de improviso surprehendida em Sevilha, como já o fôra em Aranjuez, a junta central, annunciou esta aos 13 de janeiro, por meio de

um decreto, que no 1.º de fevereiro se deveria reunir na ilha de Leão, para regular a abertura das côrtes, fixada para o 1.º de março, o que não embaraçou que um certo numero de membros da referida junta continuasse a permanecer na dita cidade de Sevilha, para lá se empregar na expedição dos mais urgentes negocios. Se o decreto em questão tivesse sido publicado n'uma epocha em que não houvesse apparencias de perigo, a medida pareceria em tal caso prudente, e até mesmo necessaria; mas publicada, como foi, na occasião em que o inimigo se achava á vista, todos a reputaram filha do medo, e por conseguinte causa de chamar sobre a junta decretante a attenção publica, e portanto origem das muitas contrariedades e amarguras, que os seus membros padeceram por occasião da quéda da sobredita junta.

Já vimos que Soult começára as suas operações a 20 de janeiro de 1810, approximando-se da serra Morena, d'onde, penetrando na Andaluzia por Puerto del Rey e Almaden, sem quasi achar resistencia, o que muito admirou a todos, passou depois a Andujar e Cordova. A funesta passagem d'aquelles dois importantes pontos da serra Morena fôra pela junta central annunciada ao publico n'uma especie de manifesto, em que dizia que os exercitos dos duques del Parque e Albuquerque se íam em breve reunir, tornando-se então a sua força superior á dos francezes: n'elle dizia mais que a tropa franceza que franqueára o passo de Almaden se retirára, o que não era exacto, e que a junta ía pela sua parte dar todas as providencias para embaraçar a marcha ao inimigo; mas o que praticou em vez d'isto foi cuidar na sua prompta retirada para a ilha de Leão, cousa que inteiramente acabou de a indispor no animo de toda a gente, e sobretudo do baixo povo. Entretanto apparecia o marechal Soult com o seu exercito diante de Sevilha no dia 29 de janeiro. Depois de dois dias de negociação foram-lhe abertas as portas d'esta cidade, sob a promessa de que por elle seria bem tratada. De Sevilha os francezes dirigiram-se para Cadix, de que por certo se assenhorariam, se o duque de Albuquerque, logoque teve a noticia da sua entrada em Sevilha, não tivesse corrido prompta-

mente com a sua divisão de 10:000 ou 12:000 homens de Pedrosa da Serra para a margem direita do Guadalquivir, andando assim em nove dias de sessenta a setenta leguas para salvar Cadix, onde entrou no dia 4 de fevereiro a tempo de poder com effeito fechar as portas da cidade ao inimigo, que na manhã seguinte se mostrava já diante d'ella. O duque, por uma conducta firme e judiciosa, chegou mesmo a oppor-se á entrada dos francezes na ilha de Leão, n'uma extremidade da qual se levanta a propria cidade de Cadix, de que resultou segurar esta importante praça, prevenindo todo o perigo de um prompto bombardeamento contra ella, exceptuando apenas o que se lhe podia fazer de um unico ponto fóra da ilha, situado ao lado oriental do porto, onde está o forte de Mata Gorda.

Por este feliz successo pôde o mesmo duque de Albuquerque segurar o importante refugio da ilha de Leão e Cadix aos membros da junta central, a qual no momento da sua saída de Sevilha fôra obrigada a conceder a cada uma das juntas provinciaes poderes consideravelmente largos para a defeza das suas respectivas provincias e localidades, dando-lhes para esse fim amplas faculdades, incluindo não só as de recrutarem e darem ordens aos exercitos, mas até mesmo as de disporem dos fundos pecuniarios, que para isso lhes fossem necessarios. Estas concessões eram já o resultado do unanime grito de toda a nação hespanhola, que abertamente accusava a junta central de indolencia, de incapacidade, e até mesmo de traição, na opinião de alguns, postoque n'esta parte com a mais grave injustiça. Depois da partida da junta central para Cadix, e antes da entrada dos francezes em Sevilha, havia-se n'esta cidade installado revolucionariamente uma junta provincial, sendo D. Francisco de Saavedra, seu presidente, obrigado a reassumir a auctoridade. D. Francisco Palafox e o conde de Montijo não só foram soltos da sua prisão, mas até mesmo levados pelo povo como em triumpho ao centro da referida junta, declarando-os membros d'ella, unicamente pela sua qualidade de reconhecidos inimigos da junta central. Outros houve que foram buscar o marquez de la Romana, unico in-

dividuo do governo por quem o mesmo povo tinha uma reconhecida predilecção; mas este general, para se livrar de commandar n'uma cidade aberta, sem fortificações, sem tropas, e de mais a mais dominada pela effervescencia de um povo desenfreado e anarchico, pediu e obteve que o mandassem antes reassumir o commando do exercito do duque del Parque, que elle já em Galliza tinha commandado, promettendo traze-lo com a possivel celeridade em soccorro da Andaluzia. Todas estas resoluções, tomadas aliás tumultuariamente em Sevilha, não deixaram de ter uma grande influencia sobre todos os povos circumvizinhos. Seria longo, e talvez mesmo enfadonho, entrar agora em todos os miudos detalhes dos factos, que por aquelle tempo se passaram em Hespanha: a materia era vasta, e aos que d'ella se quizerem mais particularmente informar, remettemos para a *Historia* do conde de Toreno, porque pela nossa parte não faremos mais que dizer o bastante para cabalmente se fazer uma justa idéa dos negocios da guerra da peninsula, e para melhor e mais justamente se avaliar a historia do nosso paiz por aquelle tempo, em que os esforços de Portugal foram realmente incriveis para sacudir de si o pesado jugo francez, e libertar a nação vizinha, sendo por esta causa que dos successos d'ella temos fallado talvez mais do que era justo.

O odio contra a junta central tinha prodigiosamente crescido em toda a Andaluzia, particularmente depois da sua fuga para Cadix e da entrada dos francezes n'aquella provincia: e como os acontecimentos de Sevilha haviam tido logar justamente nos mesmos dias em que a dita junta central se não achava reunida em parte alguma, por não ter tomado para isso medidas acertadas, e por terem os seus membros precipitadamente saído como fugitivos da referida cidade de Sevilha, principiaram os juizos a vacillar entre elles mesmos, passando a opinião geral a pender extraordinariamente a favor da junta provincial que em Sevilha a substituira. Em Xerez de la Frontera chegaram até mesmo a prender o presidente da central, o arcebispo de Laodicea e mais dois deputados, na sua passagem por aquella cidade, quando fugiam para Cadix,

e teriam talvez sido mortos pelo povo, se o general Castanhos, que se achava na ilha de Leão, não tivesse tido a fortuna de os poder libertar de um convento, onde haviam sido presos, recolhendo-os depois em Cadix. Foi a mesma cidade de Cadix a que recusou reconhecer a junta central, já quando a maior parte dos seus membros se achavam reunidos na ilha de Leão, e como os seus moradores tambem se vissem ameaçados de uma proxima invasão dos francezes, tratou o general Venegas, commandante militar da dita cidade, de formar n'ella uma junta, composta dos individuos que para ella obtivessem o maior numero de votos, cada um nas suas respectivas parochias. Desde então esta junta, denominada *junta de Cadix,* passou a occupar-se com zêlo, acerto e actividade de todos os differentes objectos que as circumstancias exigiam. Odiada por toda a nação, como a junta central se via, abandonada como de facto se achava por todos, victima da perplexidade, sem meios de expedir ordens, nem esperanças de ser obedecida, e por outro lado temendo a reunião das côrtes, que ella mesma tinha convocado, resolveu-se finalmente a tomar o unico partido acertado que lhe restava, tal como o de voluntariamente renunciar o poder, *elegendo um conselho de regencia* que a substituisse, como effectivamente praticou. Desde a sua chegada a Cadix o embaixador inglez, que já em Sevilha tinha grande influencia na decisão dos negocios publicos, muito maior a passou a ter em Cadix. Por influencia d'elle, e com a sua approvação, a regencia eleita foi logo reconhecida pela junta de Cadix, installando-se aquella e prestando-se-lhe juramento no dia 31 de janeiro de 1810. Os cinco membros de que se compoz foram D. Francisco Xavier Castanhos, presidente; D. Francisco Saavedra; o bispo de Orense (D. Pedro de Quevedo y Quintano); D. Antonio Escaño e D. Estevão Fernandes de Leão, como representante da America; mas verificando-se que este não tinha lá nascido, postoque pertencesse a uma illustre familia, estabelecida em Caracas, teve de saír da regencia, sendo substituido por D. Miguel Lardizabal e Uribe, natural da Nova Hespanha.

A eleição de Castanhos foi devida á reputação que adqui-

rira na Andaluzia, depois da batalha de Baylen, não obstante o escasso quinhão que n'ella tivera, e igualmente devido á circumstancia fortuita de se achar por aquelle tempo na ilha de Leão, e a ter tomado um grande ascendente sobre os povos por aquelle mesmo tempo; mas mais que tudo ainda devido á sua reconhecida adhesão aos interesses e causa de Inglaterra. A escolha de Saavedra teve por motivo, alem da sua reconhecida honradez e capacidade, o achar-se por então collocado em presidente da junta de Sevilha, cuja benevolencia para com a nova regencia se buscava captar e segurar, pelo ascendente que tinha sobre as outras juntas, e para evitar igualmente uma perigosa scissão no estado. Por meio do bispo de Orense, prelado aliás respeitavel pelas suas virtudes, julgou-se conciliar a adhesão do novo governo da Galliza, que então era o mais importante da Hespanha, por se achar livre dos francezes. Não houvemos noticia das circumstancias que determinaram a eleição de Escaño, a não ser o credito de ter já exercido com capacidade o cargo de ministro da marinha. Finalmente quanto a Lardizabal a sua eleição foi devida a ter já sido nomeado pelo reino do Mexico para seu representante na junta central, á sua amisade com o marquez de la Romana, e ao seu parentesco com alguns membros mais influentes do supremo conselho de Castella. O ministro inglez foi prompto em reconhecer a nova regencia, como sendo o governo legitimo da Hespanha. A junta de Cadix, que fôra a que mais poderosamente concorreu para esta mudança no governo, não foi menos prompta em tambem reconhecer a regencia, e assim o manifestou á nação, por meio de uma proclamação que publicou, exemplo que depois foram seguindo as mais juntas provinciaes. O reconhecimento da *junta de Cadix* era n'aquelle tempo da maior importancia, já pela riqueza dos individuos que a compunham, já pelas suas grandes ligações com a America, e já finalmente por se acharem como encerrados n'aquella cidade todos os recursos da monarchia hespanhola.

Summamente difficeis eram seguramente as circumstancias de então, para se poder julgar com acerto da capacidade e merito da regencia eleita: todos os que a compunham eram pu-

ros nas suas intenções, e até mesmo de bastante illustração; mas suppunham-se faltos de um certo grau de energia, de actividade e de arrojo, qualidades aliás tão necessarias para se lançar mão do governo do estado no meio de uma tão grande tempestade politica, como aquella que por então agitava a Hespanha inteira. O seu primeiro trabalho foi o de conciliar as vistas e os interesses das differentes provincias da mesma Hespanha, dos differentes generaes que por então figuravam, e até mesmo de varios corpos do estado entre si. Talvez que esta conducta fosse indispensavel, attenta a pouca força com que a regencia se achára nos primeiros tempos da sua creação; mas depois de consolidada, e tendo por si o apoio da Inglaterra, que desde a instituição da junta central pareceu estreitar muito mais os laços da sua amisade com aquelle paiz, suppunha-se que podia bem prescindir de tantas contemporisações e prudencia, como aquellas de que se deixou dominar. O general Castanhos, seu presidente e principal director, passou de suspeito a ser desde então, por um d'estes inexplicaveis e repentinos reviramentos de opinião, que de vez em quando apparecem na sociedade, o verdadeiro depositario do supremo poder em Hespanha, gosando da maior influencia na decisão de todos os negocios, e dando como tal sobranceiramente o santo aos seus restantes collegas. Foi elle o que, acordando-se com o embaixador inglez, com a junta da defeza de Cadix, e com os almirantes inglez e hespanhol, tomára o cuidado de expedir as medidas mais adequadas para ali se resistir ao inimigo. Esperando-se de um para outro dia os poderosos soccorros das tropas inglezas, que se tinham pedido para Gibraltar, e juntando-se estas ás do duque de Albuquerque e a algumas outras hespanholas, que tambem ali se fossem reunindo, suppunha-se que Cadix se poria em estado de resistir a quaesquer forças francezas, que a pretendessem atacar. Effectivamente estas avançaram no dia 5 de fevereiro até á vista d'aquella cidade, occupando o posto de Santa Maria, que fica do outro lado da bahia, e o Porto Real, que toca já na ilha de Leão. Não se julgava que ellas estivessem tão cedo em estado de poderem emprehender com

toda a seriedade um rigoroso cerco contra aquella cidade, interpretando-se então a sua approximação como unicamente destinada a embaraçar a communicação d'ella com o resto da provincia, como effectivamente praticaram, dando assim logar a que os seus defensores começassem a construir activamente as baterias, reductos e mais obras de fortificação, necessarias para se porem em estado de resistirem com vantagem a quaesquer ataques do inimigo. Por varias vezes tentou este incommodar os trabalhadores, empregados nas referidas obras; mas nenhum ataque serio emprehendeu até ao fim de fevereiro.

Pela sua parte o rei José mandou varios parlamentarios á regencia de Cadix, buscando com rasões submette-la ao seu imperio; mas a ultima carta, que para tal fim lhe mandou, foi publicamente queimada pelo algoz, fazendo-se-lhe saber, que d'ali por diante se procederia igualmente contra todo o parlamentario, que com taes cartas houvesse de lhe enviar. O certo é que o susto, que em Cadix se tinha por então dos francezes, era tão pouco, que o governo permanecia na ilha de Leão, ou no ponto mais avançado da defeza, e portanto o primeiro que devia ser atacado. As fortificações íam-se de um para outro dia melhorando e acrescentando. A guarnição defensora, composta primitivamente da divisão do duque de Albuquerque, fôra reforçada com alguns outros corpos, que a ella se foram juntar de varios pontos da costa, elevando-se a 15:000 homens a força hespanhola no dia 13 de fevereiro. N'este mesmo dia tinham ali chegado 2:000 para 3:000 inglezes, commandados pelo general Stuart, idos de Lisboa, esperando-se mais dois ou tres regimentos da guarnição de Gibraltar. No dia 16 do citado mez de fevereiro ali foram igualmente desembarcar duas companhias de artilheria portuguezas e o regimento de infanteria n.º 20, da mesma nação, o qual foi para tão arduo, quanto arriscado serviço, patrioticamente offerecido ao marechal Beresford pelos governadores do reino, como adiante veremos: de todos estes reforços nacionaes e estrangeiros, reunidos em Cadix até aos principios de março, resultou elevar-se a sua guarnição acima de

20:000 homens. Era portanto um facto que o duque de Albuquerque salvára a Hespanha, segurando Cadix, por ser então esta cidade o unico ponto d'aquelle reino onde mais seriamente se resistia aos francezes, a cujo dominio todas as mais provincias da Hespanha se podiam reputar sujeitas. O duque fôra pela regencia nomeado capitão general da Andaluzia, sendo dentro em pouco tempo mandado por ella como em degredo politico para Londres, com o faustoso titulo de embaixador extraordinario junto áquella côrte, onde cheio de desgostos, por ver a dura ingratidão com que os seus concidãos lhe galardoaram os seus importantes serviços, acabou a existencia ainda no vigor da idade, havendo tido logar o seu fallecimento no dia 17 de janeiro de 1811. Tinha elle feito um manifesto, defendendo-se das accusações que a junta de Cadix lhe dirigíra. A réplica com que a mesma junta lhe retorquiu tal magua lhe determinou no animo, que esquecendo-se amargurado da justiça que as côrtes, reunidas na mesma cidade de Cadix, lhe manifestaram nas suas respectivas sessões, só se occupou em formular uma nova defeza, cousa que de tal modo lhe tomou o espirito, que lhe determinou por fim uma effervescencia cerebral, a que se seguiu uma completa demencia phrenetica, e por fim a morte.

Com a installação do conselho de regencia em Cadix a princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina, ganhou dois zelosos defensores para as suas pretensões nas pessoas de D. Miguel Lardizabal y Uribe e D. Francisco Saavedra. Foi este o proprio que mandou chamar o ministro portuguez, D. Pedro de Sousa Holstein, e o convidou a que lhe escrevesse uma nota ostensiva, reclamando-lhe que a regencia ordenasse pelos meios, que lhe parecessem mais authenticos, solemnes e legaes, que se supprisse a perda, occasionada pelas circumstancias, do documento original das côrtes de 1789, que derogaram a lei salica em Hespanha, onde fôra introduzida pelas côrtes de 1725, recorrendo-se para similhante fim, ou ao depoimento das testemunhas que ainda se podessem achar, sabedoras d'aquella resolução, ou a quaesquer outros meios que mais adequados parecessem. A regencia annuiu prom-

ptamente á requisição do ministro portuguez, e não só assim lh'o fez communicar por nota de D. Francisco, mas até este lhe participou por uma outra nota, que o resultado da indagação a que se procedêra, relativamente ás côrtes de 1789, era que com effeito n'ellas se tinha abolido a lei salica, e que ficando este facto provado, sua magestade, ou a regencia em seu nome, reconhecia os direitos eventuaes das senhoras infantas á successão da corôa da Hespanha, segundo a ordem natural. O mesmo D. Pedro de Sousa Holstein requisitou mais um transumpto authentico das actas do supremo conselho da regencia sobre este assumpto, pedindo alem d'isso que se fizesse notorio a toda a nação a revogação da lei salica. Mas a consulta do supremo conselho, alem de declarar indubitaveis os direitos de que se tratava, insistia positivamente em que a regencia da Hespanha se conferisse á princeza D. Carlota Joaquina. Em consequencia das instrucções que o ministro portuguez tinha recebido com a sua nomeação, julgou-se obrigado a communicar aquellas suas resoluções ao ministro de sua magestade britannica em Cadix, que lhe respondeu não estar no seu arbitrio poder-lhe emittir opinião alguma official sobre a materia; mas que como simples particular, se por um lado lhe dizia que a verificação dos direitos da princeza D. Carlota á successão eventual da corôa da Hespanha lhe parecia fundada, tambem ao mesmo tempo lhe confessava que diria a D. Francisco Saavedra, que quanto á mudança de governo, e á sua substituição por uma nova regencia, parecia-lhe inconveniente, sobrestando-se em similhante passo, *a não haver intervenção de consulta com a Inglaterra*. «Este obstaculo, dizia o nosso dito ministro para o Rio de Janeiro[1], que eu sempre tinha receiado, impediu, como v. ex.ª bem póde julgar, até agora, e impedirá provavelmente para o futuro, que se verifiquem, quanto á regencia, os desejos verdadeiros da maior parte dos membros da junta».

Não obstante o exposto, o ministro portuguez em Cadix,

[1] Officio de 22 de janeiro de 1810.

a quem o governo do Rio de Janeiro galardoára os serviços diplomaticos, que por aquella occasião lhe prestára em Hespanha, com o titulo de conde de Palmella, tentou ainda negociar com a regencia d'aquelle paiz um tratado de alliança, em que não só se consignavam os direitos eventuaes da princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina, á corôa da mesma Hespanha, com a condição das duas monarchias continuarem unidas na pessoa dos seus descendentes, mas até a restituição de Olivença, devendo o referido tratado ser garantido por sua magestade britannica, sem o que não teria effeito. Os artigos de que elle se compoz não só foram formulados, mas até mesmo acceitos por uma e outra parte. O artigo 4.º dizia assim: «A fim de apagar inteiramente da memoria as funestas desuniões, que tem existido entre as duas monarchias contra os interesses de ambas, consente o governo hespanhol em que a cidade de Olivença, o seu territorio e dependencias sejam novamente reunidas em perpetuidade á corôa de Portugal. Pela sua parte sua alteza real, o principe regente de Portugal, attentas as reclamações a que a Hespanha pensa ter direito na America meridional, direito fundado no tratado de limites de 1777, convem em que se nomeie por ambas as partes um igual numero de commissarios, encarregados de verificar qualquer infracção involuntaria, que possa haver tido o referido tratado de limites nas possessões das duas corôas na America meridional, devendo-se n'um praso indicado restabelecer exactamente no seu vigor tudo o que se estipulou no sobredito tratado[1]». Á vista d'estas disposições é bem facil de crer que o Brazil não podia ter sinceros desejos, como effectivamente não teve, de ratificar o respectivo tratado, por causa das suas aspirações, tendentes não só a ficar com os terrenos de que porventura se tinha já assenhoreado, depois do citado tratado de limites de 1777, mas tambem a fazer mão baixa nos territorios da margem oriental do Rio da Prata até Montevideu, de que ainda não estava senhor. Era igualmente de esperar que a Gram-Bretanha se não prestasse á ga-

[1] Veja o documento n.º 70.

rantia pedida, por julgar não lhe convir á sua politica a reunião das duas monarchias portugueza e hespanhola n'uma só corôa.

Effectivamente era por aquelle mesmo tempo que se começou a manifestar por parte da côrte do Rio de Janeiro a sua formal tenção de se querer apossar por via das armas d'aquelles mesmos territorios, dando isto logar, não só ás queixas que o vice-rei de Buenos-Ayres fez contra a extraordinaria accumulação de tropas brazileiras nas fronteiras do Rio Grande, mas até mesmo ás do ministro hespanhol, junto áquella côrte, o marquez de Casa Yrujo, havendo por esta causa uma correspondencia de notas entre elle e o conde de Linhares. Esta questão foi até debatida em Cadix entre o ministro Azara e o conde de Palmella, que em nota de 25 de abril de 1810 dizia ao referido ministro: «Os estados de sua alteza real no Brazil não têem outros confinantes senão os de sua magestade catholica, e ficaria por consequencia sua alteza real impossibilitado de conservar as suas tropas, como pede sempre a boa politica, nas provincias das suas fronteiras, se o governo hespanhol julgasse com isso ameaçados os seus dominios. No caso actual as tropas reunidas na capital do Rio Grande estão a cento e cincoenta ou duzentas leguas das fronteiras hespanholas, e esta distancia, junta com a declaração do principe regente, meu amo, de que as sobreditas tropas por caso nenhum avançariam, sem que o seu auxilio fosse reclamado pelo governo de Hespanha, deve bastar, segundo me parece, para remover inteiramente toda e qualquer duvida, ou injusta suspeita. Na verdade a palavra, mas até a idéa mesmo de suspeita deve fazer uma impressão desagradavel no momento em que com uma effusão do coração, e uma sinceridade, desconhecida até agora na historia, portuguezes e hespanhoes, considerando communs os seus interesses, misturam as suas tropas, e empregam todas as suas faculdades em resistir ao oppressor da Europa. O principe regente, meu amo, vê nos direitos eventuaes da princeza, sua augusta esposa, a este throno um motivo ainda mais forte de conservar como propria a causa da Hespanha. Estes podero-

sos motivos e multiplicados enlaces, que o supremo conselho da regencia sabe apreciar, não serão talvez conhecidos em toda a extensão pelo ministro da Hespanha junto a sua alteza real, e pelo vice-rei de Buenos-Ayres».

Todavia tanto o ministro da Hespanha na côrte do Rio de Janeiro, como o vice-rei de Buenos-Ayres, ambos se continuaram a queixar da extraordinaria reunião das tropas brazileiras na fronteira, dando assim logar a que o ministro Azara respondesse ao conde de Palmella, na data de 8 de junho, dizendo-lhe: «De todo ello se ha enterado el consejo de regencia, y no pudiendo prescindir su majestad de las poderosas razones, que le asisten para desear la remocion de las citadas tropas, como manifesté a v. s.ª en mi nota de 14 de abril, nada me resta que anadir ahora a quanto entonces expuse a v. s.ª, si no que el marquez de Caṣa Yrujo no puede menos de insistir en sus gestiones sobre la referida remocion, en virtude de las ordenes, que tiene para ello del gobierno, y en razon de las instancias, que sobre lo mismo le hace el vice-rey de Buenos-Ayres». Sem embargo d'isto, não é á Hespanha, mas sim ao Brazil, que se deve attribuir o mallogro dos esforços, empregados pelo conde de Palmella, para a restituição de Olivença, como se vê das queixas por elle feitas para o Rio de Janeiro, d'onde nada se lhe dizia ácerca do tratado, que para similhante fim negociára com o governo hespanhol, por quem já tinha sido acceito. Ás participações feitas sobre tal assumpto debalde solicitou resposta, apesar de allegar não saber o que pela sua parte havia de dizer ao referido governo. O mesmo conde de Palmella se queixava igualmente de que tambem o marquez de Wellesley nenhuma resposta desse em Londres, depois que lá fôra ao ministerio, nem ao embaixador portuguez, nem ao hespanhol n'aquella côrte, ácerca da garantia, que se lhe pedia por parte de sua magestade britannica, guardando a tal respeito um obstinado silencio, que elle conde de Palmella suppunha ser filho, não só da opposição, que a Inglaterra tinha feito a que fosse chamada á regencia da Hespanha a princeza D. Carlota, mas até mesmo da má vontade com que tinha visto o reconhecimento

dos seus direitos eventuaes á corôa d'aquelle reino, sendo este aliás um dos pontos que se continha no projectado tratado. O certo é que as ambiciosas vistas do Brazil em querer lançar mão da margem oriental do Rio da Prata, alem de não querer deixar os terrenos de que já se havia apossado, em contravenção ao tratado de limites de 1777, fizeram com que o projectado tratado de alliança com a Hespanha se não levasse a effeito, mallogrando-se por conseguinte os esforços do conde de Palmella n'esta sua primeira tentativa para se nos restituir Olivença. Mas a ambição que por então se manifestava na côrte do Brazil não era só com relação aos territorios da margem oriental do Rio da Prata; mas era até mesmo com relação á propria Hespanha, como se demonstrava, tanto pelas diligencias que o ministro de Portugal em Cadix fazia para se chamar a princeza D. Carlota Joaquina á regencia d'aquelle paiz, como pela recommendação que tambem se fizera ao ministro de Portugal em Londres, para que conseguisse do governo inglez a sua approvação a similhante chamamento, ou pelo menos uma declaração expressa de que a elle se não oppunha; mas ao mesmo tempo que com tamanha instancia commettia similhante materia ao ministro portuguez em Londres, nada por outro lado lhe dizia com relação á restituição de Olivença[1], repetindo assim para com elle a mesma conducta que já igualmente havia tido para com o ministro portuguez em Cadix.

Quanto aos negocios da guerra, repetimos o que já mais acima dissemos, isto é, que a primavera de 1810 póde ser considerada como tendo operado uma segunda crise nos negocios da peninsula. Destruidos como constantemente tinham sido todos os exercitos hespanhoes, pela incapacidade dos seus generaes e indisciplina d'esses mesmos exercitos, mallogradas todas as suas emprezas; caídas nas mãos dos francezes, ou por elles bloqueadas, todas as fortalezas da Hespanha, tres quartos d'esta monarchia tambem por elles se achavam subjugados. Á vista pois de taes circumstancias não era per-

[1] É o que se prova lo documento n.º 71.

mittido esperar, mesmo na opinião do mais fatuo e presumpçoso hespanhol, que o seu paiz se podesse libertar do jugo francez, sómente por esforço proprio dos seus naturaes. Por outro lado Buonaparte em alliança com a Austria, dispondo a seu talante de uma immensa força, e sem guerra alguma por então em outra parte da Europa, a não ser na peninsula, promettêra aos francezes, e o fizera saber tambem ao mundo inteiro, que passava a conquistar Portugal, d'onde expelliria e obrigaria a se retirar novamente para os altos mares *o leopardo inglez*, promessas que tão faceis lhe pareciam de realisar, á vista das suas tão prosperas circumstancias. A propria nação ingleza, desanimada pelos maus successos da guerra em geral, e descontente igualmente pelo sensivel desastre que experimentára na ilha de Walkeren, achava-se muito disposta á abandonar a luta. A opinião publica tornou-se portanto fluctuante durante algum tempo, passando-se a estação em suspenso. Felizmente no fim do mez de março uma decisão do grande conselho de Inglaterra manteve no poder os ministros da corôa, partidistas da continuação da guerra, a que se seguiu a corajosa resolução de não se abandonar a luta contra a França, continuando-se a fazer de Portugal a base das suas operações militares, vistoque do governo d'este reino faziam os inglezes tudo quanto queriam, não sendo menos docil para com as exigencias da côrte de Londres a côrte do Rio de Janeiro, sempre prompta e resignada a acceitar todos os alvitres e dictames do governo britannico, por mais opprobriosos que lhe fossem, dirigida, como então estava sendo, a inteiro arbitrio do conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, partidista docil e systematico, como sempre fôra, da preponderancia ingleza em Portugal, no que o igualava, se é que o não excedia sobre este mesmo ponto, seu irmão, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, que por então continuava a ser ministro de Portugal junto de sua magestade britannica.

A Inglaterra, que constantemente nos compromettêra com a França republicana, e com ella e a Hespanha nos mettêra igualmente n'uma crua guerra; a Inglaterra, que não só nos

abandonára, mas até nos sacrificára na sua paz de Amiens com a França, garantindo á mesma Hespanha a definitiva posse de Olivença, praça que tinhamos perdido por causa da nossa alliança com os inglezes, e do seu duro abandono para comnosco; a Inglaterra, que por meio das suas tropas se tinha ingrata e traiçoeiramente apoderado por duas vezes da ilha da Madeira e de Goa, tentando fazer outro tanto a Macau, isto quando ao mesmo tempo se achava em paz e amisade com Portugal; a Inglaterra, que nos arruinára a navegação e commercio, pela sua inqualificavel resolução de nos bloquear os portos do reino em 1807, e apresar os navios que para elles vinham, ao mesmo tempo que lord Strangford, por então seu ministro na côrte de Lisboa, e o almirante sir Sidney Smith, obrigavam o principe regente a abandonar os seus estados da Europa para se dirigir aos da America, evidentemente nas vistas de emancipar estes da metropole, a fim de commercialmente os explorar em proveito seu; a Inglaterra, que por meio da ominosa convenção de Cintra entregára ao mais inteiro desprezo a nação portugueza, o seu governo e os seus generaes, atacando abertamente a sua independencia e dignidade; a Inglaterra, que fazia do povo portuguez o mais desgraçado conceito, suppondo-o uma raça degenerada do que os seus antepassados tinham sido, e portanto incapaz de esforço algum de patriotismo e de coragem, d'onde provinha essa mesquinhez de soccorros, que em 1808 lhe ministrára para sua defeza, quando tão ampla e rasgadamente os estava fornecendo á Hespanha, a quem só buscava associar-se, servindo-se ao mesmo tempo de Portugal para o arruinar ainda mais, por fazer d'elle base das suas operações militares, d'onde resultou devastar-lhe o seu territorio por meio das suas tropas; a Inglaterra, que mesmo na primavera de 1810 se estava fortemente oppondo por meio do seu embaixador em Sevilha e Cadix, sem rasão alguma plausivel para a sua causa e para os seus interesses, ás negociações do ministro portuguez em ambas aquellas cidades, negociações em que figurava como ponto cardeal a restituição de Olivença, que ella só por si nos devêra ter feito restituir, se no seu gabinete de então

houvesse algum assomo de boa fé e verdade no fiel cumprimento dos tratados que comnosco tem; a Inglaterra, que só depois de perdidos todos os soccorros, que ministrára ás differentes nações da Europa na sua guerra contra a França, e dos desastres soffridos em toda a parte da mesma Europa onde as suas tropas desembarcaram, tomára a resolução de se apropriar do exercito portuguez, de todos os nossos recursos militares de terra e mar, e de continuar a fazer de Portugal base das suas operações, sacrificando-o inteiramente aos seus interesses, tratando ainda assim os portuguezes como em antigos tempos os spartanos tratavam os illotas; a Inglaterra, dizemos finalmente, não obstante tudo isto, e o muito mais que ainda poderamos acrescentar sobre a sua pouco honrosa conducta para comnosco, aggravada ainda mais pela sua ingratidão e desprezo para com a nação portugueza, achára ainda assim no conde de Linhares, e em seu irmão D. Domingos, como seus firmes e leaes partidistas, dois estrenuos campeões das suas vontades, e por conseguinte dois instrumentos doceis para tudo quanto houve por bem exigir de Portugal e dos seus habitantes, sem ao menos se lhes garantir a mais pequena vantagem ou compensação dos sacrificios que tinhamos a fazer, por meio de um tratado ou convenção, de que resultou vermo-nos escravisados inteiramente ao seu jugo, e obrigados a soffrer quantas prepotencias e vexames lhe approuve, ou lhe conveiu empregar contra nós, abandonando, ou contrariando mesmo os nossos interesses, ainda quando se não oppunham aos seus, e tudo isto com manifesto quebrantamento das suas promessas, e flagrante violação dos seus repetidos tratados com Portugal. Seria portanto a *fé punica,* como já n'outra parte dissemos, mais desleal nos antigos tempos do que n'aquella epocha foi e se nos mostrára a *fé britannica?* Não o acreditâmos.

Antigo e de longa data era já o desprezo que os inglezes mostravam para com os portuguezes, porque reputando-os nullos, debaixo das vistas da politica e das cousas da guerra, nenhuma consideração lhes davam a um e outro respeito, sendo sómente o tempo, e as suas multiplicadas derrotas

quem os desenganou, quanto ao segundo ponto, obrigando-os a se ligarem finalmente comnosco: quanto porém aos interesses commerciaes, a sua politica nunca deixou de explorar utilmente a monarchia portugueza, que aliás reputavam como um mercado de muita vantagem para as suas compras e vendas, particularmente depois da descoberta das auriferas minas do Brazil. Sabidas e reconhecidas como por todos eram as cousas acima relatadas, admira que o conde de Linhares e seu irmão D. Domingos, sendo aliás homens de talento e merito, persistissem em se mostrar tão firmes e systematicos em subordinarem inteiramente a nação portugueza e os mais caros interesses da sua patria ás exigencias e interesses da Gran-Bretanha, sem lhe garantirem, como já dissemos, a mais pequena vantagem por meio de algum tratado ou convenção, esquecendo-se até da desgraçada restituição de Olivença. Pertenciam os dois irmãos Linhares ao chamado partido inglez, opposto como era ao francez, os quaes se haviam originado e apparecido em Portugal com a elevação da casa real de Bragança ao throno d'este reino em 1640. A coincidencia das guerras civis de Inglaterra com a menoridade do famoso Luiz XIV na França, fizeram com que nem uma nem outra potencia prestassem soccorros effectivos aos portuguezes, durante os vinte annos da arriscada luta da sua independencia contra os hespanhoes, isto é, até á paz dos Pyrenéos, circumstancia que muito serviu para consolidar as duas differentes opiniões ou partidos, por não ter nenhum d'elles rasão bastante para condemnar o outro. Depois da paz dos Pyrenéos Luiz XIV e Carlos II alguns soccorros ostensivos forneceram então a Portugal, de que resultou conservarem-se os dois partidos em equilibrio. A louca paz da França com Inglaterra fez com que aquella potencia esquecesse completamente Portugal na crise de 1762, ou antes n'ella o envolvesse á força, e por modo tal, que no auge do seu despeito, não sabendo a que pretexto houvesse de recorrer no referido anno contra a Gran-Bretanha, lançou-se nos seus famosos equipamentos contra a nação portugueza, de concurso com a côrte de Madrid.

O marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello,

propendia para o partido francez; mas por fim declarou-se pela Gran-Bretanha, por não ter exercito, acreditando-se perdido, se os inglezes o não salvassem. Felizmente dissipou-se a tempestade mais cedo do que se esperava. Um rigoroso e vigilante despotismo encadeou depois d'ella todos os partidos debaixo da omnipotencia *pombalense*, a qual o partido francez pareceu pela sua parte abraçar, vendo n'ella o vigor e energia com que effeituára as importantes reformas que decretou no sentido do nivelamento social, a par da coragem com que igualmente rebateu algumas das prepotencias britannicas. Todavia forçoso é confessar que durante o reinado de el-rei D. José as hostilidades do citado partido francez contra o inglez acharam-se como em lethargo, convergindo todas as attenções para a politica rasgadamente reformista do seu grande ministro, lethargo que desappareceu em 1777 com a elevação ao throno da rainha D. Maria I, sua filha, ou antes com a inauguração da velha e aristocratica politica que os seus retrogrados ministros se propozeram seguir em aberta opposição á do dito marquez de Pombal, vindo dar mais calor a este estado de cousas o apparecimento da famosa revolução franceza de 1789. Foi então que entre nós rebentou novamente com todo o furor a guerra dos dois citados partidos francez e inglez, vindo, como por similhante motivo vieram, os novos principios politicos da França augmentar mais consideravelmente o numero dos que a esta potencia se tinham por affeiçoados ou partidistas.

Foi desde então que o partido francez em Portugal se tornou cada vez mais forte, em rasão dos progressos, que successivamente foram tendo entre nós as doutrinas liberaes, durante o tempo d'aquella tão famosa revolução, em que o dogma da não resistencia ás vontades da França favorecia, não só os que aspiravam a ver entre nós estabelecido o governo parlamentar, mas até mesmo os que por mais moderados admittiam como necessaria alguma reforma nos principios constitutivos do governo existente, entendendo que sem haver essa reforma era impossivel ter dignidade nacional, ter exercito, ter marinha, e por conseguinte thesouro que os

sustentasse. Chegadas as cousas a estes termos, era justa consequencia apparecerem logo tambem os combates successivos entre o partido inglez e o francez, como effectivamente succedeu: a victoria achou-se todavia indecisa até ao momento em que saíram do ministerio D. João de Almeida e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tidos como chefes do partido inglez, resultando este notavel facto da formal recusa da Gran-Bretanha em mandar tropas para Portugal no anno de 1803. Antonio de Araujo de Azevedo, a quem por então se deu as honras de chefe do partido francez, foi chamado ao ministerio por decreto de 6 de junho de 1804. Durante a sua elevação ao poder assignára-se em Lisboa com o general Lannes uma convenção de neutralidade em harmonia com os principios do dito partido francez, convenção por que se deram á França muitos milhões de francos, e se prometteram ao commercio d'esta potencia todas as possiveis vantagens, para mais segura garantia de uma tal neutralidade, por não querer o principe regente de Portugal romper por maneira alguma hostilidades contra a Gran-Bretanha, postoque as vistas dos partidistas da França fossem o fazer com esta potencia uma alliança offensiva e defensiva.

Desde 1804 até 1807 os negociantes portuguezes enriqueceram-se pelo commercio neutro; mas o thesouro, esgotado pelas consideraveis sommas que se tinham pagado á França, não tinha meios alguns de satisfazer os seus encargos. A miseria e o aviltamento de Portugal para com a França tornaram-se desde então palpaveis a todos, filhas aquellas cousas talvez da demasiada confiança e boa fé, que se tinham posto no governo francez, confiança e boa fé que em 1806 subiram a um ponto tal de cegueira, que se constituiram n'uma verdadeira demencia, parecendo incrivel ao governo portuguez que Buonaparte fosse capaz de faltar tão insidiosamente ás promessas feitas ao principe regente. Todavia faltou na realidade, sendo o paiz invadido inopinadamente pelos seus exercitos no dito anno de 1807, como já se viu: a rapacidade, o despotismo, os morticinios, os incendios, os roubos e a pilhagem a mais escandalosa, a par de inauditas violencias,

praticadas durante essa invasão, pungiram no mais intimo de alma todas as classes da nação portugueza, levando esta á desesperação, e a sacrificar tudo quanto ha de mais caro no mundo, incluindo a sua propria dignidade, para sacudir o tyrannico jugo francez, que por fim aniquilou de todo. Emquanto predominou a guerra os partidistas da França tiveram de ceder a palma da victoria aos amigos da Inglaterra, os quaes inaugurados no poder desde 1808 até 1820, tanto no Brazil, como em Portugal, de rojo se prostraram diante do governo britannico com tanta ou mais abjecção para o paiz do que anteriormente Antonio de Araujo o tinha feito para com o governo francez, nada mais ganhando a nação portugueza do que salvar a sua autonomia, idéa a que tudo mais se sacrificou, incluindo a propria dignidade, como já dissemos.

O decreto de 8 de novembro de 1807, pelo qual o principe regente sequestrára as propriedades inglezas e apprehendia os subditos britannicos, era perfeitamente illusorio, porque n'aquella data tanto uma como outra cousa tinham já saído de Portugal nos quatro grandes comboios, que largaram de Lisboa e do Porto, não tendo um tal decreto tido jamais execução, nem na casa da India, nem nas alfandegas. Á vista pois d'isto devia ser olhado como uma falsa medida, vãmente imaginada pela louca esperança de acalmar a colera de Buonaparte, por quem ella assim se olhou, sem nada ter de real. O governo britannico não podia desconhecer a verdade d'isto, tanto á vista do facto da execução dada a similhante decreto, como das innumeras provas, que da mais acrisolada fidelidade para com elle o governo portuguez constantemente lhe tinha apresentado; mas o governo britannico, a quem por então não convinha ter por verdade o que na verdade era, tomou o sobredito decreto como uma manifesta declaração de guerra, confirmada, tanto pela insidiosa ou simulada saída de lord Strangford de Lisboa, como pelo bloqueio que, por insinuação d'este mesmo diplomatico, fôra posto ao Tejo por sir Sidney Smith. Seguiram-se logo a este acto, não as intimações, que previamente se deviam fazer aos navios portuguezes que demandavam Lisboa, mas os effectivos apresamentos

d'esses mesmos navios, tendo-os como de nação inimiga, por effeito do já citado decreto, sendo acompanhado este acto da escandalosa occupação da ilha da Madeira, e da tentativa que para o mesmo fim se fez sobre Macau, porque quanto á occupação de Goa e de Damão, essa ainda foi mais escandalosa, por ser feita muito anteriormente á promulgação do referido decreto, e não lhe poder este servir de desculpa. Todos estes actos eram realmente inqualificaveis, e servirão de eterno padrão de opprobrio para a moralidade e justiça do governo britannico d'aquelle tempo para com Portugal. Prescindindo pois da occupação da Madeira, de Goa, Damão e Macau, de que já fallámos, diremos sómente que a detenção dos navios portuguezes em Inglaterra, como consequencia d'aquelles apresamentos, não podia de modo algum justificar-se, nem mesmo com a apparente hostilidade do principe regente de Portugal, quando pelo citado decreto de 8 de novembro mandou excluir dos seus portos os navios inglezes, porque, segundo um officio de lord Strangford, similhante medida fôra tomada de acordo e com a sancção do governo britannico[1].

Mas emfim saíu de Lisboa o principe regente, concedendo á nação ingleza tudo quanto d'elle exigiu, desamparando até mesmo, a par dos seus subditos, os seus estados da Europa, para seguir o partido e alliança da Gran-Bretanha. Apesar d'isto apresamentos houve que se fizeram até mesmo á sua propria vista, chegando a tomarem-se-lhe no centro da sua mesma esquadra os navios dos seus subditos! Ainda mais: alguns officiaes d'esses mesmos navios, que foram apresados ao pé da nau, a cujo bordo se achava o principe regente, quizeram ir fallar-lhe; mas os apresadores não lh'o consentiram; taes foram por exemplo os do navio *Pombinha*, da praça de Lisboa, e os do navio *Fama*. Uma ordem do conselho privado em Londres, datada de 6 de janeiro de 1808[2], dividiu em tres classes os navios, que por então foram apresados: 1.ª, navios detidos em Inglaterra, cujos donos existiam em paizes não su-

[1] Veja o documento n.º 71-A.
[2] Veja os documentos n.os 71-B, 71-C, 71-D e 71-E.

jeitos ao dominio francez; 2.ª, navios pertencentes a portuguezes residentes em Portugal e outros paizes debaixo do dominio francez; 3.ª, finalmente navios mixtos, ou pertencentes a uns e outros das duas primeiras classes conjunctamente. Pela dita ordem mandaram-se entregar os navios da primeira classe a quem quer que os reclamasse, para serem entregues a seus donos; quanto aos da segunda e terceira, deviam ser depositados na mão de agentes nomeados pelo governo inglez e pelos reclamantes, organisando-se assim uma commissão mixta, composta de dois inglezes e dois portuguezes. Por meio d'esta medida pareceu que o governo inglez reputava justos os apresamentos dos navios pertencentes a subditos portuguezes residentes em Portugal e nos mais logares sujeitos á dominação franceza; estes apresamentos importavam ainda assim na avultada somma de 35 a 40 milhões de cruzados. Mas nada mais atroz e indigno que uma conducta d'estas. Portugal, sem attender aos seus compromissos com a França, vendo-se abandonado, e até mesmo sacrificado pela Gran-Bretanha, que nenhum auxilio lhe prestou em 1801, nem lh'o quiz ou lh'o pôde prestar em 1803 e 1807, fez quanto pôde para salvar dos francezes as propriedades inglezas e os subditos britannicos residentes em Portugal, e se a clausura dos portos teve por fim logar para com os navios inglezes, foi isto o resultado da annuencia da propria Gran-Bretanha a similhante medida, visto não querer ou não poder soccorrer Portugal n'aquella melindrosa conjunctura. Compromettido pois este paiz com a França, por causa da sua alliança com a Gran-Bretanha, e abandonado por esta potencia, quando mais dos seus auxilios precisava, deixando-o barbaramente victima das iras de Napoleão, a paga que a sua denominada amiga e fiel alliada lhe deu foi entregar ao corso todos os seus navios de commercio, e apresar-lh'os, mesmo á vista do principe regente de Portugal, quando, por seguir o seu conselho e abraçar a sua causa, abandonava este reino para ir para um dos seus dominios ultramarinos, cujos portos ía abrir ao commercio inglez, em compensação da clausura dos de Portugal, como se esta clausura não fosse o effeito da

prepotencia, das ameaças e intimações da França, que imperiosamente assim o exigia do governo portuguez, e não acto voluntario do principe regente, acto que, não obstante isto e a propria annuencia que a Inglaterra lhe prestou, foi pelo ministro britannico reputado como declaração de guerra!

Não contente ainda o governo inglez em arruinar por similhante motivo a navegação e commercio dos portuguezes, mandou fazer mão baixa na ilha da Madeira, como já a tinha feito em Goa e Damão, possessões que fez occupar com forças suas, pagando assim com depredações e ruinas os pesados sacrificios que o governo portuguez tinha feito e continuava a fazer para se mostrar fiel aos tratados que com elle tinha. Podia a *fé punica*, de novo o repetimos, tão invectivada pelos romanos, commetter actos de peior moral do que estes? Não nos parece crivel. O certo é que a enorme somma da propriedade portugueza, que por aquelle tempo se mandou reter em Inglaterra, e juntamente com ella os lucros cessantes e damnos emergentes, foram uma das mais efficientes causas da ruina em que o commercio portuguez por então caíu. Mas n'isto mesmo ganhava a perfida politica da Gran-Bretanha, porque todo o atrazo e prejuizo do commercio portuguez redundava em inteiro proveito do commercio britannico com os portos do Brazil, que se lhe franquearam, cousa que seguramente devia influir muito na atroz conducta do governo inglez por aquella occasião, ao qual nada importava a moral, nem a fé publica diante da espectativa do ganho. E foi no meio de taes circumstancias que a côrte do Rio de Janeiro antepunha ás dos nacionaes as vantagens e precedencia dos navios inglezes, quando aquelles, pelo empate dos seus fundos e da sua detenção em Inglaterra, nada podiam emprehender, ou nada mais faziam do que um commercio passivo com a Gran-Bretanha. Foi cousa realmente barbara considerar o governo inglez os portuguezes residentes na Europa como ligados ao partido francez, elles, que por obediencia ás ordens do principe regente, tinham ficado no reino; elles, que abandonados pela Gran-Bretanha, nada podiam fazer contra a invasão dos exercitos francezes e hespanhoes,

que tão duramente os subjugavam. Devendo elles portanto achar mais clemencia no governo inglez do que os seus concidadãos brazileiros, ou os que residiam no Brazil, foram todavia tratados com mais severidade do que estes, medida que pareceu ter por si a sancção do ministro portuguez em Londres, á vista da frouxidão ou abandono com que a deixou ordenar, não sendo ella mais do que o manifesto abuso da força contra a fraqueza, acompanhado da immoralidade de insultar graciosamente o opprimido diante da prepotencia do oppressor, depois de o ter duramente violentado a tudo quanto d'elle quiz fazer. Eis como em tão critica occasião se nos mostrava fiel a Gran-Bretanha, á qual não obstante isto, e o muito mais que depois nos tem feito, havemos continuado a chamar *nossa antiga e fiel alliada!*

Prescindiremos de relatar aqui as muitas queixas, que por aquelle tempo se fizeram ao embaixador de Portugal em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, por causa da sua negligencia, se é que não total desprezo, em advogar com a devida seriedade e energia os interesses do seu paiz, quando iam encontrar os interesses da Inglaterra, ou as vontades e desejos do gabinete inglez: estas queixas fizeram-se sobremodo notaveis nos apresamentos dos navios portuguezes de que acima se fez menção, sendo taes as despezas do fôro, e as da conservação dos cascos e cargas dos referidos navios, que alguns casos houve em que o valor de uma e outra cousa não chegou para taes despezas. Mas do que não podemos prescindir é da grandissima parte que teve no ominoso tratado de 1810, um dos mais funestos, se é que não o mais funesto, de quantos Portugal tem feito com a Gran-Bretanha. Foi o referido ministro, ou embaixador nosso, o que abriu em Londres a iniciativa para um tratado de commercio entre Portugal e a Gran-Bretanha, como consta do artigo 7.º da convenção por elle negociada aos 22 de outubro de 1807, onde se diz: «Logoque o governo portuguez for estabelecido no Brazil se procederá á negociação de um tratado de alliança e commercio entre o governo de Portugal e o da Gran-Bretanha». Alem d'esta promessa, que tão funesta se tornou depois

para Portugal, a convenção, negociada por D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, não foi menos ominosa para este reino, quanto ás outras disposições que contém, particularmente as comprehendidas nos artigos 3.° e 5.°, estipulando-se por aquelle, que no caso do principe regente se ver obrigado a fechar os portos de Portugal aos navios inglezes, para evitar a guerra com a França, consentia que as tropas britannicas fossem admittidas na ilha da Madeira, immediatamente depois da troca das ratificações da referida convenção; e pelo segundo dos citados artigos se dizia que no mesmo caso do fechamento dos portos, sua alteza se obrigava a fazer partir incessantemente para o Brazil metade da sua marinha de guerra, e a deixar ficar a outra metade no Tejo, para que, unida á esquadra britannica, o transportasse a elle e á sua real familia para o Brazil. Finalmente para se ver quão ominosa foi a supradita convenção, bastará dizer que por ella nada mais se vê do que sacrificios e encargos para Portugal, sem compensação alguma por parte da Inglaterra, que equivalha a um só d'esses sacrificios ou encargos.

Sem embargo da promessa feita e contida na convenção de 22 de outubro de 1807, de se fazer um tratado de alliança e outro de commercio, o governo inglez, tendo conseguido a abertura dos portos do Brazil, e sendo por então a unica potencia que commerciava com aquelle estado, parecia não ter muito a peito o fiel cumprimento da referida promessa. Não contente pois D. Domingos com o muito que tinha já feito para a realisação do seu projectado tratado, foi elle o proprio que tambem remetteu a seu irmão para o Rio de Janeiro um esboço ou projecto do que se tinha a negociar sobre este ponto, como se vê do documento n.° 15, junto ao seu officio de 31 de março de 1808. Este facto prova portanto que o mesmo D. Domingos foi o que continuou a insistir em se fazer um tratado de commercio com a Gran-Bretanha, logoque o principe regente de Portugal chegou ao Brazil, havendo outras mais peças da sua correspondencia que provam igualmente o mesmo. O seu inglezismo era de tal ordem, que muita da sua dita correspondencia, e sobretudo a relativa a objectos

de commercio, era por elle lida a mr. Canning antes da sua remessa, passando depois a redigi-la segundo as insinuações e beneplacito d'este famoso ministro. Tal foi o que succedeu com os seus officios de 16 e 17 de janeiro do referido anno de 1808, concernentes a varios objectos do referido tratado, officios em que já se annunciavam ou aconselhavam cousas que n'elle se deveriam consignar. Não admira pois que, á vista d'estas instancias de D. Domingos, fosse o conde de Linhares, seu irmão, o que em nota de 21 de agosto de 1808, dirigida a lord Strangford, já por então enviado de sua magestade britannica na côrte do Rio de Janeiro, para onde de Lisboa se dirigíra n'esta qualidade junto do principe regente, começasse officialmente esta ominosa negociação, dizendo ao referido ministro que, havendo o mesmo principe regente concedido grandes beneficios e graças ás producções e manufacturas inglezas, poisque só em seu favor se podia olhar n'aquelle tempo a abertura dos portos do Brazil, e a permissão da entrada n'aquelle estado das referidas producções e manufacturas com grande moderação de direitos, era justo que a Inglaterra concedesse tambem pela sua parte alguns favores aos generos e producções do Brazil: os de Portugal não lhe mereciam attenção. Feliz occasião foi esta para lord Strangford, porque, querendo ser util ao seu paiz e agradavel ao seu governo, já desde o principio do anno de 1808, achando-se por então em Inglaterra, ali se tinha entendido sobre este ponto com D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, e o induzíra a lhe dar um projecto de tratado de commercio, como effectivamente lhe deu, e a favorecer, tanto quanto podesse, e particularmente por meio das suas relações com seu irmão, o conde de Linhares, a negociação do sobredito tratado, projecto que provavelmente foi o que acima se menciona. É de crer que das instancias de D. Domingos para com o seu dito irmão proviesse, como já dissemos, a resolução que este tomou, de dirigir a lord Strangford a supracitada nota de 21 de agosto, e portanto que fosse o referido lord o remoto e primordial auctor da lembrança do tratado. O certo é que a resposta, que lord Strangford deu

ao conde de Linhares, foi que sua magestade britannica, penetrado da justiça dos principios que sua alteza real havia abraçado, se achava inteiramente disposto com iguaes vistas a favorecer, animar e estender o commercio, que existia já entre as duas nações, e que promettia tomar de um para outro dia cada vez maior e mais util extensão, *e que para este fim estava disposto a concluir um tratado de commercio* sobre os principios justos e rasoaveis da mais perfeita reciprocidade e igualdade, parecendo-lhe indispensavel que todas as disposições, necessarias para favorecer o commercio, *se fizessem por meio de uma convenção ou tratado, e não por uma simples e reciproca declaração.*

Fazer um tratado de commercio com um paiz novo, em que tudo havia a explorar, desconhecidas, como ainda por então eram, as suas producções, e de mais a mais n'um tempo em que a sorte de Portugal se achava incerta, e a sua guerra com a França absorvia todas as attenções, sem que circumstancias tão graves obstassem a comprehender tambem Portugal em similhante tratado, quando a Inglaterra ainda por então o considerava como paiz hostil, á vista dos navios portuguezes, que tão escandalosamente continuava a reter em Londres, era cousa que não podia deixar de trazer comsigo as mais funestas consequencias; e se D. Rodrigo de Sousa e seu irmão D. Domingos não parecessem inteiramente apostados em sacrificar os interesses da sua patria aos interesses britannicos, tão longe de promoverem e favorecerem em circumstancias taes um arranjo commercial definitivo com uma potencia tal como Inglaterra, deviam bem pelo contrario oppor-se-lhe com todas as suas forças, e quando conveniente julgassem regular os assumptos commerciaes entre um e outro paiz, uma simples convenção temporaria, não tendo de duração mais que quatro ou cinco annos, ou o tempo por que durasse a guerra, era o mais que rasoavelmente podiam fazer. Entretanto D. Rodrigo respondeu pela sua parte ao ministro inglez, que estava auctorisado a entrar com elle na negociação necessaria para o dito fim, e portanto que podia elle ministro propor desde logo as primeiras bases, ou prestar-se

a ouvir as que elle D. Rodrigo poderia immediatamente offerecer, parecendo tambem conveniente a sua alteza real, que por esta occasião se renovasse o tratado de alliança definitiva entre os dois estados, e garantia reciproca dos dominios das duas corôas. E é realmente para admirar que, tendo D. Rodrigo sido n'outro tempo tão adverso a tratados com a Gran-Bretanha, não tivesse elle depois duvida alguma em ser o proprio que encetasse e concluisse a negociação de um tratado com aquella potencia, que não offerecia mais que vexames e prejuizos para a industria, commercio e navegação portugueza, no meio das suas palavras sonoras de igualdade e reciprocidade, garantindo para si toda a especie de vantagens reaes, que muito tinha em vista alcançar. Mas o que mais admira é que similhante tratado, feito com um paiz novo na America e com outro mettido em dura guerra na Europa, se concluisse, assignasse e ratificasse no curto espaço de sete mezes, dando-se-lhe de mais a mais apparencias de eterno, como parecia indicar o seu primeiro artigo!

O certo é que, saíndo lord Strangford de Inglaterra para o Brazil em maio de 1808 com a sua negociação em projecto, já em maio do anno seguinte se achava outra vez de volta ao seu paiz com a negociação concluida, e o tratado ratificado! Ora devendo tirar-se no espaço do anno decorrido o tempo que o negociador inglez consumiu nas suas viagens de ida e volta, tempo que por então não era menos de quatro ou cinco mezes, ficam sómente sete para o arranjo e conclusão da negociação, cousa que parecerá incrivel para os que reflectirem, que os dois governos contratantes se achavam distantes um do outro 1:400 leguas, e com o oceano de permeio. Pois apesar de tudo isto similhante tratado não foi ainda assim approvado pela côrte de Londres, que o não achou bom, para si, já se vê, servindo-lhe de pretexto para a sua não approvação as seguintes objecções: 1.ª, ser a não introducção da inquisição no estado do Brazil, ordenada pelo artigo 16.º do tratado publico, revogada pelas disposições do artigo 3.º dos secretos; 2.ª, não se conceder a Portugal o privilegio da neutralidade armada, que a Inglaterra negava a todas as mais nações;

3.ª, não se permittir tambem aos portuguezes o privilegio da compra de terras em Inglaterra, sem se naturalisarem, como se achava estabelecido para todos os mais estrangeiros; 4.ª, finalmente não se considerarem como portuguezes senão os navios que tivessem sido fabricados em Portugal. A respeito do artigo secreto, relativo á inquisição, contrario ao artigo analogo que se continha no tratado publico, iremos dar em poucas palavras uma explicação sobre isto. O artigo publico, que dizia respeito á inquisição, achava-se no projecto, fornecido por D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, segundo elle diz[1]. Fôra levado a isto pela persuasão em que estava de que, se a inquisição se estabelecesse no Brazil, onde não existia na fórma de tribunal, por não haver lá senão os chamados commissarios do santo officio, os inimigos d'este odioso tribunal em Portugal seriam secretamente levados para o partido francez, convencidos que por meio do seu dominio se libertariam de similhante tribunal. Acreditava pois que, para reunir todas as vontades em Portugal contra os francezes, não era preciso que houvesse inquisição no Brazil. O gabinete inglez d'aquelle tempo, ou antes o ministro dos negocios estrangeiros em Londres, mr. Canning, sentia isto mesmo de profunda convicção.

Entretanto mr. Whitbread gritava no parlamento britannico, que o governo se não servia da influencia que tinha na peninsula para abolir a inquisição, exigencias a que o referido ministro respondeu em gracejo a mr. Whitbread, postoque no seu particular fosse do mesmo modo de sentir. No Brazil estragou-se completamente o artigo que D. Domingos inserira no seu projecto, ajuntando-lhe as palavras *sua alteza real, guiado pelos principios de uma politica liberal e esclarecida, etc.* Estas expressões despertaram os devotos e os

[1] É o que se lê no *Memorandum secreto de Cheltenham,* ou *Carta confidencial,* escripta pelo conde do Funchal a Mr.... Londres, 1819, e impressa em francez em 1823. É obra rara, e que o seu auctor parece ter escripto pelo anno de 1815, como se colhe dos seus dois avisos ao leitor. *(Não vem apontada no Diccionario bibliographico de Innocencio Francisco da Silva.)*

homens do beaterio, que logo se pozeram a gritar não ser isto assumpto para se estipular n'um tratado ou convenção commercial. Desde então appareceram fortes e vivas opposições ao artigo, e todas as fórmas de argumento se empregaram para salvar a inquisição d'este golpe diplomatico que lhe estava imminente, o que conseguiram, porque abolida pelo artigo publico, era reinstallada pelo artigo secreto. Alem d'este, tres outros pontos havia no tratado publico, como acabâmos de ver, aos quaes o ministerio inglez fazia pela sua parte objecção, de que resultou recambiar-se o tratado, sem ser ratificado pela Gran-Bretanha. Fez-se depois um outro na côrte do Rio de Janeiro com a mesma rapidez, dividindo-se em dois, tratado de alliança e tratado de commercio, ambos elles com data de 19 de fevereiro de 1810, sendo ratificados pelo principe regente aos 28 do dito mez. No de maio seguinte achavam-se elles em Londres para serem ratificados pelo governo inglez, como então foram, vindo conformes em tudo á sua vontade e desejos: que mais podia fazer de melhor o conde de Linhares, sem passar por traidor ao seu paiz em favor da Gran-Bretanha, do que sacrificar por tão escandalosa maneira aos interesses d'esta potencia os dos seus concidadãos, como sacrificou por tão ominoso tratado? Cremos que nada mais. Mas para que nos não accusem de asserções exageradas e odientas, acrescentaremos ainda, que foi o negociador portuguez, o dito conde de Linhares, o proprio que se achava convencido dos males que similhante tratado havia de trazer a Portugal, como se prova do que para Londres escreveu a seu irmão, dizendo-lhe: «Novamente recommendo a v. s.ª, que inste com esse ministerio pelo subsidio e emprestimo, na fórma que lhe escrevi de ordem de sua alteza real, e v. s.ª póde agora bem aproveitar estas pretensões para que sua magestade britannica dê essa nova prova de consideração a sua alteza real, já que este augusto senhor acaba de dar-lhe outra tão forte, qual a de mandar assignar e ratificar um tratado *em que estava persuadido que havia grande sacrificio dos interesses da sua coróa*».

Era por aquelle mesmo tempo que a familia real de Bra-

gança, vendo presos em França todos os membros da familia real da Hespanha, julgou provavel succeder no throno d'esta monarchia, pelos direitos eventuaes que a elle tinha a princeza D. Carlota Joaquina, aspirando até mesmo a que fosse chamada á regencia, como já vimos. A ambas estas pretensões, e particularmente á segunda, se oppunha o governo inglez, e foi seguramente nas vistas de lhe captar a sua benevolencia, que a côrte do Rio de Janeiro se promptificou tão docilmente a tudo quanto o referido governo d'ella exigiu no sobredito tratado, não obstante as suas grandes repugnancias, especialmente no que dizia respeito á inquisição. O conde das Galveias, D. João de Almeida, appellidára de extremamente desagradaveis as negociações do complicado tratado de commercio, que tantos trabalhos e desassocego causára ao governo portuguez, *e quiçá,* acrescentára elle, *causariam ainda maiores e mais desagradaveis consequencias,* no que se não enganou. O conde de Linhares, remettendo a seu irmão, o ministro de Portugal em Londres, o tratado de alliança e de commercio, para fazer a competente troca, dizia-lhe, quanto á inquisição[1]: «Igualmente ordena sua alteza real, que v. s.ª faça observar a esse ministerio, para que chegue ao conhecimento de sua magestade britannica, que sua alteza real se prestou, *com não pequena violencia, á approvação dos artigos que dizem respeito á inquisição,* poisque não obstante o mesmo augusto senhor considerar as disposições dos mesmos como favoraveis aos interesses conhecidos da sua real corôa, comtudo sua alteza real resolveu-se com difficuldade a sanccionar uma variação nos principios politicos adoptados pelos seus augustos maiores, e que por inveterados podiam achar apego e adhesão da parte dos seus vassallos; mas que sua alteza real, tendo em vista as representações, *summamente energicas do ministro de sua magestade britannica,* e cuidando que isso era do particular interesse de sua magestade britannica, não offendendo a adopção de

[1] Este officio, datado de 20 de março de 1810, é o que vae no já citado documento n.º 71.

taes principios a sua consciencia, por isso se resolvêra a adopta-los, e se lisonjeava que sua magestade britannica consideraria esta deferencia de sua alteza real como uma não pequena prova do sincero desejo que sua alteza real tinha de comprazer em tudo com os justos sentimentos de sua magestade britannica, e como um grande fundamento que sua alteza real continuaria a receber da parte de sua magestade britannica aquellas mesmas provas de amisade e de verdadeiro interesse, que sua alteza real confessa com particular satisfação ter até aqui recebido. Sua alteza real recommenda muito a v. s.ª, que faça valer este objecto com viva e particular actividade, a fim de que essa côrte fique cada dia mais persuadida dos sentimentos que animam sua alteza real, e da reciprocidade que o mesmo augusto senhor tem direito a esperar.»

Para galardoar os suppostos bons serviços que de seu irmão, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, e de lord Strangford, o conde de Linhares recebêra na confecção e conclusão do ominoso tratado de commercio, de que se tem feito menção, esmerou-se o mesmo conde em fazer com que a legação portugueza de Londres, e a ingleza do Rio de Janeiro, fossem elevadas á categoria de embaixadas, e os respectivos ministros ao caracter de embaixadores, recommendando muito para este fim ao mesmo D. Domingos, que assim o reclamasse e tratasse de conseguir do governo inglez, o qual pela sua parte não teve duvida em annuir a que a legação portugueza de Londres tivesse effectivamente o caracter de embaixada, vistoque a côrte do Brazil assim o queria; mas quanto a elevar a similhante caracter a sua legação do Rio de Janeiro n'isso é que não conveiu: todavia era tal a vontade do conde de Linhares em engrandecer seu irmão, que, não obstante a falta de reciprocidade da parte da Gran-Bretanha, não lhe fez pejo dar-lhe effectivamente o caracter de embaixador, continuando lord Strangford no Rio de Janeiro no seu antigo caracter de ministro plenipotenciario, porque emfim a Inglaterra quantas mais prostituições da propria dignidade via no governo do Brazil, parece que tanto mais caprichava

em o contrariar em tudo, pois é bem natural que um homem em posição elevada faça menos caso de um outro em posição inferior, quando o vê abjecto e sem dignidade, do que quando n'elle encontra nobreza e elevação de sentimentos, apesar da sua inferioridade social[1].

As suspeitas do conde das Galveias, de que as consequencias do tratado de commercio de 1810 haviam de ser maiores e mais desagradaveis do que os trabalhos e desassocego a que dera logar a sua negociação, verificaram-se completamente, correspondendo assim os seus resultados á precipitação com que se fez e ultimou tal tratado. Apenas se poz em execução rebentaram desde logo as duvidas e difficuldades, commettendo-se a sua resolução ao embaixador de Portugal em Londres. E com effeito logo após a ratificação de tão funesto tratado começaram a apparecer graves representações contra elle, como se prova pelo officio que na data de 4 de março de 1810 a côrte do Rio de Janeiro dirigiu ao referido embaixador, talvez que na mesma mala em que ía a respectiva ratificação. No sobredito officio lhe dizia pois: «Havendo-se concluido o novo tratado de alliança e commercio, que sua alteza real o principe regente nosso senhor mandou assignar com sua magestade britannica, *para mostrar por todos os modos a grande deferencia que o mesmo augusto senhor tem para com sua magestade britannica,* e quanto préza e estima sobretudo a conservação da antiga e fiel alliança que existe entre as duas corôas, *succedeu fazerem-se a sua alteza real graves representações sobre alguns artigos do mesmo tratado*». O certo é que o citado officio de 4 de março nada mais foi do que um pequeno exordio aos grandes e inevitaveis debates que se lhe seguiram, dando logar a cinco annos de continuas e vivas negociações entre as côrtes de Londres e do Brazil, durante os quaes o governo inglez não fez outra cousa senão: 1.º, zombar constantemente das aberturas e notas que se lhe dirigiram; 2.º, illudir toda a promessa de executar o respectivo tratado em favor dos portuguezes de uma

[1] Veja o documento n.º 72.

maneira justa e equitativa; 3.º, reduzir todas as discussões sobre elle unicamente aos pontos que interessavam a Gran-Bretanha, sem nada lhe importar com as queixas e reclamações feitas pelos portuguezes; 4.º, desdenhar por todos os modos toda a conveniencia nas negociações, isto é, começa-las, interrompe-las e transporta-las, segundo o capricho do momento, de Londres para o Brazil, para Lisboa, ou *vice-versa;* 5.º, recusar-se a toda a indemnisação pelas presas dos navios portuguezes, empregados no trafico da escravatura, sendo taes apresamentos feitos pelos cruzadores inglezes, sem previa declaração, nem explicação posterior; 6.º, augmentar incessantemente as suas pretensões, relativamente á abolição do trafico da escravatura, interpretando o tratado despotica e arbitrariamente, e sempre em vantagem sua; 7.º, finalmente exigir imperiosamente a abolição da companhia dos vinhos do Alto Douro, sem querer ouvir consideração, nem prestar-se a um meio termo.

Para resolver pois as interminaveis duvidas a que um tão ominoso tratado de commercio tinha dado logar, propoz o ministro de Portugal em Londres a nomeação de alguns commissarios, negociantes das duas nações, no que o governo inglez conveiu, recaindo a escolha por parte da Inglaterra em William Burn e Ferwin, e por parte de Portugal em Sampaio e Costa. Por este modo veiu a pôr-se termo ás multiplicadas questões do referido tratado, terminando sempre por um modo favoravel aos interesses inglezes, sem se attender, nem fazer caso algum dos de Portugal, como era bem de esperar das suas disposições, como facilmente verá quem se der ao trabalho de o examinar, o que passaremos a fazer mui ligeiramente, como é proprio da indole d'esta obra, visto não haver entre nós uma historia dos nossos tratados, como tão precisa era para regular obras d'esta natureza. A primeira cousa que se notou na sua publicação em Londres foi que a traducção portugueza tinha o nome de sua magestade britannica primeiro que o da rainha de Portugal, o que era inteiramente contrario a todas as praxes diplomaticas, porque, segundo as *instituições politicas* de Bielfeldt, parte II, capitulo V; e Vic-

quefort, livro II, sect. XII, todos os soberanos têem iguaes direitos, qualquer que seja a grandeza dos seus estados. Pareceu igualmente que a dita traducção portugueza foi feita sobre a parte ingleza, d'onde resultou ser confusa, e até mesmo incorrecta, causa sem duvida das interpretações cerebrinas que os negociantes inglezes lhe deram, ou o proprio governo inglez, que nas suas reclamações tomou sempre acaloradamente o seu partido. Deixando porém de parte estes casos de mera formalidade, que bem mostraram por si o que haviam de ser no mais, passaremos ás disposições perceptivas do referido tratado. Os defeitos que quanto a este ponto n'elle se notam podem reduzir-se: 1.°, á falta de uma justa e equitativa reciprocidade, sendo esta uma cousa que tanto n'elle se inculcava; 2.°, á superioridade da condição que os inglezes foram gosar no Brazil, comparados os seus direitos com os dos portuguezes em Inglaterra, e ainda quanto aos que viviam no mesmo Brazil; 3.°, á perniciosa influencia do referido tratado, indo retardar a nascente prosperidade d'aquelle nascente imperio; 4.°, finalmente á humilhação perenne da dignidade nacional portugueza, pelas confissões e admissões em que se comprometteu o caracter da nação.

Logo no artigo 1.° se nota uma grande anomalia, parecendo dar-se ás disposições do tratado o caracter de perpetuas e permanentes, determinação contraria a todas as praticas das mais nações, que fazem sempre os tratados de commercio por tempo limitado. Com relação porém ao Brazil, similhante determinação era duplicadamente anomala, porque, sendo aquelle paiz ainda por então desconhecido, quanto á sua agricultura e importancia commercial, pactuou-se, sem bem se saber o que, com relação a taes objectos. Pelo artigo 6.° a Inglaterra obrigou-se a pôr o commercio dos portuguezes nas possessões inglezas da Asia no mesmo pé em que estivesse o da nação mais favorecida, ao passo que Portugal se obrigava pela sua parte a não fazer regulamento algum que podesse ser prejudicial ao commercio e navegação dos inglezes. Se portanto a Inglaterra quizesse fechar os portos dos seus dominios da Asia ao commercio de todas as nações,

Portugal devia sem justa queixa entrar no numero d'ellas, sem que pela sua parte podesse deixar de tratar os inglezes como nação mais favorecida, e nem mesmo alterar os regulamentos do paiz de um modo prejudicial ou inconveniente ao commercio inglez[1]. Pelo artigo 7.º do tratado podiam os inglezes estabelecer-se em qualquer parte dos dominios portuguezes, comprar e possuir bens de raiz; mas os portuguezes é que não podiam gosar d'estas vantagens na Gran-Bretanha; os inglezes podiam abrir as suas lojas de retalho ou de atacado em Portugal; mas nenhum portuguez podia abrir loja em Londres de qualidade alguma: os inglezes podiam viajar livremente por todos os territorios de Portugal; mas os portuguezes não podiam ir, nem mesmo desembarcar em Inglaterra, sem uma licença da inspecção dos estrangeiros *(alien office)*, a qual se negava frequentemente, sem ser necessario processo legal. Pelo artigo 8.º o governo portuguez era obrigado a não estabelecer nos seus dominios mais monopolio algum, alem do contrato do tabaco, não recebendo em troca d'este encargo compensação alguma. Por este artigo os inglezes podiam comprar todos os productos de Portugal a quem muito bem lhes parecesse, sem que n'este reino se podessem estabelecer monopolios que affectassem similhante liberdade (salvo os quatro especificados no contrato), disposição em que os inglezes depois se fundaram para reclamarem contra os privilegios da companhia dos vinhos do Alto Douro. Tudo isto fazia Portugal sem receber em troca compensação alguma. Pelo artigo 10.º concedia-se aos inglezes a faculdade de nomearem para as suas causas magistrados especiaes (jui-

[1] O conde de Linhares, ou de boa ou de má fé, andou tão errado na negociação d'este tratado, que até chegou a dirigir uma memoria ao principe regente, acompanhando o primeiro projecto que para elle se lhe apresentou, na qual, citando varios artigos do referido tratado, se esforçou por fazer ver as suas vantagens para Portugal, pretendendo até mostrar com a auctoridade de Smith, que a introducção de todas as manufacturas inglezas em Portugal, postoque arruinasse as fabricas portuguezas, não era nociva ao paiz. Um ministro que, possuido de taes idéas, assim raciocinava, está classificado.

zes conservadores), cousa para que os portuguezes não tinham em Inglaterra compensação alguma. Pelo artigo 15.º e 16.º se admittiam em Portugal todos os artigos de producção ou manufactura britannica, pagando sómente 15 por cento do valor que tivessem, e pelo artigo 19.º, onde vinha a reciprocidade apparente a esta concessão, concedia-se que os portuguezes pagassem nos portos inglezes pelos artigos de producção ou manufactura portugueza o mesmo que pagasse a nação mais favorecida; ora como então não havia nação alguma a quem similhante favor se concedesse, por se não admittir por aquelle tempo na Gran-Bretanha manufactura alguma estrangeira, sob pena de confisco, o resultado foi que emquanto em Portugal e seus dominios os inglezes tinham a faculdade de introduzir todas as suas manufacturas com aquelle modico direito, os portuguezes não podiam metter uma só na Gran-Bretanha, chegando-se até a confiscar a um portuguez, a titulo de manufactura estrangeira, uma porção de palitos para esgravatar os dentes, que de Lisboa lhe foram remettidos, e a outro um pouco de tabaco em rolo, que lhe foi do Brazil, por ir untado com melaço, operação que na respectiva alfandega se considerou por manufacturar.

Eis-aqui pois a reciprocidade do famoso tratado de 1810, no qual só podia convir um ministro tão utopista e vaidoso, como de si mesmo foi o conde de Linhares, seguramente um dos que mais funesto se tornou para o seu paiz em tão elevado cargo. Talvez alguem dissesse por aquelle tempo que os portuguezes não tinham manufactura alguma a importar em Inglaterra. De acordo: mas por isso mesmo nenhuma duvida podia haver em se consignar no tratado uma reciprocidade de palavras, a qual nem mesmo assim os inglezes nos quizeram conceder. O artigo 17.º era realmente indecoroso para o governo portuguez, porque, para evitar os embargos, como então era frequente, nas propriedades inglezas, estipulava-se que quando o mesmo governo houvesse de ficar para seu uso com alguns artigos, importados nos seus portos pelos negociantes inglezes, desde logo seria obrigado a pagar-lh'os pelos preços que seus donos lhes estipulassem, sob pena de ficar res-

ponsavel pelas perdas que de contrario se lhes houvessem de causar. Pelo artigo 18.º os negociantes inglezes tinham o privilegio de pagarem nas nossas alfandegas os direitos a prasos, por meio de *escriptos* por elles assignados, favor que os portuguezes receberiam nas alfandegas de Inglaterra, *em tanto quanto podesse ser justo ou legal,* o que equivalia a uma completa denegação de tal favor, vistoque pelas leis inglezas a ninguem era permittido a assignatura de *escriptos* para pagamento de direitos na alfandega, nem cousa que com isto se parecesse: por conseguinte tambem n'este artigo não houve o mais pequeno vislumbre de reciprocidade. Pelo artigo 20.º até se excluiram da importação na Gran-Bretanha alguns generos coloniaes, taes como o assucar, café, e outros similhantes, para não prejudicarem a concorrencia de outros que taes productos das colonias britannicas. Pelo artigo 21.º foram excluidas, por justa reciprocidade ao artigo antecedente, de admissão nos dominios portuguezes as producções das Indias occidentaes, como o assucar, café, etc.; mas como era impossivel que similhantes generos podessem ter saída no Brazil, a reciprocidade n'este caso era ephemera, por serem taes generos melhores e mais baratos no mesmo Brazil do que os das Indias occidentaes britannicas. Finalmente para nos forrarmos ao enfado de analysar artigo por artigo, os d'este famoso tratado de commercio[1], fallaremos sómente do artigo 25.º Por elle se estipulou a abolição da antiga feitoria ingleza, ficando porém os negociantes inglezes gosando individualmente dos mesmos direitos e privilegios que tinham, existindo a feitoria. Conseguintemente a não ser a extincção do nome, a Inglaterra nada cedeu; mas não succedeu assim a Portugal, que, a titulo de reciprocidade, se obrigou a não permittir companhia alguma de commercio que restringisse, embaraçasse ou affectasse o commercio dos subditos britannicos. Por meio d'esta obri-

[1] Esperâmos que o leitor nos desculpe esta enfadonha analyse de um tratado que tão ominoso se tornou para Portugal, em rasão da utilidade que no futuro póde ter, se por desgraça d'este paiz os homens da sua governança se prestarem a fazer outros tratados de commercio com a Inglaterra.

gação, que Portugal a si mesmo se impoz, a Gran-Bretanha entendeu que virtualmente ficava extincta a companhia dos vinhos do Alto Douro, e n'esta conformidade instou e tornou a instar para que tal extincção se effeituasse, exigencia em que o governo portuguez de então nunca concordou, o que lhe faz tanta honra, quanto deslustra o da epocha da regeneração, ou o que quarenta e quatro annos depois de 1810 em similhante cousa conveiu.

O que fica dito é bastante para se fazer uma idéa do que foi para Portugal o monstruso tratado de commercio de 1810, monumento eterno de vergonha e opprobrio para o conde de Linhares, seu negociador por parte de Portugal, e para a nação ingleza, que tão torpemente abusou da fraqueza d'este reino, e das apuradissimas circumstancias em que por então se achava, tratado que acabou de arruinar completamente a industria do paiz, a navegação e commercio dos portuguezes, pelas condições enormemente lesivas para a sua manutenção e progresso, alem das humilhações e vexames para a dignidade nacional, que o negociador portuguez admittiu, como acabámos de ver. E como se isto ainda não bastasse para de todo arruinar Portugal, seguiu-se ao famoso tratado de commercio o tratado de alliança, assignado no mesmo dia d'aquelle, cujas principaes provisões são as seguintes: pelo artigo 4.° renovou e confirmou o governo portuguez a promessa ou ajuste feito com o governo britannico (sem dizer quando, nem em que especie de documento), de fazer boas todas as perdas e desfalques que os subditos britannicos tivessem soffrido em suas propriedades, em consequencia das medidas que o governo portuguez foi constrangido a tomar no mez de novembro de 1807. Pelo artigo 5.° convencionou-se que todas as perdas soffridas pelo governo ou subditos portuguezes, em consequencia dos acontecimentos politicos durante a *amigavel* occupação de Goa pelas tropas britannicas, *sendo estes prejuizos previamente averiguados,* seriam taes perdas feitas boas pelo governo britannico. Pelo artigo 6.° determinou-se que o governo portuguez, em signal de reconhecimento pelos serviços feitos pela marinha britannica, concedia ao governo

inglez o privilegio de comprar e cortar madeiras nas florestas do Brazil (exceptuando as reaes) para a construcção de embarcações de guerra, bem como a permissão de construir e reparar embarcações nos portos e bahias d'aquelles estados, *e que taes privilegios não seriam concedidos a nenhuma outra nação!*

O certo é que em todos os tratados entre Portugal e a Gran-Bretanha vê-se sempre a prepotencia, o egoismo, a ambição e o orgulho do governo inglez transpirando da mais palpavel maneira em todos os seus artigos e nas phrases em que são concebidos, por mais insignificantes que sejam. Foi este governo quem nos envolveu na desastrada guerra com a França, e quem provocou a invasão de Portugal, effeituada pelo exercito francez do general Junot. Os subditos inglezes tinham vindo a este reino para negociarem e se enriquecerem; não podiam continuar a residir n'elle, em consequencia da occupação do exercito francez, occupação provocada pelo proprio governo britannico, e todavia Portugal é que os havia de indemnisar, *sem previo exame das suas perdas!* Foram as tropas inglezas occupar Goa por violencia e arbitrio seu, como já vimos, sem que para isto houvesse aviso, e se pedisse o previo consentimento ou annuencia do governo portuguez; fizeram lá os seus costumados maleficios, e os prejuizos que nos causaram só seriam feitos bons pelo governo britannico, se porventura entendesse que eram legaes! Eis-aqui pois como elle entende a reciprocidade para com Portugal! Conseguiram pois os inglezes por este seu tratado de alliança com este reino o privilegio ou licença de cortarem madeiras nas florestas do Brazil, bem como para lá construirem e repararem as suas embarcações de guerra, e não contentes ainda com isto, obrigaram o governo portuguez a não conceder licença igual a nenhuma outra nação, ou por outros termos, a não poder usar livremente da sua propriedade! E qual era a reciprocidade que a Inglaterra nos dava em troca d'isto? Nenhuma, não sendo tal concessão mais do que a paga dos serviços feitos pela marinha britannica, quando em 1807 acompanhou o principe regente para o Brazil: foi milagre não allegarem tam-

bem como serviço o que a sua dita marinha nos fez com o apresamento dos nossos navios de commercio!

Se alem dos encargos que a Inglaterra tem imposto a Portugal nos seus tratados, passassemos a examinar agora a maneira por que ella tem cumprido as disposições n'elles consignadas em favor d'este reino, ver-se-ía uma constante burla de todas ellas, nunca as tendo cumprido, nem provavelmente as cumprirá jamais, quando d'isso lhe não venha algum interesse real e effectivo. Longo e muito longo nos seria comprovar pelos factos até aqui observados a proposição que acabâmos de emittir[1]; mas não podemos resistir n'este logar ao desejo de fazer bem conhecer aos nossos concidadãos o seguinte. Pelo tratado de 1661 se obrigou o governo britannico a auxiliar o governo portuguez para reconquistar do poder dos hollandezes a maior parte das suas possessões na India, as quaes tinha perdido durante o governo intruso dos hespanhoes, e a restituir a Portugal o porto de Calumbo, se o chegasse a recuperar, em compensação dos dois milhões de cruzados que levou em dote a infanta D. Catharina (que por fim veiu morrer a Portugal), e da cessão das fortalezas de Tanger e Bombaim. Os inglezes durante a sua guerra com a França e a Hollanda tomaram a esta potencia Ceylão; mas Calumbo ainda até hoje se não restituiu a Portugal. Pelo referido tratado de 1661, bem como pelo de 1793, a Inglaterra obrigou-se a defender Portugal *por mar e por terra, como se fosse a propria Gran-Bretanha;* mas o que em 1801 se viu foi abandonar ella Portugal completamente á ambição da França, estando esta potencia de mãos dadas com a Hespanha, de que nos resultou a perda de Olivença, e a das grandes sommas de dinheiro por que tivemos de comprar á mesma França uma desgraçada paz, que só ficámos gosando temporariamente, acrescentando ainda este grande escandalo com o ser a propria Inglaterra a que pela paz de Amiens sanccionou pela sua parte aquella perda,

[1] Quem quizer ver algum tanto mais explanada esta materia consulte um folheto de 8.º pequeno, que no anno de 1843 se publicou em Lisboa, com o titulo de *O governo britannico e Portugal,* imprensa de C. A. da Silva Carvalho, travessa do Monturo do Collegio, n.º 13.

ao passo que, entrando depois em nova guerra com Napoleão, nem durante ella, nem depois d'ella, fez o mais pequeno esforço, ou empregou uma só palavra para se nos restituir aquella praça, nem ao menos por gratidão aos pesados sacrificios que por ella fizemos, e ao valioso auxilio que o exercito portuguez lhe prestára, para o seu final triumpho e omnipotencia a que em rasão de uma e outra cousa chegára. De que nos servem pois os tratados de commercio e alliança feitos com a Gran-Bretanha? De nada absolutamente. E é por similhante conducta que a Inglaterra julga ter adstrictos á sua politica os portuguezes? Não póde ser: poderá ligar a si o seu governo, mas nunca os seus governados.

Subordinados como portanto se achavam, ou de boa ou de má fé, aos interesses da Gran-Bretanha, o conde de Linhares (D. Rodrigo de Sousa Coutinho) e seu irmão, o conde do Funchal (D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho), aquelle residente na côrte do Rio de Janeiro, onde como ministro da corôa, e pela grande influencia que tinha no animo do principe regente, dispunha a seu talante das cousas do Brazil e Portugal, e este residente na côrte de Londres, onde como embaixador portuguez, e pelo grande apoio que tinha no seu dito irmão, dispunha tambem com arbitrio igual ao d'elle das cousas d'este reino, não admira que os governadores de Portugal, sujeitos como de facto se achavam áquelles dois irmãos, por quem de mais a mais eram mal vistos, se deixassem escravisar tambem pelos inglezes, e aos interesses d'estes e ás suas vontades e desejos subordinassem igualmente as funcções dos seus elevados cargos: o exemplo vinha-lhes de cima, e para não incorrerem no desagrado da côrte do Brazil, que lh'o fornecia, forçoso lhes era segui-lo, como mais commodo para os seus particulares interesses. D. Domingos fizera, como já vimos, tudo quanto estava ao seu alcance para por meio do ministerio britannico destruir a regencia, que em setembro de 1808 o general Dalrymple installára em Lisboa, depois da convenção de Cintra; mas não o podendo conseguir por similhante meio, recorreu ao de escrever sobre este ponto para o Rio de Janeiro, onde ao principio tambem nada pôde obter,

porque quando o conde de Linhares recebeu a correspondencia de seu irmão sobre este ponto, já a regencia tinha sido approvada pelo principe regente, por decreto de 2 de janeiro de 1809, e não era decente que depois d'esta approvação se seguisse logo no mesmo correio ou no immediato a destruição de similhante acto. A questão porém de D. Domingos não era contra toda a regencia, porque o patriarcha eleito, o marquez das Minas e o marquez de Olhão, ou marquez monteiro mór, esses approvava elle de todo o seu coração e vontade que d'ella fizessem parte; mas o que não podia tolerar era o continuarem n'ella D. Francisco Xavier de Noronha e D. Francisco da Cunha e Menezes, que elle reputava indignos de exercerem o cargo de governadores do reino, manchados pelo facto de se terem subordinado em tudo, e para tudo, ás vontades de Junot, emquanto este os não excluiu formalmente do seu ephemero governo, como se uma cega subordinação aos francezes, filha da coacção e da força das circumstancias, fosse mais opprobriosa e indigna do que uma cega subordinação aos inglezes, filha da espontaneidade, e mais actos voluntarios praticados por elle D. Domingos, prompto sempre a escravisar a sua patria ao poder britannico. O certo é que D. Domingos, baldado nos seus primeiros esforços para derrubar do governo estes dois membros da regencia, poz logo outro expediente em campo, filho da intriga e da abjecção, annexas á memoria do seu nome, tal foi o de induzir mr. Canning, ministro dos negocios estrangeiros em Londres, a representar á côrte do Rio de Janeiro, que o numero dos governadores do reino, não só era demasiadamente excessivo, para um tempo tão critico como o de então, mas até mesmo frouxo e inerte nos seus actos, pela laxidão e inercia de que eram dotados, por effeito da sua idade, os citados D. Francisco Xavier de Noronha e Francisco da Cunha e Menezes, que por similhante motivo deviam ser escusos do governo, entrando no logar d'elles o marechal general, sir Arthur Wellesley, devendo como tal ser admittido ás sessões do governo[1].

[1] Que D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho foi quem induziu mr. Canning a fazer esta exigencia á côrte do Rio de Janeiro é materia

Pareceu bem a lembrança a mr. Canning, e como era o proprio embaixador portuguez quem assim lh'o pedia, de prompto ordenou a lord Strangford, ministro inglez na côrte do Rio de Janeiro, que assim igualmente o exigisse da sobredita côrte, allegando que similhante medida era para que a Inglaterra podesse na paz geral defender com mais fundamento os interesses de Portugal. Lord Strangford teve até a impudencia de exigir posteriormente que o ministro inglez em Lisboa tomasse parte em todas as materias de governo, aindaque alheias fossem aos assumptos militares e de fazenda, que eram aquelles para que só se pedia a intervenção de sir Arthur Wellesley, cousa a que o governo do Brazil não annuiu desde logo, como consta da nota que em 11 de fevereiro de 1811 lhe dirigiu, em resposta a similhantes exigencias. Todavia se ao primeiro impulso de lord Strangford o pedido de mr. Canning não foi de prompto attendido, nem por isso deixou de se tomar em muita consideração, subscrevendo finalmente a elle a côrte do Rio de Janeiro, que nunca duvida teve em ordenar para Lisboa o que sobre tal assumpto se lhe pedíra, como effectivamente ordenou por carta regia de 6 de julho de 1809, expedida aos governadores do reino, na qual relata a exigencia do governo inglez, omittindo todavia a parte que n'isto tivera o ministro de Portugal em Londres[1]. Pela dita carta regia foram portanto reduzidos a tres os citados governadores do reino, permanecendo n'este cargo o bispo do Porto (patriarcha eleito, D. Antonio José de Castro), o marquez das Minas (D. João Francisco Benedicto de Sousa Lencastre e Noronha) e o marquez monteiro mór ou marquez de Olhão (Francisco de Mello da Cunha e Menezes), sendo portanto excluidos o tenente general D. Francisco Xavier de Noronha, que tornou para o seu antigo logar de presidente da mesa da consciencia e ordens, e o tenente general Francisco da Cunha e Menezes, que passou a ser nomeado presidente da mesa do

provada pelo officio que o conde de Linhares dirigiu a seu irmão na data de 2 de julho de 1809, como se póde ver dos documentos n.os 73 e 73-A.

[1] Veja o documento n.º 74.

desembargo do paço. Pela mesma carta regia se ordenava igualmente que sir Arthur Wellesley fosse reconhecido como marechal general dos exercitos portuguezes, com as mesmas prerogativas que tivera o primeiro duque de Lafões, D. João de Bragança, emquanto se conservasse no commando das forças alliadas portuguezas e inglezas, tomando assim o passo ao marechal Beresford, na sua qualidade de commandante em chefe das forças combinadas, e logoque assim fosse reconhecido, os governadores do reino o chamariam a todas as sessões em que se tratasse da organisação militar ou objectos concernentes ao mesmo fim, de materias de fazenda e das grandes resoluções que se devessem tomar, tanto para a defeza do reino, como da peninsula, ouvindo sempre o seu parecer em todos os ditos pontos.

Tal foi a primeira modificação feita pela côrte do Rio de Janeiro na regencia, nomeada pelo general Dalrymple em setembro de 1808, depois da convenção de Cintra. Por effeito d'esta innovação lord Wellington deixou o exercito em Badajoz, apparecendo em Lisboa no dia 10 de outubro do já citado anno de 1809, para assumir as funcções de governador do reino, como effectivamente assumiu, achando conveniente que o marechal Beresford continuasse no commando em chefe do exercito portuguez, e elle Wellington no dos exercitos combinados, portuguez e inglez, quando operassem juntos. Sobre os negocios de fazenda fez-se-lhe sentir que o exercito portuguez não podia subsistir no pé em que se achava, a não serem os extraordinarios soccorros que a Inglaterra nos fornecesse, attento o deploravel estado a que a nação tinha sido levada pelas invasões e guerra com os francezes; pelo consideravel atrazo em que os pagamentos se achavam, fazendo escassear o credito sobre que se tomavam os fornecimentos do mesmo exercito; e finalmente pela urgente necessidade de se abastecerem as praças de Elvas, Peniche, Almeida e Valença, e de se obterem desde logo tres milhões de cruzados para as primeiras despezas a fazer. De tudo isto deu o bispo do Porto, patriarcha eleito e presidente da regencia, parte ao ministro de Portugal em Londres, em officios de 21 e 27 do citado mez

de outubro, queixando-se de que, apesar da citada reducção dos governadores do reino, percebia ainda assim um certo desagrado para com os povos das provincias do norte, que elle não gostava de ver intimidados e assustados[1]. A isto respondeu o nosso dito ministro, felicitando o referido bispo pela acertada resolução do principe regente em ordenar a sobredita medida, esperando que por effeito d'ella o governo se tornaria mais energico e decisivo, como tanto exigiam as circumstancias de então[2]. Fez-se portanto a citada reducção; mas D. Domingos não deixou de ter por ella contra si, como seu primeiro motor, graves accusações no publico e mesmo junto do imperante, a quem por esta causa dirigiu uma carta, defendendo-se de taes accusações, já para justificação do seu procedimento, e já para condemnação dos governadores do reino[3].

Apesar d'esta mudança, ou subtracção no numero dos governadores do reino, conseguida assim por intrigas de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, outra questão tomou elle seriamente a peito, tal foi a da demissão de Cypriano Ribeiro Freire de presidente do erario e ministro dos negocios estrangeiros. A viva indisposição que da parte de D. Domingos havia contra o mesmo Cypriano Ribeiro Freire, segundo a confissão feita por aquelle, parece que provinha sómente d'este ter sido o negociador do tratado de Madrid de 29 de setembro de 1801, como se este tratado fosse mais funesto e vexatorio para Portugal, do que o de commercio de 19 de fevereiro de 1810, originalmente devido ao exaltado inglezismo do referido D. Domingos, e por ultimo ao de seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A correspondencia entre o dito D. Domingos e Cypriano Ribeiro Freire era cheia de pungentes expressões de azedume, que denotavam bem o reciproco resentimento e desaccordo que havia entre estes dois individuos, não que-

[1] Documento n.º 74-A.

[2] Documento n.º 74-B.

[3] Esta carta de D. Domingos é a que constitue o documento n.º 73-A, já citado.

rendo o primeiro reconhecer no segundo superioridade de cargo, nem admittir-lhe voz imperativa nos officios ou cartas que d'elle recebia[1]. É de crer que D. Domingos não omittisse nos seus officios para o Rio de Janeiro a má vontade que mostrava ter para com o ministro dos negocios estrangeiros em Lisboa; mas essa má vontade, apesar da consideração em que o conde de Linhares tinha sempre tudo quanto seu irmão lhe mandava dizer de Londres, não pôde até certo tempo produzir effeito algum desagradavel no animo do principe regente, como se colhe das seguintes expressões do mesmo conde para seu irmão, quando a este respeito lhe disse: «Representei a sua alteza real as curiosas respostas que deu a v. s.ª Cypriano Ribeiro Freire, seja a respeito das instrucções, seja a respeito das negociações de Villiers; mas infelizmente nada pôde valer para que se renda justiça á nullidade de um homem, que por tantos factos a tem feito conhecer; mas que soube inspirar uma confiança aos conselheiros de sua alteza real de que ignoro o fundamento[2]». Entretanto os governadores do reino demittiram pela sua parte Cypriano Ribeiro Freire dos referidos logares de presidente do erario e ministro dos negocios estrangeiros, ou pelo mau serviço do demittido, ou por deferencia que quizessem ter para com o ministro de Portugal em Londres, ou finalmente porque o proprio Cypriano, desgostoso pela correspondencia que tinha com D. Domingos, a pedisse por acto seu voluntario. Em conformidade pois com isto a repartição dos negocios estrangeiros novamente se annexou á secretaria da guerra, sendo portanto dirigida por D. Miguel Pereira Forjaz, como ministro d'esta ultima repartição, nomeando-se para presidente do erario o conde de Redondo, Fernando Maria de Sousa Coutinho.

Similhante demissão não foi porém approvada pela côrte do Rio de Janeiro, de que resultou mandar o conde de Aguiar,

[1] Veja os documentos n.os 75, 75-A, 75-B e 75-C.

[2] Assim se lê no officio do conde de Linhares para Londres, datado de 18 de janeiro de 1810, referindo-se a expressão de *conselheiros* que acima se lê, a Antonio de Araujo e ao conde de Aguiar (D. Fernando José de Portugal), ambos elles protectores de Cypriano Ribeiro Freire.

por aviso de 13 de janeiro de 1810, que o demittido continuasse no exercicio d'aquelles cargos. Mas os governadores do reino não quizeram cumprir o aviso, o qual se conservára em mysterioso segredo. A reserva que portanto houve na promulgação dos despachos, vindos por aquelle tempo do Brazil, levou o novo ministro inglez em Lisboa, sir Carlos Stuard, que n'esta capital tinha ultimamente substituido mr. Villiers[1], a estranhar a demora de similhante expedição, por cuidar que entre aquelles despachos algum lhe viria remettido. N'este sentido dirigiu pois uma nota ao governo de Lisboa, á qual respondeu D. Miguel Pereira Forjaz, participando-lhe que nenhum despacho tinha vindo para elle, nem mesmo nomeações algumas de novo, a não ser um aviso por que se ordenava que Cypriano Ribeiro Freire continuasse no exercicio dos logares que tinha. No meio d'esta discrepancia entre as deliberações da regencia e as resoluções da côrte do Brazil, entendeu a mesma regencia dever consultar a opinião de lord Wellington, o qual respondeu terem sido melhor executadas as obrigações das differentes repartições durante a ausencia de Cypriano Ribeiro Freire, resposta de que resultou suspender-se definitivamente o aviso do conde de Aguiar, porque n'aquelle tempo uma indicação qualquer do governo

[1] N'um dia de sexta feira, 3 de novembro de 1809, teve dos governadores do reino a sua audiencia de despedida o ministro inglez, mr. João Carlos Villiers. Apuradissimas foram as circumstancias de Portugal durante o tempo em que o referido ministro desempenhou em Lisboa o caracter de representante da Gran-Bretanha, o que fez sempre com tal moderação e prudencia, que a nação portugueza o teve sempre por muito seu affeiçoado, sendo elle um dos que mais concorreu, pelas suas boas informações a favor dos soldados portuguezes, para que o seu governo tomasse a seu soldo uma porção do nosso exercito, que principiando por 10:000 homens, acabou por 30:000, sendo portanto a elle que a mesma Gran-Bretanha deve o importante serviço que n'isto lhe fez, confessando nós, os portuguezes, o que por similhante motivo d'elle recebemos. É por isso que a memoria d'este ministro será sempre entre nós grata e bemquista. O mesmo mr. João Carlos Villiers continuou em Lisboa no desempenho das suas antigas funcções até á chegada do seu successor, mr. Carlos Stuard, chegada que só se verificou em fevereiro de 1810.

inglez ou dos seus delegados, quer diplomaticos, quer militares, era superior a tudo que podia haver de maior respeito, vindo sempre quebrar-se contra a dura rocha do poder britannico tudo quanto em sentido opposto a tal indicação podia ser ordenado por parte do governo portuguez, quer do de Lisboa, quer do do Rio de Janeiro. Em consequencia pois do citado aviso de 13 de janeiro queixaram-se os governadores do reino muito amargamente ao principe regente, em carta que lhe dirigiram em 21 de abril do referido anno de 1810, allegando, não só que similhante aviso lhes annullava a sua auctoridade, cousa que podia ter funestas consequencias nas circumstancias de então, mas igualmente que a demissão de Cypriano Ribeiro Freire lhe fôra dada por elle a ter por varias vezes pedido, tanto de presidente do erario, como de secretario do governo, poisque com o pretexto da impossibilidade de servir, nem ía ao erario, nem á junta das munições de bôca, que se achava sem credito, por falta de pagamento das letras vencidas nos ultimos mezes, estando estas duas repartições como abandonadas, sem embargo de depender d'ellas a subsistencia do exercito e da monarchia. Alem d'isto diziam mais que o ministro inglez, mr. Villiers, lhes ponderára os incalculaveis damnos que resultavam da falta do presidente do erario e junta de munições de bôca, repartições que estavam paralysadas, concluindo que se o governo não quizesse o exercito disperso, não demorasse as providencias destinadas a remediar similhante desordem, poisque o mesmo Cypriano lhe tinha affirmado que não tornava mais a servir.

Com relação á nomeação do conde de Redondo, os mesmos governadores do reino diziam tambem o seguinte, por formaes palavras: «Serviu de titulo de recommendação ao conde de Redondo para director do erario o ter mostrado bastante exactidão, actividade, zêlo e prestimo na administração da real ucharia, do arranjamento das creadas no paço da Ajuda, na venda de carvão e outros generos, arrecadação de cobre, etc. Esta nomeação pareceu inspirada de sorte que todos os membros do governo a consideraram como um milagre para a nossa defeza, porque é impossivel servir melhor, nem com

mais prestimo e zêlo do que tem feito o conde, sacrificando todo o seu tempo, cuidados, interesses e commodidades ao real serviço, com tanta assiduidade, exactidão, affabilidade e inteireza, que no pouco tempo que occupou este importante emprego satisfez muito ao governo e adquiriu a estimação geral, desenvolvendo qualidades que os seus mesmos parentes e amigos lhe não suppunham.» Á vista pois d'estas rasões, ou antes da representação do ministro inglez em Lisboa contra o mau serviço de Cypriano Ribeiro Freire, confirmada por lord Wellington, a côrte do Rio de Janeiro annuiu effectivamente á demissão, que pelos governadores do reino lhe fôra dada de presidente do erario e secretario do governo, collocando-o, por decreto de 17 de agosto do mesmo anno de 1810, em presidente da real junta do commercio, sendo substituido definitivamente pelo conde de Redondo no primeiro dos referidos logares, dando-se tambem ao mesmo conde o caracter de membro do governo, *em attenção á sua exactidão, actividade e zêlo na administração da real ucharia, arranjamento das creadas do paço da Ajuda, venda de carvão e arrecadação de cobre!* Entretanto o primeiro acto que n'elle se viu depois da sua nomeação, feita pelos governadores do reino por decreto de 25 de outubro de 1809 para presidente do erario, foi o decreto de 30 d'aquelle mesmo mez, pelo qual se poz ponto nos pagamentos que houvesse em atrazo no dia 1.º de janeiro do mesmo anno de 1809, fixando-se d'este dia em diante a epocha para se pagarem os soldos e mais despezas dos exercitos, marinha, ordenados, tenças, etc.[1].

Tanto pelas expressões que o conde de Linhares empregára na sua correspondencia para Londres, dirigida a seu irmão, ácerca da protecção que Cypriano Ribeiro Freire tinha em alguns dos conselheiros do principe regente, como pelo aviso que em favor do mesmo Cypriano o conde de Aguiar expedíra para Lisboa, vê-se que um partido havia no Rio de Janeiro, contrario á omnipotencia dos irmãos Linhares, partido de

[1] Documento n.º 75-D.

que provavelmente era chefe Antonio de Araujo de Azevedo, ligado como por então se achava em amisade intima com o conde de Aguiar, D. Fernando José de Portugal, filho segundo da casa dos condes de Vimioso e marquezes de Valença. Contra Antonio de Araujo, reputado chefe do partido francez, se achavam em campo pelo seu exaltado inglezismo os dois irmãos Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro dos negocios estrangeiros e da guerra no Rio de Janeiro, e D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Londres. A este escrevêra aquelle[1], dizendo-lhe: «Na conferencia (que annunciei a v. s.ª em anterior officio), que devia ter com lord Strangford, o mesmo me apresentou o consul geral Gambier, e depois narrou-me uma grande conversação que tivera com Antonio de Araujo, que, não se esquecendo do seu systema de intrigar perpetuamente, queria induzi-lo a declarar aqui, em nome de sua magestade britannica, que elle não era considerado pelo mesmo soberano como traidor ao serviço do nosso antigo amo, e igualmente persuadi-lo a que considerasse a v. s.ª como seu maior inimigo, o que lord Strangford me confiou em segredo, e o participo a v. s.ª para sua intelligencia e governo, sendo em tudo isto notavel que seja sempre com outros soberanos, e não com o seu, que Antonio de Araujo julgue dever contar, e que o seu espirito de intriga e vertiginoso o faça sempre dar os passos mais inconsiderados, e que são igualmente ridiculos como filhos de uma vaidade sem igual, e sem principios alguns em que se esteie». Esta animadversão do conde de Linhares contra Antonio de Araujo fôra-lhe sem duvida alguma inspirada por seu irmão D. Domingos, que tambem pela sua parte a concebêra, desde que o mesmo Antonio de Araujo começára a entabolar em Paris com o directorio executivo as suas mallogradas negociações para a conclusão de um tratado de paz entre a França e Portugal, como já vimos[2].

[1] Em officio do Rio de Janeiro para Londres com data de 29 de julho de 1808.

[2] Para se ver que o caracter de D. Domingos não era seguramente

Estas reciprocas indisposições entre estes dois notaveis individuos, em vez de diminuirem, tinham com o tempo progressivamente augmentado, já pelas intrigas dos dois irmãos Linhares, de quem Antonio de Araujo se reputava victima, dando-o incessantemente como votado ao partido francez (a peior mancha que contra si podia ter por aquelle tempo qualquer cortezão na côrte do Brazil), e já pela crescente omnipotencia a que na dita côrte chegára D. Rodrigo de Sousa Coutinho, circumstancia que só por si bastava para lhe grangear inimigos, ainda quando a sua gerencia governativa fosse a mais exemplar e a melhor dirigida, quanto mais não tendo por si estas qualidades. Antonio de Araujo queixava-se de que D. Domin-

proprio do de um homem do seu nascimento e posição social, bastará dizer que só depois que Antonio de Araujo deixou de ser ministro da corôa no Rio de Janeiro e o viu substituido por seu irmão em tão alto cargo, é que abertamente começou a intriga-lo, dizendo d'elle officialmente cousas contrarias ao que tambem officialmente lhe havia escripto de Londres em 1806, quando o dito Antonio de Araujo se achava ainda no reino com a pasta da guerra e dos estrangeiros. Effectivamente a sua linguagem para com elle era então a seguinte: «Lord Howich me repetiu n'esse dia (o que de passagem e com um ar de grande satisfação me tinha dito na vespera, quando saía de lord Granville), que mylord S. Vicente lhe escrevia: *que tinha achado que v. ex.ª não era nem francez, nem inglez, mas um verdadeiro portuguez, sinceramente affecto aos interesses da sua patria,* palavras formaes; e acrescentando elle que isto devia dar-me grande satisfação, lhe respondi: *Que por certo me lisonjeava muito a opinião que lord S. Vicente tinha formado pessoalmente, porque ella não me deixava duvida alguma do bem que eu tinha obrado a favor dos interesses do meu soberano, quando do melhor modo que pude protestei contra a resolução que receiava, que este ministerio tomasse sobre si considerar a v. ex.ª como parcial para alguma potencia estrangeira, em prejuizo do serviço de seu amo, e quando de acordo com um amigo commum aconselhei vivamente, se assim o posso dizer, que toda e qualquer communicação que quizessem fazer a sua alteza real não deixassem de a confiar a um ministro tão acreditado como v. ex.ª, a quem de direito pertencia.* Referir o mais que disse seria incorrer na taxa de adulador, a que v. ex.ª desejará eu me poupe. Até aqui creio que é obrigação que me impõe o real serviço». (Officio de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, dirigido da côrte de Londres para a de Lisboa, tendo o n.º 201, e a data de 16 de setembro de 1806.)

gos Antonio de Sousa Coutinho o havia em Londres accusado de traidor n'um jantar publico de portuguezes, empregando em outras occasiões os mesmos termos atrozes contra elle. Pela representação que elle Antonio de Araujo dirigiu á presença do principe regente no mez de março de 1810, não só constam as suspeitas que elle tinha das tramas que os irmãos Linhares urdiam contra elle, mas igualmente os trabalhos que empregavam para fazer crer que fôra do seu intento entregar a pessoa d'elle principe regente ao exercito francez de Junot, occultando-lhe a apressada marcha com que este mesmo exercito se dirigia para Portugal, tendo atravessado a Hespanha. Pela dita representação[1] vê-se mais que o principe regente, parecendo caprichar em trazer os seus conselheiros sempre intrigados uns com os outros, ora acariciava estes, fazendo-lhes conceber lisonjeiras idéas da sua particular estima para com elles, ora se mostrava intimo com aquelles, excitando-lhes tambem as mesmas idéas. Na epocha anterior á da ida da familia real para o Brazil, ou na da elevação de Antonio de Araujo ao ministerio, D. Rodrigo de Sousa Coutinho parecia estar no completo desagrado do principe regente; mas apenas este chegou á America, logo no dia 3 de março de 1808 de novo o chamou ao ministerio, como signal do triumpho dos homens do partido inglez, entregando-se outra vez cegamente á sua inteira direcção, e postoque por então demittisse Antonio de Araujo do logar de ministro, não só lhe deu o cargo de conselheiro d'estado, mas até, para prova da confiança que n'elle tinha, o condecorou, em resposta á representação que lhe dirigíra, com a gran-cruz da ordem de Christo, por carta regia de 17 do citado mez de março de 1810, cheia aliás de honrosas expressões para o agraciado[2].

[1] Vae transcripta no documento n.° 76.

[2] Veja o documento n.° 77. Alem das honras acima citadas, o mesmo Antonio de Araujo de Azevedo tornou ao ministerio no anno de 1814, dando-se-lhe a pasta dos negocios da marinha no Brazil, indo depois a primeiro ministro em 1817. Vê-se portanto que o principe regente o conceituava e o tinha por seu amigo, não obstante as intrigas dos irmãos Linhares. A representação de que acima se faz menção foi publicada no

De reforço ao partido da opposição que no Brazil se fazia aos irmãos Linhares, havia igualmente em Londres um jornal que por então se tornára famoso, com o titulo de *Correio braziliense*, de que era redactor Hypolito José da Costa. Este escriptor, homem brazileiro, mas sem caracter, intrigante, ingrato e immoral, escapára-se por mero acaso dos carceres da inquisição de Lisboa, onde o tinham lançado nos fins do mez de julho de 1802 por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que do Limoeiro para ali o fizera transferir, não tanto para o perseguir, quanto nas vistas de lhe fazer abreviar o processo[1]. Podendo a final dirigir-se para Inglaterra, ali foi dar começo ao seu dito jornal no segundo semestre de 1808[2]. Constituido desde então em orgão de violenta opposição, não

Campeão portuguez em Londres, vol. 1.º, pag. 268, sendo precedida de uma carta assignada *Vindex*, offendido pela publicação feita em 1819 de um pequeno folheto, *As quatro coincidencias de datas*, obra em que o conde do Funchal parecia querer manchar a memoria de Antonio de Araujo pelos acontecimentos de novembro de 1807. Para rebater a representação de Antonio de Araujo, o mesmo conde do Funchal publicou a sua *Resposta publica á denuncia secreta*, por um pseudonymo R. da C. Gouveia, na qual se defende acaloradamente a si e a seu irmão. São tudo publicações curiosas para as intrigantes historias d'aquelle tempo.

[1] A historia da fuga, que Hypolito José da Costa effeituou da inquisição, vem narrada a pag. 40 das *Memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*.

[2] Postoque Innocencio Francisco da Silva pareça crer no seu *Diccionario bibliographico* que o *Correio braziliense* começára em 1807, nós seguimos a opinião de Francisco Adolpho de Varnhagen, e outros mais escriptores, que o dão por começado no segundo semestre de 1808, sendo pelo menos esta a data do exemplar que se acha na livraria publica de Lisboa, exemplar de que nos servimos. Fez-se muito notavel este periodico pela sua decidida opposição, não só aos irmãos Linhares, mas tambem aos governadores do reino e aos seus actos e medidas, e postoque contivesse muitas cousas verdadeiras e interessantes, tinha tambem muitos erros e falsas interpretações, defeito geral de todos os periodicos politicos e de opposição systematica e acintosa. Da parte do governo começou-se em Lisboa a publicar, em resposta aos seus differentes numeros, um escripto com o titulo *Reflexões feitas em abono da verdade sobre o* Correio braziliense, a que depois se seguiu o *Correio de Londres em Lisboa*.

só contra o governo de Lisboa e o do Rio de Janeiro, mas igualmente contra o ministro de Portugal em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, a este buscava elle por todo o modo possivel fazer retirar d'aquella legação. N'um dos primeiros numeros d'este jornal vinha o seguinte artigo contra elle: «Apesar do ministro portuguez em Londres ser reforçado por duas pessoas tão auctorisadas, como o visconde de Balsemão e o desembargador Mártens Ferrão (eram os dois individuos que a junta do Porto tinha mandado a Londres para pedir soccorros ao governo inglez), os negocios de Portugal nem por isso têem sido cá mais bem tratados. Não se examinaram as tenções com que o exercito inglez fôra operar em Portugal, qual o chefe que o mandaria, e em nome de que nação. Acresceu alem d'isto que quando chegaram a Londres as noticias da victoria alcançada pelos inglezes no Vimeiro, nenhum elogio se fez ás tropas portuguezas, que só por si compunham na Roliça a ala direita do exercito alliado, e faziam parte da columna do centro e da esquerda, ao mesmo tempo que se prodigalisavam os mais desmedidos elogios até mesmo aos tambores inglezes, isto pelo que pertence aos despachos officiaes, porque quanto aos periodicos, a maior parte d'elles, em vez de elogios, diziam que os portuguezes se tinham portado muito mal, nada se poupando para lhes denegrir o caracter.

«De tudo isto foram impassiveis testemunhas o citado ministro portuguez e os dois deputados da junta do Porto, nada escrevendo, nem fazendo escrever em defeza do caracter dos seus concidadãos. Acresceu mais que o ministro portuguez recebeu e tinha na sua mão uma copia da famosa capitulação de Cintra, segundo o que corria no publico, e todavia, sendo aquella a melhor occasião de dar publicidade a similhante capitulação, e de protestar contra ella, com que sem duvida salvaria o seu paiz dos opprobrios com que o jornalismo caíu sobre elle, nada d'isto fez, soffrendo pelo contrario pacientemente quantos insultos se quizeram fazer ao nome portuguez. Bem differente d'esta foi a conducta que tiveram os deputados hespanhoes que se acham em Londres, porque havendo

os jornaes annunciado que o general Cuesta havia sido derrotado pelos francezes em Rio Secco, logo no outro dia os referidos deputados contradisseram publicamente similhante asserção. Alguns portuguezes, residentes em Londres, se convenceram de que, se o ministro portuguez tivesse protestado dentro das primeiras vinte e quatro horas, depois de recebida a noticia da capitulação ou convenção de Cintra, esta seria annullada, appellando em tal occasião para a nação ingleza, justamente indignada contra aquelle acto, que, estipulando sobre interesses de portuguezes, foi ainda assim ratificado, sem seu previo conhecimento. Todavia o publico inglez nada d'isto ouviu, apesar dos portuguezes terem em Londres tres concidadãos seus, encarregados de os defenderem, sem que nem um passo dessem em desempenho das suas obrigações. Foi provavelmente pela frouxidão dos representantes de Portugal que os francezes se atreveram a fazer proposições no tratado de Amiens, offensivas para Portugal, nem a Inglaterra convencionaria a cessão de Olivença, nem tão pouco a das terras do Amazonas, sem nem ao menos consultar por formalidade o governo portuguez. Foi por causa d'estes precedentes que um simples general inglez se atreveu a estipular condições altamente lesivas para Portugal, sanccionando por ellas tudo quanto os francezes tinham roubado no paiz: taes foram as consequencias das torpes condescendencias dos nossos diplomaticos, sobretudo dos que têem residido em Londres, parecendo acquiescer aos insultos feitos ao valor e caracter nacional. O certo é que por se não ter indagado em Londres o que íam fazer os inglezes a Portugal, e que motivos ali os levavam, deu em resultado a desgraçada convenção de Cintra. Quando as condições do desembarque dos inglezes não fossem decorosas para Portugal, o nosso ministro em Londres devia officiar á junta do Porto, para não consentir em tal desembarque, succedesse o que succedesse, porque sacudir o jugo francez, auxiliando com tão grande derramamento de sangue dos portuguezes a Gran-Bretanha, para chegar aos fins a que se propoz, recebendo elles em recompensa o jugo d'esta potencia, dos seus ministros e generaes, com

offensa do decoro e honra nacional, não sei que valesse a pena de se fazerem os sacrificios que se vão fazer na cruenta guerra em começo.»

Pelo que no precedente artigo se diz de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Londres, bem se vê o abandono ou frouxidão com que este nosso diplomatico tratava n'aquella capital as cousas do seu paiz. Muitas outras accusações, seguramente não menos graves, lhe fez o *Correio braziliense,* que por esta causa chamou contra si o odio e indisposição, tanto do mesmo D. Domingos, como do conde de Linhares, seu irmão. O redactor d'este jornal, postoque homem desacreditado e immoral, como já dissemos, nem por isso deixava por muitas vezes de dizer amargas verdades contra os governantes, publicando no seu jornal o vergonhoso sudario das suas miserias, d'onde lhe proveiu a immensa voga que adquiriu, tanto em Portugal, como no Brazil. Em vão representou D. Domingos por espaço de tres annos continuos ao ministerio inglez a necessidade de remover este perigoso homem para fóra da Gran-Bretanha. O marquez de Wellesley nunca deu resposta ás notas que sobre este ponto se lhe dirigiram. Havia ligações secretas entre o redactor d'este jornal e o ministerio britannico[1]. O exemplo que elle assim forneceu bem depressa foi seguido por tres outros jornaes portuguezes, que tambem se imprimiram em Londres, mas que pouca duração tiveram, taes foram o *Espelho,* gazeta revolucionaria, mais tarde transformada em *Mercurio portuguez,* jornal igualmente revolucionario ou propagador dos principios liberaes da França. Depois d'este seguiu-se o *Microscopio,* todos tres redigidos n'um sentido contrario aos governos portuguez e inglez. Vieram ainda depois d'aquelles o *Portuguez,* de que foi redactor o celebre João Bernardo da Rocha, e o *Campeão portuguez,* redigido pelo bem conhecido escriptor José Liberato Freire de Carvalho, advogando tambem os mesmos principios. Todavia o de

[1] Assim o diz o conde do Funchal no seu *Memorandum de Cheltenham.*

mais voga foi, como já dissemos, o citado *Correio braziliense.* Contra o seu redactor se desencadeou tambem a côrte do Rio de Janeiro, dizendo para o nosso ministro em Londres, que o modo de frustrar a sua traiçoeira e infame especulação era: 1.º, o de estender a prohibição da sua obra, já feita em Portugal, a todo o estado do Brazil, para se lhe diminuir o consumo; 2.º, ser elle ministro portuguez auctorisado para que em todos os papeis publicos inglezes fizesse atacar os seus principios, e começar publicando a historia da sua escandalosa vida, em que se pintaria a sua ingratidão para com o principe regente, que o enchêra de beneficios, devendo no fim d'essa sua mesma vida dirigir uma apostrophe ao povo inglez, para que desconfiasse do perfido jacobino, que se cobria e disfarçava para fazer todo o mal possivel, e que, tendo sido inimigo e ligado com os inimigos do governo britannico, se fingia e naturalisára inglez, para melhor servir a facção a que estava ligado no fundo do seu coração.

Por muito tempo resistiu o ministro portuguez em Londres ao conselho de ser elle quem pela imprensa respondesse ao *Correio braziliense,* constituindo-se em jornalista. «Como é que se póde responder sobre negocios d'estado, dizia o nosso dito ministro, sem publicar logo as peças secretas? De que servirá estabelecer em Inglaterra esta discussão, popular para Portugal? Isto trará por certo uma revolução.» Apesar do exposto, D. Domingos aceitou o plano que os drs. Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha lhe offereceram, para redigirem, em opposição ao *Correio braziliense,* um outro jornal, que effectivamente se começou a publicar em 1811 na cidade de Londres, com o titulo de *Investigador,* plano que a côrte do Brazil pela sua parte approvou, attenta a impossibilidade de poder obter ser expulso de Inglaterra o redactor do *Correio braziliense,* a quem o duque de Sussex tinha feito naturalisar cidadão britannico. Em Lisboa tambem se começaram a publicar os escriptos de que já fallámos n'uma nota retrò; mas não obstante isto, e a prohibição feita no Brazil e em Portugal, a circulação do terrivel jornal continuou extensa, sem nada se conseguir

com as resoluções tomadas, recorrendo-se por fim ao suborno. Foi mr. Canning o que em segredo peitou o seu redactor, alcançando d'este o vender-se á côrte do Brazil, a qual pela sua parte se comprometteria a tomar-lhe quinhentos exemplares do seu jornal. A isto respondeu o conde de Linhares, que aceitava a proposta com as seguintes condições: 1.ª, de que cessassem os continuos ataques pessoaes, que offendiam os individuos, em logar de offenderem as cousas que se queriam criticar; 2.ª, de que cessassem igualmente as apologias e discursos escusados sobre *pedreiros-livres* ou *franc-maçons;* 3.ª, de que cessassem tambem as continuas e escusadas dissertações de côrtes, e comparações da antiga constituição portugueza com a actual constituição ingleza; 4.ª, finalmente de que cessassé tudo que dizia respeito á religião, bons costumes e direitos proprios do soberano.

Ao que fica exposto o mesmo conde de Linhares acrescentava mais o seguinte: «E tendo sua alteza real em vista o damno, que já resultou da disputa que se excitou entre o mesmo *Correio braziliense* e José Anselmo Correia[1], é o mesmo senhor servido conformar-se com o parecer de v. s.ª, e ordenar-lhe que, comprando os mesmos quinhentos exemplares, e pagando-os, todas as vezes que elle tiver cumprido as condições propostas, que v. s.ª os remetta depois, parte aos governadores do reino e parte ao intendente geral da policia, para sua intelligencia, para que os faça vender pelos livreiros

[1] Este individuo foi um outro notavel libellista d'aquelle tempo, e que por ter escripto violentamente contra D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho foi expulso de Inglaterra. Saíndo d'este paiz, veiu para Portugal, e de cá se passou para o Brazil, onde, apesar das indisposições que contra elle tinha o conde de Linhares, pôde ainda assim ganhar a affeição do principe regente, que o mandou para ministro de Portugal nas cidades anseaticas. José Anselmo Correia, pae do actual conde de Seisal, foi depois grande realista, escrevendo o chamado *Azurrague das côrtes,* na epocha da sua existencia em 1820: em 1828 foi tambem muito miguelista. Era alem d'isto poeta soffrivel, sendo como tal muito protegido pela marqueza de Alorna: é d'elle o poema intitulado *O seculo do charlatanismo,* destinado a ridicularisar as côrtes de 1822, publicado em 1824.

por conta da fazenda real. Determina igualmente o mesmo augusto senhor, que v. s.ª faça entender ao sobredito auctor do *Correio braziliense,* que as condições hão de ser perfeitamente executadas pela sua parte, se elle quer que o contrato continue, e que será muito agradavel a sua alteza real, que elle no seu jornal publique tudo o que julgar que possa ser util para o augmento da agricultura, industria e commercio, tanto do reino, como do Brazil, e que deixe de tocar em objectos que ordinariamente só produzem sedições, e nunca effeito algum que seja realmente util aos homens. Quanto ao segundo ponto (o da convocação das côrtes em Hespanha, e consequentemente o da sua influencia em Portugal), deseja sua alteza real muito que v. s.ª veja se é possivel desvanecer a idéa de côrtes em Hespanha, que podem fazer grande mal, sem trazerem bem algum, e que v. s.ª proceda *na intelligencia que sua alteza real de modo algum as ha de permittir em Portugal,* na fórma que já muito circumstanciadamente escrevi a v. s.ª» Pelo modo por que as condições estavam redigidas, a coacção do redactor do *Correio braziliense* era de tal ordem, que lhe não foi possivel aceita-las, de que resultou escrever-se de novo do Rio de Janeiro para Londres, dizendo que, visto não ser possivel concilia-lo, que se lhe deixasse escrever o que bem lhe parecesse, na certeza de que em tal caso continuaria a prohibição da obra no Brazil, como effectivamente continuou, sem que todavia se podesse conseguir o que com ella se teve em vista, se é que não concorreu para a sua maior extracção, tanto no Brazil, como em Portugal, tendo apenas durado seis mezes a harmonia entre Hypolito José da Costa e D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho.

Para se acabar de ver a importancia que por aquelle tempo tinha o *Correio braziliense,* sendo por meio d'elle que a opposição guerreava a administração do conde de Linhares, transcreveremos o que sobre este assumpto lhe mandou dizer de Londres seu irmão, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho: «V. ex.ª póde assegurar com toda a verdade a sua alteza real, que se estabeleceu uma correspondencia regular entre varias pessoas notaveis d'essa côrte (a do Rio de Janei-

ro), não sómente com sir Sidney Smith, mas com dois bem ridiculos agentes, que são, o dr. Heliodoro Carneiro[1] e José Anselmo Correia, cujo fim unico é (por meio de calumnias, que cheguem por via das gazetas francezas de Londres aos ouvidos de sua alteza real), e por meio do *Correio braziliense* perder a v. ex.ª em primeiro logar, a mim muito em segundo logar, ao ex.mo conde de Aguiar, e a lord Strangford no espirito do mesmo augusto senhor. O mesmo editor do *Correio braziliense*, e outras pessoas minhas amigas, me avisaram da proposição feita do Rio de Janeiro ao referido editor para, mediante a subscripção annual de quinhentos exemplares, e a promessa de lhe fazerem circular todos no Brazil, se obrigar elle a escrever tudo o que lhe fosse incumbido por elles, e tudo o que lhe occorresse a elle mesmo, para contribuir a desacreditar o ministerio de sua alteza real. Á vista d'esta louvavel intenção, julguei preveni-los, e tenho por via do dr. Vicente Pedro Nolasco da Cunha, grande amigo do editor, começado a tratar com elle, para que se não lance em similhante partido. A difficuldade maior é impedir o Hypolito de criticar, e até de usar de palavradas; porém n'estes ultimos numeros já se tem moderado, e julguei por ora conveniente deixa-lo criticar alguma cousa, para não se perceber a connexão formada entre elle e mim[2]. Entretanto afflige-me

[1] Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro era medico pela universidade de Coimbra, d'onde era natural. Passando a maior parte da sua vida fóra de Portugal, foi tambem dos individuos que no seu tempo se fizeram temer pela côrte do Brazil, a qual, para o ter da sua parte, tomou o expediente de o empregar em missões diplomaticas. Abraçando por fim a causa miguelista, do seu governo recebeu o titulo de visconde de Condeixa, alem de outras mercês. Morreu em 1849, tendo nascido em 1776. Foi este individuo o que em 1827 publicou em París um poema heroicomico satyrico, *Os burros ou o reinado da sandice*, mutilando miseravelmente o do padre José Agostinho de Macedo, levado a isso pelo desejo de incluir em tal obra alguns individuos de quem provavelmente era inimigo, e de excluir outros de quem era amigo e se achavam no original poema do dito padre Macedo, para cujo fim não só alterou versos, mas até introduziu outros seus.

[2] Já se vê que na data d'este officio decorriam os seis mezes em que

muito ver assumptos de *franc-maçonaria* introduzidos no *Correio,* porque sei que o Brazil está recheiado d'elles. Ouvi de mais que elle tinha composto certas cartas maçonicas, e um catecismo que aqui imprimiu em portuguez. Escrevi em consequencia ao dr. Pedro Nolasco da Cunha, pedindo explicação sobre estes assumptos, assim como de ler no *Morning-Chronicle* um artigo do *Correio braziliense,* que censurava o edital do intendente geral da policia, se bem me lembro. A todas estas accusações secretas, que lhe fiz, responde victoriosamente a carta inclusa do dr. Vicente Pedro Nolasco da Cunha, e mais que tudo a attestação n.° do impressor Lewis, por mim reconhecida, o qual imprimiu as ditas obras, que eu aliás não pude ainda haver á mão. V. ex.ª fará observar, espero eu, ao nosso adorado principe o desafogo com que fallo em *franc-maçons* ou *pedreiros livres,* porque não o sou, nem quero ser, se bem que estimo em muito pouco a tal sociedade, e não posso persuadir-me que seja cousa boa, nem má, vistoque em Inglaterra, aonde se sabe tudo, não vejo que os *pedreiros* façam cousa alguma muito notavel, nem para bem, nem para mal, e appellando para a felicissima memoria do principe regente nosso senhor, ajunto as palavras seguintes do officio sem numero XVI, de 5 de outubro de 1806, dirigido ao ex.mo Antonio de Araujo: *Esta sociedade (a dos pedreiros-livres), quasi insignificante na Europa, aonde é tolerada e observada pela policia, é fatal a todos os paizes, aonde a perseguem com idéas antiquadas. Fallo com esta franqueza, excellentissimo senhor, porque não sou pedreiro livre, mas não approvo que se persigam, e tenho feito a minha tenção de morrer e viver leal ao meu principe.* Passando do editor do *Correio braziliense* aos outros dois individuos, digo, excellentissimo senhor, que é do maior interesse para o real serviço, que sua alteza real mande recolher de Inglaterra, tanto o dr. Heliodoro Carneiro, como José Anselmo Correia, e lhes conceda a pensão, ou favor real dentro

o *Correio braziliense* esteve ás ordens do ministro de Portugal em Londres.

dos seus dominios, aonde os possa castigar. Aqui são muito nocivos. Eu fallo como se fosse diante de Deus. Sua alteza real sabe que eu sempre fallei assim[1].»

Foi portanto a imprensa periodica, ou o jornalismo portuguez em Londres, quem por aquelle tempo principiou a diffundir abertamente entre nós por todas as classes da nação as idéas liberaes, sobre as quaes a revolução franceza de 1789 chamára mais particularmente a attenção dos homens illustrados do paiz, idéas que a invasão do exercito francez de Junot viera mais geralmente espalhar, constituindo-se os individuos de que se compunha em outros tantos pregoeiros e panegyristas dos principios revolucionarios da França, tão enthusiastas e impressionados por elles como se mostravam. Todavia o fermento d'esses principios já entre nós existia desde o reinado de el-rei D. José, sendo ao seu grande ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro marquez de Pombal, a quem isto se deve: 1.º, porque humilhou a nobreza, approximando-a o mais possivel da classe media, já suppliciando em publico patibulo algumas das primeiras familias do paiz, e já enlaçando, por meio de reciprocos casamentos, as chamadas familias puritanas, ou as da mais alta nobreza, com as que não tinham esta qualidade, e já finalmente subordinando todas essas familias nobres ao arbitrario poder da corôa e ás restrictas disposições da lei commum; 2.º, porque acabou no continente europeu com a escravidão dos homens de côr, destruindo igualmente a odiosa distincção que havia entre christãos velhos e christãos novos, declarando habeis para as honras e empregos publicos todos os cidadãos portuguezes, sem excepção de côr, de classe, ou de paiz em que nascessem ou residissem, tudo medidas do maior alcance possivel para o nivelamento social; 3.º, porque aboliu entre nós os padres jesuitas, com que obteve duas grandes vantagens para a sua politica, a primeira das quaes foi subordinar igualmente o clero ao poder temporal, e a segunda tirar o embaraço, que os ditos padres oppunham ao

[1] Officio sem numero XXII de 24 de dezembro de 1809.

progresso da instrucção publica, que monopolisada nas suas mãos, e aferrados em grau extremo ao antigo systema aristotelico, não admittiam por modo algum reforma em tão importante assumpto; 4.º, porque extinctos os padres da companhia de Jesus, tomou o maior empenho em pôr a instrucção publica no verdadeiro caminho do progresso, da illustração e das sciencias; 5.º, porque subordinou tambem ao poder da corôa, tanto quanto lhe foi possivel, o poder da santa sé, obrigando-a a lhe sanccionar todas as medidas que tinham ou podiam ter relação com negocios ecclesiasticos; 6.º, finalmente porque sujeitou com não menos empenho ao referido poder o do tribunal do santo officio, ou tribunal da inquisição, dando-lhe um novo regulamento para conseguir tão importante fim, abolindo-se desde então de facto os famosos autos de fé, tendo apenas tido logar o do padre Malagrida, que mais se póde reputar ter sido de caracter politico do que religioso.

Lançados pois entre nós, como já se achavam, estes grandes elementos do progresso social no sentido liberal, não admira que a já citada revolução franceza, ou os principios politicos por ella proclamados, adquirissem entre nós grande numero de sectarios, e que embebidos em similhantes idéas, uns as proclamassem abertamente á nação por meio do jornalismo portuguez em Londres, e outros as alimentassem, subscrevendo para esse mesmo jornalismo, foco da irradiação politica, de que agouravam vir para o paiz os mais transcendentes beneficios, poisque do antigo systema de governo não viam senão desmanchos e abusos, tendo por base principios inteiramente contrarios á illustração do seculo. Não nos compete a nós dizer se o facto correspondeu ou não á espectativa, hoje que o systema parlamentar em Portugal conta quasi quarenta annos de successiva duração entre nós; mas é certo que as suas intenções eram puras, e que o patriotismo os puxava com irresistivel força para as idéas novas, que com tamanho enthusiasmo a França proclamava aos povos, não só do alto da tribuna, mas tambem por meio da imprensa: se erraram nas suas conjecturas, muitas outras potencias da Eu-

ropa, ou antes todas as mais potencias d'esta parte do mundo, erraram igualmente com elles, e muitos enganos tem havido no mundo sem que isto tenha servido de desdouro aos enganados, em rasão da pureza das suas vistas. O certo é que o partido, que entre nós desejava a installação das côrtes, ou o estabelecimento do governo parlamentar, tinha prodigiosamente crescido entre nós, desde o apparecimento da revolução franceza e da invasão do exercito de Junot: assim o prova, ainda antes d'esta, a desgraça de José de Seabra da Silva, quando em conselho de ministros declarou julgar conveniente e necessaria a convocação das côrtes, por occasião de assumir a effectiva regencia do reino o principe do Brazil; igualmente assim o prova a supplica, que em 1808 se pretendeu dirigir a Napoleão, pedindo-lhe, com um rei da sua escolha, uma constituição; e finalmente não o prova menos a desgraça succedida no Porto a João Manuel de Mariz e a Luiz Candido Cordeiro, perseguidos e deportados pelo bispo d'aquella diocese, em rasão de quererem que se pedisse ao principe regente a installação das côrtes, á vista do que já dissemos. A mesma nação hespanhola se mostrava igualmente impressionada por outras que taes idéas, a que não tinham podido resistir, nem a dissolvida junta central, nem o conselho da regencia, que em 1810 a substituira em Cadix, ordenando ambos a convocação das côrtes, cujo exemplo forçosamente havia de incitar os portuguezes a quererem tambem o mesmo, attentas as disposições em que já para isso se achavam, sendo por então os portuguezes desviados apenas dos seus intentos sobre este ponto pelo grande empenho da guerra em que estavam mettidos contra os francezes, cousa a que por aquelle tempo se achavam inteiramente subordinadas todas as mais considerações da epocha.

Para este grande descontentamento publico e desaffeição ás instituições da velha monarchia muito concorreu o descredito pessoal dos governadores do reino, ou os nomeados pelo general Dalrymple, não só pelas perseguições dos individuos que mettêra na inquisição, por suspeitos de contagiados pelas idéas novas da França, como já se viu, como pelo restabele-

cimento d'este odioso tribunal, que havia sido abolido durante o governo de Junot, restabelecimento que fôra um dos seus primeiros actos, apenas assumiram a direcção dos negocios publicos. Attendendo mais á conservação do errado systema da antiga politica do governo, do que aos salutares avisos da opinião publica e exigencias das luzes do seculo, os governadores do reino nada mais fizeram com similhante medida do que levantar contra si um clamor unisono de geral descredito, e arvorar logo como sentinella vigilante contra os seus actos a desconfiança de toda a nação. A indisposição e desgosto que d'aqui resultou ainda se tornou mais grave com a creação de um tribunal e juizo especial de inconfidencia, que na parte civil e politica se constituiu tão odioso, quanto a mesma inquisição o fôra na parte religiosa: era por meio d'estas obnoxias e prejudiciaes medidas que os governadores do reino correspondiam aos pesados sacrificios que a nação tinha feito para os constituir no poder! Um outro motivo de malquerença para os governadores do reino foi a imposição dos tributos novos a que recorreram, forçados a isso pelos consideraveis apuros a que o erario se achava reduzido. Para este fim promulgaram elles o alvará de 7 de junho de 1809, pelo qual se impoz ao paiz uma contribuição de guerra, ordenada e distribuida pela seguinte maneira: Os bens da corôa, aindaque possuidos por corporações, dignidades e pessoas ecclesiasticas, sem excepção dos que se chamavam capellas da corôa, foram obrigados a pagar extraordinariamente dois quintos dos rendimentos de um anno. Os mesmos dois quintos se impozeram tambem ás commendas das tres ordens militares, ás da ordem de Malta e prestimonios. A todas as mais rendas ecclesiasticas, e ás das ordens terceiras, confrarias e irmandades (exceptuando as congruas dos parochos, que não recebiam dizimos, as das misericordias, expostos e hospitaes), impoz-se o pagamento de tres decimas extraordinarias. Os predios rusticos e urbanos tiveram de imposição extraordinaria uma decima, onerando-se mais com 3 por cento de novo imposto os ditos predios urbanos, tributo a que tambem ficaram sujeitos os creados de servir e as ca-

valgaduras. A mesma decima extraordinaria foi imposta aos ordenados, tenças, pensões, juros reaes, particulares, e de todas as apolices grandes e pequenas. Ao corpo do commercio e capitalistas lançou-se uma contribuição de defeza de 400:000$000 réis, distribuidos e arrecadados pela junta do commercio e mesa do bem commum com assistencia de alguns negociantes. Aos empregos e lojas abaixo declaradas foi lançada a mesma contribuição pelo seguinte modo:

EMPREGOS

Advogados, de	19$200 a 48$000
Escrivães, de	9$600 a 28$800
Tabelliães, de	9$600 a 28$800
Solicitadores, de	4$800 a 19$200
Medicos, de	14$400 a 48$000
Cirurgiões, de	6$400 a 24$000
Boticarios, de	9$600 a 28$800

LOJAS

Bacalhoeiros, de	19$200 a 96$000
Mercearia, de	9$600 a 96$000
Taberna e armazens, de	4$800 a 96$000
Tendeiros, de	2$400 a 48$000
Lojas de bebidas e licores, de	4$800 a 28$800
Lojas de vinho do Porto, de	9$600 a 24$000
Casas de cambio, de	24$000 a 96$000
Cambistas	24$000
Casas de bilhar, de	9$600 a 24$000
Padeiros, de	14$400 a 48$000
Lojas de ferragem, de	9$600 a 48$000
Estanqueiros e carvoarias, de	14$400 a 96$000
Estaleiros, de	24$000 a 96$000
Casas de pasto, de	19$200 a 48$000
Casas de hospedaria, de	14$400 a 48$000
Lojas não designadas, de	2$400 a 14$400

Já se vê quanto não seria sensivel uma contribuição d'estas, lançada a um reino sem commercio, e consequentemente privado dos rendimentos mais importantes e principaes, quaes os da importação e exportação, e com os impostos internos e directos nimiamente reduzidos ou quasi aniquilados; a nação ar-

ruinada pela ausencia do imperante e da côrte no Brazil, bem como pelas contribuições, roubos e destruição que soffreu; e emfim pelos esforços de dez mezes de despezas militares em tempo de guerra, carregando sobre um thesouro exhausto. Sobre este ponto officiava pois Cypriano Ribeiro Freire para o nosso ministro em Londres, dizendo-lhe: «O governo viu-se obrigado, para salvação da patria e preservação da monarchia e do throno dos seus augustos soberanos, a lançar uma nova contribuição extraordinaria de defeza, por alvará de 7 de junho do presente anno[1]. Estes impostos, porém, no estado em que se acha a nação, não podem produzir o que antes d'elle se devia esperar: a sua cobrança será difficil e demorada, alem do praso prescripto. Pelo calculo seguinte, deduzido da experiencia da receita e despeza do erario, se conclue qual seja a deficiencia a que se deverá necessariamente occorrer».

Receita provavel nos seguintes doze mezes, conforme a experiencia dos mezes preteritos, que se podem esperar	4.500:000$000

DESPEZA

Casa real, cavallariças, salarios, etc., etc.............	100:000$000
Lista civil, comprehendendo ordenados dos tribunaes e pessoas empregadas, obras publicas, illuminação da cidade, prisões, hospital, misericordia e estabelecimentos publicos............................	1.096:000$000
Exercito, reduzido a 60:000 homens, e todas as despezas militares, meia paga, pensões, monte pio, hospitaes, transportes, etc.	8.126:400$000
Marinha e esquadra do Estreito....................	900:000$000
Total da despeza......	10.222:400$000
Deficit...............	5.722:400$000
Deduzindo-se a paga de 20:000 homens pela Gran-Bretanha, ou um terço da despeza sobredita do exercito	2.400:000$000
Vem a deficiencia ou o excedente da despeza á receita a ser no espaço dos doze mezes seguintes[2]	3.322:400$000

[1] Veja o documento n.º 78.

[2] Officio de Cypriano Ribeiro Freire, para Londres, na data de 14 de julho de 1809, ou documento n.º 79. Esta mesma nota foi dada pelo principal Freire a mr. Villiers, ministro inglez em Lisboa, sendo por este en-

Sem embargo dos apuros e urgencias do thesouro, e dos importantes fins a que as suas receitas se destinavam, não era muito de esperar que os contribuintes se conformassem em pagar de bom grado os pesados impostos que se lhes lançaram, não obstante a declaração de que seria só para o anno de 1809. Esta indisposição, resultante de similhante medida, reunida á que provinha dos motivos acima expostos, fez com que todos applaudissem a reducção dos membros da regencia, ordenada por carta regia de 6 de julho d'aquelle mesmo anno de 1809, sendo portanto esta medida inteiramente conforme com as exigencias da opinião publica. A publicação franca e por assim dizer official da citada carta regia só verdadeiramente teve logar em Lisboa a 21 de novembro, e quando por ella se viu que lord Wellington era com effeito admittido ás discussões do governo, tendo como seu membro voto deliberativo como qualquer outro, o desgosto foi então geral, arreigando-se em todos a idéa do aviltamento da côrte do Brazil para com a Inglaterra. Mediante o subsidio annual, que esta potencia fornecia para a sustentação de uma parte do exercito, dera a referida côrte a lord Wellington o insolito privilegio de se constituir em verdadeiro dictador d'este paiz, não obstante o seu caracter de estrangeiro, porque na sua qualidade de commandante em chefe do exercito alliado não podia deixar de obrigar moralmente os mais membros do governo a subscreverem submissa e humildemente ás suas opiniões, conformando-se em tudo com o seu voto, mesmo em harmonia com as instrucções recebidas do Rio de Janeiro, e a vontade dos homens que n'aquella capital nos governavam. Os descontentes clamaram altamente contra uma tal deliberação, tendo para si que só os Linhares a podiam solicitar e approvar: a troco de similhante subsidio, diziam elles, dá-se ao exercito portuguez o caracter de mercenario, sujeita-se ao arbitrio e prepotencia dos officiaes inglezes, que

viada a lord Wellington em 12 de outubro de 1809, como se vê a pag. 399 do vol. 6.º dos *Supplementary despatches, etc., of Field Marshal duke of Wellington.*

collocados quasi exclusivamente á frente dos commandos dos corpos e das brigadas, a seu bel-prazer inffligem aos soldados portuguezes o castigo corporal das chibatadas, como os soldados do seu paiz comprados a dinheiro, e roubam por outro lado ao mesmo exercito portuguez a gloria militar de uma guerra, empenhada tão acaloradamente contra a França. Estas queixas não deixavam em parte de ser justas, porque, a não ser o governo portuguez, não se tinha visto, nem jamais se viu depois governo algum na Europa, incluindo mesmo o da Suecia, que sujeitasse o seu exercito ao inteiro arbitrio dos officiaes inglezes, desde o general em chefe até ao posto do mais moderno alferes; mas comquanto n'isto houvesse excesso e rasão nas queixas, pondo estas de lado, estamos convencidos que á medida em questão (seguramente a mais efficiente para levar o exercito portuguez ao estado da mais rapida e severa disciplina a que chegou), se deveu em grande parte a gloria e reputação que adquiriu, a par dos mais famosos exercitos, n'uma luta tão duradoura e encarniçada, como foi a da guerra da peninsula.

No meio do que se tem dito é um facto que a ultima innovação feita nos governadores do reino, apesar de ser o resultado das indicações do conde do Funchal, e das exigencias do governo inglez, nem um, nem outro estavam ainda satisfeitos com ella; o conde, provavelmente por ver que seu irmão, o principal Sousa (D. Antonio de Menezes e Sousa, immediato em nascimento ao conde de Linhares), estava ainda sem collocação, nem influencia alguma politica, reduzido sómente á vida ecclesiastica que tinha na patriarchal, e o governo inglez por querer que o seu ministro em Lisboa fizesse tambem parte do governo na ausencia de lord Wellington. Foi effectivamente o conde do Funchal o que, escrevendo para o Rio de Janeiro, em officio n.º 61 de 14 de setembro de 1809, insistia pela nomeação do referido principal para governador do reino, *por ser o unico homem,* dizia elle, *que em Portugal entendia de finanças em ponto grande.* Ignorâmos os fundamentos de similhante asserção, poisque até áquella data nunca o principal Sousa tivera emprego algum fóra da sua carreira

ecclesiastica, para se poder ter como tal. Appareceram depois de reforço ás instancias do conde do Funchal para uma nova alteração no governo de Lisboa as que tambem foram feitas pelos proprios governadores do reino, em carta que dirigiram ao principe regente em 26 de fevereiro de 1810, expondo-lhe que o marquez das Minas, apesar de se lhe não ter dado a exoneração que pedira, fôra para a sua quinta de Azeitão, deixando assim de comparecer ás sessões do governo. O patriarcha eleito queixava-se de rheumatismo no pescoço, e o marquez monteiro mór, ou marquez de Olhão, allegava que o seu padecimento de febres errantes tambem de vez em quando o obrigavam a faltar ás sobreditas sessões. Acrescia mais que o secretario da repartição do reino, justiça e fazenda, João Antonio Salter de Mendonça, igualmente era victima de molestias que o inhibiam de poder bem servir o seu logar. Era portanto evidente a necessidade de uma nova alteração no pessoal do governo de Lisboa, alteração que foi mais que tudo favorecida pela final resolução de lord Strangford, apresentando á côrte do Brazil uma memoria em que expunha a necessidade de se organisar em Portugal um governo mais activo do que o que n'elle se achava, a fim de poder cooperar mais efficazmente com os esforços que sua magestade britannica e o seu parlamento faziam para segurar a defeza do reino, e manter a sua conservação.

D'esta memoria e da sua resolução dava o conde de Linhares conhecimento para Londres a seu irmão, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, já por elle elevado ao titulo de conde do Funchal, dizendo-lhe[1]: «Da mesma maneira verá v. s.ª que sua alteza real annuiu ás proposições mais essenciaes de lord Strangford, quaes as de admittir o ministro britannico residente em Lisboa no conselho dos governadores, para que possa assistir a todas as sessões em que se tratar de objectos militares ou de fazenda; a de nomear o principal Sousa em logar do marquez das Minas, que pediu a sua de-

[1] Em officio de 17 de maio de 1810, que póde ver-se no documento n.º 80.

missão[1]; a de ordenar que desde logo se tomassem as medidas mais activas para se impedir toda a correspondencia de D. Lourenço de Lima com os seus parentes e amigos em Lisboa; e finalmente a de declarar aos governadores do reino, que sua alteza real esperava do seu zêlo e fidelidade que procedessem com a maior actividade e energia, a fim de que o seu governo podesse inspirar a sua magestade britannica e á nação portugueza aquelle grau de confiança, que era indispensavelmente necessario para se corresponder aos generosos esforços que sua magestade britannica está praticando, e para se conseguir o fim de uma grande e gloriosa defeza. *Havendo, porém, o mesmo ministro deixado ver que a convocação das côrtes da Hespanha poderia em certos casos fazer indispensavel a convocação das côrtes em Portugal, se o povo parecesse deseja-las,* foi sua alteza real servido mandar-lhe declarar, tanto ao sobredito ministro, como aos governadores do reino, como v. s.ª verá pelas copias da memoria e despacho que lhe remetto, que só n'esse ponto não concordava, poisque em caso algum concebia a utilidade de que poderia ser uma similhante assembléa, que pela sua fórma não podia produzir bem algum, e antes conduziria á anarchia; e que não podendo inspirar confiança pelas luzes dos que a deveriam compor, dividida em tres estados, era muito provavel desse logar a toda a intriga do inimigo commum, e viesse a ser um centro de desunião, em logar de toda a confiança que se desejava que ella podesse inspirar».

Taes eram pois as idéas do governo do Brazil, ou antes do conde de Linhares, sobre a convocação das côrtes em Portugal, sendo muito notavel que o governo inglez d'aquelle tempo fosse o proprio que lembrasse a necessidade de similhante convocação. Victima pois das suas idéas sobre tal assumpto, o mesmo conde de Linhares participou a seu irmão,

[1] O marquez das Minas desgostára-se muito da politica do tempo, e não menos se desgostou da falta de contemplação que o marechal Beresford teve para com elle, reprehendendo e castigando severamente o major Francisco de Mello, como já notámos.

para o fazer constar ao governo britannico, que o principe regente, com perfeito conhecimento de causa, se oppunha á convocação das côrtes, não só por conhecer que não podiam fazer bem algum, pela fórma da sua composição, mas tambem porque necessariamente exporiam ao maior perigo o reino, dando logar a poder suscitar-se algum systema anarchico, productor da desgraça de um paiz que desejava salvar-se, infelicitando com elle um reino tão distincto pela fidelidade que mostrava ao seu legitimo soberano. Pela sua parte o conde do Funchal partilhava as mesmas idéas do conde de Linhares, seu irmão, e levado d'ellas, entendeu por melhor não fallar em côrtes ao governo britannico, convencido de que podia haver inconvenientes em lembrar uma cousa, que talvez o governo inglez quizesse sustentar, *e para a qual sua alteza real tinha aquelle justo horror que resultava de conhecer que não só era uma violação dos seus direitos, mas igualmente um incentivo para uma cruel anarchia*. Á vista pois d'estas rasões, a côrte do Rio de Janeiro approvou a conducta do ministro de Portugal em Londres, effeituando-se tão sómente uma nova modificação na regencia, a segunda que teve logar, depois da sua installação em Lisboa em setembro de 1808. O decreto por que se ordenára tinha a data de 24 de maio de 1810, sendo o seu contexto concebido nos seguintes termos: «Sendo-me representado por parte do meu antigo alliado, el-rei da Gran-Bretanha, o muito que convinha ao bem do meu real serviço, e ao commum interesse da salvação da monarchia e da peninsula, nas criticas e arduas circumstancias em que se acham, que o seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á minha real pessoa, e residente em Lisboa, Carlos Stuart, fosse membro do governo de Portugal e dos Algarves, para votar nos negocios militares e de fazenda, devendo resultar d'esta medida maior prosperidade á causa publica, e aos interesses de ambas as monarchias: hei por bem nomear para membro do mesmo governo ao sobredito enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, podendo sómente votar nas materias acima referidas, estabelecendo-se as sessões necessarias para se tratar

d'ellas. E attendendo ás vivas representações com que o marquez das Minas se escusou na minha real presença de continuar a servir-me no governo do reino, offerecendo-se para outro qualquer emprego, por mais arriscado que fosse: sou servido acceitar-lhe a demissão, e nomear para membro do governo de Portugal e Algarves, alem dos que já existem, ao principal Sousa, ao conde do Redondo (Fernando Maria de Sousa Coutinho), e ao dr. Ricardo Raymundo Nogueira, reitor do real collegio dos nobres, por esperar que me sirvam n'este emprego com o mesmo zêlo, amor e fidelidade com que me tem sempre servido. Os governadores do reino o tenham assim entendido e o façam executar».

Á vista pois d'este decreto os membros da regencia foram desde então: o patriarcha eleito e bispo do Porto; o marquez de Olhão, ou marquez monteiro mór; o principal Sousa (D. José Antonio de Menezes e Sousa, irmão do conde de Linhares); o conde do Redondo, elevado depois a marquez de Borba; Ricardo Raymundo Nogueira, e finalmente o ministro plenipotenciario de Inglaterra em Lisboa, o citado sir Carlos Stuard. Não contente portànto o principe regente em sujeitar directamente ao dominio britannico o exercito portuguez e a armada, quiz tambem subordinar a regencia ao mesmo dominio, já pela ingerencia que n'ella deu ao marechal general, lord Wellington, e já finalmente pela substituição que na falta do mesmo Wellington deu tambem ao ministro inglez em Lisboa, medida que se participou a lord Strangford por nota que para este fim lhe dirigiu o conde de Linhares no Rio de Janeiro[1]. Escrava como a dita regencia ficou portanto sendo d'estes dois inglezes, a sua humilhação para com elles tornou-se desde então mais notavel, como era bem natural em homens de tal natureza, não se pejando até de fazer alarde d'ella na sua proclamação de 10 de agosto de 1810, se é que por este modo não teve em vista patentear ao publico a abjecção da côrte do Brazil. Na citada proclamação se dizia pois o seguinte: «Portuguezes! As reaes ordens do principe regente nosso senhor, que augmentaram o numero dos

[1] Veja o documento n.º 80-A.

membros do governo d'estes reinos, ajuntando-lhes para os negocios militares e de fazenda o ministro de sua magestade britannica n'esta côrte, é um novo e illustre monumento do paternal desvelo de sua alteza real pelo bem dos seus fieis vassallos, o qual pede da nossa parte o mais profundo reconhecimento, e a mais activa cooperação com as determinações do soberano. Os governadores do reino, penetrados d'estes sentimentos, ratificam o juramento de salvar a patria, e a patria será salva. Na calamitosa historia da presente guerra houve epochas desgraçadas em que elles temeram pela sua segurança; mas a Providencia, que protege a nossa justa causa, humilhou o orgulho dos barbaros, que nos julgavam já seus escravos; deparou-nos na generosa nação britannica um alliado poderoso, que sem poupar genero algum de auxilios, se empenha em nos soccorrer; e no grande Jorge III um monarcha, que por suas luzes, virtudes e antigas relações com Portugal, se acha possuido de iguaes sentimentos, e que rodeado de ministros sabios, sustenta com gloria a mais terrivel luta contra esse flagello da humanidade, tendo mais que uma vez abatido o vôo das suas aguias orgulhosas. A Gran-Bretanha nos deu tropas, armas, munições, soccorros pecuniarios, e nos deu um chefe illustre para commandar o exercito combinado. A victoria corôou de louros immortaes ao grande lord Wellington nos campos da Roliça, do Vimeiro, de Talavera, e na memoravel passagem do Douro, que fará epocha nos fastos militares da peninsula». Com relação á determinação vinda do Rio de Janeiro se tornava a dizer o seguinte: «Demos graças ao céu, que tão visivelmente protegeu a nossa causa; demos tambem graças ao nosso augusto soberano e verdadeiro pae, cuja incomparavel prudencia, estreitando cada vez mais os laços que nos unem á Gran-Bretanha, nos tem procurado os mais opportunos e efficazes auxilios d'esta prodigiosa nação, a quem o Omnipotente destinou para abater o monstro, que em seus tenebrosos conselhos havia jurado sujeitar o universo ao jugo de ferro que lhe preparava».

Tal foi o modo por que encetaram a sua gerencia governa-

tiva os homens que em 1810 foram inaugurados no poder, e como taes íam presidir aos destinos da infeliz nação portugueza, escravisada assim ao jugo britannico pela prepotencia dos tres irmãos Linhares, o mais velho dos quaes se achava no Rio de Janeiro, dispondo a seu talante dos interesses da monarchia; o segundo, que era o principal Sousa, ia, como seu delegado em Lisboa, entrar no exercicio de governador do reino; e o terceiro, que era o conde do Funchal, já de ha muito se achava em Londres, representando igualmente a omnipotencia da familia, e trabalhando para por meio do apoio do governo britannico, de quem a sobredita familia se constituíra obediente serva, a manter n'essa mesma omnipotencia. Os condes de Linhares e do Funchal são já bem conhecidos do leitor; agora quanto ao principal Sousa, só diremos que ao tempo em que subiu ao poder nenhuns serviços tinha que o recommendassem para o seu alto cargo de governador do reino, nem mesmo experiencia alguma dos negocios publicos em situações subalternas, por onde se julgasse habilitado para a gerencia do summo poder, a que passára de salto, pela cega protecção d'aquelles seus dois irmãos. As impressões que pela sua conducta tinha occasionado no publico não lhe eram muito lisonjeiras. Depois que fallecêra o senhor de Pancas, que já depois de velho casára com uma irmã do principal, da qual não teve filhos, tomou este o caracter de delator, indo denunciar o morgado de Pancas como pertencente á corôa, dando-o como sem successão, tudo para o gosar durante a sua vida, porque, segundo a lei, era esta a vantagem dos denunciantes em cousas d'este genero. D. Manuel de Vilhena appareceu portanto em campo advogando a sua justiça, que teve de sustentar contra as allegações do principal, o qual foi por esta causa obrigado a comparecer nos tribunaes, para provar as suas ditas allegações, cousa que o desairou bastante na opinião publica. Quanto ao patriarcha eleito, tendo nós já apresentado anteriormente a sua biographia em resumidos termos, escusado é repeti-la n'este logar.

Passando agora a fallar de D. Fernando Maria de Sousa Coutinho, diremos que foi elle o quarto conde de Redondo

(depois que este titulo, perdendo a varonia dos Coutinhos, passou á da familia dos Sousas), tendo depois o de marquez de Borba em 15 de dezembro de 1811. Começára o quarto conde de Redondo a sua carreira publica por presidente da real junta do commercio, d'onde foi a presidente do real erario, em rasão, como já vimos, de ter mostrado muita exactidão, actividade e zêlo na administração da real ucharia, no arranjamento das creadas do paço da Ajuda, na venda de carvão e outros mais generos, arrecadação do cobre, etc. Homem de rasgada e sympathica physionomia, de uma imperturbavel e composta seriedade, de prudencia sexagenaria, e que na sua idade parecia impropria, reunindo com isto a particular affeição do patriarcha eleito[1], parece-nos terem sido estas as principaes causas de um certo nome e reputação que por si teve este titular, depois que subiu aos seus altos cargos, não concorrendo tambem pouco para isto a affabilidade com que tratava os pretendentes que concorriam ás suas audiencias, emquanto as deu, sem que nunca lhe achassem más palavras, nem mesmo más ou desattenciosas maneiras.

Francisco de Mello da Cunha e Menezes, monteiro mór do reino, seguindo a carreira militar, teve a sua primeira praça em 13 de dezembro de 1781, achando-se finalmente em coronel do regimento de Cascaes (19 de infanteria), e contando apenas trinta e tres annos de idade e doze de serviço, quando em 1793 o seu dito regimento foi um dos que compoz a divisão auxiliar do Roussillon, onde fez com elle a respectiva campanha. Na sua volta ao reino foi promovido a brigadeiro e marechal de campo, dando-se-lhe depois o titulo de conde de Castro Marim em 14 de novembro de 1802, e por fim o de marquez de Olhão em 21 de dezembro de 1808. O seu merito como governador do reino foi desconhecido no publico, sendo mais dado ao prazer da mesa e do fumo que ao desempenho regular das suas obrigações, podendo dizer-se que, a não ser a revolução do Algarve contra os francezes em 1808, que com decisão abraçou, o seu nome não teria por certo o logar que presentemente lhe damos n'esta nossa

[1] Assim se prova pelo já citado documento n.° 74-A.

obra. Dotado de muita prudencia, ao que parecia, julgou-se por muito acertada a sua nomeação, quando ao principio entrou para o governo, prognostico que o tempo infelizmente não verificou[1].

Ricardo Raymundo Nogueira, o terceiro dos nomeados, fôra lente de prima na faculdade de direito da universidade de Coimbra, onde teve a reputação de homem sabio e de moral irreprehensivel: não só os seus discipulos o reputavam bem, mas até mesmo os lentes seus collegas, tendo-o por um ornamento da sua faculdade, sendo por esta causa chamado para reitor do antigo collegio dos nobres, e por fim para governador do reino, de que ultimamente se demittiu com a allegação de molestia, mas talvez por não querer sujeitar-se á insolente supremacia dos ministros do Rio de Janeiro. Entretanto a maioria dos governadores do reino era

[1] O n.º 15 do *Astro da Lusitania,* jornal politico da epocha liberal de 1820, apresentou ao publico um mappa das commendas concedidas a varios fidalgos, entre os quaes se contou tambem o marquez de Olhão, que a titulo de pagamento de dividas que a sua casa tinha houve a mercê de onze commendas, cujos rendimentos nos vinte e oito annos em que as teve até áquella epocha, sommavam 300:327$972 réis! Quem á vista d'isto deixaria de contrahir dividas, uma vez que o estado lh'as pagava? O marquez, escrevendo ao redactor do *Astro,* confessou que as taes onze commendas lhe tinham sido dadas, não para pagar as suas proprias dividas, mas as de um tio que tinha fallecido sem as pagar, nem deixar com que, pois elle sobrinho apenas herdára d'elle os vinculos, que não estavam obrigados a dividas, porque passavam livres ao successor. Vê-se pois que as dividas do tal tio subiam a mais de 300:000$000 réis. Parece-nos incrivel que houvesse credores que tanto lhe fiassem, sem nada embolsarem de tal somma até á morte do homem, que todavia se finou tranquillo, porque talvez já esperasse que o estado lh'a pagaria por elle. Que serviços faria este senhor á nação para d'ella receber tal recompensa? Provavelmente os mesmos que fez o conde de Villa Verde, a quem depois da sua morte o principe regente mandou tambem pagar as suas dividas. Pena foi que o marquez não communicasse ao redactor do *Astro* qual a somma das dividas que tinha já satisfeito pelo tio, ou a relação dos credores a quem havia já pago os seus debitos, e a dos que ainda se achavam por embolsar. Eis-aqui pois uma das rasões por que a maior parte dos nossos fidalgos se declararam pelo absolutismo, e como taes sectarios fieis da usurpação de D. Miguel.

theocratica, sendo composta do bispo do Porto e patriarcha eleito, do principal Sousa, tambem da classe ecclesiastica, e de Ricardo Raymundo Nogueira, igualmente d'esta classe.

Agora quanto á nomeação do ministro inglez em Lisboa, sir Carlos Stuard, para membro da regencia, todos a uma voz clamaram contra similhante escandalo, só proprio do abjecto e servil inglezismo do conde de Linhares e da côrte do Rio de Janeiro, que absorta sómente nas suas idéas de levar a princeza D. Carlota Joaquina a regente da Hespanha, ou mesmo das colonias hespanholas do Rio da Prata, cousas para que queria ter o apoio do governo britannico, apoio que nunca conseguiu, de bom grado se prostituia a todas as suas exigencias. O certo é que, indisposta como a nação portugueza se achava contra os prepotentes desvarios da familia Linhares, não só viu com maus olhos a elevação do principal Sousa a governador do reino, mas até fulminou com o anathema da sua mais viva indignação a ingerencia que no governo do paiz se deu ao ministro inglez em Lisboa, tendo-a como opprobriosa para a dignidade nacional. Conseguintemente com a má vontade que já havia para com os antigos governadores, reuniu-se a opinião antecipada que os novos tiveram contra si, em rasão da nomeação do principal Sousa e da do ministro inglez. Acabou mais de indispor a opinião publica contra a nova modificação pessoal do governo o ver-se que o systema de perseguição continuava a ser a base fundamental da politica da regencia, como o provava o facto de ser uma das primeiras medidas, que se observára depois de uma tal modificação, o mandarem-se degradados dois ecclesiasticos de probidade e caracter, taes como o prior dos Anjos e o de S. José, sem se allegar contra elles outro motivo, nem se lhes fazer outro processo, mais que o dizer-se que tinham sido mandados saír da côrte por affectos ao partido francez, quando o principe regente ainda estava em Lisboa. Taes são em resumido quadro as cousas mais transcendentes, que com relação á governação do paiz n'elle se passaram durante a maior parte do anno de 1810, ou até á proximidade da invasão do marechal Massena em Portugal no referido anno.

CAPITULO VI

Ao passo que os generaes francezes invadem o sul da Hespanha com os seus exercitos, o general Bonnet trata pelo norte de se assegurar das Asturias, sem que a Galliza lhe embarace as suas operações, e o general Junot de se apossar de Astorga, como conseguiu, podendo portanto dizer-se que Cadix e Portugal eram na peninsula os unicos pontos de uma formal resistencia aos francezes. Em Inglaterra, apesar da vehemencia da opposição parlamentar, e da quéda do ministerio de lord Castlereagh, persistia-se na continuação da guerra contra a França, decidindo-se o novo ministerio britannico (pela resolução em que lord Wellington estava de defender Portugal a todo o custo), em elevar o exercito portuguez, subsidiado pela Gran-Bretanha, á força de 30:000 homens, circumstancia que obrigou os governadores do reino a cuidarem na remonta da cavallaria e no recrutamento do exercito, creando tambem mais quatro corpos de milicias em Lisboa, e seis batalhões de caçadores. Pela sua parte o marechal Beresford não só começou a elogiar nas suas ordens do dia a disciplina das tropas portuguezas, mas até a dar d'ellas favoraveis informações aos governadores do reino, os quaes, pelo bom conceito que tambem d'ellas faziam, tomaram a resolução de offerecerem a lord Wellington o regimento n.º 20, para com as forças inglezas ser igualmente empregado na defeza de Cadix, como effectivamente foi. Entretanto lord Wellington, vendo que para resistir aos francezes não podia contar com os exercitos hespanhoes, mas sómente com o exercito luso-britannico, cujas forças eram desproporcionaes ás do inimigo, decidiu-se a fortificar Lisboa por meio das famosas linhas de Torres Vedras, que activamente cuidou em levantar, emquanto o exercito francez, com que o marechal Massena se dispunha a invadir Portugal, se entretinha na fronteira com a tomada da Cidade Rodrigo. Ainda assim a opposição parlamentar ingleza continuava nas suas aggressões, não só contra o ministerio britannico, mas até mesmo contra Portugal, pagando-lhe assim, tanto a dita opposição, como o referido ministerio, com a mais dura ingratidão os pesados sacrificios, que este reino estava fazendo na sustentação da sua luta contra a França.

Não é do nosso intento apresentar aqui ao leitor uma historia completa da guerra da peninsula, traçada debaixo do ponto de vista militar, e com todas as miudezas das suas differentes operações e detalhes, proprios a interessar os homens da profissão, e de mais a mais com apreciações e analyses para que nos não julgâmos habilitados: uma obra d'este genero póde ler-se na *Historia da guerra da peninsula*, do

coronel Napier, e aos que aspirarem a vê-la originalmente escripta na lingua patria (o que entre nós é uma necessidade, pela parte que em tal guerra teve o exercito portuguez), aconselhâmos a que se resignem a esperar pela que foi commettida pelo nosso governo á penna de um distincto escriptor, habil official do exercito, e alem d'isso lente da escola polytechnica, José Maria Latino Coelho, o qual pela reputação do seu talento, afiançado, na opinião dos que melhor o conhecem do que nós, pelos escriptos que no jornalismo politico d'elle se têem visto, certamente lhes ministrará uma obra, que nada terá que invejar ás estrangeiras suas similhantes, e que portanto será analoga aos altos feitos do exercito luso-britannico a que se dedica, á urgencia de se transmittirem aos vindouros os que foram praticados pelas tropas portuguezas, extremando-os quanto for possivel dos das tropas inglezas, e finalmente á justa anciedade com que o publico aguarda similhante empreza. Quanto a nós, alheios como somos á classe militar, e desprovidos de conhecimentos technicos, só tomâmos por incumbencia, guiados pelos nossos bons desejos de sermos uteis ao paiz, offerecer humildes aos nossos leitores, que geralmente reputâmos de profissão civil, um quadro das grandes operações d'esta famosa guerra, pelo qual ficarão sabendo, tanto quanto lhes póde interessar, o que por aquelle tempo se passou, com relação á gloria patria e aos momentosos successos da sobredita guerra.

Segundo o que assim expomos, omittiremos, ou tocaremos só perfunctoriamente, as operações dos exercitos belligerantes no Aragão, Valencia e Catalunha, quando assim nos parecer necessario, pela nenhuma parte que n'ellas teve o exercito portuguez, e não ser do nosso intento escrever, como temos dito, uma historia completa d'esta guerra, com relação a leste e ao sul da peninsula. Segundo estes principios diremos sómente que o general Suchet, que commandava na Navarra e Aragão, tendo pacificado estes dois reinos, obrigando até o joven Mina a dispersar os seus famosos guerrilhas, marchou contra Valencia, d'onde todavia se retirou sem ter conseguido o seu fim, dando como culpado d'isto o marechal Au-

gereau, pela nenhuma cooperação que n'elle encontrou, de que resultou ao referido marechal a desgraça em que depois se viu perante Napoleão, que o mandou substituir no governo da Catalunha, onde se achava, pelo marechal Macdonald. Isto porém não embaraçou que os francezes se não fossem apoderando das provincias meridionaes da Hespanha, submettendo ao seu poder as differentes praças que d'elles se achavam independentes. O mesmo Suchet, em cumprimento das ordens que lhe foram de París, sitiou e apoderou-se de Lérida a 13 de maio de 1810, segurando por este modo a communicação entre Aragão e a Catalunha. D'aquella praça passou a Mequinenza, posição importante e necessaria para dominar o Ebro; d'ella se apoderou igualmente aos 8 de junho, indo de lá contra o castello de Morella, que tambem se lhe entregou aos 13 do dito mez. A posse d'este castello estava longe da importancia de Mequinenza, mas nem por isso deixava de ser preciosa para os francezes, por se achar situado o referido castello nos confins dos reinos de Aragão e Valencia, e ser da intenção dos mesmos francezes invadirem igualmente este ultimo reino.

As forças que debaixo do commando em chefe do marechal Soult invadiram a Andaluzia, montando a 55:000 homens, como já vimos, compunham-se de um primeiro corpo, que tinha por commandante especial o marechal Victor, a quem se deu por incumbencia o cerco de Cadix, para onde marchou, como tambem já vimos; e do quarto corpo, que tinha por commandante o general Sebastiani, cujas operações foram coroadas dos mais felizes resultados. Tranquillo possuidor de Granada, este general deitou-se a percorrer a costa, e vindo sobre Malaga, onde rebentára um foco de insurreição, d'esta cidade se apoderou, praticando n'ella todas as crueldades, proprias de quem estava convencido que o levantamento da peninsula não era um dever, que os seus habitantes tinham de defender a sua patria da dominação estrangeira, mas um acto de formal rebellião contra as ordens soberanas de Napoleão Buonaparte e de seu irmão José, que á força os queriam subjugar. O mesmo general Sebastiani se

dirigiu depois de Granada para Murcia, onde entrou no dia 23, renovando n'esta cidade as mesmas crueldades que havia já praticado em Malaga, incluindo o lançamento de uma contribuição de 50:000 patacas, a apropriação dos dinheiros que achou nos cofres e estabelecimentos publicos, a pilhagem das pratas e joias dos conventos, e o roubo das principaes casas dos seus moradores. Alem dos dois referidos corpos, formava tambem parte das ditas forças da Andaluzia o quinto corpo, que tinha por commandante o marechal Mortier, o qual, depois de deixar uma brigada em Sevilha, penetrou na Extremadura, indo depois dar a mão ao segundo corpo, do commando do general Reynier, que com elle avançava das margens do Tejo. Mortier encaminhára-se para Badajoz, praça a que inutilmente mandára intimar a sua rendição, de que resultou voltar novamente sobre os seus passos, indo estabelecer em Llerena o seu quartel general. Tal foi o resultado da corajosa resolução de se defenderem, tomada pelos habitantes d'aquella praça, animados pela presença do marquez de la Romana, e bem depressa pela chegada da maior parte do exercito do duque del Parque, que por então estava em marcha para a Extremadura. Este exercito, reunido ás forças que havia em Badajoz, fazia um total de 26:000 infantes e 2:000 cavallos, tendo por commandante em chefe o referido marquez, que não sómente se apoiava em Badajoz, mas tambem na praça de Elvas, e em algumas outras menos importantes que guarnecem as duas fronteiras, hespanhola e portugueza, onde tambem se achava uma divisão luso-britannica, commandada pelo general Hill.

O estado interior da Hespanha não se apresentava com melhor aspecto: os francezes de quasi todas as suas provincias se podiam dizer senhores. Nas Asturias achava-se um corpo francez, commandado pelo general Bonnet, que em continuada luta com os respectivos habitantes, por vezes tinha sido obrigado a retirar-se, esperando-se todavia que este principado inteiramente succumbisse, a não ser promptamente soccorrido pela Galliza. Esta provincia e a de Valencia eram as duas unicas que se achavam livres dos francezes. Os gallegos

tinham desenvolvido grande enthusiasmo contra os invasores, cuidando em formarem um corpo de exercito consideravel para os combater: mas que esperança podia dar este exercito para o bom exito das suas operações, não tendo disciplina, nem generaes que o conduzissem? O ministro da guerra em França, informando o senado das intenções que o imperador seu amo tinha de franquear novamente os Pyrenéos, deu conta do estado das forças que então havia na Hespanha, acrescentando que para continuar as operações militares na peninsula era necessario completar os differentes corpos que n'ella existiam, por meio dos 30:000 homens reunidos em Bayonna. Estes passaram effectivamente as fronteiras, e depois d'elles ainda mais outros, computando-se todos estes reforços em 56:000 homens, dos quaes 10:000 se reputavam de boa infanteria, 10:000 de infanteria soffrivel, 30:000 galuxos, pela maior parte creanças e má tropa, e 6:000 de boa cavallaria. Estes reforços, reunidos á tropa franceza que já se achava em Hespanha, elevavam o numero de uma e outra força a 370:000 homens de todas as armas, sendo este o exercito contra o qual se tinha de combater na peninsula durante o anno de 1810. Já se vê pois que a submissão d'esta parte da Europa fôra e era ainda um pouco mais difficil para Napoleão do que o tinham sido outras, e particularmente a Italia. Contava-se no numero dos reforços vindos o oitavo corpo, commandado por Junot, corpo que depois de reformado se achava destinado por Napoleão a fazer parte do exercito que havia de expulsar de Portugal os inglezes. Junot propoz-se portanto a sitiar Astorga, onde effectivamente entrou aos 22 de abril, mediante uma honrosa capitulação. Desde então o reino de Leão ficou inteiramente sujeito aos francezes, que n'elle fortificaram a dita cidade de Astorga, bem como Villa Franca e Puebla de Sanabria.

Tudo em Hespanha ameaçava portanto uma prompta submissão aos francezes, sujeita que podessem ter ao seu poder a cidade de Cadix, que era o unico ponto que lá tinham contra si de resistencia séria. Mas Cadix parecia ser intomavel, auxiliada a natureza pela arte, como começava a ser, mediante

os trabalhos que para isto empregava a sua guarnição. Comprehende aquella posição a ilha de Leão, em cuja ponta septentrional se levanta a cidade de Cadix propriamente dita. Estas duas povoações, reunidas entre si por um estreito e alongado isthmo, distam uma da outra duas leguas. A ilha gaditana tem tres de comprido e uma e um quarto de largo, na sua maior extensão. Acha-se separada do continente por um braço de mar, chamado *Ribeira de Santi-Petri*, cujo leito é profundo, sendo a communicação do continente para a ilha effeituada por meio da ponte de Suazo, assim chamada em rasão do dr. João Sanches Suazo a ter restabelecido no começo do seculo xv. O arsenal de Caraca, situado n'um ilhéu contiguo á ilha de Leão, ilhéu formado pela citada *Ribeira de Santi-Petri* e o canal de las Culebras, tambem permanecia em poder dos hespanhoes. A população de Cadix, que por então se achava bem limitada, não excedia a 60:000 habitantes, e a da ilha de Leão, que estava no mesmo caso, seria apenas de 18:000. A principal defeza d'aquella praça consiste nas suas muitas marinhas, que começam a pequena distancia de Porto Real, e se estendem por espaço de legua e meia até á ribeira de Zurraque. Reunem-se umas ás outras por canaes com vaus impraticaveis, de variavel e movediço solo. Ao sul existem outras salinas, chamadas de *San-Fernando,* sendo a ilha por todos os seus lados cercada pelo oceano, ou pelas aguas da bahia. Pelo meio d'estas marinhas e canaes, ou das que se acham em frente de Santi-Petri, corre uma calçada ou estreito e comprido caminho, que vae á ponte de Suazo. Em todo o seu trajecto se haviam estabelecido muitas cortaduras e baterias, que tornavam a sua passagem inexpugnavel. Antes da chegada do duque de Albuquerque os trabalhos de fortificação achavam-se muito atrazados; mas este general e os seus successores os activaram prodigiosamente. Fortificou-se por uma triplice linha de baterias o ataque da frente da *Ribeira de Santi-Petri;* construiram-se algumas d'ellas mesmo sobre os terrenos lodosos, havendo uma particular attenção em cobrir o arsenal de Caraca e a direita da linha, que era a sua parte mais fraca. Levada que fosse a ilha de Leão, nume-

rosos obstaculos embaraçavam ainda ao inimigo a tomada de Cadix. Alem das diversas baterias construidas sobre a linha de terra, que serve de communicação entre ás duas cidades, levantou-se na parte mais estreita, para que os dois mares a banhassem, uma cortadura, em que todos os habitantes trabalharam com grande enthusiasmo: achava-se eriçada de canhões, e construida com admiravel solidez. Depois d'isto era ainda necessario que os francezes se assenhoreassem das obras que directamente defendiam Cadix, para n'ella poderem entrar, obras que tinham sido executadas segundo as regras da arte moderna, e que apenas tinham um só ataque de frente.

Para guarnecer uma tão extensa posição como a ilha gaditana, e tão coberta de pontos de defeza, precisava-se, não só de um grande numero de tropas de terra, mas tambem de outro quasi igual de forças maritimas. No mez de abril o exercito hespanhol de Cadix elevava-se de 17:000 a 18:000 homens, tendo sido formado primitivamente pelas tropas do duque de Albuquerque, engrossadas depois pelos restos dispersos dos officiaes e soldados que de diversos pontos da costa se dirigiram para Cadix. Ao general D. Joaquim Blake, chamado do reino de Murcia, nomeára a regencia para commandar em chefe a ilha gaditana, em substituição ao referido duque. Estas forças hespanholas de Cadix foram consideradas como parte integrante do exercito que se chamava *do centro*, e se achava acantonado em Murcia, emquanto que o do marquez de la Romana, que estava na Extremadura, se denominava *exercito da esquerda*. Apesar d'isto a real e verdadeira defeza de Cadix consistia inquestionavelmente nas forças do exercito luso-britannico que para ali tinham ido[1], e se elevavam então ao numero de 5:000 homens, subindo posteriormente a 10:000. A junta de Cadix pedíra a lord Wellington

[1] Assim o demonstrou posteriormente o facto de ter entrado n'ella o duque de Angoulême em 30 de setembro de 1823, tomando o forte de Trocadero, que domina a cidade, o que prova que se esta praça estivesse só por só nas mãos dos hespanhoes seguramente passaria para as de Soult.

a remessa d'este soccorro por intermedio do consul inglez e de lord Burghest, que para este fim se dirigíra a Lisboa, ainda antes de se ter retirado para Cadix o duque de Albuquerque. O primeiro commandante das referidas forças foi o general Stewart, substituido depois pelo general sir Thomás Graham. Para defeza de uma tamanha extensão de costa havia na bahia uma esquadra ingleza ás ordens do almirante Purvis, e uma esquadra hespanhola, commandada por D. Ignacio de Alava. Uma horrivel tempestade a maltratou cruelmente no dia 6 de março e seguintes d'este corrente anno de 1810, perdendo-se a nau portugueza *Maria I,* sendo a perda ainda mais sensivel para os hespanhoes, que viram varar na costa tres das suas naus de guerra, uma das quaes era inteiramente nova e tinha tres baterias. Mais de vinte e cinco outras embarcações de differentes lotes e qualidades, algumas das quaes eram tambem de guerra, tiveram a mesma sorte, ficando a maior parte d'ellas inteiramente perdidas, e outras com grandissimas avarias. O que muito augmentou as desgraças, causadas por uma tal tempestade, foi o achar-se a costa do lado opposto da bahia toda em poder dos francezes, sendo por conseguinte inteiramente impossivel levar soccorros aos navios que encalharam para aquella parte. Entre as embarcações que se perderam, figura uma que certamente causou bastante pena, tal foi a de um transporte com perto de 200 homens de tropa ingleza, ida de Gibraltar, e que toda caíu em poder do inimigo, o qual, aproveitando-se das circumstancias, fez seguramente presas ricas nos despojos que foram ter á praia, de todos os navios naufragados. A unica fortuna que houve no meio de tantos horrores foi o perecer pouquissima gente, tendo sido ministrados os possiveis soccorros pelas lanchas da esquadra ingleza, logoque abrandou um pouco a força da tempestade, sendo muito para notar a crueldade com que em tal occasião os francezes se conduziram, porque, em logar de soccorrerem os desgraçados, a quem a impetuosidade do vento lançára sobre a costa, desapiedadamente lhes atiraram de cima com balas ardentes, sendo os navios, varados na costa, por elles incendiados.

Já n'outra parte dissemos, e cremos que por mais de uma vez, que o ministerio britannico nunca até então teve muito a peito a efficaz defeza de Portugal, sendo todas as suas sympathias para com a da Hespanha; mas vendo os exercitos d'esta potencia constantemente derrotados, e por conseguinte perdidos os largos e dispendiosos soccorros que lhe ministrára, e vendo finalmente quasi todas as provincias da mesma Hespanha inteiramente subjugadas, ou em vesperas de o serem, pelos exercitos francezes, e sobretudo desanimado o ministro Castlereagh pelo gravissimo desastre da sua vasta e dispendiosa expedição ao Escalda e ilha de Walkeren, esfriára consideravelmente no seu ardor pela continuação da guerra na peninsula, como já notámos. Fôra lord Wellington o que a sangue frio, e com o mais perfeito conhecimento de causa, fez da necessidade virtude, constituindo-se auctor e propugnador de um systema de defeza para Portugal, pelo modo e fórma por que tambem já vimos. Em recompensa pois dos heroicos feitos, que em virtude de similhante systema praticára na peninsula durante o anno de 1809, fôra creado barão do Douro e lord visconde de Wellington; mas estas honras, postoque applaudidas e tidas como justas pela opinião publica do seu paiz natal, a opposição parlamentar as olhou como filhas de um decidido espirito partidario e não como um acto de justiça para com o merito do agraciado. Foi portanto essa opposição parlamentar a que contra elle levantou a sua voz altiva, apresentando em publico toda a força do seu mau humor sobre este assumpto. «Por que motivo o tem galardoado o governo? diziam os membros da opposição. As suas operações têem sido imprudentes, loucas, presumpçosas, e toda a sua campanha, em vez de premio, só merecia punição». Lord Grey, firmado nas suas theorias de guerra, de que aliás não tinha pratica, atacava fortemente os talentos e merito de lord Wellington, censurando n'elle com toda a força do seu azedume as disposições que tomára na batalha de Talavera. Outros houve que chegaram mesmo a negar ter elle alcançado por similhante batalha a mais pequena vantagem; e finalmente outros se viram tambem que até se lem-

braram de propor que o seu nome fosse exceptuado dos agradecimentos ao exercito.

Se a opposição se mostrava assim tão desabrida para com um homem de tão abalisados talentos e tão relevantes serviços, como os que lord Wellington já tinha prestado ao seu paiz, póde bem avaliar-se qual não havia de ser a vehemencia das suas investidas contra o ministerio que por então existia. A sua inactividade e indolencia foram terrivelmente fulminadas, e a sua inhabilidade tida como cousa liquida, chegando até a haver alguns dos ministros que em particular se olharam como culpados do mallogro da expedição ao Escalda. Todos os ciumes e rivalidades partidarias, a par de todas as intrigas, se pozeram em campo para mostrar que o governo inglez d'aquelle tempo era o mais imbecil de todos os da Europa, exceptuando apenas o da Hespanha: o de Portugal nem ao menos figurava n'este acervo de imbecilidade! O proprio mr. Canning denunciára aos seus collegas lord Castlereagh, que dava como inteiramente incapaz de conduzir os negocios da guerra nas criticas circumstancias de então, chegando a obter d'elles a formal promessa da sua demissão. Entretanto fôra o mesmo mr. Canning um dos que lhe deixaram conceber e executar o plano do armamento mais consideravel, que até então se víra saír dos arsenaes e portos de Inglaterra, tal como o da citada expedição ao Escalda. Foi depois do seu desastre que mr. Canning reclamou então o cumprimento da promessa, que já se lhe tinha feito, quanto á demissão de lord Castlereagh, o que sendo por este sabido, teve similhante conducta como obra de má fé, tanto publica, como particular, seguindo-se a isto um duello entre o accusado e o accusador, duello que comsigo trouxe a dissolução completa da administração existente. Mr. Perceval e lord Liverpool foram os encarregados de compor o novo ministerio, e depois de uma negociação infructuosa com os lords Grey e Grenville, elles mesmos se pozeram á testa dos negocios. Mr. Perceval substituiu portanto o duque de Portland, reunindo, como já o tinham feito mrs. Pitt e Addington, o logar de primeiro lord do thesouro com o de chanceller do Echiquier. Lord Liverpool foi pela

sua parte nomeado secretario da repartição da guerra e das colonias, em logar de lord Castlereagh, offerecendo-se a dos negocios estrangeiros ao marquez de Wellesley, que contra a espectativa geral aceitou esta pasta com similhantes collegas.

Antes da demissão de lord Castlereagh tinha este ministro escripto a lord Wellington na data de 14 de setembro de 1809, perguntando-lhe o que pensava da defeza de Portugal, e das despezas que esta mesma defeza podia trazer comsigo. Para adequadamente responder a similhante pergunta entendeu o mesmo lord Wellington que lhe era necessario examinar primeiramente o paiz, e ver sobretudo o modo por que se defenderia a provincia da Andaluzia, antes de adoptar plano algum de defeza. Foi com estas mesmas vistas que lord Wellington se dirigiu a Sevilha, não sendo tambem para elle menos importante conferenciar com o marquez de Wellesley, seu irmão, sobre os assumptos da guerra, antes da sua breve partida para Inglaterra. Com elle debateu então effectivamente os seus vastos projectos de campanha, entendendo não os poder adoptar sem ter por si o mais franco e decidido apoio do governo, o qual effectivamente encontrou no seu dito irmão, que abraçando as suas opiniões, ou com ellas condescendendo, lhe prometteu sustenta-las com firmeza no meio de quaesquer embaraços e contrariedades que podessem ter contra si, resolução de que tanta gloria e vantagens vieram para a Gran-Bretanha, e tamanha preponderancia para a familia Wellesley.

Lord Wellington chegára a Sevilha no dia 2 de novembro, d'onde seguiu para Cadix no dia 5, em companhia do marquez seu irmão, o qual devia partir de lá para Inglaterra, a fim de tomar conta do seu logar de ministro. Foi depois de se ter acordado com elle nos seus já citados planos, que na data de 14 do dito mez de novembro escreveu de Badajoz ao novo ministro da guerra, lord Liverpool, respondendo, poucos dias antes da batalha de Ocaña, ao officio que sobre tal assumpto havia recebido de lord Castlereagh. A materia d'esta resposta é de grande interesse historico, sobretudo para Portugal, e por isso daremos d'ella uma noticia lata. Dizia pois

lord Wellington: 1.°, que se os exercitos hespanhoes houvessem de experimentar algum grande revez que habilitasse os francezes, existentes por então na peninsula, a virem contra Portugal, as forças alliadas que n'elle havia eram bastantes para a sua defeza; 2.°, que quando a paz da Allemanha permittisse a Napoleão mandar consideraveis reforços para a peninsula, com o fim de atacarem Portugal, ainda n'este caso, não se achando a Hespanha inteiramente subjugada, ser-lhe-ía difficil, e mesmo talvez impossivel, assenhorear-se de Portugal, uma vez que o governo britannico continuasse a manter n'este reino o exercito inglez, que n'elle se achava destinado á sua defeza, e o exercito portuguez recebesse todos os melhoramentos de que era susceptivel; 3.°, que a força do exercito inglez em Portugal devia ser sempre de 30:000 homens effectivos, tidos como auxiliares das tropas portuguezas, as quaes consistiam já por então em 5:586 artilheiros, 6:092 homens de cavallaria, 3:355 da arma de caçadores, 32:925 da arma de infanteria, sendo ao todo 47:958 homens, com 4:357 cavallos, não fallando em milicias e ordenanças[1]; 4.°, que a despeza feita com os 20:000 homens de tropas portuguezas, pagas pela Gran-Bretanha, e com os officiaes inglezes n'ellas encorporados, era de 600:000 libras; mas outras despezas havia ainda a fazer, para que o exercito portuguez se pozesse em estado de servir proficuamente na guerra que se achava imminente».

Continuando a fallar do exercito portuguez, lord Wellington dizia ainda mais: «A despeza que, segundo a mim, a Inglaterra deve juntar áquella que já presentemente faz, é o augmento do soldo dos officiaes do exercito portuguez, sem o que inutil será esperar d'elles muito zêlo pela sua parte. Pouco ou nenhum serviço têem feito os officiaes do exercito portuguez desde muitos annos, porque com poucas excepções o seu paiz tem estado em paz desde 1763. D'aqui vem

[1] Este numero não é o que foi mencionado no officio de lord Wellington, que aqui não repetimos por nos parecer inexacto, pois, segundo os assentos do ministerio da guerra, o verdadeiro é o que acima vae indicado.

terem-se elles conservado na mesma guarnição durante todo o tempo do serviço; quanto aos que se acham nos seus regimentos, porque muitos ha que tem constantemente vivido no seio das suas familias. Alem d'estas circumstancias, creio que os abusos introduzidos no systema do seu serviço lhes proporcionava outras vantagens, que não eram em pequeno numero, circumstancia que os punha em estado de viverem de uma maneira propria ao caracter de officiaes, não obstante o fraco soldo que recebiam, *e n'um paiz onde todas as cousas necessarias á vida são mais caras do que em Inglaterra.* É inutil demonstrar a salutar mudança que a nomeação do marechal Beresford, para commandante em chefe do exercito portuguez, tem feito na sua posição. Todos os abusos que existiam no serviço têem sido reformados. Um systema regular de disciplina, que exige o zêlo e a assiduidade de todos os officiaes nos seus regimentos, se tem estabelecido, e o estado do paiz, assim como o serviço imposto ao exercito, tem necessariamente desarranjado os regimentos da sua residencia em posto fixo, fazendo augmentar consideravelmente a despeza dos officiaes». Depois d'esta exposição, lord Wellington fazia a mais triste pintura do estado financeiro do paiz, dizendo que o seu *deficit* annual, entrando já o soccorro pecuniario que a Inglaterra lhe prestava, era de 900:000 libras; que os atrazos dos pagamentos eram consideraveis, que nenhumas despezas se reputavam necessarias senão as do exercito, e algumas outras civis, indispensaveis para a existencia do estado.

«Quanto aos impostos, continuava elle, devo observar que o paiz estava muito empobrecido pelos acontecimentos da ultima guerra, e pela emigração da côrte para o Brazil, que os habitantes não podem pagar as taxas que lhes são lançadas, e que o producto das alfandegas, que n'outro tempo era o principal ramo da receita publica, está quasi reduzido a nada, por se ter mudado para o Brazil o commercio entre Portugal e Inglaterra. *Esta mudança, sendo de vantagem para a Inglaterra, como evidentemente é, e essencialmente prejudicial a Portugal,* parece dar algum direito a este paiz

para obter, no meio dos seus actuaes embaraços, um soccorro mais consideravel do que aquelle, que sua magestade pela sua politica tem querido conceder ao governo portuguez, para custeamento da sua despeza militar. O abono de uma somma de mais de 300:000 libras por anno, alem da despeza occasionada pelo augmento do soldo aos officiaes, é necessario para que o governo possa occorrer aos gastos que demanda o entretenimento dos armazens e a sustentação do exercito portuguez. Alem d'isto o governo inglez deve tomar a seu soldo mais 10:000 homens de tropa portugueza, o que lhe custará, pouco mais ou menos, mais 250:000 libras por anno, deixando todavia a despeza dos armazens a cargo do governo portuguez. Estou porém convencido, segundo o que tenho visto pelo estado financeiro de Portugal, que, a não se soccorrer este reino pela fórma que tenho indicado, ou tarde ou cedo tudo se transtornará, perdendo-se todos os trabalhos empregados até aqui, e todas as despezas feitas para a sustentação d'esta guerra». Quanto ao embarque do exercito inglez, por effeito de desastre na guerra, que era outro dos pontos sobre que fôra perguntado, respondeu que nenhuma duvida tinha em que o embarque se podesse fazer facilmente, abandonando todavia os cavallos da cavallaria e os do trem da artilheria; mas não era de esperar que n'este caso os portuguezes se podessem defender por muito tempo. «Postoque eu olho o governo e o exercito portuguez, dizia elle ainda, como os mais interessados na guerra, por se tratar da sua independencia, *e que o successo, ou mallogro d'ella, dependa dos esforços do mesmo governo e do valor do sobredito exercito (sendo grande a confiança que n'um e n'outro tenho,* uma vez que sejam excitados pelo exemplo dos officiaes e soldados inglezes), perderei toda a esperança concebida, se sua magestade mandar retirar o seu exercito da peninsula, ou se este mesmo exercito for obrigado a evacuar Portugal, por effeito de algum desastre na guerra. Não duvido que a consequencia immediata da nossa retirada da peninsula seja a occupação de Lisboa pelo inimigo, talvez mesmo sem combate, cousa de que se seguirá tambem uma mudança no es-

tado da guerra, não só quanto a Portugal, mas tambem quanto á Hespanha. Se portanto se julgar conveniente a retirada de Portugal, ou se o exercito inglez for obrigado a saír d'este reino, peço que o governo de sua magestade facilite os meios de levar tambem comnosco todos os officiaes e soldados portuguezes que quizerem emigrar, de preferencia a deixa-los continuar a guerra e a defeza de Portugal».

Empenhado como portanto se achava o marquez de Wellesley (seguramente um dos mais conspicuos e assignalados membros do novo ministerio britannico) na sustentação da guerra da peninsula, segundo os planos e indicações de lord Wellington, seu irmão, era bem de esperar que a materia da carta acima mencionada fosse pelo dito marquez, e pelos seus collegas, tomada na devida consideração. O certo é que em janeiro de 1810 o governo inglez apresentou no parlamento uma mensagem para que a Inglaterra tomasse a seu soldo 30:000 homens de tropas portuguezas. Foi o mesmo marquez de Wellesley o que na camara dos lords abriu a discussão sobre a dita mensagem, provando quanto era politico o assumpto d'ella, e quanto devia influir, não só na defeza de Portugal, mas até mesmo na guerra da Hespanha. Referindo-se depois aos documentos que estavam presentes, declarou que por elles se via bem claramente qual a extensão e a natureza das medidas, que sua magestade recommendava na sua respectiva mensagem; que nos mesmos se via igualmente que fôra ao principio resolvido formar um corpo de 10:000 portuguezes, commandados por officiaes inglezes; que depois se julgou necessario fazer subir este numero a 20:000, pagos pela Gran-Bretanha; mas que actualmente sua magestade se propunha levar este mesmo numero até 30:000 homens, cuja despeza seria pouco mais ou menos de um milhão de libras esterlinas, promovendo-se por este modo o principal objecto, que era o de formar e disciplinar uma massa de tropa, toda composta de portuguezes, capaz de cooperar validamente com o exercito britannico; que nos citados documentos se achava tambem tudo que dizia respeito a este arranjamento e despeza; que elle porém não tinha o caracter de um tratado, em rasão da instabilidade das

circumstancias; mas tinha por base ministrar a Portugal todo o soccorro de que necessitasse, para dirigir e excitar esta nação a defender-se de um modo conveniente e digno, fazendo-lhe ao mesmo tempo conhecer que não devia esperar que os meios d'esta defeza lhe fossem de fóra; mas que os devia promover ella mesma, desenvolvendo os seus proprios recursos e energia para conservar a sua independencia.

Continuando com o seu discurso, acrescentou ainda, que se á medida que melhorasse a disciplina do exercito portuguez, os esforços da nação contra o inimigo commum fossem bem succedidos; que se no referido exercito se desenvolvessem cada vez mais, tanto aquella disciplina, como os referidos esforços; e finalmente que se Portugal fosse fiel a si mesmo, não propendendo para o inimigo, nem fazendo depender a sua salvação unicamente de soccorro estrangeiro, em tal caso não devia a Inglaterra abandonar o seu antigo alliado, devendo bem longe d'isso prestar-lhe todo o apoio, que podesse animar efficazmente os seus esforços e sustentar poderosamente a sua resolução. Lord Wellesley terminou a sua interessante falla dizendo: «Não abandonemos jamais os nossos alliados; não façamos cessar os patrioticos esforços dos portuguezes, retirando as nossas tropas de Portugal. Similhante resolução, tomada antes de tempo, destruiria o objecto para o qual tão poderosamente temos já soccorrido aquelle reino». O debate a que esta mensagem deu logar tornou-se bastante vehemente e acalorado, distinguindo-se contra ella lord Grenville e outros mais membros da opposição. Tanto os ministros que apoiavam a medida, como os individuos que a combatiam, fundamentavam as suas rasões no abandono e desmantelamento geral em que tudo por então se achava em Portugal, aquelles julgando ser isto causa da Inglaterra lhe dever prestar promptamente um válido soccorro, e estes reputando isto perdido por aquella causa.

Postoque as accusações e calumnias, levantadas em Inglaterra contra os portuguezes, tivessem já remittido de intensidade, desde que em 1809 o marechal Beresford assumíra o commando em chefe do seu exercito, como já notámos,

forçoso é confessar que, apesar d'isso, cousas bem desagradaveis e injustas appareceram ainda n'este debate contra os mesmos portuguezes, olhando os da opposição como inteiramente perdidas todas as despezas que houvessem de se fazer com as nossas tropas, e juntamente com ellas os trabalhos que se empregassem na sua organisação e disciplina. O periodico que mais sustentou estas doutrinas de invectiva contra os portuguezes foi o *Bell's Weeckly Messenger*[1], que felizmente viu desmentidas todas quantas asserções fizera e calumnias que dirigíra contra os nossos concidadãos. Todavia a citada mensagem, relativa á somma de 980:000 libras, pedida para pagamento de um corpo de 30:000 homens de tropas portuguezas, foi pela maioria de trinta votos approvada na camara dos pares no dia 22 de fevereiro de 1810, e na dos communs pela de sessenta e dois no dia 9 de março. O primeiro lord do thesouro, mr. Perceval, apresentando n'esta ultima camara a competente moção, fez por essa occasião um eloquentissimo discurso, pelo qual mostrou quanto era da politica do governo britannico, e do proprio interesse da Gran-Bretanha, sustentar a causa da peninsula, defendendo Portugal a todo o transe; *que abandonar este reino,* dizia elle mais, *seria o mesmo que pôr nas mãos dos francezes o melhor ponto, e os mais apropriados meios de atacarem a Inglaterra;* que deixando o governo britannico de sustentar a peninsula, deixava igualmente apagar n'ella aquelle patriotico espirito, que tão notavelmente n'ella se desenvolvêra contra a usurpação franceza, espirito que, emquanto n'ella permanecesse, dava bem fundadas esperanças de que a boa causa prosperaria sempre, *constituindo-se de facto a base sobre que havia de assentar a liberdade e independencia da Europa.* Mr. Villiers, o ministro inglez que tinha estado em Lisboa, apoiou pela sua parte vigorosamente a moção, fallando em primeiro logar nos serviços que tinha feito ao seu paiz e á sua causa, durante a sua missão em Portugal, acrescentando depois que quanto á materia, julgava não poder

[1] O numero do jornal em que isto mais claramente se viu foi o de 25 de fevereiro de 1810.

haver duvida alguma na questão de que se tratava; que conservando-se o exercito inglez em Portugal, como devia ser, forçoso era que o governo britannico tirasse partido dos soccorros e meios que Portugal podia fornecer-lhe; que a respeito da guerra em Portugal, estava ella dirigida com summa habilidade e energia; e finalmente que o exercito portuguez tinha feito os maiores progressos em tudo o que dizia respeito á sciencia e tactica militar, transformação devida á grande actividade e zêlo do marechal Beresford, o qual, pelos seus talentos superiores e incansavel cuidado, tinha formado em Portugal uma força militar respeitavel.

Na mesma camara dos communs tambem a nação portugueza e o seu exercito foram por aquella occasião mimoseados, em paga dos serviços que já tinham prestado á Gran-Bretanha, com improperios de toda a ordem por parte da opposição, cousas que para maior escandalo se publicaram tambem n'alguns jornaes inglezes. Entre os vociferadores que ali appareceram contra Portugal, tornou-se sobremaneira notavel um tal mr. Whitbread, tido por um dos mais ardentes membros da opposição, o qual se não pejou de proferir: que bastava já a Portugal o dinheiro que da Inglaterra recebêra; que com o nome de emprestimo se tinham fornecido 600:000 libras esterlinas ao principe regente de Portugal, dando-se por hypotheca as rendas da ilha da Madeira; mas perguntava elle, se por conta dos juros d'esse emprestimo se tinha já pago um só shelling. *E pagou-se com effeito um só shelling,* reperguntou elle? A similhante interrogação respondeu que sim mr. Perceval. A esta resposta exclamou attonito o calumniador, *pois então cáe por terra todo o meu argumento;* mas não obstante continuou atacando mr. Villiers, cuja missão em Portugal qualificou de commissão mercantil. A votação da moção foi favoravel ao governo, tanto n'uma, como n'outra camara, como já notámos; mas já antes d'isso tinha o marquez de Wellesley escripto para Lisboa ao ministro inglez, na data de 5 de janeiro do já citado anno de 1810, dizendo-lhe: «É da intenção de sua magestade empregar em Portugal uma força britannica de 30:000 homens effectivos, e alem d'isso fornecer de

auxilio a Portugal a somma annual de 980:000 libras, a saber: 600:000 para 20:000 homens, a quem a Gran-Bretanha já paga, e 250:000 para mais 10:000 homens addicionaes: á dita somma se acrescentarão mais 130:000 libras para pagamento de um maior soldo aos officiaes portuguezes. A politica d'esta medida tem sido repetidas vezes reclamada nas vossas cartas de officio, e espero que o governo de sua magestade tirará da sua adopção aquellas vantagens que vós tendes antecipado, e que se podem justamente esperar. Em retribuição d'estes liberaes soccorros tem sua magestade justo titulo para exigir do governo portuguez todo o adjutorio, que elle podér dar aos commandantes e tropas britannicas; uma fiel e judiciosa applicação dos fundos concedidos para manutenção de tão grande porção do exercito portuguez; e todos os esforços para a devida sustentação d'aquella parte das forças portuguezas, que devem ser suppridas pelos recursos exclusivos de Portugal. Alem d'estes arranjos, sua magestade espera mais receber mensalmente contas regulares das despezas das sommas applicaveis aos encargos militares de Portugal debaixo das ordens de lord Wellington, assim como relações exactas do estado e condição dos differentes corpos, que recebem paga britannica, e vós sereis servido dirigir a vossa particular attenção a estes objectos. É tambem para desejar que sua magestade seja informado do estado e condição d'aquella parte das forças portuguezas, que se devem manter das rendas de Portugal. Portanto vós me transmittireis todas as informações que poderdes obter sobre este ponto, assim como sobre a situação geral das finanças e recursos de Portugal, e particularmente dos fundos applicaveis ás despezas do seu exercito».

Não nos consta que dos muitos e avultados subsidios fornecidos pela Inglaterra a varias potencias da Europa, estas dessem conta á Gran-Bretanha do modo por que os empregavam, e muito menos que se sujeitassem a ser pelo ministerio inglez fiscalisadas na sua parte financeira e militar, tão directamente como o governo portuguez o foi, segundo o que manifestamente se vê do officio acima transcripto. Verdade é

que os governadores do reino haviam tido instrucções do Rio de Janeiro para se subordinarem ás exigencias britannicas; mas, não tendo elles vencimento algum por similhante cargo, admira como a paixão do poder fosse n'elles de tal ordem, que por causa d'ella se submettessem a similhantes instrucções, e a par d'ellas a todas as humilhações por que os fizeram passar, tanto o governo do Brazil, como o da Gran-Bretanha. E todavia o subsidio que a Inglaterra destinára para a manutenção dos 30:000 homens de tropas portuguezas era insufficientissimo para preencher similhante fim, como pessoalmente D. Miguel Pereira Forjaz, secretario da regencia nas repartições da guerra e dos estrangeiros, fez evidentemente ver a lord Wellington e ao ministro inglez, sir Carlos Stuard, os quaes pareceram convencidos do erro com que calcularam no seu principio a respectiva despeza, calculos fundados sómente na sustentação da infanteria, sem n'elles se incluirem os que diziam respeito ás outras armas mais dispendiosas do exercito, nem entrarem na respectiva conta as despezas aliás muito consideraveis do estado maior e repartições annexas a um tão consideravel corpo, como o d'aquelle numero de homens. Á vista pois d'isto assentou-se no seguinte anno de 1811 que o subsidio que a Inglaterra tinha a pagar a Portugal seria o de dois milhões de libras na totalidade, devendo saír d'esta verba não sómente o pagamento dos soldos, mas igualmente o vestuario dos 30:000 homens acima mencionados, incluindo até mesmo a despeza das etapes.

Em consequencia pois d'estes arranjos, cuidou-se em levar desde então o exercito portuguez ao estado a que por effeito de taes compromissos se julgavam obrigados os governadores do reino. Por alvará de 12 de novembro de 1809 providenciaram elles á remonta do exercito, ordenando que ninguem, desde a data do dito alvará em diante, podesse montar e servir-se de cavallos da marca de cincoenta e duas pollegadas, nascidos na peninsula, a não serem os officiaes de cavallaria, os estados maiores dos generaes, e os seus respectivos ajudantes de ordens. Conseguintemente todas as mais pessoas que tivessem cavallos n'aquellas circumstancias eram

obrigadas a apresenta-los em Lisboa perante o ministro designado pelo intendente geral da policia, e nas provincias perante os corregedores das suas respectivas comarcas, aos quaes se impunha a obrigação de os fazer conduzir depois aos depositos geraes de cada uma das mesmas provincias. D'estas entregas se mandaram fazer listas para n'ellas se lançarem as resenhas dos cavallos, declarando-se se os seus donos os queriam gratuitamente offerecer, ou se preferiam ser embolsados da sua respectiva importancia. Pelo referido alvará se regulava igualmente a formação dos depositos, e o modo da admissão ou rejeição dos cavallos n'elles apresentados. Para os transgressores marcavam-se as penas estabelecidas pelo alvará de 9 de agosto de 1701, que eram o perdimento do cavallo e o tresdobro do seu valor, duas partes do qual se davam ao denunciante, ficando a outra e o cavallo para a real fazenda. Foi este um dos modos por que o governo providenciou sobre a necessidade de remontar o exercito. Por um outro alvará, com data de 15 do citado mez de dezembro, se mandou proceder ao recrutamento do exercito, determinando-se que todos os corpos de linha, e os regimentos de milicias, se completassem até 15 de janeiro de 1810. Alem das recrutas necessarias para se completarem os corpos de linha, ordenava-se igualmente que houvesse um decimo mais de toda a força do exercito, que deveria ser preenchido até ao ultimo do dito mez de janeiro. Este decimo devia ser sempre permanente, constituindo um deposito especial de recrutas, que se havia de reformar de outras tantas quantas d'elle se retirassem para successivamente se completarem os corpos de linha.

Em conformidade pois com as precedentes disposições, ordenou-se que as recrutas se tirassem de cada uma das provincias, segundo o estado da sua população pela maneira seguinte: A provincia da Extremadura dava recrutas para os regimentos de infanteria n.os 1, 4, 7, 13, 16, 19 e 22, e para os de cavallaria n.os 1, 4, 7 e 10, bem como para o de artilheria n.° 1. A provincia do Alemtejo tinha a fornecer recrutas para os regimentos de infanteria n.os 5 e 17, para os de

cavallaria n.os 2 e 5, e para o de artilheria n.º 3: o Algarve para os regimentos de infanteria n.os 2 e 14, e o de artilheria n.º 2: a provincia da Beira para os regimentos de infanteria n.os 8, 11, 20 e 23, e os de cavallaria n.os 8 e 11, bem como para os batalhões de caçadores n.os 1, 2 e 4, e leal legião lusitana: a provincia de Traz os Montes para os regimentos de infanteria n.os 12 e 24, os de cavallaria n.os 9 e 12, e os batalhões de caçadores n.os 3 e 5: a provincia do Minho para os regimentos de infanteria n.os 9, 15 e 21, para o regimento de cavallaria n.º 6, para o de artilheria n.º 4, e o batalhão de caçadores n.º 6: finalmente o partido do Porto para os regimentos de infanteria n.os 3, 6, 10 e 18, e o de cavallaria n.º 3. Todos os homens solteiros de idade de dezoito a trinta e cinco annos, cuja altura excedesse a cincoenta e oito e meia pollegadas, ficavam sujeitos ao recrutamento. Exceptuavamse em beneficio da agricultura, do commercio, da navegação e das artes e sciencias, os seguintes individuos: 1.º, os filhos unicos de lavradores, que lavrassem com dois até quatro bois, e os filhos e creados d'aquelles que no anno de 1809 tivessem lançado á terra seis moios de pão, e d'ahi para cima, emquanto houvesse outros em quem não concorressem tão attendiveis qualidades; 2.º, os commerciantes fixos e os seus caixeiros que com elles vivessem, e fossem quotidianamente empregados; 3.º, os que pelas suas matriculas se mostrassem empregados na navegação do alto mar, ou dos rios ou da pesca; 4.º, os estudantes que nos collegios e universidades se achassem matriculados, mostrando effectiva applicação ás artes e ás sciencias; 5.º, finalmente os artifices que se empregassem quotidianamente nas artes necessarias, e um aprendiz a cada mestre de loja aberta. Todos os individuos não incluidos nas excepções mencionadas ficavam sujeitos ao recrutamento; mas a lei mandava que para elle se preferissem, quanto possivel fosse: 1.º, todos aquelles que o direito qualificava de vadios, ou de não terem occupação, ou que pela terem deixado, viviam em ociosidade; 2.º, todos os que viviam occupados em trabalhos não productivos, como os empregados em botequins, casas de jogo e vendas de generos proprios

de mulheres; 3.°, todos aquelles cujos trabalhos eram objectos de mero luxo.

O recrutamento em Lisboa era dirigido pelo intendente geral da policia, nomeando para isso d'entre os magistrados dos bairros os que para este serviço julgava mais idoneos. Todos os chefes de familia em Lisboa, inclusos os prelados das religiões e os estrangeiros, eram obrigados a remetter aos ministros dos seus bairros, tres dias depois da publicação do já citado alvará de 15 de dezembro de 1809, uma relação exacta de todas as pessoas do sexo masculino que compunham as suas familias, declarando a idade, naturalidade, filiação, estado e emprego. Recebidas estas listas, e apurado por ellas o numero das recrutas disponiveis, os ministros encarregados da diligencia, davam então as que lhes determinasse o intendente, segundo a indicação feita pelo general, encarregado do governo das armas da côrte, sobre o seu respectivo numero e destino. Ninguem podia admittir nas suas familias individuo algum de dezoito a trinta e cinco annos, que não mostrasse por documento estar isento do recrutamento. As pessoas notificadas, como estando incursas n'elle, deviam comparecer perante os commissarios da policia e respectivos capitães mores, para serem enviados aos seus destinos, sob pena de que não o fazendo assim, ficariam incursas no perdimento das suas legitimas, quando já estivessem no caso de as receber, ou no da herança paterna ou materna, quando houvesse de lhes competir. Aquelles a quem a falta de meios tornava de nenhum effeito a pena acima estabelecida, ficavam sujeitos á de prisão e á de condemnação em conselho de guerra a seis annos de trabalhos publicos com grilheta nas fortificações. As auctoridades encarregadas da diligencia do recrutamento, sendo reputadas omissas ou esquecidas no cumprimento dos seus deveres, eram castigadas com a suspensão dos seus cargos; e com a inhabilidade para outros, quanto ás que por culpa ou malicia dessem occasião a que alguem se subtrahisse ao serviço militar[1].

[1] Grandes eram as difficuldades que as auctoridades portuguezas tinham em promptificar o numero das recrutas que se lhes pedia, attenta

Pelo que dizia respeito ao recrutamento das milicias, mandava-se que se seguisse o methodo estabelecido pelo seu re-

a escassez da população do paiz, tão desproporcionada para um exercito de 60:000 homens, que o governo inglez nos exigia, e o marechal Beresford procurava ter constantemente em campo, fazendo para este fim repetidas instancias aos governadores do reino. Comprova-se a referida escassez pelos algarismos que vamos apresentar ao leitor nos seguintes mappas.

População do continente do reino, e das ilhas da Madeira e Açores

Em 1811

		Varões	Femeas	Total
Continente do reino	Extremadura...	289:985	284:008	573:993
	Beira	420:091	460:511	880:602
	Minho.........	453:634	500:348	953:982
	Alemtejo.......	145:669	142:531	288:200
	Algarve........	49:419	52:739	102:158
	Traz os Montes..	38:202	39:474	77:676
		1.397:000	1.479:611	2.876:611

Em 1807

	Varões	Femeas	Total
Ilha da Madeira...........	42:599	31:836	74:435

Em 1796

		Varões	Femeas	Total
Ilhas dos Açores..	Terceira.......	12:519	13:713	26:232
	S. Miguel......	24:988	32:309	57:297
	Santa Maria....	1:571	2:152	3:723
	S. Jorge.......	6:639	7:771	14:410
	Pico..........	10:870	11:506	22:376
	Faial	8:527	8:428	16:955
	Graciosa.......	3:734	4:106	7:840
	Flores.........	3:170	3:215	6:385
	Corvo.........	403	387	790
		72:421	83:587	156:008

RECAPITULAÇÃO

Continente do reino	2.876:611
Ilha da Madeira............	74:435
Archipelago dos Açores.....	156:008
Total......	3.107:054

gulamento, repetindo-se cada tres mezes, para que os regimentos estivessem sempre completos. A força d'esta segunda linha passou de quarenta e oito a ter cincoenta e dois corpos, por se lhe haverem augmentado mais quatro, que foram os quatro batalhões que se mandaram crear em Lisboa, por portaria dos governadores do reino, na data de 10 de julho de 1810, a saber: dois de caçadores, ou *atiradores nacionaes de Lisboa oriental e occidental,* e dois de artilheria, denominados *artilheiros nacionaes de Lisboa oriental e occidental,* compondo-se cada um dos sobreditos batalhões de um estado maior e oito companhias, na fórma do plano junto á sobredita portaria, na qual se marcavam tambem as condições, que deviam ter os individuos destinados a formarem estes corpos. Finalmente, para obstar quanto possivel ás deserções, o governo portuguez celebrou com o conselho de regencia da Hespanha e Indias uma convenção, com data de 29 de setembro de 1810, pela qual se estipulou o seguinte: Que á vista da reciproca utilidade, que resultava para ambos os reinos de Portugal e Hespanha de se augmentar quanto possivel fosse o numero dos defensores da justa causa da independencia de ambas as monarchias, e de se pôr termo quanto antes á cruel luta em que desgraçadamente se achava envolvida a peninsula; concordavam em que houvesse uma suspensão temporaria dos privilegios concedidos aos vassallos das duas potencias, pelo que respeitava ao serviço militar, a fim de que tanto os vassallos hespanhoes, que se achassem residindo em Portugal, como os portuguezes em Hespanha, sendo proprios para o serviço militar, e não tendo justa causa para não serem exceptuados (o que se devia regular pelas leis do paiz em que se achassem), ficariam sujeitos ao recrutamento do paiz em que n'aquelle tempo residissem, uma vez que não preferissem antes ir servir no seu proprio, o que deveriam realisar no prefixo termo de quinze dias, depois da publicação da respectiva convenção, com a declaração porém de que isto só deveria ter effeito emquanto durasse a guerra que então havia, porquanto logoque terminasse, continuariam os vassallos de ambos os reinos a gosar dos mesmos privilegios,

liberdades e isenções, que se achavam concedidos pelos tratados subsistentes entre as duas altas potencias. A sobredita convenção teria o seu devido effeito, logoque fosse ratificada pelos respectivos governos, e trocada no mais curto espaço de tempo possivel.

O exercito de primeira linha tinha sido organisado por decreto de 14 de outubro de 1808, como n'outra parte já vimos, compondo-se de vinte e quatro regimentos de infanteria, doze de cavallaria, seis batalhões de caçadores e quatro regimentos de artilheria. No mesmo anno de 1808 os quatro corpos de artilheria tinham subido á força de 3:730 homens, os doze de cavallaria á de 6:432, com 3:258 cavallos de fileira, os seis batalhões de caçadores á de 3:335 homens, e os vinte e quatro regimentos de infanteria á de 29:122 homens, sendo o total das differentes armas 42:659 homens, não incluindo 246 de cavallaria da policia e 1:006 de infanteria d'esta mesma arma. No anno de 1809 era o total das differentes armas do exercito portuguez 47:958 homens, com 4:357 cavallos de fileira, não incluindo 1:247 homens de cavallaria e infanteria da policia da capital. Em 1810 era de 51:841 homens, com 4:469 cavallos de fileira, não incluindo 1:420 homens de cavallaria e infanteria da policia de Lisboa. Em 1811, por proposta do marechal Beresford, contida no officio que em 1 de abril dirigiu a D. Miguel Pereira Forjaz, ordenaram os governadores do reino, por portaria de 20 do dito mez de abril, a creação de mais seis batalhões de caçadores, tendo cada um d'elles uma força igual á dos que já estavam creados; a leal legião lusitana era dissolvida, constituindo as suas praças tres dos seis batalhões de caçadores, a saber, os dos n.^os^ 7, 8 e 9, que recrutariam nas provincias da Beira. O partido do Porto devia pela sua parte fornecer as recrutas necessarias para dois dos novos batalhões, que se denominariam n.^os^ 10 e 11, devendo a provincia do Minho dar as que haviam de constituir o batalhão n.° 12[1]. Conseguintemente a força do exercito portuguez no citado anno de

[1] Veja o documento n.° 81.

1811 era a seguinte: artilheria, 4:936 homens; cavallaria, 6:710, com 4:634 cavallos de fileira; caçadores (os doze batalhões) 7:913; infanteria, 34:999; sendo o total das differentes armas 54:558 homens, não incluindo 1:839 da cavallaria e infanteria da policia de Lisboa[1]. O augmento dos soldos aos officiaes do exercito, proposto primitivamente por lord Wellington e approvado pelo governo inglez, foi fixado em 12 por cento a mais do que d'antes recebiam, por decreto de 12 de dezembro de 1809, começando o abono a ter logar desde o 1.º de janeiro do seguinte anno de 1810 em diante. Este augmento, a que ao principio se deu o titulo de *gratificação durante a guerra*, e que depois se fez extensivo ao tempo de paz, só competia aos officiaes do estado maior do exercito e do corpo de engenheiros em serviço activo do mesmo exercito, bem como aos officiaes dos corpos de infanteria de linha e ligeira, cavallaria e artilheria, e aos da guarda real da policia, com exclusão dos que se achassem separados dos seus regimentos e exercicios, salvo se para isto os embaraçasse o seu mau estado de saude, augmento que teve logar na conformidade da seguinte tabella:

Graduações	Soldo	Augmento dos 12 %	Nova gratificação	Total mensal
ESTADO MAIOR				
Tenente general	100$000	12$000	68$000	180$000
Marechal de campo	50$000	6$000	64$000	120$000
Brigadeiro	48$000	5$760	36$240	90$000
Coronel	55$000	6$600	28$400	90$000
Tenente coronel	50$000	6$000	24$000	80$000
Major	48$000	5$760	16$240	70$000
Capitão	30$000	3$600	26$400	60$000
Tenente	25$000	3$000	22$000	50$000
Alferes	22$000	2$640	15$360	40$000
Secretario militar, alem do soldo da patente	50$000	–$–	50$000	100$000

[1] Todas estas cifras são copia de um mappa que pelo ministerio da guerra se remetteu a lord Wellington a pedido d'este general.

Graduações	Soldo	Augmento dos 12 °/₀	Nova gratificação	Total mensal
Quartel mestre general, alem do soldo da patente......	50$000	-$-	50$000	100$000
Ajudante general, alem do soldo da patente...........	50$000	-$-	50$000	100$000
OFFICIAES DOS CORPOS				
Coronel..................	45$000	5$400	19$600	70$000
Tenente coronel............	40$000	4$800	15$200	60$000
Major....................	38$000	5$560	7$440	50$000
Capitão..................	20$000	2$400	17$600	40$000
Ajudante.................	16$000	1$920	19$080	35$000
Tenentes e primeiros tenentes	15$000	1$800	13$200	30$000
Primeiros tenentes de bombeiros, mineiros e pontoneiros	18$000	2$160	9$840	30$000
Quarteis mestres pagadores ..	15$000	1$800	13$200	30$000
Alferes e segundos tenentes..	12$000	1$440	6$560	20$000
Segundos tenentes de bombeiros, mineiros e pontoneiros	15$000	1$800	3$200	20$000
Capellães................	12$000	1$440	10$560	24$000
Cirurgiões móres...........	12$000	1$440	16$560	30$000
Ajudantes dos ditos........	6$000	720	13$280	20$000

O exercito portuguez, desde que d'elle tomou o commando em chefe o marechal Beresford, ía-se disciplinando com a maior presteza possivel. Já na ordem do dia de 10 de abril de 1809 dizia elle a este respeito: «O marechal commandante em chefe não póde deixar de manifestar publicamente a sua satisfação, a respeito da boa apparencia e estado de disciplina da brigada, debaixo das ordens do marechal de campo, José Lopes de Sousa, composta dos regimentos n.os 2 e 14, commandados pelos coroneis, Alexandre Magno de Oliveira e Antonio Hypolito da Costa, á qual brigada o marechal passou revista em Punhete no dia 15 do corrente. O marechal reconhece com o maior gosto, que a excellente disciplina dos referidos corpos é um signal do zêlo e applicação dos officiaes e da subordinação dos soldados, sem a qual jamais poderia existir tropa disciplinada, e que a boa apparencia dos solda-

dos a todos os respeitos faz credito, tanto a estes, como aos seus officiaes. O marechal, dando ao marechal de campo esta prova da sua satisfação, lhe recommenda que haja de a communicar aos commandantes de ambos os mencionados corpos, para que elles a façam conhecer aos officiaes e soldados que os compõem. O marechal, manifestando igualmente a sua satisfação ao coronel Lecor, pela apparencia em geral das tropas debaixo das suas ordens, a qual faz prova do seu zêlo e applicação, julga dever mencionar com particularidade o bom estado do batalhão de caçadores n.° 4, commandado pelo tenente coronel Luiz do Rego Barreto, e assim ao referido batalhão, como ao commandante d'elle, communicará o coronel Lecor da parte do marechal a sua approvação, a qual o mesmo coronel tambem tomará para si. O marechal não póde concluir sem testemunhar ao brigadeiro conde de Sampaio a sua approvação sobre o zêlo e applicação que elle mostra a respeito da cavallaria que tem debaixo das suas ordens». É com particular satisfação que fazemos aqui notar ao leitor, que foi um mez depois do marechal Beresford ter tomado o commando do exercito portuguez, que foi a brigada portugueza de n.^os 2 e 14, commandada por um official general portuguez, e os dois corpos de que se compunha, por dois coroneis igualmente portuguezes, a primeira que ao referido marechal mereceu em todo o exercito portuguez os elogios que acima se lêem, quanto á sua disciplina, ao zêlo dos seus officiaes no cumprimento dos seus deveres, e á subordinação das suas respectivas praças de pret. Em seguida aos dois citados corpos de infanteria vem logo contemplado com iguaes elogios um outro coronel portuguez, Carlos Frederico Lecor, e ainda depois d'este mais dois officiaes portuguezes, o tenente coronel do batalhão de caçadores n.° 4, Luiz do Rego Barreto, e o brigadeiro da arma de cavallaria, conde de Sampaio. Vê-se portanto que os commandantes portuguezes das differentes armas do exercito se anteciparam por muitos mezes aos commandantes inglezes em apresentar os seus respectivos corpos n'um estado de disciplina e manobra, que o marechal Beresford, tão severo como sempre se mostrou nos

differentes ramos do serviço militar, não pôde deixar de lhes fazer a devida justiça na sua citada ordem do dia. Este facto serve igualmente para provar que a admissão de tamanho numero de officiaes inglezes, como aquelle que o mesmo Beresford metteu nas fileiras e commandos dos differentes corpos do nosso exercito, era inteiramente superfluo, para o fim de lhes fazer adquirir a necessaria disciplina, parecendo ter tido mais particularmente em vista, ou arrumar clientela, ou roubar a gloria militar á officialidade portugueza do referido exercito.

Só oito mezes depois da dita ordem do dia de 13 de abril é que na collecção das do marechal se encontra, na data de 13 de dezembro, uma outra do mesmo teor d'aquella, elogiando pelo seu estado de disciplina os regimentos de infanteria n.os 11, 13 e 23, que estavam debaixo das ordens do brigadeiro inglez Colleman, regimentos a que o marechal passára revista em Leiria no dia 12 do citado mez de dezembro. No dia 14 d'este mesmo mez revistára elle igualmente em Thomar os regimentos n.os 4 e 10, que formavam uma brigada, commandada então pelo coronel Campbell, a respeito da qual disse elle: «O estado da disciplina d'estes corpos, e a sua apparencia, assim como são as mais seguras, são tambem as mais honrosas testemunhas da exacção, actividade e conhecimentos dos officiaes e soldados; e o espirito de corpo, que o marechal distinguiu tão visivelmente n'estes dois regimentos, não póde deixar de os conservar na melhor ordem, qual aquella em que se acham. O marechal não póde omittir n'esta occasião o testemunhar quanto é sensivel aos cuidados e attenção do tenente general Miranda (Antonio José de Miranda Henriques), a respeito das tropas que tem debaixo das suas ordens, o que tanto tem contribuido para o prazer que o marechal teve hontem, vendo a boa ordem d'ellas, e deseja que o tenente general Miranda esteja seguro da sua satisfação, e lhe dá os seus agradecimentos pela exacção com que preenche todas as suas obrigações». No dia 8 de janeiro de 1810 o proprio lord Wellington, de concurso com o marechal Beresford, passaram revista, e viram manobrar na sua

presença em Coimbra a brigada de n.[os] 6 e 18 de infanteria, commandada pelo brigadeiro Campbell. O mesmo succedeu ao regimento n.º 9 da referida arma, commandado pelo coronel Harvey, o qual, a par do tenente coronel do regimento n.º 18, Manuel Pamplona Carneiro Rangel, foram bastante elogiados. A todos estes chefes repetiu o marechal Beresford os seus agradecimentos pelos cuidados e trabalhos, que mostravam ter tido para levarem as suas tropas ao estado de perfeição em que as viu. Pela sua ordem do dia, datada de Calhariz, junto a Lisboa, em 1 de março de 1810, declarava o marechal ter todo o motivo para ficar satisfeito com a brigada de cavallaria, composta dos regimentos n.[os] 5 e 8, commandada pelo brigadeiro Madden, mostrando ficar completamente satisfeito com o asseio e boa apparencia que viu nos seus soldados. Os mesmos elogios e motivos de satisfação testemunhou igualmente para com o coronel Campbell, commandante do regimento de infanteria n.º 4. Quanto aos esquadrões de cavallaria n.º 11, diz elle que, considerado o estado em que este regimento recebeu os cavallos, e a desvantagem que tivera pela qualidade do serviço em que tinha sido empregado, não podia deixar de fazer os maiores elogios ao seu commandante, o tenente coronel Domingos Bernardino de Sousa, pelo excellente estado dos cavallos e dos soldados. Ao que fica dito acrescentou mais, que, attendendo a similhantes circumstancias, não esperava achar tanto, d'onde concluia que nada mostrava mais positivamente o resultado dos conhecimentos, unidos á diligencia e zêlo pelo serviço, do que o estado d'aquelle regimento. Ao brigadeiro conde de Sampaio dirigiu novos e especiaes elogios, pelos arranjos que tinha feito a respeito da cavallaria, e não menos pela sua actividade e assiduo zêlo em concorrer para que tudo avançasse e contribuisse para o bom serviço.

Todas estas ordens do dia, e as mais que omittimos, publicadas pelo marechal Beresford, provando a grande transformação por que o exercito portuguez tinha já passado no seu estado de disciplina, não são mais que a realisação do bom conceito que d'elle formára, e lisonjeiras esperanças que

d'elle concebêra, apenas assumíra o seu commando em chefe. Estas esperanças são as que elle mesmo consignou no officio que em 21 de setembro de 1809 dirigiu a D. Miguel Pereira Forjaz, quando este lhe pediu uma relação, para mandar ao principe regente, sobre o estado em que achára o exercito, os melhoramentos que n'este havia introduzido, os que ainda tinha em projecto, e a opinião que do mesmo exercito formava, tanto para a defeza do reino, como para entrar nas operações geraes, que diziam respeito á causa commum[1]. Quanto ao primeiro ponto, dizia elle que o estado de fermentação, que por então reinava no espirito de todos os portuguezes, e designadamente no momento da sua chegada a Portugal, tinha consideravelmente influido na conducta e disposição do exercito, e por differentes modos na dos officiaes e soldados, achando-se uns e outros sem disciplina alguma, nem subordinação, e portanto n'um estado, mais para ser temido dos seus compatriotas, do que de confiança para a sua defeza. Pela sua parte os soldados desconfiavam dos officiaes, ao passo que estes, não tendo em tempo habil reprimido os primeiros signaes de insubordinação, haviam chegado ao ponto de os temer, não empregando contra elles força ou coacção, nem meio algum de fazer cumprir a lei. Alem da falta de disciplina e subordinação, os regimentos estavam tão divididos e dispersos pelo reino, que seria impossivel aos melhores officiaes do mundo fazer-lh'as devidamente adquirir: quasi nenhum dos ditos regimentos tinha 300 ou 400 soldados reunidos. Os batalhões, separados um do outro em cada regimento, e fornecendo alem d'isto pequenos postos, destacamentos, escoltas, unidos á artilheria, e fornecendo igualmente trabalhadores aos arsenaes, quasi nenhuma força tinham. Acrescia a isto haver muito menos officiaes do que o numero dos soldados proporcionalmente exigia, tendo aliás achado companhias que nenhuns tinham. Sobre este grande mal outro havia de não menor monta, tal era o desprezo do serviço regimental, ou da fileira, buscando todos o serviço de commissões ou

[1] Veja o documento n.° 82.

emprego nos quarteis generaes, com que tinham a vantagem de receberem um posto de accesso, quando deixavam o corpo, e alem d'isto a de um augmento de paga, para irem fazer menos serviço. Tudo isto eram poderosos motivos da falta de officiaes nos corpos, sendo o que mais concorria para este estado o grande numero dos que por idade e molestia se achavam incapazes de servir, ou que assim se figuravam, para terem licença, que muito facil lhes era obter, porque a sua palavra, acompanhada do certificado de um medico, de quem todo o official o conseguia, por mais robusta que fosse a sua saúde, era bastante para se lhe dar a tal licença. Os melhoramentos que havia introduzido eram tendentes a fazer com que o exercito adquirisse a necessaria disciplina e subordinação; a evitar as deserções, que reunidas ás doenças, tornavam o estado do mesmo exercito variavel de um para outro anno; a tirar d'elle todos os officiaes, que por idade, molestia, ou por qualquer outra causa lhe serviam mais de peso, que de utilidade; a dar aos officiaes uma paga que lhes garantisse a subsistencia, e fizesse desejar a sua profissão; e finalmente a ministrar aos soldados uma alimentação boa e sadia, a tel-os bem vestidos e calçados, a fim de lhes dar aquelle vigor e robustez de que precisavam, para poderem resistir vantajosamente na guerra, e supportarem os trabalhos que a ella andavam annexos.

Quanto aos melhoramentos, que ainda projectava fazer, reduziam-se a manter em cada regimento cinco officiaes inglezes de differentes graduações, tres em cada batalhão de caçadores, e este mesmo numero em cada regimento de cavallaria, constituindo-os em outros tantos instructores, com auctoridade sufficiente para manterem a disciplina e subordinação nos respectivos corpos; projectava igualmente organisar as repartições do commissariado, de transportes e de saude, a fim de que tudo estivesse prompto para entrar em campanha o mais breve que fosse possivel. Quanto ao serviço que se podia esperar do exercito, tanto com relação á defeza do reino, como á da causa commum, julgava-o proprio do bom conceito que fazia do soldado portuguez, *entendendo ser*

tão bom como o do melhor soldado do mundo: a respeito dos officiaes, confessava não os julgar ainda capazes de poderem formar bons soldados, já por serem poucos, e já por não estarem acostumados ao desempenho das suas respectivas funcções; attendendo no entanto ao melhoramento que tinham tido dentro em tão pouco tempo, não podia deixar de os conceituar capazes de serem bons officiaes, tendo para isso as melhores condições, a par dos mais ardentes desejos de serem uteis ao seu paiz. «Eu não hesito em dizer, acrescentava elle mais, que se as tropas forem bem fornecidas, a respeito de vestuario e de sustento (e isto será melhor quando os officiaes incapazes forem preenchidos por moços officiaes e pessoas de boas familias), ellas são capazes, mesmo ao presente, de fazerem uma muito boa defeza, proporcionalmente ao seu numero, e tambem de tomarem uma parte na defeza da causa commum; e postoque não foi ainda da sua fortuna o entrarem geralmente em acção contra o inimigo, duas vezes eu vi, quando ellas e eu julgavamos que elle estava sobre este ponto, resolutas e animadas, e eu fiquei plenamente contente do seu ardor e boa disposição, e em todas as acções, em que ellas tem tido occasião de se bater em pequenos combates com o inimigo, não deshonram a sua patria». Quanto aos artilheiros, o marechal os achava *muito bons,* declarando que se em cada corpo pozera dois officiaes inglezes, foi nas vistas de que vigiassem o arranjo das brigadas ligeiras, que tinham de entrar em campanha, por ser isto cousa a que os officiaes portuguezes não estavam costumados, nem n'este ponto havia regularidade. Quanto á cavallaria, sendo arma mais difficil de aprormptar, ainda por então se não achava no devido pé, pela falta de cavallos no paiz, de que resultou a necessidade de organisar uma brigada montada de eguas, não podendo verificar-se a devida promptificação d'esta arma senão no fim de outubro de 1809 por diante, cousa para que tambem concorreu a falta de preparativos. A respeito da justiça militar, terminava elle o seu officio dizendo: «Eu já tenho presentemente muita experiencia d'este exercito, e menos que s. ex.as não desejem que se façam castigos arbitrarios, o que eu queria por todo

o modo evitar, não posso jamais responder pela segurança do exercito perto do inimigo, porque menos que em campanha, sobretudo os castigos se não sigam instantaneamente ás culpas e negligencias, não será possivel impedi-las, ou fazer a soldados cansados guardar as suas fileiras, e observar aquella regularidade nas marchas e em serviço dos campos, como guardas, sentinellas, etc., que absolutamente se precisa para o bem do mesmo serviço e segurança do exercito».

Á vista pois de tudo isto, não admira que no principio do anno de 1810 o exercito portuguez se reputasse perfeitamente disciplinado, e em estado de entrar proficuamente na campanha d'este mesmo anno, a par do exercito inglez. O certo é que a confiança, que os governadores do reino n'elle tinham já posto, era de tal ordem, que constando-lhes no mez de fevereiro que lord Wellington se dispunha a mandar para Cadix um soccorro de tropas inglezas, tomaram a resolução de lhe propor que d'ellas fizesse igualmente parte o regimento portuguez n.º 20, com o fim de mostrarem, tanto a sua magestade britannica, como ao governo hespanhol, quanto o de Portugal se interessava na salvação da Hespanha. Este offerecimento foi com a maior satisfação acceito pelo dito lord, que de prompto o fez constar ao ministro hespanhol em Lisboa, D. Evaristo Peres de Castro, o qual pela sua parte respondeu, expressando os maiores agradecimentos da parte do seu governo. As condições com que foi o dito corpo eram as mesmas que lord Wellington estabeleceu para o destacamento britannico. No dia 12 do dito mez de fevereiro se embarcou o referido regimento para Cadix, depois da revista que o mesmo lord e o marechal Beresford lhe passaram no dia 10, indo juntamente com elle duas companhias portuguezas de artilheria. O ter recaído esta escolha no mencionado regimento prova bem o distincto conceito que se fazia da sua disciplina e subordinação militar. N'esta occasião deu pois um alto testemunho da sua bem merecida reputação, pois não desertou nem um só soldado, cousa senão digna de admiração em tropas já costumadas a embarques, pelo menos merecedora de subidos louvores em soldados muito alheios a similhante ser-

viço. No caes de Belem, onde se fez o embarque, o povo deu muitos vivas ao regimento e ao seu bravo commandante, o major João Prior, a quem elle seguramente devia o estado de perfeição disciplinar a que chegára. Demorado por ventos contrarios, só pôde dar á véla no dia 14, tendo partido com o mesmo destino na semana antecedente quatro regimentos inglezes e duas brigadas de artilheria da mesma nação. O marechal Beresford, referindo-se a esta partida do regimento n.º 20 na sua ordem do dia, datada do Calhariz aos 15 de fevereiro, disse que aproveitava esta occasião para manifestar a todo o exercito os seus sentimentos, a respeito da conducta do mencionado regimento ao embarcar para Cadix: «Foi ella a de verdadeiros soldados, digna dos maiores elogios, e sente o mesmo senhor que a sua ausencia d'esta côrte o privasse de ser testemunha do nobre enthusiasmo de que estavam possuidos, e que brilhava nos officiaes e soldados com a esperança de verem um pouco mais cedo do que os seus camaradas em armas dos outros regimentos os inimigos da sua patria e do mundo. O espectaculo d'este embarque foi na confissão de todos eminente e nobre; nenhum soldado n'esta occasião abandonou as suas bandeiras; pelo contrario até os doentes, que poderam ir pelo seu pé, se embarcaram, e outros verdadeiros portuguezes assentaram praça, mesmo no momento do embarque. O sr. marechal tem testemunhado e visto nos soldados portuguezes a mesma boa vontade e desejos, quando tem esperanças de encontrarem perto os inimigos da sua patria, e está convencido que, bem como ao regimento n.º 20, é indifferente a todos o logar onde acontecerá este encontro.»

Pelo que fica exposto, vê-se que os governadores do reino, sem compensação alguma para o seu paiz, mas só por um novo acto de abjecção e servilismo para com os inglezes, pozeram á sua disposição o regimento portuguez de infanteria n.º 20, não para a defeza directa do reino, mas para a defeza directa de Cadix, cousa em que o ministerio britannico se achava altamente empenhado. Similhante medida, provavelmente suggerida por lord Wellington, Beresford, ou pelo proprio ministro inglez, sir Carlos Stuard, poderia tornar-se digna

de louvor, se os mesmos governadores do reino, que tão promptamente a approvaram, tivessem feito com o governo de Hespanha, ou directamente com elle, ou por meio do governo inglez, algum tratado ou convenção, que nos compensasse os pesados sacrificios, que durante a guerra se iam fazer em favor da mesma Hespanha, exigindo-se pelo menos a restituição de Olivença, porque assim o pedia a justiça e o derramamento do sangue portuguez, que ia ter logar no solo hespanhol, alem das avultadas despezas que se iam fazer com a sustentação do nosso exercito para a sua libertação e defeza. Mas infelizmente Portugal, escravisado, como de facto se achava, pela familia Linhares, não tinha por então no governo, quer do Brazil, quer de Lisboa, quem diante dos inglezes corajosamente pugnasse pelos interesses da nação portugueza. Do Rio de Janeiro nenhuma mudança salutar se podia esperar, emquanto o conde de Linhares, chefe da dita familia, estivesse á testa dos negocios publicos: em Lisboa a especie de regencia, que funccionava entre nós, subordinada ás insolentes ordens do dito conde, e até mesmo ás do conde do Funchal, seu irmão, nosso embaixador em Londres, não era mais que um phantasma de governo, servilmente adstricto á politica do Brazil, e por conseguinte ás ordens e vontades do ministerio britannico e dos seus delegados, os generaes inglezes, ao ponto de ser até mesmo olhada por aquelle e estes como uma entidade abjecta e desprezivel, de que resultou terem de facto Portugal na conta de uma das suas provincias da India, onde tudo se curva diante dos seus mandados. O proprio Napier, testemunha insuspeita para este caso, assim o confirma igualmente na sua *Historia da guerra da peninsula,* quando nos diz: *Este reino* (o de Portugal), *foi por então reduzido á condição de um estado feudatario.* O proprio ministerio britannico, servindo-se de outros termos, exprimiu tambem a mesma idéa, quando no discurso de abertura do parlamento, pronunciado em nome de el-rei, na sessão de 23 de janeiro de 1810, disse: «Nós temos alem d'isso ordem de vos communicar que os esforços de sua magestade para a protecção de Portugal têem sido poderosamente auxiliados

pela confiança, que o principe regente tem posto em sua magestade, pela cooperação do governo do reino e do povo d'aquelle paiz». E todavia a paga que a Inglaterra nos deu d'estes sacrificios e baixas condescendencias foi o completo desprezo e total abandono por parte d'ella para com as nossas mais justas reclamações, se é que a ellas não foi inteiramente hostil, como já se viu das queixas, que o conde de Palmella fez contra esta potencia, por occasião das suas negociações com a regencia da Hespanha.

Mas o emprego do exercito portuguez, feito pelos inglezes em favor dos seus interesses e dos da mesma Hespanha, sem compensação, nem vantagem de especie alguma para Portugal, não era infelizmente o unico dos males de que este reino estava sendo victima por aquelle tempo, porque constituido em base das operações militares do exercito inglez n'esta famosa guerra, o seu territorio soffria por então todos os males inherentes a uma similhante situação, porque depois de roubado e devastado pelos francezes, igualmente o estava sendo pelos inglezes. É o proprio lord Wellington, seguramente a mais insuspeita auctoridade, que para isto se póde apresentar, quem d'esta affirmativa nos fornece a mais plena prova. Dos males causados a Portugal pelo seu exercito elle se queixava em vivos e energicos termos para o ministro inglez em Lisboa, dizendo-lhe que os seus soldados nem sabiam conter-se no meio da prosperidade, nem dos seus revezes, porque em qualquer dos casos roubavam, *e roubavam terrivelmente o paiz que tinham vindo soccorrer*. Lord Wellington dizia mais, que elles roubavam, não para viverem, mas para fazerem dinheiro, porque alem de outras cousas, revendiam nas differentes povoações o gado que lhes tinha caído nas mãos, e de que se apropriavam, não obstante as reclamações de seus donos! Estes males eram frequentes e excessivos, e o mesmo lord Wellington, alem do que escreveu a este respeito para o seu dito ministro em Lisboa, assim o participava tambem para Londres a lord Castlereagh[1]. A este dizia elle: «É impossivel

[1] Cartas de lord Wellington para mr. João Carlos Villiers, em 31 de maio, e para lord Castlereagh, em 17 de junho de 1809.

pintar-vos os excessos e violencias das tropas. Os seus officiaes não as tem jamais perdido de vista: jamais, assim o posso dizer, ellas têem estado fóra da vigilancia dos commandantes dos seus regimentos, e dos officiaes generaes do exercito, para impedirem as violencias commettidas. Pois sem embargo das precauções por mim tomadas, como se prova pelas minhas ordens do dia, não chega postilhão, nem correio, nem mesmo um só official, vindo da retaguarda do exercito, que não traga representações contra as violencias commettidas pelos soldados, que ficam atrás durante as marchas, ou como doentes, ou como estropeados, ou como convalescentes saídos dos hospitaes. Nós temos um marechal preboste, e quatro accessores pelo menos. A ninguem é permittido marchar com as bagagens. Jamais deixo sem officiaes um só hospital, e officiaes commissionados, em numero desproporcionado ao dos soldados; a nenhum destacamento permitto marchar, sem ser commandado por um official, e todavia não ha violencias, seja de que especie forem, que não tenha experimentado um povo, *que nos recebeu como amigos*, da parte dos nossos soldados, apesar de não terem soffrido por um só momento a mais ligeira precisão, ou a mais pequena privação». A sir Carlos Stuard pedia elle que fizesse conhecer isto mesmo aos membros da regencia, e lhes pedisse que expressamente ordenassem ás differentes auctoridades, para que prohibissem aos povos o comprarem a mais pequena cousa aos soldados inglezes.

Mas não eram sómente os soldados inglezes os que se conduziam de um modo tão reprehensivel como se acaba de ver, porque alguns dos seus proprios officiaes, e até mesmo officiaes superiores, se conduziam pela mais escandalosa maneira, não tendo inteiramente cessado, ainda mesmo alguns annos depois d'este tempo, as prepotencias já anteriormente relatadas no capitulo ultimo do nosso anterior volume. E com effeito, segundo os officios que o juiz de fóra da villa de Monforte dirigiu a lord Wellington e ao proprio governo portuguez em Lisboa, o coronel do regimento n.º 13 da cavallaria britannica não só retinha em prisão particular por seu pro-

prio arbitrio os paizanos que bem lhe parecia, mas até os chegava a mandar publicamente açoutar com o mais desapiedado rigor, fazendo-os amarrar a quatro estacas, para se lhes applicar tal castigo, sendo depois lançados fóra da villa escorrendo em sangue[1]. Dos citados officios do referido juiz de fóra nunca houve resposta, nem jamais se soube que tivesse havido procedimento algum contra o sobredito coronel, a não ser o ter-se-lhe ordenado repentinamente que se apresentasse em Lisboa, como praticou. Por aqui se póde portanto ver e adequadamente ajuizar quaes os vexames e affrontas que n'aquelle ominoso tempo os portuguezes soffreram dos proprios inglezes, seus alliados, isto quando o exercito portuguez lhes estava prestando os mais relevantes serviços no auge da sua encarniçada luta contra a França, ou quando Napoleão olhava pela sua parte como inteiramente contraria ás suas vistas e interesses a conservação das tropas inglezas em Portugal, de modo que apenas se desembaraçou da guerra por elle feita á Austria em 1809, attento cuidou logo nos meios de as expulsar d'este reino, poisque sem este passo se não podia reputar senhor da peninsula. Mas esta expulsão, seguramente para elle muito mais importante do que a posse da Andaluzia, expulsão em que o marechal Soult se achava tão seriamente empenhado, era tambem mais difficil de realisar, por ter contra si um exercito aguerrido e disciplinado, abundantemente provido, e de mais a mais defendido por obstaculos, em que a natureza e a arte se deram reciprocamente as mãos. Entre estes obstaculos figuravam como mais notaveis as historicas e memoraveis *linhas de Torres Vedras,* com sete leguas de extensão, cuja direita se apoiava na margem direita do Tejo, junto á villa da Alhandra, e a esquerda no mar e foz do rio Sizandro, duas leguas para alem de Torres Vedras, villa a que o dito rio serve como de fosso pela parte do norte e leste. Estas linhas, ou posições intrincheiradas, que cobriram Lisboa em 1810 e 1811, adquiriram com toda a rasão por aquelle tempo uma grande celebridade, por

[1] Veja o documento n.º 82-A.

terem sido a primeira barreira, que suspendeu o victorioso curso das famosas conquistas dos exercitos francezes pelos differentes estados da Europa. Não obstante as objecções, que ordinariamente se fazem ás obras d'este genero, estas linhas apresentaram, debaixo do ponto de vista de defeza, particularidades extremamente notaveis, não sendo portanto perdido o tempo, quer para os homens da profissão, quer para os estranhos a ella, o que se consagrar á leitura da sua descripção historica.

É por nós bem sabido que muitos officiaes do nosso exercito, incluindo até mesmo officiaes generaes de reputação e merito, têem para si como certo que *a iniciativa das citadas linhas de Torres Vedras foi originariamente portugueza*. Segundo o modo por que vemos as cousas, e salvo o respeito e consideração que temos pela opinião dos referidos officiaes, não cremos que o fosse, nem quanto aos antigos tempos, nem quanto aos modernos. Parece-nos em primeiro logar que logoque um exercito mais pequeno em força teve que lutar com outro mais numeroso, buscou naturalmente reforçar-se com as vantagens que lhe dava o terreno que pisava, para, por meio d'ellas, supprir o que lhe faltava em numero, e poder assim hombrear com o seu adversario, isto é, procurou augmentar a sua *força activa* pelo apoio que lhe podia dar a *passiva*, ou pelo que lhe offerecia o terreno em que se achava. Como era bem natural, seguiu-se a esta circumstancia a de buscar augmentar igualmente a citada *força passiva* por meio da arte, reforçando as vantagens naturaes do terreno que pretendia defender, principio que em grande parte se applicou depois á defeza do local das differentes povoações, d'onde portanto nasceu o systema da sua regular fortificação, a qual se manifesta claramente entre nós desde o desabamento do imperio musulmano na peninsula, systema em que cada regulo d'elle desmembrado cuidou em se acastellar na terra em que dominava, o que igualmente teve logar durante o regimen feudal, no qual cada senhor tratou de fazer o mesmo. É desde tão remoto tempo que data entre nós a inicial idéa de defender Lisboa por meio de linhas defensi-

vas, de que ainda hoje mesmo se encontram vestigios, particularmente por trás da igreja de Santa Luzia, onde se vêem os restos de uma torre e muralha, alem dos que tambem se acham em outras mais partes d'esta cidade, testificando por inquestionavel maneira a existencia dos trabalhos dos mouros a este respeito[1]. Por conseguinte é um facto que a idéa

[1] A muralha mourisca de que acima se falla começava no castello, proximo da porta principal, chamada *porta de S. Jorge*, d'onde descia á *porta da Alfofa*, que era proxima da ermida de S. Chrispim; de lá seguia para a Sé, defronte da qual ficava a *porta de Ferro*, indo d'esta até á actual rua dos Confeiteiros, em que se achava a *porta do Mar Antiga* ou *postigo da rua das Canastras*, que hoje se chama *Arco Escuro*. Corria depois para o caes de Santarem até á actual rua da Adiça, abrindo-se em todo este lanço de muralha a *porta do mar* a S. João da Praça, o *postigo do conde de Linhares*, *a porta do Chafariz de El-Rei*, e a *porta da Alfama*, que fazia frente á igreja de S. Pedro, que foi destruida pelo terremoto, e que actualmente é a loja n.º 2 na citada rua da Adiça. D'aqui subia a muralha para a igreja de S. Braz, ou de Santa Luzia, junto á capella mór da qual ficava a *porta do Sol*, d'onde continuava até ir terminar no castello junto do palacio de D. Fradique e da porta do mesmo nome, que ainda não ha muito se via, postoque tapada, no lanço do muro do castello que deita para o Chão da Feira, ao presente todo rebocado e pintado. Os restos que ainda hoje se encontram d'esta antiga muralha são: por trás da igreja de Santa Luzia uma torre e um pedaço da citada muralha, sobre a qual assenta a torre da igreja; no largo de S. Rafael, em Alfama, uma outra torre e pedaço de muro, não fallando nas portas já acima enumeradas, resto das treze que n'esta muralha havia. O terremoto destruiu toda a parte sul do castello, que na sua reedificação perdeu a antiga fórma que tinha, soffrendo todavia pouca ruina a sua parte do norte. É n'esta que está a cidadella mourisca com a sua barbacã e varias torres. Em frente da cidadella vê-se um espaçoso terreiro, cercado pelo norte e leste de grossas muralhas, tambem de origem arabe. É n'este lanço do norte que se abre a *porta do Moniz*, junto de uma torre que a defendia. Sobre esta porta acha-se um nicho, dentro do qual se vê o busto em marmore de *D. Martim Moniz*, o heroe que na dita porta se entallou para dar entrada á hoste de el-rei D. Affonso Henriques, tendo esta inscripção: *El-Rei D. Affonso Henriques mandou aqui collocar esta estatua e cabeça de pedra em memoria da morte gloriosa que Dõ Martim Moniz, progenitor da familia dos Vasconcellos, recebeu n'esta porta, quando, atravessando-se n'ella, franqueou aos seus a entrada com que se ganhou aos mouros esta cidade no anno de 1147. João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castello Melhor, seu decimo quarto neto por*

de defender esta cidade por meio de uma linha de fortificação, adaptada ao modo d'aquelle tempo, deve-se inicialmente aos mouros, e portanto não é portugueza. Crescendo a cidade fóra da antiga muralha mourisca, el-rei D. Fernando I entendeu dever cuidar novamente da sua defeza por meio de uma outra e mais ampla que se construisse, como praticou desde 1373 a 1375[1], sendo ao abrigo d'ella que seu irmão D. João I

baronia, fez aqui pôr esta inscripção no anno de 1646. Dentro da cidadella era o assento do alcaçar do respectivo alcaide mór, alcaçar que el-rei D. Diniz transformou no seu paço das Alcaçovas. Ainda no mesmo castello se conservam os restos de duas torres mouriscas, uma chamada de *Ulysses*, por se attribuir a sua fundação ao heroe grego d'este nome; e a outra, tendo o nome de Albarrã, onde nos primeiros tempos se guardavam os thesouros da corôa, e d'ella tinham as chaves um prelado da sé, o prior do convento de S. Domingos e o guardião do convento de S. Francisco. Foi n'esta torre que el-rei D. Fernando creou o archivo real, conhecido desde então pelo nome de Torre do Tombo. (*Archivo pittoresco* de 1862, vol. v, pag. 318, artigo de I. Vilhena Barbosa.) Deve aqui advertir-se que no *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, tom. II, da 3.ª edição, pag. 230, attribue-se aos romanos a construcção d'esta muralha. A mesma origem lhe marca tambem frei Manuel dos Santos, no tom. VIII, liv. XXII, cap. XXVII, da *Monarchia lusitana;* mas não dizem em que se funda a sua asserção.

[1] A muralha que cercava Lisboa, e que por conselho de João Annes de Almada, vedor da fazenda, el-rei D. Fernando mandára construir em 1373 e se concluíra em 1375, partia do castello de S. Jorge junto á *porta da Traição,* que deita para o olival e encosta do mesmo castello, onde presentemente se vê um lanço da referida muralha, terminando por uma torre arruinada, que se acha a um lado da rua do transito na sobredita encosta, torre que ficava contigua á *porta de S. Lourenço,* no cimo da calçada da Rosa, havendo-se demolido esta porta no anno de 1700. Por trás do palacio dos viscondes de Villa Nova da Cerveira e igreja de S. Lourenço proseguia a muralha, indo pelo bêco do Carrasco até ao sitio chamado *Paço do Boi Formoso,* onde ficava a *porta da Mouraria,* que é o actual arco do marquez de Alegrete, continuando d'aqui para a *porta da rua da Palma,* agora chamada rua Nova da Palma. D'este ponto subia pela calçada do Jogo da Pella, no cimo da qual estava a *porta do Jogo da Pella,* que em rasão de um nicho de Nossa Senhora da Graça, que n'ella posteriormente se poz, se denominava *Arco da Graça,* quando foi demolido em 1835, do qual todavia se acham ainda alguns vestigios nas paredes das casas com que entestava. D'esta porta corria o muro até á de *Sant'Anna,* na calçada d'este mesmo nome, e abaixo da igreja de Nossa Senhora da

a defendeu em 1384 contra os exercitos do rei de Castella, D. João I, pretendente á corôa de Portugal. Á vista pois d'isto

Pena, d'onde descia para a *porta de Santo Antão,* que estava na rua a que deu o nome, entre a igreja de S. Luiz Rei de França e a rua do Jardim do Regedor, porta que se acabou de demolir no anno de 1727. D'aqui continuava até á *porta das Estrebarias de El-Rei,* situada onde hoje é o largo de Camões. Depois seguia ao largo de S. Roque, e ahi, correspondendo ou enfiando a calçada do Duque, onde se vêem de um e outro lado lanços do antigo muro, ficava a *porta do Condestavel,* chamada mais tarde *postigo do Carmo,* e em tempos modernos *arco de S. Roque,* o qual foi demolido em 1836. Junto d'esta porta estava a celebre torre de Alvaro Paes, que o terremoto de 1755 demoliu completamente, entupindo a passagem para o palacio do marquez de Niza. D'aquella porta caminhava a muralha pela rua Nova da Trindade, onde existe em pé uma parte d'ella até ao proximo largo em que se abria a *porta da Trindade,* e d'ahi descia para o largo das Duas Igrejas, ficando ambas da parte de fóra, e proximo d'ellas a *porta de Santa Catharina,* celebre pelo valor com que foi defendida pelo mestre de Aviz, depois rei D. João I, á frente dos portuguezes contra o exercito castelhano, que a acommetteu em 28 de maio de 1384, sendo commandado por D. João I, de Castella. D'esta porta só restam as estatuas que a coroavam de Nossa Senhora do Loreto e de Santa Catharina, que mais para memoria do que como objectos da arte foram collocadas em nichos na frontaria da igreja de Nossa Senhora da Encarnação, onde presentemente se acham.

D'aquella porta proseguia o muro pela rua do Thesouro Velho, ficando quasi no fim d'ella, em frente do palacio dos duques de Bragança, a *porta do Duque de Bragança,* d'onde descia até á *porta do Corpo Santo,* e perto d'esta achava-se a *porta dos Côrtes Reaes,* que era contigua ao palacio do Côrte Real, o qual fôra dos marquezes de Castello Rodrigo, sectarios do partido de Castella, de que resultou encorporar-se nos bens da corôa: occupava o dito palacio o local onde hoje estão as officinas do arsenal da marinha, parte da rua do mesmo arsenal e do largo do Corpo Santo. Correndo d'aqui pela beira mar para o oriente, tinha a pouca distancia o *postigo do Carvão,* e proximo d'este, e já defronte dos paços da Ribeira, que ficavam de fóra, a *porta da Oura,* a que vulgarmente chamavam o *arco do Ouro.* Seguiam-se as *portas dos Armazens,* do *arco das Pazes* e da *Moeda,* sobre as quaes se edificaram posteriormente alguns quartos do paço da Ribeira. A primeira ficava no largo do Relogio, hoje largo do Pelourinho, a segunda dava saída para o Terreiro do Paço, por baixo do palacio, no logar onde agora lá entra a rua do Arsenal, e a terceira ficava tambem n'aquella praça, no sitio onde vem desembocar a rua Aurea ou rua do Ouro. Na continuação do lanço da muralha que corria pela rua Nova de El-Rei, vulgarmente rua dos Capellistas, havia as se-

é um facto que o recurso de defender Lisboa por meio de fortificações, nem é originalmente portugueza, nem tão pouco

guintes portas, que communicavam com o Terreiro do Paço: *porta do Prego,* immediata á da Moeda; *dos Barretes,* tambem chamada *arco do Açougue,* e da *Portagem.* D'esta proseguia a muralha até á *porta Nova do Mar,* que lá está na rua dos Bacalhoeiros e em frente da rua dos Arameiros, com o nome de *Arco das Portas do Mar,* e d'ali até á *porta da Judiaria,* que hoje é o arco do Rosario, defronte do Terreiro Publico, d'onde continuava passando pelo bêco da Alfama, em que está um arco, que era o *postigo da Alfama,* ou *das Alcaçarias,* e da *Lavagem,* collocado entre os banhos que ahi ha, defronte do mesmo edificio do Terreiro e o tanque das lavadeiras. D'este postigo corria o muro por entre o chafariz de Dentro e o da Praia, ficando no meio de ambos a *porta do Chafariz de Dentro* até ao começo da calçada que vae da Fundição para o Paraiso, onde havia a *porta da Polvora,* que era junto da cadeia da Galé, e a ultima das da banda do mar. Proximo da ermida da Boa Nova, que está no principio da calçada, se descobrem ainda vestigios do arco e do muro. D'ali subia á rua das *Portas da Cruz,* onde estava a porta d'este nome, que se demoliu em 1775 para podèr passar a estatua equestre de el-rei D. José I, feita na Fundição de Cima, ou de Santa Clara, para a praça do Commercio. D'esta porta, que era de architectura moderna, existia ainda ha bem pouco tempo uma columna e parte do frontão do lado esquerdo e uma inscripção, junto á esquina do palacio do secretario de guerra, no fim da referida calçada, cousas que n'este anno de 1871 foram demolidas. D'esta porta ía ter a muralha ao *postigo do Arcebispo,* que ainda hoje se vê com o nome de *Arco Pequeno,* perto do Campo de Santa Clara, e pela parte debaixo do pateo do actual palacio patriarchal, ou mosteiro de S. Vicente de Fóra; e d'ali continuava em direitura ao muro da quinta do mesmo mosteiro, abrindo-se n'este lanço a *porta de S. Vicente,* um pouco arredada do sitio onde se acha o arco que serve de passadiço do mosteiro para a quinta, construido em 1808. D'esta porta corria a muralha ao longo da cêrca de S. Vicente até ao largo da Graça, onde havia o *postigo de Santo Agostinho,* chamado depois *de Nossa Senhora da Graça.* A maior parte d'este lanço do muro ainda existe dentro da dita quinta, vendo-se tambem uma porção de vestigios da porta entre a mesma quinta e o convento da Graça, hoje quartel de infanteria n.º 10. A muralha continuava d'aqui até ao começo do adro da dita igreja de Nossa Senhora da Graça, ficando esta e todo o convento da parte de fóra, e no principio do caminho que desce pelo dorso do monte, e se chama caracol da Graça, d'onde o muro descia á *porta de Santo André,* que ainda existe e é o grande arco do mesmo nome, junto ao palacio dos condes da Figueira. D'aqui ía terminar no castello, fechando a cêrca.

Na velha muralha mourisca e na de el-rei D. Fernando contavam-se

é privativa dos nossos tempos. Mas com o crescimento d'esta cidade e a descoberta e uso das armas de fogo, nos dirão agora os citados officiaes, a inicial idéa de a defender por meio de um outro systema, tal como o da escolha de posições fortes

77 torres e 46 portas, abrindo-se umas para o lado do mar, outras para o lado da terra: 13 d'ellas pertenciam á muralha mourisca, e 33 á de el-rei D. Fernando. Da segunda d'estas muralhas, que tinha a circumferencia de 7:000 passos, resta, alem do que já mencionámos, um precioso padrão, que olhando para o poente, se póde ver no pedaço de muralha que existe no Paço do Boi Formoso, proximo a uma capella do Senhor dos Passos da Graça e ao Arco do Marquez de Alegrete. Consiste na seguinte inscripção commemorativa, gravada em uma pedra que está embebida na muralha.

O mui nobre e alto rei D. Fernando de Portugal, e filho do mui nobre rei D. Pedro, e neto do mui nobre rei D. Affonso, olhando como a mui nobre sua cidade de Lisboa seja uma das mais nobres cidades que ha em todas as partes do mundo, e como esa cidade a mais nobre fose fóra da cérca velha, que seus bisavós ganharam aos Moros; porém mando fazer esta cerca nova, e foi começada era de mil e quatrocentos e onze annos, e se acabou en quatrocentos treze annos; per seu mandado foi della regedor Gomes Martins, de Setuval, que foi seu capitão em seus reinos e seu vasalo e ouvidor da sua côrte e corregedor por el na dita cidade, e Lourenço Durães, escrivão do concelho, e João Fernandes e Vasco Braz, mestres do dito muro.

As eras que se lêem na inscripção supra são as de Cesar, que correspondem ás de Christo de 1373 e 1375. A descripção que se fez da cêrca de D. Fernando é relativa a uma epocha muito posterior á sua fundação, poisque os paços da Ribeira e alguns outros edificios n'ella mencionados são construcção dos seculos XV, XVI e XVII. (*Archivo pittoresco,* anno de 1862, vol. V, pag. 327, artigo de I. Vilhena Barbosa.) No tom. VIII, liv. XXII, cap. XXVII, da *Monarchia lusitana,* consta o modo por que el-rei D. Fernando levou esta sua muralha a effeito. Tambem no tom. III do *Mappa de Portugal,* de João Baptista de Castro, pag. 46 a 49 da 3.ª edição, se acha descripta a situação de cada uma das portas da muralha mourisca e de el-rei D. Fernando. De ambas estas muralhas nos diz tambem alguma cousa Fr. Nicolau de Oliveira a pag. 85 do seu *Livro das grandezas de Lisboa,* edição de 1804.

N. B. Parece haver algumas pequenas differenças entre a descripção supra da muralha de D. Fernando e a carta da cidade de Lisboa, tirada no anno de 1650 por João Nunes Tinoco, taes como incluir este o convento e igreja da Graça dentro da referida muralha, e alem d'isto collocar as estrebarias reaes, não no largo de Camões, mas no lado do nascente da rua do Alecrim, ao poente da rua do Thesouro Velho.

pela natureza, actualmente em voga, foi originalmente portugueza, e devida ao major de engenheiros José Maria das Neves Costa, como este official fez ver na sua *Exposição dos factos pelos quaes se mostra ter sido portugueza a iniciativa do projecto, proposto em geral para a defeza de Lisboa, que precedeu e continha as bases do projecto particular, posto depois em pratica no anno de 1810.*

Respeitâmos com toda a consideração de cavalheiro a fama e memoria posthumas d'este nosso habil e digno official de engenheria, o qual no seu tempo foi seguramente uma das maiores illustrações da sua arma, poisque do seu talento e merito existem nos seus escriptos as mais irrefragaveis provas, circumstancia que todavia nos não leva a ponto de calarmos a nossa humilde opinião, e desvanecermos as suas crenças, ostensivas ou verdadeiras, d'elle ter sido o iniciador das linhas de Torres Vedras, parecendo-nos que as suas pretensões sobre este ponto são exageradas e injustas para com lord Wellington. Para o demonstrar preciso nos é examinar com alguma miudeza a obra que do referido official acima se cita. Começa ella por um requerimento (que é a sua parte mais principal), dirigido a el-rei D. João VI em 3 de dezembro de 1821, pedindo-lhe uma *recompensa util,* com a allegação de que antes de lord Wellington haver manifestado as idéas que concebêra sobre o seu famoso projecto de levantamento das linhas de Torres Vedras, já elle supplicante o tinha igualmente concebido e annunciado ao governo portuguez, induzindo-o a mandar reconhecer o respectivo terreno, para depois se proceder ao levantamento da competente carta topographica e á confecção da respectiva memoria descriptiva, vindo portanto a ser elle supplicante o iniciador do projecto das citadas linhas. Para demonstrar similhante proposição formula quatorze artigos, em que diz que no *dia 24 de outubro de 1808* dirigira a D. Miguel Pereira Forjaz, secretario da regencia na repartição da guerra, uma carta ou representação, em que lhe lembrava *a importancia do terreno proximo ao norte de Lisboa,* para por meio d'elle se defender esta cidade de uma nova invasão dos francezes, poisque n'aquelle terreno havia

posições vantajosas que permittiam grandes recursos defensivos. Diz mais que á vista do exposto propozera em seguida o levantamento de uma carta militar do referido terreno, a qual começou a realisar em novembro do citado anno de 1808, concluindo no mez de fevereiro de 1809 *os trabalhos do reconhecimento,* havendo entregado em *4 de março* seguinte ao dito secretario da regencia a sobredita carta, a qual fôra depois mostrada a lord Wellington e a alguns dos seus officiaes, antes de marcharem contra o inimigo. Á entrega da referida carta seguiu-se depois a promptificação da memoria descriptiva das posições que n'ella se comprehendiam, memoria que só foi entregue ao citado secretario *no dia 6 de junho* do dito anno de 1809[1].

Ao que fica exposto acrescentava mais que quando no outomno d'este mesmo anno lord Wellington veiu a Lisboa e fez executar as fortificações das suas linhas de defeza, lhe foram dados pelo governo portuguez, não só o borrão da sua carta topographica, mas igualmente a sua memoria descriptiva, *sendo a maior parte das posições que n'esta se indicavam as mesmas que os engenheiros inglezes fortificaram.* Finalmente diz ainda mais que, tendo o exercito alliado recolhido ás linhas em 1810, apresentou-se no archivo militar o capitão Dickson, pedindo, por officio do tenente coronel Fletcher, com data de *26 de outubro,* baseado sobre uma auctorisação de lord Wellington, a carta do terreno vizinho a Lisboa, da qual se lhe deu uma perfeita copia por mão do major Marino Miguel Franzini. Conclue portanto allegando: 1.º, que lhe pertence a gloria de *ter prevenido* lord Wellington na proposta de um projecto tão util e de tão extraordinarias consequencias como foi o das linhas de Torres Vedras; 2.º, que igualmente lhe pertence a gloria de *haver preparado a carta militar e a memoria descriptiva das posições d'aquelle terreno,* unicos documentos topographicos que existiam e que foram dados a lord Wellington, quando principiou a pôr em

[1] Esta memoria é a que constitue a segunda parte do documento n.º 82-B.

pratica o seu projecto; 3.°, que pelo mesmo modo lhe pertence a gloria de *haver sido a causa e o promotor de taes documentos;* 4.°, finalmente que tambem lhe pertence a gloria de ter elle indicado na sua memoria descriptiva *a maior parte das posições, que depois figuraram nas celebres linhas de defeza de Lisboa,* posições que elle enumera na sua nota n.° 1. Na referida nota confessa elle que *o alvo dos seus trabalhos não tinha por fim designar um determinado plano de defeza, mas sim descrever todas as posições, mais ou menos fortes pela natureza que se podiam aproveitar,* e que auxiliadas pela arte, deviam permittir em qualquer tempo as diversas combinações possiveis para formar outros tantos systemas ou planos particulares defensivos, segundo as differentes circumstancias da guerra. Temos pois dito bastante para que o leitor conheça bem a força das allegações do major Neves Costa, com o fim de provar ter elle sido o iniciador das famosas linhas de Torres Vedras, cumprindo-nos agora pela nossa parte examinar o que n'isto ha ou póde haver de verdade.

Pelo que respeita á promptificação da carta militar, feita pelo major Neves Costa, e á da sua memoria descriptiva, não nos parece haver n'isto cousa que possa ser de gloria especial para o seu auctor, poisque qualquer outro official de engenheiros, a quem o governo commettesse similhantes trabalhos, seguramente os desempenharia por um modo analogo á sua capacidade: era uma cousa propria da sua profissão, e não podia haver n'ella outro merito mais que o da sua maior ou menor exactidão e perfeito acabamento. Agora quanto a ter elle sido quem prevenira lord Wellington no seu projecto das linhas defensivas de Lisboa, e a ter sido o promotor da carta topographica do terreno ao norte da referida cidade e da respectiva memoria descriptiva; e finalmente a ter indicado na sua dita memoria a maior parte das posições que o dito lord mandára depois fortificar (cousas que constituem a primeira, terceira e quarta das suas citadas conclusões), são os tres pontos que verdadeiramente nos cumpre examinar.

Já acima mostrámos que a idéa de defender Lisboa por

meio de linhas defensivas ou de fortificação, segundo as circumstancias e o systema dos differentes tempos, nem é privativa de lord Wellington, nem d'elle major Neves Costa, pois data conhecidamente do dominio dos mouros em primeiro logar, e depois d'elles do reinado de el-rei D. Fernando entre nós. Mas se as muralhas levantadas por aquelles dominadores e por este nosso soberano não são por si só bastantes para mostrar que já muito antes do mesmo lord Wellington e do major Neves Costa tinha havido em Portugal quem se lembrasse de defender a sua capital por meio de linhas defensivas, diremos que tambem já em tempos muito mais proximos ao nosso, como os dos reinados de el-rei D. João IV e D. Affonso VI[1], houve igualmente entre nós quem procu-

[1] Logoque D. João IV subiu ao throno d'este reino tratou de pôr Lisboa ao abrigo de um ataque, começando primeiramente pelo lado do mar, de que resultou augmentar a torre do Bugio, e guarnecer de fortes as duas margens do Tejo desde a barra até Alcantara. Correndo o anno de 1650, quando se achava mais accesa a guerra com a Hespanha, julgou o referido monarcha dever fortificar pelo lado de terra a sua capital, a qual pelo seu crescimento se achava já muito fóra dos muros com que el-rei D. Fernando a cingira. Foram encarregados de levantar a respectiva planta e de dirigirem as obras de fortificação os engenheiros mr. Legart (francez), João Gilot (hollandez), e João Cosmander (jesuita, natural de Bruxellas). A superintendencia geral da obra foi confiada a D. Antonio Luiz de Menezes, capitão general do Alemtejo, primeiro marquez de Marialva e terceiro conde de Cantanhede. Principiaram os trabalhos pelo forte do Sacramento, que se ía ligar com o de Alcantara, junto da igreja do Livramento, de que tirava o nome. D'aqui corria a linha em direcção a Nossa Senhora dos Prazeres, indo de lá pelo arco do Carvalhão até Campolide, d'onde continuava, rodeando a cidade até rematar no forte da Cruz da Pedra, proximo do convento da Madre de Deus. Devia haver em toda a linha trinta e dois fortes com muralhas de cantaria. Apesar da actividade com que desde 1650 se trabalhava n'esta obra, estava ainda muito atrazada, quando D. João IV falleceu no dia 6 de novembro de 1656.

Seu filho e successor D. Affonso VI fez proseguir os trabalhos da linha com igual fervor. Chegando porém a Lisboa o marechal de Schomberg, chamado para dar nova organisação ao exercito portuguez, e para tomar parte na luta contra os hespanhoes, nossos encarniçados inimigos, este general reprovou inteiramente aquelle plano de defeza, pela rasão de não serem sufficientes todas as tropas e artilheria de que se podia

rasse defende-la, mesmo pelo moderno systema das posições fortes pela natureza, como se prova por esse começo de fortificações que se vê, não só na quinta dos viscondes da Bahia, no sitio de Entremuros, na parte que olha para a baixa de Palhavã e quinta dos antigos marquezes de Louriçal, mas até mesmo em algumas partes da ribeira de Alcantara. Por conseguinte quando nos inculcam o citado major Neves Costa como sendo o primeiro que em Portugal se lembrou de defender Lisboa por meio das vantagens dos terrenos fortes pela natureza, não os podemos acreditar, poisque com similhantes vistas se haviam já começado, mais de seculo e meio antes d'elle, com as fortificações a que acima nos referimos por meio do moderno systema. Parece-nos haver lido em algum dos documentos que vimos nos archivos publicos, que já no anno de 1799 fôra apresentado ao governo portuguez um plano detalhado da defeza de Lisboa pelo general inglez, sir Carlos Stuard, pae do individuo que com o mesmo nome foi alguns annos depois ministro de Inglaterra junto aos go-

dispor para guarnecer tão extensa linha. Esta rasão tinha já sido apresentada a el-rei D. João IV, e postoque não foi seguida, o engenheiro João Gilot chegou a traçar e a offerecer ao principe D. Theodosio, que governava as armas, um plano de nova cêrca, a qual devia principiar na lombada que fica um pouco fóra do convento de S. João de Deus (hoje quartel de infanteria n.º 2); d'ali partia direita ao convento da Estrellinha (ao presente hospital militar), d'onde se dirigia depois ao collegio dos jesuitas na Cotovia (hoje escola polytechnica), e d'aqui descia pela respectiva cêrca á rua de S. José, d'onde subia ao outeiro do convento de Santo Antonio dos Capuchos (hoje asylo de mendicidade), cortando depois á quinta do Ramires, caminhava em linha recta até ao outeiro que está junto da Senhora do Monte, e d'ahi, correndo direita ao mar, acabava um pouco mais para dentro de Santa Apolonia, comprehendendo assim metade dos baluartes que mostrava o primeiro desenho. Prevalecendo apesar d'isto a opinião do marechal Schomberg, mandou-se parar com os trabalhos da linha. O resultado d'isto foi que dos fortes que haviam de guarnece-la nenhum se acabou, mas alguns já iam bastante adiantados, e d'elles restam de pé varios lanços de muralhas com mais ou menos ruina, mas que deixam ajuizar da grandeza da obra. Os unicos baluartes que se concluiram, e que formavam a chave da linha, foram os de Alcantara e da Cruz da Pedra, os quaes por sua posição sobre o Tejo ficaram servindo para defeza maritima da cidade. Porém estes proprios

vernadores do reino, poisque o dito general viera em 1797 para Portugal com uma divisão auxiliar, composta de corpos inglezes e francezes, sendo aquelles posteriormente mandados á empreza da tomada de Minorca com o seu respectivo general, ficando cá os francezes, como já se disse no segundo volume da primeira epocha d'esta obra. Tambem nos parece ter lido em alguma parte que o general Gomes Freire de Andrade apresentára igualmente em 1801 um plano de defeza de Lisboa, por occasião da nossa desgraçada guerra com a Hespanha e a França n'aquelle anno. Acresce a isto que nos primeiros assomos de resistencia aos francezes, concebidos em 1806 pelo ministro da guerra, Antonio de Araujo de Azevedo, antes da partida da familia real para o Brazil, acha-se tambem incluida a idéa da defeza de Lisboa, apresentada por elle a D. Miguel Pereira Forjaz, que trabalhava no seu gabinete, e se diz ter para tal fim confeccionado um plano, de que nada resultou, em consequencia de se ter depois effeituado a referida partida, chegando todavia a realisar-se em esboço

vieram com o decurso do tempo a mudar de fórma e de destino. Damnificou-os muito o terremoto de 1755, e posteriormente o primeiro foi desarmado, e o segundo convertido em armazens do estado, e hoje da companhia dos caminhos de ferro de leste. Alem dos dois citados fortes, o do *Sacramento,* em Alcantara, e o da *Cruz da Pedra,* perto da Madre de Deus, ainda ha mais, como esboço da linha defensiva de D. João IV, o forte do *Livramento,* contiguo ao largo das Necessidades, desarmado, mas em bom estado, e o forte de *Campolide,* tendo-se começado a construir na quinta que foi dos marquezes de Louriçal, sendo hoje propriedade do conde de Azambuja. Alem d'este forte, que aliás está por acabar, acha-se construido um grande lanço de muralha ameada, que outr'ora ía ligar-se com o forte da *Cruz da Pedra,* e que ao presente serve de muro da quinta dos herdeiros do visconde de Manique. O certo é que abandonada a linha começada por D. João IV, e continuada por seu filho D. Affonso VI, o marechal Schomberg só chamou a attenção do governo para a defeza maritima de Lisboa, de que resultou proceder-se a novas fortificações, tanto nas margens do Tejo, como na costa do mar, desde S. Julião da Barra até Cascaes, a fim de ligar estas duas praças. *(Archivo pittoresco,* anno de 1862, vol. v, pag. 252 e 370, artigo de I. de Vilhena Barbosa.) A descripção d'esta linha póde tambem ver-se no *Mappa de Portugal,* de João Baptista de Castro, tom. II da 3.ª edição, pag. 230 a 232, e tom. III da mesma obra, pag. 49 e 50.

o mappa dos terrenos, que vão desde Villa Franca até Torres Vedras.

Na falta porém de documentos com que possamos abonar a existencia dos tres planos que acabâmos de expor, diremos, fundando-nos para isto nos papeis officiaes, que já antes do major Neves Costa ter entregado a sua allegada memoria descriptiva, cuidava o mesmo D. Miguel Pereira Forjaz nas fortificações de Lisboa, como se prova pelo officio que na data de *1 de abril de 1809* dirigiu ao marechal Beresford, participando-lhe ter expedido as competentes ordens ao inspector das obras publicas, o major de engenheiros Duarte José Fava, para com os competentes louvados avaliar os prejuizos causados aos particulares *com as obras das fortificações que se iam executar*, e postoque ainda não tivesse recebido aviso de taes avaliações se terem feito, prevenia-o de que não devia por modo algum retardar *a execução da fortificação*, porque em todo o tempo se podia concluir aquella diligencia[1]. Ao chefe dos engenheiros inglezes, o proprio tenente coronel Fletcher, chegado a Lisboa nos primeiros dias do citado mez de abril, se lhe haviam já por aquelle tempo commettido *os trabalhos da fortificação da capital*, como se vê de um outro officio, que na data de *12 do referido mez* o mesmo D. Miguel Pereira Forjaz tornou a dirigir ao marechal Beresford, communicando haver-se-lhe apresentado o referido tenente coronel de engenheiros, o qual, tendo de acompanhar o exercito britannico, lhe dissera que deixaria em seu logar um official da sua confiança, *para dirigir e vigiar a execução dos trabalhos da fortificação de Lisboa*, e para que n'elles houvesse a precisa actividade e conveniente acordo, tencionava commissionar para aquelle fim, alem do dito official, o chefe dos engenheiros portuguezes, o marechal de campo José de Moraes Antas Machado[2]. Era effectivamente d'este general e não do major Neves Costa o plano das obras defensivas com que

[1] Liv. I da correspondencia do ministerio da guerra com o marechal Beresford.

[2] Citado livro da mesma correspondencia com Beresford.

no citado mez de abril de 1809 se buscou guarnecer Lisboa, por escolha de posições fortes pela natureza, entrincheirando-as entre si, como se prova pela memoria descriptiva que da respectiva linha nos deixou o citado general[1]. Acresce mais que alem d'elle tambem o lente da antiga academia de fortificação, Lourenço Homem da Cunha d'Eça, se mandou ouvir sobre a defeza de Lisboa, como se vê da memoria que a tal respeito dirigiu ao governo em *março de 1809*, dizendo-lhe que a linha defensiva da capital devia passar pelas alturas de Mafra, Cabeça e Bucellas, tendo a direita na Alhandra, a esquerda na Ericeira e o centro na Cabeça e Bucellas[2]. Resulta pois do que temos dito que a idéa de defender Lisboa por meio das vantagens que offerecem os terrenos fortes pela natureza nas vizinhanças d'esta capital, quer seja na sua maior ou menor proximidade, nem é privativa de lord Wellington, nem tambem do major Neves Costa. Vejamos agora se a este official cabe ou póde caber alguma parte no que directamente diz respeito ás chamadas linhas de Torres Vedras.

No liv. XII, tom. V, pag. 308 da *Historia da guerra da peninsula*, do tenente coronel Napier (traducção franceza de Dumas), nos diz elle o seguinte: «As montanhas que cobrem a lingua de terra em que Lisboa está edificada *deram a idéa original da defeza d'esta cidade*. Lord Wellington tinha em seu poder bem feitas e exactas plantas, *executadas em 1799 por sir Carlos Stuard, assim como as minutas do coronel Vincent, dos engenheiros francezes*, mostrando a maneira como estas montanhas cobriam a capital e por ellas se podia defender. *A estes preciosos documentos se attribue pois a idéa original* das celebres linhas de Torres Vedras. Comtudo aquelles officiaes (Stuard e Vincent) só tinham considerado o terreno com relação á defeza, que n'elle podia fazer um exercito em movimento, na presença de um inimigo de forças iguaes ou superiores[3]. Foi portanto lord Wellington o pri-

[1] Veja o documento n.º 82-C.

[2] Esta memoria é a que constitue a primeira parte do documento n.º 82-B.

[3] O mesmo que tambem se vê nos trabalhos de Neves Costa, de modo

meiro que concebeu o projecto de transformar estas vastas montanhas n'uma immensa e inexpugnavel cidadella, na qual se encerraria a independencia de toda a peninsula». Do general Stuard já nós acima fallámos quanto é bastante, agora do coronel Vincent deve saber-se que, tendo elle sido chefe da engenheria em Bayonna até ao anno de 1807, fôra durante elle ligado ao exercito do general Junot, com o qual veiu para Portugal. Esperando-se em Lisboa a cada momento, desde o meado do primeiro semestre de 1808, a chegada de um exercito inglez para expulsar os francezes d'este reino, o coronel Vincent, entendendo que se lhe devia resistir a todo o transe, tomou a seu cargo reconhecer o terreno vizinho a Lisboa, sendo n'isto acompanhado pelo major Neves Costa, poisque todos os engenheiros portuguezes se achavam por então postos debaixo das ordens do referido Vincent. A memoria descriptiva por este elaborada foi por elle apresentada ao mesmo Junot *no principio do mez de julho de 1808*, um mez antes da chegada dos inglezes, sendo alem d'isto apoiada, como elle diz, n'uma carta topographica do reconhecimento por elle feito[1]. «Havendo o general chefe do estado maior, acrescenta elle mais, dado noticia desde os fins de junho, que um exercito inimigo desembarcára perto do Mondego, o general em chefe mandou-me sair de Lisboa para reconhecer o que havia. Não existindo por então um só inglez no paiz, aproveitei esta occasião para o examinar, depois do que voltei novamente a Lisboa. *O principal objecto da memoria que fiz durante esta incursão é mostrar as differentes estradas que se dirigem para a dita cidade, e provar a facilidade que ha em lhe defender o accesso*[2]. É provavel que o inimigo, tendo colhido preciosos documentos para os seus fins, tomará o

que entre o systema defensivo d'este nosso compatriota e o de lord Wellington ha tanta differença, quanta é a que vae de um raio para um arco de circulo, sendo este a principal base do systema defensivo de lord Wellington e aquelle o do major Neves Costa.

[1] Os trabalhos do coronel Vincent são os que constituem o documento n.° 82-D.

[2] É exactamente o mesmo systema do major Neves Costa.

partido de defender palmo a palmo o terreno que está adiante d'ella. Em todo o caso, ou se queira atacar Lisboa, ou se pretenda defender, a referida memoria fornecerá importantes noções».

Já se vê portanto que os trabalhos do reconhecimento do coronel Vincent, como tambem succede aos de Neves Costa, não tinham por fim a ligação de linhas intrincheiradas, que lord Wellington deu ás posições que lhe pareceram convenientes para formar taes linhas, e constituirem a cidadella inexpugnavel de que falla Napier. E tendo o citado major Neves Costa acompanhado o coronel Vincent nas suas incursões ao respectivo terreno, é um facto que a cartà topographica e a memoria descriptiva por elle apresentadas a D. Miguel Pereira Forjaz, são em tudo modeladas pelo mesmo systema do referido coronel, tendo por principal objecto, como este diz, *mostrar as differentes estradas que pelos terrenos ao norte de Lisboa se dirigem para esta cidade, e provar a facilidade que ha em lhe defender o accesso,* cousa que o mesmo Neves Costa pela sua parte confirma igualmente, quando nos diz que o alvo dos seus trabalhos *não era designar um determinado plano de defeza, mas sim descrever todas as posições fortes pela natureza, que se podiam aproveitar para formar outros tantos systemas ou planos particulares defensivos.* Possuindo pois lord Wellington as minutas do coronel Vincent, como affirma Napier, de pouco lhe poderiam servir a carta topographica e a memoria descriptiva do major Neves Costa, já por estar senhor das minutas do coronel francez, e já porque a inspecção que pessoalmente fez do respectivo terreno lhe dispensava até mesmo as citadas minutas, a não o termos por tão inhabil, que lhe fosse preciso quem lhe demonstrasse o que os seus olhos viam, ou as posições que mais lhe convinha incluir nas linhas que pretendia levantar. O argumento feito por Neves Costa, dizendo que o capitão Dickson se apresentára no archivo militar no mez de outubro de 1810, munido de um officio do tenente coronel Fletcher, requisitando por auctorisação de lord Wellington a carta topographica do terreno vizinho a Lisboa, elaborada

por elle Neves Costa, carta que o dito capitão effectivamente recebeu, é contrario ás suas pretensões, porque, se as linhas de Torres Vedras se achavam já em construcção desde quasi um anno atrás, não podia a citada carta, recebida por Dickson em 26 do citado mez de outubro de 1810, ter por si as honras que o seu auctor lhe attribue, ou a de ser ella a que *iniciára* os pontos fortes que entravam nas citadas linhas de Torres Vedras, pois nunca um effeito póde jamais ser anterior á causa. Parece-nos pois que se alguns trabalhos de outrem, de recente data n'aquelle tempo, podiam suggerir a lord Wellington a idéa de taes linhas, em tal caso mais lhe poderiam servir os do marechal de campo Antas Machado que os de Neves Costa, pela maior similhança da idéa fundamental entre o plano do referido lord e o do general portuguez, tal como a da ligação das posições fortes da linha defensiva, que cada um d'elles concebêra, formando por assim dizer um arco de circulo em volta do ponto que se pretendia defender. Mas o que mais provavel nos parece ter suscitado em lord Wellington a sua idéa de defender Lisboa pela escolha de posições fortes pela natureza, ligando-as entre si por linhas intrincheiradas, foi a conducta que em 1536 teve Francisco I, rei de França, quando por um systema de guerra defensiva buscou oppor-se á invasão que o imperador Carlos V fez na Provença, fugindo de lhe dar batalha, como adiante veremos no fim do capitulo I do seguinte volume, havendo a mais perfeita similhança entre a citada conducta de Francisco I em 1536 e a de lord Wellington em 1810.

Um outro argumento que o major Neves Costa apresenta no seu folheto, parecendo ter grande força, para provar ter elle sido o iniciador das linhas de Torres Vedras, é o dizer que a maior parte das posições comprehendidas por lord Wellington nas referidas linhas já por elle tinham sido indicadas na sua memoria de reconhecimento. Este argumento não é para nós convincente, porque as posições fortes de qualquer terreno, que se pretenda defender, a todo o homem entendido na materia por si mesmas se lhe fazem reconhecer como taes, apenas lance os olhos sobre o referido terreno, e

por modo tal, que se esse de que aqui se trata ao norte de Lisboa fosse hoje novamente reconhecido por qualquer engenheiro, que sobre não saber da memoria descriptiva de Neves Costa, ignorasse tambem a existencia das linhas que n'elle se levantaram em 1810 e 1811, temos que apontaria na sua memoria de reconhecimento, salvas pequenas variantes, os mesmos pontos fortes designados por elle Neves Costa, e escolhidos por lord Wellington para as suas linhas. É assim que nós vimos figurarem na escolha dos que entraram nas linhas do Porto, durante a luta do partido liberal com o miguelista nos annos de 1832 e 1833, aquelles mesmos que já no anno de 1809 tinham sido fortificados para defenderem aquella cidade contra o exercito do marechal Soult. Similhantemente se repetiu em Lisboa outro igual facto, pois a linha defensiva, que n'esta cidade os constitucionaes levantaram no citado anno de 1833 contra os seus adversarios politicos, foi geralmente a mesma que no dito anno de 1809 igualmente levantára contra os mesmos francezes o marechal de campo José de Moraes Antas Machado, assim como a d'este general fôra tambem quasi a mesma que a de D. João IV e D. Affonso VI. E provarão estas coincidencias terem os engenheiros constitucionaes visto e examinado previamente os planos dos engenheiros do Porto em 1809 e o do general Antas Machado, executado por elle em Lisboa no referido anno? Parece-nos bem que não, poisque muitos, se é que não todos os citados engenheiros constitucionaes não tinham jamais visto similhantes planos, e até talvez ignorassem a sua existencia, d'onde veiu julgarmos conveniente juntarmos á collecção dos documentos d'esta obra o do dito general Antas Machado.

Cremos portanto que foi o reconhecimento dos respectivos terrenos a causa de similhantes coincidencias, circumstancia que se deu igualmente em lord Wellington, quando em fevereiro de 1810 veiu de Almeida a Lisboa para examinar pessoalmente o terreno das suas vizinhanças pela parte do norte e leste, onde tratava de fazer levantar as suas respectivas linhas defensivas. D'isto resulta pois julgarmos ter mostrado: 1.º, que o major Neves Costa em cousa alguma podia ter pre-

venido lord Wellington, quanto ás suas linhas de Torres Vedras; 2.°, que a ter elle Neves Costa sido o promotor da carta topographica e memoria descriptiva dos terrenos ao norte de Lisboa por elle mesmo feitas, parece-nos que taes cousas de pouco ou nenhum auxilio poderiam servir ao referido lord; 3.°, finalmente que nenhuma força dá ás suas allegações a circumstancia de ter na sua dita memoria descriptiva apontado muitas ou mesmo a maior parte das posições, que o dito lord incluiu depois nas suas referidas linhas. É da nossa convicção que, a admittir-se iniciativa que suggerisse a lord Wellington a construcção e levantamento das citadas linhas de Torres Vedras, tal iniciativa se deve attribuir: 1.°, á muralha com que el-rei D. Fernando cercára Lisboa e ao bom resultado que ao abrigo d'ella tirou seu irmão, el-rei D. João I, quando em 1384 resistiu aos exercitos castelhanos; 2.°, á conducta de Francisco I, rei de França, quando em 1536 se oppoz á invasão que o imperador Carlos V fez na Provença; 3.°, ao mappa topographico dos terrenos ao norte de Lisboa, levantado ou mandado levantar pelo general Stuard, mappa que acompanhava sir Arthur Wellesley, quando em 1808 veiu para Portugal, segundo o seu proprio testemunho, mencionado no seu relatorio á commissão de inquerito, instituida em Londres n'aquelle mesmo anno; 4.°, finalmente de novo ao referido mappa, de que tornou a munir-se no anno de 1809, quando por segunda vez veiu a Portugal, e ás minutas do coronel Vincent, que tambem comsigo trazia, como o coronel Napier testemunha na sua *Historia da guerra da peninsula*. É isto o que nos parece de rasão, sem todavia pretendermos combater a opinião contraria de quem quer que seja[1].

[1] Talvez sejamos accusados de ventilarmos tão extensamente como n'esta obra fazemos a rasão ou sem-rasão das pretensões do major José Maria das Neves Costa, tendo por improprio da referida obra o exame de similhante questão. Não temos por injusta a queixa que d'isto se nos faça; mas procedemos assim por ser isto um assumpto militar em que desejavamos apurar a verdade, poisque alguem liga a isto idéas de gloria nacional, que nós seguramente lhe não ligâmos. Parece-nos que d'esta

Apesar do exposto, o dito José Maria das Neves Costa, dando-se por iniciador das linhas de Torres Vedras, não hesitou em pedir como tal uma recompensa pelos seus serviços. A sua pretensão, que do Brazil viera remettida aos governadores do reino, foi por estes mandada a lord Wellington para informar, o qual, em officio de 24 de abril de 1812, se exprimiu a tal respeito pelo seguinte modo: «Nunca tive por habito deixar de elogiar os officiaes que estão debaixo das minhas ordens, quando o merecem, ou de os recommendar á lembrança e generosidade dos seus superiores e do seu soberano; mas protesto solemnemente contra a pretensão do major Neves Costa e do coronel Caula, de se arrogarem a formação do plano, ou a concepção do systema que se seguiu para a salvação de Lisboa, debaixo da minha direcção. É pela primeira vez na minha vida que vi o major Neves e o coronel Caula em Almeida. V. ex.ª deu-me em 1809 um plano do paiz em questão e uma memoria feita pelo major Neves. Todavia sou forçado a declarar que apenas examinei os logares, *achei o plano e a memoria por tal maneira inexactos, que nenhuma confiança pude ter n'elles*. É um facto que, tendo-me referido n'uma occasião ao citado plano e memoria, sem ter reconhecido os logares, vi-me obrigado a fazer uma segunda viagem a Lisboa no mez de fevereiro de 1810, de que resultou *mandar destruir as obras que se tinham começado, levantando-se outras em seu logar*[1]». Não nos parece crivel que se lord Wellington se tivesse servido para alguma cousa dos trabalhos de Neves Costa o negasse tão terminantemente perante D. Miguel Pereira Forjaz, o mesmo que devia saber muito bem até que ponto era ou não verdadeira a allegação feita pelo dito lord, particularmente sendo o mesmo Forjaz amigo e protector do official supplicante. Mas dado e não concedido que a iniciativa das linhas em questão partisse do

mesma questão se occupará n'algum dos seus escriptos um dos nossos actuaes officiaes superiores da arma de engenheria, pessoa de bastante credito scientifico dentro e fóra do paiz.

[1] Este officio acha-se na collecção franceza dos *Despachos do duque de Wellington*, publicados pelo coronel Gurword, pag. 612 e 613.

mencionado Neves Costa, parece cousa provada que similhante iniciativa de nada serviu a lord Wellington, pelas inexactidões que continha, segundo o que tal respeito nos diz o mesmo lord, a quem por tal motivo nos parece não se poder justamente recusar o merito das linhas que mandou construir, como cousa que lhe era privativa, particularmente attendendo-se a que só elle o podia fazer com acerto, designando quantas e quaes as posições que se tinham de ligar, em proporção com as forças e bôcas de fogo de que dispunha, como commandante em chefe do exercito que as tinha de defender, e em conformidade do plano definitivo que concebêra, e movimentos que tinha de executar. Á vista pois do exposto parece-nos que a justiça pede que se não negue a lord Wellington a exclusiva gloria do levantamento de taes linhas, como sendo a pessoa que as ideou, de pouco lhe servindo para ellas os trabalhos de Neves Costa. Mas fossem ou não sem fundamento as pretensões d'este official, certo é que a *recompensa util* por elle pedida em 1812, e sem solução durante a gerencia dos governadores do reino, posteriormente a alcançou elle, quando el-rei D. João VI veiu do Brazil, conseguindo de Candido José Xavier, ministro da guerra que foi em 1821 e 1822, o decretamento de uma pensão pelos seus serviços em geral, e não pela especialidade da sua allegada iniciativa das linhas de Torres Vedras, pensão em que ainda assim talvez tivessem mais parte a benevolencia e favor do ministro do que a inconcussa justiça do pretendente[1].

[1] Estamos firmemente crentes que, se as linhas de Torres Vedras salvaram a independencia de Portugal, tambem é um facto que, alem de salvarem a da Inglaterra, lhe garantiram igualmente o seu extraordinario engrandecimento, ou a posse de tudo quanto havia adquirido durante a sua luta com a França. Apesar d'isto o governo britannico, sempre ingrato para com Portugal, ainda no anno de 1822 se lembrou de obrigar este reino a pagar-lhe as despezas da construcção de taes linhas, tendo-se aliás ellas feito sem audiencia, consentimento expresso, nem fiscalisação alguma por parte do governo portuguez; e se o pagamento das referidas despezas d'elle se não exigiu effectivamente, proveiu isto da informação que contra tal exigencia deu lord Wellington no seguinte officio, dirigido em 24 de janeiro de 1822 a mr. Arbuthnot, dizendo-lhe:

Repetimos portanto que a honra e louvor do levantamento das linhas de Torres Vedras não podem com justiça ser ne-

«Os dois pontos sobre que se deseja a minha opinião são: 1.º, se o governo deve persistir na exigencia a Portugal de uma parte das despezas com as obras, chamadas linhas de Torres Vedras; 2.º, se Portugal deve pagar todas ou sómente parte das despezas feitas com os prisioneiros de guerra. Creio que os outros pontos a que estes papeis se referem já foram decididos, e portanto não tenho que dar opinião a seu respeito.

«Em relação ás obras, não ha duvida que foram emprehendidas e executadas sem conhecimento, ou consentimento do governo portuguez, que nunca foi consultado ácerca d'este objecto, porque quando a sua opinião fosse ouvida, opporia a maior resistencia á construcção de taes obras, quando tal medida se quizesse levar a effeito contra os seus desejos. A esta informação devo acrescentar que o governo e o povo de Portugal soffreram grandes perdas e privações pela adopção do systema em questão, o que de algum modo póde ser considerado como equivalente ás despezas de construcção das obras. Igualmente tenho a dizer que nada foi pago por compra, ou arrendamento dos terrenos em que as obras foram construidas, nem por aquelles em que se fizeram as communicações das differentes obras entre si, não importando saber se estes terrenos eram propriedade publica ou particular, ou se o uso que d'elles se fez foi ou não dispendioso para o governo portuguez. Parece-me pois que este governo teria bom direito a reclamar que o valor dos terrenos em que as obras se construiram seja tomado como equivalente das despezas da construcção d'estas obras. A minha opinião sempre tem sido que se não deve pedir ao governo portuguez o pagamento de uma parte qualquer das despezas feitas com a construcção d'estas obras». (Vol. I, pag. 213, dos *Despatches, correspondence, and memoranda of Field Marshal Arthur, Duke of Wellington.)*

Sobre o precedente officio temos ainda a notar, que quando lord Wellington diz n'elle que as linhas de Torres Vedras foram executadas *sem consentimento do governo portuguez*, entendemos que similhante expressão só se refere ao plano e traçado das linhas, e ao systema defensivo, como se prova pelo officio do mesmo lord Wellington, dirigido a sir Carlos Stuard, em 6 de outubro de 1810, officio que no capitulo II do seguinte volume citaremos por extracto, e não quanto ao levantamento e construcção d'ellas, pois era impossivel que os governadores do reino ignorassem a erecção de obras de tamanho vulto, distantes apenas cinco leguas da capital, com relação a Alhandra, apenando-se de mais a mais para ellas entre os naturaes do paiz centenares de trabalhadores, sem que de uma e outra cousa tivessem conhecimento algum, ou sem haver auctoridade que de similhante cousa lhes desse aviso, não fallando nas requisições que directamente lhes foram feitas para taes obras pelo proprio tenente

gadas a lord Wellington, por haver sido obra das suas proprias concepções e plano, embora que a lembrança d'ellas e a confecção de algum outro plano, que para a defeza de Lisboa tivesse anteriormente havido, e fosse por elle visto, pertença a quem quer que for. Pessoas ha que julgam ter o mesmo lord Wellington concebido a necessidade d'estas linhas, apenas em 1808 se approximou de Lisboa, depois do seu desembarque na bahia do Mondego, munido como vinha das plantas do terreno, tiradas pelo general Stuard. Se assim foi, devemos suppor que, tendo passado a maior parte do anno de 1809 sem d'ellas se lembrar, as suas esperanças da defeza da peninsula foram todas postas no favoravel conceito que perfunctoriamente fizera, da grandeza e valor dos exercitos hespanhoes; mas desenganado depois da batalha de Talavera, dada aos 27 de julho d'aquelle anno, de que em similhantes exercitos nada se podia fiar, pela sua falta de organisação e disciplina, alem da carencia de officiaes habeis para os commandarem, perdeu a confiança na proficuidade do seu auxilio, entendendo que para as suas operações não podia contar senão com as tropas luso-britannícas, postas debaixo do seu commando, e firme por outro lado na idéa de que para o bem da causa do seu paiz lhe convinha manter-se em Portugal a todo o transe, entendeu igualmente dever por algum tempo limitar-se á guerra defensiva, visto não lhe ser possivel defender devidamente, contra um inimigo habil e com maior força do que a sua, uma fronteira tão extensa e aberta como a de Portugal.

Lord Wellington é o proprio que dá d'isto testemunho n'uma carta que para o Rio de Janeiro dirigiu ao principe regente de Portugal[1], na qual diz que feita a paz da França com a Austria no mez de outubro de 1809, o unico corpo organisado, que na peninsula podia manter o campo contra o inimigo commum, era o exercito alliado do seu commando,

coronel Fletcher, e capitão John Jones, que na sua ausencia o substituira: a não ser isto, é faltar manifestamente á verdade.

[1] Veja o documento n.º 96.

e que sendo-lhe por outro lado indispensavel manter a communicação com o referido principe e com a Gran-Bretanha, tomou por ponto capital do seu plano a conservação da cidade de Lisboa e a do Tejo, cuja posse tão importante era igualmente para o inimigo. Alem do exposto, acrescia tambem que as circumstancias exigiam não dever elle arriscar temerariamente esse unico corpo de salvação para a peninsula, e talvez mesmo que para toda a Europa, aos imprudentes azares de uma batalha, cuja decisão, tão incerta como para elle era, podia ser a ruina total da causa commum, parecendo-lhe portanto que o plano mais seguro, no meio das circumstancias em que se achava, era o da guerra defensiva, que com tanta rasão a prudencia lhe aconselhava como a cousa mais salutar por então. Taes foram pois as causas que com tanto acerto o levaram a escolher uma posição em que se podesse com toda a segurança manter. Esta posição não podia deixar de ser effectivamente Lisboa, por ser esta cidade a chave de todos os recursos do reino, por não poder ser torneada pela retaguarda pelo inimigo, e finalmente por ser por meio d'ella, e do seu magnifico porto, que estava em segura e constante communicação com o mar, tanto porque d'elle lhe vinham os recursos de que precisava, como porque por meio d'ella podia effeituar uma retirada para o seu paiz, se porventura algum grande desastre a isto o obrigasse. Alem do exposto, esta posição dava-lhe de mais a mais a vantagem de dominar todas as estradas e caminhos, que a ella se dirigiam; de poder n'ella fortemente intrincheirar-se, e por modo tal, que podesse formar uma praça de armas, onde concentrasse todas as forças defensivas do reino, o exercito, as milicias e as mais tropas irregulares, e onde conjunctamente com os inglezes, estas forças estivessem aprovisionadas de viveres e munições por certo espaço de tempo, entretanto que elle occuparia o campo da batalha que julgasse mais favoravel para decidir, quando lhe aprouvesse, n'uma acção geral a sorte da capital e do reino, e talvez mesmo que da Europa, como já notámos.

Eram estas as vistas, e estes os planos que já dominavam

lord Wellington, ao tempo em que o seu exercito se achava acantonado nas margens do Guadiana. Corria pois o mez de outubro de 1809, quando elle, acompanhado do seu estado maior, fez n'um correr de olhos um rapido reconhecimento ao paiz, situado em frente de Lisboa para o interior do reino. Sabido é que esta lingua de terra, que avança até esta cidade, e se acha comprehendida entre o Tejo e o mar, é pelo lado do norte defendida por montanhas, cujas cadeias successivas e quasi parallelas, vem abruptamente confundir-se ou terminar-se n'uma só, que desde Torres Vedras vae até á Alhandra. Não podendo pois as summidades das montanhas d'esta cadeia ser franqueadas por um exercito, senão em certos pontos, claro está que as intercepções dos diversos caminhos se podem bem olhar como outras tantas fortes posições. A grande massa de terra chamada *Serra do Monte Junto*, que perpendicularmente se dirige á sobredita cadeia, parando a algumas milhas de distancia d'ella, tem um dos seus contrafortes, chamado *Serra do Barregudo*, em direcção obliqua sobre a villa de Torres Vedras, d'onde está separado por meio de um desfiladeiro profundo. Da natureza d'estes logares resulta pois que um exercito, que do interior do reino, ao norte do Tejo, quizer marchar contra Lisboa, deve passar, ou por trás do *Monte Junto*, e portanto seguir pelo lado do nascente a linha do mesmo Tejo, ou vir pelo lado occidental d'esta montanha, para depois ir bater ás portas de Torres Vedras. Lord Wellington, renovando portanto as idéas do que já tinha visto em 1808, quando de Leiria avançou com o seu exercito para Lisboa, tomando a estrada mais perto da costa do mar, facilmente conheceu ser praticavel a construcção de uma linha de postos fortificados, que corresse pela abertura d'esta lingua de terra, e tendo sobre este ponto uma conferencia com os governadores do reino, que por esta occasião lhe entregaram o plano dos engenheiros portuguezes, de que já acima fizemos menção, ordenou elle aos seus engenheiros, que examinando-o, e examinando tambem o terreno a que dizia respeito, reconhecessem quaes os pontos que desde o oceano até ao Tejo se deviam fortificar, formando com elles a mais

vantajosa linha de defeza da capital, a fim de se poderem levar á execução as necessarias obras, logoque se julgasse conveniente. A par d'isto ordenou igualmente que pelo lado da terra se augmentassem as defezas da torre de S. Julião da Barra, na embocadura do Tejo, para cobrir e segurar a communicação com a esquadra, quando por qualquer desgraça tivesse de se retirar da peninsula, embarcando-se com o seu exercito. Resolveu-se tambem alem d'isto que as posições da Castanheira, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras fossem occupadas por postos intrincheirados, para apoiarem as manobras do exercito, no momento que fosse obrigado a retirar-se para as respectivas linhas, ou sobre um ponto destinado para o seu embarque.

Foi pois nos primeiros dias do mez de novembro de 1809 que se começou com os trabalhos das fortificações de Lisboa, sendo no dia 8 de janeiro de 1810 que mais activamente se emprehenderam, progredindo assim até ao dia 8 do seguinte mez de fevereiro. N'esta epocha os preparativos feitos pelos francezes para se apoderarem de Portugal, tinham já tomado um caracter decisivo. Emquanto pois o exercito inglez marchava do Guadiana para as margens do Côa, lord Wellington visitou novamente Lisboa em fevereiro do mesmo anno de 1810, como atrás dissemos, na mente de dar as suas ultimas ordens, no tocante á construcção das obras, destinadas á defeza d'esta cidade, persuadido de não poder resistir por outro modo ao poderoso exercito francez, que novamente viria sobre Portugal, attenta a grande desproporção das suas forças com as do inimigo, cousa que elle pela sua parte fez saber aos governadores do reino, sem que elles lhe pozessem objecção alguma. Na referida visita consumiu elle alguns dias, a contar desde o dia 10 do citado mez de fevereiro, durante os quaes percorreu com a mais particular attenção todo o terreno e as posições vantajosas que offerecia, determinando as que deviam ser occupadas para levar a effeito o seu plano de campanha. Depois de haver determinado por um novo plano os pontos principaes das linhas, proprios ao seu systema de defeza, mandando destruir o que se achava

já feito pelo antigo plano, por entender que a posição da Castanheira podia ser torneada, reuniu o seu exercito sobre a fronteira nas vizinhanças de Almeida, deixando ao chefe dos engenheiros inglezes, em que já fallámos, o habilissimo tenente coronel R. Fletcher, encarregado dos novos projectos, traçado e execução das differentes obras. Suppunha-se por aquelle tempo que o exercito destinado á invasão de Portugal teria uma força quasi dupla da do exercito luso-britannico, e que, dividido em dois corpos iguaes e formidaveis, operaria ao mesmo tempo sobre as margens direita e esquerda do Tejo, de modo que repellisse promptamente os seus contrarios até Lisboa, onde, se elles resistissem, o exercito invasor tentaria provavelmente destrui-los por meio de combates successivos e sanguinolentos. Não se podia portanto admittir a probabilidade de uma resistencia feliz. Por conseguinte o primeiro e mais principal objecto que se teve em vista foi assegurar os pontos do embarque para os casos, ou do exercito experimentar algum revez, ou do inimigo se apresentar adiante das linhas, antes de estarem na devida força, para serem occupadas sem grande perigo. O segundo objecto, que tambem merecia uma seria attenção, era o estabelecimento dos fortes fechados, destinados a defender os desfiladeiros, e a permittir que com tropas pouco aguerridas se podesse repellir ou suspender uma columna inimiga nas tentativas que fizesse, para perturbar a retirada do exercito regular. Este duplicado objecto, de cuja importancia se não póde duvidar, uma vez preenchido, só se trataria de fortificar, tanto quanto o permittisse o tempo de que se podesse dispor, os pontos mais vantajosos por onde haviam de passar as linhas dos intrincheiramentos, cuja execução se tinha determinado.

Taes foram as idéas que primordialmente presidiram á construcção das linhas destinadas á defeza de Lisboa: a primeira, e a mais externa era a que começava na margem direita do Tejo, junto á villa da Alhandra, constituindo a extrema direita d'esta linha, e ía acabar no mar, junto á foz do rio Sizandro, onde por conseguinte era a sua extrema es-

querda. Tres districtos se comprehendiam em toda esta extensão. O primeiro principiava na Alhandra, junto do Tejo, e acabava na Arruda, denominando-se *districto da Alhandra.* O segundo principiava junto da Arruda e acabava na Ordasqueira, denominando-se *districto do Sobral.* O terceiro principiava na Ordasqueira e acabava no mar, junto á foz do rio Sizandro, incluindo o reducto da Ponte do Rol, denominando-se *districto de Torres Vedras.* As obras d'esta linha, ou as da chamada de Torres Vedras, compunham-se portanto de um grande numero de fortes ou reductos, cujos fogos se cruzavam, projectando-se pelas cabeças dos montes, que decorrem ao sul das villas da Arruda e Sobral: d'aqui dirigia-se a linha um pouco mais para o norte, vindo parar nos logares da Ribaldeira e Cadreceira. D'estes pontos continuava a dirigir-se novamente para o norte, indo-se ligar com os fortes construidos na villa de Torres Vedras. «Na frente d'ella (diz Manuel Agostinho Madeira Torres, auctor da *Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras),* acham-se cinco dos ditos fortes, contando agora por um só o de S. Vicente, alem do rio Sizandro, e continuando os mais áquem do mesmo rio pelos montes que lhe vão sobranceiros até á sua foz, na distancia de duas leguas, em que se contam mais vinte e cinco reductos. N'esta primeira linha as obras mais consideraveis são os dois fortes, que logo no seu principio tiveram por antonomazia o nome de *grandes,* um que fica situado ao sul da villa do Sobral do Monte Agraço, no cume da serra chamada do Urmeiro (cuja posição, immediata a uma das principaes estradas, proximas á capital, demandava maior segurança); outro que fica situado sobre o monte de S. Vicente, proximo a esta villa (a de Torres Vedras), e que se contrapõe ao do seu castello, dominando-o totalmente. Este forte de S. Vicente consta de tres reductos, um formado mais ao sul com canhoneiras que pendem para o nascente, outro inclinado do sul ao poente, outro ao norte com faces, cujas canhoneiras podem igualmente jogar para nascente e poente. Todos estes reductos se communicam entre si por pontes levadiças, e se acham separados com profundos fossos; e entre

os dois reductos do sul e norte fica um largo intervallo, avaliado por praça capaz de accommodar mais de 4:000 homens. A uma curta distancia para o norte e poente d'este grande forte foi construido outro sobre o logar chamado dos Olheiros. N'outro monte situado ao nascente, alem da saída para as villas da Lourinhã e Obidos, no denominado *Outeiro da forca*, se construiu tambem outro reducto. Finalmente sobre os montes que estão ao sul do logar de Sagres até ao poente do logar da Ordasqueira, foram levantados mais dois reductos, que preenchem o numero dos cinco fortes acima mencionados, que cobrem esta villa, e os caminhos proximos, restando ainda a fortificação do seu proprio castello, que foi reparado e guarnecido de artilheria, e de outro reducto situado ao sul e nascente da villa, sobre o pequeno monte de S. João[1]». Não é para admirar o cuidado que se poz em que as fortificações de Torres Vedras e suas vizinhanças fossem construidas com mais desenvolvimento e perfeição, pois tinham por alvo a defeza da estrada, que mais directamente se dirigia ao ponto do projectado embarque, junto á torre de S. Julião. Este terceiro districto de Torres Vedras contava em toda a sua extensão 32 reductos com 273 canhoneiras, em que estavam assestadas 157 peças de artilheria e 3 obuzes de cinco e meia pollegadas, sendo 12 peças de calibre seis, 58 de calibre nove, e 87 de calibre doze. Os nomes dos reductos, o numero das canhoneiras e o das peças, que nos citados tres districtos se continham, são os que constam dos seguintes mappas, elaborados com referencia a janeiro de 1814.

[1] Para melhor intelligencia da descripção d'estas obras, póde o leitor consultar o respectivo mappa no fim do volume, onde se vêem delineadas as duas primeiras linhas, achando-se n'elle omissas a situação de Lisboa e a da terceira linha, vizinha á torre de S. Julião da Barra, ou a destinada ao embarque do exercito, em caso de desastre, por tornar o dito mappa de uma grande dimensão, incompativel com o formato do volume, quando no mesmo mappa se houvessem de incluir estas duas cousas. É por esta causa que aqui se annexa um outro mappa em pequeno ponto, onde se vê a situação de Lisboa, omissa no citado mappa grande.

Mappa do districto da Alhandra, ou primeiro districto da primeira linha

Divisões	Numeros	Nomes dos reductos	Peças			Canhoneiras
			Calibre 6	Calibre 9	Calibre 12	
Segunda	1	Bateria do Tejo	–	2	2	–
	2	Dita da Estrada	7	3	–	8
	3	Dita do Conde	–	–	2	2
	4	Dita da Boa Vista	–	–	2	4
	5	Dita de S. Fernando	–	–	2	2
	6	Primeiro forte de Sucerra	1	2	–	3
	7	Nova bateria de Sucerra	–	2	–	3
	8	Segundo forte de Sucerra	–	2	–	3
	9	Terceiro forte de Sucerra	–	2	–	–
	10	Quarto forte de Sucerra	–	3	–	–
	11	Reducto da costa da Freira	–	–	–	–
	12	Casal da Entrega	–	–	–	–
	13	O Moinho Branco	–	–	8	16
	14	Os Dois Moinhos	–	–	7	7
	15	Bateria do Merlo	–	–	3	–
Primeira	16	Serra do Formoso	–	–	3	3
	17	Subida da Serra	2	–	–	–
	18	Trancoso	–	–	3	5
	19	Novo do Formoso	–	3	–	–
	20	Primeiro da Calhandriz	1	2	–	8
	21	Segundo da Calhandriz	–	3	–	5
	22	Terceiro da Calhandriz	–	3	–	7
	23	Quarto da Calhandriz	–	1	3	8
	24	Quinto da Calhandriz	–	2	–	–
	25	Bateria das Antas	–	2	–	2
	26	Bateria do Alfarge	–	3	–	–
	27	Primeira do Bulhaco	1	1	–	–
	28	Segunda do Bulhaco	–	2	–	–
	29	Primeira do Pinheiro	–	2	–	–
	30	Segunda do Pinheiro	–	1	–	–
		Total	12	41	35	86

A guarnição d'este districto em 25 de janeiro de 1814 era de 130 homens, sendo 93 de artilheria n.º 1, e 37 artilheiros de ordenanças. O commandante era o major graduado de artilheria n.º 1, João Chrysostomo Pinto.

Mappa do districto do Sobral de Monte Agraço, ou segundo districto da primeira linha

Numeros	Nomes dos reductos	Peças de artilheria					Canhoneiras
		Calibre 6	Calibre 9	Calibre 12	Calibre 6 ligeiras	Obuzes de 5 ½ polleg.	
1	S. Sebastião	–	3	1	–	–	4
2	Carvalha	–	2	–	–	–	4
3	Moinho do Céu	–	–	2	–	–	–
4	Do Paço	–	–	3	–	–	–
5	Da Caneira	–	–	2	–	–	2
6	De Monte Agraço	4	8	12	2	1	29
7	Da frente	1	3	3	–	–	9
8	Da direita	–	2	1	–	1	5
9	Da esquerda	3	–	–	2	1	6
10	Da retaguarda ou do Sobral	–	2	2	–	–	8
11	Da Patameira	–	–	–	–	–	8
	Total	8	20	26	4	3	75

A guarnição d'este districto em 23 de janeiro de 1814 era de 74 homens, sendo 59 do regimento de artilheria n.° 2, e 15 artilheiros ordenanças. O commandante era o major Joaquim José da Cruz.

Mappa do districto de Torres Vedras, ou terceiro districto da primeira linha

Numeros	Nomes dos reductos	Peças Calibre 6	Peças Calibre 9	Peças Calibre 12	Obuzes de 5 ½ pollegadas	Canhoneiras
1	S. Vicente................	10	3	10	3	39
2	Olheiros..................	2	5	–	–	11
3	Forca.....................	–	7	–	–	10
4	S. João...................	–	2	–	–	2
5	Ordasqueira...............	–	3	–	–	9
6	Castello da villa.........	–	–	5	–	11
7	Grillo....................	–	1	3	–	6
8	Alqueiteira...............	–	3	–	–	6
9	Formigal..................	–	1	3	–	4
10	Passo.....................	–	–	5	–	11
11	Genetia..............	–	–	4	–	8
12	Foz.......................	–	–	2	–	A barbete
13	Cheira....................	–	–	6	–	A barbete
14	Feiteira..................	–	6	3	–	14
15	Moinho	–	5	–	–	15
16	Cruz......................	–	–	4	–	6
17	Palheiros.................	–	–	6	–	6
18	Pedrulhos	–	4	–	–	6
19	Outeiro da Prata..........	–	–	4	–	5
20	Carrasqueira	–	4	–	–	7
21	Milharoza.................	–	–	4	–	6
22	Outeiro da Franca	–	–	4	–	7
23	Pombal	–	2	–	–	3
24	Bordinheira...............	–	–	4	–	6
25	Outeiro do Monte..........	–	–	4	–	6
26	Mogo......................	–	–	4	–	8
27	Banabal	–	–	4	–	7
28	Carregueira	–	4	–	–	7
29	Monguellas................	–	–	4	–	7
30	Belmonte..................	–	–	4	–	13
31	Bessecaria	–	4	–	–	12
32	Forte novo da Ordasqueira..	–	4	–	–	15
	Total..........	12	58	87	3	273

A guarnição d'este districto em 25 de janeiro de 1814 era de 141 homens, sendo 109 do regimento de artilheria n.º 2, e 32 artilheiros de ordenanças, rendendo-se estes todos os domingos. A tropa que veiu ás linhas alojava-se nos casaes e povoações junto aos reductos. Estes subiam ao numero de 149, que era o que competia ao forte novo da Ordasqueira. O commandante era o capitão Severo Leão Cabreira.

A segunda linha tambem tinha a sua direita na margem direita do Tejo, junto á Povoa de Santa Iria, indo igualmente acabar no oceano, junto a Ribamar, onde por conseguinte era a sua esquerda. N'esta sua extensão comprehendia igualmente tres districtos: o primeiro principiava na Povoa de Santa Iria e acabava em Bucellas, denominando-se *districto de Vialonga*. O segundo principiava em Bucellas e acabava na tapada de Mafra, comprehendendo Montachique e uma avançada na Enxara dos Cavalleiros, denominando-se *districto de Bucellas* ou *da Cabeça de Montachique*. O terceiro principiava na tapada de Mafra e acabava em Ribamar, denominando-se *districto de Mafra*. Deve alem d'isto advertir-se que a direita da segunda linha podia ser olhada como tendo dois ramos, um de vanguarda, na Povoa de Santa Iria, e outro de retaguarda em Sacavem. Similhantemente a esquerda se podia olhar como tendo tambem outros dois, um em Ribamar pela frente, e outro na Carvoeira em posição de reforço na retaguarda do primeiro. O nome dos reductos, as canhoneiras e peças, que havia em cada um d'estes districtos, são os que tambem constam dos inclusos mappas, com referencia ao citado mez de janeiro de 1814[1].

[1] Adverte-se que só no anno de 1818 é que se retirou para o arsenal do exercito o material e artilheria que havia nos differentes fortes e baterias, tanto da primeira como da segunda linha.

Mappa do districto de Vialonga, ou Passo de Bucellas, ou primeiro districto da segunda linha

Divisões	Numeros	Nomes dos reductos	Peças Calibre 9	Peças Calibre 12	Canhoneiras	Observações
Bucellas	1	Calhandriz...........	–	3	3	A bateria a barbete
	2	Ajuda Grande........	1	3	5	
	3	Ajuda Pequena.......	2	1	3	
	4	Aguiera.............	–	–	–	Para infanteria
	5	Portella Pequena......	–	6	6	
	6	Portella Grande.......	–	6	6	
	7	Vizo da Serra........	–	2	–	As baterias a barbete
	8	Caxadas.............	2	–	–	
	9	Penedos do Furadouro.	–	2	–	
	10	Oliveiras............	2	–	–	
	11	Galvões.............	–	2	–	
	12	Tojal...............	–	2	2	
	13	Arpim..............	4	–	7	
Vialonga	14	Forte do Mar........	–	4	4	
	15	Quintella da Estrada...	3	–	3	
	16	Quintella Pequena.....	–	–	2	E 1 a barbete
	17	Quintella Grande.....	4	–	4	
	18	Forte da Vinha.......	–	9	9	
	19	Forte da Casa........	3	–	1	E 2 a barbete
	20	Quintella Reintrante...	6	–	6	
	21	Forte do Cabo........	5	4	9	
	22	Forte da Lapa........	2	–	8	
			34	44	78	

A guarnição d'este districto em 22 de janeiro de 1814 compunha-se de 99 homens, sendo 77 do regimento de artilheria n.º 2, e 22 artilheiros de ordenanças. Commandante o primeiro tenente de artilheria, Manuel de Jesus Monteiro.

Mappa do districto de Bucellas, ou Passo do Freixal, ou Cabeça de Montachique, segundo districto da segunda linha

Numeros	Nomes dos reductos	Peças		Canhoneiras
		Calibre 9	Calibre 12	
1	S. Sebastião	–	3	6
2	Santo Antonio	4	–	5
3	Picoto	2	–	2
4	Freixal Alto	–	4	3
5	Segundo de Pezinheira	3	–	6
6	Primeiro de Pezinheira	2	–	7
7	Moinho	–	–	–
8	Valle	–	3	5
9	Quinta	–	2	1
10	Cabeça	–	3	7
11	Carrascal	3	–	8
12	Moinho	–	4	7
13	Segundo de Montachique	2	–	6
14	Primeiro de Montachique	2	–	5
15	Alto do Cheira	–	3	7
16	Casal da Serra	3	–	6
17	Canto do Muro	3	–	6
18	Santa Maria	–	3	14
19	Malveira	–	4	6
20	Outeiro Grande	2	–	4
21	Monte Oitinho	–	4	10
22	Pinhal do Fidalgo	4	–	6
23	Quinta do Estrangeiro	2	4	9
24	Portella do Freixal	4	–	8
25	Aslondeiras	2	–	4
26	Casal da Cantaria	–	3	9
	Total	38	40	157

A guarnição d'este districto em 25 de janeiro de 1814 era de 111 homens, sendo 83 do regimento de artilheria n.º 1, 3 de artilheria n.º 2, e 25 artilheiros ordenanças. Commandante o primeiro tenente José Pereira da Cunha.

Mappa do districto de Mafra, ou terceiro districto da segunda linha

Numeros	Nome dos reductos	Peças		Canhoneiras
		Calibre 9	Calibre 12	
1	Casal da Pedra	2	–	8
2	Milhariça	2	–	6
3	Senivel	–	4	10
4	Juncal	–	4	11
5	Serra do Chipre	2	1	4
6		–	3	9
7		–	3	10
8		3	–	8
9	Murgueira	1	3	5
10		3	–	4
11		–	3	5
12	Arieiro	–	3	5
13	Paz	–	3	5
14	Pinheiro	–	3	7
15	Cabeça do Neto	–	3	13
16	Picanceira	–	3	4
17	Penagaxe	–	3	7
18	Alagoa	–	3	5
19	Picoto	–	3	3
20	Marvão	–	3	5
21	Ribamar	–	2	3
22	Casas Velhas	2	–	4
23	Carvoeira	1	2	5
24	S. Julião	–	3	4
	Total	16	55	150

A guarnição d'este districto em 25 de janeiro de 1814 era de 117 homens, sendo 86 do regimento de artilheria n.º 1, e 31 artilheiros de ordenanças. O commandante era o capitão Jacinto Pimentel Moreira Freire.

Já dissemos que um dos fins do levantamento das linhas de Torres Vedras, e particularmente do da terceira linha, porque a primeira e segunda destinavam-se em especial á directa defeza de Lisboa, fôra assegurar o embarque do exercito inglez, no caso de que algum revez a isso o obrigasse, como parecia provavel, á vista das grandes disposições que os francezes tomavam para invadir Portugal. Todavia a escolha do ponto de similhante embarque offerecia difficuldade, por serem as costas d'este reino cobertas de rochedos, ou barreiras a prumo no espaço occupado pelas ditas linhas, e ser grande o marulho e a ressaca do mar que n'ellas costuma haver. O unico ponto que para este fim pareceu mais conveniente foi o de uma pequena enseada, situada na embocadura do rio Tejo, com apenas 180 metros de profundidade, e que em parte é abrigada das tempestades do oceano pela torre de S. Julião. Ali mesmo é o mar por tal maneira agitado n'algumas occasiões, que durante dias inteiros uma barca não se póde approximar da costa. Os intrincheiramentos, que constituiam a terceira linha, eram os mais particularmente destinados a cobrir este ponto de embarque, devendo como taes preencher os tres seguintes objectos: 1.º, fecharem uma posição que comprehendesse uma extensão de terreno tal, que todo o exercito luso-britannico a elle se podesse recolher, e n'elle ter com segurança a sua artilheria e os seus armazens, no caso de que o mau tempo demorasse o embarque; 2.º, que a obra fechada servisse como de reducto á linha principal, que ao principio se reputou ser a segunda linha, tendo uma extensão e forças taes, que podesse ser defendida por um pequeno numero de tropas, se um temporal contrariasse a operação do prompto embarque, depois de o ter já effeituado uma porção do exercito, ou mesmo na hypothese de que este soffresse na sua retirada, antes de chegar ao ponto em que se devia embarcar, perdas consideraveis, que o impedissem de occupar o recinto exterior das linhas; 3.º, finalmente encerrarem um pequeno posto na costa, que depois de fortificado, offerecesse efficazes meios de proteger a retaguarda do exercito, segurando-lhe o seu embarque. O primeiro objecto foi preenchido

por uma linha de reductos destacados, e de obras intermediarias, cuja direita estava apoiada no Tejo, junto ao forte das Maias, e a esquerda no oceano, por meio do forte da Junqueira. As obras exteriores d'esta linha dominavam a villa de Oeiras, comprehendendo dentro do seu traçado, cujo desenvolvimento era de 2:700 metros, todo o promontorio, na extremidade do qual se acha a torre de S. Julião. Satisfez-se ao segundo objecto da defeza construindo uma grande obra irregular e fechada, sobre a altura immediatamente em frente da referida torre de S. Julião, por meio da qual se preencheu tambem o terceiro objecto, pela grande altura das suas escarpas e profundidade dos seus fossos, meios estes que a punham ao abrigo de todo o ataque de viva força, quando os seus defensores n'ella quizessem adequadamente resistir. Alem d'isto tambem se prevenira o caso de auxiliar as operações, que se pretendessem fazer na margem esquerda do Tejo. Para este fim estabelecêra-se em Setubal, ponto secundario para o embarque, uma linha de obras, destinadas a cobrir a margem direita d'este porto, e a segurar igualmente a sua communicação com o oceano. Estas obras, compostas em parte de uma linha continua, e de reductos isolados, tinham a direita defendida a pequena distancia pelo castello de S. Filippe, e a esquerda apoiada em um grande declive. O desenvolvimento da frente d'esta linha tinha 1:350 metros, e como occupava os pontos do terreno mais favoraveis á construcção de baterias, que teriam incommodado os transportes, formavam estas obras, com o castello de S. Filippe, um posto muito importante, no qual uma divisão podia manter-se durante o embarque, independente do principal corpo do exercito, e depois effeituar a sua retirada, sacrificando uma pequena força de retaguarda no forte.

A cidade de Lisboa era por aquelle tempo o principal ponto do empenho da luta na peninsula. Situada como ella se acha a quatro leguas para a retaguarda de Vialonga, a cinco do desfiladeiro de Bucellas, e a sete do de Mafra, não podia todavia ser desprezada, não só pela sua grande extensão, como pelos meios que a sua posse offerecia, tanto para

a defeza, como para a sustentação do exercito. Alem d'isto as habitações d'esta cidade, solidamente construidas, não podiam ser facilmente arruinadas por um bombardeamento. Acrescia mais que os caminhos que para ella se dirigem, geralmente estreitos e enterrados, eram flanqueados pelos edificios, construidos de alvenaria, sendo os seus suburbios particularmente susceptiveis de uma defeza irregular. Julgou-se portanto necessario fortificar tambem o recinto de Lisboa, encarregando-se aos seus habitantes a tarefa da construcção de barreiras e travezes nas suas principaes saídas, tratando-se igualmente do estabelecimento de postos interiores e do armamento do castello de S. Jorge, da fortificação do monte da Penha de França e da dos outros mais pontos dominantes. Por meio d'estas disposições julgou-se Lisboa ao abrigo de qualquer golpe de mão, quando houvesse de ser occupada pelas forças, que para sua defeza nas respectivas obras se concentrassem em um momento de perigo. A torre de S. Julião da Barra está situada a oito leguas para a retaguarda da Carvoeira e a nove do desfiladeiro de Mafra. A grande estrada, que dos outros desfiladeiros conduz a este porto, atravessa Lisboa; mas alem d'esta estrada ha muitos outros caminhos transversaes por onde dos ditos desfiladeiros se póde vir para esta cidade, offerecendo ao transito boas communicações. Era portanto necessario construir obras que os defendessem, e a execução d'ellas foi igualmente confiada ao chefe dos engenheiros inglezes, o citado tenente coronel Fletcher, o qual, com todos os mais officiaes ás suas ordens, desenvolveu a maior actividade, zêlo e energia, fornecendo-lhes as auctoridades portuguezas todos os meios de que careciam para as realisar. Um certo numero de soldados de infanteria foi escolhido para ser empregado na qualidade de vigias, de conductores e de operarios; os soldados de dois regimentos de milicias faziam o serviço de gastadores, requisitando-se os paizanos dos districtos para trabalhadores, cousa para que tambem muito concorreram os moradores de Lisboa. E finalmente tomaram-se as medidas necessarias para que as formulas officiaes e a morosa chicana das requisições não interrompessem o

fornecimento dos materiaes e aprovisionamentos, attenta a critica situação das cousas por aquelle tempo.

No principio do anno de 1810 Napoleão tinha proclamado com a sua ordinaria altivez, que reuniria 110:000 homens sobre a fronteira de Portugal para repellir os inglezes da peninsula. A conclusão que naturalmente d'aqui se tirava era a de que elle poria em pratica o seu projecto com aquella promptidão, audacia e confiança que lhe eram habituaes; que procederia rapido na execução do seu principal designio, sem nada se lhe importar com as fortalezas isoladas, que lhe ficassem pela retaguarda, e que daria um golpe decisivo, antes de terminar todos os meios de resistencia. Com estas considerações construiram-se á pressa, pela urgencia que o caso pedia, as diversas obras de que as linhas eram compostas, e adoptou-se um genero de construcção, que permittisse alcançar-se quanto antes um certo grau de resistencia com o menor trabalho possivel. Os reductos foram geralmente construidos com um perfil de campanha, e com tal capacidade que admittissem de 150 a 300 homens de guarnição para a sua defeza, e artilharam-se com 3 a 6 canhões. N'este estado de cousas, ou de melindrosas circumstancias, a que depois foi segunda linha era por então olhada como a unica e principal defeza de Lisboa, estabelecendo-se debaixo das seguintes condições: 1.ª, que só haveria quatro grandes estradas, que conduzissem a esta grande cidade entre o mar e o Tejo, no logar onde este rio por sua profundidade e largura se olha, n'uma accepção militar, como invencivel barreira para a marcha de qualquer exercito; 2.ª, que tres das referidas estradas em pontos quasi em linha recta passassem por desfiladeiros, ou por entre alturas que offerecessem grandes meios de defeza, como os desfiladeiros de Mafra, de Montachique e de Bucellas; 3.ª, que a quarta estrada marginal ao Tejo, onde o terreno apresenta menos recursos para a defeza, offerecesse alguma altura, que com vantagem podesse fortificar-se, e a este fim se julgou que satisfazia a Povoa de Santa Iria, auxiliada pela posição da Alhandra, que lhe está pela frente; 4.ª, finalmente que o paiz, situado entre estas estra-

das, fosse tão montuoso e accidentado, que o exercito invasor o não podesse atravessar em ponto algum com artilheria, sem experimentar demoras e extremas difficuldades, que lhe retardassem a rapidez das suas operações. Escolhidos os pontos para o levantamento dos reductos, resolveu-se que as passagens entre as montanhas se fechassem com obras de alguma importancia, e se construisse, sobre as que se estendessem de uma passagem á outra, uma linha de intrincheiramentos, apresentando assim uma barreira continua, a fim de que o exercito invasor, ao penetrar n'esta lingua de terra, que fica entre o mar e o Tejo, se visse na necessidade de forçar esta mesma linha por meio de um ataque de frente, antes de poder marchar para Lisboa. Felizmente a natureza favoreceu muito a execução do projecto que se tinha em vista, reunindo-se com isto a boa vontade, que em todos havia para se levar a effeito.

Começando pois pela esquerda, na aldeia de Ribamar, junto do oceano, um pouco para alem da Ericeira, vizinha como é Ribamar á ribeira de S. Lourenço, e subindo o curso d'esta mesma ribeira até á Cacheca, proximo do desfiladeiro de Mafra, o terreno em uma extensão de duas leguas e meia apresenta ali um profundo barranco, escarpado, e impraticavel em muitos logares, e onde difficilmente se encontra o espaço necessario para a marcha de um batalhão em columna. Este flanco não offerecia portanto ao inimigo vantagem alguma, que o convidasse a escolhe-lo para sua principal linha de operações. Ao principio julgou-se que, destruindo os caminhos estreitos que existiam n'este logar, e assestando a artilheria em obras fechadas, ou reductos, sobre pontos salientes nas differentes alturas, para flanquearem e baterem as partes mais accessiveis, um pequeno corpo de observação seria sufficiente para segurar a conservação d'esta porção da linha, até ao momento em que fosse possivel enviar-lhe reforços. Na fortificação do desfiladeiro de Mafra empregou-se um particular cuidado. Este ponto exigiu consideraveis trabalhos, porquanto, aindaque a subida principal, encarada como uma passagem isolada, não seja muito facil de vencer, ha sobre a

direita um espaço de terreno muito extenso, cercado de muros, constituindo a tapada real, cujo accesso não é muito difficil, encontrando-se mais duas estradas parallelas, que costeando, uma ao norte, outra ao sul, o recinto da referida tapada, offereciam grande facilidade ao inimigo para manobrar e forçar a passagem por um ataque de flanco. Tendo-se pois segurado a defeza da subida principal, por meio de reductos e baterias, dispostas estas de modo que enfiassem a estrada e concentrassem o seu fogo sobre esta mesma estrada, onde em caso de necessidade deviam praticar-se largas e profundas cortaduras, e formar outros obstaculos, tratou-se de fortificar os flancos do desfiladeiro. Em roda dos muros da tapada, ou parque real de Mafra, construiu-se uma banqueta pela parte interna, estabelecendo-se tambem bons flanqueamentos, por meio de seteiras e canhoneiras em toda a extensão da sua frente. Construiu-se igualmente uma serie de reductos sobre os pontos culminantes do interior do recinto, para varrer os barrancos e prohibir a passagem sobre a estrada que fica pela retaguarda. Os diversos pontos do terreno, que descobrem as avenidas da tapada, foram igualmente occupados com reductos, guarnecidos com sufficiente numero de canhões. As montanhas acima do Gradil, denominadas serra de Chypre, situadas já á entrada de Torres Vedras, e que perturbavam a marcha de uma columna, que avançasse pelo principal desfiladeiro de Mafra e ramaes collateraes, sobre a estrada da Murgueira, tambem foram occupadas por meio de fortes reductos. Um pouco para a retaguarda e esquerda do referido logar da Murgueira estabeleceram-se obras de fortificação, com o fim de defender o desfiladeiro menos consideravel da Cacheca, e de formar um dos anneis da cadeia de communicação entre a villa de Mafra e a extremidade esquerda da linha. Alem d'isto, com as vistas de impedir que estes pontos importantes fossem torneados com artilheria sobre a sua esquerda, e para que a segurança do corpo consideravel, destinado para a defeza do desfiladeiro principal de Mafra, não dependesse do successo da defeza da vasta linha, formada entre a Murgueira e Ribamar, estabeleceu-se um posto mais á retaguarda, na

povoação da Carvoeira, sobre a esquerda do valle de Chelleiros, para dominar a unica estrada maritima da Ericeira a Cintra, S. Julião e Lisboa, na sua descida sobre o declive opposto do valle. As partes d'esta estrada, que se achavam menos expostas ao fogo dos reductos, deviam ser destruidas pela mina. A obra situada na forte posição, sobre a direita da descida, concorria para estes differentes objectos. Finalmente formou-se da villa de Mafra um posto defensivo do lado da Ericeira, cobrindo-se para este intento por um systema de obras, que fechassem os *aproxes* lateraes, praticaveis á artilheria.

Concluidas assim as obras do districto de Mafra, as que depois attrahiram mais particularmente a attenção dos engenheiros foram as da passagem, ou do desfiladeiro da Cabeça de Montachique. As alturas, que formavam os flancos immediatos, sendo naturalmente fortes e favoraveis á defeza, exigiram pouco trabalho, e a principal consideração era fechar a estrada. Com este designio construiram-se sobre pontos salientes os competentes reductos, a maior parte dos quaes estava adiante da principal cadeia de montanhas, á direita e á esquerda da grande estrada, que de Torres Vedras e Sobral vem para a Zibreira. As peças, que n'estes reductos se assestaram, enfiavam uma extensão consideravel do caminho que o inimigo poderia conservar, e lhe difficultavam muito a marcha que por elle intentasse fazer. O systema d'estes reductos foi submettido á fórma que o terreno ali tem, occupando os seus pontos mais salientes. Ligando-se estes perfeitamente entre si, formaram elles uma cadeia de postos collectivamente mais fortes do que os pontos mais difficeis do desfiladeiro. Não se desconheceu que este systema tem seus inconvenientes, não devendo ser seguido em fortificação senão com grande circumspecção, por ser contrario aos bons principios da defeza estender uma cadeia de pequenos postos adiante de uma posição principal, cousa que transforma a defeza n'uma serie de acções parciaes, e se póde reputar inadmissivel na defeza de um desfiladeiro, todas as vezes que o terreno permitte ao inimigo operar fóra da grande estrada. Desde o desfiladeiro

de Mafra até ao da Cabeça de Montachique as posições do paiz são menos vantajosas para a defeza do que em qualquer outra porção da linha; porém as montanhas, aindaque interrompidas e cortadas, são elevadas e escarpadas, avançando muito para a planicie. Estas montanhas cobrem uma estrada parallela á posição, ligando os dois desfiladeiros entre si: n'ellas se construiram reductos isolados, que descobriam o terreno de difficil accesso, situado na sua frente, e por meio d'estes reductos se dominava a predita estrada lateral, segurando aos defensores esta communicação. Fortificadas assim as referidas montanhas, funccionavam ellas como postos exteriores, e eram guardas avançadas de uma cadeia de alturas mais formidavel, situada á retaguarda da estrada. Estas, estando assim cobertas, offereciam pela sua parte um vantajoso campo de batalha, no caso em que o inimigo julgasse poder arriscar-se ao ataque de uma linha reinterante, que só o conduziria, para facilitar os seus movimentos ulteriores, á posse de uma estrada muito difficil para o transito da artilheria, e da qual não teria podido aproveitar-se, senão depois de haver forçado as obras construidas perto do Gradil, na serra de Chypre, ou as defezas avançadas do desfiladeiro de Montachique.

Desde este ponto até ao desfiladeiro de Bucellas a natureza das montanhas não necessita de construcção de obras de fortificação, a não ser o fechar-se uma estrada para a cavallaria ou para viaturas, estrada que passa pelo cume da altura de Freixal, o que se effeituou por meio de intrincheiramentos. O desfiladeiro de Bucellas offerece grandes e formidaveis meios de defeza, passando ali a respectiva estrada por entre duas montanhas altas e escarpadas, que não deixam mais que um intervallo de alguns centenares de metros. A defeza d'este desfiladeiro reputou-se portanto segura, emquanto as tropas occupassem os flancos das montanhas, nada mais restando ali para fazer do que estabelecer baterias, cuja artilheria enfiasse a passagem, minar uma ponte que ali ha á sua entrada, para a destruir, sendo necessario, e formar outros obstaculos sobre a estrada, para embaraçar as columnas inimigas, que

procurassem avançar debaixo do seu fogo. No espaço que decorre desde o desfiladeiro de Bucellas até á Povoa de Santa Iria, junto do Tejo, acha-se a chamada serra de Monte Servo, que é uma cadeia de montanhas elevadas com declives asperos, offerecendo apenas um barranco accessivel; occupa ella uma frente de tres quartos de legua de desenvolvimento até á estrada de Villa de Rei, que a atravessa. O seu flanco direito domina e abaixa-se gradualmente sobre uma planicie que margina o Tejo. Este espaço tem quasi uma legua, desde o flanco direito da montanha até ao rio, e apresenta grandes recursos ao official engenheiro, para applicar ao terreno a arte de fortificação. Tiraram-se vantagens de todos os pontos, cuja occupação podia ministrar alguma força á posição. Multiplicaram-se as obras no centro, construindo-se tambem algumas adiante de Vialonga, e por conseguinte sobre os ultimos ramaes da serra de Monte Servo. Acima da Portella estabeleceram-se tres reductos, que formavam o flanco esquerdo da posição da Povoa de Santa Iria, apoiando-se o direito no Tejo, por meio de um grande reducto. Tomaram-se disposições para, quando conviesse, se augmentarem as defezas d'esta parte da linha, por meio de largas e profundas cortaduras, praticadas nas marinhas que havia na frente, e de tal modo traçadas, que fossem enfiadas pelo fogo das barcas canhoneiras. Comtudo, apesar de todos os cuidados, que foram empregados para aperfeiçoar esta parte dos intrincheiramentos, foi sempre reputada como a mais fraca, consistindo a sua força unicamente no soccorro, que podia tirar de uma serie separada de collinas, que formavam por assim dizer uma posição isolada, junto da Alhandra, á distancia pouco mais ou menos de legua e meia sobre a sua frente. Resolveu-se que a posse d'estas montanhas fosse disputada por um corpo de tropas avançado, estabelecendo-se obras para enfiar a estrada principal, flanquear o terreno inferior, e obter um equilibrio de força em toda a linha. Igualmente se estabeleceram reductos em logares convenientes, para impedir que o inimigo torneasse a posição com artilheria.

As posições que se acabam de descrever achavam-se entre

si ligadas e fortificadas por meio de 72 reductos com 394 canhoneiras, em que se assestaram 227 peças de artilheria de calibre nove e doze, como já se viu nos precedentes mappas, precisando de 17:500 homens para as suas respectivas guarnições. Ao principio constituiram ellas a principal linha de defeza, como já se disse, através d'esta especie de peninsula, que fica entre o oceano e o Tejo, preenchendo todas as condições, que se podiam desejar n'uma linha destinada a cobrir Lisboa. Para apoio da retirada, que o exercito luso-britannico se suppunha ter de fazer para a citada linha de defeza, a qual se denominou depois segunda linha, haviam-se igualmente construido importantes obras nas alturas de Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço, olhando-se estas fortificações, que depois vieram a constituir a primeira linha, como outros tantos postos avançados, que na frente da segunda se achavam a duas e tres leguas de distancia d'ella, destinadas a bater os *aproxes* principaes, e a segurar ás tropas o tempo necessario para effeituarem a sua dita retirada e tomarem posição nas suas defezas, antes que o inimigo as podesse atacar em força. Estas obras avançadas olharam-se ao principio como pontos inteiramente isolados, com uma unica excepção: como sobre a direita de Torres Vedras e estrada de Runa o paiz é por ali mais aberto, e offerecia ao inimigo um accesso um tanto facil, que podia bem convida-lo a tornear este desfiladeiro e as obras construidas para a sua defeza, a passagem do pequeno rio Sizandro foi em tal caso defendida, ou antes vigiada por tres reductos, construidos na sua margem esquerda, em S. Pedro da Cadeira e á retaguarda da ponte de Rei. Com igual designio, a respeito de Monte Agraço, se construiram tambem dois reductos no desfiladeiro da Arruda. Duas posições fortes e isoladas, que dominam as estradas principaes nos pontos intermediarios da Ajuda e Enchara dos Cavalleiros, foram igualmente intrincheiradas com differentes obras, as quaes se consideravam como obstaculos addicionaes, destinados a suspender a marcha rapida, que os francezes podessem trazer contra a linha principal. Já vimos que a serie de collinas, terminando em Alhandra, sobre a margem direita do

Tejo, se tinha tambem ali fortificado, constituindo uma posição isolada, em que verdadeiramente se apoiava a da Povoa de Santa Iria, que constituia a extrema direita da projectada primeira linha defensiva. Por conseguinte tres pontos avançados se haviam assim ao principio isoladamente fortificado na frente d'esta linha, taes como o de Torres Vedras, Monte Agraço e Alhandra. Com o fim de segurar uma prompta communicação entre estas diversas obras destacadas, e em geral em toda a frente da dita linha defensiva, estabeleceram-se postos de signaes nos pontos que apresentavam mais segurança, e d'onde se descobrisse uma grande extensão do paiz. Eis-aqui pois os primordios das fortificações avançadas, que, ligadas depois entre si, tiveram, como já notámos, o nome de primeira linha.

As obras principaes que se construiram em Torres Vedras, Monte Agraço e Oeiras, tendo estas por fim a defeza do ponto do embarque, junto á torre de S. Julião, sendo consideradas como fortificações independentes, ou pequenas fortalezas, tiveram mais desenvolvimento e resistencia do que as obras de fortificação das outras posições, cousa que mais particularmente sobresaíu nas de Torres Vedras, por fecharem a estrada mais directa, que conduzia ao dito ponto do embarque, achando-se alem d'isto expostas ás primeiras tentativas do inimigo. Em rasão d'isto empregou-se um particular cuidado na sua construcção, como já dissemos, e tão esmerada foi esta, que o nome de Torres Vedras, ou *linhas de Torres Vedras,* se applicou depois a todas estas obras. O certo é que o traçado das obras de Torres Vedras não só tinha bons flanqueamentos, mas até um desenvolvimento tal, que só por si exigiam uma guarnição de 2:200 homens e 40 canhões, alem das tropas necessarias para guarnecer as linhas de communicação entre o convento de S. João e o castello da villa, que eram dois pontos militares artilhados com 7 peças. A principal obra de Monte Agraço, demandando uma guarnição de 1:000 homens, estava só por si guarnecida com 25 peças de artilheria. Todavia esta obra era mal flanqueada, tendo o seu perfil quasi as mesmas dimensões que os pequenos reductos.

Diante d'esta obra, em diversos pontos da chapada de Monte Agraço, estabeleceram-se diversos reductos, dependentes da obra principal, que continham 19 peças de artilheria, e exigiam uma guarnição de 1:000 homens para sua defeza, reductos que se consideravam como um só posto, tendo por objecto flanquearem e descobrirem as subidas da montanha. A obra fechada, que estava sobre a altura entre Oeiras e S. Julião, achava-se bem flanqueada, e com uma capacidade tal, que só por si exigia uma guarnição de 1:340 homens.

As tres obras principaes de que acabâmos de tratar eram aprovisionadas com 160 tiros por peça, incluindo os de metralha, alem de 200 granadas de mão, que tambem n'ellas havia. Os outros reductos tinham apenas um aprovisionamento de 60 tiros por bôca de fogo, entrando 8 de metralha, alem de 12 a 16 granadas de mão. A artilheria assestada nas differentes obras constava de canhões portuguezes de calibre seis, nove e doze, e de 3 obuzes de campanha de cinco pollegadas e meia nos fortes mais importantes. Todas estas peças eram de ferro, e montadas em reparos de antiga construcção, que tendo rodas pequenas, não permittiam a conducção das suas respectivas peças sobre terreno desigual, de sorte que apoderando-se o inimigo de um reducto, não podia servir-se immediatamente da artilheria que n'elle encontrasse. Nas obras em que a artilheria devia bater pontos determinados abriram-se canhoneiras para esse fim. Foi a 3 de novembro de 1809 que se começou a construcção das obras de S. Julião, Torres Vedras e Monte Agraço, ao principio como pontos de apoio isolados, tendo por objecto procurar ao exercito luso-britannico algum meio de defeza, quando porventura o inimigo avançasse tão repentinamente, como dava a entender; mas tendo-se demorado na sua marcha, foi esta demora causa de se ligarem depois entre si as fortificações da frente por meio de intrincheiramentos, destinados á defeza dos desfiladeiros, de modo que na primavera de 1810 ainda se trabalhava em todas estas obras: tal foi o modo por que se construiu a chamada primeira linha de defeza. Foi tambem com o mesmo designio das obras acima mencionadas que primi-

tivamente começaram as da vizinhança de S. Julião, limitando-se ao principio unicamente á occupação das alturas, situadas entre esta fortaleza e a villa de Oeiras. Foi durante a mesma primavera de 1810, e o principio do verão que se lhe seguiu, que a linha dos reductos avançados se achava construida e acabada, occupando-se militarmente no outono os seus postos exteriores.

Em julho do citado anno de 1810 marchou o tenente coronel Fletcher de Torres Vedras para as margens do Côa, ficando desde então commettida a direcção e execução dos trabalhos de fortificação das linhas ao capitão de engenheiros, John T. Jones[1]. Com a chegada do tenente coronel Fletcher ao quartel general de lord Wellington o projecto do traçado das linhas foi novamente examinado, soffrendo ainda algumas modificações. A 17 do dito mez de julho veiu ordem de fortificar quanto possivel fosse o flanco direito da posição avançada, sobre que se tinham estabelecido os postos de Torres Vedras e de Monte Agraço, e de construir igualmente algumas obras addicionaes, para augmentar a força e a segurança do seu flanco esquerdo. Tambem se determinou que algumas defezas exteriores se juntassem á posição, que cobria o ponto do embarque sobre a margem direita do Tejo. Em conformidade d'esta ordem emprehenderam-se novos trabalhos sobre as linhas, reunindo-se nos pontos, que se pretendiam fortificar, tantos trabalhadores quantos utilmente se podiam empregar. Na extrema direita reduziu-se então a bom intrincheiramento para a mosquetaria a trincheira estabelecida no paul, entre o Tejo e as alturas da Alhandra, bem como a que se estendia desde o mesmo paul até ao cume das mencionadas alturas. A esquerda da primeira trincheira estava em posição adequada pela retaguarda para poder flanquear geralmente, e a bom alcance, o terreno em frente por

[1] Este official foi o que depois publicou a sua excellente *Memoria sobre as linhas de Torres Vedras*, da qual havemos tirado as descripções acima, feitas por extracto, podendo-a consultar quem quizer ver obra mais completa sobre este ponto, a qual todo o official engenheiro deve seguramente possuir, segundo nos parece.

baterias retiradas, construidas nos flancos das alturas. Estas baterias, de uma força respeitavel, e completamente occultas ás directas vistas da campanha, não podiam ser batidas, nem mesmo vistas pelo inimigo, senão no momento em que elle chegasse quasi ás esplanadas das defezas inferiores, o que tornava sem esperança de successo toda a empreza para forçar esta parte da linha.

A partir da montanha da Alhandra uma extensão de duas milhas tinha sido fortemente intrincheirada como posição de campanha, praticando-se no declive da montanha, e proximo do seu cume, uma escarpa quasi a prumo de 15 a 18 pés de altura. Esta escarpa era flanqueada a bom alcance por fogos a coberto de mosquetaria, e geralmente por artilheria, assestada em obras fechadas, construidas nos pontos mais avançados das alturas. Todas estas obras flanqueantes eram vistas e dominadas no seu interior pelos reductos mais importantes e espaçosos, que occupavam os pontos mais culminantes da montanha. Varias outras obras de aperfeiçoamento se fizeram mais na posição da Alhandra com o fim de fechar o valle, que fica entre as suas alturas e Calhandriz, ligando por meio de um grande abatiz a sua defeza com as mais da linha. A imminencia de uma nova invasão dos francezes fez com que as auctoridades portuguezas se prestassem com a maior assiduidade a satisfazer as urgentes requisições dos officiaes engenheiros para activarem os seus trabalhos. Um sentimento de emulação patriotica excitou em todas estas auctoridades o seu zêlo no pontual cumprimento dos seus deveres, contribuindo com os seus esforços e meios, que d'ellas dependiam, para o acabamento das linhas, que então eram reputadas como o ultimo baluarte da independencia nacional, e até mesmo da de toda a Europa. As requisições para trabalhadores estenderam-se a uma distancia para mais de dezeseis leguas e meia em circumferencia. Não foi permittido a pessoa alguma, por qualquer pretexto que fosse, subtrahir-se individualmente ao serviço; as mesmas mulheres e os rapazes foram empregados n'estes trabalhos, e não obstante haver posteriormente chegado a epocha da ceifa e das colheitas, os trabalhadores das

linhas marcharam sempre para onde necessario foi. Aproveitou-se um concurso tão consideravel de meios durante os mezes de agosto e setembro de 1810 para construir novas obras, e aperfeiçoar diversas partes da segunda linha, que tinham ficado imperfeitas, que tudo se fez do que era preciso fazer-se em frente da fortaleza de S. Julião, que cobria o ponto do embarque, bem como no districto de Mafra, no desfiladeiro da Murgueira, e no barranco á esquerda d'este desfiladeiro, e finalmente na posição de Vialonga, e na planicie que margina o Tejo. Com estes trabalhos das fortificações de Lisboa e linhas de Torres Vedras reuniram-se tambem as fortificações de Abrantes, com as quaes se despendeu a somma de 50:000$000 réis, alem do vexame que com ellas se causára aos povos d'aquella localidade, apenados como tambem foram para ellas, seguindo-se portanto o mesmo systema que se havia adoptado para as citadas linhas de Torres Vedras.

No capitulo IV da *Memoria* do citado capitão de engenheiros, John Jones, por nós extractada, como se acaba de ver, ha certas particularidades de geral interesse sobre a construcção das citadas linhas, particularidades que não podemos deixar de aqui transcrever igualmente, postas de parte algumas das especialidades, que são da rigorosa competencia do engenheiro, taes como traçado das obras, sua defeza interna, perfis, platafórmas, escarpas, etc. Reproduzindo pois textualmente o que o referido capitão nos diz, com relação ás citadas particularidades, mencionaremos:

1.º «*Trabalhadores*. Empregavam-se na construcção das linhas, diz elle, os habitantes do paiz e dois regimentos de milicias. Obtinham-se os primeiros por meio de requisições, sendo os operarios da semana finda substituidos por outros na seguinte semana, tendo os milicianos o caracter de permanentes n'este serviço[1]. Aos paizanos que eram simples

[1] As requisições satisfaziam-se por detalhe pelas capitanias móres do termo de Lisboa, Cintra, Gradil, Alemquer, Aldeia Gallega da Merceana e Torres Vedras, sendo esta villa a que quasi sempre deu o maior numero de operarios, depois que o exercito entrou nas linhas.

trabalhadores dava-se-lhes o jornal de 120 réis, e o de 240 réis aos que eram officiaes de canteiro, pedreiro, carpinteiro, etc.; os milicianos tinham pela sua parte um terço d'estas sommas. Mais tarde o acrescimo e a duração dos trabalhos, tendo-se estes tornado quasi permanentes, o jornal elevou-se então a 200 réis para os trabalhadores e a 320 para os officiaes e vigias: os milicianos continuaram a ser pagos segundo a antiga taxa. No mez de agosto de 1810 mais de 2:500 homens, reunidos n'um só corpo, se achavam empregados nas fortificações da Alhandra. Não sendo os recursos d'esta villa bastantes para supprir as necessidades alimenticias de um tão grande numero de individuos, os officiaes de engenheria tiveram de formular requisições para os districtos vizinhos, a fim de alcançarem o pão necessario para diariamente distribuirem aos trabalhadores, dando a cada um uma libra, cujo valor se lhes abatia no seu jornal no fim de cada semana. No inverno de 1810 para 1811 os recursos do paiz achavam-se inteiramente exhaustos, de que resultou converter-se este systema na distribuição regular de uma libra de biscouto por homem, sendo-lhe fornecido pelo commissariado inglez, que d'ella se embolsava, deduzindo-se 60 réis por dia no jornal dos individuos paizanos.»

2.º «*Direcção dos trabalhos.* Nunca houve mais que 17 officiaes engenheiros, empregados ao mesmo tempo na construcção das linhas, sendo 11 inglezes, 2 hanoverianos e 4 portuguezes[1]. O numero dos soldados da sua arma de que podiam dispor nunca excedeu a 18 homens; mas eram ajudados por 150 soldados de linha, a maior parte artifices, escolhidos nos regimentos que estavam em Lisboa. Estes ultimos achavam-se debaixo do commando de um capitão residente em Mafra, e

[1] Um respeitavel official superior portuguez da arma de engenheria nos affirmou que o numero dos nossos engenheiros, empregados nos trabalhos das linhas de Torres Vedras, foi muito maior do que o acima designado; mas este é o que o capitão John Jones aponta muito expressamente a pag. 118 da sua *Memoria*, não nos atrevendo a contraria-lo por falta dos precisos documentos, attento o seu caracter de director em chefe das obras, na ausencia do tenente coronel Fletcher, como já vimos.

de um official subalterno aquartelado na Alhandra. Tinham-se dividido em esquadras de 2 e 3 homens cada uma, sendo repartidas por toda a extensão do paiz a intrincheirar. N'alguns dos districtos um official subalterno dos engenheiros, assistido sómente de um pequeno numero de soldados inglezes, ignorantes da lingua do paiz, dirigia e syndicava os trabalhos de 1:000 ou de 1:500 paizanos, obrigados a trabalharem, vindo uma grande parte d'elles de um paiz distante quarenta milhas, deixando as suas habitações, emquanto que as suas proprias terras ficavam sem cultura, e nenhum grupo de trabalhadores portuguezes tinha por fiscal pessoa mais elevada que um *cabo*, o qual pelo seu grau se podia assimilhar a um sargento. Todavia durante todo o anno por que durou este trabalho forçado não se viu um só acto de insubordinação, nem rixa, tendo de se fazer aos portuguezes a justiça de reconhecer que mais se deve attribuir aos seus habitos regulares e ao seu constante zêlo, do que á efficacia da vigilancia que sobre elles se exercia, o immenso trabalho que se executou.»

3.º «*Artilheria.* Os aprovisionamentos da artilheria, as suas munições e mais pertenças, eram preparadas no arsenal de Lisboa pelos portuguezes, segundo as instrucções que de tempo a tempo se lhes transmittiam pelo commandante dos engenheiros. As peças eram servidas por destacamentos de artilheiros portuguezes, enviados da capital, á medida que as obras se davam por promptas para se armarem. Era cousa da maior satisfação ver com que perseverança e paciencia os habitantes se empregavam em similhantes circumstancias no transporte da artilheria, não tendo para isto outros meios mais que os carros do paiz, puxados a bois, conseguindo levar peças de 12 a posições onde nunca d'antes se tinham visto vestigios de caminho, e sobre os flancos escarpados das montanhas, onde os cavallos seriam de um soccorro inutil. Aindaque em ultimo logar o armamento das linhas se tivesse elevado quasi ao dobro da quantidade de peças de artilheria, que primitivamente se tinham julgado necessarias, o zêlo e a perseverança do general portuguez, José Antonio da Rosa,

aplanavam todas as difficuldades. A actividade d'este general e os recursos que desenvolvia pareciam tornar inexgotaveis os meios de aprovisionamento e de transporte de qualquer natureza. O que seguramente lhe faz muita honra é o ver-se que todos os objectos por elle enviados, aindaque toscamente affeiçoados e pouco commodos, foram sempre de uma excellente qualidade e serviram perfeitamente bem. Os officiaes portuguezes e os artilheiros empregados n'este serviço mostraram sempre muito zêlo e actividade, tomando todo o cuidado nos seus aprovisionamentos e munições. O numero dos que se reuniram nas linhas elevou-se a 3:203 homens, tanto de primeira linha, como de milicias.»

4.º «*Calculo da força das guarnições.* Ao principio adoptou-se como regra geral, no calculo das guarnições das obras e do numero das tropas necessarias para defender os intrincheiramentos, a base de dois homens por jarda corrente de parapeito; mas no fim de algum tempo esta avaliação pareceu muito extensa, de que resultou contarem-se dois homens por jarda para a primeira linha defensiva, e um homem por jarda para a segunda linha, não incluindo o espaço occupado pela artilheria. O commandante dos engenheiros augmentava ou diminuia estas avaliações em todos os casos em que o julgava conveniente, segundo as localidades. Admittindo que sejam necessarios a cada homem tres pés, para que possa livremente fazer uso da sua espingarda, é facil calcular, qualquer que seja a figura da obra, o numero de homens necessarios para bem lhe defender o parapeito: depois é-lhe necessario uma reserva para substituir os mortos e os feridos, bem como para carregar nas primeiras obras os primeiros assaltantes, que conseguirem penetrar no seu interior. Julgou-se este principio preferivel á regra mais scientifica, em que a força da guarnição é calculada na rasão de um homem para um certo numero de pés quadrados do espaço interior da obra, regra que, postoque boa para determinar a guarnição de qualquer obra grande, proporcionando o seu espaço interior ao comprimento do parapeito, parece todavia não ser isto mais que o resultado da theoria, que exige que cada ho-

mem da guarnição tenha um espaço para os seus movimentos, emquanto que na pratica não parece ser isto essencialmente necessario, porque até ao momento de se ser ameaçado de um ataque, muitos homens da guarnição de cada obra serão postos de sentinella sobre a encosta da altura, e a outros ser-lhes-ha permittido ficarem desoccupados nas suas reservas. A comida poderá tambem ser preparada fóra da obra, e portanto é sómente de noite ou durante a acção, destinada a tomar decididamente a posição, que as guarnições se acham na totalidade nas respectivas obras, e ainda n'este caso um terço pelo menos deve estar constantemente em armas, ou de pé, ou assentado na respectiva banqueta. Alem d'isto em cada figura, desde o triangulo até ao circulo, a sua defeza repousa sómente no seu perimetro verdadeiro.»

5.º «*Estradas e communicações*. As estradas militares foram geralmente traçadas no reverso da cadeia das differentes alturas, seguindo a linha mais curta, sendo subtrahidas á vista das montanhas, que se achavam na frente da linha. Durante o anno de 1811 aperfeiçoaram-se por maneira tal, que se teve uma communicação facil em toda a frente da mesma linha, desde a costa do mar até ao Tejo, alem das communicações directas com a segunda linha. Muitas milhas de estrada lateral foram inteiramente novas, bem como a maior parte das communicações directas da estrada lateral para as obras; mas as communicações intermediarias entre as obras avançadas e a segunda linha não eram senão as estradas carreteiras do paiz, que se tinham alargado e tornado praticaveis para os transportes militares. Necessario foi calçar a maior parte das communicações através dos valles para se poderem utilisar; mas em geral as montanhas sobre que passava a principal communicação eram compostas de rochedos ou pedras, por meio das quaes se tinham estabelecido bons caminhos.»

6.º «*Telegraphos*. Os telegraphos eram compostos de um mastro e de uma verga, da qual os respectivos balões se achavam suspensos. O vocabulario de que n'elles se usava era o da marinha, ao qual se tinham acrescentado muitas phrases e expressões breves, particulares ao serviço de terra.

Estes telegraphos communicavam entre si com uma grande celeridade, na distancia de sete ou oito milhas; mas como uma cadeia de montanhas lhes interceptava a vista, necessario foi estabelecer cinco estações principaes para a communicação de toda a frente da linha. Estas estações achavam-se na Alhandra, Sobral de Monte Agraço, Nossa Senhora do Soccorro, Torres Vedras e reducto n.º 30, por trás da ponte do Rol. Os telegraphos eram servidos por destacamentos de marinheiros inglezes ás ordens de um tenente da marinha real.»

7.º «*Total dos intrincheiramentos e guarnições.* Os intrincheiramentos executados na epocha em que o exercito luso-britannico occupou as linhas, comprehendendo n'ellas o perimetro de cento e vinte e seis obras fechadas, precisavam, partindo das bases já postas no n.º 4, de 29:751 homens para a sua regular defeza, achando-se armados com 247 peças de artilheria, independentemente das obras de S. Julião, destinadas a cobrir o ponto do embarque, as quaes eram calculadas para 5:350 homens, contendo 94 peças de artilheria. Entretanto é evidente, segundo a descripção das linhas, que pouco mais de um terço sómente exigia ser cuidadosamente guardado pela mesma epocha. Em 1812, no momento em que as ditas linhas se olhavam tão perfeitamente acabadas quanto o podiam ser, consistiam ellas em cento e cincoenta e duas obras distinctas, armadas com 534 peças de artilheria, exigindo, segundo os já citados calculos, 34:125 homens para as suas guarnições. A posição do ponto do embarque não experimentou variação alguma.»

8.º «*Despeza feita com a construcção das linhas.* As sommas que com tal construcção se desembolsaram até julho de 1810 elevaram-se pouco mais ou menos a 60:000 libras esterlinas. No momento em que o exercito as occupou as despezas tinham já subido a 100:000 libras. Esta somma duplicou antes do fim da guerra, pelo augmento das obras na posição de Almada, pelos trabalhos da reparação e da conservação das diversas defezas e communicações, e pelas indemnisações concedidas a alguns particulares, cujas proprie-

dades tinham sido arruinadas pelas tropas, ou que se lhes tinham tomado para seu uso durante a occupação das linhas[1].»

9.º «*Conducta dos portuguezes*. Os officiaes inglezes da engenheria, espalhados isoladamente sobre um espaço de 150 milhas quadradas, e alojados nas casas as mais commodas para os seus trabalhos, foram geralmente tratados pelos habitantes do paiz com tanta polidez, como benevolencia. As classes superiores mostraram um igual empenho em os admittir á intimidade das suas familias, o que deu logar a ligações de amisade tão sinceras, quanto desinteressadas entre os individuos das duas nações. É com effeito um tributo de justiça que se paga aos individuos portuguezes de fortuna mediana, e até mesmo aos camponezes da Extremadura, dizer que durante muitos mezes de constantes relações pessoaes, quer publicas, quer privadas, estes ultimos se mostraram sempre respeitosos, doceis e obedientes, ao passo que os primeiros em todas as transacções publicas manifestaram muita intelligencia, bom senso e probidade, parecendo nas suas relações domesticas bons, generosos e indulgentes, quer como paes, quer como senhores. Tinha-se recommendado o mais profundo segredo sobre a extensão e o genero dos tra-

[1] Se algumas indemnisações se deram foram seguramente pouquissimas, porque quasi todos os terrenos por onde as linhas e as estradas passavam, bem como aquelles em que os reductos e fortes se construiram, tomaram-se arbitrariamente, sem attenção alguma para quem era o dono d'elles. Com isto deu-se igualmente a circumstancia de tambem arbitrariamente se lançar mão de todos os materiaes de que se precisava, os quaes nunca até hoje se pagaram, taes como grande porção de lenhas para as faxinas, corpulentas arvores para os abatizes, grande quantidade de madeiras de pinho para estacas, vigas, pranchas, etc. Tambem se não indemnisaram as casas demolidas e inutilisadas, o que igualmente succedeu a muitos moinhos, a cujos donos apenas se pagou por algum tempo uma escassa pensão, para de algum modo os resarcirem dos interesses diarios que perdiam, e tudo isto sem fallar nos muitos pinhaes cortados na frente das linhas, para as desaffrontar. Quando tudo se pagasse, as despezas de que acima se trata não podiam ser inferiores a 1.000:000$000 ou 1.200:000$000 réis.

balhos em execução nas linhas, e é muito honroso para todos os que n'elles tomaram parte observar que apenas uma phrase vaga appareceu sem premeditação nos papeis publicos; e apesar da immensidade das obras feitas, os francezes ignoraram a natureza da barreira que contra elles se levantava até ao momento em que acharam o exercito alliado arranjado em batalha para se lhes oppor aos seus intentos.»

Depois do que temos dito, extrahido de pag. 116 a 158 da *Memoria* do capitão John Jones sobre as linhas de Torres Vedras (traducção franceza), concluiremos esta materia com a apresentação dos mappas com que elle igualmente a termina, contendo-se n'elles o numero das obras que as ditas linhas comprehendiam, bem como as guarnições que demandavam para sua defeza, e a artilheria com que foram armadas, a fim de que pela numeração que nos citados mappas se vê se possa ir achar no mappa topographico das mesmas linhas a obra que lhe corresponde, mappa que em grande se achará no fim d'este volume.

Districto n.° 1

Desde Alhandra sobre o Tejo, até ao n.° 11, por cima da estrada da Arruda inclusivamente

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria: De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
1	1:000	4	3	6	–	Intrincheiramentos sobre o terreno abaixo da Alhandra, apoiando-se no Tejo.
2	800	2	–	–	–	Intrincheiramentos sobre a esquerda d'esta posição.
3	200	2	–	–	–	Reducto na extremidade esquerda d'este intrincheiramento.
4	–	–	2	–	–	Flanco direito da face escarpada d'esta posição.
114	100	–	2	1	–	Reducto, flanqueando as escarpas da Alhandra.
115	100	–	2	–	–	Idem.
116	100	–	5	–	–	Idem.
117	150	–	–	–	–	Flecha, desempenhando o mesmo objecto.
118	400	8	–	–	–	Reducto sobre o ponto culminante da posição de Alhandra.
119	350	6	–	–	–	Reducto, formando a esquerda da posição.
6	–	2	–	–	–	Bateria a barbete na parte posterior da extrema esquerda.
120	130	2	–	–	–	Reducto na extrema esquerda, defronte das alturas da Alhandra.
5	120	–	3	–	–	Idem.
	3:450	26	17	7	–	

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
	3:450	26	17	7	–	
121	250	–	3	1	–	Alturas de Calhandriz, reducto avançado.
122	300	3	–	–	–	Idem, direita.
123	300	3	–	–	–	Idem, centro.
124	350	3	1	–	–	Idem, esquerda.
125	250	4	–	–	–	Obra na retaguarda, para ligar a posição de Calhandriz com a segunda linha.
7	200	3	–	–	–	Reducto sobre as alturas por traz da Alhandra, esclarecendo o valle de Calhandriz.
–	–	–	11	1	–	Fecha-se o valle de Calhandriz na sua entrada por uma linha de intrincheiramentos e abatizes sem numero, estabelecidos durante que o exercito occupava as linhas.
8	200	3	–	–	–	Alturas por traz de Trancoso de Cima, para impedir que a villa da Alhandra fosse torneada com artilheria.
9	280	–	3	–	–	S. Sebastião, direita do desfiladeiro de Matos.
10	400	2	1	–	–	Carvalhão, esquerda do desfiladeiro de Matos.
11	300	4	–	–	–	Moinho do Céu. Moinho de vento por cima do reducto da Arruda.
	6:280	51	36	9	–	

Districto n.° 2

Desde o n.° 12, por cima da estrada da Arruda, até á esquerda de Monte Agraço

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 1/2	Posição das obras
12	120	–	3	–	–	Forte do Passo, rochedo escarpado por cima da estrada da Arruda.
13	120	2	–	–	–	Forte de Canara, estrada calçada que vae para Bucellas.
14	1:590	14	6	4	1	Obra em grande de Monte Agraço.
15	460	3	3	1	–	Obra avançada sobre o mesmo monte.
16	250	1	2	–	1	Idem.
17	300	–	–	7	1	Idem.
152	250	4	2	–	–	Obra avançada, á direita da estrada que vae para o Sobral.
	3:090	24	16	12	3	

Districto n.° 3

Desde a Zibreira até ás alturas da Cadreceira inclusivamente

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 1/2	Posição das obras
151	300	–	–	–	–	Patameira, reducto para a artilheria de campanha, chapada em escarpa entre a quinta da Anoteira e Ribaldeira, preparada para peças de campanha.
128	500	6	–	–	–	Obra em grande na serra da Cadreceira.
129	350	6	–	–	–	Obra do centro, idem.
130	200	–	5	–	–	Obra da esquerda, idem.
28	270	3	–	–	–	Enxara dos Cavalleiros, reducto do norte.
29	280	–	4	–	–	Idem, reducto do sul.
	1:900	15	9	–	–	

Districto n.º 4

Desde o n.º 144, sobre a esquerda do desfiladeiro de Runa até ao mar

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria: De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
149	250	4	2	–	–	Altura por cima de Matacães, para dominar a estrada de Runa.
(a) 26	300	–	3	–	–	Moinho avançado perto de Matacães, para fechar a estrada de Runa.
20	470	5	–	2	1	Bastião sud-este da grande obra de Torres Vedras........... } 1:720 homens
21	270	–	2	6	1	Idem sud-oeste, idem..........
22	380	5	–	3	1	Idem nor-oeste, idem..........
–	600	–	–	–	–	Cortina sul, 150 homens; cortina oeste, 90; cortina nord-este, 360.
23	180	–	4	3	–	Reducto oeste de Torres Vedras.
24	300	–	7	–	–	Reducto este de Torres Vedras.
25	200	–	2	–	–	Convento de S. João.
27	500	5	–	–	–	Castello de Torres Vedras na villa.
131	90	4	–	–	–	Bateria fechada á esquerda de Varatojo.
132	150	6	–	–	–	Idem.
133	120	–	4	–	–	Idem, por traz da Quinta Branca.
134	110	4	–	–	–	Idem, sobre o alto do Casal da Serra, esclarecendo a aldeia e as alturas de Bemfica.
135	160	–	4	–	–	Idem.
136	150	4	–	–	–	Idem.
137	100	4	–	–	–	Idem.
147	–	–	–	–	–	Bateria aberta por cima da ponte do Rol.
	4:330	41	28	14	3	

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
–	4:330	41	28	14	3	
148	–	–	–	–	–	Outra bateria aberta por cima da ponte do Rol.
138	100	–	–	2	–	Bateria fechada por traz do n.º 30.
30	340	3	1	–	–	Reducto por cima da ponte do Rol.
139	160	4	–	–	–	Bateria fechada entre os n.ºs 30 e 31.
140	120	4	–	–	–	Idem.
31	373	–	3	–	–	Reducto em Alqueiteira.
141	180	4	–	–	–	Bateria fechada entre o n.º 31 e S. Pedro.
142	150	4	–	–	–	Idem.
143	150	–	4	–	–	Idem.
144	130	4	–	–	–	Idem.
32	260	3	1	–	–	A S. Pedro da Cadeia.
145	250	–	4	–	–	Quinta do Belmonte.
111	250	5	–	–	–	Entre S. Pedro e o mar. Quinta do Passo.
146	250	–	6	–	–	Quinta da Bessecaria.
112	220	4	–	–	–	Entre a quinta da Bessecaria e o mar.
113	50	2	–	–	–	Bateria a barbete fechada sobre o mar.
	7:413	78	47	16	3	

(a) Obra em grande de Torres Vedras.

Districto n.° 5

Desde o Tejo até ao desfiladeiro de Bucellas inclusivamente

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria — De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 1/2	Posição das obras
33	300	4	–	–	–	Bordas do Tejo, direita da posição de Vialonga.
34	200	–	3	–	–	Reducto avançado, para enfiar a calçada, idem.
35	120	–	4	–	–	Idem.
36	370	9	–	–	–	Idem, cume da altura avançada, idem.
37	50	–	3	–	–	Jardim á direita da estrada calçada, idem.
38	340	–	5	–	–	Edificio á esquerda da estrada, idem.
39	340	5	3	–	–	Cume da mais alta montanha, idem.
126	188	2	–	–	–	Obra da direita para fechar o valle do Cabo.
127	154	–	–	–	–	Obra da esquerda, idem.
40	150	–	–	–	–	Casa da Portella, reducto avançado.. } Estes reductos fecham a esquerda da posição de Vialonga.
41	240	5	–	–	–	Idem, á direita ... }
42	350	6	–	–	–	Idem, á esquerda.. }
43	–	4	–	–	–	Direita do desfiladeiro de Bucellas, bateria aberta.
44	–	–	2	–	–	Idem, chão na parte dianteira.
45	–	3	–	–	–	Idem, idem na parte posterior.
46	–	–	2	–	–	Esquerda do desfiladeiro de Bucellas, chão na parte dianteira.
47	–	3	–	–	–	Idem, idem na parte posterior.
48	200	2	–	–	–	Á retaguarda do desfiladeiro, enfiando a calçada.
18	300	4	–	–	–	Obra á direita da serra da Senhora da Ajuda.
19	200	–	3	–	–	Obra á esquerda, idem.
	3:502	47	25	–	–	

Districto n.º 6

Desde o desfiladeiro de Freixial até á tapada de Mafra, comprehendendo o desfiladeiro de Montachique

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
49	–	2	–	–	–	Desfiladeiro de Freixial, terreno da direita.
50	160	–	2	–	–	Idem, reducto da direita.
51	300	4	–	–	–	Idem, reducto da esquerda.
52	190	–	3	–	–	Direita do desfiladeiro de Montachique, entrada do desfiladeiro.
53	230	–	2	–	–	Idem, perto da aldeia da Persinheira.
54	210	–	–	–	–	Idem, moinho sobre a estrada da Enxara.
55	150	3	–	–	–	Idem, rochedo escarpado.
56	150	2	–	–	–	Idem, pinheiral.
57	270	3	–	–	–	Idem, altura de rochedos, cobrindo a direita.
58	310	–	3	–	–	Esquerda do desfiladeiro de Montachique, entrada do desfiladeiro.
59	260	4	–	–	–	Idem, moinho sobre a estrada de Mafra.
60	150	–	2	–	–	Idem, flecha cobrindo o flanco direito.
61	190	–	2	–	–	Idem, flecha cobrindo o flanco esquerdo.
62	390	3	–	–	–	Adiante da estrada de Mafra para Montachique, cobrindo a estrada real, Alto de Cheixa.
63	280	–	3	–	–	Idem, casal da Serra.
64	210	–	3	–	–	Idem, angulo do recinto da Tapada.
65	270	3	–	–	–	Estrada de Mafra, outeiro de Santa Maria.
66	350	4	–	–	–	Idem, Malveira.
67	120	–	2	–	–	Idem, direita do n.º 66.
68	260	4	–	–	–	Idem, monte de Zinho.
69	240	4	–	–	–	Idem, pinhal do Fidalgo.
70	240	4	2	–	–	Idem, quinta do Estrangeiro.
71	240	–	4	–	–	Idem, idem.
72	130	–	2	–	–	Idem, Astadeiros.
73	340	3	–	–	–	Idem, casal do Couto.
	5:640	43	30	–	–	

Districto n.° 7

Desde a tapada de Mafra até ao mar

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
74	190	–	2	–	–	Desfiladeiro de Mafra, casal da Pedra, direita da tapada, interior da entrada............ (Direita do desfiladeiro de Mafra.)
75	70	–	2	–	–	No recinto da tapada, avançada da Milhariça.............. (Direita do desfiladeiro de Mafra.)
76	390	4	–	–	–	Cabeça de Sinconte........... (Direita do desfiladeiro de Mafra.)
77	380	4	–	–	–	Juncal .... (Direita do desfiladeiro de Mafra.)
78	110	2	1	–	–	Serra de Chipre, obra avançada.
79	270	3	–	–	–	Idem, reducto do primeiro moinho.
80	310	3	–	–	–	Idem, segundo moinho.
81	280	–	3	–	–	Idem, obra inferior.
82	210	2	2	–	–	Esquerda da aldeia de Murgueira, direita.
83	240	–	3	–	–	Idem, centro.
84	290	3	–	–	–	Idem, esquerda.
85	290	3	–	–	–	Estrada da Ericeira para Mafra, alto do Arieiro.
86	280	3	–	–	–	Idem, alto da Paz.
87	340	3	–	–	–	Moinho ao sul da estrada da Ericeira, Pinheiro.
88	200	3	–	–	–	Para dominar a estrada do Sobral dos Alarves para Mafra.
89	310	3	–	–	–	Defeza da estrada da Picanceira.
90	230	3	–	–	–	Penegaxe para bater as estradas, vindo da Picanceira e Encarnação.
91	200	3	–	–	–	Alagoa, idem, tres estradas adiante da Encarnação.
92	180	3	–	–	–	Defeza da estrada de Marvão.
93	330	3	–	–	–	Ribamar, direita.
94	320	2	–	–	–	Idem, esquerda.
95	250	2	–	–	–	Segunda linha, direita, Monte Gordo.
96	280	3	–	–	–	Idem, centro, Carvoeira.
97	350	2	–	–	–	Idem, esquerda, S. Julião.
	6:300	57	13	–	–	

Districto de Oeiras

Numero das obras	Infanteria necessaria	Artilheria em bateria De 24	De 12	De 9	De 6	Obuzes de 5 ½	Posição das obras
98	1:340	20	–	–	6	–	Obra em grande.
99	70	–	6	–	–	–	Bateria da direita para flanquear o valle e a ribeira de Oeiras.
100	50	–	6	–	–	–	Bateria da esquerda para flanquear o valle de Oeiras.
101	250	–	10	–	–	–	Avançada da grande obra, direita.
102	260	–	8	–	–	–	Idem, esquerda.
103	130	–	–	3	–	–	Avançada em frente de Oeiras, frente.
104	100	–	–	2	–	–	Idem, moinho ao sul.
105	170	–	–	4	–	–	Idem, moinho ao norte.
106	320	–	6	–	–	–	Vinhataria á esquerda do n.º 98.
107	800	–	6	–	–	–	Quinta Nova, edificio e reducto.
108	360	–	6	–	–	–	Flanco esquerdo da posição.
109	500	–	–	7	–	1	Avançada sobre uma collina ao nordeste de Oeiras.
110	1:000	–	–	3	–	–	Linha estendendo-se sobre a direita desde o n.º 104 até ao forte das Maias.
	5:350	20	48	19	6	1	

Tábua

Detalhada das obras, das tropas e da artilheria, que primitivamente se tinham julgado necessarias para a occupação da posição d'Almada (*a*)

Obras	Peças	Homens
Reducto n.º 1	4	150
Reducto n.º 2	4	150
Flechas e postos avançados	2	100
Aldeia de Morfacem	8	600
Reducto n.º 3	4	200
Quinta de Geddos	–	50
Reducto n.º 4	3	150
Reducto n.º 5	5	250
Aldeia e casas adjacentes	–	100
Reducto n.º 6	12	600
Reducto n.º 7	4	150
Casas adjacentes	–	50
Reducto n.º 8	5	150
Aldeia e casas adjacentes	–	100
Reducto n.º 9	5	200
Flecha e aldeia	–	100
Reducto n.º 10	5	200
Aldeia adjacente	–	80
Reducto n.º 11	5	250
Caminhos e casas adjacentes	–	100
Reducto n.º 12	4	150
Flecha	–	50
Reducto n.º 13	6	300
Casas adjacentes	–	50
Reducto n.º 14	4	150
Reducto n.º 15	3	150
Flecha	2	50
Aldeia de Nossa Senhora do Monte	6	400
Reducto n.º 16	4	200
Reducto n.º 17	5	200
Casas adjacentes	–	60
	100	5:490

Obras	Peças	Homens
Transporte..........	100	5:490
Reducto n.º 18...........................	5	200
Casas adjacentes..........................	–	60
Reducto n.º 19...........................	4	200
Flecha e casas............................	2	100
Reducto n.º 20...........................	6	300
Reducto n.º 21...........................	5	200
Casas adjacentes..........................	–	100
Reducto n.º 22...........................	3	150
Casas adjacentes..........................	–	40
Reducto n.º 23...........................	5	200
Flecha....................................	–	40
Reducto n.º 24...........................	4	150
Casas adjacentes..........................	–	80
Reducto n.º 25...........................	4	150
Reducto n.º 26...........................	4	150
Flecha....................................	–	40
Aldeia do Pragal..........................	4	300
Reducto n.º 27...........................	5	200
Reducto n.º 28...........................	4	150
Reducto n.º 29...........................	6	300
Reducto n.º 30...........................	5	200
Rua e casas...............................	–	150
Reducto n.º 31...........................	6	200
Reducto n.º 32...........................	4	150
Reducto n.º 33...........................	3	150
Reducto n.º 34...........................	3	200
Reducto n.º 35...........................	3	150
Povoação de Cacilhas......................	–	150
Villa e castello de Almada................	12	800
Total..........	197	10:750
Reserva...................................	....	4:000

(a) Este projecto foi posteriormente adoptado, como adiante se verá.

Todas as disposições defensivas de Lisboa, adoptadas por lord Wellington, provavam bem que o novo ministerio inglez, partilhando as opiniões do seu general, estava como elle inteiramente decidido a sustentar a defeza de Portugal, ou antes a sustentar n'este reino a defeza dos interesses britannicos, e portanto a manter no solo portuguez a sua encarniçada luta contra a França. Já vimos que lord Wellington mudára nos fins do anno de 1809 das margens do Guadiana para as do Côa e vizinhanças de Almeida o aquartelamento das suas tropas, nas vistas de as subtrahir ás doenças de que estavam sendo victimas nas immediações do primeiro d'aquelles dois rios. De Inglaterra esperava elle então um reforço de 5:000 bayonetas e um regimento de cavallaria. Alguns destacamentos lhe tinham já chegado, quando do Guadiana partiu com o seu exercito, que numericamente fallando subia a 30:000 homens, mas que no campo a pouco mais deitava de 20:000, tendo 9:000 no hospital. Aos 20 de janeiro de 1810 estabelecêra elle em Vizeu, capital da Beira Alta, o seu quartel general. A cavallaria estava por então acantonada na Gollegã, Punhete, Torres Novas, Celorico e Santarem. O general Hill tinha ficado em Abrantes com 5:000 inglezes e outros tantos portuguezes, formando estes as brigadas de n.^os^ 2 e 14 e 4 e 10 de infanteria, aquarteladas em Castello de Vide, Crato, Fronteira e Souzel. O resto da infanteria portugueza achava-se pela maior parte em escalão ao longo do valle do Mondego. Lord Wellington pensava que os francezes nos seus projectos de invadirem Portugal seguiriam a linha da sua direita, ou a do norte d'este rio, de preferencia á do centro, ou á do sul, e portanto que atacariam Portugal pelo lado da Castella Velha e reino de Leão, e não pelo da Extremadura e Andaluzia do lado da Mancha, no que se não enganou. Era por então Napoleão quem ainda por mais esta vez dirigia os movimentos do seu exercito na peninsula. Como de ordinario, as suas idéas eram gigantescas e os seus intentos não eram sómente a occupação de toda a Hespanha, mas a de toda a peninsula, para cujo fim lhe era necessario invadir novamente Portugal, e expellir para fóra d'elle os inglezes, poisque Ca-

dix e este reino, onde elles se achavam, eram como taes os unicos obstaculos que verdadeiramente se oppunham áquelles seus intentos, e a esta empreza se propoz portanto decidido. Sendo ephemera a resistencia de Cadix, a guerra contra Portugal era a unica cousa que seriamente lhe restava fazer, de que resultou lançar-se a similhante empreza com o maior empenho.

Formidaveis eram com effeito as forças francezas, que no meado de agosto de 1810 se achavam por então na peninsula, destinadas a effeituar o inteiro dominio do imperador Napoleão n'esta parte da Europa. Estas forças, incluindo a guarda franceza do rei José, andavam por perto de 370:000 homens e 60:000 cavallos, incluindo os de trem. D'este numero 48:000 estavam nos hospitaes, 4:000 achavam-se prisioneiros, e 29:000 empregados em destacamentos: por conseguinte a força disponivel para cercos e operações no campo não era abaixo de 280:000 homens, numero a que de mais a mais acrescia uma reserva de 18:000 homens, proxima a entrar em Hespanha. D'este prodigioso exercito achavam-se destinados para a invasão directa de Portugal o segundo corpo, commandado pelo general Regnier; o sexto, commandado pelo marechal Ney; e o oitavo, commandado pelo general Junot. De todos estes tres corpos foi nomeado commandante em chefe o marechal Massena, condecorado com os titulos de principe de Essling e duque de Rivoli, pelas suas façanhas militares. O segundo e o oitavo corpo já no principio de 1810 se achavam na Castella, e o sexto bem depressa se lhes reuniu, vindo da Extremadura. As tropas francezas, existentes na peninsula, tendo sido reorganisadas em maio d'aquelle anno, a sua distribuição e collocação era no seguinte mez de julho pela fórma seguinte:

GOVERNOS OU EXERCITOS DE SEGUNDA LINHA

1.º Catalunha — 7.º corpo, commandante, o duque de Tarento	55:647	homens
2.º Aragão — 3.º corpo, commandante, o general Suchet	33:007	»
	88:654	»

Transporte......	88:654	homens
3.º Navarra — destacamentos e uma divisão das guardas imperiaes, commandante, o general Reille.....	21:887	»
4.º Biscaya — destacamentos, commandante, o general Caffarelli..................................	6:570	»
5.º Castella Velha, comprehendendo Burgos, Aranda e Soria — divisão da guarda imperial e cavallaria, commandante, o general Dorsenne..................	10:303	»
6.º Valladolid, etc. — destacamentos, commandante, o general Kellerman..........................	6:474	»
7.º Asturias — uma divisão, commandante, o general Bonnet..................................	9:898	»
Total para os differentes governos.....	143:786	»

EXERCITOS DE PRIMEIRA LINHA

Exercito do sul, composto do 1.º, 4.º e 5.º corpo, debaixo do commando do marechal Soult............................	72:769	homens
Exercito do centro, composto das guardas reaes, duas divisões de infanteria e duas de cavallaria........	24:187	»
Exercito de Portugal, composto de uma reserva de cavallaria e dos corpos 2.º, 6.º e 8.º, commandados em chefe pelo marechal Massena[1]..................	86:896	»
O 9.º corpo, commandado pelo general Drouet, conde de Erlon, distribuido por divisões ao longo da grande linha de communicação de Vittoria a Valladolid ...	23:815	»
Uma divisão, debaixo do commando do general Serras, empregada como columna movel para proteger a retaguarda do exercito de Portugal...............	10:605	»
Total......	218:272	»

O marechal Massena, forçado a aceitar o commando em chefe do exercito contra Portugal, ou por coacção ou por

[1] O numero dos combatentes do exercito de Massena é tão vario, quanto são varios os historiadores que d'isto tratam. Thiers, homem sempre de má fé nas suas asserções, tendo só por fim engrandecer a França, sem escrupulisar faltar para isso á verdade, fixa em 66:000 homens as forças do referido exercito, numero a que ainda abate 16:000 para guarnições, dando sómente disponiveis ao marechal Massena 50:000 homens. Mr. Fririon, que foi chefe do estado maior do referido marechal, e que como tal faz muito mais peso nas suas asserções, marca-lhe o numero de 67:845; mas como só conta os presentes no campo e o seu em-

vontade, viera de Paris para Valladolid no dia 12 de maio de 1810, declarando n'uma proclamação assumir o commando das tropas com que tinha de vir contra Portugal, o que desde logo causou temor aos insurgentes, confiança aos seus soldados, e despeito em não pequeno grau a alguns dos seus generaes immediatos, particularmente ao general Junot e marechal Ney. Por noticias transmittidas de Bragança para Lisboa no dia 27 do citado mez de maio soube-se n'esta capital no dia 6 de junho, que com effeito Massena havia assumido o commando em chefe do segundo, sexto e oitavo corpo das tropas francezas, isto é, o de Regnier, que muito tempo havia que andava pela Extremadura hespanhola; o de Ney, que se estendia desde Salamanca até Cidade Rodrigo; e finalmente o de Junot, ou o chamado de Portugal, que havia manobrado sobre Astorga, em rasão do mesmo Junot querer por força tomar esta praça n'um certo e determinado dia. Este general, tendo dois annos antes sido commandante em chefe do exercito francez em Portugal, e tendo n'este reino funccionado com auctoridade soberana, custava-lhe muito submetter-se a um commando secundario debaixo das ordens de Massena, por lhe contrariar o seu orgulho e altivez. Pela sua parte o marechal Ney, que já servia contrafeito debaixo das ordens do marechal Soult, ao qual se julgava superior, muito mais contrafeito se viu depois, quando foi obrigado a servir debaixo das ordens do mesmo Massena, aindaque por então se olhasse como o maior homem de guerra do exercito francez,

penho seja attenuar igualmente os meios que o mesmo Massena teve á sua disposição, o que nos diz sobre este ponto póde ter-se por suspeito, e tanto mais, quanto que os individuos ausentes, ou por doença ou por outros quaesquer motivos, mais tarde ou mais cedo haviam de voltar aos seus corpos, como succedeu. Napier dá-lhe o numero que acima se lê, fundado nos mappas que formam o documento n.º 83, e que tambem fazem peso, por serem os do quartel general de Massena. Nas de Napier fundâmos pois as nossas asserções, por nos parecerem mais proximas da verdade, tendo por muito provavel que a força destinada em 1810 á invasão de Portugal, e para este fim confiada ao commando do marechal Massena, fosse approximadamente de 70:000 a 80:000 homens, se é que não excedeu este numero, incluindo 5:000 de cavallaria.

pelos seus brilhantes feitos nas batalhas de Essling e Wagram na passada campanha da Austria de 1809. Mallograda a sua espectativa de ser elle o nomeado para se oppor ao exercito inglez, Ney não tardou muito tempo que não desse provas do seu grande resentimento, por se ver ainda no caracter de commandante em segundo. Do mau humor que por este motivo concebeu contra o seu novo chefe principiou logo a dar mostras nas suas conversações familiares, chasqueando Massena, o qual, sabedor como promptamente foi de similhantes chascos, começou pela sua parte a indispor-se tambem contra Ney, de que resultou uma grande animosidade entre estes dois homens, cousa que bem funestos effeitos occasionou depois no exercito. Por outro lado Mássena não tinha aquella ostentação exterior com que nas cousas do mundo tanto se impõe aos homens, ostentação que muitos julgam necessaria, e que até certo ponto o é ás pessoas em auctoridade suprema, e particularmente em auctoridade militar. Chegando ao seu quartel general com muito pouco apparato, e recebendo com simplicidade os seus generaes immediatos, indispostos já contra elle e o seu sequito, em cujo numero entrava uma sua amante, Massena nem captivou a affeição, nem o respeito dos seus ditos generaes. *Massena acha-se já velho e cansado,* eram as vozes que geralmente se ouviam no quartel general de Ney em Salamanca e no do general Junot em Zamora[1]. Ao saber isto o marechal disse com reconhecido mau humor: *Elles acham-me já velho?! Pois bem, eu lhes farei ver que a minha vontade pelo menos se não acha envelhecida, e que me farei obedecer por aquelles que estão debaixo das minhas ordens.*

Funestos eram portanto estes auspicios para a campanha em começo. Occasiões houve em que a auctoridade de Massena foi até desconhecida pelos seus subordinados. Dirigin-

[1] Massena, tendo nascido em Nice em 1758, contava por então cincoenta e dois annos. O marechal Ney, tendo pela sua parte nascido em Serra Louis, em 1769, contava quarenta e um annos; e Junot, tendo nascido em Bussy-le-Grand, perto de Semur, em 1771, contava trinta e nove annos.

do-se pessoalmente a um corpo do seu exercito, não era raro encontrar ordens impressas e assignadas pelo commandante d'esse corpo, intitulando-se sempre general em chefe. O fim d'isto era fazer ignorar ás tropas, e até mesmo aos habitantes do paiz, qual era o verdadeiro commandante em chefe do exercito. Este estado de cousas tornava as relações dos differentes corpos difficeis entre si, dando logar a correspondencias cheias de pungentes azedumes e desconhecedoras até do respeito, que sempre se deve ter a uma auctoridade superior: tal era a situação dos espiritos entre os differentes generaes do exercito de Massena, logo no principio das suas operações. Mas antes d'estas começarem no reino de Portugal os francezes tiveram ordem para se assegurarem das Asturias, como effeituaram, segundo já vimos, devendo depois d'isto assegurarem-se tambem das praças da fronteira, das quaes a primeira e a mais importante era seguramente a da Cidade Rodrigo, contra a qual fizeram diversos reconhecimentos, dirigindo tambem differentes intimações ao seu respectivo governador, D. André Perez de Herrasti, militar velho, pundonoroso, de venerando aspecto, cheio de honra e de bravura: Granada fôra a terra do seu nascimento, como tambem tinha sido a do celebre Alvarez, o bravo e infeliz governador de Gerona, de que já fallámos, e como este começára igualmente a sua carreira das armas nas guardas hespanholas.

Situada ao sudoeste de Salamanca, na margem direita do rio Agueda, e sobre um terreno elevado, a Cidade Rodrigo é tida pelos hespanhoes como praça de terceira ordem. Cercada por uma alta e velha muralha, é dominada ao norte, na distancia quasi de 580 metros, pelo pico de S. Francisco, de que se acha separada por uma outra collina menos elevada, chamada do Calvario. A cidade tem dois bairros, o do poente, que está na margem esquerda do rio, e o de S. Francisco, que é bastantemente extenso. Este ultimo, situado ao nordeste, foi protegido por entrincheiramentos, fortificando-se tambem alguns edificios e conventos, taes como o de S. Domingos e S. Francisco. O de Santa Cruz, que se acha ao nordeste, foi igualmente fortificado, e do lado do rio levanta-

ram-se paliçadas, abriram-se fossos, etc. Todas as avenidas para a praça foram postas a descoberto, construindo-se alem d'isto algumas outras obras. Na falta de armazens e logares á prova de bomba guardou-se a polvora ao abrigo da torre da cathedral, que se reputou ser o sitio onde mais segura podia estar. A população elevava-se a uns 5:000 habitantes, e a sua guarnição a 5:498 homens, comprehendendo a milicia urbana. O guerrilheiro D. Julião Sanches a esta praça se tinha igualmente recolhido com 240 dos seus guerrilheiros, para protecção das sortidas que d'ella houvessem de se fazer. Foi ao marechal Ney que se deu ordem de dispor todas as cousas para o sitio da Cidade Rodrigo, sitio que se lhe começou a pôr a 25 de abril, fazendo approximar d'ella o general Mermet com duas brigadas de infanteria e uma de cavallaria. A 11 de junho Ney investiu formalmente esta praça, a 15 foi-lhe aberta a trincheira, tendo logar a sua entrega no dia 10 de julho, fazendo a sua defeza honra ao seu governador, o já citado D. André Perez de Herrasti, que foi muito elogiado pelo proprio lord Wellington.

Nas mais partes da Hespanha o seu estado militar, aindaque hostil continuasse a ser aos francezes, particularmente n'algumas das suas provincias, não permittia todavia bom resultado. Encerrado como de facto se achava o governo d'aquelle reino n'uma das suas extremidades, como era Cadix, onde se refugiára, tornando-se n'aquella cidade como um quasi extincto fogo de Vesta, com relação á libertação da patria, a sua aniquilação teria sido prompta, se tão cedo lhe não fosse em seu soccorro uma parte do bravo exercito luso-britannico. Limitado sómente áquelle espaço, o conselho de regencia só com muita difficuldade e não menor incerteza podia conseguir noções exactas, tanto sobre a situação e numero dos exercitos francezes, como sobre a situação e numero dos exercitos hespanhoes, os quaes, tão promptos em se dispersarem, quanto em se reunirem de novo, appareciam formados quando menos se esperava, e muitas vezes mesmo em pontos onde a sua existencia se ignorava. Invadida pois a Andaluzia, e reduzido o governo hespanhol a similhante estado,

pareceu, não só aos mais timidos, mas até mesmo aos mais animosos, que, depois de concluida como tinha sido a paz da França com a Austria, não estaria muito longe a epocha do preenchimento das vistas de Napoleão, quanto a ter a peninsula submettida ao seu inteiro dominio. Esta supposição estribava-se em muito bons fundamentos: 1.º, o do reconhecido orgulho do mesmo Napoleão, que o não deixaria desistir de uma empreza como a d'aquella submissão, ainda mesmo á custa da renovação dos incessantes sacrificios de sangue, que a toda a França tão duramente tinha já feito sentir; 2.º, a firme crença de que, adiantando-se a força do exercito francez para tão longe das fronteiras do seu paiz, necessariamente havia de ser apoiado nos novos e poderosos auxilios que havia recebido, pois era opinião de todos que, depois da citada paz da Austria, não era provavel conservarem-se em ociosidade ingloria os exercitos, que até então tinham sido empregados na guerra contra aquelle imperio. Sobre tudo isto vinha ainda depois o total desalento da nação hespanhola por aquelle tempo, sem esperança alguma de resistencia util, poisque os seus exercitos, constantemente derrotados e no peior estado de disciplina que podiam ter tropas regulares, não davam logar a confiar-se n'elles, tendo até feito esfriar muito sensivelmente as relações da Hespanha com a Gran-Bretanha. Por fortuna dos peninsulares os francezes não tinham recebido tão formidaveis soccorros, quanto com justa rasão se esperava, depois da paz da Austria. O mesmo plano de Buonaparte, com relação á Hespanha, não lhe foi tão profiquo quanto se imaginava, tornando-se em crença geral, durante aquella terrivel crise por que passou a peninsula, que o exercito inglez, reforçado como tinha sido pelo portuguez, sendo ambos elles guiados pelo saber militar de lord Wellington, haviam de mallograr tal plano, e por tanto salvar a mesma peninsula da escravidão a que pela França se achava condemnada.

Convem não esquecer n'este logar que no momento da invasão da Andaluzia os exercitos hespanhoes que a defendiam retiraram-se em tres differentes direcções, a saber: sobre Ba-

dajoz, sobre Cadix, e sobre as montanhas de Granada. Os que seguiram a primeira direcção eram mui poucos, e esses mesmos foram-se reunir ao exercito do marquez de la Romana, denominado *exercito da esquerda*. Sobre Cadix marchou, como já se viu, o duque de Albuquerque com os seus 10:000 ou 12:000 homens, com que, por assim dizer, sorteára ou bandarilhára o exercito francez: foi pois o exercito do duque de Albuquerque o que teve o nome de *exercito do centro*. Finalmente os restos do exercito do desgraçado caudilho Areyzaga, escapados da batalha de Ocaña, foram os que tomaram a ultima direcção, e reorganisando-se dentro em poucos dias, debaixo das ordens do general Blake, formaram de novo um exercito de 12:000 a 15:000 homens, que se denominou *exercito da direita*. Foi por esta causa que os francezes se dividiram tambem quasi pelo mesmo modo. Mortier marchou com 10:000 ou 12:000 homens sobre a praça de Badajoz; Victor com 18:000 ou 20:000 foi quem directamente marchou sobre Cadix para lhe pôr cerco; e Sebastiani dirigiu-se sobre Granada com o resto das tropas invasoras. Na serra de Ronda, que fica entre Gibraltar e Cadix, bem como no condado de Niebla, os povos começaram a armarse, seguindo assim os patrioticos exemplos, que para a libertação da patria lhes davam todas as mais provincias da Hespanha, occupadas pelos francezes, fazendo sobre elles incessantes correrias e interceptando-lhes as communicações, não sendo isto mais do que uma guerra de guerrilhas, de que portanto se não podia esperar bom resultado diante de tropa regular, a qual com o tempo não podia deixar de triumphar. Todavia foi por esta causa que os francezes se reconcentraram.

Mortier, tendo achado em Badajoz uma resistencia que não esperava, retrocedeu para Sevilha, acossado pela divisão do general Ballesteros, pertencente ao exercito de la Romana, que se postára nas montanhas entre a Extremadura e a Andaluzia, mais como em posição espectante, do que com o fim de operar activamente. Entretanto forçoso é confessar que as forças do marechal Soult, entradas na Andaluzia, quasi que

nada mais tinham feito do que occupar as suas cidades centraes, taes como Sevilha, Cordova, etc., e fazer o bloqueio de Cadix. As forças que nas suas operações haviam conseguido mais algumas vantagens eram as do general Sebastiani, destacadas contra o reino do Murcia. Não é do nosso intento detalhar por miudo todos os pequenos choques, marchas e contramarchas que os francezes fizeram, tanto na Andaluzia propriamente dita, como nas mais provincias meridionaes da Hespanha, bastando-nos sómente dizer que alem dos districtos que se achavam em insurreição, faltavam ainda aos francezes, para inteiramente occuparem a mesma Andaluzia, quasi todas as cidades da beiramar, desde Cadix até Malaga, porque absolutamente lhes não chegavam as tropas para uma total occupação. As forças hespanholas da citada provincia da Andaluzia, alem das da insurreição, que rigorosamente fallando não podiam ser calculadas, consistiam na divisão de Ballesteros, existente no condado de Niebla, a qual se calculava em 4:000 para 5:000 homens, e depois d'ella na guarnição de Cadix, que com o tempo se elevára a 15:000 homens e cousa de 10:000 inglezes, em que entrava o regimento portuguez de infanteria n.º 20. Alem d'estas tropas havia mais a guarnição de Gibraltar, que apoiava aquellas. Quando a divisão de Sebastiani entrou ultimamente no reino de Murcia, o general Freire, que então commandava o exercito que tinha sido de Blake, chamado a Cadix pelo conselho da regencia, quando n'aquelle reino o seu dito exercito se achava em organisação, julgou, sem embargo da igualdade das suas com as forças d'aquelle general, não estar no caso de se bater com elle, qualquer que fosse o motivo que para isso tivesse, de que resultou reforçar com uma parte da sua tropa a guarnição de Carthagena, e retirar-se depois com o resto d'ella sobre Murcia, e de lá sobre Alicante, praça que então se achava muito bem fortificada.

Quanto aos exercitos hespanhoes de Valencia e Catalunha, é um facto que elles se achavam em opposição ao terceiro e setimo corpo dos francezes, cujas operações poderam por algum tempo ser paralysadas por aquelles, mas não por modo

tal, que estes com o tempo não podessem saír vencedores. O general Suchet tentára invadir o reino de Valencia; mas achando por então os seus defensores mais dispostos a resistir-lhe do que pensára, teve de retirar-se novamente para o Aragão, tanto porque não levára os preparativos necessarios para sitiar regularmente uma cidade tal como aquella, como por lhe faltar a cooperação de alguma outra divisão franceza, que elle provavelmente esperava, e que não compareceu em seu auxilio. Computavam-se em 10:000 homens as tropas disciplinadas hespanholas, que por então se achavam no reino de Valencia, estando em communicação com as differentes partidas patrioticas, que corriam pelo dito reino de Aragão e pela Mancha, e com o corpo de tropas, que debaixo das ordens de Bassecour, occupava Cuenca, e se ía diariamente engrossando, com grave prejuizo das communicações dos exercitos francezes. Quanto á Catalunha, diremos que este principado foi por aquelle tempo o theatro das mais interessantes operações militares, sobretudo attendendo-se a que desde o principio da revolução da Hespanha se achavam occupadas pelos francezes as cidades de Barcelona e Figueras; que Gerona, depois de resistir heroicamente por espaço de oito mezes, fôra obrigada a render-se aos sitiantes, sem que o general Blake, seguramente um dos mais habeis e activos generaes hespanhoes d'aquelle tempo, podesse jamais juntar um exercito sufficiente para devidamente a soccorrer. Hostalrich, Tarragona e Tortosa, ainda por então resistiam; mas suppunha-se que a sua entrega era questão de tempo, particularmente depois das ordens de Napoleão para se activarem os cercos contra ellas. Quanto ao Aragão, não se podia contestar a preponderancia que n'elle tinha já alcançado o exercito francez do general Suchet.

Na Navarra e na Biscaya tinham por si igual fortuna as forças inimigas. Na Castella Nova era onde os francezes se reputavam mais fracos, em rasão de a terem desguarnecido, para augmentarem o exercito que entrára na Andaluzia. Quanto á Castella Velha, era esta a provincia da Hespanha que mais tinha experimentado os estragos da guerra, e por

conseguinte aquella que se achava em mais deploravel estado. O principado das Asturias e o reino de Leão tinham por varias vezes sido já invadidos pelas tropas francezas, saídas da Castella Velha, para onde depois retrocediam, para se não afastarem demasiado do centro das suas operações. O reino da Galliza, que desde a sua evacuação nos primeiros mezes de 1809 se tinha conservado inteiramente livre, era o que pela sua parte ía fornecendo mais abundante numero de recrutas ao exercito da esquerda. Entretanto o general Mahi havia declarado que se retiraria para a Corunha, logoque o o general Bonnet passasse as fronteiras das Asturias para o o dito reino. Por outro lado os gallegos, tão pouco dispostos se achavam para se bater, que o general Contreras tinha por habito mandar para as terras, que deviam fornecer os seus contingentes, columnas moveis, acompanhadas de um algoz para punir os refractarios. Apesar d'esta severidade, e sem embargo tambem do dinheiro e das armas que a Inglaterra tão amplamente mandára para a Galliza, este reino era todavia o que de facto menos se prestava a coadjuvar a libertação da patria. Na Extremadura o exercito do duque del Parque, de que o marquez de la Romana assumíra o commando, que alcançára da junta que em Sevilha substituíra a junta central, depois que esta se retirára para Cadix, havia-se elevado ao numero de 15:000 homens, depois que se unira a Ballesteros, apoiando-se na praça de Badajoz; mas este exercito nada mais fazia que uma guerra de guerrilhas desde Albuquerque até Ayamonte, e isto mesmo fazia elle por se achar até certo tempo apoiado na divisão luso-britannica do commando do general Hill, e no refugio que Portugal igualmente lhe offerecia na praça de Campo Maior. Era pois um facto que o aspecto dos negocios da guerra da Hespanha contra os francezes continuava a nada ter de esperançoso no começo do anno de 1810, tendo-se por certo o triumpho do inimigo, inclusivamente na propria cidade de Cadix, quando esta por si não tivesse o efficaz auxilio da divisão luso-britannica, que fazia parte da sua guarnição.

Para compensação d'este mau estado dos negocios da

guerra em Hespanha, numerosos corpos de guerrilhas iam cada vez mais apparecendo por quasi todas as provincias d'aquelle reino, havendo muitos individuos que se juntavam a similhantes corpos, para não morrerem de fome, havendo outros que faziam o mesmo para se vingarem dos excessos que os francezes commettiam por meio das suas columnas moveis, como já notámos. Desejando dar a este genero de guerra a maior extensão possivel, a regencia estabeleceu secretamente em cada provincia juntas de guerrilhas, a quem incumbiu reunir em logares seguros os viveres e aprovisionamentos nécessarios para a manutenção dos mesmos guerrilhas. Chegaram até a haver inspectores e pagadores de districtos, escolhidos pelos officiaes do exercito, que se achavam mais perto dos respectivos logares, tendo por incumbencia vigiar e dirigir tudo quanto era relativo á disciplina e pagamento dos sobreditos guerrilhas. Districtos havia que eram encarregados de fornecerem uma certa quantidade de viveres, proporcionada á sua producção. Finalmente cada provincia era dividida em tres partes, devendo fornecer, segundo a sua população, sete, oito e nove esquadras de certa força irregular, e obrarem todas em corpo cerrado, quando as circumstancias o exigissem. Desde então estes corpos tornaram-se cada vez mais incommodos para os francezes, a quem ás vezes causavam sensiveis perdas e transtornos graves. Os paizanos de Murcia, ligados com os de Granada e Jaen, fizeram a guerra nas montanhas da Andaluzia. Franquisette e Palaréa perseguiram o inimigo nas vizinhanças da Cidade Real e de Toledo, na Mancha: o Principe, Saornil, e João Abril, descendo as montanhas Carpentino, algumas vezes pelo lado de Segovia, e outras pelo lado de Madrid, arrebataram comsigo pequenos postos francezes perto da capital, e chegaram até a matar o governador de Segovia ás portas mesmo d'esta cidade. Pelo outro lado de Madrid o Empecinado com 1:200 de infanteria e cavallaria assenhoreou-se das montanhas acima de Guadalaxára, chegando mesmo n'algumas vezes a combater nas planicies. Espoz e Mina tornára-se temivel na Navarra. Longa e Campillo, á testa de 2:000 homens, fatigaram os

francezes na Biscaya e vizinhanças de Vittoria, sendo a communicação entre estes bandos e o Empecinado mantida pelos guerrilheiros Amor, Merino e o irmão Serpa, os dois primeiros pelo lado de Burgos, e o ultimo pelas montanhas de Soria.

Immediatamente á Biscaya, ou no principado das Asturias, Esquaidron inquietava os flancos e a retaguarda de Bonnet, entre Santander e Oviedo, obrando de concerto com Campillo por um lado e com Porlier por outro. Este constantemente inquietou os francezes nas Asturias pelas suas emprezas, lançando-se umas vezes nas montanhas que bordam a Galliza, e outras vezes embarcando-se na Corunha. Todos os seus postos de communicação e correspondencia os francezes tiveram de fortificar para reprimirem estes bandos, a quem mataram muitos dos seus membros e intimidaram outros. Postoque sem regras algumas de estrategia, esta guerra de guerrilhas não incommodava pouco o inimigo, como se vê da seguinte carta, dirigida por um soldado francez a seu pae: «Temos em nosso poder, dizia elle, Sevilha, Saragoça, Burgos, Valencia e muitas outras cidades; porém nada d'isto importa aos hespanhoes, que se retiram ás suas malditas montanhas, o que nos causa muitos trabalhos, porque apenas estamos em uma parte, apparecem logo em outra, achando-os adiante, atrás e por todos os lados. Nada podemos acabar com umas gentes tão barbaras como são os hespanhoes, porque nas tres quartas partes dos povos nos sacrificam a todos. Somos mui desgraçados n'esta maldita Hespanha; não podemos aboletar-nos em casa alguma, sempre em campo descoberto, estropeados pela fadiga dos maus caminhos, que temos de passar por estas malditas montanhas. Os calores nos assam e as noites são frescas; sempre álerta ou sobre as armas, e sempre tão expostos em uma paragem como em outra». Entretanto forçoso é dizer que nem todos os corpos de guerrilhas mostraram ser as suas vistas a salvação da patria, havendo alguns que com este pretexto tiveram sómente por alvo roubarem os seus compatriotas, como era bem de esperar da indole e genio de similhantes tropas. Alem d'isto acrescia mais que, não

tendo ellas organisação, nem meios alguns de participar ao seu governo o bom ou mau successo dos seus feitos militares, a sua guerra era inteiramente despida de plano ou systema regular de campanha com certo e determinado fim, não sendo portanto o seu auxilio senão muito secundario na luta travada contra os francezes.

Se depois do estado da Hespanha se passa a examinar agora o da Inglaterra por aquelle mesmo tempo, ver-se-ha que o seu aspecto tambem nada tinha de lisonjeiro. A opposição parlamentar continuava eloquente e forte, aggredindo desabridamente o governo e lançando-lhe incessantemente em rosto o nenhum effeito dos desesperados meios a que recorria para a sustentação da guerra da peninsula. As paixões partidarias da opposição, blasphemando sempre contra o ministerio no auge dos seus mais pungentes, ridiculos e degradantes vituperios, sem os seus membros a nada mais attenderem do que aos seus fins politicos, tornavam a Inglaterra indecisa, e escandalisavam tambem Portugal, a quem igualmente offendiam, pagando-lhe assim com bem acerbos sarcasmos os enormes sacrificios que estava fazendo, e as immensas calamidades por que estava passando, para de concurso com a sua independencia, defender a todo o transe os interesses e bem estar dos inglezes[1]. Este estado de cousas foi seguramente uma das maiores difficuldades que lord Wellington teve por aquelle tempo a vencer. Pela sua parte o ministerio britannico, fiado na maioria que por si tinha, tambem nenhuma duvida punha em destruir com falsidades e enganos os erros e exagerações, que em sentido contrario lhe

[1] Ainda a pag. 20 e seguintes da *Royal military chronicle*, do mez de novembro de 1810, se leram as mais exageradas, falsas e insultantes imputações feitas ao governo e exercito portuguez, não obstante os elogios que lord Wellington tinha já dirigido ao mesmo exercito depois da batalha do Bussaco, circumstancia que levou o major de engenheiros José Maria das Neves Costa a responder-lhe em desaggravo da offensa, publicando o *Elogio da nação e do exercito portuguez*, obra que mereceu a menção honrosa que se leu no n.º 12 do *Investigador portuguez*, em Londres, do mez de junho de 1812.

oppunham os seus adversarios, em vez de sinceramente esclarecer, como devia, a opinião publica com a fiel narração do que se estava passando. Bem longe d'isso cada vez a obscurecia mais, annunciando os seus jornaes com o maior descaro successos e combates que não tinham tido logar, imaginando operações em que nunca ninguem pensára, e finalmente dando como tomadas praças que se não haviam atacado, ou alardeando victorias que jamais se tinham conseguido. Segundo taes jornaes, a peninsula não podia com o peso dos exercitos hespanhoes e portuguezes; a laxidão, o roubo e a violencia eram os caracteres distinctivos dos exercitos francezes, que despreziveis e insignificantes antes da victoria, passavam depois d'ella a ser numerosissimos, para se alardearem os relevantes serviços dos vencedores. Ainda mais: os proprios membros do parlamento, que mais privavam com o ministerio, não se pejavam de contar as mais inacreditaveis historias, vindo assim o espirito da cabala e da intriga dar apoio ao espirito de partido, suffocando por este modo ambas aquellas cousas as vozes da rasão, da verdade e da justiça.

Sobre estas difficuldades acrescia por certo a maior de todas, que era a da extrema falta de dinheiro, vendo-se o paiz inundado de papeis, sem nenhum metal em giro. O systema continental de Napoleão opprimia cada vez mais o commercio, tornando-se o cambio sobre Inglaterra cada vez mais alto, a par de um systema de finanças inteiramente ficticio, que affectando a todos, não podia deixar de se fallar n'elle no parlamento, de que resultou recorrer o governo a quantas trapaças pôde para illudir estas questões financeiras. As particulares circumstancias da guerra tinham dado á Inglaterra o commercio maritimo do globo inteiro fóra da Europa, de que resultava affirmarem os ministros que o paiz se achava no mais alto grau de prosperidade, isto quando n'elle se faziam despezas taes como em nenhum outro seculo se tinham visto. Onze guinéos de premio dava o governo inglez a cada individuo que passava das milicias para a primeira linha, e dez aos que se alistavam nas milicias: por esta fórma tinha

o mesmo governo feito passar para o exercito 24:000 homens, desde o começo do anno de 1809, no qual esta medida fôra sanccionada por um acto do parlamento. Vê-se por conseguinte que emquanto cada soldado inglez de primeira linha custava ao governo britannico onze guinéos de premio e dez cada um de milicias, em Portugal tinha elle uns e outros soldados gratuitamente. Ora sendo a força portugueza de primeira linha a quem a Inglaterra pagava de 30:000 homens, só n'este ponto lhe poupou o governo portuguez a elevada somma de 330:000 libras, não fallando na importancia que lhe deviam occasionar as reparações das perdas que n'esta mesma força houve durante os restantes annos da guerra. Se depois d'isto se attender a que o numero das nossas milicias fôra de 50:000 homens, geralmente fallando, áquella verba se acrescentará ainda mais a de 500:000 libras, importancia do premio que teria de pagar pelo alistamento de outros tantos soldados d'esta arma no seu proprio paiz, onde com directa relação á guerra lhe prestariam menos serviço, do que as nossas milicias lhe prestavam em Portugal, movendo-as os seus generaes tanto a seu arbitrio como se fossem inglezas. Póde portanto dizer-se que no fim da guerra Portugal não poupou menos de um milhão de libras ao thesouro britannico, só pelo lado dos premios do seu alistamento militar, sendo-lhe isto galardoado, alem dos mais serviços que prestára á Gran-Bretanha, com a constante opposição do seu ministro em Hespanha ás pretensões que á regencia d'este paiz tinha a princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina; com a desmembração ou perda da praça e comarca de Olivença, sanccionada pela mesma Gran-Bretanha na sua paz de Amiens; com a occupação violenta de Goa, Damão e ilha da Madeira, effeituada pelas suas tropas, sem previa annuencia ou participação alguma feita ao governo portuguez; com a sua não menos energica opposição á occupação de Montevideu, que a côrte do Rio de Janeiro pretendeu por aquelle tempo effeituar; e finalmente com os enormissimos damnos que fez á industria, commercio e navegação portugueza, tanto com o seu para sempre ominoso tratado de com-

mercio de 19 de fevereiro de 1810, como pelo escandaloso apresamento dos navios portuguezes, feito pelos seus navios de guerra nos annos de 1807 e 1808.

Á vista pois d'isto não admira que o principe regente de Portugal, vendo a perenne contrariedade do governo britannico d'aquelle tempo para com elle, começasse em represalia a conceber despeitado uma profunda aversão contra a côrte de Londres, que tão ingratamente lhe pagava os relevantes serviços, que já lhe tinha feito e ainda estava fazendo na sua guerra contra a França, com grave sacrificio da sua propria dignidade e da da nação que regia. O certo é que o principe acreditou que a Inglaterra era o unico obstaculo que se oppunha a que a princeza sua esposa fosse nomeada regente da Hespanha, aindaque condicionalmente e subordinada, como não podia deixar de ser, á volta de D. Fernando VII para o seu paiz. É esta uma questão de mera opinião, mas cremos que n'esta parte a politica britannica se desviou do bom caminho. Parece-nos incontroverso que a Inglaterra nada teria perdido com a influencia que a casa real de Bragança podesse vir a ter na peninsula com a escolha da princeza D. Carlota Joaquina para regente da Hespanha, particularmente attendendo-se a que todas as regencias que ali se nomearam, e até mesmo as côrtes de Cadix, foram sempre no fundo do seu coração mal intencionadas para com a Gran-Bretanha. Com a regencia da referida princeza a Inglaterra teria provavelmente obtido um vantajoso tratado de commercio com as colonias hespanholas, livre de todas as incertezas da revolução anarchica, que n'ellas provocou e de facto se estabeleceu, sendo aliás destructiva, como até certo ponto foi, tanto da felicidade das referidas colonias, como da prosperidade do proprio commercio britannico. Mas o que ainda era mais importante, a Inglaterra teria até mesmo alcançado a sua desejada permissão de disciplinar as tropas hespanholas por officiaes inglezes, subordinando-as aos seus generaes, e por conseguinte a peninsula teria sido talvez dois annos antes evacuada pelas tropas francezas, e por fim D. Fernando VII, entrando no governo da Hespanha, restricto a certas condi-

ções, não teria dissolvido as côrtes de Cadix, como depois fez, inteiramente senhor de si, perseguindo como tal os liberaes emquanto lhe durou a vida, o que os ministros inglezes pareceram ver por então com prazer, ou pelo menos com a maior indifferença. Alem do exposto o Brazil conservar-se-ía sem perigo de tambem lavrar n'elle o incendio revolucionario, e o principe regente não receiaria, tanto como depois receiou, deixar a America, concluida que foi a guerra com a França no anno de 1814, resistindo vigorosamente ás instancias que para similhante fim a mesma Gran-Bretanha lhe fez, tendo-as na conta de mais uma nova cilada politica, que o ministerio inglez lhe queria armar, para mais seguramente lhe sublevar o Brazil.

Tudo isto são cousas de mera opinião, repetimos novamente; mas é fóra de duvida que a Gran-Bretanha se temeu por aquelle tempo da reunião das duas monarchias, portugueza e hespanhola, sendo só por esta circumstancia que cabalmente se póde explicar a falta de resposta do marquez de Wellesley a todas as requisições que lhe fez, e notas que lhe dirigiu o embaixador de Portugal em Londres por espaço de dois annos continuos, e sempre sem resultado algum. É tambem negocio de opinião, mas de uma natureza decisiva e que muito influiu nas cousas que depois se passaram, o mallogrado desejo, ou mesmo talvez phantasia, que o principe regente de Portugal concebeu de ter como embaixador inglez na sua côrte o individuo que só tinha n'ella o caracter de ministro plenipotenciario. É difficil descobrir a causa por que o ministerio inglez constantemente se oppoz por espaço de cinco ou seis annos a um pedido de tão pequena monta. É de crer que n'este grande empenho da côrte do Brazil tivessem muita parte as solicitações de lord Strangford, que era o dito ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro por parte da Gran-Bretanha. Mas não cremos que isto fosse motivo bastante para se contrariar ao principe regente de Portugal um desejo, que tão pronunciadamente manifestava sobre este ponto. Admittindo-se que as causas d'isto fossem com effeito as referidas solicitações, o remedio era chamar lord Strangford, removen-

do-o da côrte do Brazil para qualquer outra, quando de proposito se lhe quizesse humilhar a sua ambição. Se o principe instava, como na verdade instou, convinha satisfaze-lo, para se não exporem ás funestas consequencias, que podiam bem resultar da recusa, que a uma tal insignificancia systematicamente se lhe fez, sendo isto uma cousa que forçosamente o havia de desconceituar entre o corpo diplomatico da sua mesma côrte. Tendo portanto o principe regente ordenado ao seu ministro em Londres a apresentação das suas credenciaės como embaixador, e tendo estas sido acceitas pelo governo britannico, e ao mesmo tempo recusando-se a reciprocidade a lord Strangford, uma eterna rixa se seguiu d'aqui, rixa que posteriormente introduziu o constante mau humor em todas as negociações pendentes entre as duas côrtes. O certo é que este negocio foi mais um d'aquelles que claramente fizeram ver ao principe regente de Portugal a pouca ou nenhuma consideração que em Londres se tinha para com a sua pessoa, cousa que, como era bem de esperar, muito profundamente e com toda a rasão lhe offendeu o seu amor proprio, e inteiramente lhe patenteou a dura ingratidão do governo inglez para com elle, podendo como tal occasionar algum grave transtorno no regular andamento da guerra da peninsula, o que felizmente não teve logar.

FIM DO SEGUNDO VOLUME DA SEGUNDA EPOCHA

CORRESPONDENCIA

Havida entre o auctor d'esta obra e o sr. tenente coronel de artilheria, Joaquim da Costa Cascaes, originada por algumas asserções, contidas a seu respeito na introducção de que o antecedente volume é precedido

Ill.mo e ex.mo sr. Joaquim da Costa Cascaes.—Na carta que v. ex.ª teve a bondade de publicar nos jornaes, sendo a mim dirigida com a data de 27 do mez proximo findo, carta que só hontem avulsamente recebi impressa, sendo-me enviada pelo correio geral, busca v. ex.ª mostrar a exageração que pela minha parte houve, quando na introducção á minha *Historia da guerra da peninsula* computei em 4:464$000 réis a verba que durante o espaço de cinco annos e dois mezes o governo despendeu com v. ex.ª, sem nenhum proveito, para por conta d'elle lhe escrever uma historia com o mesmo nome, ou da mesma natureza que a minha. Á vista pois do que v. ex.ª expõe na sua dita carta, nenhuma duvida tenho em abater na referida verba: 1.º, os 60$000 que v. ex.ª diz ter-lhe eu carregado a mais no seu respectivo recebimento; 2.º, os 740$000 réis, correspondentes aos trinta e sete mezes por que v. ex.ª recebêra de menos na dita prestação de 60$000 réis em cada um dos referidos mezes a quantia de 20$000 réis, para, em conformidade com o seu pedido, lhe serem restituidos, quando entregasse o primeiro volume da sua historia, restituição que nunca teve logar, porque tambem nunca se effeituou a referida entrega. Quanto á verba

do ajudante a quem v. ex.ª, para supprir as suas faltas no collegio militar, pagou, não a quantia de 12$000 réis, como v. ex.ª diz na sua dita carta, mas sómente a de 10$000 réis, se é que n'isto me não enganaram, peço a v. ex.ª que o não confunda com aquelle official de caçadores, que na escola do exercito foi posto debaixo das ordens de v. ex.ª, vencendo os citados 12$000 réis por mez de gratificação, a qual no fim de cinco annos e dois mezes perfaz o total de 744$000 réis, que o estado com elle despendeu, tirando d'isto a mesma vantagem que tirou da commissão de v. ex.ª Subtrahindo pois n'esta conformidade sómente 800$000 réis da supradita verba de 4:464$000 réis, em que calculei a despeza que o governo fizera com v. ex.ª e o ajudante a que me referi, tenho que as sommas restantes de 2:920$000 réis, vencida esta por v. ex.ª, e a de 744$000 réis, vencida pelo dito ajudante, ou a total de 3:714$000 réis, vencida entre ambos, é a que verdadeiramente foi despendida pelo thesouro publico para obter da penna de v. ex.ª a obra que se desejava, parecendo-me que nenhuma das mais allegações de v. ex.ª contra o que eu disse me levam a alterar cousa alguma.

Não julgo que a citada despeza dos 10$000 réis mensaes, feita por v. ex.ª com o ajudante, que no ensino do collegio militar suppria as suas faltas, nem a que fez com a compra de impressos e manuscriptos, e nem finalmente com as suas allegadas jornadas possam eliminar um só real para menos nos 60$000 réis mensaes, que durante os primeiros dois annos da sua commissão v. ex.ª recebeu do thesouro publico, nem nos 40$000 réis que tambem mensalmente se lhe pagaram durante os tres subsequentes annos e um mez, que áquelles dois annos se lhes seguiram, porque, se me é permittida a comparação, a commissão litteraria de v. ex.ª e a dos mais escriptores subsidiados pelo governo são uma especie de empreitada, em que o mesmo governo nada tem, tanto com as despezas que os referidos escriptores hajam de fazer, para o cabal desempenho da sua commissão, como com o que gastam, quando commettem a outrem o trabalho que lhes foi posto a seu cargo. Se o argumento que v. ex.ª n'este sentido

apresenta lhe devesse aproveitar, o mesmo poderiam fazer igualmente os mais escriptores, e n'este caso a sua prestação desceria como a de v. ex.ª a muito menos do que v. ex.ª lh'a parece computar. Era isto o que tambem v. ex.ª deveria praticar com elles; mas não obstante tenho por inadmissivel o argumento de v. ex.ª sobre este ponto. Julgo tambem que se o escriptor subsidiado pelo governo para lhe escrever qualquer obra litteraria é empregado civil ou militar, a commissão de que se encarrega, alheia como é ás funcções do seu emprego, não o póde dispensar das obrigações d'este, porque se cumulativamente lhe não é possivel desempenhar uma e outra cousa, vencendo por ambas ellas, n'este caso não deve aceitar tal commissão, attenta a impossibilidade do seu desempenho. Á vista pois d'isto, julgo que o argumento de v. ex.ª sobre este ponto nada colhe tambem para o fim com que o apresenta.

O dizer eu que o governo cousa alguma obteve com o despendio que fez com v. ex.ª para lhe apromptar a obra historica que lhe confiou, não póde ser contrariado com a outra allegação que v. ex.ª apresenta, quando nos diz *ter feito juntar dezenas de milhares de documentos* (os quaes melhor lhe fôra apresentar em numeros exactos, do que no sentido vago em que o faz, para se não dizer haver n'isto uma exageração tanto ou ainda mais grave do que a minha), porque *juntar ou fazer juntar documentos* não é escrever a historia que se desejava, parecendo-me portanto que a minha asserção subsiste n'este caso em toda a sua plenitude. Verdade é que v. ex.ª póde allegar que os seus dois relatorios e as suas *dezenas de milhares de documentos,* se não são um serviço directo para a referida obra, são-no indirecto para ella se conseguir. Poderá ser isto assim; mas o certo é que nem as taes *dezenas de milhares de documentos* aproveitaram nas mãos de v. ex.ª, nem até hoje me consta que tambem tenham aproveitado nas de qualquer outro escriptor: o que quanto a mim posso affirmar afouto é que nunca os vi, nem tão pouco sei onde param, apesar da grande importancia que v. ex.ª lhes dá e do avultado numero em que tambem os computa. Mas

d'esta improficuidade é a propria pessoa de v. ex.ª quem indirectamente nos dá provas, quando confessa ter pedido ao ministerio da guerra, que da sua prestação mensal de 60$000 réis se lhe reservasse a de 20$000 réis, igualmente mensaes, devendo ser d'este desfalque indemnisado, logoque effeituasse a entrega do primeiro volume da sua historia, tendo por conseguinte os ditos 60$000 réis por paga superior, segundo parece, ao merito do seu trabalho preparatorio para o dito primeiro volume. Creio pois que todos me relevarão o erro de calculo em que n'esta parte caí, porque só por milagre alguem se podia lembrar de ser v. ex.ª o proprio, que tivesse por superior ao seu trabalho a prestação que recebia do governo para o desempenho da commissão que lhe confiára, cousa que por outro lado lhe honra muito o seu espirito de justiça.

Apesar do exposto, cumpre-me acrescentar que nunca foi do meu intento, nem ainda presentemente, o é, denegrir na mais pequena cousa o merito dos trabalhos de v. ex.ª, sem embargo de os não ter visto, nem o da pessoa de v. ex.ª, pois não me acompanhou no que de v. ex.ª disse na minha dita introducção a mais pequena idéa de malevolencia, para a qual não tinha de v. ex.ª motivo algum, sendo eu o proprio que, reportando-me ao que de v. ex.ª tenho ouvido dizer, o reputo um dos distinctos litteratos da nossa epocha, convencido de que, se não levou ao cabo a sua commissão, caso de força maior lhe obstou a isso, o que todavia não destroe a minha proposição, nem v. ex.ª a combate directamente, de que no fim de cinco annos e um mez de subsidio, gasto pelo governo com v. ex.ª e com o seu ajudante (aquelle a que acima me referi), não pôde elle governo obter a obra que desejava, sendo sómente isto o que eu pretendi demonstrar, tendo por secundaria a fixação certa da despeza perdida pelo mesmo governo, quanto á commissão de que v. ex.ª se encarregou.

Concluindo, tenho a honra de me assignar de v. ex.ª respeitador e servo.

Lisboa, 6 de setembro de 1871. = *Simão José da Luz Soriano.*

Sentimos que nos falte a permissão que desejavamos para publicarmos na integra, como era da nossa intenção, a carta que recebemos do sr. tenente coronel Cascaes, em resposta á que acima se acaba de ler, allegando-se para tal recusa o dever-se reputar como de caracter particular a correspondencia que houve entre mim e s. ex.ª, depois da carta que me dirigiu impressa em 25 de agosto ultimo. Sendo pois do dominio publico o primitivo debate que entre nós houve, temos por inadmissivel uma tal allegação, parecendo-nos forçoso que pela nossa parte exponhamos ao publico as rasões que tivemos, tanto para modificarmos o que com relação a s. ex.ª tinhamos dito na introducção á nossa *Historia da guerra da peninsula,* como para insistirmos n'aquillo em que nos não davamos por convencidos. De seis artigos se compõe portanto a resposta que por s. ex.ª nos foi dada em 21 do corrente. No 1.º diz s. ex.ª que não foi de 10$000 réis, mas sim de 12$000 a gratificação que dava ao individuo, que no ensino do collegio militar ía supprir as suas faltas; no 2.º, que o official que na escola do exercito se achava encarregado de receber e coordenar os documentos, que para ali enviava do archivo geral do ministerio da guerra, nem estava ás suas ordens, nem jamais recebeu gratificação alguma; no 3.º, que não ha exageração, quando affirma ter mandado para a escola do exercito *dezenas de milhares de documentos,* o que aliás se não deve entender por classifica-los, mas sim por aparta-los em globo e faze-los ajuntar em um ponto; no 4.º, que são verdadeiras as despezas feitas por s. ex.ª com transportes, compra de obras, etc.; no 5.º, que julga ter o sr. Latino Coelho mandado ir da escola do exercito os documentos que lhe pareceram mais importantes, bem como os 4:000 bilhetes, contendo os extractos de taes documentos, algumas cartas e um catalogo dos manuscriptos e impressos das obras relativas á guerra da peninsula, de que obteve noticia haver em Portugal, Hespanha, França, etc.; no 6.º, finalmente, que a remessa feita para a escola do exercito dos documentos, que para ali mandára do archivo geral do ministerio da guerra, e os 4:000 bilhetes dos já citados extractos, a par de algumas

cartas e do referido catalogo, são trabalhos que se não podem dizer inteiramente inuteis, como por nós foram classificados, tendo por menos justo o conceito que d'elles assim fizemos.

Em replica á citada carta que de s. ex.ª recebemos lhe dirigimos portanto uma outra do teor seguinte:

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Quando pelas quatro horas da tarde de hontem cheguei a minha casa, vim achar n'ella a carta que com a data de 21 do corrente mez v. ex.ª teve a bondade de me dirigir, em resposta á que eu lhe enviei na data de 6 tambem do corrente. Pela sua dita carta trata v. ex.ª de rebater, ou antes de attenuar o que eu na minha lhe dizia, em resposta á que pela imprensa v. ex.ª me havia dirigido em 25 de agosto proximo findo. O que v. ex.ª me expõe na sua dita carta de 21 do corrente são argumentos de consideração secundaria, que por modo algum destroem a fundamental proposição que emitti, de que, *tendo v. ex.ª recebido do estado durante cinco annos e um mez a quantia de 2:920$000 réis, para lhe escrever uma historia da guerra da peninsula, no fim d'aquelle tempo v. ex.ª rescindiu o seu respectivo contrato, sem nada lhe apresentar da referida historia, de que resultou perder o mesmo estado a somma que despendêra.*

Julga-me v. ex.ª injusto para comsigo o não lhe haver eu tomado em consideração a importancia dos trabalhos preparatorios a que se entregára para o desempenho da sua commissão, trabalhos que consistiram principalmente em extremar no antigo archivo do ministerio da guerra, quando existia no pavimento terreo do palacio da Ajuda, as suas *dezenas de milhares de documentos,* enviados por v. ex.ª para a escola do exercito. Mas como podia, ou posso eu elogiar os trabalhos de v. ex.ª a tal respeito, se eu não vi então, nem tenho visto depois taes documentos? Se desconheço a sua importancia, e se nem ao menos sei onde actualmente param, ignorando não menos que tenham servido a alguem para alguma cousa? Devo eu porventura elogiar como conhecida por mim uma cousa que effectivamente não conheço? Pois sendo v. ex.ª a

parte interessada n'este negocio, póde-me chamar injusto por não reproduzir nos meus escriptos o bom conceito em que v. ex.ª tem os seus proprios trabalhos? Estaremos ainda hoje no tempo de se jurar cegamente nas palavras do mestre? Creio que se tal fizesse, com rasão me accusariam de vendido a parcialidades, e o meu credito como historiador padeceria consideravelmente no publico, tendo-me com justa causa como filiado na *sociedade do elogio mutuo,* a que não pertenço.

O conceito que assim se fizesse de mim seria tanto mais verdadeiro, quanto que na primeira parte da synopse impressa dos documentos, enviados para a Torre do Tombo pelo sr. major Claudio de Chaby, se diz a pag. xv dos seus respectivos *Preliminares,* com relação aos documentos collegidos por v. ex.ª, o seguinte: «A pretexto de serem consultados para estudo historico os documentos relativos á guerra da peninsula, existentes no archivo geral do ministerio da guerra, consulta que bem e com os devidos proveitos poderia ali mesmo realisar-se, como em estabelecimento de tal ordem por toda a parte sempre e cautelosamente se pratica, permittiu-se a extracção dos ditos documentos para a escola do exercito, para onde em sete ou oito *carradas* foram transportados. *Sem que,* por motivos de que n'este logar nos não cumpre tratar, *aproveitasse aquella extracção* para o fim, aliás importante, que lhe fôra pretexto, e para o qual *infelizmente* se levára a effeito, só importou ella para o malaventurado archivo *nefasto acrescentamento de desordem e destruição.* Comprova esta *melancolica* verdade a official correspondencia que ao diante entendemos dever inserir, não só por dizer respeito ao assumpto de immediato interesse do archivo geral, de que nos occupâmos, mas por conter proveitoso exemplo, acaso tendente a evitar no futuro *desordem e destruição similhantes ás de que fazemos penosa allusão*».

Este juizo do sr. major Chaby é effectivamente corroborado pelo seguinte officio:

Ministerio da guerra — Repartição do gabinete. — Constando a s. ex.ª o ministro da guerra, que o tenente coronel

de artilheria, Joaquim da Costa Cascaes, quando foi exonerado do cargo que lhe havia sido commettido de escrever a *Historia da guerra peninsular*, deixára ficar na escola do exercito, em uma casa em condições pouco favoraveis para serem arrecadados, os documentos e mais papeis que deviam servir para o esclarecer na elaboração d'aquelle trabalho; e desejando o mesmo ex.mo ministro que os referidos documentos e mais papeis sejam convenientemente guardados para se não inutilisarem pelas más condições em que actualmente se acham, encarrega-me de dizer a v... que se sirva de ir á referida escola para tomar conta d'elles, *fazendo-os catalogar e guardar* em uma casa apropriada, que póde ser um dos quartos do edificio onde esteve o extincto commando em chefe do exercito. Deus guarde a v... Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 7 de março de 1868. = O chefe da repartição, *João Pinto Carneiro*, major.»

Se portanto acreditarmos no que officialmente se acaba de ver, devemos inferir que os trabalhos de v. ex.ª, com relação aos seus allegados documentos, apenas se limitaram á simples remoção que d'elles se fez do palacio da Ajuda para a escola do exercito, remoção que, em vez de util, se tornou nociva ao fim a que se propunha, asserção que ainda assim me não julgo auctorisado a fazer pela minha parte, por isso que, como já disse, não conheço por exame propriamente meu a importancia de taes documentos, nem tão pouco sei onde param. Julgando pois ter dito bastante para me livrar da feia accusação de injusto, que v. ex.ª me faz para com a sua pessoa, por não ter avaliado devidamente a excellencia dos seus trabalhos, direi que quanto aos mais artigos da sua citada carta de 21 do corrente, é da minha intenção submetter-me ao imparcial juizo do publico sobre esta questão, pois se houver de dar á luz, como tenciono, esta nossa correspondencia, irá n'ella incluida a sua dita carta de 21 do corrente, visto não me constar tê-la v. ex.ª publicado nos jornaes, porque aliás tornar-se-ía inutil esta minha publicação, inutilidade que portanto se dá com a primeira carta que v. ex.ª me dirigiu em 25 do mez proximo findo, em rasão da sua publica-

ção nos jornaes. Não posso todavia deixar de mencionar que, quer v. ex.ª desse 10$000 ou 12$000 réis ao individuo que ia supprir as faltas de v. ex.ª no ensino do collegio militar, e quer tambem recebesse ou não gratificação o official de caçadores que v. ex.ª me diz ter o sr. marquez de Sá da Bandeira mandado para a escola do exercito, com o fim de coordenar os documentos que v. ex.ª para ali enviasse, nada d'isto destroe o facto já por mim annunciado, de que v. ex.ª recebeu do estado durante cinco annos e um mez a quantia de 2:920$000 réis para o desempenho de uma commissão litteraria que não realisou, quer fossem quer não justas as causas que para isso houve.

Repito novamente o que já disse na minha carta anterior, que nunca tive em vista menoscabar o merito pessoal de v. ex.ª, nem tão pouco o dos seus trabalhos sobre a materia em questão. O meu unico fim era o fazer conhecer do publico o singular contraste que se tem dado entre a severidade usada para commigo, por parte da repartição do gabinete do ministerio da guerra desde 1868 até hoje, e a benevolencia por elle tida para com outros escriptores subsidiados igualmente pelo referido ministerio, não obstante ter eu menos vantagens do que elles, e haver escrupulosamente cumprido até hoje com as obrigações que sobre mim tomei, o que v. ex.ª não pôde fazer. Para prova do que digo citarei o seguinte caso. Diz-me v. ex.ª na sua carta de 21 do corrente, a que esta responde, que nada mais fez do que *apartar* no archivo geral do ministerio da guerra os documentos que lá achára, relativos á guerra da peninsula, trabalho em que parece ter v. ex.ª consumido os seus cinco annos e um mez, e eu que, sómente durante os dois annos que para isto se me deram, não só apartei, mas li, examinei e extractei no archivo da secretaria dos negocios estrangeiros, em maços e maços da correspondencia, que a mesma secretaria recebeu das nossas legações de Madrid, París e Londres desde 1777 até 1814, o que igualmente fiz com a correspondencia que a mesma secretaria expediu para taes legações; eu que alem d'isto tambem alguma cousa li, examinei e extractei no archivo da se-

cretaria do reino, e no archivo da antiga intendencia geral da policia; eu que tudo isto fiz em tão pouco tempo, tive a sorte do sr. conselheiro procurador geral da corôa, Mártens Ferrão, me querer n'um seu parecer impor de mais a mais a obrigação de dever apresentar gratuitamente na integra a copia dos muitos documentos que entendi annexar como peças justificativas á historia de que me encarreguei[1]. Talvez que

[1] Diz o sr. Mártens Ferrão no seu parecer que os documentos são do governo, asserção que nós com s. ex.ª igualmente repetimos, confirmando que os documentos são na sua maior parte effectivamente do governo. Sendo pois do governo, dirá mais s. ex.ª, lá os tem elle nos seus archivos, podendo em tal caso manda-los imprimir quando quizer. De acordo; mas a difficuldade consiste em não serem do governo todos os que vão citados na obra, e mesmo dos que são seus não sabe os que são citados, nem onde estão nos archivos, acrescendo por outro lado que, mesmo sabendo isto, era impraticavel privar os referidos archivos dos documentos que contém para os mandar para a imprensa, pois quando lhe convem fazer a publicação de alguns a pratica é mandar tirar copia d'elles, sendo estas as que vão para a imprensa, e a tiragem d'essas copias importa trabalho, o qual é sempre retribuido á pessoa a quem se commette, o que s. ex.ª parece aliás desconhecer, apesar de ter já sido ministro d'estado e deputado em varias legislaturas, sendo a par d'isto chefe de uma repartição tão grave e importante como a da procuradoria geral da corôa. Se pois o governo conveiu na annexação dos documentos em questão á presente obra historica, forçoso é que retribua ao seu auctor o trabalho das buscas e o das copias que d'elles tem de tirar, aliás ficará sem elles se publicarem. Por outro lado acresce ainda mais que a ordem por que os originaes documentos se acham nos archivos publicos, tanto os que por soltos formam os maços que estão nas suas estantes, como os que se contém nos seus livros de registo, é a chronologica, ao passo que aquella por que vão citados é a das materias, d'onde resulta que para se evitarem os gravissimos erros de collocação, que na imprensa provavelmente se commetteriam, quando para ella se mandassem os volumes de documentos escriptos pela citada ordem chronologica, cousa que obrigaria o compositor a andar constantemente a saltea-los, necessario é proceder-se a uma nova tiragem d'elles por ordem de materias, que é a da sua citação, como já se disse, o que faz com que o trabalho de cada um dos referidos volumes de documentos seja tanto ou ainda mais grave e improbo que o dos volumes do texto. Parece-nos portanto que s. ex.ª, o sr. conselheiro João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, não prestou no seu respectivo parecer a esta especie de trabalho aquella seria attenção e maduro exame que lhe devia merecer, não

s. ex.ª julgasse que na minha dita busca e exame me foi posta ás minhas ordens pelo menos uma boa meia duzia de amanuenses; se assim o pensou enganou-se, e não menos se enganou em cuidar que todos os documentos que cito se acham nos referidos archivos, pois muitos ha què só deverei ao favor de amigos particulares, quando porventura hajam de fazer parte da minha historia, e outros irei mendigar a obras impressas nacionaes e estrangeiras.

Agradeço a v. ex.ª a bondade de me enviar com a sua respectiva carta um exemplar lithographado do catalogo das obras manuscriptas e impressas, relativas á guerra da peninsula, de cuja existencia ha noticia em Portugal, Hespanha, França, etc., catalogo muito similhante ao que o sr. coronel de engenheiros, Antonio Pedro de Azevedo, me tinha já offerecido como fructo do seu trabalho, e cuja bondade para commigo lhe dispensei, porque o tempo que o governo me dá para lhe escrever a minha historia é tão limitado, que me não permitte a leitura das centenas de obras que figuram no referido catalogo, e nem mesmo de alguma parte d'ellas. E todavia, duvidando o mesmo governo dar-me apenas quatorze mezes para lhe apresentar o manuscripto de cada um dos meus volumes, ainda ultimamente lhe pareceu muito, propondo-me a já citada repartição do gabinete do ministerio da guerra a reducção d'aquelles quatorze mezes a um anno! É de crer que o auctor de tal proposta, julgando os mais por si, podesse desempenhar pela sua parte a commissão litteraria que sobre mim tomei no curto espaço de tempo que me quiz impor; mas é sempre muito enganador ajuizar cada um por si os mais individuos. Todavia espero que v. ex.ª e o publico me farão a justiça de acreditar que recusei um pouco formalisado similhante proposta, attenta a impossibilidade de a poder devidamente cumprir. Por aqui verá ainda mais v. ex.ª se eu tenho ou não rasão bastante para me queixar da severidade empregada para commigo por aquel-

obstante a grande reputação da sua tão elevada e conspicua intelligencia, e haver tido o respectivo processo por mais de seis mezes na sua mão.

la repartição, contrastando com a nimia benevolencia que por parte d'ella me parece ter havido para com outros escriptores.

Terminando aqui esta tão extensa carta, é do meu dever assignar-me de v. ex.ª attento, venerador e servo.

Lisboa, em 22 de setembro de 1871.=*Simão José da Luz Soriano.*

Esta carta teve ainda em resposta uma outra do sr. tenente coronel Cascaes, com data de 24 do corrente, na qual, manifestando-me o desejo de se não publicarem as cartas que me enviava em manuscripto, insistia em que eu, sem faltar aos dictames da minha consciencia, poderia dizer, que em vista dos esclarecimentos que me fornecêra, o estado não perdêra inteiramente, mas só em grande parte, a somma que despendêra com s. ex.ª [1] Alem d'isto mostrava-se sobremodo admirado da participação que lhe fiz em o terem inculpado da deterioração e ruina por que passaram os documentos que enviára para a escola do exercito, quando s. ex.ª nada tinha com o destino e arrecadação que na referida escola se lhes dava. Reputava pois a censura que sobre este ponto se lhe fizera por cousa até inaudita, á vista do facto de ser s. ex.ª o proprio que no seu relatorio do mez de dezembro de 1864 expozera á mesma repartição do gabinete do ministerio da guerra, que o censurava, a conveniencia dos indicados documentos, ou ao menos parte d'elles, serem removidos para outras casas, que se achassem em melhores condições do que

[1] Nenhuma duvida teriamos em dar por proveitoso o trabalho de s. ex.ª se estivessemos convencidos de que uma simples remoção de documentos, feita no espaço de cinco annos e um mez por s. ex.ª do pavimento terreo do palacio da Ajuda para a escola do exercito, tinha realmente o caracter de proveitoso que lhe attribue; mas ainda assim seria para nós delicado fazer tal asserção, pois a teria o publico por falta de verdade, vendo-a contrariada por documentos officiaes, que correm impressos no mesmo publico, documentos em que tão terminantemente se diz que similhante remoção, bem longe de ser proveitosa, *foi um nefasto acrescentamento de desordem e confusão, sem que aproveitasse a sua extracção para o fim, aliás importante, que lhe fôra pretexto.*

aquellas em que por então existiam, não lhe competindo a elle fazer similhante mudança, por não ser s. ex.ª o encarregado da conservação dos documentos por elle mandados para a dita escola do exercito. Se pois s. ex.ª nada tinha com taes documentos, desde o momento em que lhe saíam das mãos para a repartição que os recebia, sendo ella a unica responsavel pela sua conservação, pelo facto do seu recebimento, parece-nos clara a injustiça que ao sr. tenente coronel Cascaes fizera a repartição que o censurou, pondo-lhe a seu cargo culpas que verdadeiramente lhe não pertenciam. Entretanto o publico ajuizará, tanto d'este negocio, como da contestação entre mim e s. ex.ª, como por bem entender.

SYNOPSE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO SEGUNDO VOLUME DA SEGUNDA EPOCHA

Capitulo I.—No meio das difficuldades para centralisar a revolução da Hespanha, e das reciprocas rivalidades dos generaes hespanhoes (entre os quaes se contava o marquez de la Romana, depois que viera da Dinamarca), quatro grandes exercitos poz a mesma Hespanha em campo contra os francezes, circumstancia que obrigou Napoleão, depois da sua conferencia com o imperador Alexandre da Russia em Erfurth, a marchar para a peninsula com um poderoso exercito, á testa do qual os seus generaes derrotaram os hespanhoes em Espinosa, Gamonal e Tudela, entrando elle Napoleão em Madrid, depois de ter igualmente vencido a resistencia que achou na passagem de Somo-Sierra. Pondo-se em marcha contra o exercito inglez de sir John Moore, que de Portugual tinha entrado em Hespanha, foi até Astorga, d'onde repentinamente voltou para Valladolid, e depois para França, commettendo ao marechal Soult o cuidado de expulsar da peninsula os inglezes, os quaes foram effectivamente obrigados a embarcar-se na Corunha para o seu paiz, depois da batalha que n'aquella cidade tiveram de aceitar aos francezes, morrendo n'ella o proprio sir John Moore. Sobre os embaraços que os governadores do reino de Portugal tinham para o cabal desempenho das suas funcções, contando-se entre taes embaraços a opposição que lhes fazia o proprio bispo do Porto, sobreveiu a noticia dos desastres do exercito inglez na Hespanha, noticia que então obrigou o governo britannico a querer tomar a seu soldo um exercito portuguez, destruida em parte a má opinião que na Inglaterra havia contra o caracter militar dos portuguezes, por effeito das informações dadas em contrario por sir Roberto Wilson,

commandante da leal legião lusitana, que primitivamente se organisára na mesma Inglaterra, d'onde veiu para Portugal, prestando cá relevantes serviços. Emquanto pois os citados governadores do reino tratavam da melhor collocação das tropas portuguezas para a defeza do paiz, não obstante o mau estado em que ainda se achavam, e o pouco cuidado que tinham tido em as organisar melhor, o general inglez sir John Cradock dispoz-se, não só a saír de Portugal para Inglaterra, fazendo mão baixa nos navios portuguezes que ainda estavam no Tejo, mas tambem a destruir tudo quanto podesse ser vantajoso aos francezes, pag. 1.

Synopse do capitulo

Consideração geral sobre a revolução da Hespanha e difficuldades de lhe dar nexo e unidade; desintelligencias entre os generaes Blake e Cuesta, de que os francezes tiraram vantagem, pag. 1 e 2. — Continuação da consideração sobre a revolução da Hespanha; volta do marquez de la Romana para a sua patria, pag. 4 e 5. — Sua situação no norte da Europa, e modo por que effeituou a sua dita volta, pag. 6. — Quatro exercitos formados na Hespanha, e reforço que a Inglaterra lhes pretende dar: más circumstancias dos hespanhoes para uma guerra, pag. 7. — Napoleão vem de Erfurth para París, onde organisa o exercito contra a Hespanha em oito corpos, cujos commandantes se designam, pag. 9. — Falla que o mesmo Napoleão faz ao corpo legislativo francez, vindo depois para a Hespanha, dirigindo-se a Vittoria: Lefebvre expulsa os hespanhoes de Durango, pag. 11. — Começo das operações por parte dos francezes, designando-se a incumbencia dos seus respectivos corpos: derrota do general Blake em Espinosa aos 10 e 11 de novembro de 1808, pag. 13. — Continuação da precedente materia, pag. 14. — Napoleão continua de Vittoria a sua marcha para Burgos: exercito hespanhol de Belveder, pag. 15. — Nova derrota dos hespanhoes em Gamonal, perto de Burgos, onde os francezes entram, pag. 16. — Napoleão dirige-se tambem para Burgos, onde se mostra severo: exercito hespanhol da direita, pag. 17. — Derrota do general Castanhos em Tudela em 23 de novembro de 1808, pag. 18. — Considerações sobre as precedentes derrotas, e estado da Hespanha por aquelle tempo, pag. 20. — Marcha de Napoleão para Madrid; tomada do Retiro, pag. 21. — Seus decretos e medidas, depois da sua entrada n'aquella capital, pag. 23. — Novas disposições militares de Napoleão, contrastando com o miseravel estado em que as cousas se achavam por então na Hespanha, quanto aos seus exercitos, pag. 24. — Continuação da precedente materia, pag. 26. — Segundo cerco de Saragoça, pag. 27. — Seu infeliz desfecho, pag. 29. — Sir John Moore dirige-se para Salamanca, quasi pelo mesmo tempo em que tiveram logar as derrotas dos hespanhoes em Espinosa, Gamonal e Tudela, pag. 30. —

Capitulo II. — Quando a côrte do Rio de Janeiro mandava que se pedisse ao governo britannico um general inglez para commandar em chefe o exercito portuguez, o referido governo, perdendo a confiança no auxilio das tropas hespanholas, depois das suas muitas derrotas, e do desastre de sir John Moore, achava-se por então decidido a tomar a seu soldo 20:000 portuguezes, a dar o commando do exercito inglez na peninsula a sir Arthur Wellesley, e a offerecer a sir William Carr Beresford o commando em chefe do exercito portuguez. Entretanto o marechal Soult appareceu nas margens do rio Minho para invadir Portugal pelo norte, e sendo repellido n'esta sua tentativa junto a Valença, dirige-se depois para Orense, e d'aqui para Traz os Montes, onde tomou Chaves, vindo por fim a Braga, depois de ter derrotado em Carvalho d'Este um grande numero de povo armado, o qual se manchára pela sua insubordinação com o feio crime de assassinar o seu proprio general, o infeliz Bernardim Freire de Andrade. De Braga marchou o mesmo Soult para o Porto, onde a populaça, apoiada no respectivo bispo, arvorado em general em chefe para a defeza da dita cidade, se achava igualmente insubordinada, a ponto de lá matar quantos individuos julgou addictos aos francezes; mas as tropas de Soult, penetrando nas respectivas linhas, de prompto afugentaram d'ellas os seus defensores, dos quaes uma grande parte foi encontrar a morte no Rio Douro, por se acharem abertos os alçapões da ponte de barcas, que n'elle então havia, quando para ella fugia em tropel, sendo innegavel que para o triumpho dos francezes muito concorreu a cobardia de alguns dos generaes portuguezes, um dos quaes se mandou depois responder a conselho de guerra, dando a sua

absolvição logar a importantes considerações. Finalmente desculpam-se os portuguezes nas suas barbaridades contra os francezes, já pelo exemplo que para isto lhes forneciam os povos das nações mais civilisadas da Europa, e já pelo direito de represalia que os mesmos francezes lhes davam com a sua conducta, ou com as barbaridades que sem piedade alguma contra elles igualmente commettiam, pag. 73.

Synopse do capitulo

Golpe de vista sobre as principaes providencias militares tomadas por Napoleão para a definitiva occupação da Hespanha, depois das suas victorias em Espinosa, Gamonal e Tudela, e da reinstallação de seu irmão José em Madrid em 23 de janeiro de 1809, pag. 73 a 75. — Proseguimento da precedente materia, pag. 77. — A côrte do Rio de Janeiro ordena que se peça ao governo inglez o general sir Arthur Wellesley para commandante em chefe do exercito portuguez: rasões de sympathia dos portuguezes para com este general: na falta d'elle lembra sir William Carr Beresford, pag. 79. — Mallógro da espectativa do governo inglez em occupar com tropas suas a cidade de Cadix, para onde mandára uma expedição, em que entravam algumas das tropas que tinha em Portugal, o qual parecia assim ficar abandonado, pag. 82. — Definitiva nomeação de sir William Carr Beresford para commandante em chefe do exercito portuguez; patente de marechal do exercito que se lhe dá, e attribuições que se lhe conferem, pag. 83. — Ligeira biographia d'este general, pag. 86. — Qualidades que desenvolveu no commando do exercito portuguez: titulos e avultada pensão que Portugal lhe deu, pag. 87. — É em Thomar que o marechal Beresford vae assumir o commando do referido exercito: vicissitudes por que a força militar entre nós tinha passado, pag. 89. — Modo por que o marechal Beresford procedeu á organisação e disciplina do exercito portuguez, pag. 91. — O ministerio inglez, propenso a abandonar a defeza de Portugal, desiste d'essa idéa, por effeito de uma memoria de sir Arthur Wellesley, redigida em sentido opposto, pag. 93 a 96. — A indispensabilidade do auxilio do exercito portuguez na luta da Inglaterra contra a França sir Arthur Wellesley a tinha já manifestado na sua correspondencia official em 1808, pag. 97. — Os exemplos das guerras de Viriato e Sertorio, feitas na Lusitania contra os romanos, foram talvez as que suggeriram ao referido sir Arthur Wellesley o poder fazer o mesmo com relação aos francezes, pag. 98. — Quanto á defeza de Lisboa por meio de linhas de fortificação era cousa sabida já entre nós desde o tempo de el-rei D. Fernando I e de seu irmão D. João I, pag. 99. — Sir Arthur Wellesley é effectivamente nomeado pelo seu governo para commandante em chefe do exercito inglez na peninsula, não obstante as difficuldades levantadas contra tal nomea-

da respectiva ponte, o que por fim conseguiram. O coronel Trant póde tambem pela sua parte fazer com que os mesmos francezes se não adiantassem para áquem do Vouga, empreza que o coronel Wilson pela sua parte favoreceu, embaraçando ao general Lapisse a sua entrada em Portugal. Quando a Hespanha se achava aterrada pela derrota do general Cuesta em Medelin, é quando sir Arthur Wellesley, nomeado commandante em chefe do exercito inglez na peninsula, desembarca em Lisboa, e auxiliado pelo marechal Beresford, marcha sobre o Porto, d'onde não só expelle Soult, mas até o obriga a fugir precipitadamente de Portugal, pag. 175.

Synopse do capitulo

Soult faz da cidade do Porto a base das suas operações, onde achou elementos para isso: Lapisse deixa as fronteiras de Portugal para se dirigir novamente a Salamanca, e Victor, deixando de ameaçar o Alemtejo, marcha contra o general hespanhol D. Gregorio de la Cuesta, pag. 175.— Distribuição das forças do exercito francez; resistencia que encontra em Ponte de Lima o general Heudelet, reunido ao general Lorges, pag. 177.— Continuação da resistencia de Ponte de Lima: Valença abre as suas portas ao citado general Heudelet, a que se seguem outras mais terras do Minho, pag. 178 e 179.—Generosa conducta do marechal Soult para com os portuenses, entre os quaes conseguiu formar um partido seu, de que foi orgão um periodico intitulado *Diario do Porto,* pag. 180.—Notavel tirada d'este periodico contra a casa de Bragança e a favor de Soult, pag. 182.—Supplica de uma deputação, vinda de Braga ao Porto com o fim de pedir o marechal Soult para rei de Portugal, pedido que igualmente foi feito pelas auctoridades ecclesiasticas, civis e militares da mesma cidade do Porto, constituidas tambem em deputação, pag. 183.— Discurso do corregedor da comarca do Porto ao marechal e resposta d'este: procedimento que os governadores do reino tiveram depois sobre este assumpto, pag. 184.—Notavel tirada de um folheto que tambem se imprimiu no Porto em favor das pretensões de Soult, durante a estada d'este general n'aquella cidade, tirada em que se invectivam os inglezes, pag. 185.—Continuação da referida tirada, pag. 187 a 191.—Considerações sobre as pretensões reaes ou suppostas do marechal Soult, pag. 192.— Um partido das tropas de Trant mata alguns francezes de uma escolta do tenente coronel Lameth, de cavallaria franceza, pag. 193.—Ordem do dia do marechal Beresford, participando ao exercito portuguez a entrada dos francezes no Porto, pag. 195.—Artigo da *Gazeta de Lisboa,* participando ao publico o mesmo acontecimento, pag. 196.—Planos do marechal Beresford para atacar Soult no Porto, desattendidos por sir John Cradock, pag. 197.—O mesmo Beresford tambem não julga pela sua parte attendiveis os dos governadores do reino, quanto á defeza da pe-

Synopse do capitulo

Os projectos de sir Arthur Wellesley, sendo vantajosos para a Gran-Bretanha, são em grande parte damnosos para Portugal, sem compensação alguma para este reino, pag. 279. — Retrocesso das tropas inglezas e portuguezas do norte para o sul do reino, e planos de ataque contra o marechal Victor, de combinação com o general hespanhol D. Gregorio de la Cuesta, pag. 280 e 281. — Valorosa resistencia feita em 14 de maio de 1809 na ponte de Alcantara aos francezes por um batalhão da leal legião lusitana e outras mais tropas portuguezas, commandadas pelo coronel Mayne, pag. 282. — Continuação dos successos da ponte de Alcantara, em que se cobriu de gloria um batalhão da leal legião lusitana, pag. 284. — O marechal Victor novamente abandona a cidade de Alcantara, que tornou a ser occupada pelos alliados, indo aquelle general tomar posição em Plasencia, pag. 286. — Operações do marechal Ney nas Asturias, onde destroçou o marquez de la Romana, que d'ali se escapou para a Galliza, para onde o mesmo Ney tornou a ir, combinando ali com Soult as suas ulteriores e reciprocas operações, pag. 287. — Continuação das operações dos marechaes Ney e Soult, pag. 288 e 289. — Beresford marcha com as tropas portuguezas do sul para o norte do reino, indo tomar posição junto ao Agueda, retirando-se da Galliza os referidos marechaes de França, pag. 290. — Batalha da aldeia de Santa Maria, em que o general Blake é derrotado por Suchet, sendo-o novamente por este mesmo general em Belchite, de que resultou ficar o mesmo Suchet senhor de todo o Aragão, pag. 291. — Estado da Catalunha por aquelle tempo, pag. 292. — Forças do exercito francez em Hespanha no anno de 1809, montando a 275:000 homens, pag. 293. — Praças que o referido exercito tinha na mesma Hespanha em seu poder; todavia os hespanhoes tinham para si, sem fundamento plausivel, que a situação dos francezes era má, e que em breve teriam de se retirar para França, pag. 294. — Exercitos hespanhoes da direita, centro e esquerda, seus generaes e praças que tinham por suas, pag. 295. — Má vontade da junta suprema para com o general Cuesta, cuja reputação era muito maior que a capacidade militar que tinha mostrado; Venegas é posto pela mesma junta á testa do exercito da Carolina, notando-se assim, não só as grandes desintelligencias dos generaes hespanhoes entre si, mas igualmente as d'elles para com a referida junta suprema, o que não obstou a que sir Arthur Wellesley se prestasse a cooperar com os hespanhoes em similhantes circumstancias, pag. 296. — Difficuldades com que sir Arthur Wellesley lutava, doenças, falta de dinheiro, etc., para poder entrar em Hespanha, como tanto desejava, pag. 298. — Forças que se dizia terem os generaes Cuesta e Venegas, pag. 299. — Força do exercito inglez; calculos e planos de sir Arthur Wellesley destruidos na pratica, pag. 300. — Organisação do exercito inglez por occasião da sua saída de Abrantes para Hespanha; mo-

---

cimento das guerrilhas, depois de tantas derrotas dos exercitos hespanhoes, não podia embaraçar as operações dos exercitos francezes, e já porque o rei José e o marechal Soult, tendo-se dirigido contra a Andaluzia, haviam obrigado a junta central a retirar-se de Sevilha para Cadix. O estado politico da Hespanha não estava com melhor aspecto; dois partidos havia na referida junta, um dos quaes trabalhava para a installação de uma regencia, com o fim de manter as instituições da velha monarchia, o outro instava pela convocação das côrtes, sendo o resultado d'isto o odio geral contra a mesma junta, e a necessidade em que se via de nomear em Cadix uma regencia que a substituisse, baldando-se os esforços do ministro portuguez para que a nomeação recaisse na princeza do Brazil D. Carlota Joaquina, a favor da qual conseguiu todavia o reconhecimento dos seus direitos eventuaes á corôa da Hespanha, mallogrando-se por aquella occasião um projecto de tratado com esta potencia, em que se consignava a restituição de Olivença a Portugal, mallogro filho da opposição que lhe fez o embaixador britannico, e da da propria côrte do Rio de Janeiro. Quanto a Portugal, continuava da parte do governo do Brazil o seu abjecto servilismo para com a Inglaterra, não obstante as offensas que d'ella havia e a ruina que occasionára á nossa navegação e commercio, já pelo apresamento dos navios portuguezes, effeituado pelo bloqueio que pozera ao Tejo desde novembro de 1807, e já pelos tratados de commercio e alliança que nos extorquira em 1810. Foi a mesma Inglaterra a que solicitou e obteve da côrte do Rio de Janeiro duas successivas mudanças dos governadores do reino, na primeira das quaes foi introduzido lord Wellington, e na segunda o ministro inglez em Lisboa. Como consequencia de tantos desvarios e prepotencias da familia Linhares, appareceu em Londres em opposição a ella o *Correio braziliense* e outros mais jornaes, e no Rio de Janeiro Antonio de Araujo, por effeito de uma representação que entregou ao principe regente, sendo o resultado d'isto o incitamento geral dos portuguezes para o estabelecimento do governo parlamentar, incitamento provocado tambem em alto grau por aquelles mesmos jornaes, pag. 351.

Synopse do capitulo

Estado da Europa com relação á França em 1810, tornando-se esta potencia hostil a Roma, tirando-lhe tres legações, que annexou ao reino da Italia, pag. 351. — A batalha de Wagram, ganha por Napoleão aos 13 de maio de 1809, submette novamente a Austria ao poder da França: mallogro das expedições inglezas, destinadas a Napoles, bem como ao Escalda e ilha de Walkeren, pag. 353. — Paz da Austria com a França em 14 de outubro de 1809: grande poder de Napoleão na Europa e seu casamento com a archiduqueza Maria Luiza, pag. 354 e 355. — A Hes-

deixaram jamais de ser seus fieis partidistas, pag. 406. — Historia dos partidos francez e inglez que entre nós houve, pag. 408. — Continuação da precedente materia, pag. 409 a 411. — Entre os escandalos que Portugal tinha do governo inglez figurou sobremaneira o apresamento dos navios portuguezes, pag. 412. — Continuação da materia dos apresamentos, pag. 413 a 415. — Historia dos ominosos tratados de commercio e alliança feitos com Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810, sendo os seus primordiaes promotores os dois irmãos Linhares, pag. 416 a 422. — O conde de Linhares, querendo galardoar os suppostos serviços que seu irmão e lord Strangford prestaram na negociação de similhantes tratados, trabalha para que a legação portugueza em Londres e a ingleza no Brazil sejam elevadas á categoria de embaixadas, pag. 424. — Multiplicadas duvidas e difficuldades que appareceram na execução do tratado de commercio acima mencionado e principaes capitulos das suas disposições relativas a Portugal, pag. 425. — Commissão nomeada em Londres para a resolução das ditas duvidas, e rapida analyse de alguns dos seus artigos, pag. 426 a 429. — O tratado de alliança com Inglaterra, feito na mesma data do do commercio, não foi menos vexatorio do que elle para Portugal, pag. 431 e 432. — A Inglaterra nunca cumpriu as disposições onerosas a que para comnosco se obrigára nos seus respectivos tratados, pag. 433. — Foi D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho quem levou a côrte do Brazil á primeira modificação pessoal, feita nos governadores do reino em 6 de julho de 1809, sendo tambem considerado como tal sir Arthur Wellesley, servindo-se para isto de mr. Canning, pag. 434 a 436. — Lord Wellington, deixando o exercito em Badajoz, vem tomar posse do seu logar de governador do reino: cartas do bispo do Porto para o ministro de Portugal em Londres e *vice-versa,* pag. 437. — Cypriano Ribeiro Freire é demittido de presidente do erario e de ministro dos negocios estrangeiros por intrigas de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, sendo nomeado para a dita presidencia o conde de Redondo, passando os negocios estrangeiros para a secretaria da guerra, pag. 438. — Postoque a côrte do Rio de Janeiro não annuisse á demissão de Cypriano Ribeiro Freire, leva-se todavia a effeito por ter lord Wellington dado informações mais favoraveis ao serviço do conde de Redondo no erario do que ás d'elle Cypriano: queixas feitas para o Brazil pelos governadores do reino por se lhes ter contrariado a citada demissão, pag. 439. — Favoraveis informações dos mesmos governadores a respeito do conde de Redondo, pag. 441. — Intrigas dos irmãos Linhares contra Antonio de Araujo, pag. 442. — Representação que o mesmo Antonio de Araujo dirigiu ao principe regente contra os irmãos Linhares: o principe era o proprio que parecia caprichar em trazer intrigados os seus conselheiros, pag. 444. — O *Correio braziliense,* periodico que se imprimia em Londres, declara-se em opposição ao ministro de Portugal n'aquella capital, o que se prova por uma tirada que d'elle se transcreve, pag. 446 e 447. —

Exigencias infructuosamente feitas ao governo inglez pelo ministro de Portugal em Londres, para que o redactor d'aquelle periodico se mandasse saír da Gran-Bretanha: a côrte do Rio de Janeiro tambem se pronuncia contra o dito redactor, procurando diminuir o consumo do seu respectivo jornal, pag. 449. — Publica-se em Londres, por parte do governo, um outro jornal com o titulo de *Investigador*, para contrabalançar a opposição do *Correio braziliense*, lançando-se mão do suborno para com o redactor d'este, pag. 450. — Importancia que não obstante o exposto continuou a ter similhante jornal, pag. 451. — Officio de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho para o Rio de Janeiro, em que trata do *Correio braziliense*, do dr. Heliodoro Carneiro e de José Anselmo Correia, pag. 452. — O jornalismo portuguez em Londres tinha por fim diffundir as idéas liberaes em Portugal, para a propagação das quaes havia já concorrido a administração do marquez de Pombal, pag. 455. — Impulso que entre nós foram tendo similhantes idéas, pag. 456. — Motivos de descontentamento que contra si levantaram os governadores do reino; imposição de tributos por elles decretada, chamada *contribuição de defeza;* receita e despeza do estado em 1809 e seu enorme *deficit*, pag. 457 e 459. — Justos clamores do publico contra a introducção de lord Wellington no numero dos governadores do reino, pag. 461. — Lord Strangford exige no Rio de Janeiro uma nova modificação na regencia, querendo que o ministro inglez em Lisboa fosse nomeado governador do reino, e que se convocassem as côrtes, sendo a isto que o governo do Rio de Janeiro se mostrou adverso, pag. 462. — O conde de Linhares e seu irmão D. Domingos, elevado já ao titulo de conde do Funchal, opposto tambem á dita convocação; decreto da segunda modificação pessoal dos governadores do reino, sendo n'ella contemplado effectivamente como tal o ministro inglez em Lisboa, sir Carlos Stuard, pag. 463 e 464. — Proclamação dos governadores do reino, fazendo publica a nomeação do citado ministro inglez, pag. 466. — Juizo critico sobre os novamente nomeados, e motivos da indisposição publica contra elles, pag. 468 a 471.

Capitulo VI. — Ao passo que os generaes francezes invadem o sul da Hespanha com os seus exercitos, o general Bonnet trata pelo norte de se assenhorear das Asturias, sem que a Galliza lhe embarace as suas operações, e o general Junot de se assenhorear de Astorga, como conseguiu, podendo portanto dizer-se que Cadix e Portugal eram na peninsula os unicos pontos de resistencia seria aos francezes. Em Inglaterra, apesar da vehemencia da opposição parlamentar e da quéda do ministerio de lord Castlereagh, persiste-se na continuação da guerra contra a França, decidindo-se o novo ministerio britannico, pela resolução em

que lord Wellington estava de defender Portugal a todo o custo, em elevar o exercito portuguez, subsidiado pela Gran-Bretanha, á força de 30:000 homens, circumstancia que obrigou os governadores do reino a cuidarem na remonta da cavallaria e no recrutamento do exercito, creando tambem mais quatro corpos de milicias em Lisboa, e seis batalhões de caçadores de primeira linha. Pela sua parte o marechal Beresford, não só começa a elogiar nas suas ordens do dia a disciplina das tropas portuguezas, mas até a dar d'ellas favoraveis informações aos governadores do reino, os quaes, pelo bom conceito que tambem d'ellas faziam, tomaram a resolução de offerecer a lord Wellington o regimento de infanteria n.º 20, para com as forças inglezas ser igualmente empregado na defeza de Cadix, como effectivamente foi. Entretanto lord Wellington, vendo que para resistir aos francezes não podia contar com os exercitos hespanhoes, mas sómente com o exercito luso-britannico, cujas forças eram desproporcionadamente inferiores ás do inimigo, decidiu-se a fortificar Lisboa por meio das famosas linhas de Torres Vedras, que activamente cuidou em levantar, emquanto o exercito francez, com que o marechal Massena se dispunha a invadir Portugal, se entretinha na fronteira com a tomada da Cidade Rodrigo. Ainda assim a opposição parlamentar ingleza continuava nas suas aggressões, não só contra o ministerio britannico, mas até mesmo contra Portugal, pagando-lhe assim, tanto a dita opposição, como o referido ministerio, com a mais dura ingratidão os pesados sacrificios que este reino estava fazendo na sua sustentação da luta contra a França, pag. 473.

Synopse do capitulo

Rasões por que nos não propomos escrever uma historia detalhada da guerra da peninsula, com relação á Hespanha: mallogro das operações de Suchet em Valencia, tomando todavia Lerida, Mequinenza e o castello de Morella, pag. 471 a 474. — Forças francezas contra a Andaluzia: operações afortunadas do general Sebastiani, commandante do quarto corpo francez. O marechal Mortier intima debalde á praça de Badajoz a sua rendição, praça apoiada por então pelas forças do marquez de la Romana e do duque del Parque, pag. 475. — O general Bonnet continua feliz nas Asturias; inefficacia das tropas da Galliza; novos reforços francezes entrados na Hespanha. Junot, commandante do oitavo corpo, toma Astorga, assenhoreando-se assim do reino de Leão, pag. 476. — Cadix era na Hespanha o unico ponto de resistencia seria aos francezes; descripção d'esta cidade e suas fortificações, pag. 477. — Tropas que a guarneciam. Terrivel tempestade que houve no seu porto em 6 de março de 1810, occasionando avultadas desgraças, pag. 479. — A opposição no parlamento inglez olha como cousa de partido as recompensas dadas a

ERRATAS

Pag.	Lin.	Erros	Emendas
39	6	, das alturas	nas alturas
121	31	exagerada	exageração
141	30	chicarasd e	chicaras de
191	15	se-	se-
	16	embro	tembro
217	36	Palhoça	Palhaça
218	2	Pa-	Pa-
	3	lhoca	lhaça
275	1	cu armente	cularmente
371	1	rean ima-lo	reanima-lo
		tivessedesacreditado	tivesse desacreditado
405	ultima	prova lo documento	prova pelo documento
488	24	aquelle	n'aquelle
547	1	Freixal	Freixial
556	27		

N. B. Advertimos que onde a pag. 87, lin. 19, se diz que Beresford voltára da Madeira para Inglaterra, deve ler-se que *em 15 de agosto de 1808 seguíra d'aquella ilha para Lisboa,* a fim de se juntar ás tropas inglezas que de Portugal expulsaram o exercito francez de Junot, como se diz a pag. 693 do segundo volume da primeira epocha.

Igualmente advertimos que quando a pag. 208, linha ultima, se diz que os partidistas do general Silveira lhe davam 3:000 homens para desde 18 de abril até ao dia 2 de maio de 1809 se oppor na ponte de Amarante á passagem dos francezes, deve entender-se que o verdadeiro numero dos citados defensores era de 5:650 homens de primeira linha, sendo 406 de artilheria, 290 de cavallaria e 4:954 de infanteria.

Finalmente onde na estampa quinta, collocada entre pag. 266 e 267, se diz: Portuguezes em 29 de maio, Francezes em 29 de maio — deve ler-se — Portuguezes em 29 de março, Francezes em 29 de março.

COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS OU DOS MAPPAS RELATIVOS Á GUERRA DA PENINSULA

PRIMEIRO VOLUME DA SEGUNDA EPOCHA OU PRIMEIRO DA REFERIDA GUERRA

Estampa n.º 1 — Entre pag. 374 e 375.
» n.º 2 — Entre pag. 388 e 389.
» n.º 3 — Entre pag. 414 e 415.

SEGUNDO VOLUME DA SEGUNDA EPOCHA OU SEGUNDO DA GUERRA DA PENINSULA

Estampa n.º 4 — Entre pag. 258 e 259.
» n.º 5 — Entre pag. 266 e 267.
» n.º 6 — Entre pag. 316 e 317.
» n.º 7 — Entre pag. 318 e 319.

Vão no fim do dito segundo volume os mappas grandes:
1.º O da invasão do marechal Soult em 1809.
2.º O das linhas de Torres Vedras e seus respectivos fortes.

Alcazar de S. Juan
Lith. da Imp. Nal

C. Mondego
Buarcos
Figueira da Foz
Laves
Rio Lis

Est.a 2.
Caminho
Posição dos inglezes
depois da acção.
CAMPO
DO
COMBATE DA ROLIÇA
EM
17 de agosto de 1808.
dos francezes
Columbeira
dos francezes
Ataque das tropas inglezas